

José Otávio Aguiar

***Memória e História da Trajetória de vida de
Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836)
a transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa
trajetória de um revolucionário francês no Brasil***



Versão revista e ampliada para publicar versão integral da Tese de Doutorado
defendida no dia 08 de agosto de 2003 na UFMG

3ª edição

José Otávio Aguiar

***Memória e História da Trajetória de vida de
Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836)
a transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa
trajetória de um revolucionário francês no Brasil***

3ª edição



Campina Grande -PB

2022

M533 Memória e história da trajetória de vida Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836) a transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil [livro eletrônico] / José Otávio Aguiar (organizador). – 3. ed. – Campina Grande: EDUFMG, 2022.
558 p. : il.

E-book (PDF)
ISBN 978-65-86302-70-7

1. História do Brasil. 2. História de Minas Gerais. 3. História Socioambiental.
4. Etno-História Indígena. I. Aguiar, José Otávio. II. Título.

CDU 94(81)

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFGG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG
editoradaufcg@gmail.com

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá
Diretor Administrativo da Editora da UFGG

Anselmo Ribeiro Lopes
Assessor da Editora da UFGG

Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário
Revisão

A imagem da capa trata-se de uma ampliação a óleo elaborada pelo pintor Honório Esteves, no ano de 1904

Yasmine Lima
Diagramação

CONSELHO EDITORIAL
Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

Ao meu avô, Waldemar Aguiar, que, com suas histórias sobre as matas, os índios e as belezas de Minas, suscitou em mim, desde a infância, o interesse pelos temas de que hoje me ocupo. À minha mãe, por seu carinho constante, atenção e desvelo. À Maju, pela paciência de esperar e por ter-me ensinado a descobrir ao longo de cada um dos reclusos dias de trabalho, ainda mais beleza e encantamento nos seres e no mundo. A você, florzinha, todo o amor de minha vida!

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao velho Coronel Guido Thomaz Marlière. Acompanhando sua trajetória de vida, me enveredei por caminhos imprevistos que trouxeram surpresas agradáveis.

Regina Horta Duarte orientou-me com dedicação e presteza, sugerindo-me leituras preciosas, oferecendo-me conselhos oportunos e conciliando apoio e carinho nos momentos de dificuldade com severidade e firmeza nas horas de relaxamento. Sua leitura cuidadosa e sincera de cada uma das seções, as orientações atenciosas durante as várias etapas da tese, seu exemplo de magistério e pesquisa, me ofereceram lições inesquecíveis.

Lucília de Almeida Neves Delgado, acreditou de verdade no projeto, antes mesmo que ele existisse. Mestre inesquecível, acompanhou-me com carinho, mesmo nos momentos em que estivemos distantes e influenciou, com seu exemplo de virtude e humildade, minha opção pela História.

Rui Edimar Ribas, foi amigo, mestre e irmão nos momentos mais difíceis. Beth, Sandra Tosta, Solange, Tarcísio e Mercedes leram o projeto em sua fase inicial. A amizade de Adriana Romeiro tornou mais agradáveis meus dias na FAFICH. A generosidade de Carla Anastasia ser-me-á inesquecível.

Aninha, Eustáquio, Magda, Helena e Mira me ajudaram em diversas ocasiões. Francis e Leandro foram amigos constantes e companheiros de longas jornadas de pesquisa. Sérgio da Mata foi um lúcido interlocutor.

Carlos Magno, geógrafo de larga experiência, auxiliou-me com seus conhecimentos de fitogeografia. Maria Elizabeth me ajudou a montar os mapas.

Na Zona da Mata e no Vale do Rio Doce, muitos amigos abriram as porteiras de suas fazendas para que eu pudesse tirar fotos. Agradeço a todos eles, bem como à CAPES, que me proporcionou financiamento para dois anos de bolsa.

Na primeira metade do século xx os pesquisadores não consideravam as biografias convenientes para a narrativa histórica, apresentando em comum, a interpretação de que os registros biográficos, baseados nas teorias positivistas, tinham como fim a perpetuação de aspectos arbitrários que vangloriavam os indivíduos vinculados a elite que detinham determinados poderes em uma dada sociedade. A biografia era banida do ofício do historiador sob acusação de permanecer escrava do relato linear e submetida a uma narrativa factual.

Na França, o retorno efetivo da biografia no cenário historiográfico ocorre a partir da década de 80 com ensaios e colóquios sobre biografia no interior de uma proposta de renovação histórica expressa em coletânea idealizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora. Nota-se que o interesse pela biografia tornou-se evidente dentro de uma ampla renovação historiográfica francesa que se consolidou nas últimas décadas sob a alcunha de “retorno da História Política”, vinculada a história cultural em que o biografado é enfatizado na narrativa histórica dentro de uma cadeia de relações sócio-culturais.

É neste debate de cunho inovador para a historiografia que podemos inscrever o trabalho de José Otávio de Aguiar. Após eleger uma biografia de um personagem histórico, Guido Thomaz Marliere, o desafio central desse livro é, como anuncia o autor, privilegiar um “período” da vida do biografado, no entanto, integrando as suas especificidades pessoais, as relações interétnicas, políticas e sócio-econômica em que viveu. Período este que trans-

correu sua trajetória de vida percorrida, principalmente, a Leste de Minas Gerais, entre a atual Zona da Mata Mineira e a região Jequitinhonha-Murici Doce. Tratava-se de um ambiente natural coberto pelos biomas de Mata Atlântica e habitado por uma rica diversidade de grupos indígenas.

Mantendo-se afastado dos modelos narrativos positivistas, vemos surgir das páginas do Livro de José Otávio, não um herói do período oitocentista, mas as experiências, as ações e o desenvolvimento de um personagem inserido numa rede de relações humanas complexa e por isso mesmo marcado pela historicidade.

Como deixou claro, o autor, o seu objetivo ao desenvolver esta pesquisa histórica, não foi criar no leitor a idéia de um discurso meramente valorativo do francês e coronel Marlière, mas revelar os espaços ambiental, étnico, cultural e político em que transcorria o cotidiano da antiga porção Leste de Minas Gerais. Cotidiano este em que Marlière atuava em um “palco da vida” com suas ações e discursos influenciados, ora pelas concepções liberalistas, ora pelas concepções racialistas e europocêntricas enquanto homem do seu tempo. Indivíduo que traduzia aspectos da cultura do “Outro” como eivada de “barbaridade” especialmente os povos indígenas como os Botocudo que construíam constantes ações de resistência no Leste de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX.

O trabalho de José Otávio que ora apresento ao leitor, traz nas suas entrelinhas, gostosamente bem escritas, traços de historicidade singular mergulhando contatos e conflitos interétnicos que se deram em ambientes naturais impactados pelos projetos coloniais que objetivavam o enriquecimento dos luso-brasileiros em detrimento dos povos originários. Ambientes também organizados em aldeamentos, quartéis e presídios enquanto espaços de dominação colonial.

Outro ponto interessante é a maneira pela qual o autor dá visibilidade e importância a outros sujeitos históricos que por vezes

foram esquecidos pelos outros trabalhos que versaram sobre a biografia de Marlière. As biografias anteriores sobre o dito francês apenas valorizavam, como lembra o autor, a “auspiciosa chegada da de um europeu que representava o devir da civilização”. Negava-se a presença e as ações sócio-culturais e econômicas de sujeitos históricos como os homens e mulheres negros e negras, indígenas e despossuídos da fidalguia portuguesa.

Ao contrário das biografias anteriores, José Otávio deixa o leitor compreender que o francês Marlière foi um instrumento de poder de grande valia e interesse para a expansão do Império Português no sertão mineiro. Objetivava-se abrir as fronteiras econômicas do Leste de Minas Gerais e para isto era preciso que se criassem estratégias para conter os povos indígenas, reduzi-los e utilizá-los como mão-de-obra compulsória.

A minuciosa investigação realizada por José Otávio em arquivos históricos estaduais e nacionais, revela que Marlière era um homem carismático e o seu caráter personalista garantia a confiança de indígenas e colonizadores. Não obstante, seus posicionamentos políticos e religiosos foram motivos de perseguição, mas também de admiração.

Esta é uma história envolvente que sensibiliza o leitor para os dilemas vividos pelos grupos indígenas como os Botocudo e Purís que souberam criar estratégias políticas contra a política indigenista do estado português. Como afirma o autor os indígenas impuseram fragilidades no poderio bélico dos conquistadores “utilizando-se da destreza e conhecimento que detinham da mata, em ataques surpresa que causavam numerosas baixas e produziam estragos consideráveis”.

Através da trajetória de vida do coronel Marlière o autor conseguiu dar visibilidade não apenas o modo pelo qual a cultura européia era recebida no cotidiano das nações indígenas, mas de que maneira os contatos interétnicos, as manifestações de en-

frentamento cultural por parte dos indígenas, presenciadas pelo francês, teriam transformado e redimensionado suas práticas culturais, sua ética e sua moral.

Diante do respeito que tenho pelo ser humano e profissional José Otávio, recomendo a leitura deste livro a todos e a todas que queiram deliciar-se e enriquecer o seu conhecimento nas tramas de uma rica biografia histórica.

Juciene Ricarte Apolinário
Professora Doutora da Unidade de História e Geografia da
Universidade Federal de Campina Grande–PB

Sumário

RESUMO	15
1. INTRODUÇÃO	19
2 ENCONTROS E DESENCONTROS DE UM FRANCÊS NO RIO DE JANEIRO	83
2.1 VILA RICA: O REGIMENTO DE CAVALARIA DE LINHA	105
2.2 VILA RICA: A PRISÃO DE MARLIÈRE.	117
3 ÍNDIOS, COLONOS, ESTRANGEIROS E FORAS DA LEI: GUERRA E PAZ NOS SERTÕES DO RIO POMBA	135
3.1 SÃO JOÃO BATISTA E SÃO MANUEL DO POMBA	135
3.2 A IGREJA, OS COLONOS, A MATA E OS ÍNDIOS: MARLIÈRE E A SOCIEDADE DO PRESÍDIO	165
3.3 GARAPÉ: A GUERRA ENTRE OS PURI E OS COROADO	175
3.4 CARROS, CARTAS, CAMINHOS E ESTRADAS.....	193
3.5 DESTINO E ESTATÍSTICA DOS ALDEAMENTOS DA MATA	202
4 GUIDO-WALD: A MATA DO GUIDO E OS INTELCTUAIS ITINERANTES	211
4.1 A FAZENDA MODELO	211
4.2 OS INTELCTUAIS ITINERANTES	217
4.3 LANGSDOF E OS HABITANTES DAS CERCANIAS DE GUIDO-WALD.....	262
4.4 A TRADIÇÃO DE HOSPITALIDADE: GUIDO-WALD COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA.....	271
5 OS ECOS DA MARSELHESA E AS UTOPIAS DE UM LIBERALISMO CONSERVADOR: GUIDO THOMAZ MARLIÈRE E A COLONIZAÇÃO DOS VALES DOS RIOS DOCE E JEQUITINHONHA	277
5.1 OS ÍNDIOS BOTOCUDOS E OS SERTÕES DO RIO DOCE: CONSIDERAÇÕES SOBRE ENCONTROS E CONFLITOS INTERÉTNICOS EM UMA ZONA DE CONTATO	277
5.2 O FIM DAS GUERRAS NAPOLEÔNICAS, A EMANCIPAÇÃO DAS COLÔNIAS IBÉRICAS DA AMÉRICA E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.....	307

5.4 O DISCURSO MARLIERIANO: PROJETOS E PROPOSTAS REFERENCIADOS EM PRÁTICAS E DISCURSOS SOBRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE	318
5.4 OS JESUÍTAS, OS ÍNDIOS GUERREIROS, O ESTADO E A HISTÓRIA: O CONTEÚDO DOS ARTIGOS MARLIERIANOS PUBLICADOS EM OURO PRETO NA DÉCADA DE 1820.....	356
5.5 TENTATIVAS DE CONVENCIMENTO E COOPTAÇÃO DE COLONOS LUSO-BRASILEIROS: ORIENTAÇÕES SOBRE A MANEIRA COMO DEVE-SE-IA TRATAR COM OS ÍNDIOS E COM OS SOLDADOS	367
5.6 VIOLÊNCIA E CONDIÇÕES DE VIDA NAS DIVISÕES MILITARES DO RIO DOCE: A PERSEGUIÇÃO DOS DESERTORES, CONSIDERADOS COMO FATOR DE INCENTIVO AOS MOTINS DE COLONOS E INDÍGENAS	374
6 AS ESTRATÉGIAS DE CONHECIMENTO, ABASTECIMENTO, CONTROLE E INTEGRAÇÃO	399
6.1 AS MACHINAS DO SR. MONLEVADE	409
7 AS AGRURAS DO CREPÚSCULO	423
7.1 MARLIÈRE E MENDES RIBEIRO: HISTÓRIA DE UMA QUERELA.....	425
7.2 DESTINO E ESTATÍSTICA DOS ALDEAMENTOS DOS VALES DOS RIOS JEQUITINHONHA E DOCE	453
7.3 A REFORMA DE MARLIÈRE	457
7.4 O ADEUS AO GRANDE TEATRO DO MUNDO	472
8 CONCLUSÃO.....	491
9 REFERÊNCIAS	499
ANEXOS.....	547
ANEXO A: CÓPIA DO REQUERIMENTO DE AJUDA DE CUSTO FEITO PELO CAPITÃO NAPOLEÃO BUONAPARTE À MUNICIPALIDADE DE VERSALHES.....	549
ANEXO B: ESTÁTUA DE GUIDO THOMAZ MARLIÈRE	551
ANEXO C: CARTA DE DONA MARIA AUXILIADORA MARLIÈRE	553
ANEXO D: POEMA DE AMOR DE SUA TATARANETABIÓGRAFIA DO AMOR DE SUA TATARANETA	555

O trabalho historia a respeito do processo de ocupação luso-brasileira dos territórios mineiros de floresta situados ao longo das bacias fluviais do Leste e da zona da Mata

No curso do período compreendido entre 1808 e 1836. A tese enfoca particularmente a trajetória de vida de Guido Thomaz Marlière, um militar francês emigrado que ocupou no Brasil funções de governo das tribos indígenas de 1813 a 1829. O estudo visa dar relevo às estratégias de circulação de poder e de transculturação naquela área de contatos interétnicos.

Palavras-chave: Descrição de viagem. Brasil. Política indigenista. Antropologia. História. Estratégia. Biografia.



Guido Thomaz Marlière, em um dos raros retratos que sobreviveram até os nossos dias. Trata-se de uma ampliação a óleo elaborada pelo pintor Honório Esteves, no ano de 1904. Procurava-se reproduzir, com certa dose de fidelidade, uma medalha pintada por autor desconhecido, quando da chegada de Marlière ao Brasil, em 1808. Esta medalha, acompanhada por alguns tufos de cabelo, foi cuidadosamente conservada pela família Marlière até que se permitisse a reprodução. Este quadro faz atualmente parte do acervo do Museu Mineiro. FURTADO, Júnia. *O mundo Francês em Minas*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2000. p. 19.

1. Introdução

Esta é a história de um francês exilado que aportou no Brasil em 1808. Seu nome, Guido Thomaz Marlière. Trata-se, na verdade, de uma biografia que foge aos moldes tradicionais, dentre outras razões, por concentrar-se em um período específico da vida de um homem e não em toda a sua existência. A escolha de enfocar estes anos da existência de meu biografado, e não quaisquer outros, justifica-se pelo fato de ser esta a metade de sua vida transcorrida no Brasil. Preocupei-me realmente com um objeto bem maior: o cotidiano dos contatos interétnicos, das relações sociais de luta, transculturação e circulação de poder e das formas de apropriação do ambiente natural nas regiões que Marlière percorreu durante sua passagem pelo Brasil. Pretendo conduzir o leitor a uma viagem pelo universo dos discursos que presidiram, no Brasil e em Minas Gerais, o empreendimento de civilizar, justificando a intervenção no âmbito das sociedades indígenas, com extensões para as elites agrárias e escravistas, mas também, e significativamente, para os setores mais pobres ligados à terra, seguidos de perto pelos degredados da Capitania, submetidos a trabalhos forçados.

Há alguns anos, durante minha graduação em História, atentei para o fato de que as décadas durante as quais Marlière viveu no Brasil correspondiam a um grande movimento de expansão da fronteira agrícola do leste da Capitania, e depois Província de Minas Gerais. A partir desta correspondência, delimito meu corte temporal. Como observaram Ricardo Bastos Cambraia e Fábio Faria Mendes:

Entre 1808 e 1836 o Estado português e o nascente Império brasileiro buscaram, através de formas variadas de incentivos materiais e morais, viabilizar a ocupação da região leste de Minas Gerais e sua integração à malha mercantil do centro-sul brasileiro. Tarefa apenas parcialmente realizada, não pode, no entanto ser avaliada apenas em termos de seus resultados. Durante toda a primeira metade do século XIX, as tentativas de expansão da fronteira colonial para leste envolveram parcela significativa dos habitantes de Minas Gerais, desestruturando violentamente parte considerável das comunidades indígenas que ali se localizavam. Mais que isso, a ‘fronteira’ conheceria padrões diferenciados de relações sociais, o que a particularizava, conferindo-lhe singular historicidade.¹

Interessei-me particularmente por essa “singular historicidade”, por esses “padrões diferenciados de relações sociais” de que nos falam os autores. Afinal, quando iniciei minhas pesquisas, não só o nome de Guido Thomaz Marlière era pouco citado em produções historiográficas conhecidas, como havia ainda um reduzido número de trabalhos publicados que enfocassem o cotidiano destes espaços de encontro multiétnico e multicultural, representados pelos aldeamentos, quartéis e presídios do leste mineiro na primeira metade do século XIX. Fazia-se necessário, em primeira instância, retomar os antigos biógrafos ligados ao Arquivo Público Mineiro e ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e folhear a coleção de revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em busca de antigos autores que talvez par-

[1]. CAMBRAIA, Ricardo Bastos; MENDES, Fábio Faria. Políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v. n.6, 1988.

tilhassem, se não de minhas inquietações, pelo menos de minha curiosidade. Esta última acompanha-me desde criança.

Nascido no município de Ubá, Zona da Mata Mineira, vivi minha infância em meio a freqüentes visitas à vizinha Guidoal, cidade cujo nome, derivado do alemão Guido Wald (mata do Guido), designava a fazenda e um dos quartéis de Marlière.

A alguns quilômetros do centro de Guidoal, ao longo de uma ruela de terra – antiga estrada de rodagem Ubá-Leopoldina, emoldurada por uma mata hoje modesta, que serve de cobertura às elevações da chamada Serra da Onça – é possível encontrar um obelisco lavrado em mármore carrara, ladeado por placas de bronze inscritas, afixadas sobre as lápides verticais que o sustentam. Nas placas lê-se:

À memória de Guido Thomaz Marlière, o desbravador das selvas e civilizador dos índios, abrindo estradas e semeando núcleos de população, as Camaras Municipaes de Ubá, Cataguases, Rio Branco e Rio Pomba fizeram erigir esse monumento, símbolo de gratidão ao pioneiro do progresso de Minas Geraes. Inaugurado em 13 de agosto de 1928 [...]

Na colina em frente existiu o cemitério de índios onde foi sepultado o grande patriota” [...] Neste sítio, fazenda de Guidowald, existiu a casa de sua residência [...] Falecido em 1836. Transladadas para esta urna estão guardadas suas cinzas [...].

O monumento foi inaugurado pelo governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e representou na época um dos momentos importantes de um movimento de valorização e recuperação da memória da passagem de Marlière por Minas Gerais.



Foto 1: Monumento-túmulo de Guido Thomaz Marlière, no antigo território da fazenda Guido-Wald, foto Otávio Aguiar.
Foto: José Otávio Aguiar.

Mais tarde, dois municípios mineiros receberiam nomes em homenagem ao francês: Marliéria, antigo povoado de Babilônia, em São Domingos do Prata, e Guidoal, antigo povoado de Sapé, em Ubá.²

Permaneceu na memória oral da região do Antigo Quartel do Galo – hoje cidade de Belo Oriente no vale do rio Doce – a informação de que Marlière, por onde andasse, carregava sempre consigo, em um pequeno saco de pano amarrado ao bonet que compunha sua farda, muitas sementes de café, que plantava por todos os lugares por onde andasse. Também na Zona da Mata, o viajante que se dispuser a caminhar pelas estradas rurais entre os municípios de Cataguases, Dona Euzébia, Guidoal e Ubá, poderá ouvir a mesma história dos mais antigos moradores. Para muitos, a imagem de Marlière ainda se associa à figura de um semeador, de um pai fundador e benfazejo. Constatei que o Estado, as prefeituras e as sedes do Instituto Histórico e Geográfico, em épocas diferentes, haviam-se encarregado da tarefa de reavivar a memória do “civilizador dos botocudos.”

Políticos ubaenses como José Cezário de Faria Alvim, Bernardo Monteiro, Carlos Peixoto Filho, Raul Soares de Moura, Levindo Eduardo Coelho e Ozanam Coelho exerceram uma influência política de âmbito nacional.³ Particularmente os três últimos investiram bastante na divulgação dos “heróicos feitos de Marlière.”

[2]. O município que recebeu o nome de Guidoal foi criado pela Lei Estadual 336, de 27 de dezembro de 1948. Pela Lei Estadual 1039, de 12 de dezembro de 1953, foi criado o município de Marliéria, vizinho ao Parque Estadual do Rio Doce, no norte de Minas, cujo nome encerra também uma homenagem ao francês. Ver: JOSÉ, Oiliam. Marlière: o civilizador, Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. p. 195- 201.

[3]. Sobre as elites políticas da zona da mata nos séculos XIX e XX, tema em que aqui, por falta de espaço, não nos aprofundaremos, confira: CARRARA, Ângelo Alves. *A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuidade: (1835-1909)*. 1993. Cabe lembrar, em especial, que o senador Bernardo Monteiro lançou mão de todas as suas relações clientelísticas no campo para auxiliar Afrânio de Mello Franco e Xavier da Veiga em suas pesquisas sobre Marlière. As pesquisas se realizavam por interesse das autoridades e sob a colaboração daqueles que lhes deviam favores.

Não por acaso, sob o Governo de Raul Soares escolheu-se o nome do município de Marliéria. Sua inauguração oficial teria lugar no dia 7 de setembro de 1923, exatamente um ano depois da abertura do obelisco da praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte, à vista do público. Buscava-se exaltar a memória dos acontecimentos marcantes da “história pátria” e dos seus “protagonistas ilustres.” O presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, era um homem dedicado ao estudo das biografias dos “grandes homens” da história de Minas e se interessou particularmente pelo achado dos ossos de Marlière no território de sua antiga fazenda Guido-Wald.⁴

Numa época em que se procurava abrir ou pavimentar estradas pelo sertão e trazer a comunicação aos lugares “ermos” de Minas, novamente tinha lugar o discurso que enfatizava a “auspiciosa chegada da civilização.” Os textos marlierianos foram, então, apropriados por outras redes discursivas. Em Cataguases e em Ubá, entre os anos de 1920 e 1980, diversas solenidades, festejos e inaugurações evocaram a memória do “grande desbravador”⁵. Em cada uma dessas cidades, uma praça fora inaugurada com o seu nome.⁶

Em Cataguases, uma estátua de bronze lembrava que o francês desenhara as primeiras linhas do traçado urbano do antigo

[4]. Sobre Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, confira: FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República – o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

[5]. Sobre Ubá na Segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, informações factuais podem ser encontradas em: UBÁ, Prefeitura. *Ubá cidade carinho: edição histórica*. Ubá: Disbrava, 1980.

[6]. Em Ubá, por exemplo, a praça que receberia o nome de Guido Thomaz Marlière foi inaugurada na administração do prefeito Júlio Soares de Moura (1919-1923). Júlio Soares era irmão de Raul Soares de Moura, então presidente do Estado de Minas Gerais. A denominação definitiva – cogitada na verdade desde o princípio, conforme confirmam relatos de época – viria somente em 1938, com na administração de Ozanam Coelho, filho de Eduardo Levindo Coelho, o político que, em 1928, solicitara a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada a construção de um túmulo que estivesse “à altura do civilizador francês.” Vide documentos dispersos nos arquivos da prefeitura municipal de Ubá. (Por ocasião de minha consulta estes documentos não contavam com referência alguma).

arraial de Santa Rita do Meia Pataca, célula inicial da municipalidade. Ali, sua memória disputaria espaço até mesmo com a dos poderosos coronéis da família Resende, descendentes do fundador oficial da Cidade.⁷

Todos os anos, no dia 5 de junho, data da morte de Marlière, a prefeitura de Guidoal promove uma grande festa em frente ao seu túmulo. Nessas ocasiões, são recitadas poesias locais e entoase o hino da cidade, poema cantado que exalta, de forma romântica, a figura do francês, elevando-a ao status de personalidade digna de veneração e “culto cívico”:

(refrão)

Ouço o Tambor dos cataguases a soar.
Ouço um estrépido de botas no ar,
Ouço o nome que a história há de guardar,
Marlière, Marlière, Guidoal é teu altar,

Do chopotó as águas serenas,
Banham amenas os arrozaís,
Forma-se a vila, nasce a cidade,
Guido é o teu nome para a eternidade.

(refrão)

Ouço o Tambor dos cataguases a soar.
Ouço um estrépito de botas no ar,
Ouço o nome que a história há de guardar,
Marlière, Marlière, Guidoal é teu altar,

Dobrem os sinos com alegria,
Que neste dia, tudo é fulgor,
Tudo são risos, luzes e flores,
Cantem louvores com todo ardor.⁸

[7]. Para obter informações factuais e genealógicas sobre a história dos fundadores da cidade de Cataguases, veja: SILVA, Arthur Vieira Resende. *Genealogia dos Fundadores de Cataguases*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1934. Veja ainda escritos mais recentes: MAGALHÃES, Whashington. Um pouco de nossa história.

[8]. Extraído de um folheto distribuído na cidade por ocasião da festa de Sant’Ana. VIEIRA, Áureo Antunes. *Hino à Guidoal*. [s.l.]: Mineira de Comunicações, 1985.

Sempre que alguma intervenção pública considerada de vanguarda era levada a cabo, evocava-se o nome de Marlière, homem admirado por muitos historiadores diletantes – em sua maioria médicos, advogados ou jornalistas, envolvidos na política estadual e (ou) interligados à rede de lojas maçônicas do interior – que se propunham a utilizar seu tempo vago para immortalizar a “história antiga” de sua região. A evocação do nome do francês pelas lojas maçônicas visava ilustrar sua galeria de honra, na tentativa de confirmar a excelência da instituição por meio da citação de nomes ilustres que, no passado, haviam composto seus quadros.⁹

O médico Manuel Basílio Furtado, mudando-se no final do século XIX para a região do arraial do Sapé, próximo à Serra da Onça, além de coletar informações sobre a flora e a fauna da região, buscou entrar em contato com os descendentes do Coronel Francês, em busca de informações biográficas. A correspondência que expedia para comunicar os resultados da pesquisa era enviada tanto para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quanto para o Arquivo Público Mineiro. Em busca das primeiras referências historiográficas ao francês, podemos remontar ainda à década de 30 do século XIX, quando intelectuais brasileiros se esforçavam em reunir informações sobre a fauna, a flora e os índios do Brasil.

Um dos fundadores do IHGB, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, três anos depois da morte de Guido Thomaz Marlière, em 1839, já o citava em sua memória para a revista daquela instituição. Cunha Barbosa, que devido à sua intensa atividade maçônica deveria tê-lo conhecido em vida, estava então se distanciando progressivamente da militância política para se dedicar às ciên-

[9]. Dois exemplos mais recentes são: GONÇALVES, Ari. *O segredo revelado de Guido Marlière*. Belo Horizonte: Lemi, 1978. MANGEROTTE, Eduardo. *Guido Thomaz Marlière*. Belo Horizonte: Loja Maçônica Guido Thomaz Marlière, 2000.

cias e à história. Seu texto propõe soluções inspiradas nas idéias do francês para resolver os problemas enfrentados pela política indigenista de então.¹⁰ De aí em diante, Marlière irá figurar como o grande modelo de militar engajado em questões filantrópicas. Firmava-se o mito do herói “civilizador, equilibrado, engenhoso e pacifista.”

A começar por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, conselheiro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil que escreveu em 1855 um artigo para a revista daquela instituição, vários autores interessaram-se pelo tema da vida de Marlière em Minas Gerais.¹¹ Os discursos que afirmavam a necessidade de incentivo a uma política indigenista de integração, trazendo à pauta a urgência de se promover a ocupação das regiões de mata e sertão que ainda não eram submetidas ao controle direto do Império do Brasil, seriam recorrentes nos ensaios e memórias enviados às Revistas do IHGB na segunda metade do século XIX.¹² No Parlamento, debatiam-se alternativas e projetos para equacionar o fim do tráfico negreiro com uma nova política e terras. Como veremos à frente, o discurso de Marlière apontava como solução de vanguarda para a questão do fim do tráfico negreiro e da escravidão no Brasil a substituição do trabalho africano, “escravo e aviltante,” pelo indígena, “remunerado e livre”. Além disso, o francês representava

[10]. BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria Hoje o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões: se conviria seguir o systema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. n. , p-13-, 1840.

[11]. Refiro-me a FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. A vida do índio Pokrane e sobre o francez Guido Marlière. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. n., p. 410-417, 1855.

[12]. Sobre o IHGB e o móvel estratégico das pesquisas que promovia, veja: FERREIRA, Lúcio M. Arqueologia e geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 24, p. 149-171, jan. 2001. Para uma visão mais ampliada, confira também: LOPES, Maria Margaret. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 55-76, 2001.

uma alternativa de contato menos violento com os “índios bravos” e “arredios” cujo território se procurava conhecer e incorporar à administração e controle estratégico do Estado.

Findo o Império e instalado o Regime Republicano, não demorou muito para que o nome de Marlière fosse novamente lembrado. No começo do século xx, o Arquivo Público Mineiro, então dirigido por Augusto de Lima, publicou em três de suas revistas, as de número x, xi e xii, centenas de ofícios, dezenas de artigos de jornal, muitas cartas e um dicionário indígena escrito por Marlière, na esperança de que o francês um dia pudesse ser elevado juntamente com a figura de Tiradentes ao *panteão* dos maiores heróis do Estado. Mais tarde, em 1914, Afrânio de Mello Franco, político ligado às elites mineiras da República Velha, escreveu a primeira biografia: *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras*.¹³ Em 1920, já sob a condução do Serviço de Proteção aos Índios, criar-se-ia, no território do último aldeamento remanescente dos tempos do Francês, o do rio Eme, um posto cuja população era majoritariamente composta de índios Krenak, que receberia o sugestivo nome de Guido Thomaz Marlière.¹⁴

Já no final da década de 1950, Oilian José, mesmo autor dos posteriores *Índigenas de Minas Gerais* e *Historiografia Mineira*, publicava *Marlière, o civilizador*.¹⁵ Todos estes trabalhos biográficos que aqui inventariamos, não obstante o mérito de seu pioneirismo,

[13]. FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

[14]. A manutenção deste posto se faria a contragosto das autoridades do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que desejavam transferir os Krenak para o posto Indígena dos Pancas, em território capixaba. A negativa contundente dos líderes indígenas fez com que o território fosse doado para os Krenak e os Pojixá. A triste história do contato entre os índios e os administradores do Posto Guido Marlière seria marcada, décadas mais tarde, em 1967, por sua transformação em um Reformatório Agrícola Indígena. PARAÍSO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1998, p. 420- P.420.

[15]. JOSÉ, O., op cit.

aproximam-se em um ponto: o romantismo e o factualismo com que tratam o tema.¹⁶ Seus autores continuam a valorizar a civilização branca e européia como ápice do desenvolvimento humano e a reconhecer, nas sociedades indígenas, o locus do primitivismo e da barbárie. Neste aspecto, não se distanciam muito de seu biografado e de alguns de seus contemporâneos, partidários da tutela e “inclusão pacífica dos índios”. Por trás dessas diversas formas de contar-se a história da passagem de Marlière pelas matas de Minas, prevalecia uma orientação evolucionista e linear, calcada na idéia de que a história possuiria uma espécie de coerência interna, um sentido profundo, algum fim último. Na visão desses biógrafos, toda a trajetória de vida do francês caminharia no sentido de demonstrar e confirmar, em última instância, sua vocação ou missão primaz: a de tornar-se um “civilizador”, um “apóstolo dos índios”.¹⁷

Não dedicarei a esta história das sucessivas reapropriações dos discursos Marlierianos mais do que o espaço necessário para que possamos sumariamente conhecê-las, ao mesmo tempo em que identificamos, como o fizemos acima, as principais propostas de cada um dos seus protagonistas. Como veremos à frente,

[16]. Maria Celeste de Abreu, professora do município de Belo Oriente, reuniu em um livro de pesquisas históricas e memórias de sua cidade e do Vale do Rio Doce muitas informações a respeito de Guido Thomaz Marlière. Seu trabalho guarda ainda registros de lendas e casos da região Parque Estadual do Rio Doce. Auto-didata, Maria Celeste não teve outras pretensões que a reunião das memórias locais e a leitura literal de alguns documentos. Seu factualismo e o romantismo exaltador com que trata a figura de Marlière não tiram o mérito de seus esforços de compilação, já que não se trata de um trabalho acadêmico. Confira: ABREU, Maria Celeste de. *Sertão bravo do Rio Doce*. Belo Horizonte: Central Park, 2002.

[17]. Cabe observar, de passagem – já que as discussões em torno do gênero biográfico em história terão seu lugar algumas linhas à frente – que, tratando a vida de um homem como um relato coerente de uma seqüência de acontecimentos cronologicamente sucessivos, dotados de um significado e de uma direção, previamente determinados, estes autores se aproximam do que Pierre Bourdieu, em sua crítica aos biógrafos, chamou de “ilusão biográfica” ou “ilusão retórica” BOURDIEU, Pierre. *L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N. 62/63, p.69-72, jun. 1986. Este artigo foi traduzido para o português e publicado dez anos depois em: BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In. Ferreira, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

procuro, neste trabalho, justamente questionar estas pretensas coerências e linearidades que marcavam sua forma de escrever e o olhar que direcionavam às fontes.

Uma descrição sumária do cenário onde se desenrola a trajetória de vida que procuro recuperar, justapondo, de forma retrospectiva, exemplos da historiografia que tratou do tema ao longo dos 167 anos que nos separam de Guido Thomaz Marlière.

O Leste de Minas Gerais – entenda-se por essa expressão toda a região entre a atual Zona da Mata Mineira e a região Jequitinhonha-Mucuri-Doce – permaneceu incólume a uma ocupação promovida de forma sistemática e intensiva, durante todo o período áureo da mineração. Coberta pela densa Mata Atlântica e habitada por populações indígenas tidas como antropófagas, que para ali haviam se refugiado nos três primeiros séculos de colonização, a região funcionava como “barreira verde”, para a proteção contra a realidade do contrabando e a possibilidade de uma invasão externa. A partir da segunda metade dos setecentos, com o declínio das jazidas auríferas da região mineradora, levadas cada vez mais significativas de luso-brasileiros dirigiram-se para este “leste selvagem”, sob o incentivo do Estado e debaixo de uma forte guerra indígena.¹⁸ Para reprimir os ataques do “gentio”, que expulsavam os colonos das terras já ocupadas, a metrópole construía postos militares estrategicamente situados: os chamados presídios e quartéis. Estes, no entanto, mostravam-se insuficientes para a defesa dos colonos e o aldeamento dos índios.

Como observou Manuela Carneiro da Cunha, no início do século XIX – época em que áreas de colonização antiga faziam contraste com novas frentes de expansão – houve um desvio da atenção, até então majoritariamente concentrada na busca pelo

[18]. CAMBRAIA, Ricardo Bastos. Mendes Fábio Faria. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v., n. , p.138-, 1988.

trabalho compulsório dos índios, para a disputa pelas terras por eles ocupadas.¹⁹ Seu trabalho continuava a ser bastante utilizado, quando assim as circunstâncias o permitiam, mas, no geral, não era ele que se priorizava.²⁰ Até a expulsão pombalina dos jesuítas em 1759, oscilava a política indigenista entre três vertentes de interesse: a que representava a Coroa Portuguesa, a que provinha da defesa dos projetos jesuíticos e a que procurava resguardar os empreendimentos escravistas dos colonos luso-brasileiros.²¹ A ausência de uma legislação que sucedesse o Diretório dos Índios fez com que este documento prevalecesse como padrão de orientação das decisões governamentais, mesmo após a revogação de algumas de suas cláusulas, já que “[...] nenhum projeto ou voz dissonante se interpunha no debate”.²² A aproximação do poder monárquico estreitaria, na América Portuguesa, a arena de disputas em torno do tema da “civilização dos índios”. O Estado assumiria a responsabilidade sobre um tema anteriormente tão disputado sem, entretanto, definir um projeto claro e eficiente de legislação que substituísse o diretório setecentista. O primeiro alvo da nova e agressiva política do Príncipe Regente Dom João VI e de seu ministro Dom Rodrigo de Souza Coutinho foi o “gentio bravo do sertão”.

Em 1808, com a chegada da corte portuguesa exilada ao Brasil, uma guerra impiedosa – calcada na crença na superioridade técnica das armas de fogo européias – foi declarada a esses índios que os luso-brasileiros reuniam sob a expressão genérica “Boto-

[19]. *ibid.* p.133, 1988.

[20]. *op.cit.*, p. 133. Sobre o Diretório Pombalino dos Índios veja: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

[21]. *op.cit.*, p. 133.

[22]. *op. cit.*, p.133.

cudos”.²³ Por sua vez, os “Botocudo”, assim como os Puri e todos os demais povos atingidos pela ofensiva, também responderam com uma batalha não menos violenta aos núcleos de população colonial, utilizando-se da destreza e conhecimento que detinham da mata, em ataques de surpresa que causavam numerosas baixas e produziam estragos consideráveis. Os prejuízos causados pelas investidas indígenas nos são transmitidos em relatos de época que não escondem o fato de que, em meio à mata densa e úmida, flechas e zarabatanas furtivas podiam ser mais eficientes do que a pólvora quando molhada.²⁴

As razões apontadas na Carta Régia de Dom João para deflagrar a guerra foram a “agressividade, insubmissão e antropofagia” dos índios. Para a execução das ordens expressas na carta, foram instaladas seis divisões militares coordenadas pela *Junta de Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce*²⁵, submetida ao governador da Capitania. De composição predominantemente militar, esta junta fiscalizava o trabalho dos comandantes por meio de um oficial do Regimento de Cavalaria de Linha, nomeado especificamente para este fim. Ficava a cargo do governo da Capitania/Província a nomeação dos diretores de aldeias e também do diretor-geral dos índios. Mais tarde, este cargo seria englobado pelo comando centralizado das divisões. Estas últimas, que atin-

[23]. CARTA Régia ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais sobre a Guerra aos Índios Botocudos. In: CUNHA, Manuela Carneiro da, (Org.) *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo: EDUSP/ Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 57-58. A expressão botocudos designava, para os luso-brasileiros, várias nações indígenas que inseriam botoques (adornos circulares de madeira utilizados por certas tribos do tronco Jê) nos lábios.

[24]. DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma Guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. *Revista de História*, v. n.º , p.48-, 1998.

[25]. Esta junta foi dissolvida em outubro de 1823, por uma lei da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império que também reestruturou os governos provinciais, criando a Presidência Provincial e o Conselho de Governo, a partir de então responsáveis pela catequese e civilização dos índios.

giram o número de sete²⁶, estavam sob a esfera administrativa do Exército, embora fossem inspecionadas pela Junta.²⁷

Os comandantes dessas divisões passaram a concentrar em suas mãos funções civis e militares, controlando “[...] a distribuição das terras[...]” das quais os índios haviam sido expulsos, “[...] o assentamento dos novos colonos, a repartição dos índios[...]” para trabalhos forçados nas fazendas “[...] a direção dos aldeamentos e a abertura de estradas”²⁸

Guido Thomaz Marlière, designado a princípio para uma tarefa de pacificação isolada, mudaria temporariamente os rumos do processo, ao conseguir progressivamente a confiança de diversos grupos indígenas. Sua passagem pelas divisões Militares do Rio Doce marcou o período de transição entre as ofensivas que se seguiram à declaração de Guerra aos Botocudos em 1808 e a abertura da fronteira de extensas regiões indígenas ao colonizador luso-brasileiro. Preso e interrogado em 1811, sob suspeita de tratar-se de um espião do Império Napoleônico, o francês, então oficial do Exército Português recém- agregado à tropa de linha da Capitania de Minas, havia aportado no Brasil juntamente com o Príncipe Regente Dom João, de quem era amigo pessoal. Perseguido na Corte, e depois em Vila Rica, em razão de suas idéias no que tange à religião e à política, recebeu em 1813 a tarefa de pacificar índios e colonos luso-brasileiros do Presídio de São João Batista, no território da atual Zona da Mata Mineira.

Tendo obtido relativo sucesso na tarefa de que tinha sido incumbido, o Francês conseguiria afastar, em parte, as suspeitas

[26]. Um mapa dessas divisões, com a relação de sua localização aproximada no sertão pode ser encontrado em: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial*, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800- 1845. 2000. p. 138.

[27]. Uma oitava Divisão Militar do Rio Doce foi criada em 1820, mas nunca se efetivou.

[28]. CAMBRAIA, Ricardo Bastos. Mendes Fábio Faria. op. cit. nota 1, p. 146.

que pairavam sobre o seu nome. Em 1815, o Brasil seria elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, passando a sediar a cabeça do aparato administrativo lusitano. Por esta época, já muitos viajantes europeus haviam palmilhado o território das matas do Leste. Entre 1813 e 1818, Marlière recebeu a muitos deles na fazenda Guido-Wald, um misto de quartel, residência e sede administrativa que empregava índios em trabalhos agrícolas remunerados e livres, por meio dos quais buscava-se afirmar a obsolescência da mão de obra escrava negra para o desenvolvimento econômico do Brasil. Entre 1818 e 1819, o francês empreendeu as primeiras viagens pelos sertões do rio Doce, sob o comando do Estado que a ele confiava agora novas incumbências. O francês passou, então, a se ausentar por meses a fio de sua estância para organizar os territórios das Divisões Militares, buscando estabelecer contatos pacíficos com os aguerridos botocudo.

Os primeiros documentos a trazerem uma descrição detalhada do conjunto das Divisões e, de suas respectivas atribuições datam do ano de 1818:

ÁREA DE ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES, DIRETOR RESPONSÁVEL E INCUMBÊNCIAS DAS DIVISÕES MILITARES DO RIO DOCE NO ANO DE 1818

(CONTINUA...)

Nº da Divisão	Comandante Responsável	Área sobre a qual tinham responsabilidades e incumbências a que estavam obrigadas
1ª	Luiz Carlos de Souza Ozório	Desde a foz do rio Piracicaba até a barra do rio Suassuí pequeno. Responsável pela navegação do rio Doce e pelo apoio ao tráfego fluvial de comerciantes.
2ª	João do Monte Fonseca	Áreas dos rios Pomba, Muriaé e cabeceiras do rio Casca. Encarregada da manutenção e criação de aldeamentos indígenas. Incumbida da segurança das populações de colonos e índios aldeados, bem como da resolução de seus litígios.
3ª	José Caetano da Fonseca (substituído no dia 22 de janeiro de 1820 por Camillo de Lellis França)	Vales dos rios Casca, Matipó e Cabeceiras do Manhuaçu. Encarregada do aldeamento dos índios e da segurança das populações de colonos. Incumbida da segurança das populações de colonos e índios, bem como da resolução de seus litígios.

Nº da Divisão	Comandante Responsável	Área sobre a qual tinham responsabilidades e incumbências a que estavam obrigadas
4ª	Lizardo José da Fonseca	Bacias dos rios Casca e Piracicaba. Era encarregada de promover a navegação entre estes dois rios, ocupando com colonos suas margens esquerda e direita. Seu controle deveria se estender também às florestas que então recobriam os vales dos rios Santo Antônio e Piracicaba, bem como a toda a região dos rios Onça Grande e Onça Pequeno e ainda o microvale do ribeirão Mombaça.
5ª	Januário Vieira Braga (faleceu em abril de 1818 e só foi substituído em dezembro de 1820, por Bernardo da Silva Brandão).	Parte norte do rio Doce, bacias dos rios Suassuí Grande e Suassuí Pequeno, todo o rio Corrente e a parte sul do rio Mucuri.
6ª	Antônio Cláudio Ferreira Torres (substituído em data incerta por Joaquim Roiz de Vasconcellos)	Do rio Suassuí Pequeno até a Cachoeira das Escadinhas. Situada no centro da região do antigo "leste selvagem", esta circunscrição militar limitava-se por todos os lados apenas com as áreas de abrangência das outras divisões. Cabia-lhe o comando do importante presidio do Cuieté, para onde foram degredados muitos infratores da lei, provindos dos principais centros mineradores.
7ª	Julião Fernandes Leão	Região do vale do rio Jequitinhonha e seus afluentes. Esta divisão foi criada logo em seguida à Carta Régia de Guerra aos Índios Botocudos. Sua sede localizava-se no arraial de São Miguel, situado à margem direita do rio Jequitinhonha.

Fonte: Ofícios e relatórios relativos à Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1905. Ano X. p. 382-668. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1906. Ano XI. p. 03-254. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1907. Ano XII. p. 409-603. JOSÉ, Otilian. Marlière, o civilizador. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. p. 130.

Em 1820, Marlière foi nomeado Inspetor Geral das Divisões Militares do Rio Doce. Quatro anos mais tarde, o Imperador Dom Pedro I, ao criar o cargo de Diretor Geral dos Índios, ato contínuo, indica-lo-ia para ocupá-lo. O francês também acumularia, neste mesmo ano, a patente de Comandante Geral de todas as Divisões Militares do Rio Doce. Exerceu as duas funções ininterruptamente desde 1824 até 1829, ano em que foi reformado. Desde então, compelido pela malária e pelas necessidades materiais a

afastar-se do Vale do Rio Doce, refugiou-se em sua fazenda até seu falecimento, em 1836.²⁹

Ao longo de todos estes anos de convivência com os índios, Guido Thomaz Marlière, o primeiro Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais, procurou construir a respeito de si mesmo uma versão que se repete em identificá-lo como o protagonista de uma ferrenha batalha contra os colonos matadores de silvícolas, os militares corruptos e os desertores das Divisões. É interessante acompanhar como essa trajetória de vida, parcialmente transcorrida em um período em que a sociedade luso-brasileira se expandia sobre os territórios de mata, e o Governo Provincial buscava não apenas submeter os índios, mas também fazer do rio Doce um canal de ligação com o Oceano Atlântico tem sido abordada pela historiografia contemporânea. Portanto, caberia aqui proceder a uma revisão bibliográfica.

Começo por Warren Dean, que interessou-se pela estada de Marlière no Leste de Minas, ao escrever a respeito da extração de poaia pelos índios nas primeiras décadas do século XIX. Dada a orientação seguida em seu livro sobre a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira, este brasilianista pode ser citado como exemplo de abordagem claramente simpática ao biografado.³⁰ Refere-se ao processo gradativo e, a seu ver, “penoso” pelo qual Marlière, não apenas demonstraria sua lealdade ao Rei, mas conseguiria estabelecer um pacto de não agressão com os índios da

[29]. Veja detalhes a respeito desta fase da vida de Marlière, bem como de sua carreira militar em JOSÉ, Oilian. *Marlière, o civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.

[30]. Para Dean, em 1813, o Estado Português teria enviado para um “reduto genocida” no interior da Mata Atlântica, o Presídio de São João Batista, um francês com idéias liberais e pretensamente “simpático aos índios” Importante aqui destacar que a hipótese de que Marlière teria qualquer interesse pelos índios antes de sua chegada ao Presídio de São João Batista carece de comprovação. Dean não apresenta justificativas para considerá-la um ponto pacífico. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 171-172.

futura Zona da Mata. Sua lealdade e eficiência fizera-o ascender “[...] da condição de comandante de um dos distritos militares para a de coronel, com a responsabilidade pela pacificação dos nativos em toda Minas Gerais, à época de sua aposentadoria, em 1829.”³¹ Dean situa na diferença entre as estratégias utilizadas por Marlière para a atração dos índios e os métodos anteriores, marcados por um tipo de política de extermínio, a razão do sucesso obtido nos albores da década de 1820. Descreve o processo de ocupação das margens do rio Doce e as táticas utilizadas para este fim junto às tribos de índios botocudo, destacando finalmente como Marlière teria sido atacado por defender os interesses dos homens da floresta.

Também Maria Hilda B. Paraíso, uma representante dos que mais recentemente se interessaram pela história dos grupos indígenas de língua Jê no século XIX, cita Marlière em seu texto sobre a trajetória histórica dos Botocudos, sem, entretanto, se demorar no tema³². Ao descrever a reforma de Marlière, em 1829, marcada por uma querela com o Presidente da Província João José Lopes Ribeiro, a autora se equivoca ao confundi-lo com José de Souza Guimarães.³³ Descreve contudo como a insistência do francês em preservar parte dos territórios indígenas e limitar as possibilidades de escravização causaria crescente indisposição do Governo Provincial para com suas iniciativas. Associa, ainda, a intensificação do uso do trabalho compulsório indígena com o fim da diretoria de Marlière.

[31]. *Ibid.*, p.171.

[32]. PARAÍSO, Maria Hilda Belato. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 418.

[33]. *ibid.*, p. 419. A autora se engana aqui, uma vez que o nome do Governador que se opôs aos projetos de Marlière não era José de Souza Guimarães, mas João José Lopes Ribeiro, conforme demonstramos na última seção deste trabalho. Confira a lista dos presidentes da província de Minas Gerais na: Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, nº 1, 1896, p. 9 e 10.

Ângelo Alves Carrara dedicou sua tese de mestrado e alguns escritos posteriores ao estudo do que chamou de “Zonas da Mata”.³⁴ O termo no plural reflete a adoção de certos pressupostos de pesquisa, dentre os quais o principal é o reconhecimento de diferenciações claras entre a formação econômica e agrária das micro-regiões do que hoje chamamos de zona da Mata Mineira. Esta distinção não parte de reflexões recentes, pois tem suas origens nos trabalhos da geógrafa Elsa Coelho de Souza. Esta autora, ainda em 1951, em um estudo que buscava conhecer a distribuição das propriedades rurais no território mineiro, diferenciou o que entendia como sendo as Zonas da Mata Norte, Central e Sul, estabelecendo para cada uma delas o tamanho característico das propriedades, o tipo de estrutura agrária e a área cultivada. A Zona da Mata Norte abrangeria os municípios das margens direita e esquerda do Rio Doce, a Central, os da margem esquerda do Rio Pomba até o alto do Vale do Rio Doce e a Sul, os dos vales dos rios Paraíba, Preto Paraibuna e Pomba.³⁵

Carrara desenvolveu um estudo econômico detalhado que abraçou o período nevrálgico da ocupação e do estabelecimento da cultura luso-brasileira na Mata Central, compreendido entre meados do século XVIII e a década de 90 do século XIX. Partindo da diferenciação sub-regional para a qual atentara Elza de Souza, destacou como essenciais as diferenças internas, criticando a historiografia que o precedeu por sua insistência em tratar a Zona da Mata como uma região com características homogêneas. Recebe particular atenção a variada média de participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos

[34]. Ver: CARRARA, Ângelo Alves. op. cit., p.146. Veja também a tese de doutorado: CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1764-1807)*. 1997.

[35]. Confira: SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.52-70, jan./mar. 1951. p.52-53

municípios que surgiram na região, a partir da segunda metade do século XIX. Partindo de um método de estudo de inspiração marxista, procurou decifrar as razões pelas quais as microrregiões da Mata ter-se-iam diferenciado na forma de exploração da força de trabalho, passando do que entende como sendo um modo de produção pré-capitalista para formas diferenciadas de um capitalismo ora agrário-escravista e cafeeiro, ora centrado na pequena propriedade, dirigida por homens livres e pobres dedicados ao comércio e à subsistência. As estruturas familiares de produção teriam sobrevivido em Minas graças às terras das áreas de fronteira agrícola que se apresentavam a sua disposição. As paisagens rurais dominantes em cada uma das freguesias de Minas Gerais no período entre 1722 e 1830 foram também estudadas na medida em que a leitura dos inventários pós-mortem dos proprietários de unidades rurais de produção foram atenciosamente consultados.³⁶ Como o próprio Carrara reconhece, a abundância de registros sobreviventes às grandes propriedades escravistas não encontra correspondências no que tange às fontes que nos informam sobre os pequenos produtores agrícolas: “*Devo reconhecer que essa escassez documental muitas vezes deixa ao desamparo os pressupostos teóricos aqui adotados.*”³⁷

Haruf Salmen Espíndola em Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território da floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845 dedicou um grande espaço de suas seções à documentação relativa a Marlière, acompanhando suas idéias e a sua aplicação prática junto às tribos indígenas. Seu trabalho comporta

[36]. Confira: CARRARA, Ângelo A. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

[37]. CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata Mineira (séculos XVIII e XIX)*. p. 10.

também uma análise do projeto de navegação do rio Doce e desbravamento dos sertões circunvizinhos, movido inicialmente pelo Império Português e mais tarde pelo Governo Brasileiro, que o abandonaria como prioridade administrativa na segunda metade do século XIX.

Devido à sua proposta inicial mais abrangente e às suas preocupações de historiador econômico, Espíndola, embora consegue admiravelmente inserir o processo de conquista dos sertões do Rio Doce num contexto político, econômico e ambiental mais amplo, não direciona suas preocupações para a motivação do projeto marliariano, nem para o ambiente de sua criação social e histórica.

No trabalho de Carrara, Marlière é citado dentro do processo de ocupação das zonas da mata Sul e Central, sem que, no entanto, como não era também previsto na proposta inicial do autor, tivessem lugar considerações mais detalhadas sobre seu projeto e a natureza de sua motivação. Mesmo Espíndola, que dedica toda uma subseção de sua tese às idéias de Marlière para a civilização dos índios e colonização do Rio Doce, não se pergunta, em nenhum momento, acerca do móvel ou da origem daquelas idéias. A figura do francês parece não se diferenciar frente às outras autoridades políticas da capitania, como se o “lugar” particular de onde partia o seu discurso também não representasse interesse para a compreensão da extensão de sua influência sobre as direções indígenas que comandou. Lendo Espíndola ou Carrara, um leitor desavisado não desconfiaria minimamente do fato de que Marlière era, no contexto da sociedade luso-brasileira que se projetava para o sertão, não apenas um estrangeiro excêntrico, mas um produtor de discursos freqüentemente incômodos porque partidos de um referencial de homem e de mundo diversos. Além disso, o método econômico adotado pelos dois autores não parece dar conta de outras dimensões da realidade, como aquelas

que se evidenciam a partir das relações de produção e circulação das estratégias de força e poder no âmbito das sociedades indígenas, com as quais inevitavelmente deparamo-nos na leitura da documentação. Particularmente, no trabalho de Espíndola, por vezes, os índios parecem apresentar-se-nos tais quais constantes vítimas de um perverso colonizador branco, vindo das regiões mineradoras.³⁸

Outra lacuna aparentemente deixada pelo autor refere-se ao fato de o enfoque privilegiado às questões econômicas não vir acompanhado de suficiente diálogo com os autores que, transitando na fronteira interdisciplinar entre a história e a antropologia, têm recentemente se dedicado à discussão da temática indígena.

Esse diálogo foi, entretanto, melhor conduzido por Isabel Missagia de Mattos, que, analisando os processos de sustentação das estratégias de sobrevivência na sociedade dos índios Botocudo, não perdeu de vista as ressemantizações empreendidas pela sociedade luso-brasileira que os representava.³⁹ Acompanhando a trajetória de transformação dos índios Botocudo em *nacionais* (brasileiros) a partir da mestiçagem, a autora recupera a história das missões capuchinhas entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, avaliando o papel ocupado pelos atores históricos indígenas na fundação, desenvolvimento e declínio dessas organizações missionárias e catequéticas. Dialoga, ainda, com o conceito de etno-história, instrumento metodológico e heurístico através do qual aborda as “redes de relações

[38]. Mais à frente, dedicaremos algumas linhas ao questionamento dessa imagem vitimizadora das nações indígenas de Minas Gerais.

[39]. MATTOS, Isabel Missagia de. “*Civilização e revolta*”: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais)

intersocietárias instauradas pelo indigenismo”. 40 Fugindo aos excessos de exaltação romântica e às exasperações detratoras – bastante comuns ao repertório de um certo discurso indigenista militante e ingênuo – Mattos, acompanhando a história das políticas indigenistas para com os Botocudo, trata Marlière como um homem de seu tempo, protagonista de um projeto de civilização que guardava nuances de concessão às sociedades indígenas que atraíam a antipatia da comunidade luso-brasileira nas primeiras décadas dos oitocentos. Detectando a imagem que o Francês construíra sobre o mundo em que vivia – a abnegação de si mesmo, a divisão da sociedade branca e livre em filantropos e homens insensíveis, e a crença na bondade e inocência original dos índios – a autora, logo ao início de seu trabalho, faz-nos um convite que em muito se aproxima da forma como encarei as fontes ao longo desta biografia:

Diferente do diretor dos índios do rio Doce, o militar francês Guido Marlière (1767-1836), que acenava sua disposição amigável para com os indígenas perante a intelectualidade adversa de sua época, convido o leitor a uma incursão antropológica pela história dos índios e do indigenismo em Minas Gerais, na qual quaisquer pré-julgamentos sobre os atores envolvidos seriam bagagens inúteis e desnecessárias.⁴¹

Antes de Dean, Paraíso, Carrara, Espíndola e Mattos – que citaram Marlière de forma mais ou menos secundária, em trabalhos cujos temas englobam objetos de interesse desde o princípio mais abrangente – outros se interessaram particularmente pela vida deste francês no que tange às vicissitudes pelas quais teria

[40]. :ibid.

[41]. MATTOS, Izabel Missagia de. “Civilização e revolta”: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. XVII. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais)

passado, aos “enigmas” a respeito da história de sua juventude, etc. Dentre eles, está o historiador maçom Ari Gonçalves, autor de um livreto intitulado *O Segredo Revelado de Guido Marlière*, datado de 1978, no qual, a partir da colaboração do professor Georges Boivert, então diretor do *Departament d’Etudes Portugaises et Brasiliennes* da Universidade de Poitiers, na França, publicou uma memória militar proveniente do Arquivo do Serviço Histórico do Exército Francês. Esta memória esclarece muitos aspectos da trajetória europeia do francês. De forma excessivamente exaltadora e factualista, o autor também revela-nos a passagem de Marlière pela maçonaria, particularmente o fato de ter ocupado o cargo de primeiro delegado do *Grande Oriente do Brasil* durante a década de 20 do século XIX, em Minas Gerais.

A reunião de documentos nos quais se crê sem questionamentos – não obstante os esforços interpretativos do autor – salta, entretanto à vista. Mais uma vez, neste historiador maçônico, a pretensão de verdade, o desejo de escrever um “trabalho definitivo” parece-me evidente. Haruf Salmem Espíndola, em uma de suas críticas à abordagem de Warren Dean, apontou, de forma bastante pertinente para o debate em torno do tema, uma das armadilhas que espreitam os historiadores biógrafos em seu contato com as fontes:

A questão que se coloca é a do risco de se deixar seduzir pelo enredo que os atores propositadamente tenham traçado para a posteridade. Por exemplo Warren Dean, no seu enredo trágico da História da Mata Atlântica, adota sem maior crítica a tese de que o francês Guido Thomaz Marlière foi um benfeitor dos índios que teve que lutar contra opositores ferrenhos.[...] Essa abordagem [...] faz parte de um enredo criado pelo próprio francês através de diversos documentos que deixou: relatórios, ofícios, correspondência para imprensa, entre ou-

tros. Com base nessa documentação o francês, em 1826, reivindicou o título de Barão do rio Doce ao Imperador Dom Pedro I.⁴²

Concordo neste aspecto com este autor, reconhecendo que a versão da história hoje corrente baseou-se neste discurso, sem dúvida unilateral. Por isso, incluí neste trabalho outras vozes contemporâneas que nos transmitem percepções e olhares diversos sobre Marlière e seu trabalho. Procuo assim romper o predomínio de sua versão e historicizar sua pretensão de verdade.

Com esta “verdade” inalcançável, uma vez que pressupõe a existência de um discurso isento, que refletisse o passado tal qual existiu, não me preocupei. Procurando ir além dos juízos de valor e das ingênuas discussões a respeito de uma pretensa *bondade* ou *maldade* dos personagens históricos, preferi, neste trabalho, perguntar-me sobre as condições sociais e históricas em que surgiram as práticas que elegi como objeto, recuperando cada discurso a partir da problematização de seu próprio enunciado. Interessam-me, sob este aspecto, tanto as versões de Marlière sobre si mesmo quanto as que seus contemporâneos construíram a seu respeito. Busco decodificar essas fontes e empenho-me no trabalho de procurar os fatores implícitos ou explícitos que influenciaram as narrativas de que são portadoras, sem contudo, desqualificá-las como “falsas”, já que não tenho a pretensão de afirmar minha interpretação como mais ou menos “verdadeira”. Proponho-me, entretanto, aqui – e faço-o baseando-me em um trabalho de cruzamento de diferentes tipos de fontes – a apresentar outras possibilidades de interpretação, a descortinar outros ângulos de olhar sobre a trajetória de vida deste francês e a explicar meus argumentos em seu favor.

[42]. ESPÍNDOLA, H. S., op. cit., p.138

Indispensável a um trabalho como ao que me propus, foi também uma leitura atenta dos textos produzidos por autores engajados na discussão a respeito do gênero biográfico nos meios acadêmicos de história. As polêmicas a esse respeito despertaram-me especial interesse, sem que – reconhecendo-me sem dúvida tributário de suas influências – me sentisse entusiasmado a ponto de que qualquer biografia específica me servisse de modelo.⁴³

A historiografia do século xx é rica em exemplos de biografias consagradas tanto na Inglaterra quanto na França. Lucien Febvre, em seu estudo sobre as obras do escritor renascentista Rabelais, se interroga sobre a possibilidade ou impossibilidade do ateísmo no século xvi⁴⁴. Carlo Guinzburg, pesquisando a vida e as idéias do Moleiro Menóquio, desenvolveu uma interpretação sobre a circularidade entre a cultura camponesa e a cultura da elite da Europa pré-industrial⁴⁵. Christopher Hill, dedicando-se à análise dos documentos sobre a vida de Oliver Cromwell, em “*O Eleito de Deus*”, traçou um perfil da sociedade inglesa seiscentista com suas disputas no âmbito das concepções religiosas, das idéias políticas e das batalhas econômicas. Georges Duby, no livro “*Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*,” se propôs a, através da trajetória de vida de seu biografado, se perguntar sobre o cotidiano e as estruturas de uma sociedade feudal.⁴⁶ Finalmente Jacques Le Goff, na magistral biografia de São Luiz, procura demonstrar como seria possível conciliar a narrativa de vida com a

[43]. Para uma história da discussão em torno da biografia histórica veja: SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e uma proposta de investigação. Anos 90: Revista do Programa de Pós-graduação em História, n.6, p. dez. 1996. Porto Alegre, nº 6, dezembro de 1996.

[44]. FEBVRE, Lucien. *O Problema da Descrença no século xvi*. Paris: Albin Michel, 1974.

[45]. GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[46]. DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro, Graal, 1987.

proposta de uma história-problema, sem, em momento algum, romper com o espírito investigativo inaugurado por Marc Bloch e Lucien Febvre.

Seria oportuno recordar que Le Goff também nos lembra de que os sujeitos históricos biografados não são meros instrumentos de comprovação de determinada teoria, que ofereceriam afortunados subsídios de confirmação para algum encaminhamento lógico-linear, ou a solução de algum problema de pesquisa. Isso porque, como relato e narração da vida de um indivíduo, a biografia não apenas se movimenta entre os eventos individuais e coletivos, mas também nos leva a perceber que, embora partamos em nossa observação de um lugar do tempo em que os fatos já se consumaram de determinado modo e em determinada direção, esses mesmos episódios do passado estiveram, por ocasião de sua temporalidade específica, submetidos à imprevisibilidade e à indeterminação.⁴⁷ Como observou Sabina Loriga, os homens não são fantoches, mas sujeitos da história.⁴⁸

Procurando seguir a direção que a especificidade das fontes e das questões por elas suscitadas levavam-me a escolher, fui confrontado com a imprevisibilidade do trabalho do pesquisador, sempre em confronto com impasses teóricos e empíricos, num caminho que, para além de qualquer projeto inicial, sempre se faz ao longo da caminhada. O trabalho do historiador afigura-se como uma operação seletiva, que geralmente inicia-se por um mínimo de questionamentos e hipóteses prévias – nascidas do contato progressivo com os vestígios do passado – que não devem, entretanto, impedir ou fechar o pesquisador à surpresa, à descoberta, àquilo que foge às intuições do princípio.

[47]. LE GOFF, Jaques. Comment écrire une biographie aujourd'hui? *Le Débat*, n 54, p.49-50, mar./abr., 1989.

[48]. LORIGA, Sabina. Manequins ou faiseurs d'histoire? *Critique: revue générale des publications françaises et étrangères*, v., n. p.133-145, jan../fev. 2000.

Busquei chamar a atenção dos leitores para questões mais abrangentes e afastar-me do estilo de biografia que conta a história individual, plenamente linear e coerente de um “grande homem”, adotado pelos antigos biógrafos de Marlière, meus predecessores. Os indivíduos, personagens de biografias, não são unidades coerentes, apresentando ao contrário uma série de imprevistos, acasos e incoerências em suas trajetórias de vida. A trajetória que pretendo, aqui, recuperar transcorreu em vários espaços formadores do cotidiano do biografado, de sua sociedade e de seu tempo: a Corte, a família, a Capital da Província, a loja maçônica, o quartel, o sertão, a aldeia indígena, o arraial, a igreja e a religião, etc. Esses espaços não nos chegam transpostos tais quais eram em sua integralidade. Deles apenas conhecemos o que os documentos escritos e os elementos de cultura material nos dizem. Polifônicos, os textos das fontes significam coisas diferentes para leitores movidos por formações, indagações e objetivos diferentes. Os documentos são modalidades de discurso, versões do passado, que partem de um “local” específico de produção. Lembra-nos Michel de Certeau que a pesquisa e o discurso historiográfico que dela resulta também partem de um “lugar” de produção “sócio-econômico, político e cultural” do historiador.⁴⁹ Por essa razão, definir claramente o objetivo e o local de onde parte nossa interpretação é condição indispensável para um trabalho honesto, coerente, livre de vãs pretensões de neutralidade e que se abre às indagações do leitor, oferecendo-se ao debate.

Outra questão natural para o estudioso atento seria a de que até que ponto meu biografado representaria sua época, ou apontaria para a visualização de elementos capazes de informar sobre os homens de seu tempo, de seu estrato social, de seu ambiente

[49]. DE CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In.: LE GOFF, Jaques (Comp.). *História novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 18.

intelectual. Afinal, os homens, por mais singulares nos pareçam, sempre compartilham, em menor ou maior grau, os códigos culturais que viabilizam sua convivência e comunicação social.

Procuro demonstrar que, partindo de sua inserção em um imaginário social marcado pela influência da ilustração francesa, Marlière criou, em sua experiência cotidiana, formas novas e diferenciadas de pensamento e intervenção sobre a realidade das culturas.⁵⁰ Mais do que os teóricos de seu tempo, ele pôde submeter suas concepções a uma aplicação efetiva junto aos índios, colonos e degredados que pretendia “civilizar”. Esse espaço cotidiano de criações e enfrentamentos que atravessa as imbricadas dimensões do público e do privado na vida do biografado será o cenário desta história. Concordo com Mary Del Priore, quando afirma que:

Não se trata, apenas, de fazer a história do cotidiano ou da vida privada resgatando a sua evolução ou condição. Trata-se de deslocar o campo de possíveis, definindo uma historicidade específica. Não se trata de discutir o espaço do público em oposição ao privado, mas de tentar perceber qual a natureza do espaço que diferentes grupos sociais ocupam. Trata-se, ainda, de interpretar os usos e representações que fazem os diversos grupos sociais deste espaço⁵¹.

[50]. Ao utilizar aqui a expressão “experiência cotidiana”, reporto-me aos espaços de manifestação das relações, práticas e constituição de saber na experiência diária dos homens. Nisso me inspiro em Foucault, para quem o estudo do poder deveria partir de sua forma de manifestação concreta, no nível das práticas cotidianas. Segundo Astor Antônio Diehl, as contribuições da teoria de Foucault para a historiografia permitiram um deslocamento temático em direção a um olhar mais antropológico, logo responsável pelo surgimento de vários trabalhos que elegiam como tema a história do cotidiano ou a história das mentalidades. Isso dever-se-ia à proposta desses dois últimos gêneros historiográficos, que incluía desde o princípio a busca do contingente de subjetivação da história, das experiências individuais do passado, negligenciadas pelas grandes sínteses realizadas pelas antigas histórias política, econômica e social. Confira: DIEHL, Astor Antônio. O exemplo Michel Foucault. In: _____. *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre, Evangraf, 1993. p. 119.

[51]. PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C.F. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 272.

Como observou Benito Bisso Schmidt, as oposições entre indivíduo e sociedade, narração e explicação, público e privado e unidade e fragmentação dos agentes históricos são ilusórias e aparentes, “[...] já que a análise histórica exige um deslocamento entre esses dois pólos, e não um isolamento entre os pontos mencionados [...]”⁵².

Uma biografia que se pretenda histórica deve ultrapassar o âmbito de uma vida particular e chamar a atenção para questões de caráter mais amplo. Como qualquer produção historiográfica, ela deve partir de questões-problema e de hipóteses fundamentadas em evidências empíricas. Estas últimas diferenciam a biografia histórica daquela escrita com um propósito fundamentalmente literário. Por isso, é bom que, os historiadores, estejamos atentos aos vestígios que o passado nos legou. Essa observação não implica em que devamos abandonar a inventividade; ela apenas nos recorda métodos inerentes ao ofício.

Por outro lado, não devemos pensar as fontes de forma desvinculada da influência das perguntas e dos olhares que os historiadores dirigem a elas, mesmo quando o relato histórico, por seus convincentes efeitos de real, tenta nos conduzir a acreditar que elas falam por si mesmas, com o intento de comprovar, de forma inquestionável, a veracidade de sua versão. Isto porque os relatos permitem diversas interpretações, e aqueles que historiam escolhem uma delas a partir de métodos rigorosos que, não obstante, visem evitar as leituras ingênuas e as crenças excessivas no conteúdo das fontes, não logram afastar por completo a subjetividade do interpretador.

Assim, uma vez decidido a escrever uma biografia de Guido Thomaz Marlière, que abordasse questões mais amplas, procurei revisar alguns documentos há muito abandonados pelos his-

[52]. SCHMIDT, op. cit., p.186.

toriadores e definir o meu olhar sobre eles. Busquei, também, fontes de diálogo teórico que, de certa forma, me ajudassem a responder às interrogações suscitadas a partir do contato com a empiria.

No início, guiado por meu interesse pela história das instituições militares e por minha paixão pelas fontes do século XIX, iniciei um mapeamento da documentação disponível. Mais tarde, meu trabalho foi o de organizá-la em um “corpus” documental, estabelecendo seqüências cronológicas e interpretativas a partir de documentos originalmente dispersos e desorganizados.

As centenas de ofícios escritos por Marlière e mais tarde publicados na revista do Arquivo Público Mineiro, respectivamente nos anos de 1906, 1907 e 1908, foram o ponto de partida e a maior fonte de pesquisa. Busquei, também, livros, cartas, ofícios e dicionários biográficos que se referissem a Marlière ou a seus contemporâneos no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Arquivo do Exército Brasileiro, no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, na Coleção Mineiriana da Biblioteca Pública Luiz de Bessa em Belo Horizonte, no Arquivo do Cartório de Ofícios da cidade de Ubá, no Arquivo da Paróquia da Cidade de Ubá, nos arquivos das paróquias dos atuais municípios de Visconde do Rio Branco (antiga paróquia de São João Batista do Presídio) e Rio Pomba (antiga paróquia de São Manuel do Pomba), nos Museus Históricos destas duas cidades. Além desses arquivos, consultei ainda os da Casa Setecentista e da Câmara Municipal de Mariana.

Busquei em cada um desses acervos documentos referentes aos aldeamentos indígenas, aos processos militares, aos dados estatísticos de arraiais e aldeamentos, para responder a algumas perguntas simples para as quais as respostas deveriam ser extensas e complexas: Como era a sociedade e o ambiente natural

encontrados por Guido Thomaz Marlière ao chegar ao Brasil? Qual a influência das experiências vivenciadas em contato com essa sociedade e com o ambiente natural no qual ela se desenvolvia sobre o pensamento e as ações desse francês? De que forma as sociedades multiétnicas com as quais entrou em contato responderam à implementação de seus projetos? Quais as conseqüências do processo de ocupação dos biomas de Mata Atlântica do Leste Mineiro sobre a modificação da paisagem da Capitania/ Província? Como a personalidade e a especificidade da formação política de Marlière poderiam ter influenciado a forma pela qual sua direção de índios foi conduzida?

No Arquivo Nacional, descobri principalmente documentos relativos à passagem de Marlière pelo Exército Português, mais especificamente no período entre 1808 e 1810, quando este francês residiu no Rio de Janeiro. Havia, no entanto, também registros de suas condecorações. Esses documentos ajudaram a construir uma imagem da sua passagem pela Corte, ao mesmo tempo em que me revelaram alguns meandros de sua vida particular.

O Arquivo do Exército Brasileiro forneceu-me registros interessantes a respeito das datas exatas das promoções de oficiais das Divisões Militares do Rio Doce. A vida militar de Marlière no Brasil está também ali fartamente documentada. Lá, há também documentos importantes relativos à história militar na passagem entre a Colônia e o Império, bem como sobre o Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais ao qual Marlière pertenceu. A Biblioteca Nacional conserva manuscritos originais de Guido Thomaz, além de representações e abaixo-assinados de colonos que o acusavam de corrupção, rogando ao Imperador Dom Pedro que afastasse de seu cargo um francês que se declarava não-católico confesso e os preteria em benefício dos índios. O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil conserva cartas originais de Marlière, datadas do período posterior à sua reforma.

Arquivos como os dos museus municipais de Rio Branco e Rio Pomba, bem como os das respectivas paróquias destas cidades, revelaram-me o quanto ainda encontra-se preservado das fontes relativas à ocupação da Zona da Mata. Sobre essa região em especial, surpreendeu-me a abundância de fontes relativas aos conflitos entre índios e colonos, que encontrei nos Arquivos da Casa Setecentista e da Câmara Municipal de Mariana. Lá, há também estatísticas de aldeamentos indígenas como os de São Manuel do Pomba e São João Batista do Presídio.

Com surpresa, descobri algumas entrevistas e cartas inéditas que ajudaram, em certa medida, a preencher as lacunas de um trabalho biográfico que carecia de fontes que esclarecessem mais sobre a vida particular de meu personagem.

Frente a um acervo documental tão extenso, mais uma vez, escolhas se impuseram. Embora tenha conferido toda a documentação, apenas utilizei-me daquelas fontes que, remetendo-me ao cotidiano da trajetória de vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil, respondessem a minhas interrogações centrais.

Além disso, para lidar com uma documentação que me remete a constantes contatos interculturais, mantenho um diálogo íntimo e constante com algumas reflexões antropológicas contemporâneas as quais me remeterei com mais detalhe a partir de agora. O diálogo entre historiadores e antropólogos ocupa hoje a ordem do dia. A história dos debates e contribuições interdisciplinares entre estas duas modalidades de saberes sobre os homens é longa e prefiro não inventariá-la nesta introdução, já que, em grande medida, este trabalho já foi realizado por diversos outros autores.⁵³

[53]. Veja por exemplo: SCWARCZ, Lilia Moricz. *Antropologia e história: Debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. Um resumo da história dos debates entre historiadores e os antropólogos, bem como uma avaliação de suas mútuas contribuições, confira: NETO, Edgar Ferreira. *História e etnia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

A hermenêutica dos historiadores tradicionalmente se diferenciou da dos antropólogos no que toca ao trabalho arquivístico. Etnógrafos renomados reiteraram a necessidade de que a pesquisa de campo fosse precedida de uma sólida preparação teórica. De outro lado, um certo medo de reduzir a infinitamente variada experiência social e histórica dos homens a conceitos ainda assombra aqueles que historicam. Certos excessos historicistas chegam mesmo a predicar a negação de todas as tentativas de se encontrarem regularidades de caráter mais amplo no estudo dos homens no tempo, ancorados na idéia – frequentemente evocada como uma frase de efeito eficiente na batalha dos debates – de que a singularidade histórica das fontes deveria pautar todas as análises.

Enfatizemos o valor da erudição arquivística, observando, porém, que, se as oposições entre sincronia e diacronia já têm sido em grande medida relativizadas por antropólogos e historiadores contemporâneos, cumpre afirmar a possibilidade de uma associação entre os instrumentos de compreensão etnográfica e a consideração das singularidades empíricas características das diversas historicidades⁵⁴. Desafiados pelas questões que a leitura documental nos apresenta, subdividimos os conceitos – para que com eles possamos manter um diálogo, que, não raro, pode nos conduzir inclusive a subvertê-los – sem, entretanto, abandoná-los.

Por hora, vale observar que, aqui, estabeleço um diálogo com os escritos de Marshal Sahlins para quem as ações simbólicas humanas são informadas tanto pelos conceitos por meio dos quais

[54]. Sobre este debate entre historiadores e etnógrafos, há ainda o artigo de: SCHWARCZ, Lilia M. Marshal Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. *Cadernos de Campo*, nº 9, pp. 125-133. Veja ainda a introdução de: MATOS, Izabel Missagia de. “Civilização e revolta”: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. XVII. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais)

a experiência é organizada e comunicada – procedentes de um esquema cultural preexistente – quanto pela singularidade proporcionada por cada nova experiência do mundo social e histórico dos homens.⁵⁵ Os atores históricos, as situações vivenciadas no tempo e no espaço e também os seus conceitos não são redutíveis a outros atores e outras situações. Suas existências inéditas não são e não serão iguais a quaisquer outras. Como na analogia da diferença heraclitiana, não se entra num mesmo rio duas vezes, embora o nome pelo qual o conhecemos não mude. Os sistemas conceituais tradicionais de interpretação, como observou Sahlins, são culturalmente recriados quando realizados como projetos pessoais: “As pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que suas próprias culturas possam ter feito com elas.”⁵⁶

Ao longo do texto, procuro demonstrar que o pensamento e as ações de Marlière, embora partissem em sua origem de um referencial de mundo europeu, marcado pela influência das idéias seiscentistas e setecentistas que desaguaram no que hoje reunimos sob o termo *ilustração*, não se reduzem a este referencial. O enfrentamento entre sua visão de mundo, seus padrões culturais e as influências intelectuais sofridas com o que Sahlins chamaria de “riscos empíricos” traria uma reelaboração de sua própria imagem, – creio que possamos utilizar esta expressão não apenas em relação às etnias e culturas, mas também no que se refere às trajetórias individuais – uma recriação híbrida de seu próprio ser.

Entretanto, haveria, a meu ver, algo mais aqui a se dizer sobre os contatos entre as culturas. E para que este “algo” mais não permaneça legado ao silêncio, ampliarei o debate com a obra de

alguns antropólogos. Particularmente, desejo, a partir de agora, desenvolver algumas reflexões, que acredito, sejam pertinentes, sobre os contatos entre a cultura européia e as sociedades indígenas, tema recorrente em meu trabalho. Como apontou Eduardo Viveiros de Castro em sua abordagem dos relatos e percepções jesuíticas do século XVI sobre a inconstância dos índios Tupi litorâneos em aceitar a religião católica de forma contrita e definitiva – não obstante um período inicial de curiosidade e entusiasmo – a abertura destes povos ameríndios à cultura do outro e a busca do relacionamento com alteridades diversas das suas não implicavam em sua aceitação inquestionável e submissa, nem na substituição de seu sistema de crenças pelo alheio⁵⁷. Os índios não obedeciam dessa forma totalizante esperada pelos missionários católicos, nem aos seus chefes guerreiros, nem aos seus caraíbas. O conhecimento oculto dos pajés, a faculdade de se comunicarem com os deuses e com os mortos, a capacidade de lançar e retirar feitiços, a função profética de que eram investidos, era, também, freqüentemente, submetida à dúvida por seu próprio povo. Os índios Tupi e neste aspecto acredito que poderia, malgrado as diferenças, encontrar certa semelhança no caso dos pouco conhecidos Puri e Coroado com os quais trabalho – não tinham, em sua religião e em sua visão de mundo, um correspondente de crença totalizante como a dos católicos tridentinos. Entre eles, um caraíba que não correspondesse às expectativas da tribo, errando uma profecia por exemplo, poderia até mesmo ser morto. Não havia uma submissão completa aos dogmas de uma verdade revelada nem uma obediência irrestrita aos seus representantes. Marlière, associado à imagem de “Grande Chefe Guerreiro” pelos Botocudo – povos para os quais qualidades como a coragem e a habilidade

[55]. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 188-189.

[56]. *Ibid.*, p. 189.

[57]. CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002. p. 183-264.

em combate eram extremamente valorizadas – conseguiu mais influência entre eles do que quantos padres havia em suas divisões, mas jamais obteve uma obediência irrestrita.

O caráter essencialmente guerreiro das sociedades indígenas das florestas da América do Sul foi afirmado por Pierre Clastres, que via também na ausência do Estado ou de órgãos burocráticos e autoridades com poderes permanentes (Fé, Lei e Rei) uma vontade política de recusar tais instituições.⁵⁸ Sua contribuição para os estudos da guerra e da estratégia entre os índios vai além da simples constatação de que a recusa à autoridade poderia significar um desejo de não submeter-se a ela e não simplesmente um estado evolutivo pré estatal. Em sua concepção, a sociedade indígena, ao mesmo tempo em que recusava a hierarquia rígida e a desigualdade social, – trabalhando somente o suficiente para garantir seu bem estar, sobrevivência e lazer – instituía a guerra como condição de sua existência, já que a força centrífuga que os constantes conflitos geravam não permitia uma unificação estatal. Assim, para Clastres, “A sociedade primitiva é sociedade contra o Estado na medida em que é sociedade para-a-guerra”⁵⁹

Carlos Fausto, em seus estudos sobre a guerra entre os índios brasileiros, corrobora as afirmações de Clastres, restringindo-as, entretanto, àquelas sociedades que se relacionariam com o exterior por meio de contatos fundamentalmente predatórios. Onde a predação imperasse, haveria sociedades dispersas, atomizadas. Este tipo de perspectiva separa, – embora não de forma absoluta, mas antes, intercambiável – de um lado, aquelas que seriam sociedades predominantemente baseadas na troca e, de outro, aquelas que investiriam majoritariamente na predação.

[58]. CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

[59]. *Ibid.*, p.203.

60 Na visão deste antropólogo, essa predação, essa simultânea destruição e incorporação, visaria reproduzir mais do que tudo pessoas e não objetos, como acontecia nos conflitos armados da sociedade européia. Através de uma espécie de *consumo produtivo*, os índios construiriam social e culturalmente pessoas no interior de seu grupo por meio da destruição de elementos humanos provenientes de outros. Morto o opositor, um outro tipo de relação estabelecer-se-ia com ele. O assassinato seria a operação pela qual um convívio de inimizade real se converteria em uma relação simbólica de controle, caracterizada por uma *predação familiarizante*, que, contudo, não poderia restringir-se ao indivíduo, mas antes ser também compartilhada socialmente pelos demais membros da comunidade por meio de certos rituais de guerra.⁶¹

Generalizações a respeito de conceitos como “guerra indígena” e “sociedades sem Estado” podem conduzir a equívocos; principalmente se estivermos inclinados a interpretar estes instrumentos de compreensão como tentativas de reunião de culturas com diferenças significativas – características de seus processos específicos de formação social e histórica – em um mesmo modelo estático e fechado. A prática da pesquisa empírica aponta para múltiplas e significativas diferenças nas formas pelas quais as culturas indígenas da América do Sul encaravam a guerra. Além disso, embora possamos levantar hipóteses, não há como precisar em que medida as formações culturais a respeito das quais nos informam os relatos dos viajantes – marcados eles também por sua carga de subjetividade – poderiam remeter-nos a concepções características das sociedades indígenas em questão ou a formas híbridas, surgidas a partir da interação, que sabemos ter sido constante, entre a sociedade luso-brasileira de entorno, as

[60]. FAUSTO, C. *op. cit.*, p. 276.

[61]. *Ibid.*, p. 276.

diferentes nações indígenas, etc. A constatação da diferença e da variação não deve, entretanto, nos fazer esquecer de que as formas culturais, embora submetidas ao devir histórico, podem se manifestar com certas semelhanças. Isso parecerá mais plausível, na medida em que constatarmos que aqueles grupos indígenas cujas manifestações culturais procuramos compreender tiveram, em um passado mais ou menos remoto, ligações e parentescos lingüísticos e culturais.⁶²

Como lembra Carlos Fausto:

Há uma recorrência muito grande de práticas e representações em áreas tão afastadas quanto as florestas tropicais equatorianas e a costa brasileira, em tempos tão distantes quanto o século xx e o século xvi, em grupos tão diversos quanto os Yanomami e os Munduruku. Em todos estes contextos, temporalidades e sociedades, vemos o comportamento bélico articulado a um conjunto de assunções bastante sistemáticas, que dizem respeito à relação com o exterior e à produção do interior [...].⁶³

Fratutando as convenções antropológicas para que possam auxiliar-nos em nosso diálogo com fontes marcadas por particularidades históricas não abarcadas pelos “modelos gerais”, não precisamos necessariamente cunhar novos conceitos. Basta não perdermos de vista a especificidade de nossos objetos.

As nações indígenas com as quais Marlière entrou em contato organizavam-se todas em grupos dispersos e nômades, marcados pela afirmação de líderes guerreiros de poder limitado e quase

[62]. Para mais informações sobre a filiação lingüística dos troncos Jê, Macro-Jê e Tupi veja: URBAN, Greg. história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87-102. Ver também: RODRIGUES, Airton Dall'Igma. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

[63]. FAUSTO, Carlos. op. cit. nota 50, p. 276.

sempre restrito ao âmbito militar. Os guerreiros chefes (capitães) tinham quase sempre de fazer lembrar suas vitórias frente aos seus, para que, numa atualização da crença em sua coragem e destemor, a influência que detinham sobre o grupo fosse renovada. Todas são hoje reunidas sob o tronco lingüístico Macro-Jê, ainda relativamente pouco conhecido pelos pesquisadores.

Acompanhando os relatos de guerras indígenas, o leitor poderá conhecer, por exemplo, como os Coroados decepavam as orelhas de seus adversários Puri, agregando-as ao redor da cintura e exibindo-as ao final dos combates em festins de comemoração socialmente compartilhados. Muitas vezes, os ataques ainda se faziam em vingança das mortes por doença, associadas a feitiços dos pajés dos Puri. Isso acontecia tanto do lado dos Coroados, inimigos culturais dos Puri, quanto dos Botocudos, vizinhos freqüentemente hostis. Este último era particularmente o caso do famoso chefe índio Guido Pokrane, que, tendo se tornado soldado, desobedecia às ordens de seu Comandante Francês para reunir seus iguais a fim de vingar-se pelas mortes perpetradas pelos feiticeiros Puri.

Ao chegarem à aldeia com os membros decepados de seus inimigos, os guerreiros eram festejados por toda a comunidade, em rituais que comportavam danças coletivas e pajelanças, regados sempre a cachaça de milho..

Mais alguns conceitos antropológicos influenciaram também minhas reflexões a respeito da sociedade multiétnica do Leste mineiro, palco de encontros entre homens de tão diferente extração. O primeiro deles é o de *transculturação*. Cunhado na década de 1940 pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz, esse instrumento de análise e compreensão foi utilizado e apropriado pela antropóloga canadense Mary Louise Pratt, em seu livro *Os Olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Conforme observa a autora, esse termo tem sido usado pelos etnógrafos para:

[...] descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana. Se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam..⁶⁴

Entendido dessa forma, o conceito de transculturação elimina velhos problemas suscitados pelos antigos conceitos de aculturação e desculturação largamente criticados, uma vez que pressupõem a existência de culturas “puras”, isoladas e livres de quaisquer influências externas, que um dia teriam sido assaltadas por informações intrusas, agressoras, impostas por uma suposta cultura dominante e capazes de profanar o santuário intocado de suas tradições. Ao mesmo tempo, lança luz sobre relações interculturais como as descritas neste trabalho, nas quais a incorporação de elementos da cultura dominante por parte dos povos supostamente submetidos, assume freqüentemente a forma de estratégia para a continuação da luta por meios políticos.

A autora, ainda, cria e se utiliza do conceito de *zona de contato*, com o qual se refere ao: “[...] espaço de encontros coloniais no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada [...]”.⁶⁵

Percebamos, também, que o conceito de *zona de contato* ultrapassa o de fronteira colonial:

O conceito de ‘zona de contato’ é utilizado freqüentemente em minha discussão como sinônimo de ‘fronteira colonial’. Mas

[64]. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru (SP): EDUSC, 1999. p. 23.

[65]. op.cit., p. 31.

enquanto este último termo está baseado em uma perspectiva expansionista européia (a fronteira é uma fronteira apenas no que diz respeito à Europa), ‘zona de contato’ é uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas, cujas trajetórias agora se cruzam.[...].⁶⁶

As regiões indígenas que sofreram interferência cada vez maior das autoridades luso-brasileiras a partir da segunda metade do século XVIII foram espaços de contato, choque e entrelaçamento entre diversas culturas e não simplesmente fronteiras agrícolas e econômicas, subordinadas ao paradigma pragmático do colonialismo europeu. A maioria dos trabalhos que enfocaram o leste mineiro na primeira metade do século XIX, conforme observei na pequena revisão bibliográfica que teve lugar algumas páginas atrás, tiveram como tema central justamente as relações de expansão da fronteira agrícola e colonial da sociedade luso-brasileira. Procuro, neste trabalho, contrariar esta visão unilateral em benefício de uma perspectiva de trocas e intercâmbios culturais que tem como palco um cenário de presenças comuns.

Uma ‘perspectiva de contato’ põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e ‘visitados’, não em termos da separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, freqüentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder..⁶⁷

A zona de contato é, finalmente, o espaço em que ocorrem as transculturações, os enfrentamentos, as permutas socioculturais, nas quais os homens se constroem enquanto sujeitos.

[66]. op.cit., p. 32.

[67]. PRATT, Mary Louise, op. cit. p. 32.

Toda sociedade humana é complexa, dinâmica e sujeita a constantes transformações, já que a mudança é inerente ao nosso processo de conhecer e agir no mundo. Os índios do Leste de Minas Gerais nunca foram, como por muito tempo se fez pensar, eternos herdeiros e reprodutores do fazer cultural de seus antepassados. As nações indígenas jamais estiveram isoladas de outras culturas, e o nosso olhar sobre elas não pode restringir-se a considerações a respeito das possíveis “perdas culturais” resultantes do contato com a sociedade luso-brasileira dos oitocentos. Sua capacidade de absorver um novo paradigma de mundo, dando-lhe um outro significado, adaptando-o à lógica de sua cultura, como veremos, assumiu detalhes e proporções realmente impressionantes. A visão do índio como “vítima da história” deve ser substituída por uma percepção mais ampla que possa abarcar os hibridismos e transculturações de diversas naturezas que surgiram dos contatos interétnicos. Como anotou John Manuel Monteiro:

[...] um dos maiores problemas da história dos índios é a perspectiva que pressupõe um caminho de via única para as populações que sofreram as consequências do contato: a história deste ou daquele povo, em termos tanto demográficos quanto culturais, se resume à crônica de sua extinção, quando na verdade, a construção ou recriação das identidades nativas e da solidariedade social muitas vezes se dá precisamente em função das mudanças provocadas pelo contato [...].⁶⁸

No seio da cultura indígena, houve sempre lugar para soluções criativas, para novas significações, acompanhadas de reelaborações identitárias de toda a ordem. Sujeita a grandes interven-

[68]. MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In. NOVAIS, Adauto. (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ções por parte dos chamados “processos civilizadores ocidentais”, a tradição tribal permaneceu, deixando sua marca na forma de interpretar e adaptar as novas informações impostas pela força aos quadros culturais indígenas preexistentes. O resultado, mesmo surgido num ambiente que traz em si elementos das formas culturais anteriores, foi sempre significativamente novo e inédito. Acreditar na história, fonte de constantes transformações, é perceber que, em certo sentido, mesmo aquilo que parece aos olhos desatentos apenas reproduzir-se, assume sempre novas feições no tempo e no espaço.⁶⁹

Devemos estar atentos para o perigo de nos iludirmos por um estereótipo da ocupação luso-brasileira dos sertões do Leste Mineiro baseado numa visão simplista e maniqueísta que, de um lado, situa os colonos, cruéis e sanguinários invasores e, de outro, os índios, vítimas que heroicamente resistiram à ocupação.⁷⁰ Visões aparentemente opostas, como a imagem que caracterizava o Botocudo como selvagem e perverso e a que apresentava a fi-

[69]. Como observou Marshal Sahlins a propósito do contato dos navegadores ingleses com a sociedade tribal havaiana: “No final, quanto mais as coisas permaneciam iguais, mais elas mudavam, uma vez que tal reprodução de categorias não é igual. Toda reprodução da cultura é uma alteração, tanto que, na ação, as categorias através das quais o mundo atual é orquestrado assimilam algum novo conteúdo empírico.” SAHLINS, Marshal. Op.cit. p. 181. Ou ainda, de outra forma, em Cornelius Castoriadis: “A criação é a capacidade de fazer surgir o que não estava dado e que não pode ser derivado a partir daquilo que já era dado. E imediatamente somos obrigados a pensar que é essa capacidade que corresponde o sentido profundo dos termos imaginação e imaginário. Quando nós abandonamos os usos superficiais desse termo, a imaginação não é apenas a capacidade de combinar elementos já dados para produzir um outro. A imaginação é a capacidade de colocar uma nova forma. De certo modo, ela utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma enquanto tal é nova.” CASTORIADIS, Cornelius. *A criação histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1991. p. 89. Veja também: CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 225.

[70]. A respeito da crítica a essa visão vitimizadora dos índios veja: DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. *Revista de História*, São Paulo, FFLCH-USP, p. 36-53, 1998. Podemos citar entre os trabalhos a que esta crítica se dirige: PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 35, p. 79-90, 1992. MARCATO, Sônia de Almeida. A repressão contra os Botocudos em Minas Gerais. *Boletim do museu do Índio*. Rio de Janeiro, nº 1, maio 1979. VILAS BOAS, Crisoston Tertio. A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia. Ouro Preto, UFOP, LPH: *Revista de História*, v.5, p. 42-55. 1995.

gura do índio aldeado, simples e bom, somente violento quando molestado pelos brancos (representação que se tinha dos índios Coroados e Coropós), estavam na verdade amalgamadas, já que se baseavam, respectivamente, no imaginário associado ao paganismo bárbaro e no complexo de culpa, elementos tão característicos da teologia católica pós-tridentina.

Ao longo de meu texto, procuro destacar as práticas indígenas de sobrevivência e luta, mesmo nas situações de aparente submissão e aceitação. Muito já se escreveu sobre as situações de guerra declarada e quase nada sobre as estratégias de guerra velada. Pretendo fazer lembrar ao leitor a afirmação de Michel Foucault, segundo a qual “[...] a política é a continuação da guerra por outros meios”. Invertendo a famosa frase de Carl Von Clausewitz, segundo a qual a “guerra é a continuação da política por outros meios”,⁷¹ este filósofo inspirou-me a buscar as manifestações das estratégias de luta que têm lugar após as tréguas.⁷² Afinal, a nomeação de Marlière para o comando dos presídios de São João Batista e São Manuel do Pomba teve lugar justamente em um período em que a *Guerra aos Índios Botocudos*, decretada em 1808 por Dom João VI, parecia não surtir os efeitos esperados, dando assim espaço para tentativas de trégua ou para a adoção de “meios mais brandos de civilização.”⁷³ A designação de Marlière, um oficial

[71]. Refiro-me a: CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

[72]. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

[73]. A mudança na orientação governamental com relação às ofensivas aos índios “botocudo” é perceptível pela leitura dos ofícios e cartas régias posteriores à declaração inicial de guerra, em 1808. Nota-se um visível recuo, bem como a busca de alternativas “menos agressivas de contato” e “persuasão”. A um passo que, em 1808, a guerra se estendia a todos os botocudo – e, na prática, ainda alcançava mais algumas outras nações indígenas não aldeadas – uma carta datada de 11 de dezembro de 1811 especificava para o comandante da Sétima Divisão Militar do Rio Doce: “[...] muito recomenda o mesmo Augusto Senhor que V. Ex. auxilie por todos os modos para captar a amizade e Aliança dos Botocudos mansos.”. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: EDUSP, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 82. No início deste mesmo documento é possível identificar que a opinião de alguns visitantes estrangeiros contrários à *Guerra aos Índios Botocudos* – como por exemplo o Barão de Eschwege – causava certo constrangimento ao príncipe regente Dom

francês simpático aos índios, ao contrário do que pensava Waren Dean, nada tem de surpreendente, situando-se antes dentro da margem de variação das políticas empregadas pelo Estado frente às dificuldades impostas pela aguerrida luta indígena.⁷⁴

Considerando a rede de poderes em luta como, acima de tudo, “uma estratégia de sobrevivência em uma sociedade determinada”, desejo pensar as táticas de sobrevivência levadas a cabo pelos índios.⁷⁵ Os elementos de compreensão não poderiam, entretanto, ser buscados apenas em uma teoria externa ao cotidiano das sociedades que estudei, nem submeter-se a qualquer esquema modelar fechado.

A profusão de detalhes verificada pelo leitor dos ofícios de Marlière aponta, em algumas passagens, para relações contraditórias, que, se em um momento, unem os índios e aquele francês contra colonos e desertores, em outro, unem colonos, desertores e índios contra ele. Minha hipótese é que colonos, índios e desertores, ao se unirem esporadicamente contra as ordens do biografado, estariam delineando uma luta contra a imposição de modelos disciplinares e “civilizadores”. Unindo-se freqüentemente a Marlière, os índios ver-se-iam temporariamente resguardados contra as ambições dos colonos, receberiam suprimentos materiais, mas deveriam submeter-se à imposição de um projeto “civilizador.”

A lógica do cálculo estratégico de vantagens submetida naturalmente, à tentativa de recuperação dos padrões culturais e sócio-históricos em que se insere, tem sua função instrumental e

João, que, ao adotar uma certa política de trégua e recuo nas agressões de orientação estatal, parecia querer afastar de seu governo a pecha de administração obscura e cruel.

[74]. Refiro-me à seguinte observação de Dean: “Surpreendentemente, em 1813, a corte designou para este sinistro reduto genocida um oficial francês no exílio, que era simpático aos indígenas, Guido Thomaz Marlière.” DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 169.

[75]. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 89.

compreensiva, mas não nos deve fazer esquecer de que os índios também encaravam certos aspectos da cultura do invasor como valores desejados, freqüentemente incorporados e, para utilizar uma expressão de Viveiros de Castro, “domesticados”⁷⁶.

A alternativa de se considerar a ‘venalidade’ e ‘leviandade’ indígenas como uma camuflagem estratégica que permite a obtenção de coisas preciosas (como instrumentos de ferro ou a tranqüilidade) em troca de concessões irrelevantes (como a alma, ou o reconhecimento dos poderes constituídos), não é inteiramente falsa, mas me parece insuficiente. Certamente muitos povos indígenas trataram e tratam os brancos como idiots savants de quem se pode subtrair objetos maravilhosos em troca de gestos de fachada; e muitos outros pagaram o preço da adesão verbal para que os deixem em paz. Mas sobre implicar uma concepção estática e reificada da cultura, como algo a ser preservado sob camadas de verniz refletor, esse argumento esquece que em muitos casos as concessões foram bem reais, e que os efeitos da introdução de bens e valores europeus sobre as estruturas sociais nativas foram profundos. Ele esquece também que a relação com a parafernália dos invasores, ainda que inevitavelmente guiada por fins culturais autóctones, não se deixa ler sempre em termos de um instrumentalismo auto-esclarecido. Ele ignora, sobretudo, que a cultura estrangeira foi muitas vezes visada em seu todo como um valor a ser apropriado e domesticado, como um signo a ser assumido e praticado enquanto tal.⁷⁷

[76]. CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 223.

[77]. CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 223.

Essa ingestão de valores culturais europeus, esse consumo voraz de implementos tecnológicos como machados, facões e enxadas de ferro, para além de um simples exemplo da atração que a consistência e resistência das ferramentas luso-brasileiras exercia sobre os povos desprovidos de metalurgia, deveria fazer parte de uma atitude de incorporação cultural e abertura a outras alteridades, presente nas sociedades ameríndias e constituinte do processo de dinâmica histórica e cultural daquelas sociedades.

Se assim estudamos os índios no tempo, procurando familiarizar-nos com suas culturas plurais e mutantes, por que não fazê-lo também em relação aos viajantes europeus. O registro histórico presente em suas descrições pode ser considerado um dado etnográfico, já que obtido através de observação e, não raro, co-participação nas experiências de contato intercultural relatadas. Há que se considerar e avaliar, entretanto, as condições em que foram produzidos os seus relatos, a intencionalidade dos emissores dos discursos, a influência das informações obtidas de terceiros sobre os julgamentos e as percepções elaboradas, os contatos entre os conjuntos de saberes representados pelos visitantes europeus e os valores e saberes das diversas alteridades com as quais se depararam. Definir o “lugar” sócio econômico e cultural de onde partiram seus relatos e representações sócio-geográficas é uma etapa indispensável no esforço de caracterizar sua filiação e identificar seus traços de originalidade. O confronto das informações ali presentes com documentos de época tais como cartas, ofícios e dados arqueológicos também contribuiu para meu trabalho de investigação, marcado pela reunião e pela análise de vestígios escassos. A reincidência de certas informações ou a coincidência de posicionamentos entre diferentes autores podem apontar para variáveis que vão desde a cópia não citada até o contato com experiências semelhantes ou a filiação comum a paradigmas europeus de interpretação da natureza e das sociedades. Não devemos

julgar anacronicamente o pensamento dos homens do passado com base em nossos pretensamente esclarecidos padrões atuais. Concordo com Viveiros de Castro a propósito dos benefícios teóricos que a aproximação cada vez maior entre as perspectivas de historiadores e etnólogos tem trazido aos estudos dos textos dos viajantes:

O conhecimento etnográfico tem sido, por sua vez, aplicado sobre as fontes históricas, facultando hipóteses capazes de dar consistência a informações freqüentemente vagas e contraditórias. Uma das conseqüências disso é a revalorização do conteúdo etnográfico das fontes antigas, e o recuo da tendência hipercriticista a interpretá-las como mero registro dos preconceitos e interesses europeus.⁷⁸

Toda essa variedade de percepções e olhares foi construída para atender à avidez de um público europeu interessado em saber sobre como naquele início de século progrediam os esforços de desvendamento dos segredos da até então tão oculta e resguardada América Portuguesa. As narrativas de expedições eram publicadas do outro lado do Atlântico e alcançavam considerável sucesso. A maioria dessas obras, originalmente escritas e publicadas em língua alemã, francesa ou inglesa, foi traduzida em nosso meio somente depois da década de 1930. Por meio destes relatos – e, através de um discurso de saber científico que se construiu sobre o Brasil, os seus habitantes, a sua fauna e a sua flora – delineou-se também uma auto-imagem européia em relação às demais possibilidades de civilização e humanidade. Confrontando-se com diversas representações a respeito de outras possibi-

[78]. CASTRO, Eduardo Viveiros de. imagens da natureza e da sociedade. In: _____. *A inconstância da Alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 338.

lidades de humanidade, a Europa construiu uma imagem de si mesma forjada no movimento de mão dupla da transculturação.⁷⁹

É também interessante observar como todos os discursos europeus e luso-brasileiros justificavam a convivência forçada entre índios e colonos em nome da “educação” e “civilização” dos primeiros. Para todos os viajantes europeus cuja obra estudei, e, conforme veremos, também para Marlière, a Europa era o centro de tudo o que se produzira de melhor e mais refinado na cultura humana. Dar oportunidade aos povos conquistados de usufruir destas conquistas e conduzi-los paternalisticamente a um estado superior de “civilização” passava então a ser uma obrigação histórica e filantrópica dos homens ilustrados. Este discurso justificou diversas intervenções no âmbito das nações indígenas. Mary Louise Pratt chamou de *anticonquista* às estratégias de representação através das quais “os agentes burgueses europeus procuram assegurar sua inocência ao mesmo tempo em que asseguram a hegemonia européia”.⁸⁰ Os viajantes se representam na condição de observadores esclarecidos, capazes de não apenas descrever e denunciar “injustiças”, mas também propor soluções e intervenções sobre a ação dos governos e autoridades que administravam os territórios visitados. A superioridade européia era assim confirmada para os leitores europeus de seus livros. A validação desta “preeminência caucásica” contava inclusive com o respaldo dos “saberes científicos” de que os naturalistas eram protagonistas. Por outro lado, o discurso marlieriano foi também, e freqüentemente, um discurso de anticonquista, na medida em que sua validação foi sempre permeada por constantes estratégias de afirmação de inocência. Dentre elas, talvez, a mais recorrente tenha sido a justificação pedagógica da violência, que me parece

[79]. PRATT, M. L. no Vale do Mucuri. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n° 44, p. 268.

[80]. PRATT, Mary L., op. cit., p.32.

perfeitamente coerente com o espírito de seu tempo. Não devemos perder de vista a constatação de que, nos séculos XVIII e XIX, violência física e pedagogia andavam quase sempre juntas.⁸¹

Se estas reflexões sobre a biografia, as culturas, as sociedades e os indivíduos permeiam todo o meu texto, vale observar que algumas análises particularizam-se em cada uma das subdivisões temáticas.

Na segunda seção, *Encontros e Desencontros de um Francês no Rio de Janeiro*, procuro construir um cenário do exílio da Corte Portuguesa no Brasil, em 1808, acompanhando a estada de Marlière na nova sede da Monarquia Lusitana. A partir da história da chegada de um estrangeiro ao Brasil, analiso o ambiente cultural e político do mundo luso-brasileiro de então. Recorrendo aos autores que mais recentemente enfocaram esse período, descrevo aqui, sucintamente, as concepções políticas e econômicas que orientaram o governo reformista ilustrado do Conde de Linhares. Há também referências, não muito extensas, às modificações ocorridas na organização militar da antiga colônia por ocasião da chegada do aparato político administrativo metropolitano. Sob o subtítulo *Vila Rica*, destaco a passagem de Marlière pelo Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais. Descrevo aí alguns aspectos da administração jurídica e militar da Capitania, procurando, também, recuperar algumas memórias a respeito de sua Capital no início do século XIX. Em busca das diretrizes disciplinares que orientavam as tropas de Linha, verifico o conteúdo de algumas normas constantes nos Regulamentos do Conde de Lippe, militar prussiano contratado na segunda metade do século XVIII para redigir o estatuto dos corpos militares portugueses. Esses regulamentos foram responsáveis pelo rígido controle sobre o

[81]. Sobre essa violência pedagógica que, ao meu ver, parece associar-se ao conceito foucaultiano de *poder disciplinar* veja: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

qual viviam os militares portugueses e brasileiros no tempo de Marlière. Citando relatos de época, procurarei, por outro lado, relativizar a idéia de que as tropas mineiras eram ordeiras e disciplinadas. Ao final da seção, tem lugar o episódio da prisão de Marlière, ocorrida em 1811, sob suspeita de “*tratar-se de um espião de Napoleão Bonaparte para sublevar estes Estados*”, situado dentro da onda de suspeitas que atingiu aos franceses emigrados e residentes no Brasil. A desconfiança que sempre permeou todas as atribuições de responsabilidade ao longo das administrações do Império Colonial Português será aí destacada, na medida em que, como veremos, os cargos recebidos, muitas vezes, refletiam testes melindrosos de fidelidade à coroa.

Na terceira seção, dirijo-me à atual Zona da Mata Mineira, particularmente ao vale do rio Pomba e seus afluentes. Nessa região, uma das poucas então já penetradas por luso-brasileiros nos sertões do Leste, Marlière iniciou sua atividade em 1813, junto aos Puri, Coroado e Coropó, nações indígenas já em parte sedentarizadas, sobre as quais exerceria um certo protecionismo paternalista. Inventários e representações de índios e moradores dão início à discussão desta seção. Encontrados principalmente nos Arquivos da Casa Setecentista e da Câmara Municipal de Mariana, eles nos oferecem uma visão geral do início da ocupação dos vales fluviais ao longo dos quais se desenvolveu a sociedade multiétnica da Zona da Mata. Nesse ambiente, estudo principalmente o cotidiano dos quartéis de São João Batista do Presídio e São Manuel do Pomba, procurando, a partir da passagem de Marlière por essas localidades, marcadamente entre os anos de 1813 e 1819, apreender algo da historicidade, da peculiaridade e da singularidade dessa sociedade nascente, marcada por conflituosas relações interétnicas e por um processo de exploração destrutiva do ambiente natural.

A idéia de que os índios teriam se submetido ao “jugo das leis”, convertendo-se facilmente à Religião Católica, é a essa altura relativizada por outras informações, que conduzirão o leitor a perceber certas estratégias de luta cultural, como a prática religiosa disfarçada e a manutenção do nomadismo via extração e comércio de poaia. Defendo a idéia de que a adoção da língua dos conquistadores e a prática exterior e mimética da religião poderiam também representar estratégias para a sobrevivência dos grupos indígenas.

Diversos processos etnopolíticos de luta podem manifestar-se de forma latente, escamoteados em uma situação de aparente acomodação, até que a influência de um líder nativo se disponha, a partir do trânsito intercultural propiciado pelo aprendizado da língua e da cultura dos conquistadores, a desencadeá-los.⁸². O Padre Pedro da Mota, índio croato educado no Seminário de Mariana para servir de transmissor da cultura européia e da Religião Católica aos seus irmãos de tribo, exemplifica, em certo sentido, a imagem do líder nativo que potencializa o grau de rebeldia de seu povo. Apresento, também, aqui uma visão geral do cenário natural e histórico da porção central da atual Mata Mineira, na medida em que o recurso a documentos de época revela-me estatísticas aproximadas.

Na subseção sobre a guerra entre os Puri e os Coroados, reuni relatos sobre as constantes rivalidades entre esses dois grupos indígenas, procurando construir uma interpretação que ultrapasse a já muito divulgada visão segundo a qual apenas os luso-brasileiros, arditamente, beneficiavam-se com as guerras indígenas.

[82]. MATTOS, Isabel Missagia de. Temas para o estudo da história indígena em Minas Gerais. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 5-16, jul. 2000. DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma Guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. *Revista de História*, São Paulo, p. 36- 53, 1998.

Levantando hipóteses a respeito do motivo pelo qual boa parte dos índios obstinava-se na prática extrativa ligada ao comércio da poaia – a despeito de todos os esforços em sedentarizá-los em pequenas propriedades agrícolas dedicadas à agricultura, movidos pelos missionários religiosos e mesmo por Marlière – procuro exemplificar como a inserção nas relações comerciais do mundo escravista luso-brasileiro poderia dar-se a partir de padrões culturais diversos daqueles previamente imaginados pelas autoridades estatais. Interrogo-me, também, nessa seção, sobre a razão pela qual, após aproximadamente cinquenta anos da implementação das primeiras políticas de fixação territorial nos aldeamentos da Mata, a maior parte dos índios ainda preferia as atividades comerciais que permitissem a manutenção do seu nomadismo cultural. Aqueles homens da floresta, muitas vezes, resignificaram as relações econômicas européias de acordo com rearticulações criativas de seus registros culturais.

A quarta seção, Guido-wald: a mata do Guido e os intelectuais itinerantes, tem como tema norteador o ambiente cultural da fazenda que serviu de residência e quartel general de Marlière a partir de 1816. Serão ali analisadas as repercussões da notícia de que um francês embrenhara-se nas matas do Leste mineiro para civilizar os índios sobre os viajantes europeus da primeira metade do século XIX. De certa forma, Guido-Wald serviu de pouso e campo de observações para os principais cientistas da natureza que visitaram Minas Gerais durante as diretorias de Marlière. Recupero, aqui, a história desse espaço de identificação de idéias que tinham como fundo a herança setecentista da ilustração. Recorro aos estudos sobre a origem do conceito de civilização, no intuito de entender o substrato de discursos e práticas que unia os diversos europeus que visitaram o Brasil na primeira metade dos oitocentos.

A narração de certas passagens dos relatos de visita de Eschwege, Freireyss, Spix e Martius ambientados na fazenda do coronel francês serviu-me de base para levantar hipóteses acerca da concepção de ciência, progresso e civilização subjacente aos discursos de cada um desses viajantes.

Nessa seção, aponto, por exemplo, como a violação escondida das sepulturas dos antepassados dos Coroado – que visava enviar, através de Spix e Martius, esqueletos para a análise do naturalista e fisiologista Johann Friedrich Blumenbach, em Göttingen – foi permitida e justificada por Marlière, em nome dos progressos da ciência. A operação foi realizada sem a colaboração e o consentimento dos índios, que se sentiam ultrajados com semelhante ato. Para eles, exumar os ossos atrairia a fúria dos espíritos dos mortos a que haviam pertencido. Operações deste tipo, caso não tivesse sucesso o convencimento, só se realizavam sob a coerção das armas ou a ameaça dos castigos.

Finalmente, trato aqui, também, do dia a dia das cercanias da fazenda de Marlière, procurando visualizar algo do cotidiano da sociedade em que vivia. Para tanto, recorro principalmente às memórias do Barão de Langsdorf, immortalizadas em seus extensos diários de viagem.

A quinta seção, Os ecos da Marselhesa e as utopias de um liberalismo conservador: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, inicia-se por uma recuperação do ano de 1819, quando Marlière, então designado para o desbravamento, reconhecimento e pacificação da região do Rio Doce, para lá se dirige, sem, no entanto, deixar de retornar periodicamente ao seu quartel de Guido-wald, onde fixara residência, construindo a sede de sua fazenda. Na região dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, o francês conhecerá os chamados botocudos, índios temidos por sua “índole guerreira”.

Demonstro aqui que o projeto Marlieriano, sem dúvida inspirado no reformismo societário de Rousseau, Mirabeau e Raynal, ao contrário do que acreditavam os biógrafos que me antecederam⁸³, pretendia mover um amplo processo pedagógico que, considerando os índios como crianças simples e ignorantes, embora boas por natureza, transferia maior ênfase e violência aos colonos e degredados luso-brasileiros, maiores pacientes de um processo civilizador. Evidencio, ainda, nessa seção, que a tradição iluminista à qual Marlière recorria pretendia, mais do que “civilizar os selvagens” – tidos como crianças grandes – reformar a “civilização corrompida” e substituí-la pela “verdadeira”. Destaco que a idéia de que os colonos eram os responsáveis pelo malogro da tarefa “civilizadora” remonta aos textos jesuíticos e tem sua gênese na disputa que, ao longo dos dois primeiros séculos de colonização, freqüentemente separou em polos opostos, de um lado, os sertanistas e donos de engenho que desejavam utilizar-se em larga escala da mão-de-obra indígena e, de outro, os religiosos preocupados principalmente em garantir a fidelidade das almas ameríndias aos postulados da igreja, eliminando seus “bárbaros hábitos tradicionais” para que fossem substituídos pelos “costumes cristãos.” Como demonstrou Ronald Raminelli, a detração dos colonos afirma-se como lugar comum nos textos inicianos: O leitor dos discursos construídos pelos prelados da Companhia de Jesus depara-se não apenas com a exaltação dos esforços de catequese, mas também com a afirmação de que, desde os primórdios da história dos contatos luso-ameríndios na América Portuguesa: “Os

[83]. Oilian José e Afrânio de Mello Franco parecem entender que Marlière desejava mover um projeto civilizador cuja ênfase recaía principalmente sobre os índios. A leitura dos ofícios por ele deixados, violentamente repressores em relação aos desertores e colonos luso-brasileiros, demonstrou-me, no entanto, exatamente o contrário.

colonos pouco contribuíram para levar a cabo a conversão dos brasis, pois estavam mais inclinados para as realizações no mundo material”⁸⁴ Veremos que Marlière não apenas lia estes textos Jesuíticos, como também procurava estabelecer um posicionamento crítico em relação a eles, confrontando suas experiências práticas e cotidianas com os experimentos de civilização que lhe haviam antecedido. A esperança dos jesuítas quinhentistas e seiscentistas baseava-se na crença de que os índios, mesmo “animalescos e perigosos”, traziam dentro de si os germes do cristianismo. A fé no poder de transformação da revelação cristã, afirmada por Santo Agostinho, assim o corroborava.⁸⁵ Já Marlière, alimentava-se por outras crenças. Animava-o a grande representação iluminista da igualdade entre os homens, que, por serem passíveis de educação, dotados de razão e livres por natureza, poderiam ser conduzidos pedagogicamente à civilização.

Por meio da comparação com exemplos coetâneos, analiso a singularidade e a inserção do pensamento de Marlière em relação ao meio histórico-cultural no qual agia. Destaco, também, a influência das situações vividas junto aos diversos povos indígenas, colonos, degredados e desertores sobre as idéias daquele francês.

Nessa seção, pretendo demonstrar que os índios não se submeteram cega e irracionalmente aos projetos de Marlière. Destacarei a sua capacidade de adaptação frente à possibilidade do extermínio, da escravização ou do enquadramento dócil e etnocida, lutando por um lugar mais cômodo numa sociedade em que o limite entre guerra e paz fazia-se cada vez mais tênue.

A sexta seção, *As Estratégias de Conhecimento, Abastecimento, Controle e Integração*, desenvolve um estudo acerca dos

[84]. RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ EDUSP, 1996. p. 44.

[85]. RAMINELLI, R. *ibid.*, p. 45.

caminhos, estradas e mapas de Minas durante a diretoria de Marlière. Discutiremos aqui em que medida a atividade cartográfica e o planejamento de vias de comunicação e deslocamento mais eficientes também podem ser lidos como uma estratégia militar de controle e prevenção, visando à obediência e à disciplina.⁸⁶ Analiso, também, o plano estratégico traçado por Marlière para a comunicação entre as regiões da Província de Minas. Um dos sonhos do coronel francês era possibilitar que as estradas mineiras, alargadas e bem mantidas, pudessem permitir a passagem de carros de quatro rodas, puxados por cavalos. Os carros portugueses, equipados com apenas duas rodas, mostravam-se ineficientes para um transporte mais volumoso, o que levava ao uso intensivo e difundido das mulas, que, em sua opinião, eram muito lentas. Esse assunto, introduzido na seção 3, quando inicio uma recuperação da história da construção de estradas e da produção de mapas nas primeiras décadas dos oitocentos, será aqui analisado em mais detalhe. As vias de comunicação, como farei ver, eram indispensáveis para o escoamento da produção interna, para o abastecimento dos sítios mais recuados no sertão e para um eventual deslocamento rápido das tropas que garantiriam a segurança das Minas. Acompanharemos os esforços empreendidos por Marlière no sentido de construir, durante sua diretoria, o maior número de estradas possível. Tratarei também, nessa mesma seção, do sonho de tornar os rios mineiros, freqüentemente entrecortados por cachoeiras, navegáveis em toda a sua extensão. Construir no Rio Doce e em seus afluentes hidrovias nas quais a produção agrícola e mineral da Província de Minas pudesse ser transportada para o Oceano Atlântico foi também um desejo constante de meu biografado. Na verdade, seus planos incluíam a concretização de

[86]. Veja o verbete: ANCONA, Clemente. *Tática/ estratégia*. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989, v.30, p. 372- 396.

uma rede de estradas interligadas a corredores fluviais seguros, através dos quais os índios pudessem, na condição de trabalhadores livres e assalariados, trabalhar e defender a Província. Esses corredores serviriam ainda ao comércio, ao transporte de máquinas industriais e ferramentas, fomentaria a importação de ferro de boa qualidade e a exportação da produção interna. Terão aqui, também, espaço as iniciativas de incentivo à navegação entre os índios, movidas por Marlière entre 1819 e 1829.

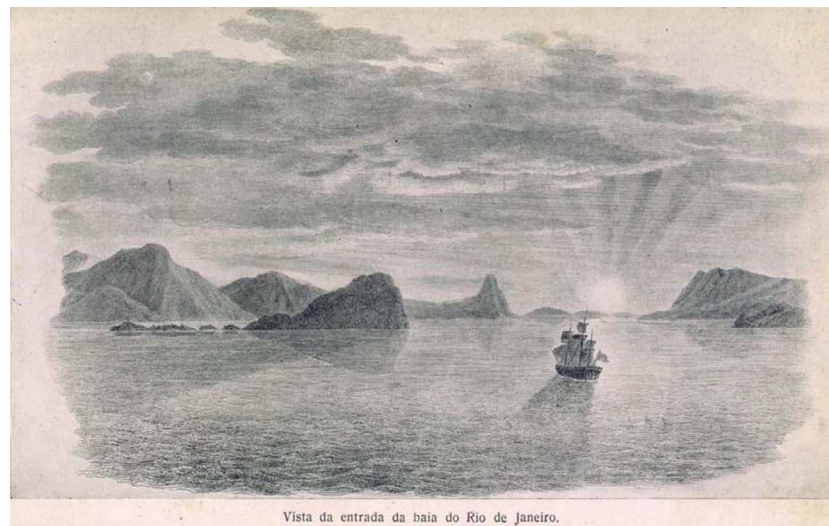
Na sétima e última seção, *As Agruras do Crepúsculo*, voltaremos às acusações de impiedade que tanto acompanharam Marlière durante sua permanência no Brasil. Duas representações de colonos violentamente acusatórias e detratórias, enviadas ao Imperador no final da década de vinte, com o claro intuito de destituir de seu cargo o Diretor-Geral dos Índios, serão aqui analisadas. O espaço às vozes insatisfeitas com a tarefa marlieriana será aqui também garantido, na medida em que alguns discursos detratores da figura do coronel francês, não trazidos a público pelos muitos panegiristas românticos de sua existência, serão aqui apresentados.

Finalmente, acompanharei o período posterior a 1829, no qual Marlière, reformado e recolhido à fazenda Guido-Wald, amargou frustrações com os rumos tomados pela ocupação do Leste mineiro sem, entretanto, deixar de sonhar com um projeto de grandiosidade para a região que, em parte, desbravara. As modificações incorporadas à legislação indigenista na década de trinta serão aqui analisadas, na medida em que acompanharmos o processo de desagregação dos aldeamentos criados pelo coronel francês.

O estilo narrativo, mais adequado aos meus propósitos de descrição e problematização da história de uma região e de um tempo, a partir da passagem de um francês pelo Brasil, não exclui constante análise. Meu principal objetivo ao adotá-lo foi o de tor-

nar o texto mais agradável, ampliando seu interesse para além do círculo dos iniciados no dialeto teórico da academia.

Visando a uma maior clareza e acessibilidade, dispus aqui os parâmetros teóricos que orientarão a construção da história que irei contar. Com exceção de algumas observações de pé de página e de algumas anotações dispersas, mas oportunas, não voltarei a me dirigir longamente a eles durante as seções que seguem; uma vez que já os explicitarei, prefiro instrumentalizá-los na construção de minha narrativa, de acordo com as exigências da empiria. Quem os buscar, saberá identificá-los no tratamento de cada um dos objetos que enfoquei, dentro do programa aqui traçado. Servirão, assim espero, de bússola para meus leitores, nos mares revoltos da recuperação de um cenário histórico multifacetado e turbulento, cujo estudo, porém, acredito essencial para uma maior compreensão do processo de conquista dos sertões do Leste mineiro.



Vista da entrada da baía do Rio de Janeiro.

Fonte: WIED NEWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1940.p.30.

2 *Encontros e desencontros de um francês no Rio de Janeiro*

A vista da terra, por tempo belo, é sempre agradável a Passageiros fátigados; mas somente ela deixa o espírito suspenso. Quando apenas lobrigada do oceano, frequentemente apresenta o aspecto de um deserto acinzentado, por vezes quebrando-se em alcantis abruptos; e ainda que a vista ao tornar-se próxima se faça verdejante e basta, variegada e atraente, subsiste ainda a dúvida quanto a regiões mal conhecidas, se a floresta será habitada por animais ferozes, ou por gente civilizada, por selvagens ou por amigos. Tais sentimentos até certo ponto se aplicavam, na época da minha primeira visita a esta região do Brasil em 25 de julho de 1808.

(Luccock, 1818)

Fazia uma tarde de sol, quando a nau trazendo a Família Real Portuguesa atracou no porto do Rio de Janeiro. O príncipe regente, acompanhado de sua família e de todo o aparato estatal, trazia consigo aproximadamente 15 mil pessoas, distribuídas e comprimidas em todos os navios da esquadra portuguesa que se apresentavam em condições de navegar.⁸⁷

[87]. Estes dados baseam-se nos *Papéis relativos à vinda da Família Real para o Brasil*. (relação das pessoas que vieram e das naus que fizeram o transporte). Códice. 730 Arquivo Nacional da Corte Portuguesa. Para uma descrição detalhada do dia em que a Corte Portuguesa aportou no Brasil, veja um de seus melhores panegiristas: SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão, 1808. Vol I, p. 208-211. (acervo da Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras)

Podemos imaginar que Marlière e Maria Vitória sentiam-se exaustos por aqueles longos 98 dias de privações, em uma viagem marcada por mares revoltos e péssimas acomodações. A travessia atlântica era experiência nova para os dois, no entanto, a incerteza pelo futuro não se afirmava o suficiente para matar o fio de esperança que alimentava seus espíritos. Ali, talvez, conseguissem a tranqüilidade há tanto perseguida, a condição de sobrevivência honrosa e distinta: a fortuna.

Eram casados havia poucos anos: ela, natural da Ilha Terceira, filha e irmã de militares franceses a serviço de Portugal; ele, francês de nascimento, contratado pelo Exército Português, contava já mais de duas décadas de experiência bélica. Não exercera outra função senão a militar. Sobre sua filiação, sabe-se apenas que era filho de um cobrador de impostos chamado Michel Marlière, homem de origem simples e desprovido de títulos de nobreza.⁸⁸

Nascido em dezembro de 1767, em *Jarnage*, vila da antiga província de Marche, atual Departamento de *Creuse*, no centro da França, estudara humanidades e filosofia, mas seu sonho de freqüentar algum liceu fora frustrado pelo alistamento no Exército da Coroa, ao completar dezoito anos. Sua natureza curiosa fizera dele, cedo, um autodidata interessado pelas questões das ciências naturais, pelo conhecimento da história dos homens e das guerras, pelo estudo das línguas e das gramáticas. Homem do seu tempo, leu com interesse os autores da ilustração e com eles viveu intensamente o sonho de ver em seu País a concretização de uma monarquia constitucional à moda inglesa.

Radicalizados os rumos políticos da Revolução Francesa, emigrou, em novembro de 1791⁸⁹, com dois de seus irmãos e onze

[88]. Informações a respeito das pesquisas sobre sua filiação podem ser obtidas em: ABREU, Maria Celesteste de. *Sertão bravo do Rio Doce*. Belo Horizonte: Central Park, 2002. p. 19.

[89]. Em abril daquele mesmo ano, 1791, a uma distância de cinco quilômetros de *Jarnage*, nascia, no *Chateau de Bosgenet*, João Monlevade, o futuro engenheiro de quem se suspeita em algumas lojas maçônicas – sem qualquer

soldados de seu regimento para um acampamento em Ath, na Bélgica. Lá, foi incorporado à legião de Mirabeau, na qualidade de sargento-mor dos voluntários, com patente de subtenente.

Quatro anos depois, Marlière, que na legião de Mirabeau havia participado das campanhas de 1792, 1793 e 1794, pediu permissão ao príncipe de Condé para se transferir para um regimento formado pelo Duque de Montmart e sustentado pela Inglaterra. Na campanha de 1793, ferira-se gravemente, sobrevivendo a custo. Como oficial do *Regimento Montmart*, esteve na Holanda, na Ilha de Guernesey, na Inglaterra e, finalmente, em 1797, em Portugal, onde receberia, mais tarde, a missão de auxiliar nos combates contra a Espanha, na campanha de 1800. Após a Paz de Amiens, permaneceu em terras lusas onde, em junho de 1802, incorporou-se, como porta-estandarte, à recém-criada Guarda Real de Polícia a Pé e a Cavalos, cujo comando fora entregue a um emigrado francês, o Conde de Novion.⁹⁰ Logo em seguida à tomada da Bastilha e no decurso dos primeiros anos subseqüentes à Revolução Francesa, um número que variava entre 150 ou 160 mil franceses abandonaram seus lares em ondas sucessivas para cruzar as fronteiras. Fizeram-no por hostilidade declarada aos pressupostos do novo regime, por medo de uma subversão que se tornava cada vez mais radical, ou pressionados por questões pessoais e militares. Como observou Massino Boffa: *Não houve país, desde a Inglaterra, a Alemanha, a Suíça, a Rússia, a Espanha, os países escandinavos, que não hospedasse sua colônia de emigrados franceses, até o Novo Mundo, que acolheu os mais aventureiros deles*⁹¹.

base empírica – Guido Thomaz fosse primo. Ambos se corresponderiam 26 anos mais tarde, quando Marlière, já no Brasil, incentivaria Monlevade a pesquisar e investir na província de Minas Gerais.

[90]. Estas informações a respeito da vida de Marlière na Europa procedem de uma memória militar que se encontra no arquivo do Exército Francês. No Brasil, foi publicada em um livretinho maçônico quase desconhecido: GONÇALVES, Ary. *O segredo revelado de Guido Marlière*. Belo Horizonte: Lemi, 1978. p.18.

[91]. BOFFA, Massino. Emigrados. In: FURRET, François; OUZOUF, Mona. *Dicionário crítico da revolução francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 340-352.

De 1802 a 1807, como oficial da guarda portuguesa, Marlière viveu um período de certa estabilidade. Portugal mantinha, a custo, uma neutralidade insustentável entre a pressão da Inglaterra e as ameaças de Napoleão, mas a vida nunca estivera tão tranqüila para aquele francês expatriado. Talvez Portugal fosse o refúgio ainda pacífico em meio a uma Europa em chamas. Nos meios militares procurava-se comunicar com quem falava o francês ou o alemão, idiomas que dominavam. Enquanto isso, estudava com dificuldade o Português, língua cada vez mais indispensável à vida cotidiana. Talvez tenha-se filiado a alguma loja maçônica, mas sobre isso não nos restou qualquer vestígio.

Entre os emigrados que cultivavam ainda a pronúncia do francês nas relações domésticas, estavam os Rosier, família de tradição militar de quem Marlière progressivamente aproximou-se. Visitando-os periodicamente, conheceu Maria Vitória da Conceição Rosier. Casaram-se pouco depois.

Maria Vitória tinha acesso à Corte e, através dela, Marlière ganhou a amizade do príncipe regente, Dom João e visando, talvez, às possibilidades de ascensão social, representadas por sua influência e amizade, o casal o acompanhou, em novembro de 1807, rumo ao misterioso e inusitado Brasil.

As tentativas de contemporização movidas por Dom João já se mostravam inúteis. Junot estava às portas de Lisboa e, por razões de segurança, partir sem demora era a opção plausível. Para Marlière, um encontro com as tropas francesas não poderia representar infortúnio maior. Caso sobrevivesse ao Exército de Junot, deveria enfrentar o julgamento num tribunal militar napoleônico como desertor, com um destino certo: a guilhotina.

Em 1791, ao abandonar o Exército Francês e se incorporar à Legião de Mirabeau, levava consigo uma missão inacabada: conduzir, por ordem do então capitão do Regimento Corso, Napoleão Bonaparte, em segurança, uma carta de cunho pessoal, endere-

çada aos administradores de Versalhes, solicitando ajuda de custo para o retorno de sua irmã, Marianne Elise – futura Duquesa da Toscana – da qual era tutor. Marianne, que chegou a receber a carta, desatendeu ao irmão alegando total impossibilidade de juntar-se a ele, em uma carta resposta que jamais chegou ao destino, porque seu portador abandonou a

França. As relações entre Marlière e Bonaparte interromperam-se bruscamente nessa ocasião, ante a emigração política do primeiro e a irritação indignada do segundo.⁹² A Revolução não tardaria a considerar os emigrados como inimigos irreductíveis, logo associados à idéia de complô aristocrático e entendimento com as nações inimigas. Incorporando em si o passado que muitos desejavam exorcizar, os franceses no exílio, graças ao confisco e venda de suas terras, representavam ainda para os que agora as haviam adquirido na condição de “bens nacionais”, um verdadeiro pesadelo. A perspectiva de revisão dos títulos de propriedade já servia de motivo suficiente para que desejassem que seus antigos proprietários não retornassem jamais.⁹³

[92]. Esta parece ser a interpretação plausível para a carta de próprio punho do General Bonaparte, conservada no Arquivo Público Mineiro. A interpretação corrente afirma que essa carta, datada de 1792, foi conservada como remanescente dos documentos encontrados por ocasião da prisão de Marlière, em 1811. Não há prova em favor dessa hipótese nem evidência que a refute. Opto aqui pela versão que mais me pareceu inteligível, a partir do estudo da história do período e da leitura das fontes. Permanece entretanto uma dúvida: junto à carta de Napoleão a Marianne há um ofício em que o General do Exército Corsa solicita a troca de alguns fuzis defeituosos frente à ameaça de uma batalha iminente. Esse ofício data de 1797, quando, segundo a hipótese levantada acima, Marlière já se encontrava fora da França. Poderíamos imaginar que este ofício tivesse sido interceptado em sua trajetória pelo já inimigo Marlière, ou que estas cartas nunca tivessem passado pelas mãos daquele francês. – 2p. (1 escrita). Ato Oficial expedido no Quartel General de Milão Arquivo Público Mineiro, Coleção Colonial, 1792. Requerimento de ajuda de Custo feito pelo Capitão Napoleão Buonaparte à Municipalidade de Versalhes para a viagem de regresso à Córsega de sua Irmã e Pupila Marianne Elise Buonaparte. Vale anotar que Napoleão, que se encontrava em Ajaccio, acabou por conseguir juntar-se à irmã. A distância entre Ajaccio e Versalhes era de 352 léguas. Veja: MASSON, Frédéric. *Napoleon Inconnu*. Paris: Ollendorf, 1895, Vol 2, p. 407. LAVALLÉE, Theodore. *Histoire de La Maison de St. Cyr*. Paris, s.d, p. 274.

[93]. Sobre a Revolução Francesa e as reações dos meios políticos europeus frente à divulgação das idéias da Ilustração, veja: HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

No Rio de Janeiro, Marlière e Maria Vitória viam-se afastados de tudo isso. A situação de penúria financeira a que se reduziam, no entanto, era flagrante. Tal situação não era restrita aos dois, a própria Família Real reduzia-se, então, a estado de quase indigência, o mesmo podendo afirmar-se do séquito de nobres que a seguira. Para estes últimos, suprimidos os seus cargos, saqueadas as suas propriedades, esgotadas as fontes de suas pensões, incertas as condições de sua estada naquelas terras desconhecidas, a sorte definitivamente não parecia sorrir. Restavam-lhes apenas os símbolos da honra de gentis homens de corte, outras tantas representações enraizadas no antigo regime que, em Portugal, pareciam teimar em sobreviver. Tudo isso, no entanto, exercia certo fascínio sobre os abastados comerciantes e fazendeiros da Colônia.

Evocada e reafirmada em discursos reiterados a cada oportunidade, em manifestações variadas de hierarquia e deferência, a posição social de cada um era destacada na indumentária, no vocabulário, nas maneiras cortesãs de se portar, no estereótipo constante das manifestações de “civilização”. A projeção social era o horizonte comum a quase todos os que se aventuraram na travessia atlântica rumo ao Brasil. Sua obtenção ligava-se a fatores que transcendiam qualquer constatação ou juízo de valor acerca de uma pretensa frágil condição humana frente à vaidade: ser reconhecido em um lugar social compatível com determinada posição mais ou menos favorável, era condição *si ne qua non* para a sobrevivência honrosa em uma sociedade de corte.⁹⁴

Dom João, desde o reconhecimento da demência de Maria I, sua mãe, vinha utilizando com bastante astúcia os poucos recursos

[94]. À luz das contribuições de Norbert Elias, Jurandir Malerba desenvolveu um estudo acerca do cotidiano da sociedade de corte que se transferiu para o Rio de Janeiro, destacando as relações entre a elite comercial abastada e desejosa de projeção e honra, e uma monarquia às portas da falência, que utilizou seus préstimos financeiros em troca de reconhecimento, títulos nobiliárquicos e honorarias. MALERBA, Jurandir. *A corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

de que dispunha na manipulação da vaidade de seus súditos ilustres. No Brasil, a adulação em troca dos títulos de nobreza, a busca da convivência e do aprendizado das regras da vida em corte, o deslumbramento causado pela proximidade inédita da realeza, levaram muitos abastados comerciantes cariocas a financiarem de bom grado as despesas reais, a cederem suas residências urbanas a orgulhosos, sectários e, freqüentemente, ingratos reinóis. Dominava ainda o imaginário luso-brasileiro a representação patriarcal da monarquia, associada a uma atribuição de caráter sagrado à realeza. Os rituais de beija-mãos, as missas solenes, as grandes manifestações de euforia e apreço público em presença do monarca demonstravam o quanto uma atmosfera acima de tudo conservadora reinava naquele momento efêmero, para além dos recentes ventos de mudança.

Aos olhos de alguns reinóis, a condição de refúgio na antiga colônia figurava tal qual penosa sentença de degredo. Para outros, menos numerosos e formados na cartilha do reformismo ilustrado – como Dom Rodrigo de Souza Coutinho e seus colaboradores mais diretos – o transporte da corte lusitana para o Brasil representava o primeiro passo na construção de um grande e poderoso império português, com sede no Rio de Janeiro. Herança do sebastianismo português, pregada com ardor, no século XVII, pelo padre Antônio Vieira, a utopia do poderoso império português ocuparia ainda por muito tempo o imaginário dos estadistas de Portugal, incorporando-se com a independência ao sonho de grandeza dos fundadores do Império do Brasil.⁹⁵

O conjunto de idéias que se convencionou chamar iluminismo nunca constituiu uma unidade de princípios, um todo harmônico e universal. A busca do progresso das ciências e das técnicas,

[95]. Sobre este assunto confira: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império; Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

o anseio pela organização de uma nova sociedade baseada nos princípios de igualdade e de liberdade políticas, de uma forma de assegurar aos homens a felicidade, entendida como conquista ao alcance de todos, uniu muitos dos autores que comumente associamos ao estandarte das luzes. Estendendo suas raízes ao humanismo do século XVI, esse movimento intelectual de valorização da razão só se afirmou efetivamente a partir do século XVII inglês, alcançando, enfim, o seu ápice no século XVIII, quando, a partir da França, alastrou-se por toda a Europa, alcançando quase simultaneamente o Novo Mundo. Cabe, no entanto, observar que nunca houve uma só proposta ilustrada de mudança social e que o objetivo final para a maioria esmagadora dos filósofos era uma reforma e não uma subversão violenta e revolucionária da sociedade. Buscava-se a reconstrução da civilização humana em novas bases mais racionais e menos “obscuras”, e isso poderia ser conseguido por meio de um monarca esclarecido.

Os mesmos princípios, talvez ligados entre si pelo culto à racionalidade e aos direitos naturais do homem, que embasaram revoluções na Inglaterra seiscentista, na França e nas Treze Colônias Inglesas nos setecentos, originaram, em outros países da Europa, a política do Reformismo Ilustrado, segundo a qual o soberano, concebido agora como servidor do Estado e não como a sua própria encarnação, promoveria as reformas necessárias no plano político, educacional e econômico. No Brasil, livros de Rousseau, Voltaire, Montesquieu e Raynal figuravam nas bibliotecas dos sediciosos mineiros de 1789; tiveram também seu lugar na Inconfidência Baiana e na Revolução Pernambucana de 1817.⁹⁶

[96]. Veja, sobre este assunto, a excelente introdução para a edição brasileira de *A Revolução da América*. FIGUEIREDO, Luciano Raposo Almeida; MUNTREAL FILHO, Osvaldo. Introdução. In: RAYNAL, Guilherme Thomas. *A revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p.

Em Portugal, como de resto na Prússia, na Rússia, na Toscana, no Reino de Nápoles e na Espanha, a absorção do iluminismo por parte de seus governantes e ministros incluiu a adoção de alguns princípios inovadores, e motivou a implementação de reformas que, acreditava-se, precederiam sua reivindicação por parte do povo. Distanciavam-se, assim, esses países dos projetos de reestruturação do pacto social, que previam um aumento do nível de participação política, rumo a uma sociedade democrática.

Homens como o Marquês de Pombal, ministro de Dom José, monarca português que reinou entre os anos de 1750 e 1777, entendiam que, sendo o estado de natureza um estado de caos, carente de organização política, no qual as garantias e liberdades básicas dos homens encontravam-se ameaçadas, cabia ao estado reforçar o poder absoluto do Rei, como medida necessária para que se garantissem os direitos naturais. A reforma administrativa pombalina, responsável pela reafirmação do absolutismo lusitano, buscou uma reorganização da estrutura governamental no intuito de conseguir uma maior eficiência na máquina burocrática do império ultramarino. Expulsou-se os jesuítas e submeteu-se a catequese e a direção dos índios brasileiros diretamente ao Estado. Incentivou-se a atividade manufatureira em solo português e o comércio com o Brasil. Reformou-se ainda o ensino, particularmente o universitário ao qual seria incorporado um currículo de orientação ao mesmo tempo jusnaturalista⁹⁷ e pragmática. No Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra, as disciplinas marcadas pela escolástica medieval e teológica perdiam espaço, pois buscava-se orientar os alunos em direção a uma explora-

[97]. Sobre o jusnaturalismo veja verbete correspondente em: FASSO, Guido. Jusnaturalismo. In: BOBBIO, Norberto; MANTTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1994. Ver também: CASTRO, Zília Ozório de. *Cultura e política*: Manoel Borges Carneiro e o Vintismo. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. V.2, cap.1, p.565-585.

ção planejada e racional do potencial das colônias. Isso porque formavam-se acima de tudo os jovens que, pela sua origem social, destinavam-se à futura direção do Estado, e, neste sentido, entravam no currículo as matemáticas, as ciências naturais, as línguas vivas. Dentre os formandos de Coimbra, figuravam futuros estadistas como o naturalista Rodrigo de Souza Coutinho e o mineralogista brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva.⁹⁸

O objetivo fundamental de promover a modernização econômica e cultural de Portugal sem, no entanto, deixar de subordiná-la ao poder do Estado, sobreviveu à morte de Dom José I e à subida de Dona Maria I ao poder, logo seguida do afastamento do Marquês de Pombal em 1777, figurando ainda como horizonte de seus ministros sucessores para além da transferência da corte portuguesa para o Brasil.

Extremamente dependente da produção colonial, Portugal recebia com certo incômodo a mensagem das luzes, devido ao perigo de que as concepções de liberdade e igualdade invadissem seus domínios ultramarinos. A dominação colonial, questionada até então em termos teológicos e somente no tocante à escravização indígena, passou a ser discutida em solo brasileiro, principalmente a partir do último quartel do século XVIII, quando movimentos sediciosos com planejamento e orientação revolucionária levantaram-se no Brasil.

Em 1796, com a morte de Martinho de Melo e Castro, Dom Rodrigo de Souza Coutinho foi nomeado ministro das colônias e da Marinha, iniciando uma política estratégica de absorção dos conhecimentos científicos estrangeiros, vistos como meio de racionalizar a exploração colonial e garantir a lealdade dos súdi-

[98]. Sobre o empirismo e o pragmatismo do reformismo ilustrado no Brasil ver: DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105- 169, mar. 1968.

tos de além-mar, frente à ameaça que os exércitos e as idéias da França representavam para a metrópole lusitana. Sua política de valorização dos saberes científicos afirmava-se contra uma série de tendências que neles viam, dada a sua associação com os pressupostos da ilustração, um meio de penetração de pressupostos subversivos à ordem vigente. Muitos cientistas naturais foram perseguidos em Portugal sob a alegação de que eram ateus ou portadores das “perigosas idéias francesas”.⁹⁹

O que Souza Coutinho buscava, para além das desconfianças do conservadorismo português, era atrair o apoio da elite colonial, formada em Coimbra, ao ideal de construção de um grande e poderoso império português.¹⁰⁰ Seis anos antes da transferência da Corte para o Brasil, já a recomendava como indispensável, afirmando que, devido às suas condições geopolíticas e naturais, a América Portuguesa deveria representar a sede desse império.¹⁰¹ Renunciando ao cargo em 1803, sob a pressão constante dos que o acusavam de anglofilia, continuou a preconizar a transformação do Império Ultramarino Português numa confederação de iguais. Mais tarde, voltaria ao poder no Brasil, sob o título de Conde de Linhares, continuando seu programa de reformas e incentivo às ciências. Contrariando sua formação iluminista, defendeu, ao longo de toda a sua carreira política, os interesses escravistas, vinculando-os aos investimentos nos setores agrícolas do Brasil.

[99]. SANTOS, Estilque Ferreira dos. *A Monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes, 1999. p. 32. Veja aqui, como exemplo, o caso do professor de Geometria José Anastácio da Cunha, interrogado em Portugal pelo tribunal da Inquisição logo após a queda de Pombal, sob a acusação de ateísmo.

[100]. Confira, sobre as idéias de Dom Rodrigo de Souza Coutinho: discurso pronunciado pelo Ministro Rodrigo de Souza Coutinho perante a Junta de Ministros e outras pessoas sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e financeiro de Portugal e domínios ultramarinos. 1803, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Setor de Manuscritos. Coleção Linhares.

[101]. Veja: Memória escrita por Dom Rodrigo de Souza Coutinho sobre a mudança da sede da Monarquia Portuguesa, 1803. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Setor de Manuscritos. Coleção Linhares.

Quanto aos índios, acreditava, como o Marquês de Pombal, que sua mão de obra deveria ser mais utilizada na agricultura. Os chamados “índios bravos” deveriam ser “educados” por eclesiásticos a fim de abandonarem aquilo que entendia como sendo uma espécie “ócio vegetativo.” Não seria inoportuno lembrar aqui que, em 1808, durante o seu governo, o Príncipe Regente declarou a famosa Guerra aos Índios Botocudos. De qualquer forma, só a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, o universo público da antiga colônia passou a delinear-se com mais clareza. Nasceria, dentro em breve, uma imprensa destinada a conformar e expressar, não sem grandes períodos de censura, a opinião pública; contornava-se, então, mais nitidamente, no seio das elites, o que poderíamos chamar de expressões nascentes do espaço da vida privada.¹⁰²

A transferência da Corte deu também lugar a significativas modificações na organização das forças militares das Capitânicas. Todo o conjunto da administração do Brasil guardava forte tendência militar. Desde a Segunda metade do século XVIII, visando à economia de recursos, a Coroa Portuguesa havia relegado a proteção de suas possessões americanas, já há muito ameaçadas pelas agressões espanholas em sua extremidade meridional, aos próprios colonos. Para isto, implantou-se uma política de recrutamento compulsório que empregava os habitantes em um serviço militar obrigatório e não remunerado. As chamadas Companhias de Ordenanças, dirigidas por capitães-mores responsáveis pela elaboração da lista dos homens “saudáveis” e “bem dispostos” na área sob sua jurisdição, eram encarregadas deste recrutamento que tinha como fim o suprimento das fileiras das tropas Regular e Milicianas. As variações eram, entretanto, freqüentes. Em Minas, cada companhia era comandada por um capitão de distrito, de

[102]. Veja sobre o tema da formação do espaço público no Brasil: SOUZA, Laura de Melo e, (Org) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1997. V.1, p. 440-445.

modo que, em 1780, tínhamos em Minas apenas 10 capitães-mores e 242 capitães de distrito.¹⁰³ As tropas auxiliares (mais tarde denominadas milicianas) eram organizadas em regimentos de infantaria e cavalaria. Compunham-se de todos os habitantes civis da Colônia, não se fazendo em tese, exceção no caso de recrutamento de filhos de nobres ou dos próprios capitães-mores das Ordenanças. Na prática, entretanto, existiam isentos e privilegiados tanto nas ordens religiosas como nos meios laicos e civis. Capitães venais aceitavam freqüentemente suborno para que o filho de um ou outro homem “notável” ficasse eximido do recrutamento, sob alegação de doença e incapacidade. Permaneciam continuamente alistados nas Milícias e Ordenanças todos os homens livres cuja idade não antecederesse 12 e não ultrapassasse 90 anos. O número maior ou menor de recrutas, assim como a sua idade, dependia do momento político e bélico vivido pela Colônia.

As Ordenanças tinham geralmente por função garantir a segurança das vilas, cidades, lugares públicos das capitânicas, portos, etc., na ausência da Tropa Regular (também chamada de Linha ou Paga). Cabe, entretanto, observar que, freqüentemente, auxiliavam também a Tropa Regular, atuando em cooperação. Em Minas, antes da criação das Divisões Militares do Rio Doce, em 1808, eram as Companhias de Ordenanças que reprimiam as revoltas de índios aldeados, combatiam aos chamados índios bravos e partiam ao encontro dos negros refugiados em quilombos. Mesmo depois da criação dessas, divisões e missões militares de modelo semelhante continuaram a atuar até serem extintas, em 1831, já que o efetivo das divisões era pequeno frente à extensão do território que deveria inspecionar. Em toda a América Portuguesa, essas forças militares compostas por homens, na maioria

[103]. Informações baseadas em: CORTA, Francis Albert. Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: a organização militar nas Minas setecentistas. *Revista de Humanidades*, Natal, v. 2, n. 3, fev./mar. 2001.

das vezes insatisfeitos e recrutados à força, serviam de linha de frente nos combates do sertão. Sua extração entre homens pobres e, muitas vezes, descendentes de índios e negros, trazia certa dose de intimidade com o ambiente hostil da mata que, muitas vezes, foi útil no combate ao “*gentio insubmisso*”.¹⁰⁴ Nem todas as operações eram, entretanto, marcadas pela insatisfação, já que tais empreendimentos deveriam também proporcionar aos soldados certa projeção social ou participação na divisão dos lucros representados por certos butins.¹⁰⁵

A estrutura da hierarquia do oficialato das ordenanças limitava-se ao Mestre de Campo, ao Capitão-Mor, ao Capitão de Distrito e, por fim, ao Alferes. Para o preenchimento desses cargos, reuniam-se os oficiais da Câmara e o corregedor ou provedor de cada comarca e indicavam, para cada posto, três pessoas de projeção, moradoras daquela localidade, a chamada lista tríplice. Essa lista e as informações sobre os selecionados seguiam em uma carta de sugestão ao Rei. Nela, procurava-se definir o candidato mais conveniente. Seu parecer era anexado às informações dos camaristas.¹⁰⁶ Indicações e eleições para os cargos de oficiais e praças estavam inseridas em uma lógica clientelar que, não raro, poderia estar baseada em critérios de amizade, parentesco, fidelidade, serviço e honra, num esquema que comportava, sem dúvida, apadrinhamentos. O Capitão da Companhia ou do Distrito indicava, por exemplo, os nomes dos alferes. Esses nomes eram

[104]. Confira: Instruções sobre as quais se devem regular os capitães-mores e comandantes dos distritos desta Capitania de Minas Gerais nas Prisões e procedimentos contra vadios e facinorosos. Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. Códice 163. fls. 49. Veja também: Seção Colonial. Códice 50. Bando do Governador Luiz Diogo Lobo da Silva. fls. 90.

[105]. Informações parcialmente baseadas no texto de: COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via cargos militares; Minas Gerais – Século XVIII. *Revista de Humanidades*, Natal, v. 4, n. 5, p.25-47, out./nov. 2002.

[106]. *ibid.* p.

confirmados pelo Capitão-Mor e pelo Governador. Os Alferes, por sua vez, escolheriam seus cabos de esquadra.

Havia ainda diferenciações baseadas na extração sócio-econômica e na cor da pele dos recrutas das ordenanças.¹⁰⁷ Homens pardos, negros ou carijós não se reuniam na mesma companhia em que se demoravam os brancos nobres, filhos das elites locais.¹⁰⁸ Após a reestruturação militar de 1766, os chamados terços foram entregues à tropa irregular. Os terços, comandados que eram pelo mestre de campo, não tinham homens brancos em suas fileiras. Eles se compunham de companhias de ordenanças de homens pardos e pretos libertos. Sua instrução era entregue ao Sargento-Mor, e, na ausência deste, ao seu ajudante. Em Vila Rica havia 13 companhias de homens pretos e 4 de pardos.

Para a Tropa Paga, eram preferencialmente contratados homens que não proviessem da “mais ínfima plebe”, que fossem robustos, solteiros, “não afeminados” e dotados de boa índole. Estes recebiam soldo e gozavam de certa regalia. Agravamentos periódicos da crise no Sul exigiam, de quando em vez, o relaxamento desses padrões de recrutamento e a exigência chegou a se reduzir apenas à observação de que os recrutados deveriam ter mais de 14 anos.¹⁰⁹

[107]. Veja: Códice 211 da seção Colonial do Arquivo Público Mineiro. Fl. 75v

[108]. A designação de *carijó* abrangia no século XVIII a diversos indivíduos de origem indígena. Aplicava-se frequentemente a caboclos já incorporados em certa medida à sociedade dos brancos. De abrangência genérica, a palavra *carijó*, assim como *bugre*, quando utilizada neste contexto, não contemplava em específico os membros de uma ou outra nação indígena.

[109]. Os dados constantes neste resumo, nos quais infelizmente, devido ao tempo e ao espaço disponíveis, não poderei me demorar, basearam-se em grande parte no texto de: LEONZO, Nanci. Instituições militares. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira. (Org) *Nova história da expansão portuguesa*; o império luso-brasileiro (1750- 1822). Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 387. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas em: LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo*: as milícias. 1979. Veja também: LEONZO, Nanci. Notas sobre o sistema de recrutamento no Brasil Colonial: o caso paulista. *Boletim do Museu da Casa Brasileira*, São Paulo, v.4, p.59- 69, 1981.

Já as Milícias, em tese, garantiriam a segurança territorial dos domínios portugueses, enfrentados possíveis invasões ou ameaças a seus limites. Essas atribuições nunca foram, no entanto, fixas, e o limite do que cabia a cada uma sempre foi caracterizado por marcada fluidez. Os postos mais elevados de seu comando eram entregues aos membros das elites locais, presos por interesses econômicos e de prestígio social à defesa de suas propriedades e, de forma mais ampla, do próprio sistema colonial. Incentivos e isenções tornavam esses encargos militares ainda mais desejáveis para os homens de posses.¹¹⁰ De forma bem diferente, o recrutamento das bases de combate era temido pelo grosso da população masculina, que fugia para o interior do sertão à sua simples ameaça.

O número de recrutados para as Milícias e Ordenanças excedia em muito o dos empregados nos regimentos de linha em todas as Capitânicas da América Portuguesa. Mesmo naquelas em que havia ameaça de possível invasão externa ou nas quais figuravam antecedentes de revoltas e insubordinações políticas, como Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e nos quartéis do extremo Sul, a situação não era diferente: os corpos de Ordenanças e as Milícias suplantavam em contingente as tropas regulares. Não havia, entretanto, um número fixo para o efetivo das ordenanças, podendo variar entre 30 e 60 homens.

O quadro abaixo traz uma relação das tropas que se empenhavam na defesa e segurança das populações coloniais distribuídas pelas capitânicas em que se dividia administrativamente a América Portuguesa até o ano de 1808.

[110]. Como observou Graça Salgado, as Companhias de Ordenanças: “[...] materializavam a administração portuguesa na Colônia em virtude de sua presença compulsória, e fortaleciam o poder dos senhores de terras locais – que passavam a dispor de uma força armada, e vestida por estes senhores de terra – para impor a sua própria ordem, e através dela, resguardar seus interesses”. SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

QUADRO 2.1: CORPOS ARMADOS QUE HAVIA NO BRASIL ANTES DA TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA

Local	Tipo de tropa	Quant. de Praças
Rio de Janeiro	Regimento de Infantaria de Bragança (vindo de Portugal)	1200
	Regimento de Infantaria de Moura (vindo de Portugal)	1200
	Esquadrão de Cavalaria (com duas Companhias que faziam a Guarda do Vice-Rei)	120
	Regimento de Artilharia	1500
Bahia	Dois Regimentos de Infantaria	-
Pará	Regimento de Infantaria de Extremoz e de Macapá	-
	Corpo de Pedestres	260
Maranhão	Regimento de Infantaria	-
	Companhia de Artilharia	-
Pernambuco	Dois Regimentos de Infantaria	-
	Regimento de Artilharia com oito Companhias	-
São Paulo	Regimento de Infantaria	616
Minas Gerais	Regimento de Cavalaria	480
São Pedro do Sul	Brigada de Infantaria	-
	Brigada de Artilharia	-
	Dois Regimentos de Dragões Ligeiros	-
Ceará	Corpo de Tropa de Linha	320
Mato Grosso	Corpo de Pedestres	386
Goiás	Companhia de Pedestres	80

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 152, pasta 23, fl. 1 e 2.

Nota: Além dos corpos de linha aqui mencionados, havia também, em quase todas as capitânicas, corpos de 2ª linha que, por não nos interessarem aqui de forma direta, não serão inventariados. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 152, pasta 23, fl. 1 e 2.

Desde 1763, ano em que a sede do Vice-Reinado foi transferida para o Rio de Janeiro, as tropas coloniais passaram a submeter-se e adaptar-se à remodelação empreendida em Portugal pelo Conde de Lippe, um militar prussiano contratado para reorganizar o Exército Lusitano em bases estrategicamente mais eficazes. Os regulamentos desse Conde, que enfocaremos com mais deta-

lhês na seção seguinte, foram teoricamente estendidos a todos os corpos militares das capitanias, mas o rigor das punições que previam não conseguia alcançar de forma eficiente o aumento da incidência de deserções entre os milicianos. Em suas cláusulas, não havia item que permitisse a molestaçã das famílias dos desertores, nem dos homens que se refugiavam nas matas para escapar ao controle das milícias. Os fugitivos preferiam afastar-se temporariamente de seus lares a submeter-se aos constrangimentos e violências que acompanhavam os recrutamentos, à dura disciplina de combate, aos trabalhos forçados, aos castigos e perigos de vida. Somente no último quartel do século XVIII, passaram a se reunir os chamados Conselhos de Guerra, destinados a punir os que fossem acusados de deserção ou traição em tempos de campanha. Algumas Capitanias, como parece ser o caso de Minas e dos seus Dragões, não se submeteram de imediato a esses regulamentos, mas somente algum tempo mais tarde. Na prática, dentro da incipiente organização judiciária militar do último quartel do século XVIII e nas duas primeiras décadas do século XIX, o primeiro juízo a que estavam submetidos os soldados era o de seus próprios comandantes, que decidiam, como chefes do corpo militar, como se deveria arbitrar a punição das transgressões leves. Seguiam-se a ele os Conselhos de Disciplina, de Investigação e de Guerra que formavam a primeira instância. Ao primeiro, cabia verificar a frequência do militar, bem como sua ausência das fileiras por mais de três dias. Ao segundo, restava investigar a culpa de qualquer crime cometido por um soldado. O conselho de Guerra, como instância maior dentre os três, ultimava o processo e proferia a sentença.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, o Príncipe Regente Dom João ordenou que toda a administração colonial fosse reorganizada. Criaram-se os Ministérios da Marinha, da Guerra e Negócios Estrangeiros, da Fazenda e Interior. Fun-

dou-se o Banco do Brasil, a Junta Geral do Comércio, o Supremo Tribunal da Casa de Suplicação. Surgiram novos corpos militares para o serviço do Paço, dentre eles o 1º Regimento de Cavalaria, a Guarda Real do Príncipe Regente e os Arqueiros da Guarda Real (corpo armado cuja denominação remonta a seus antecedentes medievais). Medidas extensivas a diversas Capitanias permitiram a reorganização das unidades de cavalaria e infantaria já existentes. Foram fundados, na nova sede da Corte, arsenais e escolas militares, além de um arquivo anexo às repartições da Guerra, Marinha e Fazenda, destinado a armazenar os mapas e cartas de todos os domínios ultramarinos lusitanos. Vejamos um resumo das modificações que alcançaram então a estruturação das tropas em todas as Capitanias, observando o quadro abaixo:

QUADRO 2.2 TROPAS QUE SE ORGANIZARAM DEPOIS DA CHEGADA DA CORTE
(CONTINUA...)

Local	Tipo de tropa	Quant.de Praças
Rio Janeiro	Regimento de Cavalaria	480
	Corpo de Inválidos ou veteranos	-
	Companhia de artífices	73
	Duas Brigadas de Artilharia Montada	354
	Companhia de Guarda	116
	Organizaram-se 3 regimentos de Infantaria	-
	Cinco Batalhões	2.670
	Batalhão de Libertos	316
	Divisão Militar de Guarda da Polícia	582
	Brigada da Marinha	540
	Corpo de Engenheiros	-
	Estado Maior do Exército	-
	Veio de Portugal a Divisão de Voluntários Reais De El Rei	5000
Batalhões 2, 3, 11, 12, 15 (voltaram para Portugal com grande desfalque)	-	
Pará	Esquadrão de Cavalaria	160
	Corpo de Tropa de Linha	372

Local	Tipo de tropa	Quant.de Praças
Ceará	Elevado a Corpo de Tropa de Linha	547
Sergipe	Corpo de Tropa de Linha	547
Maranhão	Companhia de Artilharia elevada a Corpo de Tropa de Linha	199
Santa Catarina	Corpo de Artilharia	271
Paraíba	Batalhão de Infantaria	310
	Batalhão de Artilharia	310
Piauí	Companhia de Artilharia	170
	Corpo de Tropa de Linha	280
São Paulo	Legião de Tropas Ligeiras	1.589
	2 Batalhões de Infantaria	
	4 Esquadrões de Cavalaria	598
	2 Companhias de Artilharia	240
	Reorganizado o Regimento de Infantaria passando a Caçadores	1.600
Rio Grande do Norte	Corpo de Tropa de 1ª Linha	372
Espírito Santo	Corpo de 1ª Linha	372
Alagoas	Corpo de 1ª Linha	283
Goiás	Companhia de Dragões	82
Bahia	Legião de Caçadores composta por:	2.028 praças
	3 Batalhões 2 Esquadrões de Cavalaria	248 praças
Mato Grosso	Legião de Tropas Ligeiras composta de:	488 praças
	4 Companhias de Caçadores 1 Esquadrão de Cavalaria 1 Companhia de Artilharia	
São Pedro do Sul	Do Regimento de Dragões e Ligeiros formou-se um Regimento de Dragões	956 praças
	Do Batalhão de Infantaria e Artilharia formou-se um Batalhão de Caçadores	610 praças
Minas Gerais	8 Divisões do Rio Doce	447 praças

FONTE: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata 152, pasta 23. fl.3-5.

Nota: Já haviam chegado ao Rio de Janeiro antes da transferência da Corte os três Regimentos de Extremoz, Moura e Bragança. O primeiro foi designado para o Pará.

As tropas criadas a partir de 1808 tinham também por função ampliar a presença do poderio régio nos sertões ainda pouco ou nada povoados, reforçar a proteção e o policiamento da nova sede da Corte e garantir a ordem e a fidelidade das demais Capitânicas.

No âmbito econômico, a famosa abertura dos portos excluía duas nações inimigas: França e Espanha. Em relação à França, os ânimos gerais exaltavam-se a ponto de se desconfiar sobremaneira de emigrados monarquistas como Marlière. A presença de estrangeiros no Rio de Janeiro crescia a cada momento e o número de franceses era considerável, mas sua permanência no Brasil ainda não era de todo tranqüila. A negação do governo revolucionário francês, assumido e personificado – acreditava-se naquele momento – por Napoleão Bonaparte, homem a quem se atribuía a ruína dos exilados portugueses no Brasil, associada à invasão do território lusitano, confundia-se freqüentemente com a negação da própria identidade francesa. Para alguns menos informados e mais exaltados, a simples naturalidade francesa já se associava a uma série de representações do inimigo, tais como: a pretensa impiedade associada a uma conseqüente crueldade, o espírito sedicioso e revolucionário, a leitura dos “perigosos autores da ilustração”. Nesse ambiente, o que era perfeitamente conservador na Europa poderia figurar como terrivelmente revolucionário. Era este o Portugal, e foi este, enfim, o Brasil que Marlière encontrou ao aportar no Rio de Janeiro em 1808.

Voltemos, entretanto, ao casal de emigrados, recém-chegado ao Rio de Janeiro, em meio à turbulência e agitação do povo que assomava às ruas para ver a família real. Marlière e Maria Vitória acomodaram-se em condições desfavoráveis como os outros militares de baixa patente e pouco compadrio que aportaram no Rio. Ele, provavelmente em um quartel, e ela na casa de algum brasileiro que tinha esposa e filhos. A situação era extremamente

desconfortável para aquele casal sem filhos, e piores dias viriam pela frente.

Marlière, que então contava quarenta anos, incorporou-se às tropas do Príncipe Regente no Brasil, sob a patente de porta-estandarte de cavalaria, graças à promoção de um alferes chamado Simão José de Souza que passara a Coronel de Milícias. No registro dos alferes agregados ao Regimento de Cavalaria do Exército, no ano de 1809, seu nome consta seguido da observação: “he da nação francesa e tem melhor teórica do que prática.”^[111]

Acostumado à vida na caserna, o novo alferes adaptava-se com dificuldade ao clima, ao povo, ao estilo de vida daquelas terras para ele tão exóticas. Falava o que pensava e, por aqueles tempos, com certo entusiasmo e descontração: a vivência revolucionária e as leituras constantes inspiravam-lhe projetos e críticas que, ao que parece, não procurava esconder. Foi provavelmente conversando nas tabernas, discutindo nos bailes da corte, ou sussurrando com algum amigo durante as cerimônias religiosas que ganhou a fama de homem de livres idéias. Por esses tempos, alguma disputa por qualquer motivo granjeou-lhe um poderoso e influente inimigo do qual se desconhece o nome. Perseguido por influência desse desafeto, conseguiu livrar-se das primeiras acusações de espionagem napoleônica sem, no entanto, desvenilhar-se do opositor. Com o aumento da pressão, a situação no Rio tornou-se insuportável e, temendo pela própria vida e pela de Maria, Marlière recorreu ao Príncipe. Pediu transferência para o regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais, no que foi atendido.

[111]. Arquivo do Exército Brasileiro—Propostas do Governo das Armas da Corte – Caixa 285 – R- 7.

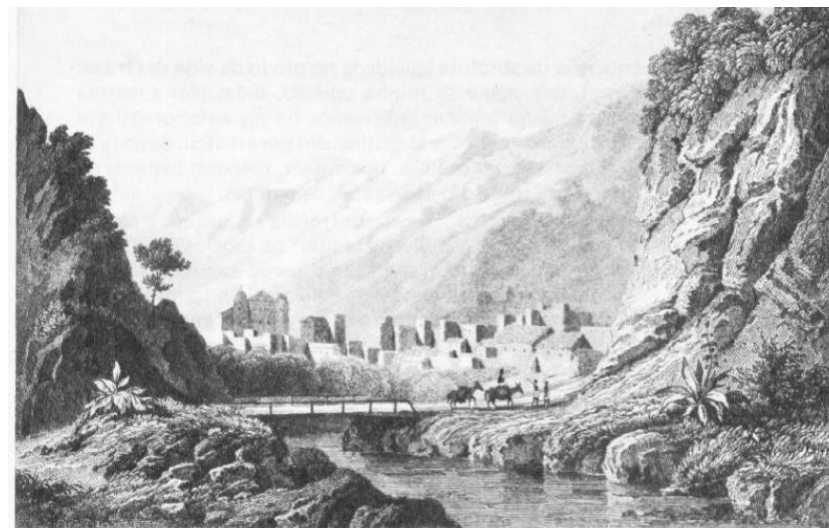


Foto 2.1: . A representação da cidade, sob os olhos europeus, assume, por vezes, feições alheias à realidade tropical e próprias da experiência européia. O viajante germânico representa a capital da Capitania de Minas com casas em estilo europeu, semelhantes às que se encontravam em uma aldeia medieval do Tirol e (ou) em uma cidade dos Alpes. A paisagem, entretanto, é composta por elementos híbridos já que as plantas e as montanhas lembram-nos os entornos de Vila Rica.

Fonte: FREIREYSS, G. W. *Vigem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo? EDUSP, 1982..

2.1 VILA RICA: O REGIMENTO DE CAVALARIA DE LINHA

A confiança com outorga de autonomia, contrabalançada embora por uma responsabilidade efetiva, é coisa que não penetrou nunca nos processos da administração portuguesa”. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, Publi-folha, 2000.

O Príncipe Regente concedeu a transferência em 26 de fevereiro de 1811.¹¹² Ordem anterior fora enviada, por meio do Conde de Linhares, ainda no dia 4 de janeiro, para que o Governo de Minas procurasse: “[...] dar alguma porção de Terra a Guido Thomaz Marlière [...] para que ele possa mandar cultivar a fim de tirar della huma parte de sua subsistência.”¹¹³

Partindo de madrugada e sem maiores alardes, o casal Marlière deixava a cidade do Rio de Janeiro rumo à Capital da Capitania de Minas Gerais. A mais populosa das capitanias era também a que mais de perto ligava-se à nova Corte Carioca, que também servia-lhe de porto. Espaço mais densamente povoado e mais completamente urbanizado da antiga Colônia, a região mineradora de Minas tinha na Capital, Vila Rica, o seu centro administrativo e financeiro. Ali permaneciam o governador e seu aparato administrativo, os principais oficiais do Regimento de Cavalaria de Linha e uma quantidade considerável de comerciantes de todo gênero.

O regimento de Cavalaria de Minas, ao qual Marlière agora se incorporava, compunha-se de aproximadamente seiscentos homens, cento e cinquenta dos quais dedicados à defesa de Vila Rica. Era dividido em oito companhias cada uma das quais contando com um alferes, ou subtenente, um tenente e um capitão. Ao todo, havia 24 oficiais distribuídos pelo território mineiro, acrescidos de um major, um tenente-coronel e um coronel. Além destes, havia muitos oficiais agregados, homens a quem o Príncipe Regente

[112]. Confira: Transferência do Alferes Agregado do Exército Guido Thomaz Marlière para o Regimento de Cavalaria de linha de Minas Gerais. Registro Geral das Mercês. Arquivo Nacional. Código do fundo 82. Cod.137. Livro 14 folha 60. Seção de Guarda 186. Veja também: Registro Geral das Mercês. Arquivo Nacional. Cod. 137 livro 28. folha 89.

[113]. Francisco de Assis Mascarenhas. (Conde de Palma). Ofício Ordenando que o Capitão Guido Thomaz Marlière, do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais receba uma porção de terras para cultivar. GUIDO, Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 10, n. 2, p.382-668, jul./dez. 1905. p. 384.

queria favorecer por um ou outro motivo. Dentre estes últimos encontrava-se Marlière.

O naturalista viajante francês, Auguste de Saint-Hilaire hospedou-se, em 1816, na residência do Barão de Eschwege, em Vila Rica. Registrou seu espanto ao ser informado sobre um indivíduo, recentemente agregado, “[...] nomeado alferes por ter presenteado com um cão a um dos jovens príncipes [...]”.¹¹⁴ Saint-Hilaire tinha uma visão extremamente positiva do Regimento de Cavalaria e acreditava que seus soldados sofriam injustiça ao serem preteridos nas promoções em benefício dos agregados que ocupavam muitas patentes vagas por ocasião de morte ou reforma:

Os soldados do regimento de Minas são altos, bem constituídos, e tem boa apresentação; este é, porém o menor elogio que lhes pode fazer. Em país algum vi corpo de simples militares tão perfeitamente constituído. Bastante diferentes dos homens tão pouco dignos de apreço que constituem os regimentos do Rio de Janeiro, os soldados de Minas pertencem geralmente a famílias dignas; sabem todos ler e escrever, e são notáveis pela *sua polidez*, inteligência, excelente conduta e probidade. Não fazem somente serviço militar. São eles que se postam nas fronteiras da Província para impedir o contrabando do ouro e dos diamantes. São encarregados principalmente de se oporem ao comércio e extração ilícita dessa preciosa pedra no distrito que a fornece. Todos os anos alguns deles levam ao Rio de Janeiro os diamantes que são extraídos por conta do rei. Transportam para as intendências o ouro em pó que vão buscar nas casas de permuta. Finalmente, se sucede não se apresentar ninguém para arrematar o contrato

[114]. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 163.

dos dízimos de alguma povoação afastada, é um soldado do regimento que se envia para receber o imposto diretamente por conta do Rei. Vê-se quantas comissões de responsabilidade e importância são confiadas a estes militares, e nunca ouvi dizer que um único tivesse abusado dos depósitos a eles confiados.¹¹⁵

Já Eschwege, seu anfitrião, talvez menos preocupado em retribuir no texto de seu relato de viagem as gentilezas e facilidades que o governador de Minas lhe oferecia, nos deixou uma visão bem menos lisonjeira destes soldados. Após descrever um episódio também ocorrido em 1816, no qual, perto da divisa de Minas com Goiás, um soldado do Regimento abandonara ao acaso uma de suas mulas de carga, o mineralogista alemão observa: “Menciono o fato como prova de quão displicentes são os soldados e de que pouco respeitam os superiores. Devo lembrar ainda que em Minas não querem saber de subordinação alguma”¹¹⁶.

Seja como for, sabe-se que, desde 1775, quando o Regimento dos Dragões foi transformado em Tropa de Cavalaria de Linha, a corporação era submetida a normas extremamente rígidas de disciplina militar, instituídas em Portugal pelo Conde de Lippe, um militar prussiano que, conforme anotávamos páginas atrás, fora encarregado de instituir o regimento e a organização do Exército Português. Assim, estes regulamentos, aplicados desde 1763 em quase todos os corpos militares do Império Ultramarino Português, chegaram a Minas com certa dose de atraso. Soldados infratores poderiam ser torturados, açoitados com espada de prancha na frente da tropa, conduzidos às fortificações para meses de trabalhos forçados e, no limite, enviados à pena de morte,

[115]. *ibid.* p. 163.

[116]. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996-2000. p. 98.

por atacarem ou desrespeitarem seus superiores. O Regimento de Minas foi organizado dentro do espírito dos Regulamentos por Dom Antonio de Noronha, segundo determinação de Martinho de Mello e Castro. Vejamos como exemplo o item *Dos Castigos*:

1- Os delitos maiores e, sobretudo o motim, o homicídio premeditado, e a traição hão de ter pena de morte. O réu passará pelas armas, será enforcado ou padecerá morte mais severa nos casos extraordinariamente atrozes, conforme julgar o conselho de guerra em consequência dos artigos militares ou leis civis, nos casos dos crimes puramente civis cometidos pelos militares. Os delitos graves que não forem, contudo capitais, se castigarão mandando-se trabalhar o réu nas Fortificações por meses, ou por anos, conforme a gravidade do delito. Estes criminosos trabalharão com o grilhão no pé e na mão direita e um rótulo nas costas que declare o seu delito

2- Os farão trabalhar mais tempo em obras mais penosas que os mais trabalhadores. Bem entendido que enquanto durar o tempo de suas condenações se conservarão em estreita prisão e não receberão de pão, e paga mais que o precisamente necessário para sustentar a vida. Este castigo se dará por sentença do Conselho de Guerra

3- E as culpas leves cometidas por descuido ou inadvertência serão castigadas com vinte, trinta ou cinquenta pancadas com a espada em prancha, ou metido o réu em prisão a pão e água e fazendo-lhe montar a guarda sem lhe competir ou carregando-o de armas uma ou muitas horas, ou pondo-o no tornilho quatro, seis, oito horas ou mais até vinte e quatro, os quais castigos leves se darão em conselho de Guerra [...].¹¹⁷

[117]. /Regulamentos para o exercício, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelíssima – Por sua Alteza Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General – MDCCCLXXXIX.

De certa forma, o alvo maior destas regras era o estabelecimento de um controle minucioso sobre a vida dos militares, a ponto de seus corpos se adaptarem a um tipo rígido e específico de disciplina que os fizesse diferentes do cidadão comum. Na verdade, tratava-se de estabelecer uma regra militar que associasse os castigos da alma aos do corpo, para, por fim, controlar todos os espaços da vida íntima e cotidiana. Vejamos mais alguns dos “Artigos de Guerra”:

XXIII

Todo soldado que ocultar um criminoso ou buscar meios para se escapar aquele que estiver preso como tal ou o deixar fugir, ou sendo encarregado de o guardar não puser todas as precauções para esse efeito, será posto em lugar do criminoso.

XXIV

Se qualquer soldado cometer algum crime estando bêbado de nenhum modo o escusará do castigo a bebedice, antes pelo contrário será punido em dobro conforme as circunstâncias do caso.

XXV

Todo soldado que de propósito e deliberadamente se puser incapaz de fazer o serviço será condenado ao carrinho perpetuamente.¹¹⁸

Arquivo Militar do Exército Brasileiro/. Estes regulamentos foram-me disponibilizados pela primeira vez por Francis Albert Cotta, em viagem de pesquisas que empreendemos ao Rio de Janeiro em junho de 2000. Seu estudo, ainda não publicado, sobre o Regimento de Cavalaria de Minas, revestir-se-á de grande interesse para a compreensão da orientação disciplinar dos militares luso-brasileiros no período que nos ocupa.

[118]. Regulamentos para o exercício, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelíssima – Por sua Alteza Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General – MDCCCLXXXIX. Arquivo do Exército Brasileiro. Os documentos, por ocasião da consulta, ainda não estavam submetidos a classificação, nem organizados em pastas ou caixas.

Os soldados não poderiam, ainda, se casar, nem emprestar dinheiro sem licença de seus superiores. Qualquer desvio de dinheiro era punido com expulsão da corporação e ressarcimento do montante desviado. A preocupação com a “moral e a religiosidade dos soldados” estava textualmente expressa nos regulamentos: “Todo Militar deve regular seus costumes pelas regras da virtude, da candura e da probidade, deve temer a Deus, reverenciar e amar ao seu rei, e executar exatamente as ordens que lhe forem prescritas”¹¹⁹

Havia ainda uma preocupação constante em regular o porte e os gestos do soldado. Por seu andar ereto, por seu olhar altivo, por sua maneira de se movimentar um militar deveria ser reconhecido, mesmo fora de serviço, quando não envergasse sua farda. As regras dos exercícios e as orientações das ordens do dia caminhavam nesse sentido. Observemos estas “regra geral”, destinada às formações de ordem unida:

Regra Geral

Marchando em frente, obliquamente, os soldados de cada Esquadrão terão sempre as caras voltadas para seu estandarte, nas conversões voltarão para o lado que se move marchando em frente ou sem estandarte olharão para a direita. Os soldados nas fileiras não devem, sem ordem, fazer o mínimo movimento; não lhes devem permitir que falem, que bulam ou escarrem, devem ser imóveis e não se animar, senão à voz do oficial que os manda.¹²⁰

[119]. Regulamentos para o exercício, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelíssima – Por sua Alteza Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General – MDCCCLXXXIX. Arquivo Militar do Exército Brasileiro. Os documentos, por ocasião da consulta, ainda não estavam submetidos a classificação, nem organizados em pastas ou caixas.

[120]. Regulamentos para o exercício, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelíssima – Por sua Alteza Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General – MDCCCLXXXIX. Arquivo

Sob os olhos do governador, a ordem da corporação deveria se manter mais preservada, relaxando-se, entretanto, na proporção em que a distância e o isolamento impediam uma fiscalização direta e satisfatória.

A capital da Capitania, encravada entre montanhas e entrecortada por ladeiras íngremes, era a sede da menor comarca dentre as cinco que formavam a Capitania e se dividia em dois termos, o seu próprio e o de Mariana. Minas Gerais tinha, naquele momento, as seguintes comarcas: a do Rio das Mortes, a de Vila Rica, a do Serro Frio, a de Sabará e a de Paracatu. Cada uma delas tinha um ouvidor residente em sua cidade sede, a “cabeça de comarca”. Subdividiam-se as comarcas em termos que tinham como sedes as vilas ou cidades. Os termos, por sua vez, dividiam-se em freguesias, circunscrições eclesiásticas que formavam paróquias, cuja igreja sede prestava-se também à administração

civil. As freguesias eram formadas por bairros.¹²¹ Cada termo possuía um juiz de fora ou dois ordinários. Ao juiz de fora, que além de nomeado pelo Rei deveria possuir estudos especializados, era permitida uma permanência máxima de três anos em cada localidade; a permanente condição de forasteiro motivava a denominação de seu cargo. Era, freqüentemente, o juiz de fora quem presidia as câmaras instaladas nas sedes dos termos. Essas

Militar do Exército Brasileiro. Os documentos, por ocasião da consulta, ainda não estavam submetidos a classificação, nem organizados em pastas ou caixas.

[121]. PRADO JÚNIOR., Caio. Administração. In.: _____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000. p. 307-351. Confira: SAIN'T-HILAIRE, Auguste de, op. cit. p. 153. Referência mais atualizada sobre o tema da administração colonial pode ser encontrada em: SALGADO, Graça (Org). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Não devemos nos esquecer de que o discurso dos viajantes, como de resto qualquer outro, parte de um “lugar” e é, portanto, marcado por determinada intencionalidade. Os dados oferecidos deverão ser confrontados com outras fontes sempre que possível, e é isto o que aqui tentamos fazer. No caso de Caio Prado e Graça Salgado, vale lembrar que seus trabalhos, bem como suas pesquisas são restritos e situados historicamente. O estudo mais detalhado dos casos específicos desmente vários de seus esquemas. Aqui limitamo-nos, entretanto, a prestar as informações e a estabelecer as retificações indispensáveis à compreensão do leitor.

câmaras se responsabilizavam pela resolução de questões de interesse administrativo local. Já os juizes ordinários eram eleitos por cidadãos que, devido à sua condição econômica e social, eram considerados aptos a votar.

As capitanias no Brasil eram governadas por capitães gerais cujo poder – nada desprezível, embora sujeito a limites impostos pela Metrópole que os indicara – vira-se um pouco mais cerceado com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. Mesmo não sendo sempre um militar de profissão, este governador tinha funções essencialmente militares, uma vez que recebia o título de comandante supremo de todas as forças armadas da Capitania. Nenhuma outra patente ocupava-se pessoalmente dos assuntos militares em seu conjunto. Este poder exercido sobre as forças armadas e muitas outras instâncias administrativas da Capitania não se estendia, porém, sobre as intendências do ouro e dos diamantes, nem sobre as mesas de inspeção, submetidas diretamente aos órgãos da administração real, agora centralizada no Rio de Janeiro.

No que tange à vara cível, as funções judiciárias não cabiam aos governadores, mas, em primeira instância, aos juizes ordinários e juizes de fora. Em seguida, recorria-se aos ouvidores e, acima deles, em última instância, ao tribunal da suplicação, composto de desembargadores e instalado no Rio de Janeiro.¹²² Presume-se que a justiça, concretamente representada nas cabeças de comarca, se fizesse muito pouco eficiente em se tratando de locais distantes das principais vilas ou da Capital, nos quais o isolamento costumava imperar sobre a vigilância. Caio Prado Júnior observou que o poder das autoridades administrativas na América Portuguesa era limitado em parte pelo: “[...] espírito de indisciplina que reina por toda parte em todos os setores. Fruto

[122]. *Ibid.*, p.317.

de condições geográficas e da forma como se constituiu o país: imensidade do território, dispersão da população, constituição caótica e heterogênea dela, falta de sedimentação social, de educação e preparo para um regime policiado.”¹²³

Eschwege nos deixou um relato nada elogioso do modo como a justiça funcionava no interior da Capitania. Viajando ao lado de um juiz, o mineralogista alemão deparou-se, em certo momento, com um estranho cruzeiro, a respeito do qual foi informado de que:

[...] no ano anterior, em uma fazenda das vizinhanças, cujo nome ele mencionou, um escravo agredira o filho do fazendeiro, fugindo em seguida. Dias depois fora aprisionado e, após ser cruelmente castigado, conduziram-no até o local da cruz, onde lhe deceparam a cabeça, que foi dependurada em uma vara, e o corpo sepultado sob a mesma, como costuma a justiça fazer. Perguntei ao juiz qual a providência tomara em relação ao fato; confessou-me que nada poderia fazer, já que o enfurecido pai o ameaçara de igual castigo. Este exemplo mostra como anda a justiça por aqui.¹²⁴

Abandonemos por um pouco as indispensáveis informações sobre a administração colonial e seus alcances e voltemos por agora a uma rápida descrição da velha Capital da Capitania de Minas nos tempos de Marlière.

Carente no que toca ao saneamento básico, Vila Rica gozava de boa distribuição de água, resultado de sua localização em uma região rica em nascentes, o que levava a uma relativa abundância de chafarizes públicos. Um hospital civil, a Santa Casa, era mantido com constantes dificuldades financeiras pela Irmandade da

Misericórdia. Havia também o Hospital Militar, mantido pelo Governo, que ocupava o segundo andar do Hospício Civil, também de responsabilidade da Irmandade. Por todos os lados, as casas de pau-a-pique que se aglomeravam ao longo das compridas e estreitas ladeiras davam uma forte impressão da pobreza em que vivia a maioria da população.

Buscar alguma precisão nos dados populacionais das primeiras duas décadas do século XIX em Minas é uma tarefa difícil, se não impossível. Os viajantes utilizaram-se de cifras diferentes em função da variação das fontes de consulta, mas também da época em que suas incursões pela Capitania/Província tinham lugar. Informações baseadas no *Journal von Brésilien*, do Barão de Eschwege dão conta de que, no ano de 1808, havia uma população de 443.049 habitantes em todo o território mineiro. Destes, 106.684 seriam brancos, 145.393 mulatos e 180.972 negros. Dentre estes últimos, 133.035, ou seja, 73,5% da maioria negra da população, seriam escravos.¹²⁵ A dificuldade enfrentada para recensear, em uma capitania marcada pela existência de populações isoladas em sertões matagosos, leva-nos a imaginar que a população deveria ser bem maior. Para aumentar a média de imprecisão desses dados basta lembrar que índios, aldeados ou não, não constam nestes números calculados pelo barão alemão. Já Vila Rica teria, em média, oito mil e quinhentos habitantes.¹²⁶

Com o declínio da mineração, muitos haviam abandonado a cidade em busca de investimentos na agricultura, aventurando-se com seus escravos sertão adentro. O secular processo de adaptação às mudanças econômicas faria de Minas Gerais uma

[123]. PRADO JÚNIOR, C., op. cit. p. 157.

[124]. ESCHWEGE, W. op. cit., p.114.

[125]. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil 1811-1817 ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, p. 152-153.

[126]. Ver *ibid.*, p. 205. Ver também, para uma análise mais detalhada sobre a população de Vila Rica: COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. *Ensaios Econômicos*, São Paulo, v. n., p.130-187,

Capitania/ Província bastante dinâmica, capaz de intensificar e complexificar as teias de sua economia interna, a fim de resistir ao declínio de produção nas principais jazidas auríferas. Continuou-se a importar escravos até 1850, para que sua mão de obra pudesse ser empregada em diversos setores de uma produção que se destinava tanto ao mercado interno quanto à exportação.¹²⁷

Na primeira metade do século XIX, a busca por terras destinadas à agricultura aliava-se aos investimentos na siderurgia, na mineração subterrânea, na manufatura têxtil e em uma gama variada de atividades de transformação que produziam o suficiente para que grande parte da demanda interna fosse suprida. Desonerava-se, assim, a província do peso de certas importações. Douglas Cole Libby identificou, neste processo, a versão mineira da secular retração da agricultura de exportação, analisada por Celso Furtado¹²⁸, observando que, nesse estado de retração, a estrutura escravista mantinha-se acomodada graças à expansão do setor de subsistência. A busca da fronteira agrícola do leste mineiro situa-se num contexto em que a agricultura e o escravismo firmavam-se como bases da sociedade complexa e multiétnica que Marlière encontrou: “O grande sustentáculo da economia mineira no século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de limentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província[...]”¹²⁹

A produção agrícola do interior chegava freqüentemente à Vila Rica por meio dos tropeiros, categoria profissional compartilhada por militares, sitiantes, comerciantes de diversos gêneros e

[127]. Para um maior aprofundamento dos estudos sobre a economia e a população de Minas Gerais no Século XIX, veja: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996.

[128]. Refiro-me a: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

[129]. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 14.

até escravos que freqüentemente cruzavam os caminhos e trilhas, interligando extensas e distantes regiões.¹³⁰ A região mineradora central, cujos limites haviam sido estabelecidos pela extração do ouro, exercia enorme fascínio sobre estrangeiros de passagem por Minas Gerais. Todos os viajantes europeus que aqui estiveram visitaram Vila Rica, dedicando, não raro, uma atenção especial aos seus detalhes urbanos, sócio-econômicos, políticos, culturais e naturais.

2.2 VILA RICA: A PRISÃO DE MARLIÈRE.

Marlière talvez esperasse encontrar naquela cidade um ambiente de convivência mais tranqüilo. Viajando com recursos bastante limitados, não conseguiu alugar mais que uma mísera choupana. Do dote de Maria Vitória, quase nada restara após a travessia do Atlântico. Longe do príncipe regente, que agora influenciado por seus inimigos, poderia mostrar-se menos amigável, temeroso das calúnias de que era alvo e impossibilitado de retornar ao Rio de Janeiro, ele se angustiava ao ver a esposa, outrora elegante dama da corte, agora entregue a toda a sorte de serviços domésticos considerados grosseiros em uma sociedade escravista. Incorporado como lugar-tenente com brevet de capitão ao Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, em novembro de 1810, de propriedade, apenas lhe restava a velha espada, acompanhada de correspondências de um passado que, agora, o quanto possível, procurava esconder. Suas amizades na cidade limitavam-se a um alemão chamado João Jorge, cabo de esquadra, agregado agora ao Regimento de Cavalaria, e ao espanhol João Paschoal Moedas.

[130]. Sobre os tropeiros, sua história, extração social e papel ao longo do século XIX, veja: LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808/1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Este último havia sido criado de Dom Maria de Moscovo, açafata do infante Dom Pedro Carlos. Exilado no Brasil juntamente com a corte portuguesa, residira primeiramente no Paço e, mais tarde, fora recebido pelo governador da Capitania de Minas, Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma.

A população de Vila Rica, como já ocorrera no Rio de Janeiro, hostilizava, naquele momento, indivíduos de origem francesa. Como observaria Freireyss em 1814: “O brasileiro não é tão desconfiado como o português, é mais cordial e menos traiçoeiro; é orgulhoso, mas amável para com os estrangeiros, exceto quando julga encontrar um inimigo da sua nação [...]”¹³¹

Portador de palavras que, na visão de muitos denotavam subversão, ligado a amigos cujas algibeiras comportavam pouco cobre, antipatizado pela maioria da população, durante os seis meses seguintes Marlière não conseguiria reverter sua situação financeira. A farda que usava, conseguira por empréstimo; em casa, de mobiliário quase nada possuía: somente duas caixas de roupas e uma escrivaninha. Livro, não trouxera algum. Suas idéias, ainda propagadas sem qualquer freio, despertavam desconfianças a seu respeito. Inimigos alojados no Rio de Janeiro continuavam a persegui-lo, se bem que incógnitos.

Dom João, alarmado pela situação na Europa e tomado de desconfianças extremas, parecia vislumbrar a traição em cada um de seus colaboradores, mesmo os mais diretos. No dia quatro de julho de 1811, por intermédio de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, enviou ao Conde de Palma um ofício no qual relatava:

[...] haver agora chegado com grande probabilidade à sua real presença uma secreta informação, pela qual parece mostrar-se que o emigrado Guido Thomaz Marlière, Tenente Agregado ao Regimen-

to de Cavallaria de Minas Geraes, e que sua alteza real tanto tem beneficiado, hé um emissário de Bonaparte, e ligado com elle para subverter estes Estados; ordena Sua Alteza Real que V: Ex cia, logo que receber este aviso, o faça observar em todas as suas açções, e conhecer de todas as pessoas que com elle vivem, sem que elle perceba que há contra elle a menor suspeita, e que passado mez e meio de observação, e quando elle possa estar completamente desaparecido e descuidado, V: Ex cia o faça prender tomando-lhe todos os seus papeis, e correspondências e o mande remeter aqui, com toda segurança ao Intendente Geral de Polícia, para proceder às ulteriores informações que se devem tomar a seu respeito, e conhecimento que se deve Ter de todas as suas relações. Igualmente Ordena Sua Alteza Real, que V: Excia mande apreender todas as cartas que lhe forem dirigidas pelo correio, e dê conta das mesmas, e do que for achado relativo às pessoas que o frequentão, e do que souber de suas açções. Sua Alteza Real Recomenda Muito este negocio a V: Ex cia, que deve ser conduzido com o maior segredo, com a mais severa prudência, e com aquela fidelidade, que em tão calamitosos tempos deve distinguir os fieis vassallos de um tão pio, como virtuoso soberano [...].¹³²

O ofício, precedido da expressão, secretíssimo, terminava com a recomendação de Dom João para que Maria Vitória recebesse todos os auxílios necessários durante a prisão de seu marido. As denúncias, no entanto, continuaram e, apenas cinco dias depois, chegava a Vila Rica mais uma carta do Conde de Linhares endereçada ao governador da Capitania: “Havendo-se augmentado mais, e mais as suspeitas que há contra a fidelidade e conducta

[131]. FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 112.

[132]. PRISÃO de Guido Thomaz Marlière como suspeito de enviado de Bonaparte: officio do Ministro ao Governador de Minas. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, ano 11, n. 1, p.13-25, 1906. p.13.

de Guido Thomaz Marlière... Hé S.A. R., o Príncipe Regente Nosso Senhor, servido ordenar a , V: Excia o faça imediatamente prender [...].”¹³³

O Conde de Palma, por sua vez, ordenou ao desembargador ouvidor da comarca de Vila Rica, Lucas Antônio Monteiro de Barros que Marlière fosse preso e interrogado. Abordado durante seu trabalho, Marlière, extremamente assustado, não ofereceu resistência alguma em entregar a espada e acompanhar as autoridades de Vila Rica.¹³⁴ Cumprida a diligência, o desembargador dirigiu-se à residência do francês, onde Maria Vitória entregava-se aos afazeres domésticos:

[...] ali achei sua miserável mulher entretida nos officios domesticos os mais humildes, e penosos pela sua extrema pobreza; entregou-se a todo excesso de dor, e derramando copiosas lagrimas, no meio dos transportes os mais tocantes, e enternecedores conjurava os infames delatores, e que já não era a primeira vez que na Corte havião atraído a reputação de seu marido; que oxalá ele nunca aceitasse o Posto de Capitão neste Regimento, deixando de servir ao lado do Príncipe, que, contente com o seu Serviço tinha já uma vez desfeito as suas maquinações, nascidas da mais negra calúnia, e aleivosia. Que ella correria aos pés do trono a implorar o Real Socorro [...].

Analizando as cartas encontradas em poder de Maria e interrogando os amigos mais íntimos do casal, Monteiro de Barros afirmava:

[133]. *ibid.*, pag.14.

[134]. Lucas Antônio Monteiro de Barros pertencia à poderosa família Monteiro. Seus membros, além de ocuparem cargos de grande importância no governo da Capitania/ Província receberam, a partir do ano de 1818, muitas sesmarias na região dos atuais municípios de Mar de Espanha e Leopoldina, na Mata Mineira. Apenas oito dos Monteiro chegaram a possuir 24 sesmarias. Confira: Registro Paroquial nº 114. Arquivo Público Mineiro.

[...] entre elles não encontrei algum, que se possa reputar sedicioso, nem correspondência, que o torne suspeito de inconfidência e traição ao Príncipe e ao Estado: somente a Carta de nº 16; e o papel de nº 40, escrito por sua letra na lingua Francesa, dão indícios de pouco respeito, e união, pelo Culto e Religião Christã; e mesmo nos seus discursos, segundo me consta, era notado de muito livre e indiscreto, entendendo, que naquelas mesmas ações pelas quaes se ridiculariza no conceito publico, tiraria motivos para ser aplaudido, erigindo-se formidável sensor a approvar, e reprovar segundo as extravagâncias da sua fantasia, pelos erros da sua educação, e das falsas máximas de hum século estragado, e corrompido, obrando em consequência das suas idéias licenciosas, as quaes são sempre a regra dos nossos sentimentos, como estes são do nosso modo de pensar. Este official de huma instrução medíocre; e esta mesma de orelha, não tem outros princípios mais que algumas noções, e luz da Historia como conhecimento de varias línguas; pelas suas maneiras pouco insinuantes, e por certo áspero, e desabrido, além da aversão pelo nome Francez, tem atraído contra si a indisposição geral, sendo principalmente mal visto da Officialidade do seu próprio Regimento e por isso ninguém o frequentava com intimidade à excepção do Hespanhol João Paschoal [...] e do alemão João Jorge, cabo de esquadra do Regimento; aquele homem sisudo e temperado nas suas palavras, e ações, e este bem quisto dos seus Superiores, ambos nada suspeitosos pela sua boa conducta. Das conferências, que ás vezes tenho tido como Referido Marlière na prisão segura em que se acha incommunicavel, e com sentilla á vista, não me tem sido possível conseguir informações, ou noção alguma sobre o delicto, de que he suspeito, o mesmo quanto á Religião, talvez por fingimento e hypocrisia, as suas expressões para commigo tem

sido as de Christão, e até próprias de hum Religioso perfeito e fervoroso.¹³⁵

No dia seguinte, o desembargador já havia cumprido suas ordens, o Conde de Palma enviou novo ofício endereçado ao Paço do Rio de Janeiro:

O Referido Capitão, no momento em que foi preso, assustou-se; ao depois protestou pela sua inocência, qualquer que fosse o crime de que seus inimigos o arguissem. Os papeis escritos na língua Portuguesa e Francesa nada provam contra si; há porem outros escritos em alemão, que eu não entendo... He pouco o tempo para participar a vexcia noticias circunstanciadas sobre materia tão grave; mas devo dizer que até agora não me consta que o dito official soltasse Vozes contra o Nosso Augusto Príncipe, e Nação Portuguesa; era sim muito livre em matérias de Religião, e os seus repetidos e insensatos discursos neste objeto, tinham indisposto a maior parte das gentes contra si: isto hé de que me informão; porque na minha presença não proferia elle semelhantes discursos impunemente. Posso também afirmar, que geralmente não gostavão deste Official os habitantes de Villa Rica: tal hé o ódio que se tem aqui ao nome francês e aqueles que faltão ao respeito ás cousas santas.¹³⁶

A acusação de impiedade, insuficiente para incriminar em definitivo qualquer homem, pesara-lhe agora sobremaneira sobre os ombros, já que outros processos lhe imputaram a justiça. O episódio, e mais particularmente a ojeriza que o povo de Vila Rica desenvolvera em relação a Marlière, evoca-nos a memória de uma

[135]. PRISÃO..., op. cit. p. 19- 20.

[136]. PRISÃO..., op. cit. p. 16.

outra história, transcorrida no ano de 1814, quando Freireyss, homem imbuído dos valores da ciência e pronto a valorizar a razão sobre o que classificava como mera superstição, em visita a Minas deixou registrado o seguinte episódio:

[...] o estrangeiro faz bem em seguir os costumes do lugar. A superstição torna isso muito necessário como tive que verificar um dia num povoado. Era por ocasião da saída de uma igreja onde eu tinha assistido à missa. Um patrício meu queria mostrar-me a sua amizade e, como de costume espargir-me com água benta. Infelizmente porém eu não tinha compreendido a sua intenção, de modo que eu recuava bruscamente quando senti a água fria no meu rosto ardendo. Como eu era o único estrangeiro no lugar, todos reparavam em mim e imediatamente espalhou-se o boato de que eu, por causa do medo que tinha mostrado, estava possuído de um espírito maligno, a quem a água benta horrorizava. O caso chegou a tal ponto que de tarde mandaram um padre para salvar a minha pobre alma, preferindo eu, porém, abandonar para sempre e de noite aquele lugar.¹³⁷

Tratava-se de uma versão tropical do zelo católico ibérico a encontrar-se com um contingente de concepções iluministas para as quais a razão afigurava-se como objeto de adoração. O choque, inevitável, nos alerta ao mesmo tempo para o amálgama que então se verificava entre as crenças populares e certos pressupostos do Catolicismo Tridentino como o purgatório, por exemplo. Aos amigos europeus do capitão Guido, estas acusações deveriam soar como absurdos e disparates.

[137]. FREIREYSS, G. W. op. cit., p.112..

Transtornada pelo que sucedera ao seu marido, Maria Vitória se desesperara de início, recorrendo logo depois aos amigos mais próximos na esperança de obter informações sobre o motivo da prisão. Um tenente, em serviço no dia, fora encarregado de indagar ao novo prisioneiro do que necessitava para a subsistência e “conservação de sua saúde”. Os relativos bons tratos recebidos na prisão deviam-se, talvez, à sua patente, mas acima de tudo, à amizade que com ele mantivera por alguns anos o príncipe regente.

Os préstimos de Maria, entretanto, parecem ter-se mostrado decisivos, conforme inferimos do trecho final da mesma carta secreta enviada pelo Conde de Palma ao Conde de Linhares:

A miserável e infeliz mulher do Capitão preso, logo que foi certificada do que acontecera a seu marido mandou pedir ao dito João Paschoal que fosse em sua caça; e isto mesmo na presença do ouvidor; foi e lá se demorou até as oito horas da noute: a mesma mulher, que eu não posso deixar de ter por ora em muito boa opinião, veio hoje procurar-me mui penetrada de sentimento como era de esperar; protestando pela innocencia de seu marido, e dizendo-me ao mesmo tempo, que confiava muito na Justiça e indefectível Bondade do Príncipe Regente Nosso Senhor: eu lhe respondi, que tivesse a certeza de que nada lhe havia de faltar, e que se dirigisse a mim sempre, pois eu tinha ordem socorrela com o dinheiro preciso em todas as suas necessidades [...].¹³⁸

O Conde também vasculhou as correspondências dos dois únicos amigos de Marlière em Minas em busca de provas que os pudessem incriminar. João Paschoal, que era seu protegido, passou a ser vigiado diuturnamente.

[138]. PRISÃO..., op. cit. p. 16.

Este hespanhol até ontem não me tinha dado o menor motivo de suspeita; agora porem passo a vigia-lo miudamente em todos os seus passos, e será dificultoso, que elle pratique uma só ação que me seja oculta. [...] devo mais acrescentar que fis abrir eu mesmo as cartas que vierão dirigidas neste Correio ao dito Hespanhol (para Marlière não veio alguma) e tão insignificantes eram que determinei que novamente se lhe entregassem, afim de evitar as desconfianças para o futuro. O soldado Alemão João Jorge serve há mais de oito anos no Regimento em que tem Praça, e creio que por fallar Alemão, e por ser atendido de um seu superior, hé que procura amizade do Capitão Marlière; delle não tenho *tambem motivo de* suspeita, mas isto não hé bastante para eu deixar de fazer as indagações precisas, e com o maior segredo.¹³⁹

Acompanhando o ofício de resposta ao Conde de Linhares, ia uma carta do próprio suspeito que, por meio dela, procurava fazer sua autodefesa:

Do assassínio politico perpetrado hontem na minha infeliz pessoa não deve V. Excia procurar a causa na minha insignificante correspondência, mas sim no Fatalismo, que desde o meu nascimento constante me persegue. Huma pessoa nobre e respeitável quer por força que eu seja criminozo, e para conseguir este fim, provavelmente mandou, como pode, cometer um crime verdadeiro, para me achar algum imaginario, rompendo o sello do segredo, o azilo sagrado da amizade, e nas cartas minhas aproveitaram alguma frase jocosa, porque o meu genio nunca (graças à providência) foi triste, para descobrir algum crime de Estado. Não

[139]. *ibid.*

me valem estudos applicados, coragem nos perigos, constancia nos meus trabalhos, conducta política e regular, tudo conspira contra hum desgraçado, que há vinte tantos anos anda boiando no mar dos infortunios, e q` p.r beneficio de S. A.R. o Meu augusto Monarca, e Benfeitor, se achava efim n`hum Posto, que cuidava seguro, occupando-se como constará a V. Ex.cia , no Serviço Real com o zelo q` inspira a hum homem de honra p.a como seu Soberano, a quem deve a existência, e o beneficio do socego. Os meus papeis existem todos em caza, elles são poucos, e todos elles dizem que em quantas corporações servi sahi dellas pela porta da honra, único bem que me resta, q.e cruelmente me querem roubar. Será dificultozo, p.r juro a V. Ex.cia pela honra, que professa, que a minha está intacta com a minha fidelidade para com o príncipe, que adoro. Mas se com effeito me querem sacrificar estou prompto para beber este último calix da amargura; só sim peço a V. Ex.cia em quem achei tanta benevolência, e generosidade para comigo, uze de todo o seu poder para manifestar o meu suposto crime, ou a minha innocencia, a fim de que a minha memoria não seja manchada, e qualquer que seja o resultado, ampare V. Ex.cia a mulher mais digna de ser amada; sensivel, e animosa, Filha Irmã e Esposa de Militares, que sempre servirão à Coroa, e servem com zelo, e fidelidade, e que o odio espalhado sobre a minha casual naturalidade não chegou ate a ella, que he Portugueza.¹⁴⁰

Antes de encerrar a carta, Marlière, afirmando sua inocência e submissão aos desígnios do Príncipe Regente, propõe uma solução de isolamento, que lhe collocasse longe dos inimigos:

[140]. PRISÃO..., op. cit. p. 17-18.

Mande-me sem forma alguma de Processo para hum Deserto da Capitania, que sua alteza real me deixe por esmola o meu pequeno soldo, afim de que eu possa com as minhas mãos cultivar a terra e sustentar a minha deploravel mulher e familia; acabar-se-ão as suspeitas, e eu gostoso me afastarei da sociedade, que sempre olha para mim com dous exercitos nas algibeiras, que nem dous vintens ás vezes têm [...].¹⁴¹

No dia 25 de fevereiro, sob a guarda de uma escolta numerosa de soldados escolhidos a dedo e comandados pelo Alferes Lourenço Antônio Monteiro, homem bem conceituado por seus superiores, partiu o prisioneiro em direção ao Rio de Janeiro. A viagem rodeava-se dos mais pormenorizados escrúpulos de sigilo e segurança. No dia 9 de agosto, estando ainda a caminho da corte a expedição que conduzia Marlière, uma carta a ele endereçada chegou a Vila Rica, sendo logo conduzida às mãos do Conde de Palma. O remetente era o Barão de Echwege, encarregado da pesquisa mineralógica da Capitania, que se encontrava naquele momento em Porto da Estrela. Não há, no entanto, na documentação, referências ao seu conteúdo.¹⁴²

W. L. Echwege viveu no Brasil entre os anos de 1810 e 1821. A maior parte deste tempo passou em Minas Gerais, residindo em Vila Rica. Desde 1802 trabalhava para o Governo Português, ocupando o cargo de Diretor das minas. Talvez já conhecesse Marlière desde a Europa, uma vez que, como comandante da Segunda Brigada de Infantaria, lutou também contra as tropas francesas. Foi um geólogo ativo, responsável pela abertura de minas de co-

[141]. *ibid.*, p. 18.

[142]. *op. cit.*, p. 25.

bre, minério de ferro e ouro, equipadas por rodas d'água e fornos de fole. Os mapas da Capitania/Província de Minas que elaborou foram por muito tempo os mais precisos; acompanhados por doze extensos relatórios de viagem, estes mapas refletem muitas das facetas do mundo urbano e dos sertões das Minas sob a ótica do Barão. Sua visão do outro mundo encontrado na Capitania/Província que tanto descreveu não foi, no entanto, das mais positivas. Aristocrata europeu, acostumado aos requintes da sociedade de corte na qual se formara, estranhava os hábitos “licenciosos” e pouco “civilizados” dos brasileiros sem, no entanto, extremar-se, à semelhança de um Gobineau, nas observações detratórias. Dentro da tradição do pensamento ocidental, ocorreram apenas raríssimas exceções como as filosofias de Montaigne e Rousseau, no que tange à tradição do eurocentrismo exacerbado e à tendência de desqualificar os povos não-europeus, particularmente os chamados “selvagens”. Eschwege não fugia à regra.¹⁴³

Marlière sempre se interessara pelo idioma alemão e, geralmente, não perdia qualquer oportunidade de exercitar a sua pronúncia. O interesse pelas ciências naturais e o conhecimento de uma língua comum deve ter aproximado estes dois europeus. Marlière procurava trocar idéias com os homens de ciência, atualizar seus conhecimentos, compensar sua carência de instrução formal com a curiosidade de autodidata. Talvez se sentisse angustiado por ter de guardar para si o que aprendia, num mundo tão desconfiado e, em sua visão, ignorante de tudo. Quando encontrava alguém com quem acreditasse poder dividir ou receber “alguma fagulha da chama das luzes”, entregava-se a longas conversações, nas quais quase sempre se excedia em críticas à Igreja, ao obscurantismo da censura estatal, ao sistema econômico pouco

[143]. Sobre os dados biográficos do Barão de Eschwege aqui citados confira: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Barão de Eschwege*. Belo Horizonte: Casa de Eschwege, 1977.

liberal, à escravidão. Seus colegas de corporação eram homens de pouca ou nenhuma leitura. Mesmo entre os comandantes, não era raro encontrar-se analfabetos. Aquele capitão francês de hábitos inusitados causava grande estranhamento em todo o povo.

Assistida financeiramente pelo governo da capitania¹⁴⁴ e visitada freqüentemente pelo amigo João Paschoal, que lhe oferecia o apoio necessário, Maria Vitória, no entanto, não se conformava com a ausência do Marido. Instou assim o Conde de Palma até conseguir uma permissão acompanhada de financiamento para viajar até a Corte, escoltada por um soldado considerado de confiança. No Rio, o Conde de Linhares falecia subitamente no dia 26 de janeiro de 1812.

Do desfecho do inquérito, sabe-se que Marlière não só foi inocentado, como também voltou ao seu posto. Isto, porém, deve ter demorado bastante, pois somente em agosto aparecem novas notícias a seu respeito: o Conde de Palma, atendendo a uma sua petição, concedia-lhe, enfim, a sesmaria recomendada pelo príncipe há mais de um ano.¹⁴⁵ As terras localizavam-se no caminho para o Rio de Janeiro, na localidade conhecida como Rio Novo do Pihá e tinham meia légua de extensão. Seu tamanho e sua localização haviam sido escolhidos pelo próprio Marlière que, provavelmente, em uma de suas viagens, observara a sua condição de devolutas. Era costume geral dos soldados cultivarem, em períodos de folga, pedaços de terra com os quais completavam a subsistência de suas famílias.

[144]. Num ofício ao tesoureiro pagador das tropas e ordenanças, o Conde de Palma repassou, no dia 5 de agosto de 1811, uma ordem régia segundo a qual Maria Vitória deveria receber dez mil reis mensais por todo o período em que o marido estivesse ausente. Veja: PRISÃO..., op. cit., p. 24.

[145]. Confira Ofício do Conde de Linhares para o Conde de Palma ordenando que se dê uma porção de terra a Guido Thomaz Marlière (despachado em Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria) e sobre sua promoção para capitão. Arquivo Nacional – Fundo: Coleção Documentos Coloniais – I, 1,2,34,230–CG-MG.

Em janeiro de 1813, o Conde de Palma, em ofício ao Rio de Janeiro, informou sobre a vacância dos cargos de Capitão da 7ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Linha. Seu titular, Vicente José de Azevedo, havia falecido. Comunicou, também, que na 4ª Companhia, em razão da reforma do Capitão José Melo de Souza, havia uma brecha para que algum oficial fosse promovido. A patente era solicitada por um tenente chamado Manoel José Pinto, homem já experimentado em serviço. Outros tinham a ela direito, dentre eles o mais indicado, devido à sua antigüidade em serviço, era Marlière que, agora mais comedido em suas palavras, vinha se esforçando por conquistar a simpatia de seus superiores. Parece que seu intento foi em parte alcançado: ao informar sobre os méritos dos pleiteantes às patentes, o Conde de Palma afirmou a seu respeito: “hé prompto e exato no cumprimento de seus deveres [...]”..¹⁴⁶

No dia trinta do mesmo mês, respondendo do Paço, o Conde de Galveas, substituto de Linhares e destinatário da carta do Governador de Minas, fazia, entretanto, algumas ressalvas quanto à conveniência de conceder-lhe tal promoção:

[...] como a respeito deste Official houve aqui o que V. Excia não ignora, hé o mesmo Augusto Senhor Servido Ordenar, que V. Excia informe sobre a conduta civil deste Militar, e se o seu posterior comportamento tem dado cauza a alguma suspeita contra elle; afim de que Sua Alteza se digne Resolver sobre a Promoção dos ditos Postos vagos como lhe aprouver [...].¹⁴⁷

No início de fevereiro, Marlière, que continuava enfrentando dificuldades financeiras de monta, solicitou, por meio do Conde

[146]. PRISÃO..., op. cit. p. 389.

[147]. *ibid.*, p. 387.

de Palma, uma licença remunerada de três meses, a fim de cultivar sua sesmaria. O Conde, que já lhe era em grande medida simpático, enviou a solicitação ao Paço, fazendo-a acompanhar-se de observações favoráveis ao seu deferimento:

[...] tendo sido este Official um tanto livre em suas palavras avançando propozições aerias, talvez filhas de falta de educação, sobre objectos de religião, depois que voltou dessa corte, e foi restituído ao exercicio de seu posto me não consta que continuasse taes propozições, antes sim, que commedindo-se, e procurando ser exacto no desempenho de suas obrigações, se circunscreve ordinariamente ao centro de sua familia, nesta certeza, e das precisões que tem experimentado he que me decidi a apresentar a V. Excia com o meu Officio nº 9 o seu requerimento no qual implorou de S.ª R. a graça de tres mezes de licença, para aproveitar o beneficio da porção de terras que o Mesmo Augusto Senhor Foi Servido Mardar-se-lhe concedesse nesta Capitania[...].¹⁴⁸

Cabia, agora, ao Príncipe Regente decidir sobre o destino do amigo francês, do qual recentemente desconfiara, ainda mantido sob uma espécie de vigilância velada. Conceder-lhe um cargo após episódios tão traumáticos poderia ser diplomático, mas, acima de tudo, representaria uma oportunidade para testar em serviço a sua fidelidade. A inesperada resposta de Dom João às duas solicitações do Conde de Palma, enviada no dia 16 de março, foi permeada por ímpetos de desagravo e critérios de teste. Marlière seria desviado de suas funções para executar uma missão que, embora de abrangência local, investia-lhe de consideráveis poderes. Deveria comandar uma missão de pacificação e conciliação

[148]. *ibid.*, 391.

entre índios e colonos, no remoto Presídio de São João Batista, situado a seis dias de viagem em direção ao sul, dentro do território conflituoso do que mais tarde será chamado de Zona da Mata mineira:

Tendo feito chegar ao meu conhecimento os Índios das Aldeas de S. João Baptista, e suas anexas diversas, representações e queixas contra os portugueses estabelecidos nas mesmas Aldeas, os quais violentamente as tem usurpado impedindo por semelhante modo o uso das terras, de que se achão de posse a tantos annos, e lhes forão concedidas por merce régia; impedindo-lhes outro sim as regalias, que pela mesma sobredita merce lhe forão permittidas; queixando-se finalmente q' o Vigário da Freguesia respectiva não era prompto na administração dos sacramentos a elles índios recusando principalmente o do Baptismo a muitos índios recém-nascidos, que pela demora daquele sacramento, havião chegado a hua maior idade com risco manifesto da sua salvação: e tomando eu muito da minha particular consideração os importantes objectos das ditas queixas, sem contudo ainda me persuadir ainda da que em último lugar me fizerão, p. r. isso que pessoas fidedignas me informão da proptidão, e muito zelo com que se emprega no seu sagrado ministério o já referido Vigário: ordeno ao Capitão Graduado do Regimento de Cavallaria de Linha Guido Thomaz Marlière parta logo que esta lhe for entregue para o mencionado Districto, e Aldea de S. João Baptista; e convocando ali todos os Índios queixosos, muito atentamente averigue os motivos, e razões de suas queixas; ouvindo ao mesmo tempo seus directores, os commandantes dos Districtos immediatos e todas as mais pessoas que se fazem o objeto das referidas queixas; procurando sem usar de violência que se restituão as terras injustamente occupadas pelos portugueses intrusos, e conser-

vando aqueles outros que as possuirem legalmente e que as cultivarem em proveito da Real Fazenda, e Bem Publico, havendo grangeado a amizade dos Índios, e ajudando-os em seus trabalhos (...) o que tudo espero assim praticará o mencionado Capitão Marlière com toda a prudencia, circunspecção, acerto e bom modo, e com a intelligencia de que já me tem dado bastantes provas e he proporcionada à sua instrução [...].¹⁴⁹

Atendia-se, enfim, ao seu desejo de refugiar-se em um dos “desertos” da Capitania.

[149]. Ofício de Francisco de Assis Mascarenhas (Conde de Palma). GUIDO, Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 10, n. 2, p. 382-668, jul./dez. 1905.

3 Índios, colonos, estrangeiros e foras da lei: guerra e paz nos Sertões do Rio Pomba

É interessante notar como os traços da civilização desaparecem no Rio Paraíba, em cuja margem oposta se via uma paisagem intata, ainda em sua vegetação virgem.. À medida, porém, que se sobe o Rio da Pomba, a região começa a apresentar-se mais cultivada. Seria mais lógico que o contrário se produzisse, mas não é assim. Quanto mais se penetra no interior, tanto mais cultivada e civilizada é a região. Isto se deve aos homens que, em busca de terras auríferas, colonizaram primeiro esses lugares distantes, espalhando-se por lá mesmo, quando o ouro acabava. Eles chegaram antes na região superior do Rio da Pomba, mais próxima aos terrenos auríferos que a inferior.

(BURMEISTER, 1852)

3.1 SÃO JOÃO BATISTA E SÃO MANUEL DO POMBA

Assumindo feições de verdadeira praça de guerra, o Presídio de São João Batista aguardava a visita do oficial enviado pelo Rei, conduzindo a missão de apaziguar os ânimos entre os colonos luso-brasileiros e os índios Coroado e Coropó. Comandado pelo velho e enfermo capitão Francisco Pires Farinho, aquele arraial, surgido nas cercanias de diversas aldeias,

abrigava índios acostumados, há décadas, ao convívio com a diversificada e multiétnica sociedade de homens livres e escravos que se estendera aos sertões ainda em pleno auge da extração aurífera dos principais centros mineradores. Pires Farinho, um antigo sertanista indicado para aldear os índios pelo Governador Luiz Diogo Lobo da Silva, chegou às margens do rio Pomba, um bastante caudaloso afluente do Paraíba, ainda em 1757. Conseguiu uma certa primazia na região ao aldear os índios Coroado e Coropó, que já mantinham contato com os brancos desde o princípio do século XVIII, como demonstra uma provisão régia de 16 de fevereiro de 1718, na qual solicitava-se a fundação de uma freguesia naquelas paragens.¹⁵⁰ Foi até nomeado Diretor dos Índios, cargo em que deve ter permanecido por muitos anos, pois ainda o ocupava quando da chegada de Marlière, em 1813.

O governador Luiz Diogo Lobo da Silva havia decidido fundar um grande aldeamento de índios Coroado, Coropó e Puri à margem esquerda do Rio Pomba. Para tanto, concebeu em 1767 um projeto, cujo primeiro passo de concretização seria a fundação da “Freguesia de São Manoel dos Índios Croatos e Coropós dos Sertões do Rios da Pomba e Peixe”.

Em dezembro daquele mesmo ano, chegou, à região, um sacerdote mulato chamado Manuel de Jesus Maria. Ordenado em 1757 no seminário de Mariana, este padre, filho de João Antunes, branco, com uma escrava angolana chamada Maria, incentivou o crescimento do arraial de São Manuel do Pomba e fundou, em 1787, o de São João Batista do Presídio. A estes dois, sucederam uma série de pequenos aglomerados de fogos luso-brasileiros cercados por aldeias indígenas¹⁵¹

[150]. Ver: SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. p.115.

[151]. Sobre o Padre Manoel de Jesus Maria veja: Arquivo Público Mineiro: SG. Cx. 83; Doc. 23; SI. Cx. 13; Doc. 26; SG 6/ 03/ 1811; SG CX 83; Doc. 27. SI- Cx 40; Doc. 59; SG 08/ 03/ 1811.

Jesus Maria fixou-se em Pomba, deixando a paróquia de São João Batista ao Padre Francisco da Silva Campos, um de seus colaboradores. Nascido em Barra Longa, como quer Oilian José, ou em Mariana, como consta em alguns documentos, Silva Campos descendia dos velhos paulistas.¹⁵² Ordenou-se em São Paulo em dezembro de 1778 e partiu mais tarde, em 1791, sob as ordens do Visconde de Barbacena, para assumir como primeiro-capelão-cura a recém-criada paróquia de São João Batista. Recebido por Jesus Maria, estabeleceu algumas aldeias de Croatos¹⁵³, nas quais introduziu sistematicamente a lavoura da cana-de-açúcar e de alguns cereais. Iniciou os índios em ofícios como a tecelagem e o fabrico do açúcar.

Silva Campos, que antes de assumir a paróquia do Presídio, fora, por seis anos consecutivos, cura dos índios Pataxó de Santa Cruz do Rio da Casca perto da capela de Ponte Nova, foi o autor de um texto de grande importância para a compreensão do processo de contato com os índios da região. Trata-se de um projeto ainda pouco ou nada conhecido pelos estudiosos, enviado ao Príncipe Dom João em agosto de 1801, que tinha como tema a “Cathequese e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas-Geraes.”¹⁵⁴ O religioso parece ter desenvolvido um trabalho intensivo de catequese e avaliação das potencialidades de desenvolvimento econômico da região da capela de São João Batista em um exercício paroquial relativamente curto. Por ocasião da chegada do coronel francês ao Presídio, já havia falecido há alguns anos.

[152]. Uma versão sobre a trajetória de vida do Padre Francisco da Silva Campos pode ser encontrada em: JOSÉ, Oilian. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965. p. 177.

[153]. Croatos e Cropós são formas abreviadas de Coroados e Coropós que constam freqüentemente na documentação dos séculos XVIII e XIX.

[154]. CAMPOS, Francisco da Silva, Padre; STOCKLER, Francisco de Borja. *Cathequese e Civilização dos indígenas da Capitania de Minas Gerais. Correspondência a Dom João VI, agosto de 1801. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, ano 2, p. 685- 733, 1897.*

O Presídio de São João Batista havia sido criado na freguesia de mesmo nome para fazer frente à reação dos chamados índios arredios à ocupação de seus territórios.¹⁵⁵ Outros presídios cumpriam funções semelhantes nas imediações: o do Rio da Casca apoiava o avanço dos colonos a partir de Ponte Nova, e o do Arraial do Peçanha dava cobertura ao início da ocupação das matas que o circundavam. Sesmarias foram distribuídas nos sertões de Barra Longa, Piranga e Casca, entre 1750 e 1779, formando fazendas que produziam cereais e cana-de-açúcar para os centros mineradores. O vale do Rio Piranga era ocupado, desde meados do século XVIII, como o demonstra o caso do sesmeiro Francisco Leite de Brito que, ainda em 1740, embrenhou-se pela mata adentro enfrentando os índios para tomar posse de suas terras. Sua família e seus escravos, então, lá se estabeleceram, atraindo logo mais colonos.¹⁵⁶ No sertão chamado do Cuieté, correspondente aos vales dos rios que correm na margem direita do Rio Doce, primeira porção da futura Zona da Mata a ser ocupada ao norte, ainda habitado pelos índios supostamente antropófagos chamados Botocudos, foi fundado também um quartel para a defesa dos recém-assentados colonos.¹⁵⁷

Freireyss anotou que também o Arraial de Santana dos Ferros, o qual em 1814 contava aproximadamente quarenta fogos e mais ou menos 3000 habitantes, distribuídos por um distrito de 6 ½ léguas de comprimento por 4 de largura, situado que estava à margem do caminho para o Arraial de São João Batista, à margem

[155]. Ver: BARBOSA, Waldemar de A. op cit. p. 539.

[156]. Confira: Carta de Sesmaria de Francisco Leite de Brito. Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial 72, 177v, 1741.

[157]. Sobre a Zona da Mata, as estruturas agrárias da sua ocupação de seu solo e a transformação das relações de trabalho em seu solo, confira o excelente trabalho de meu conterrâneo: CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira* (séculos XVIII e XIX). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Núcleo de História Econômica e Demográfica.. (Série Estudos, 2).

direita do Rio Santo Antônio, também parecia “*um antigo presídio contra os indígenas.*”¹⁵⁸

Em meio aos enfrentamentos entre silvícolas e colonos, uma outra batalha era travada: aquela dos homens religiosos que desejavam que o gentio se tornasse, pacífico, religioso, reduzido e submetido.¹⁵⁹ Com a ajuda de colonos e nativos recém “convertidos”, pioneiros luso-brasileiros e clérigos católicos erigiam as capelas que pouco a pouco centralizariam pequenos núcleos proto-urbanos. Para atrair os líderes Puri, os padres prometiam saúde, fartura material e vida eterna no além morte.¹⁶⁰ Todos estes benefícios submetiam-se, entretanto, à conversão, ao batismo e à sedentarização. Uma vez batizados, os índios esperavam os benefícios prometidos e, como estes via de regra não se faziam visíveis, sucedia-se, não raro, ruidosa revolta. Os Puri – também assim o faziam os botocudo – atribuíam as doenças de seus iguais a feitiços e “maldades” enviados pelos pajés inimigos. Ao que parece, para alguns índios, os padres também poderiam figurar como feiticeiros. Talvez, por que houvessem associado a figura dos padres às epidemias

que grassavam entre seu povo nos últimos anos dos setecentos, os Puri tenham destruído a primeira capela construída no território do que seria o futuro Arraial de Mercês.¹⁶¹

[158]. FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p.78.

[159]. MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo Popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais. Séculos XVIII e XIX*. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

[160]. Associação análoga foi realizada por Viveiro de Castro com relação aos Tupi. Confira: CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da Alma Selvagem. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 35, p. 21-74, 1992.

[161]. Hoje cidade de Mercês, antigo arraial de Mercês do Pomba. Não consegui encontrar documentos sobre o episódio no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Acredito que estejam guardados em algum ponto entre os muitos papéis que compõem o fundo denominado “Miscelânea.” Veja referências ao episódio da queima da igreja e do ataque aos religiosos que nela realizavam uma missa em: FERREIRA, Jurandir Pires (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio De Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958,

Quanto ao projeto de construção de um grande aldeamento central de índios Coroado, Coropó, Puri e Croato em São Manuel do Pomba (fig. 3.1), estaria arruinado nas décadas finais do século XVIII, em parte pelo grande fluxo migratório que teria lugar nas décadas posteriores e, de resto, pela absorção de muitas famílias indígenas pelo núcleo luso-brasileiro nascente.¹⁶²

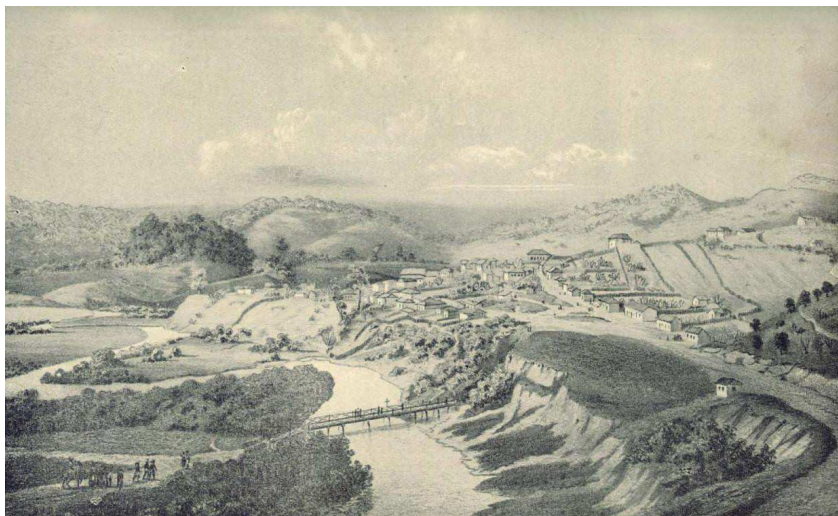


Figura 3.1 Vila da pomba Vista pelo lado sul em 1853. Primeira representação da antiga Vila de São Manuel do Pomba conhecida.

FONTE: BURMEITER, Hermam. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Livraria Martins, 1952. p.91.

Data deste período entre meados do século XVIII e a década de 20 do XIX, a fundação ou o incremento das populações de

p. 257. A população de Mercês conservou algumas memórias orais sobre este e outros ataques indígenas. Veja, sobre a ocupação da região entre o final do século XVIII e o início do XIX, os seguintes documentos: Arquivo da Câmara Municipal de Mariana: PPI, 10, Caixa 35. Populações de São Manuel do Pomba, Mercês e Feijão Crú (respectivamente atuais cidades de Rio Pomba, Mercês e Leopoldina) em 1831.

[162]. Ver CARRARA, Ângelo Alves. Op. cit. p. 16.

São Manuel dos Rios Pomba e Peixe, São João Batista do Presídio, Porto Seguro da Tapera, Ponte Nova, Brás Pires, Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe, São Januário do Ubá, Barra do Bacalhau, Santana dos Ferros, Barra Longa, Calambau, Lanim Oliveira ou Oliveira do Piranga, João Gomes, dentre outras.¹⁶³ Partindo de Mariana, os colonizadores bateram os índios e, passando por Furquim e Barra Longa, fundaram Ponte Nova.¹⁶⁴ Chamavam-se paragem ou sítio aos locais ocupados por fazendeiros e nos quais havia sido erguida uma capela. A designação de português, bastante presente na documentação, coube a todos os luso-brasileiros até a década de 30 do século XIX. Só a partir da independência, Marlière, que se engajou esperançoso no projeto de uma nova nação, passará a chamar brasileiros àqueles colonos vindos dos centros mineradores. Em São Manuel do Pomba, a distribuição de sesmarias, iniciada ainda em 1768, estendeu-se para a serra de São Geraldo, alcançando os vales dos Rios Turvo Limpo e Turvo Sujo e as nascentes do Xopotó.

Grandes sesmeiros muitas vezes procuraram desalojar os pequenos proprietários estabelecidos na região. O padre Manuel de Jesus Maria redigiu, em 1782, uma petição ao Rei na qual denunciava alguns abusos:

Dizem os possuidores de terras, dentro dos limites da nova Freguesia do Mártir São Manuel dos

[163]. Respectivamente, atuais cidades de Rio Pomba, Visconde do Rio Branco, Porto Firme, Ponte nova, Brás Pires, Lima, Duarte, Ubá, Guaraciaba, Ferros, Barra longa, Presidente Bernardes, Senhora de Oliveira e Santos Dumont.

[164]. Um relatório datado de 1818 dá conta de que todo o caminho entre o quartel geral de Casca e o arraial de Ponte Nova já estava povoado. O mesmo dava-se com o de Ponte Nova à Freguesia do Furquim. Confira: medição, direção e observações da nova estrada que da Cachoeira do rio Santa Maria, termo da Vila de Vitória, segue pelo sertão intermédio a Vila Rica, da Capitania de Minas Gerais... – Secretaria do Governo. Em 2 de dezembro de 1818. [Relatório sobre o quartel geral de Casca e o arraial da Ponte Nova.] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 463- 466, [18—].

Sertões do Rio Pomba e Peixe dos índios Coropós e Coroatos da Capitania de Minas Gerais, alguns dos suplicantes já existentes na dita Freguesia e outros que se estão estabelecendo, para se transportarem para ela, maiormente por que o Governador e o Capitão-Geral desta Capitania, a requerimento do Vigário Dela, mando que cada um que tiver terras ponha nelas alguma gente para assim melhor se povoar a dita freguesia, pela utilidade que se segue à civilização dos índios, que o Revmo. Vigário da dita Freguesia Manoel de Jesus Maria, alcançou do Governador e Capitão-General, que então era Luiz Diogo Lobo da Silva, favorecedor da cristianização dos índios despacho, para que proferissem em possuir terras dos sertões da dita Freguesia, aquelas pessoas que ajudassem a estrada de que o dito vigário tanto carecia, por naquele tempo andar atualmente a pé o dito vigário proferindo que V.M. as faculte gratuitamente, aos que concorrem com o seu exemplo, diligência, zelo e caridade para a redução e cristianismo dos preditos índios. *E animando o dito vigário aos suplicantes com este despacho fizeram caminho do lugar da aldea em que se erigiu a matriz para sair à povoação com muito trabalho, por naquele tempo tudo estar muito bravo. Outros dos suplicantes tem o merecimento de acompanharem a pé com sacos às costas por remotas aldeias com risco de vida. E de próximo alguns dos suplicantes fizeram um novo atalho mais breve para sair do aldeamento da dita Matriz para a Capital. E como se a chão com esses merecimentos e já vão principiando a haver dúvidas, e comumente os que se arriscam a estas diligências laboriosas, e de risco de vida, são os pobres e humildes, e depois de haver picadas, caminhos, e menos risco os ricos e poderosos costumam tirar as terras dos pobres e humildes com o seu respeito porque a pobreza sempre foi desprezada, aborrecida e desatendida; e outras vezes alcançam cartas de sesmarias,*

subornando a verdade, e cobrem o trabalho dos pobres e lhes chamam suas. E os pobres que não tem dinheiro para as grandes despesas de sesmarias, juizes, escrivões e medidores, e menos para correr demanda, se vêem obrigados a deixa-las e perderem o seu trabalho, o que está claro, que ainda os mesmo índios, a quem assiste todo o direito, por repetidas ordens de V.M. lhe haviam tirado as suas terras da situação do ribeirão turvo se lhes não acudisse, com toda a providência, o General Conde de Valadares, como consta da portaria junta em publica forma nos documentos juntos. E como entre os suplicantes também se acha, por possuidor de terras um benfeitor dos mesmos índios, qual o guarda mor Manuel da Mota Andrade, que teve ânimo de por no estudo, e concorrer com todas as despesas até receber à ordem de presbítero o Padre Pedro da Mota, índio Croato, como a consta nos documentos. Este, igualmente com os suplicantes recorrem à V.M. para que seja servida confirmar o despacho junto proferido a dois de maio de 1768 do General que então era Luiz Diogo Lobo da Silva [...] não permita (tais desmandos) nos estabelecimentos dos índios, nem em prejuízo dos empregados na redução deles[...].¹⁶⁵

A partir de 1810, um número crescente de fazendeiros se estabeleceu na região, pressionado os índios em direção aos aldeamentos.¹⁶⁶

[165]. Carta dos índios e dos colonos suplicantes da nova Freguesia de São Manuel dos Sertões dos rios Pomba e Peixe. Transcrita por: CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os sertões do leste: achegas para a história da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987. p. 55- 55. O autor não cita a referência arquivística.

[166]. Confira documentos diversos: GUIDO, Thomaz Marlière. *Revista do Archivo Público Mineiro*, ano 10, n.2, p.382-668, jul./dez. 1905. p. 413, 418, 424, 443, 595, 627, 648; v.12, p.409-603, 1907, p. 497- 509, 539. Continuação dos documentos e correspondência oficial de Guido Thomaz Marlière. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, ano 11, n.1/4, p.27-257, 1906, p.40, 118, 161, , 188.

Pomba, formando o grande O, que mede de 10 a 12 léguas de comprimento por 4 ou 5 de largura, perfazendo uma área de 40 a 60 léguas quadradas. O principal rio que atravessa o distrito dos coroados é o Rio Xopotó, com o apelido dos coroados para distingui-lo de um outro rio homônimo. Este rio forma pela junção das águas de pequenos córregos, que descem pelas montanhas dessa serra circular, dos quais os principais são o Ribeirão de São José e o da Piedade, que se juntam nas proximidades de São João Batista. Duas léguas abaixo junta-se a eles também o Ribeirão dos Bagres e, a partir desse ponto, ele já toma o nome de Xopotó. O Ribeirão de Ubá se une mais a jusante, tornando-o um rio maior e navegável por canoas, até o ponto onde deságua no Rio Pomba, depois de um curso de 8 a 10 léguas [...] As duas principais serras que delimitam esse distrito distinguem-se bem uma da outra. A Serra de São Geraldo ou São José apresenta um aclave suave do lado oeste até seu cume, e pelo lado leste a encosta é bem íngreme, sem ser alcantilada. A Serra da Onça, por outro lado, tem principalmente do lado oeste, a morfologia típica das serranias dos gnaises no Brasil, elevando-se em cumes cônicos, com encostas íngremes, que, vistas de longe, se assemelham aos morros de basalto. A vertente oriental, quase até o litoral, é uma região deserta, coberta de matas fechadas onde habitam muitas tribos selvagens com as quais se vive em estado de guerra [...].¹⁶⁸

Nas primeiras décadas do século XIX, intensificou-se a ocupação dos micro-vales dos Rios Turvo, Turvo Limpo e Turvo Sujo, penetrando pelo Vale do Ribeirão Ubá. A região que ora estudamos está situada na bacia do Rio Pomba, mais particularmente

[168]. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil (1817-1811) ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. p.69-70.

às margens de um de seus afluentes, o rio Xopotó, ou como também aparece na documentação de época, Xipotó.¹⁶⁹ Causa espanto constatar que este Rio, tão presente na documentação, nunca foi caudaloso. A abundância de peixes em suas águas, aliada ao fato de penetrar por vales então considerados férteis deve ter atraído inicialmente a atenção dos colonos. Notícias sobre sítios residentes em suas margens podem ser encontradas ainda em meados do século XVIII, quando índios coroados, coropós e croatos não aldeados ainda, em grande parte, as dominavam. Os documentos alternam comunicações de conflito com relatos de convivência pacífica, porém tensa. O casal Joana Pires e Miguel Matos já plantava fumo ali em 1749, convivendo em grande proximidade com o “gentio”.¹⁷⁰ Em 1775, já havia uma fazenda localizada às margens do Xopotó. Esta comportava 43 escravos

em plena atividade, vários instrumentos agrícolas, plantações de fumo e criação de gado suíno e bovino.¹⁷¹ Em busca de conflitos não precisaremos mudar de arquivo. Voltando um pouco no tempo, chegaremos ao ano de 1750, quando Antônio Gonçalves Pedroso foi atacado pelos índios nesta mesma região. Flechado, arrastou-se para pedir socorro após ter perdido a esposa. Ao ver-se a salvo e em condições de lamentar o ocorrido às autoridades, solicitou a transferência de sua quinta para outro local.¹⁷² Entretanto, o recuo da sociedade luso-brasileira não durava muito, e casos de expulsão de colonos tornaram-se, com o passar do tem-

[169]. Para Oilian José a palavra Xopotó teve origem nas expressões *icipo* (cipó) *taua* (amarelo) do idioma dos Coroados e Coropós. Ver: JOSÉ, op. cit. p.43.

[170]. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II, 55, 16.

[171]. Escritura de venda da metade de bens de raiz e móveis e o mais que nela se expressa que faz Bento Pacheco do Amaral e seu Sobrinho, Francisco Pacheco do Amaral; 12 de maio de 1775. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, livro de notas do I Ofício, # 94 fl. 113. Para análise mais aprofundada da abertura da fronteira agrícola na Mata mineira, consulte: CARRARA, A. A. op. cit., p. 30.

[172]. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I, 10, 375.

po, cada vez mais raros. Localizada e continuamente, os índios respondiam às investidas em seus territórios com ataques que tinham como vantagem a surpresa e o conhecimento da mata.

A floresta tropical, que então ainda recobria a região, era formada por uma mata fechada e úmida com árvores seculares que chegavam a alcançar mais de 25 metros de altura. O tipo de vegetação que correspondia ao clima quente que predomina na região era mata mesófila, também chamada de subcaducifólea tropical. Esta começou a ser devastada ainda no século XVIII. Eram comuns os cedros, os parajus, as perobas, os ipês, os jequitibás, os jatobás, as imbaúbas, dentre outros, que, aliados a uma infinidade de trepadeiras e cipós, formavam um emaranhado difícil de ser transposto. A variedade de espécies e a exuberância da mata nativa talvez escondessem aos homens que a ocupavam a fragilidade do ecossistema como um todo. Os solos da Mata Atlântica dependiam mais das árvores do que estas dele. Predominam ao longo da bacia do Rio Pomba os litossolos e o solo prodizólico, ambos vermelho-amarelados, dotados de textura argilosa e grande espessura, o que os torna facilmente degradáveis e erodíveis na ausência de proteção vegetal.¹⁷³

A cobertura florestal foi devastada para o plantio de culturas como a da cana-de-açúcar, geralmente acompanhadas de grandes queimadas, que também serviam ao estabelecimento de pastos destinados à pecuária bovina extensiva, introduzida na região ainda no século XVIII. A cobertura orgânica que formava o manto fértil do solo (húmus) seria aos poucos lixiviada¹⁷⁴ pela chuva que,

[173]. Sobre a formação geológica, a cobertura florestal original e as características climáticas do Vale do Rio Pomba, assuntos nos quais não pretendemos aqui nos demorar em demasia, confira: BRANDALISE, . A.; VIANA, H. S. op.cit., p.7.

[174]. Chama-se lixiviação ao processo de lavagem dos nutrientes do solo, uma vez desprotegido pela vegetação, pelas águas da chuva. A lixiviação é freqüentemente acompanhada de violento processo erosivo, durante o qual formam-se grandes fendas na terra, as chamadas vossorocas, bordeadas por barrancos facilmente

com o desmatamento, passaria a incidir diretamente sobre o solo. Desde a época do Padre Francisco da Silva Campos, a derrubada da mata ocupava uma mão-de-obra de extração multicultural. A própria ocupação agropecuária dos terrenos cultiváveis da “reserva do Rio da Pomba” era submetida, sob as ordens do religioso, à completa derrubada da mata: “[...] e só poderão cultivar dentro dos ditos quartos de reserva, depois de tirada toda a madeira útil[...].”¹⁷⁵

O processo de ocupação da região, predatório ao extremo, não deixaria muito deste riquíssimo ecossistema, que assombrou aos sucessivos viajantes, para as gerações futuras.

A sociedade que se desenvolveu na Zona da Mata a partir da segunda metade do século XIX, alimentada na riqueza que passou então a acumular-se a partir do café, não conservou muitos vestígios documentais do período que estudamos. A memória dos índios e da usurpação de suas terras e as referências ao grande projeto de Marlière foram substituídas, mais tarde, pela dos grandes proprietários escravistas. As primeiras fazendas, o conjunto arquitetônico urbano original e até as igrejas de municípios como Ubá, Cataguases, Rio Branco e Rio Pomba começaram cedo a enfrentar um grande processo de descaracterização, com extensões para todos os setores culturais, como se um passado incômodo precisasse ser exorcizado. Hoje, os poucos imóveis que passaram pelo processo de tombamento na Zona da Mata Mineira datam, quando muito, das últimas décadas do Império: ginásios cons-

desabáveis, que criam um cenário de infertilidade e desolação. Processos de lixiviação também seguem-se às grandes queimadas, após as quais os pequenos cursos d’água, que alimentam nos vales aos rios maiores, submetidos diretamente ao calor do sol, começam a evaporar com uma rapidez impressionante. As matas ciliares (cujo nome é uma alusão aos cílios que protegem os nossos olhos) foram derrubadas logo no início da ocupação sob o pretexto de liberar o acesso aos rios. Seguiu-se o desaparecimento das pequenas nascentes (olhos d’água) que alimentavam os rios maiores. É consenso entre os habitantes da Mata que rios como o Pomba e o Xopotó já foram, num passado recente, bem mais caudalosos.

[175]. CAMPOS, F. da S., Padre; STOCKLER, F. de B. op.cit. p.97.

truídos pelos políticos dos tempos da lavoura cafeeira, prefeituras e câmaras municipais do segundo reinado, fazendas de grandes proprietários de escravos. Sob seus escombros restam os alicerces da primeira ocupação, os vestígios arqueológicos das sociedades indígenas, os inúmeros cemitérios sobre os quais se construíram ruas e praças.

Hermann Burmeister, que visitou a região em meados do século XIX observou:

Os brasileiros, ao que pude observar tomam antigo por caduco e por isso não gostam que se diga que eles ou seus bens são velhos; tal louvor nada lhes significa, pois somente o que é novo pode ter valor e duração. No Brasil cada um trabalha para si e seu tempo, deixando aos cuidados dos que vem depois o longínquo futuro. Todos estão acostumados à rápida destruição dos bens deste mundo e não acreditam no bem-estar duradouro.¹⁷⁶

Voltando às primeiras décadas da ocupação, verificamos que a floresta quase sempre aparece nos relatórios de época como um empecilho a ser afastado: reduto de feras humanas e animais, ou fator de isolamento. Para os conflituosos sitiantes e para os fazendeiros que se estabeleciam em suas enormes sesmarias, a presença da mata era sinônimo de falta de beneficiamento, descuido com a propriedade. A cultura da cana-de-açúcar, desde o princípio da ocupação, a mais difundida, era seguida sempre de grandes queimadas que, além de esgotarem o solo, não raro, alcançavam a floresta. Quando oficialmente falava-se em preservação, o discurso do governo sempre se orientava no sentido de garantir reservas para um extrativismo descontrolado em um

[176]. BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Livraria Martins, 1952. p. 184.

tempo futuro. Interessavam nas matas a madeira de lei, o solo fértil, a poaia, a caça.

Em 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, seguida da criação das Divisões Militares, do Rio Doce região dos rios Pomba e Muriaé, bem como as imediações das cabeceiras do rio Casca, foram incluídas sob a direção da Segunda Divisão. A famosa Carta Régia de 1808 trazia algumas inovações no projeto de ocupação dos Sertões do Leste. A navegação do rio Doce e os empreendimentos destinados a possibilitá-la passaram a ser subordinados à Secretaria de Estado e Negócios Estrangeiros que, por sua vez, se comunicava com um órgão na Capitania de Minas a ela subordinado. Deste órgão, a Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce, cujo nome já trazia em si estampada a concepção de que para civilizar os índios era preciso conquistá-los.¹⁷⁷ No mês de julho daquele mesmo ano, um ofício, deixado a cargo da junta da Fazenda Real, foi despachado para cada uma das vilas e termos da Capitania, oferecendo vantagens claras aos interessados em ocupar as regiões de fronteira agrícola do leste.¹⁷⁸ Um edital afixado nos principais edifícios anunciava as novas de que o sertão estava sendo franqueado graças ao combate ferrenho aos índios, para os quais se previa a extinção. O sentido de ocupação militar da região indevassada de Minas fixou-se, a partir daí, com a guerra declarada aos índios Botocudos.¹⁷⁹

[177]. Documentos sobre esta Junta podem ser encontrados em: Sobre a Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios Arquivo Público Mineiro, SG- Cx: 83- Doc 25 . Veja também. Arquivo Público Mineiro, S1 Cx.13, Doc 34. Sobre a Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios.

[178]. Sobre a forma pela qual exercia-se o controle contábil e financeiro resultante da fiscalização da Junta da Fazenda, confira exemplo em: Arquivo Público Mineiro, São Paulo, p.1-15, Cx. 90, Doc. 2.

[179]. Confira: Ofício de 22 de julho de 1808 da junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real, dirigida aos termos e vilas de Minas Gerais. Arquivo Nacional Mineiro, Fundo AP- 5, Cx. 1, Pacote 2.

A educação religiosa dos índios aldeados foi entregue a sacerdotes escolhidos pela Junta. Como já faziam seus predecessores dos tempos de Jesus Maria, esses religiosos recebiam como incumbência iniciar os índios “pacíficos” na agricultura. Além de um soldo de 200 mil réis, os raros e “corajosos” sacerdotes que topassem a empreitada ganhavam o direito de cobrar o dízimo sobre a colheita dos índios.¹⁸⁰

A construção de igrejas era incentivada, já que os índios pareciam valorizar um edifício que era fruto de seu trabalho, e as cerimônias religiosas mostravam-se eficientes na tarefa de impressioná-los. Juntava-se dessa forma, ainda em 1808, a conquista militar e a ocupação religiosa. A espada e a cruz mostravam-se faces diferentes de uma mesma moeda na América Portuguesa onde, como ocorrera nos séculos anteriores, imperava o padroado régio.

São João Batista do Presídio, localidade da qual nos ocupamos agora, era situada em meio a uma mata densa, formada por árvores consideradas muito altas. As rústicas residências dos portugueses, mais ou menos em número de 30, seguidas por algumas senzalas de escravos, dispunham-se em círculo ao redor de um campo central que assumia quase um papel de praça.¹⁸¹ Em um outeiro modesto, erguia-se uma capela, ladeada por uma construção fortificada, porém, precária, caiada de branco e de apenas um pavimento, que funcionava como sede da autoridade militar e presídio destinado à correção de degredados da Capitania por

[180]. Sobre as informações aqui levantadas há um bom resumo em : ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais (1800-1845)*. 2000.

[181]. Sobre a população das vilas de São Januário de Ubá e São João Batista do Presídio, confira as listas nominativas detalhadas que informam a idade, o sexo, o estado civil e a localização das residências dos habitantes internos e externos desses aglomerados de fogos luso-brasileiros. Grande parte dessa população era índia ou mestiça. Confira: Arquivo da Câmara Municipal de Mariana. Cód. 398.

meio de trabalhos forçados.¹⁸² Muitos, havendo transgredido a lei nos principais centros mineradores, uma vez refugiados no sertão, eram tolerados em razão de estarem povoando regiões até então inexploradas. Foi o que anotou Freireyss: “O presídio de São João Batista, como todos os presídios, teve sua origem no estabelecimento de vários criminosos fugidos da justiça, que solicitaram do governo a proteção contra os selvagens.”¹⁸³

Não muito longe da Igreja, dentro do mesmo círculo de casas, situava-se a residência do vigário.¹⁸⁴ Nas cercanias do arraial, havia aldeias dos Coroado e Coropó, índios que estabeleciam relações de comércio e cumpriam ofícios religiosos no âmbito da sociedade luso-brasileira que ali se estabelecera, cultivando lavouras em suas terras. Essas tribos, originalmente nômades, já haviam em parte se sedentarizado. Neste sentido, Spix e Martius atentaram para uma outra função do Presídio: “[...] transmitir a civilização aos índios[...].”¹⁸⁵ Deveria aquele arraial assumir a função de entreposto de descaracterização cultural.

Convivendo com o povo dos arraiais, alguns índios haviam incorporado certos valores daquela sociedade egressa das regiões mineradoras. Muitos, abrigados em casebres à semelhança dos portugueses e unidos a eles por casamentos interétnicos, criados como curucas, fora do convívio das tribos e submetidos, muitas vezes, a trabalhos compulsórios—num verdadeiro processo de es-

[182]. Veja ainda, a respeito do Presídio de São João Batista: SPIX, Joham Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817- 1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, V.1. p. 221.

[183]. FREIREYSS. G.W. op. cit., p. 82.

[184]. ESCHWEGE descreveu desta forma sua chegada ao Arraial: “Após três léguas de marcha atingimos o topo da serra de São Geraldo, em frente à qual se eleva, mais alto ainda, a Serra da Onça. Ambas cercam uma região com pequenas colinas, na qual se situa o presídio de São João Baptista, aonde chegamos por volta das três horas da tarde. Hospedamo-nos na casa do diretor –geral dos índios, capitão Marlière, natural da França. [...] No presídio as casas são de construção pobre, não se vendo prosperidade em lugar nenhum.” ESCHWEGE, W. L. op. cit., p. 139.

[185]. SPIX, J. B. Von; MARTIUS, C. F. P. von., op. cit. v.2, p. 221.

cravidão velada—mal se diferenciavam de um escravo, ou de qualquer pobre livre.¹⁸⁶ A maioria, entretanto, não obstante as décadas de contato, era considerada arredia e desconfiada. Sua cultura nômade prevalecia para além das imposições da catequese, para o desespero dos mais persistentes missionários.

Considerados súditos da Coroa desde as reformas pombalinas, os coroados e coropós, índios aldeados pelo padre Manuel de Jesus Maria, sentiam-se no direito de enviar

uma petição ao Rei pedindo a punição dos que usurpavam as terras que, por uma concessão régia, lhes pertenciam.¹⁸⁷ Falecido em 1811, o vigário mestiço não mais os representava frente às autoridades contra os colonos. Seu diretor de índios era por eles acusado de corrupção e conivência nas usurpações de terras. A função de Diretor-Geral incluía justamente defender os coroados de tais usurpações. Aldeando os índios que se sujeitavam, deveria ele incentivá-los a cultivar a terra e introduzi-los gradativamente no sistema de relações sociais de produção desejado pelo Estado Português. Por dez anos, esses índios eram isentados de todos os impostos, tendo ainda o direito a certa provisão de fubá, milho e instrumentos agrícolas e domésticos de ferro. O diretor deveria, também, puni-los nos seus “crimes” e “insubordinações”, estendendo um braço da justiça real até os aldeamentos. Certas leis asseguravam aos diretores o excedente de produção dos aldeamentos. No caso de São João Batista, no entanto, todos os esforços no sentido de que os índios produzissem algo além do estrita-

[186]. Um exemplo pode ser encontrado na carta que o Conde de Valadares dirigiu ao Marquês de Pombal em 1772 informando sobre um índio, residente na fazenda do Cônego da Sé de Mariana, que estaria sendo tratado como escravo. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 103, doc. 87.

[187]. Para uma análise do Diretório dos Índios, documento colonial que vigorou, a partir da administração do Marquês de Pombal entre 1757 e 1798, confira o trabalho de Rita Heloisa de Almeida: ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do Século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

mente necessário à sua subsistência em cana-de-açúcar, milho e mandioca haviam-se mostrado inúteis. Geralmente os diretores utilizavam-se do trabalho voluntário dos índios aldeados que o trocavam por um salário irrisório ou por espécie. Esse trabalho parcamente remunerado era freqüentemente direcionado às derrubadas de mata ou à colheita das chamadas drogas do sertão. Qualquer tentativa mais brusca de conseguir direcioná-lo à força para outras culturas resultaria na explosão de uma guerra já há muito iminente.¹⁸⁸ Dada a impossibilidade de submeter um grande número de índios ao volume de trabalho necessário para os seus lucros, os fazendeiros importavam escravos negros. O Padre Francisco da Silva Campos recomendara, uma década antes, que escravos iniciados em ofícios convivessem com os índios a fim de “industrializá-los. O francês, entretanto, contrário à escravidão, acreditava que tal contato somente contribuiria para viciá-los, já que a convivência com a opressão e, mais ainda, sua aceitação, degeneraria, com grande prejuízo, àqueles “homens simples”.

Freireyss, em sua visita ao Presídio em 1814, forneceu-nos estatística dos aldeamentos, já então sob o comando de Marlière. Se tais números naturalmente não se investem de grande precisão, não deixam de refletir, até certo ponto, uma estimativa interessante para os habitantes índios já sedentarizados de uma área de 20 léguas quadradas à volta do Presídio. Os Coroados, incluindo mulheres e crianças, alcançariam 2.000 indivíduos. Os Puri contariam 500.

Um número de 200 Coropós (a que o autor chama Carajás), habitava, então, São Manoel do Pomba. Estes últimos que já, há 50 anos, conviviam com os portugueses, haviam perdido muitos referenciais de sua cultura original. Seu número reduzido refletia, por um lado, as constantes fugas e migrações de famílias insatis-

[188]. Ver sobre essas informações: SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. op. cit., v.2, p. 221.

feitas e, por outro, as epidemias de varíola que vez por outra os atacavam.¹⁸⁹

Voltemos ao documento enviado pelos índios ao Príncipe Regente, citado em sua quase integralidade ao final da seção 2. Já de início, parece-nos oportuno esclarecer: não era a primeira vez que esses índios enviavam uma representação de queixa ao Rei. Em 1789, os índios coropós e coroados, então reunidos e representados pelo Padre Manuel de Jesus Maria e perseguidos pelos sesmeiros, que violavam seus territórios, já haviam pedido “sossego” ao rei, já que os europeus estavam “tirando a sua paz.”¹⁹⁰

Quanto à representação endereçada a Dom João em 1813, pareceu-nos revestir-se de especial interesse uma das reclamações constantes: o padre estaria se negando a ministrar-lhes os sacramentos. De certa forma, poderíamos interpretar que talvez Jesus Maria e seus colaboradores houvessem conseguido incorporar no imaginário daqueles índios algo da liturgia católica a ponto de, após a sua morte, estes prosseguirem reivindicando a sua continuidade. A última hipótese não é de todo descartável e até mesmo acreditamos que se confirmasse em alguma medida. Não nos parece, no entanto, a opção mais provável no que tange ao caso particular dessa reivindicação dos índios Coroados. Que tal, ao invés de concordarmos com o que o discurso oficial conota, partirmos em busca daquilo que ele denota. Por que não suspeitar de que, talvez, os índios, percebendo a satisfação que aquela valorização dos sacramentos produzia nas autoridades responsáveis por sua catequese, reivindicassem os ofícios religiosos como forma de atrair a atenção para a usurpação de suas terras, con-

[189]. Ver: FREIREYSS, G. W. op. cit. p. 121. Veja: Documentos sobre o envio de vacinas para o combate à varíola nas Divisões Militares do Rio Doce: Arquivo Público Mineiro, São Paulo, p. 1-15, Cx. 92, Doc. 26.

[190]. Carta do Padre Manuel de Jesus Maria ao Governador da Capitania alertando sobre o prejuízo que os índios sofreriam com a continuação das concessões de Sesmarias pelo Governo. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 149, doc. 62.

seguindo ainda para si o apoio da Igreja, graças a uma imagem de pia docilidade? Havia, ainda, no imaginário dos homens que ocupavam a direção do Estado, muito das representações jesuíticas do índio catequizado, de alma pura e vitimado pelo colono ambicioso: quase um mártir. As batalhas que destruíram as Missões Jesuíticas do Sul do Brasil e da Amazônia Meridional eram ainda lembradas, com relativa frequência, nos meios políticos. É possível que tais representações exercessem ainda uma forte presença nos círculos religiosos.

A surpresa, assim como a estratégia, fazia parte da cultura daqueles índios tidos, então, como “pacificados”. Sua cultura essencialmente guerreira valorizava, com certeza, as artimanhas que ludibriavam o inimigo. Não são raros os casos em que, no imaginário do povo do sertão, os índios eram comparados às onças por sua natureza traiçoeira. Pensar sobre isso nos faz relativizar velhos conceitos sobre uma pretensa domesticação dos Coroados. Catequização rápida e eficaz ou estratégia de sobrevivência? Alguns relatos de época nos levam a suspeitar seriamente da segunda opção.

O padre de São João Batista, expressando seu alheamento em relação à cultura dos índios que catequizava, afirmou para o Príncipe Maximiliano, que o visitou em 1815, que não havia encontrado qualquer idéia religiosa entre os coroados.¹⁹¹ Talvez nunca houvesse se interessado verdadeiramente pelas práticas e concepções religiosas dos índios, ou estes ocultassem-nas, no intuito de preservá-las. Os Coroados não utilizavam o cemitério cristão, preferindo enterrar seus mortos segundo suas tradições. O fato surpreendeu Eschwege, quando de sua visita ao amigo Marlière em 1814. O estudioso alemão deixou registradas suas impressões

[191]. WIED NEWIED, Maximilian. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1940. p. 114.

a respeito da religiosidade dos coroados, marcada pelo que entendia serem “*superstições de feitiçaria*” em seu *Jornal do Brasil*:

Devo mencionar aqui a superstição e particularmente a crença deles em feitiçaria baseada em forças sobrenaturais que um ou outro entre eles possui. Acredito que essa fé existente há muito tempo entre eles, por se encontrar fortemente enraizada [...] Assim acreditam que toda doença de que são acometidos tem sua causa em algum feitiço, procurando logo a cura por intermédio de outro feitiço. Certa vez, um índio chegou ao cemitério cristão bastante perturbado. Queria desenterrar seu filho, enterrado ali havia apenas alguns dias, para cortar-lhe um pedaço da pele ou do couro cabeludo e extrair uma substância mágica, com a qual pretendia matar a pessoa que teria matado seu filho por meio de feitiço. [...] Muitos dentre eles, tanto homens como mulheres são conhecidos como bruxos. Alguns dos mais velhos, também conhecidos como feiticeiros, conseguem invocar os mortos. Chegam até a conversar com eles em voz alta, na presença de várias pessoas. Invocam normalmente, somente as almas de seus parentes, quando partem para uma guerra contra os puris ou quando avançam demasiadamente pelas matas à procura de ipecacuanha. [...] A invocação dos mortos é feita sempre durante noites escuras. O feiticeiro coloca um cachimbo na boca, sempre acompanhando sua invocação com muitas baforadas, e logo em seguida ouve-se um estrondo distante, semelhante a um tropéu de cavalos. Finalmente chega o espírito invisível. O feiticeiro, sem parar de fumar, vai fazendo suas perguntas, às quais o espírito responde tão rápido e incompreensivelmente que somente o feiticeiro consegue entendê-lo. Perguntas feitas a respeito do além, sobre como lá seria, são respondidas de maneira ambígua pelo feiticeiro, que às vezes nem as responde. Após ter sido suficientemente interrogado, o espírito se despede. Após ter sido suficientemente interrogado, o espírito se despede, gritando três vezes, como um macuco (um pássaro

das matas locais de grito triste). O terrível estrondo recomeça. Com isso, encerra-se a invocação.¹⁹²

Desqualificado com a pecha de superstição, o ritual indígena é também interpretado como artifício dos “feiticeiros” para enganar, amedrontar e submeter um povo ingênuo: “É estranho que tal tipo de charlatanismo possa ser encontrado tanto entre os povos civilizados quanto entre os povos selvagens”¹⁹³

O silêncio do “feiticeiro” perante as perguntas do estrangeiro permanece, entretanto, intocado. Os índios não falavam muito a respeito de suas crenças religiosas. Seu sistema de cosmogonias e teogonias permaneceu distante da etnocêntrica percepção européia que procurava organizá-lo em equações simplistas.¹⁹⁴

Alguns meses depois, narrando seu encontro com os puris de São Fidelis, um aldeamento na província do Rio de Janeiro, Maximiliano observou: “Presenteamos as mulheres com rosários, porque tinham predileção, embora arrancassem a cruz e se rissem desse emblema sagrado da Igreja Católica [...]”¹⁹⁵

As missas e batismos, por seu conteúdo ritualístico, deveriam despertar certa dose de curiosidade nos índios, interpretada pelos sacerdotes como devoção. A amizade que devotaram aos clérigos que se mostravam pródigos em lhes ofertarem presentes e fiéis em defender-lhes dos ataques dos colonos, ou até mesmo a Marlière, mais preocupado com a “educação civil” do que com a “catequética”, escondia, freqüentemente, uma dissimulada ma-

[192]. ESCHWEGE, W. L. op. cit. p. 103-104.

[193]. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Jornal do Brasil: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 104.

[194]. Algumas estratégias de enfrentamento por meio de aparente aceitação foram abordadas por Eduardo Viveiros de Castro, ao analisar certos textos de Manoel da Nóbrega e Antonio Vieira sobre as dificuldades enfrentadas para se “catequizar” os Tupi nos séculos XVI e XVII. Veja: CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e A murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 35, p.21-74, , 1992.

[195]. Wild-Newied, Maximilien Prins Von. op. Cit, p. 110-111.

nutrição de valores culturais e religiosos praticados por todos na intimidade da nação, mas escondidos aos brancos, que se enfiariam ao constatar-lhes a sobrevivência. Incorporar certos valores da cultura dominante era também uma tática, uma forma de lutar para sobreviver culturalmente.

Os Coroado não eram invadidos em seus territórios somente pelo contingente de luso-brasileiros que, na ávida procura por terras e riquezas naturais, varava o sertão. Uma gama variada de tribos inimigas em disputa por condições de caça e coleta mais abundantes produzia, em sua sociedade, uma atitude de constante defesa. Estas nações indígenas não se valiam de uma tranqüila confiança em qualquer grupo humano além do seu. Seu estilo de sociedade e cultura baseado na guerra não deixava muitas alternativas aos homens: ao guerreiro freqüentemente não restava outra opção além da guerra.¹⁹⁶

Atacados com insistência pelos colonos, os índios haviam respondido com violência correspondente por décadas a fio. Contatados finalmente de forma menos violenta por missionários eclesiásticos, acomodavam-se aos desejos dos brancos para preservar um mínimo espaço de sobrevivência. Por trás da acomodação, eram constantes as estratégias de luta. Os diretores de índios tinham víveres e ferramentas de ferro que facilitavam sobremaneira o trabalho, sob certas condições – a aceitação da Religião Católica era uma delas – religiosos como Jesus Maria ofereciam proteção contra o ataque das tribos inimigas. Em dadas ocasiões, representavam temporariamente reforços aos ataques indígenas, neutralizando a ação dos tão odiados adversários.

[196]. Esta percepção do caráter essencialmente guerreiro da cultura indígena já estava presente em obras como: CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. Confira também: DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. *Revista de História*, São Paulo, n.139, p. 35-53, 1998. A análise da autora centra-se no âmbito da sociedade dos Botocudos do Vale do Rio Mucuri na segunda metade do século XIX e inspira-se nos textos de Clastres.

Spix e Martius reforçam-nos o argumento da dissimulada religiosidade dos índios:

Em espalhar entre os índios o cristianismo, muito se tem esforçado certamente o padre e, em geral, os portugueses, em São João Batista; de fato, porém, mesmo os coroados e coropós mais civilizados não têm até agora idéia da essência da religião cristã, e apenas tomam parte nas formalidades do culto, e assim mesmo sem persistência. Na verdade, não é raro recorrerem esses homens da natureza para casamento e para batismo dos filhos; todavia só os atraí ali a cerimônia de culto, que eles presenciam admirados sem demonstrar emoção nem reflexão [...].¹⁹⁷

Caso significativo de rompimento com a sociedade luso-brasileira é o do padre Pedro da Mota, índio croato educado junto ao Bispo em Mariana, na segunda metade do século XVIII. Sua ordenação devera-se ao financiamento completo de seus estudos, levado a cabo pelo guarda-mor Manoel da Mota Andrade, morador da freguesia da Pomba, conforme consta na petição enviada ao Rei por Manuel de Jesus Maria em 1782. A severa educação eclesiástica que recebeu era conduzida no intuito de que se tornasse um catequizador de seu povo, e ele realmente chegou a se destacar nesta atividade, a ponto de ser condecorado com o Hábito de Cristo e receber uma paróquia para si. Alguns anos mais tarde, decepcionado com os valores da sociedade luso-brasileira, na qual parcialmente formara-se, revoltou-se contra a Igreja, despiu-se e retornou às matas como um líder índio,

vindo a ter em breve muitas mulheres e filhos.¹⁹⁸ São raros os casos de padre índios na colônia: dentre eles poderíamos citar, no

[197]. SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. Von, op. cit., v.2, p. 241.

[198]. Sobre o Padre Pedro da Mota (por engano também chamado Filipe), discípulo de Manuel de Jesus Maria confira: Processo de habilitação do Padre Pedro (Filipe) da Mota Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (armário 10, pasta 1736). Veja também FREIREYSS, J. W. Carta ao Sr. Freireyss. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.6, p. 236-237, 1900-1901.

Nordeste, Antônio Alves da Cunha, natural de Extremoz, na Capitania de Pernambuco, coadjutor de Santo Amaro, ordenado por volta de 1773, juntamente com seu irmão de tribo, chamado Antônio Dias da Fonseca. Nas Capitanias meridionais, destaca-se o caso de José Inácio Ferreira da Silva, índio guarani natural da Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha, no Rio Grande do Sul, que foi ordenado no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1783.¹⁹⁹

A redução dos índios em aldeamentos, além de submetê-los mais largamente aos perigos das epidemias, muito freqüentes na região ao longo dos séculos XVIII e XIX, sujeitava-os mais facilmente aos abusos e desmandos cometidos por parte dos sitiantes. É interessante observar como rapidamente, num intervalo de apenas cinco anos, a representação dos colonos de Guarapiranga, enviada ao rei Dom João V, contra os ataques dos índios residentes nos arredores deste arraial, seria sucedida por uma carta dirigida a Dom José I, o rei sucessor, na qual se denunciavam violências cometidas, agora pelos

colonos, contra alguns destes mesmos índios já sedentarizados.²⁰⁰ Fora da mata, espaço preferencial para o desenvolvimento das estratégias de combate que lhes garantiam certa superioridade tática, viam-se os nativos em clara desvantagem. A surpresa e o conhecimento da mata faziam o sucesso de suas rápidas investidas.

A fixação territorial dos índios promovia uma espécie de convivência obrigada entre suas diferentes nações e luso-brasi-

[199]. Ver sobre os casos de padre índios na América Portuguesa: RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Santa Maria: Pallotti, 1988. V.3, p. 291.

[200]. Ver: "Representação dos moradores da Freguesia de Guarapiranga. 1750 __ Arquivo histórico Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 55, Documento 25. "Carta de Silvério Teixeira, Juiz de Fora da cidade de Mariana, na qual informa ao Rei Dom José I acerca dos excessos cometidos contra os índios que residiam nas vizinhanças de Guarapiranga (1755). Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais". Ver também: CARRARA, Ângelo Alves. Op. Cit. p. 15.

leiros de vária extração: militares, representantes eclesiásticos, criminosos foragidos ou condenados a degredo, comerciantes, sesmeiros, colonos pobres, escravos e libertos. Cada pai de família índia, ao renunciar à totalidade de seu espaço vital, recebia em terras o que, na época, equivalia a um quarto de sesmaria (cerca de 100 hectares). Caçadores e coletores, acostumados a um estilo incipiente de agricultura que se restringia ao cultivo de pequenas plantações, abandonadas com as migrações constantes, os índios, por suas tradições culturais, não se adaptavam a uma vida sedentária. Obrigados a permanecerem nos aldeamentos, tornavam-se extremamente dependentes dos favores da igreja ou do governo: a prática de seus costumes tribais era então inferiorizada e ridicularizada ao máximo, no sentido de que, abandonando sua identidade, incorporassem um novo ideal de homem submisso, entregue aos desígnios do Estado: estava, então, dado o primeiro passo rumo à morte de suas culturas.

Podemos interpretar que a preferência dos índios pela coleta da poaia, em detrimento da agricultura, para a qual tanto eram incentivados, representava também uma estratégia de manutenção de seu nomadismo e fuga a sedentarização.

A vida nômade dos homens da mata incomodava sobremaneira aos nobres portugueses que governavam a Capitania. Talvez influenciados pelos reflexos do reformismo ilustrado sobre as políticas de distribuição e utilização racional da terra, ou tomados pelo pragmatismo da época, não conseguissem entender como as nações indígenas necessitavam de tamanha proporção de espaço territorial para sobreviver. Identificando as matas como terrenos incultos, procuravam reduzir os índios em aldeamentos, e a palavra redução, forjada no embalo das missões jesuíticas dos séculos XVI e XVII, não está aí em vão. Reduzir os índios era reduzir o seu espaço vital a um pequeno pedaço de terra, restrito a famílias particularizadas, em oposição ao espírito coletivo inspirado pela

idéia de aldeia. O restante do território seria ocupado por “gente civilizada” em busca de sobrevivência, dado em prêmio aos gentis homens da corte ou ofertado a algum plebeu digno de nota por seus esforços ou posses. Para estes últimos, uma vez recebida a terra, os índios passavam a representar o maior e mais incômodo obstáculo.²⁰¹

As terras indígenas começaram, já por época da primeira ocupação, em meados do século XVIII, a serem transferidas para portugueses, e a escassez de registros que delas dêem conta confirma sua quase total usurpação. Terras pertencentes a Coroado e Coropós desde os aldeamentos do padre Manuel de Jesus Maria, já eram vendidas por preços irrisórios na década de 20 do século XIX.²⁰²

Também comuns, embora menos numerosos, foram os litígios entre colonos pela posse de terras.²⁰³ Freireyss nos relatou alguns episódios posteriores à chegada de Marlière ao presídio que dão notícias claras da ocorrência de conflitos familiares:

[...] assassinos. Também os habitantes do presídio de São João Batista pertenciam a essa classe quando Marlière foi nomeado diretor dos índios e foi-lhe confiado o policiamento. Poucas semanas após sua chegada aconteceu o seguinte: Três irmãos estavam em briga por causa da herança do pai; os dois mais moços estavam contra o mais velho, do qual exigiam a entrega de um documento recusado por ele. Um dia, e sem que tivesse precedido qual-

quer alteração, o irmão mais moço abraçou o mais velho que, admirado por esse fato, lhe perguntou o que isso significava, quando no mesmo instante o terceiro irmão o atravessou com uma faca, por detrás. É de notar que um ano antes o assassinado matara um outro homem [...]²⁰⁴

De certa forma, o conflito pela posse de terras, onipresente neste período, já havia antecedido em muito tempo a chegada dos colonos à região. Sua presença acirrou enfrentamentos preexistentes entre as tribos inimigas que, agora, deveriam dividir seus territórios com mais um intruso. Pelo controle de um dado espaço vital, nações indígenas massacraram outras ainda no século XVIII. Os Arari ou Araré, habitantes da Serra da Mantiqueira, já haviam sido extintos nas últimas décadas do século XVIII pelos constantes e devastadores ataques dos Coroado dos rios Pomba e Xopotó. Os Mariquitá, que ocupavam as encostas da mesma serra por esta época, foram combatidos, até o total desaparecimento, por seus inimigos Cataguás. Era a disputa acirrada pelo espaço vital. Expulsas de seus territórios, as tribos usavam de extrema violência para desalojar qualquer nação ou aldeia indígena que emperrasse o seu caminho.²⁰⁵

3.2 A IGREJA, OS COLONOS, A MATA E OS ÍNDIOS: MARLIÈRE E A SOCIEDADE DO PRESÍDIO

Chegando ao Presídio, em fevereiro de 1813, e defrontando-se com o cenário que descrito, Marlière agiu com diplomacia.

[201]. Veja sobre os índios e as disputas por terras em Minas Gerais: Arquivo Público Mineiro. SC 197, 1773; Seção colonial 334, 1808- 1814; SC 343, 1809- 1821; SC 369, 1814- 1821; SC 373, 1816-1825; Seção Provincial 59, 1827- 1836.

[202]. Em 1829, ano da reforma de Marlière, um índio chamado Rafael sentindo-se extremamente oprimido pelo fato de suas terras se localizarem entre duas fazendas de portugueses as vendeu com a autorização daquele francês. Sem a autorização de seu Diretor Geral os índios não poderiam vender as suas terras. Cartório de notas do Ofício de Ubá., Livro de notas #2, de 1848, fls. 86 et seqs., Guido- Wald 30 de julho de 1829. Citado por CARRARA, A. A., op. cit., p. 33.

[203]. Ver diversos casos de litígio em: CARRARA, A. A., op. cit., p. 35, 36, 37.

[204]. FREIREYSS, G. W. Viagem..., op cit. p. 104-105.

[205]. Ver sobre estas informações: SALGADO, Elizabeth de Souza. *Aldeamento indígena na região da Mata Mineira e Vale do Rio Doce*: Presídios de Abre Campo, Rio Pomba e Cuieté (1730-1850). 1986. p.11, 12.

Impedido de tomar alguma decisão final e obrigado a enviar um relatório circunstanciado de sua viagem, movimentou-se com prudência, evitando acusar quaisquer envolvidos sem prévias investigações e procurando conquistar a simpatia das autoridades locais. Enviou, passados alguns dias, uma memória ao Conde de Palma. Nela informava sobre o estado das aldeias próximas ao Presídio. Embora essa memória não tenha sobrevivido até nossos dias, é possível constatar, pelo ofício de 19 de junho de 1813, que a primeira diligência de Marlière no Presídio não foi demasiadamente demorada.²⁰⁶ Descobrimos também, lendo o ofício seguinte enviado pelo Conde no dia 13 de junho, que se havia obtido, pela atuação do francês, um sucesso temporário no apaziguamento das insatisfações. Esse sucesso entusiasmou as autoridades que, então, viam em Marlière um homem inteligente e ativo, como se pode observar no seguinte trecho do mesmo ofício do Capitão-General da Capitania de Minas Gerais: “[...] sendo já enviado por mim às ditas aldeias por, e tendo executado ali com acerto as minhas ordens, sobre diferentes objetos relativos aos ditos Índios.”²⁰⁷

Traços da memória enviada por Marlière ao Conde de Palma também podem ser encontrados na avaliação que este último faria pouco depois dos conflitos ocorridos no arraial. Se antes havia reticências quanto à culpa ou não dos acusados de usurpação, agora não mais se utilizavam meias palavras: “[...]sendo assaz manifesto, que a negligencia e inabilidade de muitos dos Diretores, tem sido a cauza principal de não resultarem os saudaveis effeitos que de semelhatos estabelecimentos erão de esperar-se quaes a civilização dos mesmos Índios, e o augmento de população e industria [...]”

[206]. SP1X, Joham Baptist von. MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Op. Cit. p.393

[207]. SP1X, J.B. von; MARTINS, C. F. P. op. cit., p.393. Todas as demais informações sobre a estada de Marlière no Presídio até aqui citadas basearam-se em ofícios GUIDO..., 1905, op.cit., p.392-394.

No ofício que ordenava o retorno do Capitão Marlière ao presídio, as instruções eram claras: os inspetores deveriam ser mantidos sob a mais estrita vigília e as irregularidades apuradas. No dia 3 de julho de 1813, nova memória de Marlière chegava ao Conde de Palma. As ordens do velho Capitão-General tinham feição de um regulamento:

1- Que se conservem os portugueses, que estando arranchados nas terras demarcadas aos índios as obtiverão, por posse ou compra (ainda que nelas) e que não prejudicam, antes favorecem. 2- Que sejam obrigados a restituir imediatamente as terras aos Índios aquelles, que não lhes satisfizerão, apesar das bemfeitorias, que tenham feito, salvo se preencherem as condições da compra. 3- Que apesar de possuírem terras pelos refferidos titulos de compra, sejam expulsos para fora das aldeas, os que perseguem, e encomodão aos Índios, maltratando ou destruindo suas plantaçoens e criaçoens. 4- que os portugueses declarados facinorosos, e que comercião com as terras dos Índios, venhão à minha Prezença, debaixo de prizão, para lhes determinar o destino, que me parecer conveniente.²⁰⁸

Os apontamentos do Conde de Palma foram seguidos à risca. Por uma recomendação de Marlière, logo acatada sem discussões, foi afastado de seu cargo, no dia 2 de setembro de 1813, o Capitão Pires Farinho, logo substituído por José Ferreira da Silva, sobre o qual não sobreviveram muitas referências pessoais. Marlière solicitou, então, à Junta de Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce a construção de uma escola de primeiras letras no arraial do Presídio de São João Batista.²⁰⁹

Ainda ocupado com a averiguação das agressões mútuas, Marlière recebeu, em seu quartel, um comerciante inglês esta-

[208]. op. cit. n.2, p.393.

[209]. Confira: op. cit., v.2, p. 395.

belecido em Vila Rica, chamado Edward Oxenford que, provavelmente atraído por sua presença no sertão, para lá se dirigiu, sob toda a boa recomendação do Capitão General da Capitania.²¹⁰ Seu interesse pela região nos indica que nela começava a desenvolver-se um mercado capaz de absorver o que, imaginamos, tratava-se de bens de consumo manufaturados na Inglaterra. Oxenford procurava provavelmente vender seus produtos principalmente aos colonos já estabelecidos, para os quais estes eram demasiadamente difíceis de conseguir devido à distância de Vila Rica. Baseando-nos na lei de oferta e procura, podemos imaginar o preço elevado que tais mercadorias deveriam atingir.

Mesmo naquelas distantes paragens, o comércio dos tropeiros fazia-se sentir no transporte de víveres ou bens de consumo e na exportação de produtos da floresta. Neste particular, o contrabando e o comércio de madeira e plantas medicinais da Mata Atlântica tinham um lugar à parte. A região da bacia do Rio Pomba era, por aqueles anos, um ecossistema rico e diversificado que chamava a atenção de todos os viajantes naturalistas que por lá passavam. Relatos de época nos dão notícia de que a cobertura vegetal original era marcada pela presença de árvores de grande porte, o que aponta também para a antiguidade das espécies naqueles terrenos de mata virgem. Dentre as plantas de pequeno porte, muito comuns na região, a poaia ou ipecacuanha (*psychotria ipecacuanha*) era relativamente freqüente na cobertura do solo, sob as copas das árvores mais altas. O risoma da poaia é um emético que, na época, era considerado muito eficiente no tratamento das infecções pulmonares. No início do século XIX, o Brasil chegou a exportar quatro toneladas de poaia por ano. A coleta desenfreada à época da floração, quando a planta era mais visível e identi-

[210]. Sobre Oxenford, veja: op. cit. p.395.

cável no meio da floresta, acabou por torná-la escassa no litoral, dirigindo sua procura para o interior.²¹¹

A poaia era tomada em infusão fria com o objetivo de promover um efeito expectorante no doente. Esta infusão era preparada com o mergulho da raiz na água por doze horas. Spix e Martius deixaram-nos um relato bastante detalhado sobre a coleta da poaia no Presídio de São João Batista:

A verdadeira poaia é aqui bastante comum. Provém de um arbusto baixo (*Cephaelis Ipecacuanha* Rich), que cresce geralmente na maior parte da Serra do Mar, desde o Rio de Janeiro até ao norte, na Capitania da Bahia, nas matas, em lugares úmidos, sombrios e sempre gregária. [...] A colheita da raiz é feita pelos índios e pelos negros escravos dos fazendeiros da vizinhança, durante o ano todo, mas principalmente logo depois do mês das chuvas, porque do solo úmido mais facilmente se arrancam essas raízes. Os índios pouco se preocupam com a reprodução da planta, pois colhem impiedosamente todas as raízes de que se apoderam, pelo que em breve vai haver falta dessa apreciada raiz medicinal, se não cuidarem de cultivá-la com as suas sementes. As raízes arrancadas e lavadas são reunidas em feixes, secas ao sol e vendidas aos fazendeiros da redondeza, ou aos ervanários, vindos do Rio de Janeiro e Campos dos Goitacases. O preço nas matas é muito reduzido, uns duzentos réis a libra; os índios não aceitam dinheiro, porém

[211]. Confira, sobre a poaia: Souza, João Mariano de Deus e. Descrição do Districto da Parepetinga da banda do norte do rio Paraíba, 31 de agosto de 1797. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção de manuscritos. Ver também: Dean, Waren, op. cit. p.147. Sobre os Negócios da Poaia no período imediatamente posterior à diretoria de Marlièriana, veja. Ofício do Cel Miguel Theotonio de Tolledo Ribas. (Sucesor de Marlière). Arquivo Público Mineiro, São Paulo, p.1-15, Cx. 90, Doc. 33. Veja também: Arquivo Público Mineiro, São Paulo, p.1-15, Cx. 96, Doc. 52. Ainda sobre os Negócios da Poaia depois do ano de 1829: Ofício do Cel Miguel Theotonio de Tolledo Ribas. Arquivo Público Mineiro, Sp PP 1/15, Cx. 90, Doc. 43.

permutam com cachaça, utensílios de ferro, panos de algodão, etc[...].²¹²

Marlière, que permanecia no Presídio por tempo indeterminado, procurou combater a venda de aguardente para os índios, com o objetivo de evitar o vício da embriaguez. Considerava-o “grande flagelo das aldeias”:

Em os Arraias freqüentados pelos Indios naturaes de paragens como Presídio de São João Baptista e Pomba, duas Sodomas q’ vivem de roubos feitos aos Indios , q.’ p. satisfazer aos preceitos da religião em os dias festivos, vem bem vestidos, e sahem nus despidos pelos Taverneiros, q.’ são hum em cada caza , e os lanção depois bêbados na rua, aonde morrem apopleticos, ou esmagados pelos carros, e cavalos dos passageiros. Hé (a aguardente) a peste das Aldeas , o meio infalivel de induzir os Indios q qualq.r excesso de se matarem huns aos outros quando estão inebriados, e de perderem o resp.to e Subordinação a q.m os governa. São immensos os effeitos desta perniciosa droga. Os índios à troca della dão mulheres, e filhas aos inimigos contractadores [...].²¹³

Ao assumir a figura de defensor dos índios, esforçava-se inutilmente em uma batalha previamente decidida, na qual seus pretensos protegidos eram os maiores inimigos. Os índios queriam a aguardente, os colonos interessavam-se em trocá-la por poaia, os guardas não conseguiam fiscalizar tão grandes extensões de mata, as proibições permaneciam como letra morta.

Eschwege anotou este esforço do Francês em seu *Jornal do Brasil*:

[212]. SPIX, J. B. Von; MARTIUS, C. F. P. op. cit., v.2, p. 222.

[213]. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p.81.

Os coroados também gostam muito de aguardente, e os vizinhos portugueses muito sabem se aproveitar dessa inclinação à bebida. Em parte desse distrito, Marlière encontrou botecos onde os portugueses tiravam dos índios, de maneira vergonhosa, quase tudo que tinham em troca de um gole de aguardente. Por isso mandou fechar a maior parte de tais botecos. Os que ainda funcionam foram terminantemente proibidos de aceitar roupas ou ferramentas dos índios como forma de pagamento, sob pena de terem de devolver tudo e ainda serem punidos caso o índio apresentasse queixa, e geralmente um índio não consegue se calar. É fácil imaginar como essas medidas fizeram com que Marlière angariasse a inimizade dos portugueses aqui residentes – chegando até a constituir-se em ameaça à sua vida.²¹⁴

Marlière deveria contar com uma atenta escolta pessoal, mas isso não se faria suficiente para coibir possíveis atentados. Se, entretanto, ocorreram, o que é bem provável, não nos restou registro algum. Se conseguiu inimigos, o Coronel Francês também angariou adutores e alguns colaboradores leais. Sua presença passou a ser associada ao aumento da segurança no arraial e sua personalidade despertava tanto admiração quanta antipatia.

Uma visita aos arquivos da Paróquia de São João Batista, na atual cidade de Visconde do Rio Branco, revela-nos uma quantidade enorme de índios, brancos e mestiços batizados em cujo nome descobrem-se claras homenagens ao Capitão Marlière. Batizar o filho com o nome do comandante era, sem dúvida, um recurso de adulação. Não obstante, a considerável incidência com que ocorriam tais manifestações de “apreço” demonstra-nos uma

[214]. ESCHWEGE, W. L. von. Op. cit., p.109.

certa admiração por um homem que, na capital da Capitania, era repudiado.

Acompanhando a documentação, verificamos que Marlière, pouco depois, tornava-se padrinho de um menino índio. Seria o primeiro de mais de uma dezena de afilhados motivados pela premissa de promover os batizados entre os coroados. Marlière que, até então, não parecera um católico exemplar, evitava, porém, demonstrar quaisquer evidências anticlericais em seu comportamento ou palavras, naquele momento em que buscava aprovação de seus superiores. São freqüentes entre os batizados os nomes Thomaz, Guido Thomaz, ou simplesmente Guido:

Aos vinte e sete de maio de mil oito centos e treze nesta Paroquial Igreja de São João Baptista solemnemente baptizei de baixo de condição a Guido Thomaz, filho legítimo de Antônio Moreira e de Anna Maria, índios, nascido em janeiro do presente anno, por duvidar do baptismo conferido em caza por José Coelho em caso de necessidade por informação que tive. Forão padrinhos o Capitão Guido Thomaz Marlière e Maria Roza de Andrade, de que fiz este assunto [...].²¹⁵

Estes registros são sintomáticos para que possamos averiguar a incidência de casamentos interétnicos, bem como de filhos ilegítimos naquela sociedade fluida e inconstante.

Aos treze de abril de mil e oitocentos e treze nesta Paroquial Igreja de São João Baptista, solemnemente baptizei e pus os Santos Oleos em Thomaz, filho de José Lopes e de Florinda índia, nas-

[215]. Primeiro livro de batizados da paróquia de São João Baptista do Prezídio, pelo Pe Marcelino Roiz Ferreira. Arquivo da Casa Paroquial de Visconde do Rio Branco.

cido há oito mezes forão padrinhos o Capitão pago Guido Thomaz Marlière de Vila Rica e Tereza Maria de Jesus..²¹⁶

Temos aqui um caso de batismo de um filho ilegítimo, fruto – como se dizia na época – de “intercurso sexual” entre um homem livre e uma índia da nação Coroado.²¹⁷ Não há mais nenhuma referência sobre os três na documentação que se segue nos próximos anos da paróquia, entretanto, casos como o deles representavam aproximadamente 70 % de todos os registros de batismo. Não há geralmente referências documentais detalhadas sobre o estado civil dos pais da criança batizada, mas é bem provável que a maioria não fosse oficialmente casada. O presídio era ponto de passagem de comerciantes de poaia que poderiam também assumir a função de atravessadores de cachaça, vendedores de crianças indígenas (curucas) ou tropeiros. Fora estes, havia também os degredados, submetidos a trabalhos forçados que conviviam em um sistema de proximidade com a população. Índios sedentarizados comerciavam e trabalhavam como assalariados para sesmeiros e colonos portugueses. Escravos eram empregados na lavoura e em serviços domésticos. Infelizmente não se conservou um livro de registros de casamentos nesta paróquia, mas acreditamos, com

[216]. Primeiro livro de Batizados da Paróquia de São João Baptista do Prezídio, pelo Pe. Marcelino Roiz Ferreira. Arquivo da Casa Paroquial de Visconde do Rio Branco.

[217]. O termo nação indígena é aqui utilizado por ser o que era empregado no século XIX. Vale, entretanto, observar que até este século a palavra nação, com o sentido de um grupo de descendência comum estrangeira e não cristã, foi aplicada aos índios pelo pretense fato de não possuírem eles fé, lei nem rei. Como observou Chauí: “[...] grupos de indivíduos que não possuíam um estatuto civil e político (foi assim que os colonizadores se referiram aos índios falando em nações indígenas, isto é, aqueles que eram descritos por eles como não possuindo fé, lei nem rei).” CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 15. No século XIX não se havia estabelecido ainda uma teoria sobre o que viriam a ser as nações e os estados nações. Só depois da própria formação dos estados-nações na Europa é que surgirão as primeiras discussões intelectuais e políticas a este respeito. O termo já existia, mas sua utilização era ainda uma vela que variava ao sabor de outros ventos. Sobre o nascimento do moderno conceito de nação confira: HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo, desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.36- 50.

base nos registros de batizados, que os casamentos interétnicos, principalmente nos setores mais pobres da população livre, deveriam ser freqüentes.²¹⁸

Tereza Maria de Jesus, madrinha da criança citada poucas linhas atrás, era a segunda esposa de um abastado amigo de Marlière, o capitão Gonçalo Gomes Barreto, fazendeiro, residente na fazenda da Cachoeira, situada quatro quilômetros ao norte do Presídio. Não há registros que indiquem a presença de Maria Vitória na primeira diligência ao Arraial do Presídio. O primeiro sinal da presença de Maria naquelas paragens data do dia 26 de setembro de 1813, quando o casal Marlière foi padrinho de uma das filhas do Capitão Gonçalo Gomes Barreto: Domiciana.²¹⁹

No presídio de São João Batista, Marlière conheceu Ana Cândida da Fonseca, com a qual teve um filho, em 1816. Sobre ela não consta qualquer documento de nascimento ou de óbito que já tenha sido encontrado. Segundo a tradição, Maria Vitória era estéril e Marlière desejava ter um herdeiro: “Aos vinte de agosto de 1816, nesta Matriz do Presídio, o Reverendo João Antônio de Oliveira solemnemente poz os Santos Oleos a Leopoldo, filho de Ana Cândida da Fonseca, nascido de vinte dias, baptizado em casa validamente, por Severino José da Silva, assistente e informante, Vigário marcelino Roiz Ferreira [...]”²²⁰

Leopoldo, adotado por Maria em virtude de afastamento ou morte da mãe biológica, recebeu este nome graças ao respeito e admiração que seu pai creditava a Dona Leopoldina da Áustria, esposa do príncipe Dom Pedro. Este último, já em 1825, atenden-

[218]. Confira: Primeiro e segundo livro de registros da paróquia de São João Batista do Presídio pelo padre Marcelino Roiz Ferreira Arquivo da Casa Paroquial de Visconde do Rio Branco.

[219]. Primeiro livro de Batizados da Paróquia de São João Batista do Presídio, pelo padre Marcelino Roiz Ferreira. Arquivo da Casa Paroquial de Visconde do Rio Branco.

[220]. Registro de Batismo de Leopoldo Guido Marlière, aos vinte de agosto de 1816. Arquivo da Paróquia de São João Batista do Presídio pelo Padre Marcellino Rodrigues Ferreira.

do a um pedido de Guido, reconheceu legalmente seu filho, franqueando também o seu ingresso na carreira militar.²²¹

3.3 GARAPÉ: A GUERRA ENTRE OS PURI E OS COROADO

Voltando aos registros de batismo, veremos que, no caso de um dos envolvidos na cerimônia, ser coroado ou coropó, seu nome vinha acompanhado da observação “índio”, que evidenciava sua condição. Parece que os índios utilizavam-se do vínculo de batismo para se aproximarem dos novos compadres luso-brasileiros. Escolhendo padrinhos para seus filhos dentro da comunidade dos colonos, não apenas traziam algo da alteridade daqueles invasores para a sua cultura, mas também criavam um vínculo de compromissos mútuos. O catolicismo tinha seu discurso de obrigações entre compadres, padrinhos e afilhados. Os Coroado podem ter-se apropriado dessa possibilidade de inserção social, reinterpretando e assimilando o batismo a algum elemento de sua cultura que já não conhecemos. Isso não nos parecerá tão improvável se nos recordarmos de que, entre muitas culturas ameríndias, isso também se fazia por intermédio de casamentos interétnicos.

As mais antigas notícias que se têm dos Puri, Coroado e Coropó remontam aos séculos XV e XVII quando os portugueses, ao se estabelecerem no Planalto de Piratininga e estenderem suas bandeiras pelo interior, exploraram e escravizaram as tribos dos Guaianá, Goitacá, Tupiniquin, Tupinambá, Carijó e Guarani.²²²

[221]. Confira: Documento de Perfilamento de Leopoldo Guido Marlière. SP-PP1/47 – Inventário de Leopoldo Guido Marlière – Arquivo Público Mineiro, 1851-03-15/1871-03-15. O inventário de Leopoldo Guido Marlière é o mais volumoso da seção Provincial do Arquivo Público Mineiro.

[222]. Um representante dos defensores mais antigos da origem paulista dos índios Puri e Coroado é: REIS, Paulo Pereira dos. Os Puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz. *Revista de História*, São Paulo, v., n., p.117-158. 1961.

Para alguns, os últimos descendentes dos Goitacá, habitantes do litoral norte do que hoje é o Estado do Rio de Janeiro, seriam os Puri, refugiados nos Vales dos rios Paraíba, Paraibuna e Pomba. Para Wladimir José Luft, arqueólogo que desenvolve pesquisas a mais de uma década na região da Serra da Piedade, próximo ao atual município de Visconde do Rio Branco, as sociedades Puri e Coroado com as quais Marlière entrou em contato na Zona da mata Central teriam se desenvolvido no vales fluviais pertencentes ao complexo da Bacia do Rio Pomba.²²³ Este autor destaca os constantes relatos sobre as diferenças físicas entre os Puri e os Coroado e levanta dúvidas a respeito de sua possível origem comum. Tributa ainda a denominação *Coropó* (ou *Cropó*), presente na documentação luso-brasileira sobre os índios do rio Pomba, a uma corruptela regional da denominação *Coroados*.²²⁴ Marlière, em uma carta a Auguste de Saint-Hilaire datada de 1824, opinou pela origem mineira daqueles índios:

Os Coroados são oriundos de Minas: forão atrahidos aos Campos dos Goytacazes p.r huns Missionarios do lugar, q.'penetrarão nesta Provincia em 1702, hú delles foi Fr. Antonio da Piedade, Director da Aldea de Santo Antonio dos Guarulhos (nome que os Portuguezes derão aos Goytacazes). Fr. Antonio da Apresentação, outro Missionario, fes em 1727, hua Segunda entrada em minas; ahi baptizou e levou hum grande numero de coroados aos Cam-

[223]. “No que refere-se à origem, tudo nos leva a acreditar na hipótese de uma ‘origem’ na região do rio Pomba em Minas Gerais [...]”: LUFT, Wladimir José. *Da história à pré-história: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na Bacia do Alto rio Pomba (o caso da Serra da Piedade)*. 2000, p. 78. O elevado estado de erosão das áreas que serviram como ponto de partida para a análise do Programa Arqueológico Puri-Coroado, dirigido por Luft, tem dificultado as pesquisas na região. Sedimentos vindos de regiões mais altas, transportados pela encurrada, dispersam-se nos fundos dos vales. Sítios arqueológicos localizados em regiões mais baixas são soterrados por sedimentos vindos das serras. Para essa degradação concorrem décadas de desmatamento constante e agricultura desregrada.

[224]. LUFT, W. J. op. cit., p. 79.

pos, aonde quaze todos morrerão de hua Epedemia. Luiz Vahia Governava então o Rio de Janeiro, e deu para o Estabelecimento desses Coroados hua Legua em quadra de terras nas margens da Pomba, e outros socorros à requisição dos Missionarios; mas os que escaparão voltarão às minas attribuindo suas calamidades à mudança de Religião: os Missionarios dizem: ‘(Premazia Serafica na Região d’América, A Fr. Appolinario da Conceição Edt 1733) que isso foi obra do Diabo’ porque não dizer da febre?²²⁵

O Francês deixou-nos aqui também uma pequena história das tentativas de redução e catequização dos índios da Mata antes do grande projeto de construção do Aldeamento da Pomba, movido por Luiz Diogo Lobo da Silva. Eschwege e Freireyss, divulgando versão também defendida por Marlière, que afirmava tê-la ouvido dos Coroado, são unânimes em afirmar que os Puri, por sua vez haviam, em um passado que talvez remontasse a séculos, se apartado dos Coroado e dos Coropó. Desde então, tinham-se tornado terríveis inimigos (aremgrantshira), empenhados em uma ininterrupta batalha (garapé). Os Coroado eram assim chamados pelos portugueses devido ao hábito tribal de raspar os cabelos ao redor da cabeça, fazendo com que estes se assemelhassem a uma coroinha de padre. Maximiliano de Wied Neuwied observou que a língua dos Puri era diferente da que ouvira na maioria das outras nações indígenas, mas guardava claras e grandes afinidades com a dos Coroado e Coropó.²²⁶

Seria temerário optar, sem crítica, por qualquer dessas versões. Tanto os Puri como os Coroado guardavam entre si, como

[225]. Carta de Guido Thomaz Marlière a Auguste de Saint-Hilaire, de 6 de dezembro de 1824. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 520.

[226]. WIED NEUWIED, M. P. von. op. cit., p. 113.

já o tem demonstrado a arqueologia, diferenças físicas muito marcantes. Considerar, entretanto, as versões de homens que com eles conviveram torna-se indispensável, já que os vestígios arqueológicos encontrados até o presente não permitem opinar com segurança. Estes relatos oitocentistas são a única fonte que nos resta.

Estudos mais recentes identificaram a língua desses índios no grupo Macro-Jê, que comportava em si os dialetos Kamakã, Maxacali, Botocudo, Pataxó, Puri, Cariri, Ofaié, Jeikó, Rikbaktsá, Guató, e, com menor grau de certeza, Bororo e Fulniô. As tribos cujo tronco lingüístico originara-se no Jê teriam se separado há aproximadamente 3 mil anos. As do Macro-Jê, ao qual pertenciam os já extintos dialetos dos Puri e seus derivados Coroado e Coropó, teriam enfrentado esta separação por volta de pelo menos 5 ou 6 mil anos (fig. 3.2).²²⁷ O tronco linguístico Macro-Jê predominava no leste brasileiro, desde o Rio de Janeiro até a Bahia, reunindo em si nações de características culturais tão distintas como os Maxacali, os Botocudo e os Kamakã. Especula-se que essa poderia ter sido, num passado remoto, a região geográfica de origem e dispersão do Macro-Jê. Atribui-se, ainda, a origem de alguns cognatos a uma possível relação entre o Macro-Jê e o Tupi. Infelizmente para os estudiosos, a língua dos Puri já se encontra, hoje, extinta.²²⁸

[227]. Para saber um pouco mais sobre as línguas nativas do Brasil veja: URBAN, Greg. História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87-102. Ver também: RODRIGUES, Airton Dall'Igma. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

[228]. Sobre o tema da filiação linguística do tronco Macro-Jê, confira: URBAN, Greg. A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das letras, 1998. p. 87-91.



Figura 3.2: Índios Puris e Coroados aldeados em São Manoel do Pomba. Fonte: BURMEISTER. Hermann. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Livraria Martins. Editora, 1952. p.58.

Segundo Eschwege, o significado do vocábulo *Puri*, na língua dos Coroado, poderia ser traduzido como “homens ousados.” Isso dever-se-ia ao fato de estes índios invadirem, de surpresa, as aldeias dos inimigos durante a ausência dos homens, ateando fogo

a tudo e saqueando o que vissem pela frente. Não havia diferença na forma como Puri e Coroado se auto-denominavam: “Interessante é que os puris também chamam os coroados de “puris”.²²⁹ Talvez, inicialmente, e antes de sua utilização generalizada, o termo não se referisse às diferentes denominações tribais, mas, simplesmente, a um qualificativo que a elas se agregava, reunindo culturas sem dúvida bastante diversas, que contavam entretanto, com com uma longa história de convivência histórico-cultural. Eschwege registrou ainda relatos dos Coroado a respeito de sua origem étnica e do papel que os Puri nela desempenhavam:

Segundo o depoimento de alguns velhos índios, dividiam-se, antigamente, em três tribos; segundo outros, eles se subdividiam em apenas duas outras tribos; os Meritong e os Cobanipaque. Mesmo entre eles, permaneceu como nome da tribo coroados, de modo que somente alguns índios mais velhos ainda se lembram disso e podem dar informações. Também a maneira antiga de cortar os cabelos encontra-se somente em muito poucos. Segundo tradições orais os coroados e os puris teriam formado uma única nação, que se separou posteriormente em razão de uma rixa entre duas famílias importantes. É certo que as línguas dos coroados e dos puris apresentam muitas semelhanças, a ponto de os dois povos ainda se entenderem. Entretanto, o aspecto físico e o moral são diferentes. Os puris tem constituição física bem mais forte que os coroados, e nos homens destes últimos é especialmente notável o tamanho diminuto do membro virilis. As feições, ou melhor, o aspecto geral dos dois povos é muito semelhante, porém os puris tem traços faciais mais agradáveis que os coroados, que são mais feios..²³⁰

[229]. ESCHWEGE, W L. von. op. cit., p. 90.

[230]. ESCHWEGE, W L. von. op. cit., p. 90.

Abstraindo-nos dos julgamentos veiculados pelo Barão Alemão – eles também serão objeto de estudo na próxima seção – seria possível suspeitar que a terceira nação, citada a princípio, com pouca certeza, seria a dos que, na época, eram conhecidos como Coropó? A resposta a esta pergunta, se não está perdida para sempre, foge aos limites de nossas preocupações.

Afastando as idas e vindas da discussão sobre a origem desses índios, em nada essencial às nossas preocupações, voltemos a narrar a história dos combates travados contra os aguerridos índios Puri, nas duas primeiras décadas do século XIX. No ano de 1814, Marlière enviou uma “bandeira”, composta de portugueses da chamada esquadra do mato e de índios coroados, contra os Puri que haviam atacado e matado um rapaz residente no Presídio de São João Batista. De tal investida resultou a morte de um puri e o flechamento de um português, que, por fim, sobreviveu. Os Coroado solicitavam ao Capitão francês que lhes permitisse vingar-se de seus inimigos.

Nesse íterim, o governo da Capitania passaria por uma mudança de direção. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, capitão-general de Minas Gerais desde 1810, foi substituído em 1814 por Dom Manuel de Portugal e Castro, que permaneceria no cargo até 1822. Portugal e Castro foi o último governador (capitão- General das Minas).

No início de seu governo, Dom Manuel submeteu Marlière a um teste de lealdade ao Príncipe Regente. Das desconfianças resultantes do fato de ter sido confundido com um espião de Napoleão, o capitão francês não se livraria tão cedo. Em 1818, a visita de um francês ao Presídio viria novamente perturbar sua relativa tranquilidade. Obrigado a comunicar a presença do forasteiro ao Capitão General, recebeu ordens para vasculhar a vida de seu compatriota, considerado duplamente suspeito, por não possuir passaporte e por encontrar-se hospedado sob a sua direção:

Acabo de receber o Offício que Vm.cê me dirige em carta de 12 do corrente, no qual me participa as conversações que mantivera com João Jaques Pain, Francês a pouco chegado a este Presídio, não sendo para desprezar quando Vm.ce me comunicar, e devendo tomar-se todas as precauções, e mesmo porque Vm. se o dito Pain vem munido do competente passaporte. Ordeno a Vm.ce que depois de observar com a maior vigilância, subtileza., endagar sobre o referido passaporte me informe muito circunstancialmente, e sem demora, declarando tudo o que obtiver de suas conversações, para, à vista de suas informações poder eu ajuizar se devo ou não manda-lo buscar preso, convindo então neste caso q.' Vm.ce o demore a qualquer pretexto, na certeza de que me ficará responsável pelo mal êxito que se seguir [...].²³¹

Note-se o áspero tom com que Dom Manuel de Portugal e Castro terminava o ofício que lhe enviara a respeito do assunto. A presença freqüente de franceses não identificados nos quartéis aguçava a imaginação das autoridades, com a qual tantas vezes Marlière padecia. Obrigado a prender os suspeitos, conseguiria ao cabo de alguns meses conquistar a simpatia do novo governador. Este, logo lhe enviaria congratulações pela presteza em cumprir as ordens, manifestando o desejo de conhecê-lo pessoalmente.

De resto, a crescente simpatia do novo governador para com o francês, que então dirigia os aldeamentos do Pomba, deveria provavelmente ter sido influenciada pelas recomendações favoráveis de Assis Mascarenhas. Dom manuel confirmaria, com o tempo, a tendência do governo anterior.

Todavia, a ascensão militar seria para Guido penosa e demorada. Ao abandonar o exército francês, Marlière perdeu as

[231]. GUIDO..., op. cit. p.404.

patentes que havia conquistado. Deveria sentir-se ansioso por reconquistá-las. Em 1816, um pedido de promoção de patente, enviado por ele à Corte foi indeferido sob a alegação de que havia um outro capitão mais antigo.²³²

Frustrado em seus anseios, mas trabalhando de forma astuta e sutil, Marlière procurava impressionar positivamente seus superiores. Em 1815, os puri novamente atacaram um índio coroadado chamado Silvestre, matando-o juntamente com seus dois filhos enquanto trabalhavam nas plantações de sua aldeia, nas imediações de São João Batista. Desta vez, sob a permissão de Marlière, partiu do presídio um pequeno exército de coroados que bateu violentamente aos Puri. Ingir, o chefe dos Puri, morreu nesta ocasião. Marlière chocou-se ao ver os coroados retornarem do combate arrastando o corpo do chefe inimigo acompanhado de vários pares de orelhas cortadas. Horrorizado com tal espetáculo, resolveu, a partir de então, não mais enviar bandeiras contra os índios considerados “bravos”, como até então se fazia. Buscou estratégias de conciliação mais diplomáticas, para além da utilização das seculares rivalidades indígenas para eliminar as aldeias não alinhadas à política dos diretores: “Intentando eu por fim a essa Guerra desastrosa, e repugnante – mandei Oferecer a paz aos puris pelo modo usitado entre os índios.”²³³ Entre os Puri e os Coroados, o gesto de paz consistia em dependurar malocas de espiga de milho ao longo de suas picadas mata adentro, como uma espécie de oferenda. Quando o inimigo comia o milho, não só a paz estava selada como os antigos desafetos eram recebidos amigavelmente.²³⁴ As relações entre eles geralmente se baseavam

[232]. Confira: Carta do Marquês de Aguiar a Dom Manuel de Portugal e Castro—Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. I, 1, 2, 36, 83 V.

[233]. Relatório enviado em 1827 ao Conselho da Província de Minas Gerais. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 526-527.

[234]. Confira: Relatório enviado em 1827 ao Conselho da Província de Minas Gerais. GUIDO..., 1907, op. cit., p.526-527.

em confiança quase absoluta ou em total inimizade e prevenção. Se havia entre os Puri e os Coroados alguma tradição de rituais periódicos de guerra, isso não nos informam as fontes. Parece-nos, entretanto, que as batalhas com outros índios revestiam-se de um caráter especial, diferente daquele que animava os combates com os luso-brasileiros. A predação interna entre os grupos tradicionalmente rivais e portadores de línguas semelhantes aparece como uma constante em toda documentação. Fora isso – como veremos nos episódios relacionados a Guido Pokrane e os bandos de índios que por ele eram comandados para atacar e predação aldeias puri – havia uma antiga inimizade para com os Botocudo. As guerras travadas com os colonos visavam garantir sua terra das invasões externas. Já as que se moviam contra as Etnias de língua semelhante tinham um valor simbólico bastante distinto. Elas não visavam a apropriação de bens materiais e mercantilizáveis, mas a produção de um guerreiro valoroso no interior do próprio sócio por meio de uma predação exterior.²³⁵ Os penachos na cabeça distinguiam os guerreiros mais experientes cuja idade e vivência de batalhas inspirava respeito aos demais. Essa distinção, entretanto, não se traduzia em obediência incondicional. A condição social de destaque do grande guerreiro coroadado se construía a partir da predação de guerreiros Puri: “Os mais jovens subordinam-se aos mais velhos e mais valentes, os quais usam bonitos penachos na cabeça para a distinção.”²³⁶ Tais chefes não eram obedecidos em todas as ocasiões. Sua autoridade estava em reunir todos para o combate; soando uma corneta feita com os ossos do inimigo ou com um chifre de boi: “[...]esse som furioso propaga-se de uma

[235]. FAUSTO, Carlos. Da inimizade: forma e simbolismo na guerra indígena. In.: NOVAIS, Adauto. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.251-282. Informação: p. 269.

[236]. ESCHWEGE, W. L. von., op. cit., p. 102.

aldeia a outra, armando-se todos em poucas horas e dirigindo-se para a região de onde veio a chamada à guerra [...]”²³⁷

Como nas observações de Carlos Fausto, temos aqui uma situação empírica em que a apropriação do outro se fazia por meio da predação. Uma vez morto, o guerreiro inimigo era incorporado socialmente não apenas a seu homicida, mas também ao corpo social a que este pertencia. Todos no grupo, mesmo os que não haviam participado diretamente do combate, participavam do alvejamento aos membros decepcionados dos inimigos:

O braço de um guerreiro puri morto na guerra é o maior símbolo de vitória para os coroados. As vitórias são comemoradas com uma festa, onde é servida com abundância a bebida fermentada feita com milho. O braço do puri morto passa de um para outro durante a dança e às vezes ele é colocado em pé e serve de alvo para as flechas. Outros o molham na bebida alcoólica, depois o molham e chupam-no e ainda o maltratam de toda a sorte, tudo isso ao som de hinos em louvor ao vitorioso e canções de repúdio e desprezo aos puris. Alguns transformam o osso do braço puri em corneta de guerra; às vezes o crânio do inimigo também pode servir a essa finalidade. Terminada a festa, as famílias se separam e voltam a viver isoladamente.²³⁸

Os grupos de índios Coroados raramente excediam ao número de 40 indivíduos. Sua organização social já estava bastante marcada pelas influências da sociedade colonial, mas, mesmo assim, os traços mais fortes como a vingança e a guerra se mantinham. Eschwege observou que entre eles não havia autoridade política forte, nem grande diferenciação social:

[237]. op. cit., p. 102.

[238]. op. cit., p.101.

Vivendo em absoluta igualdade, como a maioria dos povos selvagens, pode-se dizer que os coroados não têm praticamente forma alguma de governo. Ninguém exerce domínio sobre outro; todos são livres em seu agir. “[...] São raríssimas as brigas desencadeadas para decidir a posse de algo, se pertence a um ou a outro, porque as diversas famílias que habitam em uma aldeia moram muito distantes umas das outras, muitas vezes horas, havendo pouco contato entre elas. As diferentes famílias, que contam às vezes 40 membros, obedecem geralmente ao mais velho. Vivem em perfeita comunhão de bens, constroem suas cabanas em mutirão, plantam pequenas roças e caçam juntos e desfrutam o resultado de seu trabalho coletivamente. Somente quando temem ataques dos bravos puris, ou quando querem atacá-los, todos se unem para a mesma finalidade[...].”²³⁹

Comparecendo pessoalmente ao local do tratado de conciliação, Marlière conseguiria estabelecer contatos pacíficos com aqueles índios. O fato de se colocar propositadamente ao alcance das flechas, tomando a dianteira nas negociações, parecia exercer certa influência sobre os índios que valorizavam a coragem guerreira como virtude maior, mas também sobre os soldados que passavam a admirar seu comandante por suas “perspicazes estratégias” e pelo seu “espírito destemido”. Marlière deveria perceber o efeito de seus atos “corajosos” sobre todos eles, tomando atitudes propositadamente adequadas para promover sua popularidade. O contato com os índios fazia-se, então, para ele um grande laboratório para experimentações.

Nomeado Diretor dos índios do Pomba, passou a residir permanentemente na região. Revezava a sede de seu comando entre

[239]. op.cit., p.101.

o quartel de São Manuel do Pomba e o de São João Batista, onde fixou residência até 1816.²⁴⁰ Dividiu os distritos indígenas em três: o dos índios Coropós, com sede em São Manuel do Pomba, o dos Coroados, com sede em São João Batista do Presídio e, a partir de 1819, o dos índios Puris, sediado em São Paulo do Manuelburgo.²⁴¹ Esta última povoação foi formada, em parte, com os Puri que Marlière mandara combater em 1814 e 1815, na margem direita do rio Muriaé, algo acima de uma cachoeira. Ali estes índios tinham uma aldeia, e Marlière mandou construir, nas imediações, um quartel, uma escola de primeiras letras e uma igreja.

Voltando um pouco no tempo, constatamos que, em 1811, o governo da Capitania havia arquitetado um ardiloso plano para “trazer os índios à civilização”. Atraiu 2000 Puri a Vila Rica com promessas de ferramentas de ferro e, uma vez lá reunidos estes índios, cercou-os com a tropa de linha, dividindo suas famílias para que, por dez anos servissem em casas de particulares. Revoltados, os índios trabalharam forçados por apenas cerca de oito dias, submetendo-se às pancadas dos senhores de escravos da região. Logo todos os homens haviam fugido, aproveitando-se de seus conhecimentos da mata que cercava a cidade.

[240]. Em maio de 1816, o padre de São Manuel do Pomba enviou um ofício à Junta de Conquista e Civilização dos Índios, pedindo que a atenção de Marlière, desde o início concentrada em São João Batista do Presídio, fosse também direcionada para a sua freguesia. No dia 15 do mesmo mês, a junta respondeu favoravelmente ao pedido do religioso, comunicando a Marlière o alargamento de sua área de atuação:

A Junta de Conquista e Civilização dos Índios, atendendo à representação do Reverendo Vigário da Freguesia de São Manoel da Pomba e Peixe sobre a necessidade de residir Vm.ce por alguns mezes do anno na quela Freguezia a fim de conseguir para a porção dos Índios d’alli a mesma vantagem e beneficio que goza a Aldea e Prezidio de São João Baptista, em consequência da assídua diligência, e acertados meios com que Vm.ce se tem conduzido na direção dos índios, me autorizou para dizer a Vm.ce que rezida alternativamente em ambas as Freguesias, regulado-se a respeito do tempo de estada em cada huma, como achar conveniente, e a necessidade o pedir. GUIDO..., 1905, op. cit., p.404.

[241]. Ver: JOSÉ, Oilian. Marlière: o civilizador. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. p. 54. Vale acrescentar, para o esclarecimento do leitor não familiarizado com a história da Zona da Mata, que as sedes dos três distritos indígenas citados correspondem, respectivamente, nos dias de hoje, aos territórios sobre os quais se erguem as cidades de Rio Pomba, Visconde do Rio Branco e Muriaé.

Furiosos por terem abandonado mulheres e filhos sob o jugo de seus algozes, os Puri reuniram-se para massacrar todas as famílias portuguesas que encontrassem nos arredores da cidade. Especialmente vingaram-se dos que os haviam enganado sob a promessa de ganhar ferramentas em Vila Rica. Alcançado de surpresa, logo no início de sua diretoria, por essa revolta de Puri, Marlière, que desaprovava as ações do governo, foi obrigado a organizar uma milícia para combater os índios sublevados. Qualquer negação sua poderia resultar em mau juízo por parte das autoridades, já que há bem pouco tempo ele mesmo havia ocupado a posição de réu, sob suspeita de traição. Esta tropa, que depois de muito esforço bateu os Puri, era formada por seus piores inimigos, os Coroado. Se matavam um puri, esses índios amputavam um de seus braços que, de imediato, era conduzido para à presença da tribo e exibido em forma de troféu em um festim regado a veru (aguardente de

milho).²⁴² O braço, depois de imerso na bebida, acondicionada em um grande pote de barro situado em ponto estratégico e acessível a todos, era chupado, pelos comensais, em comemoração pela vitória.²⁴³ O chamado para o festim dos vencedores era parecido com a convocação para a guerra. Soprando um instrumento confeccionado com chifre de boi que chamavam de tschapá-pui, os coroados emitiam longos e dilatados sons quando convocavam

[242]. ESCHWEGE deixou-nos um relato detalhado sobre o preparo da veru: Trituram o milho (aqui denominado maqui) ligeiramente, de maneira que a casca se solte com facilidade, em uma tina de madeira ou pilão, um tronco com uma cavidade redonda e funda na parte inferior. Este milho triturado, denominado carapina, é colocado em uma panela grande, o popong, onde é cozido. Quando se torna macio, jogam-lhe água fria. Toda a comunidade feminina coloca-se então ao redor do popong. Vão tomando do milho amaciado, mastigando-o até ficar bem pequeno, e cuspendo-o várias vezes na mão, molhando-o na panela para tirar a saliva e pequenas partículas, recomeçando depois a mastigar. Após ter tudo bem mastigado, as mulheres coroadas com este milho mastigado em outra panela, mastigando mais uma vez o que fica na peneira, para que tudo o que é aproveitável seja assim extraído. A fermentação desse caldo inicia-se em menos de 24 horas, e a bebida é considerada boa assim que a fermentação azeda começa. ESCHWEGE, W. L. von, op. cit., p. 109.

[243]. Veja referências a este rito de vitória em: ESCHWEGE, W. L. von, op. cit., p. 146.

os amigos e vizinhos para uma festa e curtos ruídos quando se tratava de um combate.²⁴⁴ É interessante notar como um elemento inicialmente tão estranho ao seu universo de representações americanas como um chifre bovino foi aí incorporado, ressemantizado e transformado em um instrumento sonoro adaptado aos tradicionais chamados rituais. Morto o inimigo, este se incorporava ao universo de seres espirituais que poderiam avisar ao pagé em caso de feitiço ou ataque iminente de outra nação.

Voltando ao ataque ordenado por Marlière, importa observar que nenhum português aceitara participar da empreitada por receio dos guerreiros revoltosos. Afirmava-se que nenhum coroadado, já influenciado pelo contato com os lusos, conseguia envergar o enorme arco de um puri. Ferozes guerreiros, os Puri eram temidos pelos brancos que, para vencê-los, utilizavam-se das antigas inimizades tribais. A vantagem que os índios possuíam no combate na mata desaparecia quando o inimigo era alguém que também a conhecia de perto. A superioridade guerreira dos Puri era vencida pelo número sempre maior de coroadado, apenas em uma pequena parte munidos com armas de fogo, que eram enviados em seu encalço:

O Sr. Marlière, como era o seu dever, teve que reunir portugueses e coroados contra esses puris, apesar de confessar que julgava justa a vingança dos puris. Mas nessa ocasião, os portugueses demonstraram tão pouca coragem, que os coroados tiveram que marchar a sós, para vingarem os brancos, porém extremamente descontentes por causa da cobardia e falsidades demonstradas para com os puris.²⁴⁵

[244]. Informações a este respeito podem ser encontradas em: ESCHWEGE, W. L. von, op. cit., p. 110.

[245]. FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p.104.

Hoje nos é impossível saber ao certo quantos índios perderam a vida neste conflito. Dos dois mil conduzidos para Vila Rica, quantas mulheres, idosos e crianças terão permanecido como escravos nas residências dos grandes proprietários de terra, habitantes dos arrabaldes da cidade?

Os Puri também podiam ser encontrados nos vales dos Rios Casca e Matipó, bem como na porção Sul da Capitania do Espírito Santo. Revoltados com as constantes agressões por parte de luso-brasileiros, mantinham freqüentes incursões nos territórios dos coroados já aldeados, vingando cada índio morto em sua nação com um correspondente na do inimigo. Vivendo dentro desse campo de pressões duplas, os Coroado, explorados pelos diretores, que deles exigiam a extração de poaia, ainda tinham de enfrentar os aguerridos colonos que, pressionando de todos os lados, disputavam suas terras.

Após essas revoltas iniciais, Marlière viveu um período de certa tranqüilidade em sua diretoria. Em 1816, uma carta patente do Príncipe Regente o promoveu ao posto de capitão da 4ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Minas.²⁴⁶ Havia firmado a paz com os Puri do vale do Rio Muriaé. Faltava agora demarcar suas terras.

Caminhando pelos sertões do Muriaé, em 1819, o francês talvez tenha-se comparado, em seu isolamento no sertão, ao famoso personagem do escritor inglês Daniel Defoe, quando batizou a um rio de Robison Crusoe. Marlière também via castelos nas formações rochosas do sertão. Seus ofícios e relatórios de medição surpreendem-nos pelo amálgama entre os elementos da natureza local e os constantes recursos a leituras passadas, referenciadas em uma Europa perdida e conscientemente irrecuperável:

[246]. Carta Patente. GUIDO..., Desde 1811, Marlière já recebia o soldo de capitão. Confira: JOSÉ, O Marlière..., op. cit. p.37. O autor não cita a origem dos documentos consultados.

Principiando minha medição pella parte de cima em hum Rebeirão que corre do Sul para o Norte e faz Barra no Rio do Robinson Cruzoé; a cujo ribeirão, por esta cauza, demos o nome de Divisório; servindo as ágoas de lemite natural entre as possessões dos ditos Índios, e dos Portugueses que pelo futuro vierem povoar o sertão. Alli, que se contam onze légoas medidas e demarcadas do presídio de São João Baptista ao dito Ribeirão divisório, voltamos para o rumo do oeste para leste, pelo Rio do Robinson Cruzoé abaixo, e medimos nove mil braças, ou três légoas, que findarão em huma varge de muitos tacoarassus, cortada por hum valão aonde se acha hum Pao de Jacaranda preto ahi nascido, em que fizemos três cruces a golpe de machado: cujo sítio se acha à vista de hua grande pedra ao Norte que representa hum Castelo [...].²⁴⁷

Segundo seu modo de entender, fazia-se mister demarcar os territórios dos índios sedentarizados e separá-los das ocupações dos colonos portugueses. Demarcando as terras dos agora “pacíficos” Puri, Marlière também pretendia avançar sobre a fronteira indômita dos sertões do leste, terra de animais e homens ‘ferozes’: “[...] E voltando para o sul fomos para a serra que divide as ágoas do Pomba com o Muriahé no alto da qual se ade fincar hum padrão Lavrado de quatro faces, que fique servindo de limites entre as terras dos Puris, e o Sertão do leste [...].²⁴⁸

Os remanescentes Puri que habitavam os vales dos Rios Pomba e Piranga, juntamente com os que se refugiavam nas cabeceiras dos rios Casca, Matipó e Manhuaçu, afluentes que desaguavam na margem direita do Rio Doce, abandonaram, a partir de então,

[247]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Povoamento do Sertão do Muriahé. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n. 2, p.16-17, , 1897.

[248]. MARLIÈRE, G. T., op. cit. p. 17.

as rivalidades que mantinham com os coroados já aldeados há décadas.

A paz obtida entre as tribos inimigas não obteve sempre uma trégua correspondente por parte dos colonos. A direção de Marlière não alcançava todos os recantos do sertão e os subdiretores responsáveis pelo apaziguamento das disputas preferiam esconder de seu comandante o desejo de obter terras para si e a antipatia que nutriam contra os índios. Esta prevenção antiindígena era, em geral, compartilhada pela população e até pelos missionários católicos, responsáveis pela catequese. De passagem por Santana dos Ferros, Freyre registrou que: “[...] numa de suas conversas o comandante (subdiretor local) nos contou que o diretor dos índios (Marlière) já tinha amansado 500 puris e os domiciliado em lugares determinados, fazendo-os acabar com todas as hostilidades contra os portugueses e seus amigos; mas acrescentou, com uma risada diabólica, que se devia levar-lhes a varíola para acabar com eles de uma só vez, porque a varíola é a doença mais terrível para essa gente[...].”²⁴⁹

Alguns anos depois, Maximiliano observava em São Fidelis que os colonos consideravam os índios como animais:

Alguns homens tinham bebido muita aguardente e ficaram embriagados. Com bons modos nos livraríamos deles facilmente; os colonos, porém, de acordo com o critério errado de considerá-los animais, ameaçaram-nos logo com o chicote, o que naturalmente lhes excita a cólera, acarretando a má vontade, o ódio e a violência. Estavam, por isso de todo encantados conosco, estrangeiros, porque os tratava-mos com brandura e benevolência [...].²⁵⁰

[249]. FREYREYSS, G. W. op. cit., p. 78.

[250]. WIED NEWIED, M. P. von, op. cit., p. 112.

Esta pretensa “brandura” e “benevolência” dos estrangeiros partia de uma concepção diferente, porém, não menos etnocêntrica a respeito de como os índios deveriam abandonar as matas e incorporar-se à sociedade dos brancos. Para estrangeiros como Maximiliano, os índios deveriam ser incorporados à sociedade dos brancos como jornaleiros e proprietários de terras, bem ao estilo de um modelo liberal e capitalista de sociedade. Para os colonos, eles deveriam servir como mão de obra gratuita, desocupando as terras, que queriam para si. No limite, para usar uma expressão comum nos filmes de faroeste americano: índio bom era índio morto.

3.4 CARROS, CARTAS, CAMINHOS E ESTRADAS

Desde sua chegada a São João Batista, Marlière mantivera especial amizade ao abastado fazendeiro Manuel Gomes Barreto. Proprietário de um grande número de escravos, para os quais, diziam, dispensava um tratamento menos violento que os demais colonos da região, morador do Presídio há alguns anos, o Capitão Gomes Barreto era tido em grande conta pelo capitão francês, por ter sido o responsável por parte dos recursos financeiros necessários à abertura de uma estrada, ligando o Presídio a Campos dos Goitacases, na Capitania do Rio de Janeiro.²⁵¹ Concluída com grandes dificuldades, graças à prestação de trabalho voluntário pelos moradores, esta estrada serviu de via de acesso para tropeiros que transportavam a poaia extraída pelos Coroados, Puri e Coropó para o litoral, e traziam sal das salinas fluminenses.²⁵² Tal

[251]. O Capitão Gonçalo Dias Barreto. Foi o terceiro diretor de índios do Presídio. Ver: JOSÉ, Oiliam, op. cit., p. 73.

[252]. Confira: Relatório da Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais (1827). GUIDO..., 1907, op. cit., 526-527.

corredor comercial e estratégico havia sido idealizado nos idos de 1801 pelo Padre Francisco da Silva Campos. O religioso, à frente da Paróquia de São João Batista, enviara, uma carta ao Príncipe Dom João, onde reivindicava a construção de uma estrada para Campos, na extensão da qual dever-se-ia erguer um posto militar. Esse posto situar-se-ia especificamente na Cachoeira Grande, ponto em que o rio Pomba deságua no Paraíba, a fim de que se controlassem mais eficientemente os contrabandos e “extravios.”²⁵³ Além disso, facilitado-se o acesso àquelas regiões de mata inexplorada por luso-brasileiros, os grupos de índios Puri ainda “arredios” seriam contatados e atraídos.

Uma Carta Régia de abril de 1814, atendendo a um pedido de Marlière, autorizou em definitivo a abertura da estrada para Campos dos Goitacases. Outra carta, datada de 1816 e enviada pelo Rei aos Governadores de Minas e Espírito Santo, ordenava que se promovesse comunicação entre as duas províncias não apenas por uma, mas “[...] por muitas diferentes estradas [...]”²⁵⁴ Uma estrada construída ao longo da linha divisória entre as duas províncias deveria cortar as demais já existentes e outras que seriam construídas para coadjuvá-la.²⁵⁵ Por este entrecruzamento, ligar-se-iam regiões anteriormente total ou parcialmente inacessíveis, facilitando tanto o deslocamento de comerciantes e mercadorias quanto o de soldados. Enquanto a 2ª Divisões Militares ao Rio Doce (DMRD) cuidava da estrada de Minas para Campos dos Goitacazes, a 3ª cuidava das que se dirigiam primeiro à Vitória e depois à Vila de Itapemirim.²⁵⁶

[253]. Confira: CAMPOS, Padre Francisco da Silva; STORLER, Francisco de Borja, op. cit., p. .

[254]. Carta Régia de 4 de Dezembro de 1816. ARQUIVO NACIONAL. Cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1808-1823. p. 87-89.

[255]. Veja sobre a abertura da estrada que corresponderia à Linha Divisória. Arquivo Público Mineiro. ss pp 1/ 15, Cx. 90, Doc. 52, 53 e 66; Cx. 93, Doc. 7 e 28; Cx. 91, Doc. 6 e 8.

[256]. Sobre as Estradas para Itapemirim e Vitória, informações podem ser encontradas em: Arquivo Público Mineiro. SP PP 1/15, Cx. 90, Doc. 14. Ver também: Arquivo Público. Mineiro Cx. 90, Doc. 16 e 17.

A maioria das estradas abertas naqueles anos não tinha sua construção entregue a engenheiros, nem seguia a orientação de bússolas. Comandantes militares acostumados a lidar com a abertura de picadas na mata seguiam geralmente o curso de algum rio, assim como de seus progressivos afluentes até o litoral. Muitos se perdiam em meio à empreitada, ziguezagueando com seus trabalhadores pela mata densa até que, assolados por toda a sorte de dificuldades, tivessem que retornar pelo mesmo caminho, malogrando-se o empreendimento. Marlière, que reunia conhecimentos práticos a respeito do assunto, procurava se informar com seu amigo alemão: o engenheiro Barão de Eschwege. Este último influenciado pelo medo que então se nutria de que as regiões pantanosas, lamacentas e baixas pudessem ser propícias, graças às emanções que emitiam, ao contágio de febres malignas, registrou em seu *Jornal do Brasil* o trabalho de racionalização e a estratégia utilizada na construção de estradas pelo Militar Francês e as dificuldades que então se enfrentava:

Abriu-se uma estrada, daqui até os campos de Goitacazes que, para evitar a alta Serra da Onça e aquela região deserta, segue pela direção do Rio Pomba e depois o Rio Paraíba a jusante, de maneira que essa estrada forma uma ângulo quase reto e, conseqüentemente, um grande desvio. Esse feito contribuiu muito pouco para o fomento do comércio com Campos. Além disso, o caminho é muito ruim, não só por causa dos inúmeros lamaçais que causam febres frias malignas aos viajantes, mas também porque se tem de viajar alguns dias por regiões desertas. Não obstante ser isso um mal inevitável no início, ganhar-se-ia muito com a abertura de uma estrada direta para campos, pois o caminho seria encurtado em alguns dias de viagem ou, pelos meus cálculos, no mínimo 15 léguas por causa da maior distância dos grandes rios, também é de esperar que o pobre viajante seja poupado das febres malignas. (...) Um novo

caminho mais curto foi aberto, atravessando a serra até uma aldeia recentemente estabelecida pelo sargento-mor Marlière para os puris selvagens. De lá pode-se navegar pelo Rio Muriaé ou Brugaé té os Campos dos Goitacazes, o que representa uma grande vantagem para os moradores vizinhos. Marlière batizou essa nova aldeia de Manoelburgo em homenagem ao então governador de Minas (Dom Manoel de Portugal e Castro, último governador de Minas Gerais, de 1814 a 1821). Marlière já reuniu aqui cerca de mil puris [...].²⁵⁷

Em 1827, já se estendia uma larga picada na mata até Meia Pataca, não obstante a íngreme passagem da Serra da Onça e o difícil trajeto sobre o Ribeirão Passa Cinco. Cálculos haviam encurtado em mais de 3% a distância anteriormente imaginada. Vinte e uma pontes foram erguidas a partir de Campos dos Goitacases sob o trabalho incessante do comandante francês e de seus soldados, sob o sol abrasador de sucessivos verões. As madeiras utilizadas, via de regra, eram a braúna, o sobragi e a sapucaia, dada a sua relativa incorruptibilidade e abundante ocorrência às margens dos caminhos.

Na região limítrofe entre as províncias, seguindo a orientação da Carta Régia de 1816, comandantes militares avançavam pelo território espirito-santense mediante uma comunicação ao Governador, já que as estradas construídas naquela província deveriam ser custeadas por sua respectiva fazenda pública. As autoridades capixabas esperavam que a construção de estradas vindas de Minas contribuísse para ocupar as matas que, em seu território, margeavam os vales fluviais do rio Doce e de seus afluentes, dinamizando também, de forma significativa, seu incipiente mo-

[257]. ESCHWEGE, W. L. von, op. cit., p. 70-71.

vimento comercial. Lá também, índios puri e botocudo pareciam inviabilizar a idéia de um trânsito seguro pelas regiões de floresta.

Além disso, afirmava-se, enfim, uma dura realidade: as estradas de terra, estreitas, entrecortadas de obstáculos, úmidas e lamacentas nos meses chuvosos, seriam retomadas pela mata, caso não recebessem uma constante, trabalhosa e dispendiosa manutenção.

Desde 1808, melhoramentos significativos haviam tornado menos tortuosa a estrada que ligava Vila Rica ao Rio de Janeiro. Através dela, então, passaram a transitar, com menores dificuldades, os carros de duas rodas puxados por cavalos. Em 1819, o intendente-geral das Minas, Conselheiro Câmara Bitencourt, ordenou que fosse feito um mapa das Minas no qual constassem as estradas existentes.²⁵⁸

Em 1821, Eschwege, que então ocupava o cargo de Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenharia, forneceu um novo mapa da província de Minas. O estímulo para a elaboração do mapa veio por parte de seu amigo Marlière que havia aberto, juntamente com seus soldados, um caminho que ficou conhecido como picada de Bento do São Lourenço, ligando as Capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo. Os problemas de jurisdição que se seguiram à ocupação dessa fronteira foram resolvidos pela carta de Eschwege. Graças a ela, havia naquele momento uma via mais direta ligando Vila Rica à Corte. Esta estrada passava por Capivari. Demerval de Souza Pimenta forneceu-nos uma leitura resumida do mapa de Eschwege. As principais vias de comunicação da Capitania, em 1819, seriam as seguintes:

Estrada entre Rio de Janeiro e Vila Rica, com o seguinte itinerário: parte da Corte, no Rio de Janeiro,

[258]. Este mapa encontra-se exposto no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

passando por Cascadura, Iguaçu, Tinguá; transpõe a serra do mar e alcança o Vale do Rio Paraíba, em Pau Grande; atinge a margem direita do Paraíba, em Lucas, atravessa o Rio em Paraíba do Sul, procura o seu afluente, o rio Paraibuna, e, transpondo-o, penetra no território de Minas Gerais, seguindo em direção a Matias Barbosa, Juiz de Fora, Chapéu D'uvras, João Gomes (atual Santos Dumont); sobe a Serra da Mantiqueira e alcança Registro Velho, Barbacena, Rocinha, Carandaí, Paraopeba, Queluz (atual Lafaiete), Ouro Branco; sobe a Serra Deus te Livre (atual Serra do Ouro Branco) onde se diversifica em três caminhos, todos alcançando Vila Rica pela Rua das Cabeças: a) à esquerda, continua até o Alto do Morro, na Serra do Ouro Branco, Lavrinhas, e vai ao Pouso do Chiqueiro, onde se entronca com a estrada procedente do sul de Minas, via São João Del Rei, Lagoa Dourada, Camapuã, Suaçuí, Congonhas e Rodeio. De Pouso do Chiqueiro essas duas estradas, já reunidas, passam pelo Capão do Lana, José Correia (atual Rodrigo Silva), Boa Vista, Três Cruzes, Venda, Vila Rica; essa via de comunicação é conhecida pelo nome de 'Estrada Real'. b) à direita, segue-se para Itatiaia, Santa Rita, Venda do Campo, Itacolomi e Vila Rica; este caminho, ao atingir o Itacolomi encontra-se com o que vem do Pomba, Catas Altas da Noruega e Santa Rita. c) ao centro vai à Casa Branca, Itacolomi e Vila Rica.²⁵⁹

Marlière obstinara-se em tornar possível a substituição do transporte de mercadorias feito por muares pelo transporte feito em carros largos e mais velozes, em estradas carroçáveis. Os carros de duas rodas, com menor capacidade de carga, deveriam ser substituídos pelos de quatro rodas. Para tanto, necessitava-se de estradas carroçáveis.

[259]. PIMENTA. Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 28.

Tirando a camisa para se igualar aos soldados, trabalhava junto deles nos serviços mais pesados no intuito de conquistar-lhes a confiança, como mostra uma carta bastante posterior ao Governo da Província, por ocasião da abertura do caminho que ligava o quartel de Nakrenuk a Antônio Dias Abaixo:

Achei um valão, em que corre o ribeirão do Gallo, largo de 80 palmos, profundo de 8,40, impassável; mostrei-o aos soldados da 1ª divisão e aos que me acompanhavam, puxei o facão e trabalhei com eles, e, dentro em cinco dias, sem socorros de bois, concluímos a construção de uma forte e belíssima ponte na estrada deste quartel de Nakrenuk a Antônio Dias Abaixo [].²⁶⁰

Sabemos que, não raro, essas aberturas de estradas custavam a vida de muitos soldados. Pouco antes da diretoria de Marlière, o alferes Januário Vieira Braga havia perdido, por efeito de epidemias, na tentativa de abrir o mesmo caminho acima mencionado, cerca de 400 homens. Acreditava-se que tais doenças haviam sido causadas pelas emanações pestíferas das lagoas próximas à serra da Arapuca.

O arraial de Antônio Dias Abaixo localizava-se à margem do Rio Piracicaba. Dos mapas representando os cursos dos rios e dos planos para promover a navegação fluvial, minuciosamente elaborados pelo Coronel Marlière, restou-nos uma pequena parcela. Acompanhando a documentação, verificamos que, no dia 7 de Janeiro de 1826, já aquartelado às margens do rio Doce, Marlière escreveu uma carta ao Presidente e ao Conselho da Província,

[260]. Guido Thomaz. Marlière. Correspondência avulsa ao governo da província de Minas Gerais. 30 de setembro de 1825. apud FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914. p. 47.

que se reuniam por aqueles dias, solicitando a reforma da estrada para os Campos dos Goitacases:

Hum golpe de vista sobre a estrada de Minas aos Campos dos Goytacazes. Esta utilissima Estrada desde q'. se abriu em 1812, pela authoridade do Ex. mo Governadore Capitão General Conde de Palma, não vio o menor concerto, a queda das Arvores da matta Geral, desde a serra da Onça, no Presídio de São João Baptista, até o Registro da Barra da Pomba, nossa Fronteira em hua extensão de 33 leguas a prolongarão sem exageração de hua terça parte pelos continuos circuitos, que os viandantes são obrigados a praticar em torno daquellas arvores. As Pontes, pincipiando pela da Barra do Bacalhuá estão cahidas ou por cahir. Que prejuízo não tem os miseráveis Tropeiros, que à falta de hum bom concerto naquella Estrada, perdem Lotes inteiros de Burros, e largão no Matto o sal e mais Cargas, q'. forçosamente vão buscar, no meio de tantos perigos, para aprovisionar os immensos colonos dessa parte dos Termos de Mariana, Barbacena e mesmo do Caethé! Hé necessário confoessar a nossa indolência, e a nossa cegueira sobre os nossos proprios interesses. Ninguém poderá negar q'. aquella Estrada mesmo no tristíssimo estado em que se acha, não seja muito frequentada das nossas tropas e Boyadas que descem aos Campos e que se ella fosse transitavel, como deve ser, os povos terião muito em conta o Sal, e mais artigos de primeira necessidade que se importão e em maior abundância: a Matta, mais bem povoada pelo interesse que acharião os moradosres em vender aos Tropeiros as suas produções da Lavoura a troco de ferro, e Sál terião interesse tão bem em construir Ranchos, fazer pastos, e concertar caminhos nas suas Testadas. Os Donos das Sesmarias alli tiradas na abertura do Caminho, as poderão hir cultivar, ou acharião compradores a ellas. Este novo esta-

do de coizas augmentando as Rendas Publicas no Regito evitaria mortes, roubos e assassínios, que frequentemente se praticão naquelles Ermos contra os moradores e Indios á falta de Policia; proxivamente morrerão alli 5 ou 6 pessoas em hua rixa entre huns Tropeiros e hum morador da Estrada, e não seria mais enfim a Corte dos Criminozos, desertores e vadios de hua e outra Provincia alli disseminados. Condoendo-me justamente destas desordens, p.r Ter sido o Presidio de São João Baptista e Pomba p.r onde principiei a promover a Civilização dos indios, a agricultura e Commercio desde 1813, q'. me transportei a semelhantes fins ao Rio Doce, Offereço dár hum official e Soldados das Divizões do meu commando, resolvendo-o assim o Ex. mo Conselho; mas para acelerar este Serviço, devem os povos em cada Districto Fronteiro do Termo de mariana, Barbacena, e os Destructos de São Domingos do Prata e São José da Lagoa do Termo de Caethé fazer hua Colleta voluntaria de dinheiro para assalariar, vestir e sustentar Indios Coropós, Coroados e Puris, q'. unirei aos poucos soldados disponiveis, q'. tenho para este interessante serviço ordenando vv. Ex. cas aos Capitões Mores dos Termos fação versar em hum Cofre o Dinheiro proveniente da dita Collecta e mo remetão para dar execussão, no principio da seca ao. q'. me comprometto fazer: o conhecido Patriotismo dos Capitães mores, e o interesse dos Povos, tornão este sacrificio fácilimo [...].²⁶¹

Marlière propunha ainda que fosse solicitado ao Imperador o pagamento de uma gratificação ordinária de 40 réis diários – talvez em favor da manutenção do “patriotismo” dos soldados – a cada um dos praças envolvidos na empreitada. As diversas cartas

[261]. Golpe de vista sobre o atual estado da estrada dos Campos dos Goitacazes. *CONTINUAÇÃO...*, op. cit., p.123- 124.

escritas com o propósito de angariar verbas para a reforma e ampliação das estradas concentravam-se quase sempre nos meses de dezembro e janeiro, sob o impacto da estação chuvosa, durante a qual o francês via-se, muito a contragosto, impossibilitado de deixar seu quartel, dada a transformação das estradas em um lamaçal contínuo e a proliferação de epidemias como a malária. Na carta do dia 29 de março de 1826, ao Diretor de Índios do Jequitinhonha, Marlière advertia: “Deve-se aproveitar a primeira chuva para tornar a plantar tudo e muito, sem atender à Estação e animar a pescaria: pois aqui chove sem cessar desde 13 de setembro e poderá chover lá quando acabar aqui. A chuva hé feminina (ergo) inconstante.”²⁶²



Mapa 3.1: Aldeamentos indígenas dos sertões do Rio Pomba.

3.5 DESTINO E ESTATÍSTICA DOS ALDEAMENTOS DA MATA

Em um relatório posterior, datado de 20 de janeiro de 1828, Marlière informava ao Vice-Presidente da Província de Minas Ge-

[262]. Carta ao Pe. José Pereira Lindouro, Diretor dos índios do Jequitinhonha. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p.151.

rais que o aldeamento de São João Batista do Presídio, que distava 24 léguas de Ouro Preto e tinha como subdiretor o Capitão Gonçalo Gomes Barreto, contava, então, com, aproximadamente 700 Coroado. Esses índios, aldeados pela primeira vez em 1767, por ordem do governador Luiz Diogo Lobo da Silva, eram todos pescadores e cultivadores de lavouras próprias, das quais estavam sendo freqüentemente desviados pelos comerciantes de poaia.²⁶³ Seu número já havia sido maior quando da chegada do francês. Uma terça parte, porém, atraída ao aldeamento de São Paulo do Manoelburgo, onde o comércio da poaia crescia a olhos vistos, havia para lá se transferido, fundando novas aldeias e iniciando os Puri no trato das culturas agrícolas em que trabalhavam no Presídio.²⁶⁴ Por sua vez, São Paulo do Manuelburgo, fundado por Marlière em maio 1819, que já era o mais populoso devido ao comércio da poia, planta muito freqüente em suas imediações, tinha agora uma população de 1 000 Puri, acrescidos recentemente por um número impreciso, porém reconhecidamente grande, de Coroado. Seu subdiretor, Constantino José Pinto, comunicava-se com os habitantes de Campos dos Goitacases tanto pelo Rio Muriaé como por um caminho de terra, provavelmente originado de uma antiga trilha Puri, que margeava esse rio.²⁶⁵ Os Puri de Manoelburgo habitavam casebres como lavradores comuns e

[263]. O Arraial de São João Batista do Presídio foi reestruturado e reconstruído dentro de uma sesmaria doada aos índios coroados. As terras foram medidas e demarcadas em 1804. Suas ruas foram direcionadas de modo a “não prejudicar os logradouros, fontes, etc.” A carta de Sesmaria que registra a doação encontra-se exposta no Museu Histórico de Visconde do Rio Branco. Veja sobre este assunto também: BARBOSA, Waldemar de Almeida. op. cit., p. 540.

[264]. O Bispo de Mariana, Dom Frei José da Santíssima Trindade, que visitou São João Batista do Presídio em 1823, registrou a sua população total em 3 190 almas, abrigadas em 662 fogos. Neste número estavam incluídos 104 índios. Confira: Visita à paróquia de São João Batista do Presídio. Livro de Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade. Arquivo Eclesiástico de Mariana.

[265]. Januário da Cunha Barbosa cita, em sua memória enviada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, publicada pela revista dessa instituição em 1840, que o tio avô materno do Bispo Azeredo Coutinho

havia ajudado alguns colonos, atraídos pela promessa de ouro e terras cultiváveis na região, a construir uma igreja, para a qual ainda não havia sido designado nenhum missionário.

Quanto aos escravos, um documento referente ao Presídio e datado de 1821, informa que dos proprietários dos 590 fogos listados para aquela freguesia, 432, ou seja, 73% não possuíam nenhum. Quanto aos outros, 96 possuíam até 3 escravos, restando a uma minoria de 51 a posse de 5 ou mais escravos. A forma de produção familiar, salvo exceções, dominava o cenário econômico da região. Havia também grandes proprietários como o capitão-mor Antônio Januário Carneiro que mantinha, em 1821, trinta escravos e dois empregados em um engenho de cana. Antônio Januário Carneiro foi o doador do patrimônio da Capela de São Januário do Ubá. Os trabalhadores empregados na construção da igreja foram, ainda no ano de 1816, alojados em casas de pau a pique às margens de uma estrada de terra. Essa estrada tornar-se-ia, mais tarde, a famosa Rua de Trás (atual rua Santa Cruz), marco do início do povoamento luso-brasileiro da futura cidade de Ubá. Mais tarde, Ubá, cidade enriquecida com a lavoura escravocrata do café, seria o berço de alguns dos mais influentes

teria, numa data imprecisa, provavelmente em meados do século XVIII, empreendido uma viagem em direção a Minas, partido de Campos dos Goitacazes e seguindo pelo que possivelmente fosse uma preexistente trilha indígena. Para este autor, os Puri eram descendentes dos Goitacazes do litoral:

Domingos Alves Peçanha, avô materno do Bispo Azeredo Coutinho, governou por muitos anos, e quase até o final de sua vida a Província de Campos dos Goitacazes, em muita paz e socego; e à custa de seus bens, e com muito trabalho, domesticou a nação dos índios Goitacazes, ou – chamados Coroados e Coropoques. Nação poderosa, e a mais guerreira daquelas costas, e que nunca tinha sido sujeita por alguma Nação Européia, nem Brasiliense, como atestam todos os Historiadores que escreveram sobre a barbaridade daquela Nação. O padre Ângelo Peçanha, irmão da mãe do Bispo, á sua custa, e com muitos riscos da sua vida, pelos anos de 1758 atravessou dos Campos dos Goitacazes até as Minas Gerais pelo meio de nações bárbaras por sertões intratáveis, e nunca até então pisados por algum Português, para ir fazer, como fez, a paz daquela Nação (que só d'elle confiava) a favor dos moradores das ditas Minas, e principalmente da Cidade de Mariana, e de Villa-Rica; os quais eram muitas vezes surpreendidos por aqueles Índios; por cuja causa tinham já muitos de seus moradores desamparado as suas terras, fazendas e ricas lavras de ouro. BARBOSA, Januário da Cunha. “Qual seria Hoje o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos jesuítas, fundado principalmete na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes”. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Imperial, 1840.

políticos mineiros do Segundo Reinado e da Primeira República, como Cezário de Faria Alvim, Raul Soares de Moura e Levindo Eduardo Coelho. Quanto às primeiras décadas do século XIX, não parece haver sobrevivido registros estatísticos para São Januário do Ubá no arquivo da Câmara Municipal de Mariana, nem nas estatísticas de aldeamentos guardadas por outras instituições, como o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. O primeiro registro conhecido da “Aldeia de Ubá” data de 31 de maio de 1810. Trata-se de um relato de impressão deixado por Antônio

José Dias Coelho, “Brigadeiro inspetor e Deputado da Junta de Civilização dos Índios”, que escreveu um relatório por ocasião de sua visita à localidade, em maio daquele ano.²⁶⁶

Décadas depois as plantações de fumo, café e Cana de açúcar modificariam a paisagem da microrregião de Ubá. Ângelo Alves Carrara observou que os engenhos para a produção de cachaça e açúcar empregavam a quinta parte do total de escravos de toda a freguesia de São João Batista do Presídio.²⁶⁷

[266]. Uma transcrição que, entretanto, não vem acompanhada de citação que informe a origem do documento pode ser encontrada em: CASTRO, Celso Falabela Figueiredo de, op. cit. p. 17-19. Quanto à capela de São Januário, um documento de 1816 nos informa sobre as condições de sua construção. Conforme o costume, os moradores das redondezas se encarregavam de zelar pelo patrimônio da capela, ao receberem a permissão oficial para construí-la. Vemos que várias tribos de Coroado habitavam então as matas da região:

“Dom João por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves d’além már em África de Guiné, & Faço saber a vós Capitão Guido Thomaz Marlière, Director Geral das Aldeas da Pomba, que na junta Militar da Conquista e Civilização dos Índios foi vista a vossa conta de 14 de Setembro do prezente anno, e conformando-me com a vossa Representação sobre a necessidade de se erigir hua Capela no Ribeirão do Ubá, anexa à matriz do Prezídio de São João Baptista; para a melhor catequização das diferentes Aldêas de índios Coroatos, que alli se achão estabelecidos; e a Requerimento de alguns Portugueses, igualmente residentes que se comprometem a construí-la a própria despeza, Sou Servido authorizar-vos para a fundação da referida Capella no sitio designado, debaixo da invocação de S. Januário: e que feito, e achando-se provida de imagens, e ornamentos, se requererá competentemente ao Prelado Diocesano para a mandar vezitar, e benzer” GUIDO..., 1907, p. 405. Sobre as memórias da sociedade ubaense oitocentista, confira os diversos relatos publicados em: MORAIS, Raul de. *Ubá imperial: subsídios para a história*. Ubá: Academia Ubaense de Letras, 1988.

[267]. Estes dados baseam-se em CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação ao trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII e XIX)*. Ouro Preto? UFOP, ICHS, 1999.

Marlière cita achados de ouro na futura Zona da Mata, seja em São João Batista do Presídio ou em São Paulo do Manoelburgo.²⁶⁸ Presumimos, na ausência de documentação mais decisiva, que o ouro superficial tenha logo se esgotado e, ou talvez, o que é mais provável, tenha sido insuficientemente explorado, dada a precariedade dos meios disponíveis e a relativa desconfiança demonstrada pelas autoridades.²⁶⁹

São Manuel da Pomba, distante 26 léguas de Ouro Preto, contava com 300 coropós aldeados e empregados em trabalhos agrícolas e na pesca. Era dirigida pelo capitão Silvestre Antônio Vieira. Os índios, aldeados em 1767, por ordem de Luiz Diogo Lobo da Silva, eram utilizados por fazendeiros que, fiando-se no seu trabalho, utilizavam ainda poucos escravos negros em suas lavouras. O arraial exercia também o papel de entreposto comercial da região.²⁷⁰

Santa Rita do Meia Pataca, conduzida pelo subdiretor Manuel Carlos de Almeida e situada no percurso da estrada que ligava o Presídio de São João Batista aos Campos dos Goitacases a uma distância de 26 léguas de Ouro Preto, abrigava 400 Puri aldeados, que ainda não possuíam terras para cultivar e trabalhavam

[268]. Um exemplo é o ofício de 27 de agosto de 1814, em que Dom Manoel de Portugal e Castro ordena que as atividades agrícolas que vinham sendo desenvolvidas no Presídio de São João Batista fossem interrompidas em razão de um achado de ouro nas vizinhanças. Confira: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906. p. 400.

[269]. Marlière classifica como auríferas as terras que margeavam o rio Muriaé, próximo a Manoelburgo. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Relatório ao vice presidente da província de Minas Gerais – 1827. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 12, p. 499., 1907.

[270]. Confira uma estatística de todos os moradores de São Manuel do Pomba no início do século XIX: Lista Nominativa dos Moradores de São Manuel do Pomba. Arquivo da Câmara municipal de Mariana. Cod. 701. Veja também, para exemplos de inventários dos primeiros moradores luso-brasileiros da Mata central: Inventários Custodiados pelo Foro da Cidade de Ubá: Eugênia Maria da Luz -1823 -Fazenda Boa Esperança, Serra do Ubá; Maria Bernardina da Silva- 1824 – Ribeirão Capivara – Santa Rita do Turvo–Maria Joaquina de Freitas –1826 – Serra do Presídio de São João Baptista; Anna Francisca de Jesus – 1826–Ribeirão Ubá–Anna Joaquina de Jesus–1831- Sapé do Presídio; Domingos José da Silva Andrade – 1826- Cachoeirinha do Xopotó (Calambau).

vendendo poaia e outras drogas do sertão e (ou) como jornaleiros para os fazendeiros à margem da estrada. Marlière, no dia 20 de setembro de 1822 havia desenhado um traçado urbano para uma futura cidade que, pretendia, se desenvolveria, ali, a partir do convívio entre brancos, negros e índios. A matriz de Santa Rita também constava no projeto, no centro de uma larga e espaçosa praça, no que inicialmente se chamou de Porto dos Diamantes:

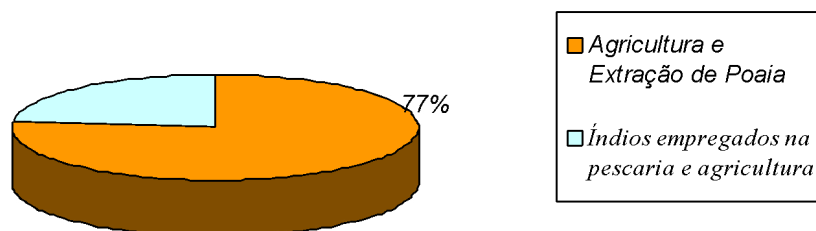
[...] já temos hum Arrayal e Capella novos, no Sitio do Porto dos Diamantes, onde desce das Serras orientaes o Ribeirão Aurífero Meia Pataca e cercado ao Ocidente pelo Rio Pomba e hum Campo aprazível por onde atravessa a estrada nova,. E, no qual, delineei as Ruas da povoação paralelas a mesma Estrada. Contem já a nova Applicação denominada de S.ta Rita do Porto dos Diamantes 38 fogos e hé filial da Freg.a de São João Baptista do Prezídio [...].²⁷¹

Finalmente o aldeamento de Rio Pardo e Paraíba, composto por 500 Puri parcialmente sedentarizados, ocupados em cultivar a terra como jornaleiros e em extrair poaia, sofria também, como o Presídio de São João Batista, com a invasão de terras indígenas por fazendeiros que contavam com a tolerância e vista grossa de sucessivos governos.²⁷² Como vemos no gráfico 3.1, 70% dos Coroado, Coropó e Puri dedicavam-se à agricultura e à extração de poaia. Um número reduzido de 23 % somava à agricultura, a pescaria. Conforme constataremos, uma vez que há diferenças significativas no tipo de agricultura praticada por poaieiros e pescadores, estes últimos trazem-nos também a proporção dos que já se encontravam sedentarizados.

[271]. GUIDO..., 1907, op. cit., p.541.

[272]. Todas estas informações históricas e estatísticas sobre os aldeamentos dos sertões dos rios Pomba e Paraíba foram obtidas no relatório de Marlière ao Vice- Presidente da Província de Minas Gerais. GUIDO..., 1907, P.497-509.

GRÁFICO 3.1: PORCENTAGEM DE ÍNDIOS EMPREGADOS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS DIRIGIDAS POR COMANDANTE MILITARES NOS SERTÕES DOS RIOS POMBA E PARAÍBA NO ANO DE 1827



Fonte: Dados constantes no Relatório de Guido Thomaz Marlière à Presidência da Província de Minas Gerais. *Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.12, p.498-500, 1907.

A pescaria restringia-se, geralmente, ao âmbito do próprio aldeamento. São Manuel do Pomba era banhado pelo rio que lhe inspirara o nome. São João Batista do Presídio localizava-se nas imediações do rio Xopotó. A agricultura praticada por estes pescadores, ao que tudo indica, aproximava-se mais da levada a cabo pelos colonos, com a escolha de culturas mais interessantes para troca, como a da cana-de-açúcar, a do feijão, etc. Estes índios incorporavam-se gradativamente à sociedade luso-brasileira, habitando casebres de pau-a-pique e esquecendo-se não raro até de seu idioma. Eram, no entanto, uma minoria. Já os Poalheiros guardavam sua cultura nômade, restringindo geralmente suas trocas ao âmbito da atividade extrativista que mais lhes tomava a atenção. Suas culturas agrícolas destinavam-se, na maioria das vezes, ao próprio sustento. Plantava-se mandioca, batata doce e milho em pequenas proporções. De ano em ano, alguns compareciam aos quartéis para trabalhar nas plantações dos diretores em troca de um salário ínfimo, completado por algumas garrafas

de cachaça. Estas visitas, no entanto, não eram demoradas, e logo ao fim dos trabalhos, os índios desapareciam na mata, percorrendo léguas e léguas em busca de poaia e caça. Montavam suas redes em qualquer clareira sem excessiva cerimônia. Só voltavam meses mais tarde aos arraiais para usufruírem da colheita. Considerando-se dessa forma, a proporção de 77% expressa o número de índios não sedentarizados, dedicados a uma agricultura de características nômades. Para estes últimos, não interessava a posse individual de um pequeno lote de terra, mas o controle de uma vasta região de mata, propícia à caça e à extração de poaia. Podemos suspeitar, também, que esta proporção indique-nos uma maioria vantajosa de índios que, já em 1827, portanto, quase setenta anos depois da primeira tentativa de aldeamento, lutava contra a imposição da agricultura sedentarizada.

Entre os luso-brasileiros era grande a população de camponeses que, ao longo do tempo, contribuíram para a fixação de um processo de produção particularmente baseado na pequena propriedade dedicada ao autoconsumo e ao comércio local. Quanto aos grandes proprietários de terra, vale lembrar que, na segunda metade do século XIX, ricos produtores de café sucederiam a muitos dos sesmeiros abastados dos primeiros tempos. Muitos índios se incorporaram ao efetivo de lavradores aceitos nas fazendas sob o estatuto de agregados.

O sul da Zona da Mata foi ocupado a partir de 1817. Nessa época, intensificou-se a migração que, da região mineradora, alcançou o vale do Paraíba do Sul. Esta ocupação foi propiciada pelo aldeamento dos índios que ocupavam essas regiões nos aldeamentos do Presídio e de Guido-Wald.²⁷³

[273]. Ver sobre estes dados: CARRARA, Ângelo Alves. op. cit. p. 18.

4 Guido-Wald: a Mata do Guido e os intelectuais itinerantes

A prática de doze anos de vida entre os selvagens me ditou o q' melhor sinto do que escrevo: a minha mocidade tormentosa, principiada no tumulto dos combates, e das Revoluções, não me deo tempo para frequentar lyceos. A vontade de saber, que sempre tive, me sirva de desculpa para quem me ler Guido Thomaz Marlière, 1825.

4.1 A FAZENDA MODELO

O casal Marlière fixou sua residência seguindo o curso do Rio Xopotó, em um belo e estreito vale situado a alguns quilômetros das elevações conhecidas como Serra da Onça.²⁷⁴ Ali construiu uma grande sede de fazenda de apenas um pavimento, com sólidos alicerces de pedra, e batizou a propriedade de Guido-Wald (do alemão Mata do Guido). A casa contava com um moinho de água (foto 4.1) e vários cômodos contíguos, adequados à hospedagem de constantes visitas.

[274]. Outras pequenas elevações serranas receberam igualmente em Minas Gerais a denominação de Serra da Onça. Um exemplo é a serra que se estende perto da margem direita do médio rio Doce. Esta serra, os índios krenak e os sítios de arte rupestre que nela se encontram foram estudados pela arqueóloga Alenice Mota Baeta. Confira: BAETA, Alenice Mota. *A memória Indígena no Médio Vale do Rio Doce: arte rupestre e identidade Krenak*. 1998.

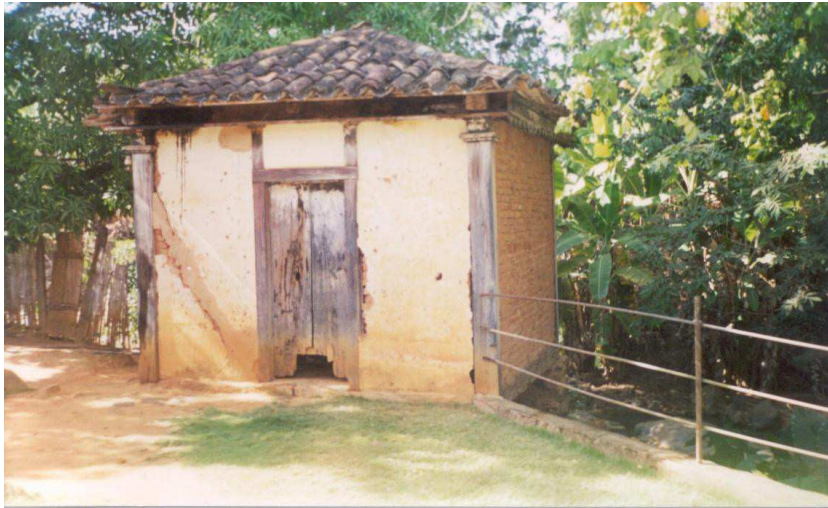


Foto 4.1: Moinho de água que, segundo a tradição, pertenceu à fazenda Guido-Wald. Impressionam na construção os detalhes da decoração da madeira entalhada provavelmente por artesãos índios das Divisões Militares. Foto: José Otávio Aguiar.

A corredeira de água que alimentava o moinho era proveniente de um riacho que desaguava no rio Xopotó, cujo leito corria a alguns metros abaixo da porta da cozinha, de onde se contemplava uma cachoeira.²⁷⁵ O rio separava Guido-Wald de uma aldeia de coroados (Aldeia comandada pelo capitão índio Cipriano). Estes índios, que já habitavam as proximidades antes da chegada de Marlière, tinham seu cemitério (fig.4.2) em uma colina que podia ser avistada de uma das janelas da casa.

[275]. Trata-se da chamada Cachoeira dos Pereiras, na Serra da Onça.



Foto 4.2: Vista parcial do antigo território da fazenda Guido-wald, a partir do cemitério dos índios, logo abaixo da cachoeira dos Pereiras. Ao fundo vê-se o rio Xopotó e a antiga estrada pela qual provavelmente os viajantes chegavam. Este antigo cemitério dos coroados serviu durante décadas como jazigo da família Marlière. Depois foram ali sepultados muitos escravos da família Pereira. Hoje quase nenhum sinal distingue as sepulturas, cobertas por densa capoeira. Foto: José Otávio Aguiar.

Não muito longe do alpendre da fazenda, iniciava-se uma estrada de terra, cercada de todos os lados pela mata virgem, que ligava Guido-Wald ao Presídio de São João Batista. Uma outra construção de pau-a-pique, destinada ao alojamento dos soldados, completava o conjunto: era o que se passou a chamar quartel-geral de Guido-Wald. Ali se reuniam, conforme relatos posteriores, muitos soldados.

Pessoas que haviam conhecido em vida o Coronel Marlière foram entrevistadas em depoimentos coletados por Augusto de Lima e Afrânio de Mello Franco entre o final do século XIX e princípio do XX. O costume de boa hospitalidade da fazenda Guido-Wald, traço presente em todos os relatos, permaneceu na memória popular até a atualidade. O Capitão Manuel João da Fonseca, entrevistado em 1903 e que havia conhecido Marlière em sua juventude, deixou-nos dele a seguinte descrição:

[...] o Coronel Guido Marlière era homem de estatura elevada, corpo regular, olhos azues, cabelo louro...nariz fino, grande, um pouco aquilino, o que se pode chamar nariz de fidalgo, pois dava certo ar de dignidade __ mãos finas, dedos compridos, fallar arrogante porém tratável. Guido era excessivamente caridoso com os viajantes, a quem dava bom agasalho. Declaro que o Coronel Marlière era homem de idéas muito livres em matéria de religião[...].²⁷⁶

Já Maria Flávia Marlière, neta de Guido Thomaz, entrevistada em 1902, também deixou-nos memórias da fazenda de seu avô:

Na casa em que morava o Coronel Marlière havia um grande sino, que dava signal das horas do almoço e do jantar aos pobres e viajantes, por ventura de passagem nas proximidades, sendo franqueada a mesa a todos que, ouvindo o toque della se quisessem servir. Havia também na residência de Marlière um grande paiol para deposito de milho, onde entravam carros para despejar as espigas, sendo a plantação e as colheitas geral-

[276]. Depoimento do Capitão Manoel João da Fonseca, homem de avançada idade residente em Muriaé. 1903. FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914, p. 139.

mente enormes; __ na porta desse paiol havia uma inscrição, ou aviso geral, facultando a quem quer que o quisesse o aprovisionamento da quantidade que carecesse __ estando sempre aberta a porta do dito paiol [...].²⁷⁷

Ao redor da propriedade, havia grandes plantações de milho, mandioca, cana-de-açúcar e outros gêneros alimentícios. Marlière, quando estava em Guido-Wald, assentava-se à cabeceira da mesa e conversava animadamente com os comensais. Graças à iniciativa de Mello Franco, conservou-se a memória de um destes diálogos:

Um mentiroso contava ao Coronel ter visto um repolho tão grande que fora preciso corta-lo em quatro pedaços para poder ser conduzido em dois cargueiros; __ ao que retorquiu o Coronel dizendo que estivera em uma guerra onde havia tanta gente que fora preciso fazer-se grande panella de ferro de taes dimensões que o caldo nella cosido era mexido com uma pá, movida por um cavalo. Causando isso grande admiração ao mentiroso, este inquerio: para que panella tão grande? O coronel respondeu: Para cosinhar o repolho de vossa mercê.²⁷⁸

A fama de homem cômico, e por vezes irônico, confirmar-se-ia posteriormente em textos mais expressivos, nos quais, como veremos à frente, o francês deixaria entrever suas idéias. Na verdade, Guido parecia desejar fazer de sua fazenda um modelo a ser seguido. Sua produção abundante e o contato pacífico com

[277]. Depoimento de Maria Flávia Marlière, neta do Coronel Guido Thomaz Marlière e residente na Serra da Onça. 1902. FRANCO, A. de M., op. cit. p.146.

[278]. Depoimento de Ana Joaquina de São José, senhora que, em 1902, contava 77 anos. FRANCO, A. de M., op. cit. p. 133.

os índios deveriam despertar os “incrédulos” para o fato de que era possível conseguir trabalho e lealdade dos homens da floresta, desde que, convivendo com eles, se usasse de “honestidade” e “brandura”. A produção de Guido-Wald alcançava excedentes que, quando não eram vendidos, se destinavam à distribuição entre índios, vizinhos e soldados. A cada índio que trabalhasse na lavoura era pago um salário proveniente da renda obtida como fruto da venda dos cereais: “Não tenho escravos, cultivo hua fazenda em Guido-Wald, em que os Indios me fazem grandes plantações anuaes, pago-lhe o seu salário, e comemos juntos. Isto hé um fato que cito como exemplo mais digno de imitar-se e de convencer aos incrédulos.”²⁷⁹

Como os diretores de índios não recebiam salário, a produção de Guido-Wald representava também uma das fontes de renda de Marlière. O soldo que recebia como oficial do exército adjunto às Divisões Militares do Rio Doce freqüentemente chegava com dias ou meses de atraso, ocasionando dificuldades financeiras. Guido-Wald foi também, a partir da década de vinte, a garantia de que sua família se sustentaria sem maiores problemas durante os meses a fio em que permaneceria nas matas às margens do Rio Doce.

A estrada para o Presídio passava por um pequeno núcleo de casebres chamado Sapé. Poucos anos mais tarde, construiu-se, neste lugarejo, uma igreja dedicada à Sant’Ana. Também nas imediações, ficava a grande aldeia de Morro Grande, formada de coroados para os quais não possuímos estatísticas precisas.

A região possuía uma fauna rica e variada. Desde muito cedo, atraiu a atenção dos primeiros moradores luso-brasileiros que incorporaram dos índios o hábito de se alimentar das ovas de ta-

[279]. Carta ao Ill.mo Senr’ Coronel João José Lopes Mendes Ribeiro, Deputado à Assembléa. GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: ano 10., n.2., p.382-668, jul./dez. 1905. p. 616.p. 190.

najura torradas e misturadas à farinha de mandioca. Os tatus, as pacas, os gambás, os macacos, os anus e jacús já faziam parte do cardápio dos mineiros. A caça era atividade constante no cotidiano dos pobres livres.

Havia abundância de onças pintadas, bastante temidas pelos viajores das matas. A Serra da Onça recebeu este nome em uma alusão à grande ocorrência deste animal na região. A matança reunia grande quantidade de caçadores e já era encetada com certa sistematicidade desde meados do século XVIII. Calcada no argumento de que atacavam homens, porcos, bezerros e ovelhas, conduziu à completa extinção das espécies existentes no princípio do século XX. Muito freqüentes, eram, acima de tudo, as onças negras, como anotou Langsdorf em 1824.²⁸⁰ A jaguatirica ou “jabutirica” fornecia pele e carne para os índios. Rapidamente acabou por integrar também o cardápio das famílias pobres.

A caça à onça assumiu tais proporções que era referindo-se a ela que os homens do tempo falavam dos massacres de índios. A comparação partia da idéia de que o índio era um ser traiçoeiro e inconstante nas relações pessoais, ao qual se deveria eliminar.

4.2 OS INTELECTUAIS ITINERANTES

A notícia de que um oficial francês embrenhara-se nas matas para fugir ao ostracismo público, dedicando-se desde então à “civilização” dos índios, despertou, sobremaneira, a atenção de geólogos, viajantes e cientistas naturais em curso pelo Brasil. Talvez parte da propaganda tenha sido feita pelo próprio Barão de Eschwege. É preciso não se esquecer, entretanto, de que o próprio Marlière entusiasmava-se com tais visitas, fornecendo tudo quan-

[280]. SILVA, Danuizio Gil Bernardino de Silva (Org). *os diários de Langsdorf*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

to fosse necessário aos seus hóspedes, que nos deixaram relatos detalhados de suas permanências na Mata do Guido.

O século XIX europeu foi particularmente marcado pelas numerosas viagens científicas às regiões inexploradas do planeta, e o Brasil foi um dos portos de destino de diversos naturalistas aventureiros. A partir do restabelecimento da paz no continente Europeu, missões oficiais de franceses desembarcaram na antiga América Portuguesa, elevada à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815. As reformas econômicas e administrativas promovidas por Dom João deram espaço à participação de estrangeiros na exploração mineral no Brasil. O ambiente metropolitano suscitado pelas inovações institucionais, urbanas e arquitetônicas pelas quais o Rio de Janeiro passava atraía também forasteiros que buscavam segurança e credibilidade para a realização de suas pesquisas. A vinda e a circulação destes estrangeiros pela capital do Reino Unido lhe emprestavam um ar cosmopolita. Os ingleses, beneficiados por privilégios comerciais desde o tratado de 1810, exerceram grande influência na dinamização dos hábitos de comércio e na propagação de idéias liberais. Os franceses, também bastante presentes no campo comercial, introduziram verdadeira leva de pesquisadores na antiga colônia, alcançando-a vigorosamente também a produção intelectual iluminista já presente desde o século XVII nas bibliotecas particulares da América Portuguesa. A circulação de jornais e livros luso-brasileiros, que teve espaço após a criação da impressão régia, deu ensejo à ampliação da produção intelectual e à intensificação dos hábitos de leitura em solo brasílico. Numa época em que, freqüentemente, viajar era relatar, as experiências dos forasteiros em visita ao Brasil circulavam principalmente nos idiomas inglês, francês e alemão, encontrando grande margem de aceitação no mercado editorial europeu.

O naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que integrava a comitiva do Duque de Luxemburgo, embaixador francês no Brasil, chegou em 1816, mesmo ano em que os artistas da missão francesa, dentre eles os pintores Nicolas Antoine Taunay e Jean Baptiste Debret. Através da assessoria destes últimos, fundou-se a Escola Real de Belas Artes. O Rio de Janeiro agora também dispunha de um Jardim Botânico e de uma Biblioteca Real. O primeiro abrigava espécies de nossa flora e buscava reunir o maior número possível de plantas de utilidade comercial, medicinal e alimentícia, originárias não só do império ultramarino português, mas de todo o mundo conhecido. A posse de determinadas espécies era considerada estratégica e, não raro, dava ensejo a saques internacionais por ocasião de guerras.

Saint-Hilaire, Taunay, Debret, Spix, Martius, Langsdorf, Echwege, Freireyss, Maximiliano de Wied-Newied e tantos outros, não obstante viessem ao Brasil com objetivos diversos e apresentassem diferenças nas avaliações da realidade tropical e multiétnica com a qual entravam em contato, matizadas pelas características pessoais, nacionais e culturais de cada um, preocupavam-se invariavelmente em descrever o Brasil. Fizeram-no através de discursos e imagens, de sua fauna e flora, de sua produção e de sua economia, interessando-se também pelas questões escravocratas e indígenas.

Roteiro inevitável devido às suas ainda consideráveis riquezas minerais, pelas suas fauna e flora diversificadas, e por seu caráter de reduto de humanidades consideradas exóticas e selvagens, a Capitania, e depois Província de Minas Gerais, recebeu diversos desses europeus.

Estrangeiros e portadores de concepções menos violentas a respeito do processo de “civilizar”, Saint-Hilaire, assim como Marlière e muitos dos demais europeus que aportaram no Brasil na

primeira metade dos oitocentos identificavam a civilização com as luzes. Movido por este espírito “ilustrado”, escrevendo do Leste de Minas Gerais e registrando sua identificação com a política indigenista ali adotada, o francês Auguste de Saint-Hilaire registrou em 1816 sobre seu compatriota Guido Marlière: “Nascido na França, o respeitável Marlière entrou ao serviço de Portugal; consagrou, a princípio, longos anos à civilização dos Puris, ocupou-se em seguida bastante dos Botocudos do Rio Doce, e pode ser contado entre os mais generosos defensores dos referidos índios.”²⁸¹

Como observou Braudel, a palavra civilização, ligada a “um ideal profano de progresso intelectual, técnico, moral e social”, 7 surgiu na França do século XVIII :

[...] muito tempo após o verbo e o particípio civilizar e civilizado, que são discerníveis desde os séculos XVI e XVII.” (...) “‘Quanto mais a civilização se estender sobre a terra, mais ver-se-ão desaparecer a guerra e as conquistas, bem como a escravidão e a miséria’, profetiza Condorcet em 1787. Nessas condições não se pode quase imaginá-la sem que haja, para sustentá-la uma sociedade de bom tom, fina, ‘policiada’. No seu oposto situa-se a barbárie: sobre esta aquela consegue uma vitória difícil, necessária. De uma a outra é em todo caso a grande passagem [...].”²⁸²

Também Norbert Elias detectou que : “A primeira evidência literária da evolução do verbo civilizar para o conceito de civilization é encontrada, de acordo com descobertas modernas, na obra de Mirabeau, o pai, na década de 1760.”²⁸³

[281]. SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

[282]. Ibid., p. 239

[283]. ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V.1, p. 54.

A idéia antítese de civilização, a barbárie, representação que nasceu na antigüidade greco-romana, receberia sentidos diferentes em cada uma das teorias políticas modernas. Para Hobbes, barbárie designava um estado primitivo, pré-político, no qual o homem era lobo do próprio homem e as garantias individuais básicas estavam ameaçadas. Para Rousseau, a barbárie não estava propriamente no estado primitivo dos homens, mas na degeneração moral e no desvirtuamento de sua sociedade civil. De forma geral, a herança iluminista que se prolongou no imaginário dos homens da primeira metade dos oitocentos identificava a barbárie como a ausência das luzes.

Nas primeiras décadas do século XIX, o critério de avaliação das humanidades não-europeias pelos arautos da civilização era ainda mais filosófico que científico, como detectou Manuela Carneiro da Cunha: “Menos biológico e mais filosófico, o critério da primeira metade do século é também aquele, ainda setecentista da perfectibilidade: o homem é aquele animal que se auto-domestica e se alça acima de sua própria natureza.”²⁸⁴

Acreditava-se ou não que o índio fosse passível de perfectibilidade, ao mesmo tempo em que se dividia os povos “não-civilizados” em “bravios” e “mansos”. A civilização era encarada como um processo com etapas cada vez mais avançadas. Como observou Karen Macknow Lisboa:

[...] praticamente todos os visitantes europeus do Brasil oitocentista, herdeiros da ilustração, vinham com a preocupação de investigar [...] o estado de civilização dos habitantes. É com base neste conceito que os viajantes definem sua identidade e projetam-se no país estrangeiro, matizando as

[284]. CUNHA, Manuela Carneiro da, (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.130.

descrições dos aspectos sociais, históricos, etnológicos e culturais [...].²⁸⁵

.....

[...] Ao mesmo tempo em que a natureza brasileira se oferecia ao enriquecimento da pesquisa naturalista, a diversidade étnica dos seus habitantes prestava-se para ampliar o conhecimento acerca dos 'povos' extra-europeus e das raças humanas.

Um exemplo de múltiplo pesquisador pode ser encontrado em Georg Wilhelm Freireyss, naturalista europeu que, em 1814, visitou a fazenda Guido-Wald em busca de conhecimentos botânicos, zoológicos e etnográficos. Havia aportado no Brasil um ano antes, contratado que fora pelo consulado da Suécia para que coletasse espécimens e dados etnográficos para o museu de Estocolmo. Sua viagem ao presídio de São João Batista, passando pela estrada que, a partir de Mariana, tangenciava as freguesias de Sant'Ana dos Ferros e Santa Rita, teve lugar a partir de um convite de Marlière, então recentemente indicado para diretor dos Índios de São Manuel do Pomba, São João Batista do Presídio e adjacências. Freireyss, na verdade, acompanhava Eschwege em sua visita ao amigo Marlière, que então havia adquirido uma casa no Arraial do Presídio.²⁸⁶

Desde o início, o principal objetivo da viagem era conhecer os índios coroados, anotar-lhes os costumes e o modo de vida em ge-

[285]. LISBOA, karen Macknown. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 1997. p. 25, 139.

[286]. Por estes tempos, o Barão Eschwege ocupava-se na disputa pelo título de pioneiro na produção industrializada de ferro nas Minas. Seu belicoso concorrente, o Intendente Câmara, não parecia disposto a ceder. A disputa entre os dois acabou resultando na designação de Eschwege para supervisionar a fábrica de Ipanema, em São Paulo. Sobre a contenda citada confira: Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial cod. n° 359, S. G. fl. 21 v. cod. n° 350., S.G. fl. 195 v.

ral. Nisto Marlière, que desde a sua chegada ao Arraial do Presídio empenhava-se em elaborar um dicionário da língua destes índios, parecia poder colaborar bastante. A elaboração de dicionários e relatórios com os costumes indígenas inventariados não era apenas uma mera curiosidade ou ocupação favorita das horas vagas do Capitão Francês. Tais instrumentos faziam-se indispensáveis ao convívio com os índios. Anotando cada palavra nova, Marlière procurava pronunciá-la repetidamente até que pudesse se aproximar ao máximo do modo como os índios o faziam. Rapidamente já se comunicava com certa facilidade com os Coroados, a ponto de dispensar os línguas.²⁸⁷

Em 1814, um ano depois de chegar ao Presídio, anotou o modo como os índios pronunciavam o pai nosso. É interessante observar que a tradução para a língua dos Coroados, provavelmente ocorrida nos tempos do Padre Manuel de Jesus Maria, guarda certas adaptações de palavras tipicamente européias para o círculo do vocabulário cotidiano daquela nação. É o caso da expressão *Maki Pehuan*, nosso milho diário, que substitui o original *pão nosso de cada dia*:

<i>Tsharé takuém tcucá-on</i>	Pai nosso que estais nos céus;
<i>Fecho papunha cahó</i>	Santificado seja o vosso nome;
<i>Aitshébecápa etché onya</i>	Venha a nós o vosso reino;
<i>Nom dati onya tanda câm itshi nam</i>	Seja feita a vossa vontade,
<i>Boshe takuen nitshi cáza</i>	Assim na terra como no céu;
<i>Maki Pehuan</i>	O pão nosso de cada dia dá-nos hoje
<i>Patsheuri umbi úam pashenna biuam</i>	Perdoa as nossas ofensas
<i>D'jéma cápan,</i>	Assim como perdoamos
<i>Areten tsi cápono d'jéni, pecawa</i>	a quem nos tem ofendido
<i>Yatana, noma ikon nomoró</i>	Não deixei-nos cair em tentação
<i>Tshicon tekon nomae gaeá</i>	Livra-nos do mal. ²⁸⁸

[287]. Eschwege recebeu de Marlière, como presente, um dicionário da língua dos Coroados, que foi publicado em seu *Brasil, Novo Mundo. Confira*. ESCHWEGE., Wilhelm. Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. 2000. VI. p. 249-268.

[288]. ESCHWEGE, W. L. von, op. cit. p. 268.

Os coroados tomaram emprestado à língua portuguesa apenas os nomes designativos de coisas tipicamente referenciadas à sociedade européia. A palavra comandante (*capitan bêu*), com que designavam Marlière e seus subdiretores, comportava uma clara adaptação da palavra capitão. *Capitan bêu era somente o chefe dos brancos. O chefe índio era chamado chené prète-nion ou tchemier gaté gatshino*. Se um homem era chefe de sua família, chamavam-no guar ategâtshma. O rei ou chefe de estado designava-se pela expressão aleuna.

Em seu idioma, uma mesma palavra poderia assumir vários significados desde que variasse a circunstância em que estava sendo utilizada. Designava-se água pela expressão *Mhaman*, que poderia também designar o fenômeno da chuva, um rio, uma cachoeira, um trovão, o clima frio, as nuvens, o leite coalhado, o leite do seio das mães, etc.²⁸⁹ Pronunciar a língua dos índios foi desde o princípio, para Marlière, uma estratégia de penetração em seus territórios e culturas. Afirmava ter-se inspirado nos jesuítas que, através da língua geral, haviam conseguido aldear a milhares de índios. Talvez nosso militar francês e os padres catequizadores que o antecederam, não tenham se apercebido de que uma outra estratégia, talvez mais sutil, partia do seio das sociedades indígenas.

Aprender a língua do conquistador, compartilhar com ele certos costumes, adotar instrumentos de trabalho mais resistentes e eficientes e, enfim, adaptar-se à outra cultura, era a forma encontrada por aquelas nações da selva para preservar sincreticamente o essencial de seu espírito. As mudanças fizeram sempre parte do processo de aprendizagem e adaptação dos homens em sua vivência cotidiana. Nenhuma sociedade humana afigura-se tal qual mera reprodutora da herança cultural recebida dos antepassados, nem permanece a mesma no tempo e no espaço.

[289]. PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru (SP): EDUSC, 1999. p.30-31.

Ressignificando a herança cultural recebida dos brancos à luz de suas tradições tribais, os índios deixavam a sua marca no produto cultural resultante deste encontro. Certamente o *pai nosso* nativo não deveria ser pronunciado da mesma forma e com o mesmo sentimento que animava as orações católicas. Mesmo no âmbito da sociedade dos Coroados, aldeados há décadas, os símbolos de religião transmitidos pela catequese eram constantemente redimensionados de maneira sutil e freqüentemente imperceptível aos seus “civilizadores”. A incorporação de certos elementos da cultura dominante, como a língua e a religião, longe de representar mera manifestação de submissão, também pode ser encarada como mais uma estratégia de enfrentamento.

Práticas que denotam a “continuação” da guerra indígena por “outros meios”, percebidas ao romper-se a interpretação oficial dos documentos, descortinam um ambiente de constantes tensões entre focos de força no âmbito das relações sociais; conduzem-nos enfim a uma visão mais lúcida e menos ingênua do papel desempenhado pelas sociedades indígenas no processo de ocupação do leste mineiro.

Como já observamos na introdução, as relações de ressignificação cultural, observáveis no processo de colonização luso-brasileira desta região habitada originalmente pelos grupos indígenas de cultura Puri, remetem-nos constantemente ao conceito de *transculturação*²⁹⁰, na medida em que este instrumento teórico de compreensão refere-se freqüentemente à seleção, apropriação e invenção realizada pelos povos colonizados a partir das informações culturais transmitidas ou impostas pela cultura metropolitana.

Retornemos por agora aos viajantes. Logo nos primeiros dias da visita de Freireyss e Eschwege ao presídio, o francês condu-

[290]. PRATT, M. L., op cit., p. 30.

ziu-os a uma pequena aldeia de coroados, que contava entre seus membros um número modesto de 30 a 40 indivíduos. Desejavam conhecer mais de perto a cultura daqueles povos: “Para este fim, o Sr. Von Eschwege, o diretor dos índios o valente Sr. Marlière, um soldado do presídio e eu, saímos no dia 29 de dezembro [...]”.²⁹¹

Voltando da caça, alguns índios aceitaram a proposta de Marlière: a compra de um macaco franquearia a visita à aldeia. A caça era depois da guerra, dentre todas as atividades, a que mais entusiasmava aos índios. Em artigo enviado em 17 de fevereiro de 1825 para o jornal *Abelha do Itacolomi*, Marlière registrou um costume comum a todas as nações indígenas com as quais conviveu:

O caçador não prova da caça que matta; da-a a outrem, e este reciprocamente; pela razão, dizem eles, que se comerem nunca mais acertarão os seus tiros. Uso comum dos Botecudos, coroados, puris e coropos; e p.r isto, quando vou caçar com elles, elles tomão o que mato sem pedir, pensando talvez que uso o mesmo, tão bem são muito liberaes para comigo do que Matão.²⁹²

Conforme anotávamos na seção anterior, o gesto de dádiva ligava-se entre os índios à declaração de trégua. Caçar ao lado do “chefe branco” e compartilhar com ele da caça, era atitude que sem dúvida, indicava um estado de conciliação. Constataremos nas seções seguintes, pela análise da documentação, que Marlière conseguiu obter este comportamento menos agressivo de muitas nações contatadas. Esta constatação, entretanto, não nos permitirá, como veremos, associar com base empírica, trégua a sujeição.

[291]. FREIREYSS, G. W. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 86.

[292]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Uzos Funebres dos Botecudos e outros Indios desta Província, Ideas Religiosas, Superstições & comparadas com outros povos. Artigo para o *Jornal Abelha do Itacolomi*. GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 10, n.2, p.382-668, jul./dez. 1905. p.567.

Freireyss, dentre todos os viajantes o mais condescendente com os homens das matas, não teve neste momento uma impressão favorável a respeito dos índios. Comparando-os com os europeus e com os negros, destaca sua baixa estatura. Surpreendendo-se com a “simplicidade” das “choças”, lamentava a “pobreza em que viviam.” Reconhecia, entretanto, que seus corpos eram musculosos, seu fôlego incomparável e seu artesanato muito belo. Comparados aos gentis homens da civilização européia, os índios pareciam aos naturalistas grosseiros e mal educados. A “simplicidade de seus hábitos” e a sinceridade manifesta em certas situações evocava, no entanto, uma imagem romântica de inocência perdida, tão cara ao princípio do século XIX: “Tais costumes bárbaros provam o baixo grau de civilização dessa gente, aliás tão boa [...]”.²⁹³

Certo dia de dezembro, arriscando temeroso uma incursão pela mata sem a companhia do “valente Sr. Marlière”, o naturalista, acompanhado de um menino coroadado que lhe servia de guia foi obrigado, não sem grande constrangimento, a refugiar-se na mesma aldeia que antes visitara. É que uma chuva torrencial de verão, chamuscando as matas vizinhas à serra da Onça, fazia com que grandes árvores despencassem de todos os lados.

Obrigado a despir-se totalmente da roupa molhada – o medo das moléstias pulmonares resultantes dos resfriados era particularmente grande no século XIX – o naturalista sentia-se extremamente embaraçado. Surpreendeu-se então ao ver que seu embaraço, e não sua nudez, tornavam-se motivo de grande humor entre os índios:

Os índios estavam todos nus e zombavam do meu embaraço até que uma índia, de cerca de dezesseis anos, compadeceu-se e, por mímica, ofereceu-me

[293]. FREIREYSS, G. W. op. cit. p. 92.

sua tanga, único vestuário que possuía. Como era natural recusei, visto que todas as mulheres presentes conservavam as suas tangas e só me restava unir-me àquela sociedade nua ao redor do fogo. Mas por muito tempo continuava eu objeto da sua curiosidade por ser a minha pele diferente da deles. Percebendo isso e na suposição de que nunca tinham visto europeus nus, aproveitei-me dessa curiosidade em meu favor porque, conhecendo o seu ódio aos portugueses, fiz o meu coropó, que entendia a língua deles, contar-lhes que eu não era português, mas sim de uma grande nação que existia para o norte [...].²⁹⁴

A informação de que aquele homem curioso, de pele branco-avermelhada, não era português atraiu um pouco da simpatia dos índios. Não obstante a chuva que caía torrencialmente, uma velha índia, num gesto de generosidade, avançou em direção ao milharal, voltando com algumas espigas de milho. Mesmo temeroso e embaraçado, Freireyss, dominado pela fome e pelo cansaço, experimentou pela primeira vez milho verde cosido. Recusá-lo poderia significar uma ofensa.

Chegada a noite, uma jovem índia ofereceu sua rede para o estrangeiro, acomodando-se depois num monte de palhas no chão. Tais gestos de generosidade não foram, entretanto, suficientes para aplacar o medo do intruso que, durante toda a noite, se perguntara, a cada vez que um índio se levantava para alimentar o fogo ou assar milho, se talvez aqueles selvagens não estivessem deliberando matá-lo.

Ao deixar a aldeia na manhã seguinte, após caminhar alguns quilômetros pela floresta, o europeu foi alcançado por um índio da aldeia que, ofegante pela corrida, lhe trazia folhas de papel

[294]. op. cit., p. 90.

com vegetais prensados que havia esquecido na cabana onde pernoitara.

O Barão de Eschwege, companheiro de Freireyss em sua primeira visita à aldeia dos Coroado, registrou também suas memórias daquele mês de dezembro. Sua atenção foi, de início, despertada pela constatação de que, a despeito do longo convívio, as animosidades entre os Coroado e os luso-brasileiros não se arrefeciam. O fato é de imediato atribuído aos maus tratos a que os portugueses submetiam – já fazia cinco décadas – aqueles índios. Conversando com índios já aldeados, o viajante germânico se surpreendeu com a informação de que alguns deles já haviam, num passado não tão distante, servido como escravos em fazendas da região.

Marlière, que auxiliado por rapazes coroados de caminhada ligeira lhes servia de guia, pensara encontrar os índios em determinado assentamento situado a 3/4 de légua do presídio de São João Baptista. A viagem fez-se, porém, mais longa porque aqueles que procuravam haviam migrado alguns quilômetros à frente em busca de caça mais abundante.

Durante a viagem de caçada, os índios alimentavam-se com frutas silvestres armazenando-as em cestos. Isso garantia sua sobrevivência ao longo das incursões mata a dentro.²⁹⁵

O conhecimento que aqueles índios detinham das propriedades medicinais de algumas ervas da mata surpreendia aos europeus. Eschwege observou que, para neutralizar o efeito de certos venenos de cobra, os Coroado utilizavam a chamada raiz preta–(chicocca Anguifuga Mart) – (fig.4.1), conhecida no Espí-

[295]. As informações aqui reunidas em forma de narrativa basearam-se nos relatos do Barão de Eschwege a respeito de sua visita aos coroados das imediações do Presídio de São João Batista. O viajante destaca o papel dos frutos da sapucaia (*Lecythis ollaria* Wild) nestas provisões de viagem. Sobre a alimentação dos índios durante as caçadas confira: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil 1811 – 1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. p.144.

rito Santo, no Rio de Janeiro e no litoral de São Paulo como raiz caninana. Pediu então a um morador do Presídio de São João Batista que lhe trouxesse um exemplar, mas este lhe enganou, fazendo passar pela tal raiz preta uma raiz de guiné. Acreditando tratar-se da verdadeira, Eschwege incluiu em seu *Jornal do Brasil* uma ilustração da raiz de guiné (fig.4.1):



Figura 4.1: Raiz preta. Fonte: ESCHWEGE, W. L. *Jornal do Brasil: 1811-1817 ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, p. 170.

O equívoco só foi desfeito por Langsdorf, em sua visita ao Presídio, já em julho de 1824. Eschwege, então, retificou seu desenho, incluindo uma nova versão em seu trabalho. Parecia tratar-se de uma espécie de poaia (*Psychotria ipecacuanha*), conhecida até hoje na Zona da Mata como raiz preta. Os desenhos dos naturalistas eram efetuados in loco pela utilização de aquarelas ou

nanquim. Compô-los demandaria algum tempo, mas o viajante raramente dispunha de mais de algumas horas para permanecer em cada local visitado. Tornava-se então necessário “rabiscar” as formas das plantas, dos animais e os quadros das sociedades que se desejava retratar com a maior rapidez e da forma “mais fiel possível.” No caso de representar as sociedades indígenas, cabe observar que nem sempre os índios estavam dispostos a posar para os retratos. Diversas, portanto, eram as dificuldades enfrentadas.

Antes da descoberta das primeiras técnicas de fotografia – e mesmo antes que estas tecnologias alcançassem uma maior eficiência reprodutiva, acompanhada de uma mínima disponibilização no mercado – as pinturas e os desenhos, que, dentre outras vantagens, poderiam expressar de maneira aproximada algumas variações de cor, foram fontes importantes de referência para viajantes em todo o mundo colonial europeu. Segundo Bufon, “não se podia definir uma espécie sem descrevê-la detalhadamente [...]”²⁹⁶

Estes esboços destinavam-se a ávidos leitores de além-Atlântico interessados em informações botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnográficas. Reproduzir imagens em livros comerciáveis era técnica que os europeus conheciam desde o século xv. Xilogravuras, moldes em cobre e metal, eram reproduzidos em diversos exemplares literários e vendidos, por vezes, a preços bastante elevados.

No início do século XIX, tornou-se possível a impressão de aquarelas, litogravuras e desenhos inscritos em aço em maior escala.²⁹⁷ Esta inovação tecnológica tornou possível a publicação mais rápida de certas estampas em cores, produzidas pelos natu-

[296]. RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde* Rio de Janeiro: n.8, p. 969-992, 2001, p. 972. suplemento.

[297]. RAMINELLI, Ronald, op.cit., p 972.

ralistas europeus em visita à América. Suas técnicas de representação, coleta e classificação calcavam-se, mais frequentemente, nos sistema setecentista de Carl Lineu, que definia cada espécie como uma unidade de classificação designada de acordo com suas características e sua origem, reunindo aquelas que apresentassem certas semelhanças e regularidades em gêneros. A soma do nome específico ao nome genérico – ambos grafados em latim, língua que ainda era internacionalmente conhecida nos meios literários dos séculos XVII e XIX – conferia, assim, a cada espécie, uma designação singular e única.²⁹⁸ No campo da zoologia, Lineu, observando a importância das mamas na alimentação dos filhotes de determinados animais, subdividiu dentre eles o grupo *mammalia*, no qual incluiu os homens. Como observou Ronald Raminelli, para Lineu “...os americanos eram mamíferos, primatas, regulados pelos costumes. A falta de barba os fazia monstruosos”²⁹⁹

Assim, estudo das humanidades americanas se amalgamava ao da zoologia e da botânica. Os dados etnográficos se misturavam às descrições botânicas. Para Raminelli:

Por intermédio da história natural, aprendiam-se o valor e a importância das comunidades e regiões percorridas. Desse modo, as memórias, as pranchas e as espécies coletadas demonstravam as potencialidades da exploração comercial. A ciência atuava como ‘descrição exata de tudo’ e funcionava como um espelho rico e multifacetado, no qual toda Europa pôde projetar a si mesma como construtora do processo planetário em expansão. Em nome da ciência os naturalistas atenuavam a competição provocadas pela expansão comercial, política e pelo domínio colonial. A sistematização

da natureza e dos povos representava não apenas um discurso sobre os mundos não europeus, mas um discurso urbano, burguês e letrado, sobre os mundos iletrados e rurais, que atuavam não somente no além mar, mas sobre os campos europeus, transformando-os segundo a lógica do capital [...].³⁰⁰

Enquanto traços anatômicos e cromáticos de algumas espécies eram graficamente preservados, exemplares inteiros de plantas eram desidratados e espécimens animais eram preservados em álcool. Caixas e mais caixas de plantas americanas, bem como suas respectivas sementes, dirigiam-se anualmente aos herbários e jardins botânicos europeus. Borboletas e outros insetos eram afixados por alfinetes em quadros de papel emoldurados que eram enviados para diversas universidades e museus de história natural. Conservar o material até que fosse transportado para a Europa exigia esforços consideráveis já que seu transporte via-se, na estação das chuvas, quase inviabilizado.

A abundância e a variedade dos vegetais encantava aos botânicos europeus, que, logo de início, partiam para a tarefa de compará-los com possíveis correspondentes já conhecidos. A tarefa era hercúlea. Saint-Hilaire exprimiu sua admiração frente à riqueza dos trechos de Mata Atlântica vislumbrados durante sua estada de um mês na “magnífica habitação de Ubá”, perto da divisa entre as capitâneas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, não muito longe do caminho para Vila Rica, às margens do rio Paraíba: “Acostumado à fatigante monotonia de seus bosques de pinheiros, de faias, ou de carvalhos, o europeu poderia ter apenas uma idéia imperfeita dos bosques virgens da América Meridional,

[298]. Esta classificação, que continua sendo a base da nomenclatura das plantas, foi mais tarde substituída, em grande parte, pela de Jussieu.

[299]. RAMINELLI, R. op. cit., p. 975.

[300]. RAMINELLI, R. op. cit., p. 975.

onde a natureza parece ter esgotado suas forças para mostrar o que ela tem de mais magnífico e de mais variado [...].”³⁰¹

Para Marlière, manter amostras de espécies vegetais para que fossem oferecidas como presente aos viajantes que se hospedassem em sua residência era ponto de honra. Somente os índios e seus descendentes – por seu convívio demorado com as plantas e pela tradição que recebiam de seus antepassados – poderiam dar-lhe notícias sobre sua possível utilização farmacológica, e, por isso, sempre que lhe sobrava tempo livre, conversava demoradamente com os mais experientes curandeiros.

Procurou estocar a exaltada raiz preta em sua residência. Sabia também que, na ausência dos demorados medicamentos de Vila Rica, a alternativa de utilizar-se dos conhecimentos dos índios no trato com as freqüentes picadas de cobra nas aldeias e em seu quartel apresentava-se como uma solução viável: “Pouco antes de nossa chegada àquela região havia falecido o filho adulto de um índio vizinho, de quem diziam ser feiticeiro, e durante minha estada mais demorada chegou certa vez um índio até a casa de Marlière, para buscar determinada erva medicinal contra picada de cobra, a raiz preta [...].”³⁰²

Meia hora de caminhada a partir do antigo pouso dos Coroados, os viajantes foram surpreendidos por um grupo de índios que regressava de uma caçada. Sua pequena estatura, seus longos e desordenados cabelos que emolduravam pequenos olhos negros e “maçãs do rosto salientes”, tão distantes dos padrões da estética europeia de então, não alcançaram aprovação nas observações do Barão Alemão.

[301]. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Esquisse de mes voyages au Brésil et Paraguay, considérés principalement sous le rapport de la botanique*. In: LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 78.

[302]. ESCHWEGE, W. L. von., op. cit., p.2002. p.147.

Acompanhando aqueles caçadores da mata até sua aldeia – a mesma que, com dificuldade, até então procuravam – Eschwege ainda tece comentários depreciativos a respeito de seu senso artístico, de sua relação com as mulheres e até de sua capacidade intelectual. O conhecimento que os Coroados detinham das ervas da mata, constatado ao longo da viagem, é aí também legado ao instinto, não à perspicácia.

Embora sinta também uma grande simpatia por esses ‘homens da natureza quisesse atribuir-lhes também todas as boas características listadas pelo Sr. Feireyss, tenho de contradizê-lo. Fiquei muito mais tempo entre esses selvagens e achei o contrário. Ao invés de considerá-los perspicazes, como faz o Sr. Feireyss, prefiro considerá-los alheios, e evidências de que pensem realmente são raríssimas. Suas forças de alma são uma constante letargia, a meu ver. A descoberta de muitas ervas medicinais não deve resultar da perspicácia deles, nem devemos acreditar que as descobertas tenham sido feitas a priori. Muito mais o caso, o instinto e a experiência os levaram a essas descobertas e fizeram deles mestres nesses remédios. Não é por acaso que também o veado ferido encha suas feridas com folhas de plantas medicinais, e o cachorro coma determinadas ervas quando não se sente bem, e o sapo picado por cobra ou o mungo do Ceilão também procurem um antídoto em determinadas plantas [...].³⁰³

O prosseguimento da viagem, obrigou os europeus a deixarem suas mulas para trás. Para Eschwege, a picada construída pelos índios, apesar de comprida, era reta o suficiente para que um observador desavisado pudesse suspeitar que se tratasse de um

[303]. ESCHWEGE, W. L. von., op. cit., p.147.

caminho traçado com bússola. A chegada à aldeia foi assinalada pelo avistar de um campo de milho após o qual se podia entrever as cabanas dos índios, cobertas de palha de palmeira. Eschwege buscava, naqueles homens da floresta, padrões de estética e deferência referenciados em valores europeus, partindo da idéia de que a civilização manifestava aspectos idênticos em todo o mundo, denotando o grau de desenvolvimento dos povos contatados. Neste particular foi grande o seu estranhamento:

Não percebemos o menor traço de bom gosto, havendo no interior da (cabana) que entramos apenas um cômodo pequeno com fogueiras ainda acesas e redes de dormir estendidas. De acordo com seu costume, os índios receberam-nos deitados e balançando-se em suas redes, deixando-nos logo depois, um após o outro, não manifestando o menor sinal de deferência. Apenas o pai da família permaneceu no cômodo, mostrando-nos as cabanas dos filhos, localizadas no mesmo milharal, todas também cobertas de folhas de palmeira. Os seus utensílios domésticos resumem-se a arcos e flechas, alguns potes de barro, cestas trançadas e redes para dormir.³⁰⁴

Percebemos logo que Freyreiss, também presente na comitiva, construíra, se comparado a Eschwege, uma imagem mais romantizada e branda a respeito dos Coroados. Não duvidava da capacidade dos índios para a “civilização”. Apenas temia pelas animosidades dos luso-brasileiros. Simpático ao trabalho de Marlière, embora descrente de seu otimismo, Freyreiss deixou seu anfitrião francês como quem conseguira um novo amigo: “A intenção de Marlière é a melhor do mundo e ele faz tudo para que os Coroados ouvidem as ofensas recebidas e para evitar novas;

[304]. ESCHWEGE, W. L. von. op. cit., p.143-144.

porém ele precisa de muitos anos para ver frutificarem os seus esforços, e acontecerá talvez que depois dele virá outro que num momento destruirá tudo isso que ele edificou com tanto trabalho e tanto amor [...].”³⁰⁵

A imagem de Marlière como “defensor” dos índios foi construída ao longo de suas disputas com colonos e autoridades em nome da preservação de parte dos territórios que prometera aos índios preservar. O primeiro conflito com o governo teve lugar ainda em 1815, quando o Capitão general de Minas, Manuel de Portugal e Castro, em um ofício datado do mês de fevereiro, o repreendia por imiscuir-se em questões de sua autoridade:

Sendo-me constante que Vm.ce dirigira à Camara da Villa de Barbacena hum officio requerendo ser ouvido antes que a mesma Camara houvesse de informar em consequencia das minhas ordens sobre concessões de sesmarias nesses sertões e como quer que a mesma Camara compitão os exames necessarios sobre tal materia; devendo ella averiguar se as sesmarias pedidas pelas partes, são ou não dentro dos terrenos concedidos aos Indios; bem que eu esteja persuadido de que Vm.ce assim praticara p.r effeito de zelo q.' manifesta a pró dos mesmos indios debaixo da sua direção; contudo tenho a declarar-lhe, q.' foi incoherente o seu procedimento; por isso que não interveio autoridade minha.³⁰⁶

Marlière havia enviado uma ordem aos membros da câmara da vila de Barbacena, para que sesmarias não fossem doadas em

[305]. FREIREYSS, G.W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p.106.

[306]. CASTRO, Manuel de Portugal e. Officio de repreensão a Guido Thomaz Marlière, Diretor dos Indios do Pomba, por ter-se imiscuido em assuntos jurídicos de competência do Capitão General, ainda que lhe absolve o fato de te-lo feito em defesa dos Índios sob sua Direção. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 401.

território garantido por lei aos índios Coroados. Uma ação com tal envergadura, como Dom Manuel fazia-lhe ver, excedia sua autoridade. Desejava ser ouvido pelos juizes antes que as concessões de sesmarias tivessem lugar. Na verdade desconfiava da probidade dos homens responsáveis pelas doações. Em resposta a Dom Manuel, Marlière, mesmo frustrado, não enviou comentário algum. Talvez o momento fosse propício ao recuo.

É difícil imaginar quando Marlière passou a interessar-se pelo contato com os índios, mas é de crer-se que Dom João, ao nomeá-lo diretor dos aldeamentos do Pomba, já nele enxergasse um interessado no assunto. Seu pedido de extradição para o sertão demonstrava uma certa espontaneidade de interesse pelo contato com os índios. Marlière deveria encarar o sertão como um refúgio, nada agradável e nem desejável para qualquer homem “civilizado”, mas adequado a vida de um francês recém perseguido pelas autoridades régias. Muitos dos principais viajantes, em passagem por Minas Gerais nas três primeiras décadas dos oitocentos, visitaram Guido-Wald. As informações que reuniram a respeito dos índios e das matas em muito deviam ao Diretor-Geral.

Um exemplo é a carta enviada a Eschwege logo depois de sua visita ao Presídio de São João Batista. Marlière, que voltava de uma excursão de fiscalização ao quartel de Rio Pardo e Paraíba, contava ao amigo o que havia percebido a partir de um contato mais íntimo com os Puri. O texto deixa entrever algo do cotidiano dessas visitas, da relação de tutela que o Militar Francês procurava construir no âmbito das aldeias que dirigia e da visão romântica que tinha dos índios:

Meu amigo,

Regressei recentemente dos sertões dos rios Pardo e Paraíba, onde fiquei todo o tempo que me foi possível, fazendo tudo que estava no meu poder para promover o assentamento e a civilização

desses filhos vermelhos de adão. Minha chegada entre eles foi comemorada com muitas danças, da noite de minha chegada até o amanhecer do dia seguinte, quando todos foram banhar-se nas águas do Rio Pardo, como de costume. Como fez muito frio, açoitaram-se com urtigas para se aquecerem, retornando então para maiores manifestações de alegria com a minha chegada. O belo sexo compareceu somente depois de ter feito a sua toailete e, de maneira semelhante a gansos brancos ou grouns, em fila, uma atrás da outra. A primeira passou por mim andando de lado, enquanto as subsequentes escondiam-se umas atrás das outras, apoiando as mãos nos ombros da precedente, tentando, dessa maneira, esconder o que as senhoras da nossa sociedade escondem com suas saias. Sua toailete consiste de uma pintura do corpo todo com uma espécie de barro vermelho (esta terra vermelha é uma argila arenosa misturada com palhetas de mica), do qual envio uma amostra, e de colares feitos de dentes de macacos, enfiados regularmente, ou de caroços de frutas cortadas, o último caindo como uma cinta sobre o colar de dentes. Enquanto virgens, essas mulheres enfaixam as pernas acima dos tornozelos e abaixo dos joelhos tão apertado, de modo que as pernas ficam muito finas (essa faixa é feita de um barbante muito comprido e uniformemente fiado da rafia de certas trepadeiras). No dia do casamento tiram essas faixas e colocam uma coroa sobre a cabeça, que não deve ser confundida com o cocar, que também envio, e que é usado somente pelos caciques durante as guerras (o cocar do cacique é feito com pequenas penas amarelas e vermelhas, bonitas e selecionadas, colocadas verticalmente, com um penacho de penas maiores sobressaindo no centro. Como razão, as mulheres do mundo civilizado do Brasil adotaram a moda dos indígenas, adornando-se com plumas). A maior parte desses enfeites recebi da líder, que se desfez, a meu pedido, prontamente de todos eles.

Em troca, dei-lhe três côncavos de pano de algodão branco, e ela logo tanto se enfeitou com ele, que se tornou vermelho como a cor do seu corpo. Não posso deixar de mencionar aqui que encontrei a duas légoas dessa aldeia de índios uma família de puris légando, e entre eles avistei uma moça que se escondia atrás de uma árvore como Diana. Brincando, disse ao caçador selvagem, o qual achei ser seu pai, na língua deles, que queria a moça como mulher. O homem respondeu, pelo que entendi, que tinha apenas aquela filha e ainda muitas coisas que não entendi. Apenas sei que a moça, a quem depois chamei de Delfine, me seguiu e não me largou mais. Inconsolável, o pai veio até o meu quartéu de Roça Grande, distante cinco léguas da aldeia, na tentativa de convencer sua filha a permanecer com ele. Mas Delfine despachou o pai, presenteando-o com um lenço, que eu lhe dera, e com duas facas que me havia pedido. E nem mesmo meus pedidos para que ficasse com o pai conseguiram demovê-la da idéia de permanecer ao meu lado, onde continua, seguida de mais quatro mulheres. Então todo o seu afeto voltou-se para minha mulher, visto não se terem realizado suas expectativas em relação a mim. Ganhei vários colares e cordões de perna também de outras virgens, que imitavam sua líder e também me ofereciam esses presentes. Em troca, dei-lhes rosários de conta de vidro colorido, chamados miçangas, a que não deram muita atenção, por serem pequenos. No dia seguinte pude observar que haviam transformado alguns colares pequenos num maior, para chamar mais atenção. Não conseguindo imaginar um monte de homens e mulheres nus vivendo juntos em plena liberdade sem terem desejos carnis, observei-os atentamente, e posso dar testemunho, assim como todos que me acompanhavam, que nada vi em seu comportamento que pudesse ofender a moral da mais casta das nossas beatas. Algumas liberdades tomadas por alguns de nossos soldados, apesar da minha

expressa proibição, foram repelidas com desdém. Na presença de uma numerosa assembléia, mandei que se apresentassem os mansos coropós que havia deixado no ano passado entre os puris para lhe dirigirem os trabalhos e para que prestassem conta do comportamento dos índios, das ferramentas que lhes havia dado, dos porcos pertencentes aos portugueses e que eles tivessem abatido e do milho que tinham consumido. Acrescentei que ficara sabendo que muitos ali compareciam apenas para pegarem ferramentas e regressarem às matas, o que todos imediatamente negaram, mostrando-se realmente ofendidos pela acusação infundada. Disseram que em toda parte tinham sido expulsos por meio de armas, menos ali. Acrescentaram ainda que jamais abandonariam o Felipe (um dos mais distintos da aldeia dos coropós) e nem o Capitão Hereu (o grande Capitão, referindo-se a Marlière). Após elogios ao bom comportamento dos bons e leves reprimendas a outros dois que haviam matado porcos dos portugueses, mostrei-lhes os tesouros que lhes prometera: dei a cada um dos coropós um traje completo e presenteei também suas mulheres com cortes de pano de algodão, e todos os puris ganharam, cada um, uma faca. Dei também um machado àqueles que não haviam recebido nenhum no ano passado [...] Até agora detestam a cachaça. Das comidas, gostam especialmente de abóboras, que assam da seguinte maneira.³⁰⁷

Marlière admirava sobremaneira os homens de ciência. Acreditava que a partir deles viria o conhecimento necessário não só para a cura de todas as doenças, mas também para o estabelecimento de uma sociedade mais justa, baseada na razão. Febres intermitentes era o nome pelo qual na época se designava em Minas, o que hoje conhecemos como malária. Acreditava-se que

[307]. ESCHWEGE, W. L.von, op.cit., p.92-93.

esta moléstia era causada pelas emanações malélicas do solo. O tratamento ministrado pelos médicos consistia na ingestão de quinina cosida e ingerida várias vezes ao dia, o que reduzia o enfermo a uma pungente fraqueza.³⁰⁸

Em 1819, em busca de um alívio cientificamente sustentado para as febres que o acometeram durante uma diligência nas matas do Presídio, viajou para Vila Rica. Lá, enquanto se restabelecia sob cuidados médicos, foi visitado por Spix e Martius que, hospedados na residência de Eschwege, planejavam visitar os aldeamentos dos Puri, Coroado e Coropó.

Os dois haviam chegado ao Brasil em julho de 1817, por ocasião do casamento do Príncipe herdeiro Dom Pedro I com a Arquiduquesa Leopoldina da Áustria. Maximiliano José I, Rei da Baviera, que planejava a viagem do zoólogo Spix e do botânico Martius à América do Sul desde 1815, havia-se aproveitado das boas relações que naquele momento mantinha com a Áustria para realizar o seu intento. Francisco I, rei da Áustria e pai da noiva era seu genro e planejava enviar uma expedição composta por naturalistas do Museu de História Natural de Viena ao interior do Brasil. O atraso da comitiva da Arquiduquesa em chegar ao Rio de Janeiro com os demais naturalistas fez com que a expedição pelo interior do Brasil se realizasse de forma independente. Após seis meses transcorridos no Rio de Janeiro e despendidos no trabalho de preparar o roteiro da viagem, os dois, auxiliados por tropeiros e guias nativos, rumaram para São Paulo e de lá para Minas Gerais.

Em Vila Rica, haviam se encontrado com Eschwege que, ao hospedá-los, propagara notícias elogiosas sobre o capitão Guido

[308]. Para Oilian José a enfermidade que acometia violentamente Marlière durante todo o seu período na direção dos índios de Minas Gerais era a malária. Esta infecção, causada por protozoários do gênero *plasmodium* pode acometer ao homem e a outros animais. É transmitida por mosquitos anofílicos e aparece na documentação com o nome de febres intermitentes. Ver: JOSÉ, Oilian. *Marlière: o civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.

Thomaz Marlière, o magnífico santuário natural em que habitava e sua fazenda em meio aos índios Coroado.

Efetivamente o encontro dos dois naturalistas bávaros com Marlière em Vila Rica foi animado por grandes manifestações de simpatia. Impossibilitado de acompanhar os dois até São João Batista e Guido-Wald, o Militar Francês, no entanto, deu-lhes todos os meios que se encontravam ao seu alcance para que sua viagem fosse menos penosa e mais instrutiva:

Este digno oficial, que já havia ele próprio coligido muitas informações sobre esses índios, fez questão de dar-nos os necessários esclarecimentos sobre a nossa conduta para com eles e sobre o caminho para o sítio de morada, o presídio de São João Batista; mandou acompanhar-nos até ali por um de seus homens, e comunicou por escrito aos criados de sua casa e aos soldados do posto a ordem de satisfazerem em tudo aos nossos desejos [...].³⁰⁹

Partindo de Vila Rica no dia 31 de março de 1819, Spix, Martius e um oficial subalterno de Marlière passaram pela estrada que, de Mariana, alcançava o Presídio. Os dois naturalistas curiosos e entusiasmados com as possibilidades de descoberta, assustaram-se, no entanto, com a mata que alcançaram logo após a junção dos rios Turvo e Piranga. No início da Serra de São Geraldo:

[...] mal havíamos cortado o vale alagadiço, achamo-nos diante da espessura de uma mata na qual parecia nunca haver penetrado o sol [...] A picada ficou tão estreita, que a custo passava uma mula atrás da outra; escura como o inferno de Dante fechava-se a mata, e cada vez mais estreita e mais íngreme, a vereda nos levou por labirínticos mean-

[309]. SPIX, Joham Baptist von. MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v., p. 1981.

dros, a profundos abismos, por onde correm águas tumultuosas de riachos, e, ora aqui, ora ali, jazem blocos de rocha solta. Ao horror que esta solidão agreste infundia na alma, , acrescentava-se ainda a aflitiva perspectiva de um ataque de animais feroces ou de índios inimigos que a nossa imaginação figurava em pavorosos quadros, com os mais lúgubres pressentimentos.”³¹⁰

O caminho seguia ao encontro da Serra da Onça. Um vale separa as duas serras, que na época eram cobertas por densa vegetação. Ainda na mata, nossos deslumbrados, porém assustados e temerosos naturalistas, toparam com uma família indígena em migração. O homem caminhava à frente carregando seu arco e muitas flechas. A mulher, acompanhada de perto pelos filhos que já tinham idade suficiente para caminhar, além de sustentar em seus ombros uma cesta de folhas trançadas, na qual trazia utensílios domésticos indispensáveis, carregava nos ombros uma criancinha de colo que parecia equilibrar-se perfeitamente em cima de tudo. Esta tática de movimentação indígena, freqüentemente julgada como sobrecarga feminina pela maioria dos viajantes, tinha uma função muito clara e objetiva. O homem, caminhando à frente e com as mãos livres de outra coisa senão as armas, mantinha-se atento a qualquer ruído, respondendo rapidamente ao mais furtivo ataque, em defesa do grupo. A mulher, carregava as crianças e os utensílios domésticos indispensáveis a um estilo de vida marcado pela necessidade de rápido e constante deslocamento. Qualquer apetrecho mais pesado serviria apenas para emperrar a viagem longa em busca de condições melhores de sobrevivência. Com a criação dos aldeamentos, viagens entre eles tornaram-se bastantes freqüentes. A dizimação da quase to-

[310]. SPIX, J. B. Von.; MARTIUS, C. F. von. op. cit., p. 220.

talidade de muitas tribos propiciava ocorrências de famílias remanescentes isoladas, que sobreviviam a custo frente à pressão que incidia de todos os lados.

Continuando a viagem com Spix e Martius, chegamos a uma fazenda na qual os dois encontraram índios, mulatos e negros extremamente desconfiados, que não lhes corresponderam ao interesse. A noite passada em claro, dado o medo que sentiam de que, não obstante a chuva torrencial, algum daqueles “homens rudes” pudesse lhes atacar, sucedeu uma manhã mais “feliz”, pois que puderam, sem sobressalto, ganhar as léguas que os separavam do quartel-geral de Marlière: o Presídio de São João Batista. O subdiretor Capitão Gomes Barreto, de quem comentávamos na seção 3, os recebeu com grande atenção. Alguns dias de demora no Presídio deram ensejo aos primeiros contatos com os coroados. Nada entusiasmados com a indiferença e até antipatia que estes índios demonstravam frente à sua presença, os dois naturalistas surpreenderam-se com o conhecimento prático que os habitantes do presídio haviam adquirido fosse pelo convívio nas matas, fosse pelo contato com os coroados. Conheciam e sabiam designar a quase todas as plantas e animais³¹¹

Partiram no dia 10 de abril de 1819 para uma incursão em direção a Guido-Wald, onde Marlière, aparentemente esquecido da doença, os aguardava. Retornara de Vila Rica por algum atalho mais rápido, pois que não passara pelo presídio e alcançara os viajantes com uma rapidez surpreendente, dada a morosidade das viagens naquele ambiente. Tudo havia sido preparado minuciosamente pelo Diretor-Geral, desde o soldado de confiança que acompanhava a Spix e Martius pela selva até os criados da casa, já há muito de sobreaviso.

[311]. SPIX, J. B. von, op. cit. p.220.

[...] partimos do presídio e seguimos viagem, em companhia de um soldado para a fazenda Guidoal. Embora a picada fosse ali com algum melhor cuidado aberta, mal parecia que nos aproximávamos da morada do diretor geral; ao contrário, as vezes era difícil, sem machucar-nos, pular por cima de profundas covas e buracos. Trevosa mata virgem ensombrava-nos e, de longe, chegavam-nos aos ouvidos os mais estranhos sons de animais. A magia daquele ermo e a maravilhosa riqueza da mata empolgavam nossa alma, oscilante entre enlevos de prazer e sensações de temor [...].³¹²

No percurso, os três caminhantes da mata encontraram a grande aldeia de Morro Grande, cuja presença fora assinalada pela visão de uma bela índia nua que ostentava, à maneira como costumavam usar os coroados, uma cobra pintada ao longo dos braços e um colar de dentes de macaco em volta do pescoço. Além desses ornamentos em cor preta, tinha um círculo pintado em cada uma das faces, cortado por dois traços paralelos que partiam da boca em direção à bochecha. Enfeites em forma de M distribuíam-se pelo seu corpo. Essas pinturas eram confeccionadas com jenipapo, produzindo uma cor preto-azulada, e com urucum, responsável pelos tons avermelhados. Não nos restaram relatos sobre o significado dessas pinturas tribais dos coroados, mas sabemos que, desde cedo, as crianças eram com elas distinguidas dos meninos de outras tribos.

Assustada pela presença dos três, a índia avisou aos demais coroados que recebiam visita. A chegada dos brancos era denunciada com o toque de um berrante confeccionado com um chifre de boi. Sua reação, no entanto, foi indiferente e antipática aos viajantes. Os homens continuavam nas redes e viravam-se de costas. As mulheres mais jovens, temerosas, escondiam-se nas matas.

[312]. SPIX, J. B. von, MARTIUS, C. F. P. Von, op. cit. p. 223.

Alguns rapazes, receando o recrutamento militar, fugiram para as matas. Afetados por tal recepção pouco calorosa, os dois europeus solicitaram ao seu guia militar que lhes fizessem aproximar dos coroados. A apresentação, no entanto, não demoveu os índios de sua desconfiança.

Nas paredes das cabanas, estavam encostados diversos utensílios indígenas: cabaças de barro cosido, cestas de folha de palmeira contendo mandioca, batata doce e milho, um pilão, arcos e flechas e um chocalho todo enfeitado de penas (maracá). Animais de estimação povoavam o recinto doméstico, despertando o desejo de possuir dos viajantes: macacos, tartarugas e os cobichados papagaios coloridos. Invariavelmente a passagem destes forasteiros pelas matas era marcada pelo desejo de levar consigo algo que valia pela sua raridade. Assombrosamente as crianças indígenas também figuraram como souvenir neste negócio voraz. Freireyss e Wied Newied trocaram uma criança Puri num aldeamento em São Fidelis por uma camisa, duas facas, um lenço, uns fios de contas de vidro colorido e alguns espelhos. Condenando severamente a conduta do chefe indígena que assim se desfazia de um ser indefeso, o nobre europeu não se sensibilizava com as lamentações das mulheres, acrescentando, sem maiores pesos de consciência, que: “[...] era evidente que elas não queriam se desfazer do menino[...].”³¹³ A procura por crianças indígenas originou entre os índios o costume de seqüestrá-las em tribos inimigas para vendê-las a fazendeiros e viajantes.

Voltemo-nos, no entanto, para Spix e Martius que, deixando a aldeia um tanto quanto contrafeitos, logo chegaram à estância de Marlière. Lá, bem recebidos pelo Diretor-Geral, puderam anotar uma série de informações que, embora, parciais, nos trazem informações únicas sobre algumas das tradições indígenas. A esta-

[313]. WIED NEWIED, Maximilian. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. . p. 112.

da dos dois naturalistas na casa de Marlière deixou marcas significativas no seu *Viagem ao Brasil*. Não apenas este livro dedica-lhe um capítulo, como compõe-se com três litografias referentes às proximidades da fazenda Guido-Wald.

De todos os naturalistas em visita ao Brasil, talvez Spix e Martius tenham sido os que mais se incomodaram com a aparência física dos índios. Durante o século XIX, os desenhos dos viajantes foram sucessivamente adaptados por artistas de academia que, não raro, nunca tinham visitado as remotas regiões que retratavam. Certas imagens, diferindo significativamente dos esboços originais, causavam horror ou surpresa ao leitor europeu desavisado. Preconceitos que prendiam os padrões de estética à beleza clássica faziam das representações do homem e da natureza americana meras paródias do original.³¹⁴

No caso de Spix e Martius, a famosa litografia “A Dança dos Puris”, ambientada nas proximidades da fazenda Guido-Wald, mostra imagens de índios extremamente deformadas, nas quais transparece uma certa impressão de demência. O porte ereto, a indumentária européia e o ar de alheamento dos dois viajantes bávaros marcam sua pretensa superioridade em relação aos índios. Notemos que um dos Puris cumprimenta Spix com uma umbigada, mas parece não receber correspondente retorno. Ao que tudo indica a umbigada entre os Puris tinha função semelhante a um aperto de mãos entre os ocidentais ou uma reverência nos povos do oriente.³¹⁵ Na litografia, os dois europeus observam

[314]. Para um estudo mais aprofundado da iconografia dos viajantes europeus no século XIX, ver: HARTMAN, Tekla; PORTO ALEGRE, Maria Sílvia. Imagem e representação do índio no século XIX. In: GRUPIONI, Luiz Donizeti Benzi. (Org). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 59- 72.

[315]. Conversando com pessoas idosas da zona da Mata, fiquei sabendo que esta forma de cumprimentar sobreviveu no campo, entre os descendentes dos Puris até meados do século XX. Particularmente, informo-me a este respeito a entrevista realizada com meu avô, Waldemar Aguiar, filho de uma índia Puri e de um engenheiro alemão que visitava a região para construir uma ponte. Nascido no ano de 1922 na zona rural do município de Cataguases, meu avô ainda hoje me encanta com as histórias que conta sobre os índios que, ainda na década de 30 do século XX, refugiavam-se nas matas da região conhecida como Barão de Camargo.

os índios como quem, indiferentemente, desaprovava exaustivamente de uma criança.

A natureza, diferente dos homens, recebe neste desenho requintes de realidade. As três colinas da Serra da Onça que se vêem ao longe são perfeitamente reconhecíveis ainda hoje. Uma distorção proposital das feições destes índios refletia o olhar etnocêntrico dos autores, segundo o qual os índios procediam de uma humanidade inferior à “caucásica”, porque degenerada.

A respeito de A Dança dos Puris, Wied Newied certa vez comentou: “Todas essas figuras grosseiras têm uniformemente a cara feia como sapo com a qual não se acha em nenhuma tribo de índios no Brasil nem a mais afastada semelhança.”³¹⁶

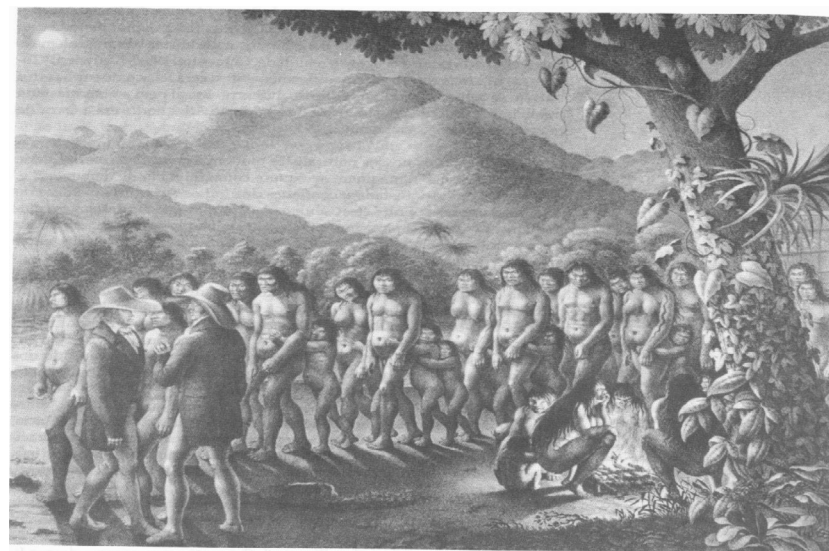


Fig. 4.2: A dança dos Puris Spix e Martius. Op. cit. p. 213. A descaracterização das figuras indígenas expressa o olhar dos viajantes que acreditavam estar diante de uma humanidade degenerada. A precisão da representação da paisagem natural contrasta com as formas grotescas emprestadas aos homens. Na foto abaixo vê-se ao alto os três cumes da serra da Onça representados no horizonte, do lado esquerdo desta litografia.

[316]. Wied-ewied apud LISBOA, K. M. op. cit., p. 152.

Fonte: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friederich Philip von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p.213.



Figura 4.3: Vista da Serra da Onça, a partir do cemitério dos índios, antigo território da Fazenda Guido-wald. Mesmo após as constantes e repetidas agressões ao meio ambiente, a beleza da paisagem continua a impressionar. Foto: José Otávio Aguiar.

Os padrões de beleza do século XIX incluíam formas delicadas e orelhas pequenas. Neste aspecto, os Puri e Coroados de Guido-Wald e São João Batista do Presídio causavam menos estranhamento nos seus visitantes europeus que seus vizinhos inimigos botocudos: “As orelhas são pequenas, bonitas, um tanto saídas para fora, não são furadas e nem desfiguradas por objetos pesados [...]”³¹⁷

Para aqueles historiadores da natureza, uma possível beleza dos índios não se completava, mesmo nos indivíduos de feições mais apreciáveis. Isso ocorria devido a uma pretensa melancolia e

[317]. SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von, op. cit. p. 231-232.

espírito obtuso que os viajantes insistiam em imputar-lhes. Para o ideal da ilustração, não bastava a simetria do corpo. A beleza humana plenificar-se-ia somente com a “superioridade moral”. As acusações de timidez e antipatia que Spix e Martius imputam aos índios e negros culminam em uma parcial constatação: nasceram para serem mandados, conduzidos à civilização. A intervenção de Marlière encontraria sua justificativa nestes pressupostos. Por “não ter-se desenvolvido”, o comportamento dos índios poderia, para eles, ser classificado como “fleumático.” Sem a devida percepção do passar do tempo, da distância que separava o passado e o futuro, o índio seria um ser simplesmente preocupado com a sua sobrevivência no presente. A indiferença e a apatia fariam dele “Taciturno, dócil no serviço dos brancos, tenazmente perseverante no trabalho obrigatório, não se encolerizando com modo algum pelo qual o tratam, porém suscetível de rancor demorado [...]”³¹⁸

O europeu seria inferior ao índio em sua composição robusta e vigorosa, quanto à sua força muscular, agudeza dos sentidos, resistência e longevidade. Ao negro sobriariam mobilidade e potência sexual, qualidades pouco manifestas nos índios e carentes entre os caucasianos. Estes últimos, entretanto, seriam agraciados com mais intensa atividade intelectual, o que lhes garantia a proeminência sobre as demais raças.

Homem de ciências, Martius era, no entanto, religioso o suficiente para creditar a criação de todas as raças humanas a uma só origem, como o demonstrou posteriormente, por ocasião de sua visita a Goethe.³¹⁹ A crença de que toda a humanidade gerara-se a partir dos pais bíblicos deixava aos índios e aos demais povos não ‘caucasianos’ a condição de seres degenerados, pensamento que

[318]. SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von, op. cit. p. 231.

[319]. Ver. LISBOA, K. M. op. cit. p. 141.

tem sua raízes numa releitura da teoria bufoniana da degeneração das espécies no Novo Mundo.³²⁰ Para Bufon, as características excessivamente úmidas do continente americano beneficiariam a sobrevivência dos répteis devido às características frias de seus sangue, mas, em contrapartida, atrofiariam o desenvolvimento humano, transportando os índios para uma espécie de infância raquítica, marcada pela indolência e pela incapacidade mental e física.³²¹ Na América os animais seriam menores, os homens imberbes e fracos. Este suposto “menor desenvolvimento da natureza” no Novo Mundo dever-se-ia também ao pretense fato de o continente Americano ser uma parte mais jovem dentre todas as outras porções secas do planeta.

Os dois naturalistas bávaros incorporaram a teoria da degradação dos índios como parte de seu esquema interpretativo da América, mas elevaram, em contrapartida, a natureza dos trópicos aos cimos da perfeição. Alçar-se acima dela, vencer os obstáculos que sua grandiosidade colocava aos sentidos despreparados, era o desafio do homem branco europeu. Só ele, através de seu exemplo e influência, conduziria de volta ao caminho do progresso a quantos selvagens encontrasse. Nos pontos em que a natureza americana é exaltada, seu discurso se aproxima de uma mal disfarçada influência Humboldtiana. O alemão Alexander von Humboldt foi o mais eminente naturalista de seu tempo e, mesmo não tendo vindo diretamente ao Brasil, influenciou sobremaneira a percepção da grandiosidade da natureza americana que marcou o pensamento de muitos dos pesquisadores que aqui

[320]. Sobre a teoria de Bufon veja: GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 19-43.

[321]. *ibid* p. 58. RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v.8, p.969-992, 2001. suplemento. p.987.

vieram. Sua expedição pelas Américas Central e do Sul (1799-1804) rendeu trabalhos sobre geografia física, história natural e meteorologia, resultantes de pesquisas financiadas por sua própria fortuna. Acompanhado do francês Aimé Bonpland, chegou a provar a interligação entre os sistemas dos rios Orinoco e Amazonas. Seu pioneirismo na associação entre o meio ambiente geográfico e a distribuição das plantas fez com que auferisse grande prestígio, atraindo a atenção do mundo erudito do século XIX para os resultados de suas pesquisas. Manteve correspondência freqüente com Spix e Martius, Fredrich Sellow, Eschwege, Saint-Hilaire, Wied-Newied, Rugendas, Burmeister, Avé Lallemand, dentre outros, acompanhando suas expedições pelo Brasil.³²² Humboldt procurava reunir e relacionar as “grandes massas de vegetais”, os grandes grupos zoológicos. Procurava distribuir as sociedades no espaço e situá-las no tempo, associando-as, no mesmo compasso, aos conjuntos geológicos, botânicos e zoológicos, em uma percepção de pretensões globalizantes. Em seu *Imagens da Natureza*, a flora, a fauna, os aspectos geológicos e geográficos apareciam engrandecidos, exuberantes e os homens americanos apenas os coadjuvavam, ocupando, não raro, um espaço menos importante. Muito freqüentemente, em Humboldt – ocorre de maneira diferente em Spix e Martius – eles estão até ausentes: “[...] o que é partilhado com o relato de viagem científico, no entanto, é a extirpação do humano. [...] A única ‘pessoa’ mencionada nesses ‘melancólicos e sagrados ermos’ é o próprio viajante europeu, hipotético e invisível.”³²³ Humboldt contribuía, assim, para uma reinvenção e reedição da imagem de uma América enquanto natureza, marcada por abundância e inocência, reinvenção essa que partia de diversas e

[322]. BELLUZZO, Ana Maria de Moraes, (Org.). *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Odebrecht, 2000. p. 24-25.

[323]. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru (SP): EDUSC, 1999. p. 219.

novas releituras de representações anteriores e que se estenderia a partir de outros protagonistas ao longo do século XIX:

[...] a ideologia, como o continente, não era na verdade, nova. Os europeus do século XIX reinventaram a América enquanto natureza, em parte porque aquela foi a maneira pela qual os europeus dos séculos XVI e XVII haviam originalmente inventado a América para si mesmos, e, em grande parte, pelas mesmas razões. Ainda que profundamente alicerçado nas construções setecentistas de natureza e homem, o indivíduo observador de Humboldt é também uma cópia exata e autoconsciente dos primeiros europeus inventores da América, Colombo, Vesúcio, Raileigh e outros. Eles também descreveram a América como um mundo primitivo de natureza, um espaço devoluto e atemporal ocupado por plantas e criaturas (algumas delas humanas), mas não organizado em sociedades e economias; um mundo cuja única história era aquela prestes a se iniciar [...].³²⁴

De forma algo diversa do Humboldt de *Imagens da Natureza*, os dois naturalistas bávaros não apreciavam a descrição longa e detalhada em meio à “solidão das matas”. Chegavam inclusive, frequentemente a temê-la em um misto de incerteza apavorante e admiração exultante. Neles, como também em Saint-Hilaire e em Freyreiss, as descrições zoológicas, botânicas e mineralógicas vêm, via de regra, amalgamadas a descrições etnográficas de toda ordem. Reincidente em seus textos era o tema da necessidade da tutela da sociedade europeia sobre os povos que se demoravam – e a atribuição de motivos para essa demora, como vimos, varia um pouco conforme a formação, os objetivos e as tendências dos autores – na degeneração ou na infância da humanidade.

[324]. PRATT, M. L., op. cit., p. 220-221.

Este tipo de concepção não entrava em desacordo com um conceito de evolução pré-darwinista que, como observou Lília M. Schwarcz³²⁵, partia da premissa de que havia uma natureza imutável e estática dos homens, que, desde sempre, haviam sido os mesmos em sua essência. Evolução, dentro desta perspectiva, passava a significar o mesmo que aperfeiçoamento moral, em outras palavras, o grau em que o homem havia se distanciado dos demais seres da natureza, alçando-se como um ser de maior liberdade e poder. Naturalmente, o padrão de homem moralmente desenvolvido era identificado no europeu, senhor de inovações técnicas capazes de subjugar não apenas a natureza, mas também as humanidades atrasadas ou retrógradas que necessitavam de sua intervenção para progredir.

O chamado “racismo da ilustração” __ ou como preferem alguns, *racialismo* __ mostra-se aí em toda a sua expressão, mesmo que em certos momentos mascarado de impulso filantrópico e isento. Aí, a fala da anticonquista tentava isentar-se novamente de todas as responsabilidades, na medida em que situava os viajantes na condição de meros observadores. Críticos em relação ao tráfico negreiro, os dois autores são, no entanto, complacentes no que toca à escravidão, já que, através dela, os negros poderiam adquirir os costumes e práticas civis e religiosas da civilização europeia.³²⁶ Impressiona perceber como o pensamento de Spix e Martius aqui se nivela em parte com o de Azeredo Coutinho, autor justificador da escravidão a que, certamente, os naturalistas devem ter recorrido.³²⁷

[325]. SCHWARZ, Lília M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1993. p.48.

[326]. SPIX, J. B.von; MARTIUS, C. F. P von, op. cit. v. 2, p. 160, 653.

[327]. Conforme observou LISBOA, K. M. Op. cit. p.145. *O Ensaio Sobre o Comércio de Portugal*, de Azeredo Coutinho, consta como referência bibliográfica em viagem pelo Brasil.. Confira: SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von, op. cit., v.2, p. 260-806.

O mesmo *Viagem ao Brasil* comporta uma crítica aos diretórios indígenas, ao mesmo tempo em que exalta as já inexistentes aldeias jesuíticas. A idéia sustentada é a de que o fato de os autóctones aldeados serem obrigados a entregar sem, resistência, metade de sua produção agrícola ao diretor era digno das mais duras tiranias e dos piores senhores absolutos. A falta de fiscalização fazia das aldeias verdadeiros campos de monopólio do

diretor, que, desse modo, explorava a mão de obra indígena. Para Spix e Martius, tais militares ainda praticavam:

[...] as maiores crueldades, os mais vergonhosos vícios, ao passo que apresentavam, como inacessíveis a toda a civilização, os índios como criaturas irracionais; ora censuravam os seus pupilos por não saberem economizar o salário que recebiam para o trabalho, recusando assim entregar-lho; ora alegavam que eles queriam trabalhar e pagar o dízimo, ao passo que só tratavam de esquivar-se de prestar contas ao erário; ora inventavam até que os índios tramavam secretamente revolta para assenhorear-se da aldeia [...].³²⁸

Estes comentários sobre a conveniência ou não de manterem-se os diretórios indígenas ambientavam-se justamente no período de maiores polêmicas a respeito do assunto. Desde 1798, com a revogação do Diretório Pombalino, uma incerteza e um vazio a respeito do modo como a questão indígena deveria ser conduzida reinava absoluto nas decisões governamentais. Na prática, durante este período de vácuo legislativo, o diretório Pombalino continuava a valer.³²⁹ A complexidade da questão indígena

[328]. SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von, op. cit. v.3, p. 44-45, 930-931.

[329]. Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da.(org). *História dos índios no Brasil*. Op. cit. p. 9-11. Ver também a transcrição completa do texto original do Diretório dos Índios no apêndice do excelente livro de: ALMEIDA,

no período estudado torna-se patente com as descrições de índios escravizados por captura em guerra justa, presentes nos textos de muitos viajantes. Várias vezes revogada, a abolição pombalina da escravidão indígena nunca teve aplicação prática e simultânea em todos os recantos da colônia. A partir de 1808, permitiu-se escravizar por tempo limitado aos botocudo e aos Puri não submetidos, capturados em batalha.

Os autores incentivam a retomada das missões religiosas e, reconhecendo as “crueldades” que contra os índios eram praticadas, chegam quase a inocentá-los da “involuntária” continuidade de seu processo de “degeneração”.

Não está em nosso objetivo uma explicação detalhada das concepções que, na raiz do pensamento de Spix e Martius, justificavam tais inferências. Tal análise será desenvolvida, destacando-se o seu conteúdo de projeto civilizador, na seção seguinte, ao longo da qual destacaremos a singularidade do pensamento de Marlière em relação aos homens do seu tempo, dentre eles os viajantes europeus que passaram por suas diretorias.

Por agora, cabe-nos inventariar algumas das representações da fazenda Guido-wald, tentando recuperá-la como espaço de produção de conhecimento para um grupo de estudiosos europeus da primeira metade dos oitocentos. Ao fazê-lo, não nos deve escapar que as visões europocêntricas dos viajantes encontravam suas correspondências no comportamento dos índios. Tal como os Botocudo, que se autodenominavam Borum (os homens verdadeiros), os Puri, Coroado e Coropó receberam com grande antipatia os dois historiadores da natureza que os visitavam. A antipatia e compaixão que estes últimos sentiam deveria acompanhar-se de sentimento correspondente do lado dos índios.

Rita Heloísa de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997. (documento transcrito a partir da p. 370)

A viagem para Guido-Wald rendeu ainda a Spix e Martius duas representações dos índios da Serra da Onça, próximo à fazenda Guido-Wald. A primeira descreve a festa de embriaguez dos coroados, reproduzindo uma cerimônia de expulsão de espíritos malévolos realizada pelo pajé e acompanhada atentamente pelos índios. Um soldado de Marlière acompanha os naturalistas na observação do ritual indígena. Demarca-se, na cena, uma linha divisória entre os atentos observadores indígenas, envolvidos em um início de festividade, e os naturalistas distantes que consideravam tais movimentos reflexos de uma “melancolia” digna de pena, alimentada pelo “vinho da superstição”.³³⁰

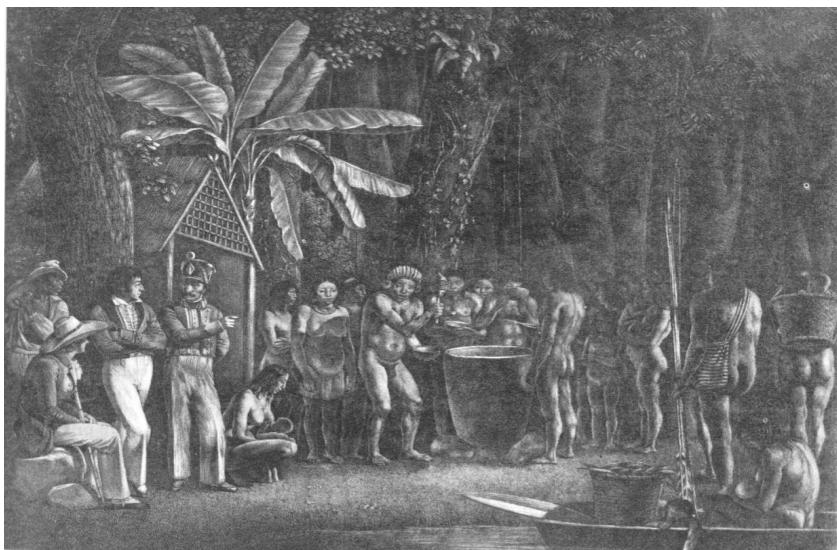


Fig. 4.3: Festa de embriaguês dos Coroados, próximo à fazenda Guido-Wald. Os europeus, da esquerda para a direita, representam Spix e Martius e o Capitão Marlière. Viagem pelo Brasil (1817-1820).

Fonte: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friederich Phillip von. *Viagem pelo Brasil*: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 209.

[330]. A propósito, veja o item Superstição (Capítulo tirado de Cícero, de Séneca e de Plutarco) no Dicionário Filosófico de Voltaire: VOLTAIRE, François Marie Arouet de. *Cartas Inglesas; Tratado de Metafísica; Dicionário Filosófico; O Filósofo Ignorante*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.286-288.

A próxima imagem descreve cenas cotidianas dos trabalhos dos Coroado às margens do Rio Xopotó. Algumas mulheres socam o milho em pilões, outras mastigam-no para depois restituí-lo em uma tigela de barro destinada ao preparo da bebida espirituosa que embalava as festas durante a noite. Ao fundo, um índio caça, envergando seu arco; crianças e homens se refestelam ao redor do fogo. Alguns descansam em redes, outros, se entregam à confecção de farinha de mandioca.



Figura 4.4: Índios em atividades cotidianas, próximo a Fazenda Guido-Wald.

Fonte: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friederich Phillip von. *Viagem pelo Brasil*: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 209.

Os dois autores, algo desdenhosamente, lamentam o primitivismo dos seus anfitriões. Spix e Martius tinham consciência de que, paradoxalmente, a civilização que desejavam ver difundida ameaçaria a sobrevivência das plantas e animais que procuravam catalogar. A natureza intocada apresentava para eles seu efeito

de êxtase dos sentidos, mas também personificava tudo quanto havia de mais assustador e incontrolável. A natureza deveria ser domada para a ocupação do colono europeu, mesmo sofrendo a constante ameaça de degradar-se. O mesmo poder-se-ia afirmar no tocante à civilização dos índios. Como observou Karen Macknow Lisboa:

[...] apesar dessas ameaças, os autores defendem o processo civilizador, por ser este conduzido pela ‘raça caucásica’, ou seja, pelo europeu. Pautados num transparente “racismo da ilustração, acreditam que só a raça humana incorpora a verdadeira humanidade, a liberdade, a viva consciência moral, a religião, o espírito, a ciência e a beleza do corpo. Por isso mesmo é guiada quase que involuntariamente a todas as partes do mundo, sempre vitoriosa, justificando a irradiação da ‘civilização’ europeia pelos cinco continentes.³³¹

Frente às “atrocidades” cometidas pelos europeus, os dois cientistas da natureza, negando-se a admitir o fracasso da intervenção civilizatória, acabam por resgatar, por um instante, De Pauw que, ainda nos setecentos, negou aos índios o atributo humano de perfectibilidade. Para eles, desde sua origem, os índios estariam vivendo em um estado de imutável degeneração.

Grassava na Europa por aqueles tempos uma onda de estudos associados ao que então se chamava de “anatomia comparativa.” O termo foi cunhado por Johann Friedrich Blumenbach, médico, naturalista e fisiologista alemão a quem se atribui a fundação da ciência da antropologia física, que possuía uma considerável coleção de crânios humanos. Nascido em 1752 e morto em 1840,

[331]. LISBOA, K. M. op. cit., p. 204.

Blumenbach influenciou várias gerações de naturalistas com sua idéia de que o estudo da formação óssea dos crânios humanos poderia revelar aspectos de sua formação e estado de desenvolvimento na escalada das espécies. Dentre seus alunos, poderíamos citar Eschwege e Langsdorf. O primeiro enviava crânios de índios coroados para a Alemanha já em 1814. Em seu *Jornal do Brasil*, o barão alemão deixou registrada a insatisfação dos índios com tais exumações:

Certa vez, quando procurava um crânio de um coroados para enviar ao meu amigo, professor Blumenbach, em Göttinguen, contratei um jovem coroados como guia. Ele aceitou, porém recusou-se a participar da exumação, alegando que o morto poderia aparecer de noite e o atormentar, e até matá-lo [...].³³²

Blumenbach classificou os crânios dos botocudos analisados como representantes do momento da história natural em que os orangotangos haviam se separado dos homens.³³³

Voltando à narrativa da viagem de Spix e Martius à fazenda Guido-wald, cabe observar que o itinerário comportaria mais uma agressão cultural. Desejosos de estudar o esqueleto de um coroados, os viajantes conseguem convencer seu amigo francês a fornecer-lhes os restos mortais de um índio morto no combate aos Puris. Receosos da reação da nação Coroados para a qual aqueles ossos representariam muito, classificando sua possível revolta na qualidade de superstição, os dois naturalistas, entretanto, sentem-se incomodados e temerosos em permanecer mais tempo na fazenda, retirando-se às pressas, na manhã posterior.

[332]. ESCHWEGE, W. L.von, op. cit., p. 104.

[333]. CUNHA, Manuela Carneiro da, (Org.). Política indigenista no século XIX. In: __. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992, p. 134.

Inquietava-os a ânsia de divisar “*feições mais humanas*”. Afinal de contas, a mata do Guido era, também, afortunada e desconfortavelmente, para os dois, a mata dos índios.

4.3 LANGSDOF E OS HABITANTES DAS CERCANIAS DE GUIDO-WALD

Após a partida dos dois naturalistas bávaros, o Capitão Marlière passaria um bom tempo sem receber europeus em sua quinta. Anos antes, uma família de São Domingos do Prata mudara-se para as vizinhanças. Constituía-se de um homem de meia idade, Manuel Ferreira da Costa, sua esposa e seus nove filhos. A ele, no rastro do Capitão Marlière, seguiram-se os primeiros luso-brasileiros a ocuparem a região.³³⁴ O francês franqueava o acesso dessas famílias aos territórios, até então exclusivamente indígenas, com a condição de que certas fronteiras não fossem ultrapassadas.

Em 1824 Langsdorf, Rugendas, Riedel e Mètriès, de passagem por Capela D’Ubá, lamentaram não ter encontrado em casa o “chefe” francês dos índios, que então se encontrava em Ouro Preto:

Ontem, em Capela D’Ubá recebemos a notícia, segura e desagradável, de que o Sr, Guido Marlière ainda não tinha retornado. Sua Fazenda localiza-se a cerca de três quilômetros do lado de Sobradinho. Se tivéssemos certeza de sua presença na fazenda teríamos ido aqui visita-lo, sem nossa bagagem, a pé ou a cavalo.[...] Aliás, espero conseguir com o Sr. Marlière informações mais completas sobre a língua (dos índios) [...].³³⁵

Não encontrando Marlière, os viajantes seguiram para o Presídio de São João Batista, que distava

quatro léguas do arraial de São Januário de Ubá e cinco da freguesia da Pomba. Esta última localidade frustrou as expectativas dos viajantes, decepcionados não apenas com a recepção, mas também com o estado de decadência em que se encontrava a Vila:

[...] é o lugar mais miserável que já encontramos até hoje. A igreja é uma das mais antigas da região e agora está em franca decadência. Como todas as outras ela é de pau a pique e fica numa grande praça aberta e livre. O lugar tem várias ruas, as casas são pequenas e térreas e, neste momento estão quase todas abandonadas pelos seus habitantes, que estão todos em Descoberta Nova. Um padre tem, bem perto da aldeia, um moinho de cana de açúcar e uma venda[...].³³⁶

É interessante observar como essa imagem de decadência da Freguesia da Pomba difere do relatório enviado por Marlière alguns anos depois, por ocasião do final de sua diretoria, citado ao final da seção anterior. As descobertas repentinas de efêmeros veios de ouro no sertão transportavam para a região todo um potencial de trabalho, direcionado pelos sonhos de homens pobres e livres. O esgotamento rápido destas “descobertas novas” motivava o retorno destes comerciantes, lavradores, sitiante, homens de comércio e tropeiros às suas antigas e abandonadas vilas. As vendas que comerciavam aguardente e gêneros alimentícios serviam de espaço de lazer onde os homens escoavam facilmente no jogo o que haviam ganhado na lavoura ou na mineração. Nestes ambientes, eram comuns disputas que terminavam em morte. A riqueza alcançada com a mineração, com a venda de poaia ou com o comércio de aguardente partilhava da mesma efemeridade dos deslocamentos humanos. Para estes homens, freqüentemente

[334]. Ver sobre os primeiros moradores do arraial de Sant’ana do Sapé: JOSÉ, Oilian, op. cit. nota.

[335]. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.), op. cit., p.90-91.

[336]. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da Silva. Op. cit, 1997. p. 72.

aplicava-se o ditado então corrente: “pai taberneiro, filho cavaleiro, neto esmoleiro”.

É o próprio Langsdorf quem o constata ao visitar Descoberta Nova, um lugar onde havia se descoberto ouro. O novo aglomerado de fogos era habitado por homens que, abandonando suas famílias, propriedades rurais e demais atividades, lançavam-se à aventura da mineração. Provinham, em sua maioria, do Arraial da Pomba e da vizinha Freguesia das Mercês:

[...] alguns vivem miserável e deploravelmente; outros gastam tudo ou perdem no jogo o que ganharam com a lavação. Foi realmente muito estranho ver aqui pessoas que, há poucas semanas, talvez não possuíse sequer um tostão e que agora lidam com talheres de prata como se fossem moedas de cobre. Nem mesmo o ouro tem valor. Pode-se dizer, como foi ganho, será desperdiçado. É como uma loteria, ninguém sabe avaliar o valor do ganho [...].³³⁷

Johann Moritz Rugendas, que então ainda acompanhava a expedição registrou o seu olhar sobre uma cena de lavagem de cascalho para a detecção de ouro em Descoberta Nova, não muito longe do Rio Pomba. As figuras humanas são quase onipresentes na obra deste artista de índole romântica. Vêm-se feitores e escravos em trabalho intenso. Seus corpos seguem um modelo clássico, influenciado por certos apelos naturalistas. Ao lado, protegidos do sol pelo que parece ser um arco de bambu coberto por folhas de coqueiro, senhores observam, inativos, homens livres parecem negociar. A atividade mineradora havia aberto uma clareira na mata:

[337]. SILVA, D. G. B. da S., op. cit. p. 78.



Figura 4.5: Descoberta Nova, Perto do Rio das Pombas, 1824. Johann Moritz Rugendas. Fonte: BELLUZO, Ana Maria de Moraes, (Org.). *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Fundação Odebrecht, 2000, p. 127.

A primeira derrubada da mata exigia esforços consideráveis. Todos os relatos são unânimes em afirmar a existência de enormes árvores naquela região das Minas: “[...] árvores majestosas, com alturas e dimensões raras, alguns primorosos jacatirões, admirados por todos os viajantes, até mesmo brasileiros. Um deles mal podia ser abraçado por cinco pessoas [...]”.³³⁸

Alguns índios que trabalhavam na extração de poaia adaptaram paulatinamente suas originais trocas em espécie pelo recebimento de irrisórios salários, que o alcoolismo os fazia gastar em poucas horas. Seu trabalho foi empregado não apenas na derrubada de florestas, mas também na construção das estradas que, com frequência, simplesmente representavam o alargamento de suas milenares picadas. Homens pobres e livres também se juntavam

[338]. SILVA, D. G. B. da, op. cit. p.81. Cabe aqui uma ressalva: Jacatirão é o nome popular para o gênero *Miconia* (Melastomataceae), árvore típica de florestas secundárias nas quais, em geral, não atinge grande porte. O tamanho relatado pelos viajantes pode indicar, tanto a idade muito avançada das espécies lá existentes, quanto um patente engano quanto à sua denominação.

aos escravos para trabalhos pesados como a primeira derrubada de um bosque virgem: “A floresta exige mais esforço que a capoeira, por isso os mais pobres se juntam aos poucos escravos e ganham alguma diária em troca de trabalho duro. As capoeiras só são capinadas em agosto e queimadas no início de setembro [...]”.³³⁹

Este tipo de agricultura predatória, que se seguia às grandes derrubadas, deu início à degradação dos solos da Mata. Como observamos na seção anterior, a maioria dos relatos, assim como também os documentos consultados, apontam para a predominância de pequenos proprietários no cenário econômico que, então, se delineava nos arredores de Guido-Wald. O crescimento das famílias e o rápido esgotamento das terras levavam a uma necessidade de expansão que certamente alimentava os conflitos com os índios. De passagem pela região em 1824, Langsdorf entrou em contato com um morador de uma fazenda onde habitavam e trabalhavam vários membros de uma mesma família. Perguntando a respeito da história de sua presença no local, recebeu a seguinte resposta:

Ele é um dos 13 filhos adultos de um pai (famílias Dias e Teixeira), dos quais seis são homens e sete, mulheres. Dois homens e duas mulheres vieram há 11 anos de Vila de Queluz. Todos são casados, possuem alguns escravos e trabalham essa faixa de terra de uma légua. Ele me disse que, se a família crescer na mesma proporção que a do seu pai, logo a fazenda e a terra serão pequenas demais para todos e eles terão que se separar.³⁴⁰

A expansão das famílias contribuía para intensificar a pressão sobre os territórios indígenas que, não obstante já reconhe-

[339]. SILVA, D. G. B. da, op. cit. p.75.

[340]. *ibid.* p. 76-77.

cidos, eram freqüentemente invadidos. A presença de Marlière em Guido-Wald contribuía para a manutenção de certa dose de disciplina entre soldados e colonos. Quanto aos Coroado e Coropó, sua presença freqüente no Presídio de São João Batista e arredores impediu, por algum tempo, que as terras reconhecidas à sua posse pelos reis de Portugal, ainda no século XVIII, fossem invadidas por colonos ambiciosos. Guido temia que, com a independência, os títulos de propriedade concedidos aos Coroado pelos reis de Portugal fossem revogados. Sua designação para os sertões do Rio Doce a fim de contatar os Botocudos, em 1819, faria com que, longe de sua paternalista proteção, voltassem os índios a ser incomodados:

Os Coroados, e Coropós, vassallos úteis e trabalhadores; são outra vez inquietados por Brasileiros que a titulo de Sesmarias asquiridas Sabe Deos Como! E sancionadas p.r Juizes Sesmeiros, que, na forma das leis, devem ver medir, ficão onde achão melhor comodo , e mandão uns agentes perfidos e mercenarios, que sem piedade incluem nas suas medições quantas Aldeas antigas encontrão. Já representei, porque hé assim ordenado : acabo de receber novas queixas desses mesmos indios, e do seu Director sobre a mesma materia. Acho-me longe e não hé de prudência deixar ao abandono os Botocudos, que mais pedem a minha presença. Os índios, na mente daquelles usurpadores não tem direito à terra em que nascerão , e de que p.r direito natural, e outras leis dos Senhores Reis de Portugal são senhores, donatarios e proprietarios. Pobres Indios! Hei-de morrer antes, que os vossos oppressores e Injustos, vos concedão ao menos a qualidade de homens. Os puris vão-se acostumando à agricultura, menos os immensos occupados na extração da poalha [...].³⁴¹

[341]. GUIDO..., op. cit., p. 595..

A extração de poaia desviava todos os anos centenas de índios das terras em que haviam sido assentados. Aproveitando suas ausências, colonos invadiam seus territórios. O aspecto pobre observado em 1824 não perdurou na Freguesia da Pomba para além da década de 30 do século XIX. Não obstante a rusticidade das residências, característica quase universal do período, um comércio dinâmico afirmaria-se em definitivo, garantido a sobrevivência de um mercado que, em décadas, excluindo os índios da terra ou transformando-os em lavradores, centuplicaria o número de escravos para o investimento na lavoura do café.

A idéia de que o Brasil necessitaria do auxílio estrangeiro para se livrar dos pesos que o conservavam em estado de barbárie, invariavelmente presente em todos os europeus que nos deixaram relatos deste período, parece-nos inigualavelmente expressa nas palavras que Langsdorf emprestou a um mineiro no dia 3 de novembro de 1824:

Conversa entre um viajante europeu no Brasil e um brasileiro: Brasileiro: __ Então, o que o senhor acha de nosso país? Europeu: __ Bom, ruim ou médio, como quiser. Brasileiro: __ Sim, o senhor tem razão. Esta terra é boa, mas tudo aqui ainda é selvagem e rudimentar. Temos riquezas que não conhecemos, mas somos ignorantes e cegos, não sabemos como utilizar essas riquezas. Posso lhe perguntar qual é a sua nacionalidade? Europeu: __ Sou alemão. Brasileiro: Ah, é o país da nossa imperatriz. Então o senhor é batizado. Pensei que o senhor fosse inglês, eles não são batizados. Ou: Europeu: __ Sou francês. Brasileiro: __ É uma nação inteligente; todas as mercadorias que vem de lá são bonitas, muito mais do que as inglesas. Ou: Europeu: __ Sou inglês: é uma nação comerciante e rica que quer levar para lá todas as nossas riquezas.

Nós não temos nada; trabalhamos sempre para os ingleses; todo o nosso ouro vai para a Inglaterra. [...] Brasileiro: __ Vocês tem também muitas riquezas (falando com um alemão)? Na Inglaterra e na França há muitas fábricas, o senhor sabe? Europeu: __ Mais do que aqui. Brasileiro: Não podemos ter fábricas, pois ninguém aqui sabe como montá-las e dirigi-las. Nós vendemos nosso algodão cru para os ingleses, e, em troca, eles nos mandam suas mercadorias a preços altos [...].³⁴²

Implícito ao diálogo, percebe-se também a disputa pelo mercado brasileiro – desde os tratados de 1810 quase monopolizado pela Inglaterra – que então animava as potências européias. O Brasil deveria liberar vantagens aduaneiras para outros países que não a Inglaterra; ao mesmo tempo, precisaria urgentemente franquear suas fronteiras aos sábios e experimentados europeus já que seus homens nada conheciam das verdadeiras técnicas e engrenagens do progresso. Homens que tinham consciência de que uma vida econômica internacional movimentava-se entre disputas e vitórias monetárias eram uma raridade naqueles sertões. A maioria não fazia idéia da razão pela qual, vindos de tão longe e carregados de tantas quinilharias, aqueles estrangeiros dirigiam-se à fazenda Guido-Wald.

Assustada, curiosa e, frequentemente, desconfiada, a população não negava abrigo aos viandantes. Os relatos de visitas a famílias e propriedades agrícolas revestem-se de especial interesse. A relativa exclusão feminina em certas relações sociais, tão presente nos escritos dos viajantes, não aparece, entretanto, confirmada de modo absoluto em todos os relatos, fazendo-nos divisar variações de costumes e situações nas quais as mulheres

[342]. op.cit., p. 213-214.

assumiam até mesmo o encargo de direção da fazenda na ausência de maridos e filhos.

O relato sobre a residência da velha senhora que recebeu comitiva de Langsdorf em sua fazenda, situada a um quarto de légua da Pomba, traz-nos um exemplo interessante: “[...] o que mais nos chamou a atenção foi que algumas das criaturas femininas que vimos sentadas trabalhando e as netas não fugiram nem se esconderam, como acontece em outros lugares, mas continuavam trabalhando e respondiam às nossas perguntas com simpatia e simplicidade.”³⁴³

Mais à frente, vemos mais um comentário na mesma direção: “Uma senhora nos recebeu aqui na fazenda...Aparentemente, na ausência do homem, é ela que administra a fazenda. Ela tem uma filha casada e algumas solteiras; a de 16 anos é muito gentil. Ao contrário dos costumes e hábitos locais, elas não se escondiam. O pai é um português.”³⁴⁴

Langsdorf atribui a falta de timidez das mulheres do sertão a uma pretensa preservação dos valores morais já degradados nos centros urbanos: “As pessoas aqui são muito trabalhadoras e ativas; a moral ainda não está corrompida, por isso elas não tem vergonha de aparecer para os viajantes. Em Barbacena, onde reina grande degradação moral e indolência, as mulheres e moças ficam trancadas o dia todo dentro das casas, não aparecem nem à janela.”³⁴⁵

O que nos parece, entretanto, mais provável é que necessidades materiais e relações sociais diferentes permitissem mais espaços de autonomia e intervenção para estas mulheres do sertão. A constante ausência dos maridos, ocupados no transporte de

[343]. SILVA, D. G. B. da S. op. cit, 1997, p. 67.

[344]. *ibid.*, p. 86.

[345]. *op.cit.*, p.86.

mercadorias para serem vendidas nos principais centros urbanos, ou afastados de suas atividades habituais para acompanharem, esperançosos, novas descobertas de ouro, oferecia-lhes diversas oportunidades de conduzir as propriedades agrícolas. Ao que tudo indica, faziam-no com considerável sucesso.

Maria Vitória dirigia Guido-Wald nas longas ausências do marido, quando as Divisões do Rio Doce precisavam ser inspeccionadas. Tinha bom contato com os índios, fazia as contas de seus salários e dirigia os trabalhos da sede da fazenda. Para Anna Joaquina de São José, sua conhecida que, em 1902, ainda vivia, Dona Maria Vitória da Conceição Rosier Marlière era “...senhora muito ilustrada que falava bem o francês.”³⁴⁶

4.4 A TRADIÇÃO DE HOSPITALIDADE: GUIDO-WALD COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

O costume de hospitalidade dos mineiros, surgido da necessidade, comum a todos, de viajar longas distâncias sem pouso certo, foi confirmado pela totalidade dos viajantes que, de passagem pelo interior da Capitania/Província, necessitaram da boa vontade de desconhecidos e freqüentemente inesperados hospedeiros. A fazenda Guido-Wald não fugiu, neste sentido, a uma regra quase geral. Seu diferencial foi a política explícita de atração de estudiosos, em viagens previamente programadas por seu proprietário para visitantes europeus. Guido desejava fazer de sua residência um centro de pesquisas, sempre aberto à acolhida dos mais diversos homens de ciência. Mesmo após sua reforma, em 1829, a tradição de acolher com especial atenção aos estudiosos perduraria.

[346]. Ver: FRANCO, A. de M., *op. cit.* p.135.

Manuel Pires da Silva que, já em 1833, visitou Guido-wald, deixou-nos a mesma impressão de boa recepção. À espera de uma tropa que viria buscá-lo na fazenda foi recebido pelo próprio Marlière que, agora já distante do governo dos índios, havia feito de sua casa um grande repositório de suas anotações e planos para os sertões de Minas Gerais. Havia também lembranças dos visitantes, coleções de jornais de Ouro Preto, para os quais enviara freqüentemente artigos, como *O Universal* e *Abelha do Itacolomi* e uma gama variada de materiais coletados ao longo das andanças pelas selvas:

Atravessei vargens e pequenas fazendas até a Aldeia do morro, então o caminho passou a S.E. e a L.S.E. até Guido-Wald. Comecei já da extrema desta fazenda a receber affetos da hospitalidade do Sr. Coronel Guido T. Marlière que teve a bondade de fazer muitas reparações em sua extensa testada. A recepção que me fez este senr. consetanea com as preliminares civilidades que me fornecirão já no meu pouso no Presídio. As suas maneiras nobres, polidas e francas ao mesmo tempo, confirmarão logo a prevenção favorável em que eu vinha, de abrir a mais instructiva e interessante correspondência (...) Na mesma tarde teve elle a bondade de franquear-me todos os seus jornaes e seus escriptos cuja leitura convenceu-me a hum tempo da sabedoria de sua administração dos índios: de sua filantropia e zelo para a causa desses infelizes. A conversação do sábio e a leitura da coleção que foi formando das ordens e requisições `a prol da colonização deram-me a necessária indiferença pela tardança da tropa. (...) ...a polidez e a charidade maternal de Mme. Marlière adoção meu azedume pelo retardamento e incômodo que tenho dado aos honrados hospedeiros. Mme. Marlière, prevenindo minhas necessidades e gastos, já com regalos, já com a variação da leitura e já finalmente com mil

encantos e agrados a meo filho tem adquirido direitos a minha gratidão e saudade [...].³⁴⁷

Seus hóspedes compartilhavam com ele a idéia de que seu afastamento da diretoria dos índios causaria o seu desaparecimento e consolavam-no em suas decepções. Percebe-se também, em todos estes relatos, a idéia típica do pensamento marlieriano, de que os índios eram meras crianças necessitadas de paternal defesa por parte do Estado. Defendê-los era, para Guido, um ato de filantropia a que todo homem de luzes não se deveria furtar.

Guido-Wald, que sobreviveria em décadas ao seu criador, tinha ao todo 252 alqueires de cultura e matas e dois alqueires de pasto. Foi, em 1864, avaliada em 55\$000 o alqueire.³⁴⁸ Mesmo após a morte de Guido, Maria Vitória, que já assumia freqüentemente a administração da fazenda nas constantes ausências do marido, continuou a receber visitantes estrangeiros, viajantes ilustres e naturalistas mineiros em sua casa. Quando em 1851, o médico, geólogo e zoólogo alemão Herman Burmeister, veio a Minas para pesquisas diversas e terminou por passar 5 meses na companhia de Peter Lund, em Lagoa Santa, a fazenda Guido-Wald ainda servia de ponto de referência quanto ao que toca à boa hospitalidade. De passagem pela Zona da Mata, Burmeister lamentou o erro de caminho que o fizera desviar-se da residência de Dona Maria Vitória Marlière:

Descansamos pelo espaço de tempo de uma hora, finda a qual prosseguimos na viagem, atravessando logo o Rio Chipito (xopotó) por uma boa ponte

[347]. ADDENDA às "ephemerides mineiras". *Revista do Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 9, n. ½, p. 89-174, jan./jun. 1904. p. 128

[348]. Ver: Inventário de Leopoldo Guido Marlière.- 1851-03-15/1871-03-15. Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial.. PPI/47.

de mamdeira, construída em 1848, Nesse ponto a estrada bifurca-se. A da direita, segue o rio Chipito acima, e ter-nos-ia levado, se a seguisse-mos,, até a fazenda Guidovale (guido-Wald), a 5 léguas de distância, para cuja proprietária, Mme. Maria Marlière eu levava uma carta de recomendação de Frei Florido do Castelo, de Aldeia da Pedra; mas preocupado com outros assuntos, esqueci de indagar do caminho, e somente mais tarde, em casa do major Gomes, vim a saber que já havíamos deixado Guidovale para trás.³⁴⁹

Marlière situou-se entre os elaboradores de uma das imagens mais difundidas a respeito dos índios brasileiros em todo o século XIX: a de que estes, na condição de seres simples, ignorantes e dignos de compaixão, deveriam ser educados nas leis civis e tutelados sem violência até que paulatinamente conduzissem-se à civilização.

As viagens constantes que realizava a Vila Rica eram momentos de articulação e divulgação de suas idéias. Fundador da Loja Maçônica Mineiros Reunidos e produtor de constantes artigos para os periódicos de maior circulação na cidade, o francês seria pouco depois eleito seu Venerável Mestre, com poder de decisão sobre todos os filiados, em toda Minas Gerais”. Ao receber a notícia de que havia sido fundado no Rio de Janeiro O Grande Oriente do Brasil, em julho de 1822, pediu imediatamente a filiação de sua loja. Conforme consta na ata da seção nº 8, de 31 de julho de 1822, seu pedido foi deferido, ao mesmo tempo em que o comando maçônico do Rio o elevava a Primeiro Delegado do Grande Oriente em Minas. Sua Loja era, então, a primeira do interior do país a se filiar.

[349] . BURMEISTER. Hermann. *Viagem ao Brasil*: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. São Paulo: Livraria Martins, 1952. p.170.

Contrário aos meios de atração dos índios que envolvessem coação ou violência física explícita, difundiu, por meio de sua influência na Maçonaria Mineira, nos relatos dos viajantes que visitaram sua residência, nos artigos que enviava aos jornais, uma solução para a questão indígena que parecia perfeita a muitos homens do seu tempo. Sua entrada no cenário da Guerra aos Índios Botocudos apresentou novas alternativas ao Estado Português e ao império Brasileiro para além do extermínio físico das aldeias. O etnocídio, presente em todas as suas iniciativas, não era, em absoluto, assunto que naqueles anos ocupasse a pauta de discussões. Sua experiência foi amplamente divulgada em seu tempo, tomando-se em conta a volumosa correspondência que manteve com os principais viajantes que visitaram Minas Gerais na primeira metade dos oitocentos. Conforme veremos na seção seguinte, um projeto paternalista, de cunho liberal e iluminista, foi concebido por este francês, que entre 1813 e 1829, concentrou progressivamente mais encargos de direção em suas mãos. Este projeto não nos parece algo elaborado de antemão. Antes constituir-se-ia como um fruto original de diversos enfrentamentos entre teoria e experiência histórica, no âmbito dos múltiplos espaços interiores e exteriores à sociedade multiétnica e multicultural na qual seu criador transitava.

5 Os ecos da Marselhesa e as utopias de um liberalismo conservador: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos Vales dos Rios Doce e Jequitinhonha

5.1 OS ÍNDIOS BOTOCUDOS E OS SERTÕES DO RIO DOCE: CONSIDERAÇÕES SOBRE ENCONTROS E CONFLITOS INTERÉTNICOS EM UMA ZONA DE CONTATO

Corria o ano de 1818 quando Marlière, já de certa forma acomodado à rotina dos aldeamentos de São João Batista do Presídio, São Manuel do Pomba e aldeias anexas, foi surpreendido por uma nova Carta Régia. Seu conteúdo deve ter provocado certa surpresa. Elogiando os trabalhos que o francês vinha realizando junto aos índios, o Rei ordenava que seu vassalo abandonasse imediatamente as diligências em que se ocupava, para dirigir-se aos sertões do Rio Doce, onde averiguaria, por meio de uma minuciosa inspeção, a razão dos conflitos que ocorriam entre soldados das divisões, índios Botocudo e colonos luso-brasileiros:

Faço saber a vós, Guido Thomaz Marlière, Capitão do Regimento de Cavallaria de Linha da Capitania

de Minas Gerais que constando na minha Junta Militar da Conquista e Civilização dos Índios, pela Participação recebida do Comandante da 4ª Divisão que o Gentio Botocudo assaltaram no Ribeirão do mombaça a húa Família de colonos alli estabelecida, que toda foi victima da barbaridade dos mesmos, e que se achão ameaçados outros lugares pertencentes àquela parte da Colonia e reconhecendo-se Minha sobredicta Junta quanto convem à segurança e defesa da mesma Colonia que a Primeira e Quarta divisões, deixando a presente posição e alojamento, avancem mais para o sertão, e se estacionem na margem esquerda do Rio Doce, a tirarem partido dessa carreira natural e própria para ser occupada nas actuaes circunstancias, sendo certo que os gentios rezidentes nas matas da margem ulterior são os que costumam invadir os referidos colonos, sendo-lhes para isso forçoso passar o Rio, Fui Servido Nomear-vos para inspectar as sobredictas Divisõens, e estaciona-las na forma já dita: e para vosso governo nesta diligencia vos guiareis inteiramente pelas Instrucções que com esta receberéis assignada pelo Secretario Deputado da minha referida Junta, e confio do vosso zelo o desempenho desta commissão [...].³⁵⁰

Inclusas iam instruções que deveriam governar o modo como Marlière coordenaria a transferência das divisões. A primeira orientação alertava para a necessidade de consultar os fazendeiros e “pessoas de melhor nota” sobre o desempenho das tropas estacionadas naquelas divisões. Deveria primeiramente passar sob revista toda a tropa, inspecionando seu livro de matrícula, com suas baixas, deserções e licenças. Logo em seguida, deveria averiguar sobre possíveis ocorrências de corrupção ou atraso no

[350]. Carta ao Capm. Guido Thomaz Marlière, Nomeado Inspector para a 1ª e 4ª Divisões, e Encarregado de Inspeccioná-las pela Margem Esquerda do Rio Doce. GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 10, n.3/4, p.383-668, jul./dez. 1905. p 407-408.

pagamento da tropa, verificando também a condição dos medicamentos, da pólvora e das armas disponíveis.

A 1ª Divisão Militar do Rio Doce tinha, até então, seu quartel geral no atual território da cidade de Joanésia³⁵¹, à margem direita do rio Santo Antônio. Marlière deslocou sua área de cobertura até as margens do rio Doce, desde a foz do rio Suassuí pequeno até a chamada cachoeira Escura, dividindo-a em três destacamentos: o primeiro, composto de dez praças e situado na barra do rio Santo Antônio, onde se estabeleceu em ponto estratégico a nova sede do quartel geral. O segundo, composto de 15 praças, situava-se de frente à cachoeira de Baguaris. O terceiro, com igual contingente, em lugar de onde se avistava a cachoeira escura (fig. 5.1).³⁵²



Figura 5.1: A cachoeira Escura do Rio Doce, tão citada nos ofícios de Marlière, localiza-se no que hoje é o território da cidade de Belo Oriente-MG. Em suas águas, num acidente de canoa, morreu afogado, em 1831, o naturalista suíço Friedrich Shelow. A devastação das matas de entorno é evidente.

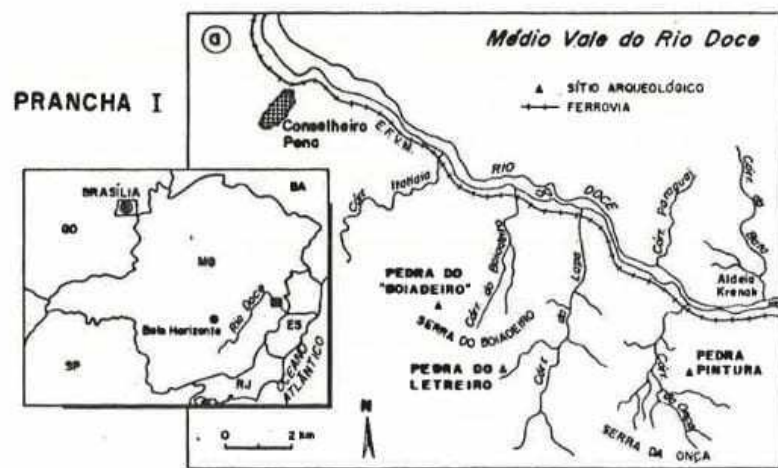
Fonte: TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. *O Vale do Rio Doce, Governador Valadares*: Companhia Vale do Rio Doce: Pesstech, 2002. p. 74.

[351]. O curato de Joanésia só foi elevado a paróquia em 1852, pela lei nº 604, de 21 de maio de 1852. Ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. Joanésia. In: _____. *dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971. p. 251.

[352]. Tratam-se de Cachoeiras do rio Doce.

A 4ª Divisão não sofreu modificação na localização de sua sede. Esta continuou a ser o quartel da Onça, em virtude de este se encontrar relativamente próximo à margem do rio Doce, de onde se poderia organizar uma retirada forçada em caso de um grande ataque por parte dos índios.³⁵³ Guarnecido com dez praças, este quartel teria autoridade sobre dois destacamentos de 15 homens, estacionados, respectivamente, um na cachoeira do Belém e outro, nas vizinhanças da barra do ribeirão Mombaça. Marlière procurou abrir caminhos terrestres que ligassem estes postos militares.

MAPA 5.1: TERRITÓRIOS QUE FORAM HABITADOS POR POVOS BOTOCUDOS NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE MINAS GERAIS, BAHIA E ESPÍRITO SANTO. ÁREA OCUPADA PELOS ÍNDIOS BOTOCUDOS ENTRE MEADOS DO SÉCULO XVIII E O TRANSCURSO DO SÉCULO XIX.



Fonte: BAETA, Alenice Mota. *A memória indígena no médio Vale do Rio Doce: a arte rupestre e identidade Krenak*, 1998. p.124.

[353]. Sobre a exata localização deste quartel faltam-nos atualmente referências.

Os quartéis e pousos de tropa localizavam-se preferencialmente às margens dos rios navegáveis, dada a grande dificuldade de transportar tropas e cargas por terra nas perigosas picadas abertas a facão em meio às densas matas que então recobriam a região. Próximo a estes postos militares, estabeleciam-se populações de colonos aos quais as divisões se obrigavam a proteger. O contingente reduzido de praças disponíveis dá-nos uma idéia da precariedade desta proteção, movida por homens estabelecidos quase sempre no âmbito do território inimigo. Na mata, os índios eram quase imbatíveis e, se suas aldeias protegidas por guerreiros e porcos do mato que serviam de alarme, eram bastante vulneráveis quando descobertas, encontrá-las era tarefa hercúlea. Uma vez na floresta, um soldado sabia que os ataques de tocaia poderiam partir de todos os lados; frente à mata fria e úmida, para onde apontar as armas? Tropas inteiras desapareciam ao atravessar regiões de mato mais denso. Caso chovesse e pólvora molhada perdesse a sua propriedade de explodir, os soldados se encontrariam ao alcance de quantas flechas partissem dos arcos inimigos.

Os chamados Botocudo – índios que se auto-denominavam Guerém, Gren ou Kren habitavam, no princípio do século XIX, uma área que envolvia o sul da capitania da Bahia, o oeste da capitania do Espírito Santo e o leste da de Minas Gerais. Nos séculos XVI e XVII, os Botocudo eram conhecidos por sua denominação tupi – tapuias (inimigos) ou, para alguns, Aimorés (termo que pode ter derivado de aib-poré – habitante das brenhas, aí-boré – malfeitor – ou aimb-buré – os que usam botoques feitos de emburé). A associação entre os Aimoré e os Botocudo é controvertida e talvez inexata. Alguns vestígios arqueológicos encontrados na região dos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, atribuídos a habitantes mais antigos, diferem em geral daqueles descritos

como elaborados por estes índios no século XIX.³⁵⁴ A denominação Botocudo, proveniente do hábito tribal de inserir botoques nos lábios, prevaleceu nos séculos XVIII e XIX no vocabulário luso-brasileiro. Tinha função genérica e reunia em si um enorme número de etnias, algumas delas aproximadas pelo uso de dialetos como o *Borum*, uma variação do tronco Macro-Jê.

Há hoje quase um consenso entre antropólogos e arqueólogos em torno da atribuição de um caráter fantasioso à afirmação oitocentista de que os Botocudo eram antropófagos. Essa atribuição de antropofagia serviu de pretexto para que se confirmasse a sua ferocidade, crueldade, irrecuperabilidade e, por vezes, até mesmo animalidade, justificando constantes e aguerridos ataques por parte dos luso-brasileiros. Estes últimos acreditavam sinceramente que estes índios fossem antropófagos, e esta crença, conforme observou Regina Horta Duarte, alimentava sentimentos de aversão àqueles homens de pele acobreada, cabelos quase totalmente raspados, corpo pintado de preto e vermelho para a guerra.³⁵⁵ A combinação dessas duas cores, dispostas à semelhança dos anéis que recobriam a superfície afilada das cobras coral, ou das pétalas e folhas de determinadas plantas venenosas, já parecia, para os mestiços que os enfrentavam, evocar o medo da peçonha, do veneno, da traição e da tocaia. Estudos arqueológicos mais recentes como o de Alenice Mota Baeta demonstram que, nos séculos anteriores à colonização luso-brasileira, povos de tradições culturais diferentes haviam, em ocupações sucessivas e em tempos diferentes, disputado o espaço vital do Vale do Rio

[354]. DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma Guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. *Revista de História*, Belo Horizonte, v.22, n.44, p., 1998, p.38.

[355]. Sobre a pretensa antropofagia dos botocudos veja: DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: os viajantes no vale do Mucuri. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 270-279, dez. 2002. Veja também: MARCATO, Sônia de Almeida. A repressão contra os Botocudo em Minas Gerais. *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, n.1, maio, 1979.

Doce.³⁵⁶ Como comentávamos, as primeiras descobertas rupestres e cerâmicas apontam para uma heterogeneidade na formação etno-histórica dos povos daquela bacia fluvial. No intervalo entre 1500 e 700 anos antes do presente, a região parece ter sido ocupada por povos de origem Tupi. Os botocudo devem ter transferido sua cultura nômade para a região depois de sucessivos deslocamentos e guerras.

Na verdade, é enorme a extensão do que não se sabe sobre estes índios. A imagem detratada, que associava índios nômades e caçadores a uma cultura “primitiva”, marcada pela “pobreza e pelo insuficiente desenvolvimento técnico”, construída a partir do convívio com seus inimigos litorâneos, os Tupi, foi já suplantada por investigações etnológicas e arqueológicas realizadas no século XX.³⁵⁷ Curt Nimuendaju e Claude Lévi Straus difundiram uma imagem dos Jê como povos dinâmicos, marcados pela prática de uma sofisticada economia bimodal, que associava períodos de dispersão e fases de agregação.³⁵⁸ Essa agregação, por vezes sazonal, poderia resultar na formação de grandes aldeias. Sobre os Macro-Jê, sabe-se apenas que se organizavam em grupos guerreiros e caçadores, predominantemente nômades e geralmente não muito numerosos. Foi grande o impacto da expansão portuguesa dos três primeiros séculos de colonização sobre os deslocamentos destes índios. Pode-se imaginar que a invasão progressiva de seus territórios possa ter ocasionado modificações internas e resigni-

[356]. BAETA, Alenice Motta. *A memória indígena do médio Vale do Rio Doce: arte rupestre e identidade kreak*. Belo Horizonte: FAE, 1998. (tese de mestrado)

[357]. Sobre o canibalismo entre os Tupis, confira: CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Vale ainda conhecer o clássico de: FERNANDES, Florestam. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UNB, 1989.

[358]. CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Curt Nimuendaju: a redescoberta do etnólogo teuto-brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.21, p.64-111, 1986. FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 62.

ficações culturais variadas. Ocasões de ameaça poderiam fazer com que se unissem sob o comando de capitães de guerra, cuja autoridade, contudo, não se mantinha para muito além da batalha. O difícil é precisar o grau de diferenciação cultural interna ao grupo lingüístico maior, já que, aqui em específico, tratamos principalmente com etnias desaparecidas. Trabalhos arqueológicos e lingüísticos em curso avançam vagarosamente na construção de novas esperanças de conhecimento.³⁵⁹

No leste de Minas, na época de Marlière, estes índios estavam dispersos em grupos nômades não muito numerosos. Os Botocudo eram conhecidos como ferozes, antropófagos e impiedosos guerreiros e foram responsáveis pelo fechamento de extensas áreas das bacias dos rios de Contas, Pardo, Jequitinhonha, Mururi, São Mateus e Doce à ocupação luso-brasileira.³⁶⁰ No princípio do século XIX, habitavam grandes extensões de Mata Atlântica, desde a atual zona da Mata até provavelmente o vale do Salitre no sul da Bahia e o extremo leste do vale do Rio Doce, na Capitania do Espírito Santo.

Desde a segunda Metade do Século XVIII, estes índios passaram a enfrentar, cada vez mais violentamente, os colonos que, partindo da região mineradora, invadiam seus territórios em busca de riquezas minerais ou terras cultiváveis. A partir do Governo do Capitão General Luiz Diogo da Silva (1764- 1768), o sertão do Rio Doce seria militarmente ocupado por presídios acompanhados de aldeamentos de índios “contatados e atraídos”. Dentre eles figurava o do Cuieté, criado em consonância com o de São Manuel do Pomba, na segunda metade do século XVIII.

[359]. Veja resumo do tema em: FAUSTO, C. op. cit., p.62.

[360]. Estas informações basearam-se em: PARAÍSO, Maria Hilda Barqueiro. Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 35, p. 79-90, 1992. p.77-78. As palavras originárias de línguas indígenas que não foram aqui traduzidas são aquelas de que hoje se desconhece o verdadeiro significado.

Para o Cuieté, passaram a ser enviados os vadios e criminosos degredados pela justiça sediada na capital da Capitania. Mais tarde, o governador Dom Antônio de Noronha, preocupado com a situação de declínio da extração aurífera, ordenou que uma estrada fosse construída em direção ao Cuieté: “[...] por ser um sertão extenso, cheio de excelentes matos e cortado de diversos rios e ribeirões, que mostram pinta de ouro.”³⁶¹ Essa estrada só foi, porém, terminada em 1779, por Dom Rodrigo José de Meneses que, ao concluí-la, declarou que todos quanto quisessem: “[...] transportar-se à dita conquista, estabelecer-se nela, poderão fazê-lo livremente, e eu lhes prometo a minha proteção e preferência nas datas, as quais poderão requerer.”³⁶²

Mais tarde, quase desaparecida a estrada por falta de manutenção, o arraial do Cuieté se firmaria como local de degredo e prisão. Os Botocudo, combatidos no início da ocupação, foram, em 1825, “pacificados” por Marlière. Este “apaziguamento” não impediu, entretanto, que continuassem a incomodar as autoridades, agora por aliar-se aos degredados. O francês, em 1826, reconhecia que o contato cordial com os índios não era garantia incondicional de sua lealdade:

Este arraial, fundado nas cabeceiras do rio de mesmo nome, destinado para degredo de malfeitores, e sem saída por parte alguma, exceto pelo rio, seis meses no ano não a tem, era seguro outrora, para o fim a que se destinou, por ser cercado de gentios antropófagos Botocudos, a quem não escapava nenhum fugitivo degredado, sem ser comido; mas hoje, que são amigos e mansos, eles são os próprios que guiam os degredados [...].³⁶³

[361]. BARBOSA, Waldemar de Almeida. Cuieté. In: _____. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Satero, 1971.

[362]. Carta de Dom Rodrigo José de Meneses. Arquivo Público mineiro – Códice 214, fl. 214.7 v. citado por BARBOSA, W. de A., op. cit., p.152.

[363]. CONTINUAÇÃO dos documentos e correspondência oficial de Guido Thomaz Marlière.. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 11, n. 1/4, p.27-254, 1906. p.84.

A fronteira da sociedade luso-brasileira avançava e recuava ao sabor das investidas coloniais ou dos ataques dos índios. Um exemplo é a rápida debandada dos primeiros moradores da atual cidade de Abre Campo, na zona da Mata Mineira, antiga freguesia de Sant'ana e Senhora do Rosário da Casca, criada por uma provisão datada de 1741. Expulsos pelos índios, estes colonos viram, por duas vezes, seus parentes e escravos serem mortos, suas casas e a capela do arraial serem queimadas pelos Botocudo:

[...] expulsos, a primeira vez, pelo gentio voltaram em número maior e aí se conservaram por dez anos; com o ataque ainda mais feroz dos indígenas, retiraram-se os moradores e, [...] passados cinco anos, novamente se povoou o lugar; e desta vez até o presente se tem conservado, por ser maior o número de moradores, que os do tempo em que, primeira e Segunda vez foram expulsos, de sorte que já hoje podem resistir e defender-se dos assaltos do gentio, como já por duas vezes o tem feito, achando-se já hoje permanentemente esta povoação [...].³⁶⁴

Luiz Pedreira do Couto Ferraz, conselheiro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, escrevendo em 1855 sobre a situação dos combates por terras nos sertões do Rio Doce por ocasião da designação de Marlière para a inspeção da 1ª e da 4ª divisões, destacou a violência dos ataques botocudos às nações indígenas e aos colonos que ousassem ocupar seus territórios:

As tribus indianas que se acham estabelecidas em um vale, por exemplo, repellem a todo o transe as outras que ahi penetram em procura de fructos na-

turaes, de caça e peixe. [...] elles matavam famílias inteiras, os respectivos gados e escravos, e a todos os edificios e paiois de milho e outros mantimentos lançavam fogo devastador. Havia n'essas horri-veis matanças um luxo de barbaridade: as crianças eram arrancadas dos peitos maternos para serem abertas pelas pernas!!!³⁶⁵

Como vemos, dentre os intrusos, os colonos eram as mais constantes vítimas de ataques que, durante o dia ou à noite, dizimavam famílias inteiras. Em sua maioria, estes homens do campo eram pequenos proprietários empenhados num esquema de produção familiar, quase sempre restrito a gêneros de subsistência. Com o tempo, alguns fazendeiros enriqueceram com o comércio de poaia, quase sempre associado à exploração do trabalho dos índios já contatados e aldeados. Um exemplo típico de produtor em franca ascensão econômica é o do Alferes Machado, citado por Saint-Hilaire em seu *“Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro de Minas Gerais”*. Para investir no cultivo do algodão, este homem, que residia próximo ao presídio de Peçanha, conseguira comprar as terras dos índios Monoxós, que haviam partido ao encontro dos Malali para formar uma milícia contra os Botocudo:

A fazenda em que pernoitei no dia em que saí de Cana Brava, tem o nome de Aldeia de São Nicolau, porque efetivamente, ainda há poucos anos, havia neste local uma aldeamento de índios. Cerca de duzentos indivíduos, já civilizados da nação dos Monoxós tinham vindo de Cuyaté (cuieté) estabelecer-se nesses bosques; construíram aí um rancho que cobriam com cascas de árvores; começaram a cultivar a terra, e vi, na floresta, bananeiras por

[364]. Carta do Sesmeiro José do Vale Vieira citado por BARBOSA, Waldemar de Almeida. Sant'ana, e Senhora do Rosário da Casca. In: _____. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971. p. 23.

[365]. FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pokrane e sobre o francez. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, p.410-417, 1855.

eles plantadas e que atualmente parecem selvagens. , entretanto,, ao cabo de quatro anos esses Monoxós queimaram seu rancho, e retiraram-se para Passanha, onde foram reunidos aos índios Malalis, a fim de serem uns e outros empregados na guerra contra os Botocudos. O proprietário da fazenda, que tomou o lugar no rancho dos Monoxós, comprou do seu capitão, pela módica soma de 200.000 (1.250 fr.), o terreno que possui atualmente, e que abarca mais de meia légua [...].”³⁶⁶

Os Monoxó eram, como os Puri, os Botocudo e todas as nações indígenas aqui relacionadas, originariamente nômades. Acostumados a uma vida de constantes migrações, permeada pela valorização da coragem e dos feitos guerreiros, não se adaptavam facilmente à existência sedentarizada dos postos agrícolas. A posse de pequena extensão de terra não era por eles valorizada, e a venda dos terrenos que lhes eram assegurados pelas autoridades pode também ser interpretada como uma forma de lutar contra a sedentarização. Muitas vezes, vendendo suas terras por preços muito baixos, os índios voltavam à vida de migrações pelo sertão, embrenhando-se cada vez mais para o interior da mata, resistindo às constantes tentativas de atração.

Veza por outra, os colonos mais pobres enfrentavam problemas de demarcação de terras, resultantes do interesse dos grandes depositários de sesmarias. Invadiam as matas, enfrentando, não raro, diretamente os índios, na esperança de que suas ocupações fossem mais tarde reconhecidas pelo governo. Os juizes responsáveis pela demarcação de sesmarias, muitas vezes, desconheciam totalmente, não só o território sobre o qual elas eram

[366]. SAINT- HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 170- 171.

delimitadas, mas também os colonos que ali já se haviam assentado. Um exemplo é o arraial de Joanésia que, em 1825, precisou de uma intervenção de Marlière para continuar existindo. Todo o seu território estava sendo incluído no interior de uma grande sesmaria:

O Arrayal de Joanesia deve ter, como os mais, o logrador para os seus habitantes inumerosos, e seria huma impiedade tirar-lhes a sua existência presente e futura debaixo do pretexto de sesmaria, que entendo serem terras devolutas, e não o Arrayal edificado por tantos colonos, que ficarão reduzidos à mendicidade. Por tanto lembro a V Ex. cia queira conceder meia legua de terras em quadra em primeiro lugar aos moradores do Arrayal de joanezia com Capella para a sua manutenção, Edifícios e mais necessários.³⁶⁷

Com a presença cada vez mais próxima dos colonos brancos, acompanhados de seus escravos e dos índios aldeados, os Botocudo, combatidos em freqüentes investidas, passavam a saquear fazendas, matar animais dos pastos ou invadir plantações para pilhar. Ao que tudo indica, o que as autoridades identificavam, com base nos padrões europeus ocidentais de julgamento, como produto de roubo, deveria figurar para os índios na condição de uma espécie de butim ou espólio de guerra. Os termos espólio e butim são aqui utilizados na ausência de outros melhores.³⁶⁸ De qualquer forma, o espólio é um componente essencial de quase

[367]. Carta em intercessão pelos moradores do Arraial de Joanésia, ameaçados pelas doações de cartas de sesmaria de perderem as suas terras. Esta mesma página da revista comporta uma carta de Marlière a Bernardo Pereira de Vasconcelos. Desde esta época, Marlière, que escrevia artigos para o jornal “O Universal”, dirigido por Vasconcelos, já procurava apoio para seus projetos junto ao líder liberal. Veja: GUIDO..., 1905, op. cit., p. 638.

[368]. A palavra butim era utilizada pelos muçulmanos, durante sua expansão militar e religiosa do medievo, para expressar o fruto dos saques às cidades conquistadas.

todas as guerras, figurando, muitas vezes, como o móvel de muitas delas, na medida em que sempre representou a compensação pelas perdas econômicas e humanas provenientes do esforço de ataque, invasão ou conquista.

A leitura conjunta das fontes nos mostra um certo orgulho demonstrado pelos índios quando se referiam ao espólio de suas investidas guerreiras. Este fruto de guerra e de conquista poderia assumir a forma de um território dotado de matas, rios e caça suficientes para atender à necessidade de deslocamento e sobrevivência das tribos nômades. Poderia também assumir a forma de víveres, animais ou ferramentas de ferro tomadas ao inimigo.

Os povos indígenas de cultura nômade do Brasil limitavam em geral seu nomadismo a um território relativamente extenso, sobre o qual estabeleceram num passado mais ou menos remoto referências religiosas e mitológicas. Os deslocamentos forçados de nações indígenas levam a um desenraizamento territorial que pode ser contado como um dos fatores de seu etnocídio. Acreditamos particularmente que os índios não atacavam os rebanhos dos colonos, como pensam alguns, por confundi-los com caça comum. Isso seria reduzir a uma ingenuidade patente a percepção que tinham da cultura dos brancos. Estes índios haviam se retirado do litoral nos séculos anteriores e é provável que conservassem memórias de seus contatos agressivos com a sociedade colonial. Além disso, não se encontravam totalmente isolados e desinformados a respeito da forma de ataque e ocupação das terras movida por seus inimigos. O fato de índios como os Botocudo e os Puri não se utilizarem de pecuária não nos autoriza a concluir que não seriam capazes de entender a diferença entre uma rês e um animal de caça. Mesmo em se tratando de animais tão estranhos à fauna nativa como um boi ou uma ovelha, seu abate certamente visava a um objetivo claro e definido. Novas questões ainda se levantam quando descobrimos que os índios freqüentemente

não se alimentavam da carne destes animais. Suspeitamos que estes ataques, assim como as queimadas de plantações e paióis, tinham a intenção de intimidar as populações de colonos para que se retirassem de suas terras.

Aos guerreiros caberiam os frutos dos saques provenientes dos ataques, e aos representantes dos ofendidos e mortos, a oportunidade de vingança. Cada índio morto era correspondido com um integrante da nação inimiga. Aldeias devastadas eram vingadas com a matança de famílias inteiras de colonos. Os grupos Botocudo não eram em geral muito numerosos, e a trégua com um deles não cobria um outro que, de repente, se dispusesse a atacar. Dotados de enorme familiaridade com o meio de mata, os índios ganhavam em mobilidade e em surpresa. Era possível encontrá-los inesperadamente durante uma viagem pelas picadas ou estradas pelas quais transitavam os soldados das divisões ou ser por eles surpreendido em um quartel que, por descuido ou precariedade de recursos, não se encontrasse suficientemente protegido. Sesmarias concedidas pelo Governo freqüentemente não eram demarcadas pelos Juizes, devido à certeza de que penetrar na mata seria arriscar-se ao perigo de morte certa.

Inimigos ferrenhos dos Puri, a quem reputavam na condição de feiticeiros responsáveis por epidemias, os Botocudo experimentavam combates cruentos nas matas contra as aldeias de seus inimigos. Marlière parecia convencer-se cada vez mais de que combater abertamente aos Puri e aos Botocudo não seria a melhor maneira de, como dizia, “dobrá-los”. Talvez a experiência nos presídios de São João Batista do Presídio e São Manuel do Pomba houvesse sido suficientemente impressionante para fazê-lo adotar princípios novos, partidos da experimentação e do planejamento estratégico.

No vale do Rio Doce, Marlière entrou em contato com um grande número de Botocudo, dentre eles os grupos que se au-

to-denominavam Nacnenuk, habitantes da margem norte. Entre as tribos da margem sul predominava a auto-denominação de Cracnum. Os grupos Nacnenuk e Kraknum eram inimigos ferrenhos. O rio Doce os separava, garantido uma fronteira natural que, quando ultrapassada, servia de cenário a uma sucessão de guerras cruentas. Estes índios não eram navegadores. Preferiam nadar, o que faziam com grande frequência e habilidade.

Os Botocudos chamavam o Rio Doce de Uatú-Yupú, expressão que pode ser traduzida como Rio-Mãe.³⁶⁹ Sua nascente – situada na região conhecida como Morro Queimado, no atual município de Ressaquinha, aos pés da Serra da Mantiqueira – dá início à longa jornada de 911 quilômetros percorrida por suas águas. A vasta região ocupada pelo vale desse rio no Centro-Leste de Minas Gerais é hoje dividida em três seções geográficas distintas, que têm efeito de organização e definição de características naturais. O chamado Alto Rio Doce vai da nascente do rio Xopotó (não confundir com o Xopotó da Mata) até a foz do rio Piracicaba. Deste ponto até o local em que o rio Manhuaçu deságua, quase na divisa dos atuais estados de Minas Gerais e Espírito Santo, situa-se o chamado Médio Rio Doce. A região denominada Baixo Rio Doce abrange desde a foz deste último rio até o ponto em que deságua no Oceano Atlântico. Quanto ao relevo, vale observar que no centro-sul e no leste de Minas, regiões de que neste trabalho nos ocupamos, predominam as colinas intercaladas por vales de fundo chato e planícies fluviais. O rio corre com um curso relativamente lento, intercalado por corredeiras e quedas d'água que tornam em grande parte impossível a sua navegação. Seco no inverno e quente e chuvoso no verão, o clima da região contribuía para a manutenção e o predomínio de uma densa floresta pluvial

[369]. Sobre esta denominação no idioma dos Botocudo veja: ABREU, Maria Celeste de. *Sertão bravo do Rio Doce*. Belo Horizonte: Central Park, 2002. p. 141.

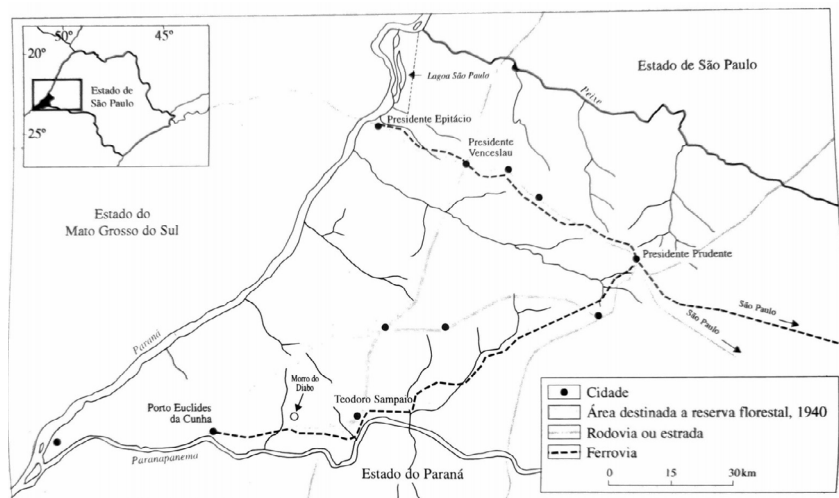
tropical na qual as formações perenifólias dominavam. As árvores alcançavam em média a altura de 30 a 35 metros.³⁷⁰

Nas bacias dos rios Jequitinhonha e Pardo ocorreram, ainda no século XVIII, os primeiros conflitos pela invasão das terras dos Botocudo. Estes rios nascem em Minas Gerais e têm sua foz nos litorais capixaba e baiano, o que despertava a atenção das autoridades para a sua possível utilização como vias escoadoras para a produção agrícola e mineral. Frequentemente utilizada no século XIX, a expressão *Sertões do Rio Doce* designava também os vales dos rios Mucuri e São Mateus, bem como uma parte das bacias dos rios Paraíba e Jequitinhonha. Assim, a 2ª Divisão Militar do Rio Doce era responsável pelos vales dos rios Pomba e Muriaé, bem como pelas cabeceiras do Casca. Após o aldeamento dos Puri, restavam em toda a região dos sertões dos rios Pardo, Mucuri, Jucuruçu, Jequitinhonha e Doce os índios Botocudo, senhores absolutos das matas densas, sobre as quais, evidentemente, não se estendia a autoridade do rei. Para garantir a ocupação e ancorar o sistema de guerra justa, foram construídos entre os anos de 1800 e 1814, 61 quartéis e destacamentos militares ao longo desses rios. As cachoeiras, locais prováveis de pouso para as viagens, onde os índios preferiam atacar os desprevenidos colonos, foram consideradas locais ideais. Em 1808, com a decretação real de Guerra aos Botocudo, estratégias de ocupação dos sertões mineiro, capixaba e baiano foram arroladas pelas respectivas autoridades das capitânicas com o fito de permitir o transporte de tropas e mercadorias destinadas ao suprimento dos nascentes arraiais e paragens. O Capitão General da Bahia, por meio de José Marcelino da Cunha, ouvidor de Porto Seguro, ordenou a instalação de seis quartéis

[370]. As informações introdutórias sobre a formação geológica, hidrográfica e botânica do Vale do Rio Doce aqui inseridas basearam-se em: STRAUCH, Ney. *A bacia do Rio Doce*.: estudo geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. Veja também:: TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. *O vale do Rio Doce*. Governador Valadares: Companhia Vale do Rio Doce: Pesstech, 2002.

situados no limite do espaço territorial e vital dos índios.³⁷¹ Em Minas, foram instalados os sete quartéis, correspondentes às Sete Divisões Militares do rio Doce, cuja função, área de abrangência e direção foram discriminados no quadro constante na introdução deste trabalho. Para coadjuvá-los, construíram-se 61 pousos de tropa entre os anos de 1800 e 1814. Sob a administração de Marlière, construir-se-iam mais 27. O mapa 5.2 apresenta a área coberta pelos aldeamentos comandados pelo francês a partir de 1824, bem como um esboço do relevo e da hidrografia, acompanhado de algumas informações sobre as atividades econômicas que presidiam as relações mercantis em cada região:

MAPA 5.2: A MATA ATLÂNTICA DO SUDOESTE, 1700-1850.



Fonte: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[371]. PARAÍSO, M. H. B., op. cit., 1992, p.81-82.

No Espírito Santo, desde 1800, a busca de alternativas econômicas para a crise vivida pela Capitania motivara a construção de um posto militar às margens do Rio Doce, na disputada divisa com Minas Gerais: o quartel de Porto do Souza. Uma companhia de pedestres foi nele estacionada para combater os Botocudo. Sesmarias passaram a ser distribuídas às margens do Rio.³⁷²

Em maio de 1821, Guido foi promovido a major do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais.³⁷³ Em 29 de junho, uma Carta do príncipe Regente o elevou a inspetor de todos os postos das Divisões Militares do Rio Doce. O ofício da Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce³⁷⁴ que comunicava a nomeação régia deixava claro o caráter experimental daquele ato régio: “[...] houve por bem aprovar aquela nomeação, authorizando a junta para substituir por outro o referido Oficial quando não se conheça vantagem alguma das suas Inspeções [...]”.³⁷⁵

Estas averiguações detalhadas exigiram de Marlière longas e penosas excursões por todo o território das Divisões. No período entre os anos de 1819 1824, ele entrou em contato com todos os diretores de índios, conheceu muitas tribos de Botocudo, estudou vagarosa e atentamente a sua língua, anotou detalhes de sua cultura.

[372]. Para mais informações sobre os dados aqui apresentados sobre a Capitania do Espírito Santo confira: RUBIM, F.A. *Memória da província do Espírito Santo*. Lisboa: Nevesiana, 1840. Confira ainda, sobre os ataques dos Botocudo no Espírito Santo: Carta de Francisco Correia D’Assumpção ao Governador do Espírito Santo, comunicando a chegada de dois homens mortos por flexadas dos Botocudo, aos quais se daria sepultura em Linhares no dia 20/ 02/ 1813. Manuscrito do instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

[373]. Confira: Carta Patente: GUIDO..., 1905, op. cit., p. 422.

[374]. Sobre esta junta, veja os seguintes documentos: Arquivo Público Mineiro. –Seção Colonial. SG, Cx. 84, Doc 07; SG, Cx. 13, Doc. 51; SG, 6, Cx. 50, Cx. 84. Doc. 11. Vila Rica, 11/06/1811.

[375]. Ofício comunicando a nomeação de Guido Thomaz Marlière para a inspeção de todas as Divisões militares do Rio Doce. GUIDO..., 1905, op. cit., p.422.

Visitas periódicas a Vila Rica comunicavam aos deputados da Junta e a Dom Manuel de Portugal e Castro o estado financeiro e bélico-logístico das Divisões, como demonstram pequenos ofícios enviados pelo Capitão-General: “Convindo tratar com Vm.ce sobre objectos do Real Serviço; tenho a ordenar-lhe que sem demora venha a esta Villa”³⁷⁶

O primeiro contato de trégua movido pelo major francês frente aos Botocudo teve lugar logo no início de sua estada no vale do Rio Doce. Informado de que se avizinhava de seu quartel uma tribo botocuda conhecidamente aguerrida, Guido enviou ao seu encontro um sargento de sua confiança, conhecido como Virassaia, acompanhado de alguns soldados, de um língua (intérprete) e de uma canoa repleta de víveres e ferramentas.³⁷⁷ Considerado soldado destemido, Virassaia conduzia para uma missão perigosa um grupo de homens que tinham na morte uma possibilidade iminente.

Navegando alguns quilômetros pelo Rio Doce, o grupo encontrou-se com o bando de índios que os observava da margem esquerda com os arcos direcionados para suas canoas. Imediatamente o comboio interrompeu a viagem. Presume-se que, por alguns minutos, viveram momentos de profunda tensão. Finalmente, Virassaia bateu algumas palmas e transmitiu, por meio do intérprete, que desejava estabelecer contato pacífico, por parte de um novo comandante branco. Exigindo que se depusessem as armas, os índios acabaram aceitando os presentes de Marlière. O chefe do grupo acompanhou os soldados de volta ao quartel no intuito de conhecer ao capitão que lhe havia enviado aqueles presentes. Levou consigo o filho, Pokrane, guerreiro que na época contava entre seus 24 ou 25 anos.

[376]. Ofício de Dom Manuel de Portugal e Castro, ordenando a Guido Thomaz Marlière que comparecesse sem demora a Vila Rica – 6 de julho de 1821. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 422-423.

[377]. Referências a este episódio poderão ser encontradas em: FERRAZ, L. P. do C., op. cit. p. 411- 412.

Marlière os recebeu com vinho, em uma farta mesa de refeições, especialmente preparada para este fim. Os chefes índios eram por ele recebidos com deferência e gentilezas. Pokrane foi convidado a permanecer no quartel, para que pudesse acompanhar os trabalhos do Major Marlière. Aceitando, o jovem índio seria alvo de constantes atenções por parte de seu anfitrião. O francês desejava fazer dele um elo de ligação para a atração das tribos ainda não contatadas. Seu desejo, em parte, concretizou-se: aprendendo o português, o índio passou com os anos, a frequentar com menos assiduidade a aldeia de seus irmãos, tirou o botoque dos lábios e foi batizado com o nome de Guido Pokrane.

Pokrane, que foi feito capitão de sua tribo e soldado da 4ª Divisão Militar do Rio Doce, tornar-se-ia a partir daí o braço direito de Marlière. Foi ele o intermediário na trégua entre as diversas tribos de seu povo e as tropas luso-brasileiras.

Sabe-se que a notícia de que a trégua entre brancos e os Botocudos estava selada correu às aldeias vizinhas trazendo logo muitos índios ao encontro dos presentes que o major francês parecia pródigo em lhes ofertar. O ódio ao “gentio” era generalizado; os soldados das divisões estavam acostumados à rotineira tarefa de “matar aldeias”. Marlière vinha falar de conciliação e trégua para homens que traziam, em seu histórico militar, centenas de assassinatos.

Observando atentamente percebemos que o francês, acostumado ao contato com a morte, os soldados e a guerra, apenas propunha uma nova estratégia para conquistar os territórios dos Botocudo. Frente à diminuição do espaço vital destes índios e à carência de alimentos a que, em conseqüência, suas tribos nômades estavam sendo submetidas, dever-se-iam utilizar “balas de milho em substituição às de chumbo.”³⁷⁸

[378]. A expressão é de Marlière. Veja: FERRAZ, L. P. do C. op. cit. p.411.

Quanto a Pokrane, vale observar que atendia bem ao Francês, que dizia ter-se a ele afeiçoado como a um filho, quando os interesses de ambos se encontravam. Suas rivalidades com os Puri da porção meridional da bacia do rio Doce, por exemplo, persistiram, a despeito das constantes ordens do diretor-geral em contrário. Um ofício, datado de dois de fevereiro de 1825, traz-nos o relato de uma situação de clara insubordinação em que Marlière mostra-se enfurecido com seu “imediatos”. Pokrane quase havia posto abaixo a frágil trégua que o francês acreditava ter construído:

O capitão índio Guido Pokrane, sahio de Cuyaté com os outros Índios do Sul alli residentes a atacarem os Puriz, apesar de quantas recommendações lhe fiz e aos mais de cessarem as hostilidades contra aqueles Índios hoje pacíficos. Mas hé procedido de huma crença fanatica estabelecida entre os Botocudos, que não morre hum principal entre elles sem ser por malificio dos Puriz, que reputão grandes feiticeiros, e por isso costumão sacrificar numero delles aos manes dos seus defuntos.³⁷⁹

Segundo Marlière, os Botocudo criam na existência espiritual de dois entes Tupan, ser benfazejo e bondoso e Nashtone, espírito que se divertia em praticar o mal. Os Puris, a quem os Botocudo creditavam os malefícios ocorridos à sua tribo, tinham a crença peculiar de que todas as coisas entravam em um estado estacionário quando a lua, durante a noite, estava no meio do céu. Os enfrentamentos entre os Puri e os Botocudo resultavam em vinganças posteriores que perpetuavam a sua rivalidade. As mortes resultantes causavam grande comoção de ambos os lados. Marlière creditava a crença dos índios a título de superstição.

[379]. Carta de Guido Thomaz Marlière ao Senr.Tenente-General., GUIDO..., 1905, op. cit., p.558.

Nesta palavra, incluía todas as crenças partidas dos povos que, acreditava, serem “jovens” ou “pouco civilizados:”

Uzos funebres dos Botocudos e outros Índios, desta Província, Ideas Religiosas, superstições &.ª comparadas com os outros Povos.

Elles deixão os mortos, Armas, Ferramentas, mantimentos, mel e agua: os Israelitas levão pão e vinho. Matão os Cães do falecido, quando tem, e os enterram com elle: alguns Reis de Africa são acompanhados nas sepulturas pelos seus servidores ainda vivos. Nos grandes lugares destinados para os enterramentos, como no Bananal Grande, os vivos cobrem os defuntos com hum Ranxo, e de vez em quando vão consertar este Ranxo, renovar as provisões de mel, frutas verdes e secas, e tão bem de agua: os Tumolos dos antigos erão os mesmos, antes de se usar de telhas, pedra e cal. – Os Coroados Uzavão de Grandes Panellas de Barroem que metião os mortos, e para caberem nelas quebravam-lhes os ossos. – Hoje deixarão-se disto. Na cova da mulher velha que morreo na Onça Pequena, a 3 de Dezembro de 1824, os Parentes, Além das Couzas de Costume, lhe deitarão huma quarta de farinha, que me pedirão e dei. Enterrão com toda a pressa os mortos, persuadidos de que, se ficam sem sepultura Nanshtone (o Diabo) pega nelles; o que não succede estando debaixo da terra: dahi os esforços que fazião para haver os Cadaveres dos seus Parentes do Poder dos Soldados que lhes fazião Guerra. Estes índios, como os mais que conheço, creem geralmente em outra vida, em penas e recompensas: A recompensa que dá Tupã aos que forão bons Guerreiros, Caçadores, amantes das suas mulheres, e filhos, hé mattas virgens abundantes de frutas, caça e bellos Rios fartos de peixe: A pena para os covardes, e preguiçosos: terras aridas, sem sombra e sem caça; rios sujos e estereis de

peixe com hum sol abrazador. Esta Doutrina eu a tenho dos Coroados e Puriz, e pela similitude das suas cerimônias, hé facil julgar da sua crença unanime. Os Indios, como todos os povos ignorantes, antigos e modernos, são muito supersticiosos, e querem antes atribuir tudo a Feitiços e Feiticeiros, do que ao curso certo e infalivel da Natureza. Quando morre hum Botocudo Principal, sempre o Puri, ainda que bem afastado, tem a culpa: e vai-se sobre elles como que em Romaria para os mattar: há bem pouco lá foi Pokrane, e outros na Occasião da morte de alguns seus Parentes. O puri acuzava de Feitiço aos Coroados, estes aos Puriz, &.^a vice versa. Queixando-me hum dia a hum indio Coroadado meu vezinho e Compadre, de muitos dias de seca, ele me respondeo: ‘hé porque meu pay morreo, meu pay chamava chuva quando queria, e ella vinha.’ Alguns enxotão a trevoada com certos ramos, e a afastão longe de si (dizem elles); vi a cerimonia, e fiquei bem molhado.³⁸⁰

Sob o olhar de Marlière, debaixo da observação atenta dos naturalistas europeus, o saber e as crenças dos índios eram anotados, por vezes, como aspéctos meramente pitorescos e curiosos – úteis, entretanto, para o conhecimento da cultura de alguns povos que se deveriam conquistar para a civilização – outras ocasiões, como dados relevantes para a confirmação de determinadas teses da ilustração setecentista a respeito das sociedades ameríndias. Mesmo desejando aprender sobre a fauna e a flora da floresta e reconhecendo que este conhecimento lhes seria de utilidade prática – considerando-se as potencialidades de benefício que o enriquecimento da botânica, da zoologia e da medicina poderiam trazer para os homens – os europeus não deixam de desqualificar

[380]. Uzos funebres dos Botocudos e outros Indios, desta Província, Ideas Religiosas, superstiçãoens &.^a comparadas com os outros Povos. – 17 de fevereiro de 1825. GUIDO..., 1905, op. cit., 566-567.

o repertório de saberes indígenas. Tais conhecimentos, que Foucault provavelmente incluiria entre os “*saberes desqualificados ou não qualificados*”, eram considerados periféricos em relação a um discurso oficial europeu que, diverso na interpretação, fazia-se unitário em suas pretensões de superioridade metodológica, de cientificidade, de verdade.³⁸¹

Lutando para que a batalha mágica e simbólica dos índios não se traduzisse em guerra concreta e efetiva, o Francês acreditava empenhar-se em um relevante embate: aquele da civilização sobre a barbárie, da ciência contra a superstição, da lógica européia contra a rede de significados da floresta e de seus “*homens infantis*”. Entretanto, os grupos Puri e Botocudo, para os quais talvez não houvesse distinção tão clara, mas antes continuidade, entre estas duas formas de guerra, como percebemos acima, não cederiam tão facilmente.

Quanto a Pokrane, sabe-se que continuou, mesmo após a reforma e a morte de seu comandante francês, a mover guerra ferrenha contra os Botocudo da margem norte do Rio Doce. Seu nome – que em sua língua significava aleijado de pé ou mão – deveria remeter a algum traço diferencial ou defeito físico com o qual teria nascido. Embora não haja referência empírica em favor desta afirmação, pode-se também imaginar que seu nome tenha sido modificado em razão de algum ferimento de guerra. Neste caso, poderia até mesmo funcionar, dentro de sua lógica cultural, como um diferencial social associado à bravura e ao valor.

Memórias locais e documentos de época dão conta de que a reforma de Marlière, em 1829, teria causado grande tristeza àquele índio. Sem grandes identificações pessoais dentro da tropa, Pokrane teria se afastado das Divisões para reunir seus familiares e comandados em uma aldeia às margens do rio Manhuaçu

[381]. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 170.

que deságua na margem sul do rio Doce. Essa aldeia chegou a comportar dez barracas cobertas de palha, rodeadas por lavouras e criações de porcos e galinhas. Seus afastamentos temporários não significavam desligamento da tropa, nem eram considerados como deserção, já que, graças à simpatia que angariara junto aos comandantes, e aos elogios de que fora objeto quando da diretoria de Marlière, o botocudo tinha acesso a armas de fogo e podia se portar com autoridade entre os outros índios. Na verdade, os comandantes das Divisões esperavam, com essa política estratégica, exatamente que ele se afastasse da tropa dos quartéis para “manter a ordem entre os seus.”

Na divisões militares havia os “troncos de campanha”, destinados ao castigo dos soldados que infringissem as regras, desertando, negociando com escravos, etc. Pokrane utilizava-se destes troncos para punir botocudos que não quisessem trabalhar com chibatadas. Ao chegar aos aldeamentos ou às divisões, procurava comunicar-se somente com os “homens de deferência e condição.”³⁸² Vestindo sua farda e calçando botas, acreditava-se uma autoridade. Os comandantes, percebendo o seu papel de líder indígena e o prestígio que firmara desde a trégua de seu pai com Marlière, tratavam-no como tal.

Lidando com os diretores, Pokrane dizia que os índios eram preguiçosos e precisavam de muito rigor em sua condução. Incorporara ao seu discurso a idéia de que seus companheiros não gostavam de trabalhar. Seria ingênuo reduzir esta incorporação discursiva a uma simples articulação ideológica, mas o fato é que o botocudo utilizava-se do trabalho de seus comandados para gerar uma certa margem de lucro em seu aldeamento, negociando

[382]. Sobre estas informações, confira: FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. A vida do índio Pokrane e sobre o francez Guido Marlière. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v., n., p.410-417, 1855.

com os luso-brasileiros os produtos agrícolas e pecuários do pequeno núcleo populacional às margens do Manhuaçu.

Com o tempo, sua comunidade passou a ser também conhecida como Pokrane. Esta denominação, depois, seria estendida tanto ao aldeamento, quanto à cidade que se formariam no local após a chegada de muitas famílias de luso-brasileiros. Essas últimas, gradativa e continuamente, se estabeleceriam com seus “escravos, rezes e árvores de espinho.”

Duas denominações foram atribuídas aos índios desta região ainda no início do século XIX. Os da margem norte do rio Doce eram denominados Naknenuk e os da margem sul, kreknun ou Pejaurum. Os naknenuk chamavam a seus rivais de Giporok (maus, perversos). Rivalizavam estes índios também com os Maxacali, que pareciam falar uma língua diferente daquela atribuída aos “Botocudo.” Não obstante suas diferenças, incluímos hoje todos eles sob o grande subgrupo Macro-Jê..

Izabel Misságia de Mattos destacou o fato de não haver ainda, neste período, um consenso sobre quais seriam os verdadeiros limites entre as províncias de Minas Gerais e Espírito Santo.³⁸³ As disputas de jurisdição favoreciam uma falta de controle sobre as movimentações e estratégias indígenas neste espaço. Isso o fazia pertencer a quem por ele disputasse. A lei dessas fronteiras era aquela estabelecida pela vitória militar indígena.³⁸⁴

No início da década de 1840, já morto o Coronel Francês, Pokrane recebeu dos governos das províncias de Minas Gerais e

[383]. MATTOS, Izabel Misságia de. *Civilização e revolta: povos Botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), p. 171.

[384]. Confira a documentação referente à disputa de limites entre as províncias de Minas Gerais e Espírito Santo, comentada e transcrita por: Lima, Augusto de. *Memória Histórica e Documentada sobre a questão de limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 9, p.7-87. 1904.

Espírito Santo a incumbência de entregar presentes aos índios que se encontravam em estado belicoso. Seus inimigos, que habitavam a margem norte do rio Doce, no território da província do Espírito Santo, perdiam a guerra. Ele deveria entrar em seus territórios e oferecer-lhes a paz através da doação de presentes enviados em nome do jovem e recém coroado Imperador D. Pedro II. O botocudo, entretanto, não faria como as autoridades queriam. Logo, os Diretores perceberiam que a demora em fazer a paz vinha de uma insistência do próprio Pokrane em continuar lutando contra seus inimigos. Situados na Margem Sul do rio Doce – província de Minas – os Pokrane, contrariando o tratado de paz de que tinham sido encarregados, faziam das armas de fogo que recebiam um meio de conseguir uma superioridade militar sobre seus inimigos. Os Botocudo da margem norte, então, se reuniram para decidir como deveriam enfrentar as ameaças dos seguidores de Pokrane. As batalhas que se seguiram foram particularmente encarniçadas. Em junho de 1841, o diretor dos aldeamentos do rio Doce, José Malaquias dos Santos e Azevedo, comunicou a situação ao Presidente da Província do Espírito Santo:

hoje vivem em desassossego, fazendo reuniões para se oporem às hostilidades que lhes fazem os botocudos do sul isto é, os pertencentes à família de pokrane, tendo estes a vantagem de andarem armados de espingardas e hostilizarem os do norte em seus mesmos lares, assassinando os que encontram e roubando-lhes as mulheres.³⁸⁵

O rapto de mulheres parecia fazer parte de um certo ritual de vitória. Está fartamente documentado nas fontes do período

[385]. Ofício expedido pelo diretor dos Aldeamentos do rio Doce, José Malaquias dos Santos e Azevedo, para que comunicasse ao presidente da província do Espírito Santo a situação de guerra em que viviam os índios Botocudo. 2 de agosto de 1841. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Doc. 3, Coleção Instituto. Lata 346. Doc. 27 e anexo Doc. 1.

e parecia estar associado a uma confirmação de preeminência. Os vencidos, não raro, vinham resgatar suas esposas; e, nessas batalhas, morriam muitos índios. Em tais guerras, muitas vezes, raptavam-se também crianças (kuruks), trocadas mais tarde por aguardente, armas ou poaia. A poaia, uma vez adquirida, era negociada, assim como as Kuruks ou a aguardente, tanto com luso-brasileiros, quanto com outras culturas indígenas.

Como observou Izabel Missagia de Mattos, seus combates, ritualizados e periódicos, não almejavam à eliminação completa do inimigo, mas, somente à sua subjugação.³⁸⁶ As mulheres “ritualmente trocadas” poderiam, inclusive, não demonstrar o menor desejo de retornar ao grupo de que haviam saído. Seu papel e influência política frente ao grupo parece ter sido grande. Para Mattos:

A chave para a compreensão da proeminência da atuação feminina na etnopolítica Botocudo parece residir em sua possibilidade de transitar entre grupos de parentesco “trocando de parceiro” ou sendo por ele “trocada” [...] A importância atribuída à presença feminina na etno-política dos Botocudo articula-se, sob um enfoque etnográfico, à possibilidade de trânsito das mulheres entre os subgrupos, ao contrário dos homens que, quando capturados pelos inimigos, eram considerados “prisioneiros”, não havendo possibilidade de serem incorporados nas relações de parentesco no interior do subgrupo rival.³⁸⁷

Uma vez capturado, um guerreiro botocudo geralmente não se submetia a nenhum inimigo. Recusando comida e batendo a

[386]. MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: povos Botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas*. Campinas. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. XVII. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), p. 193.

[387]. MATTOS, I. M. de, op. cit., p. 187.

cabeça contra as árvores a que eram amarrados, os índios preferiam se matar a se humilhar, para não ferir um certo código de honra guerreira que hoje já nos escapa em seus detalhes. Os luso-brasileiros viam essas guerras com péssimos olhos. As grandes movimentações de índios eram, quase sempre, acompanhadas dos ataques às plantações das fazendas e do abates de rezes. A troca de mulheres e a poligamia feriam os tradicionais ditames de moral dos padres católicos que haviam erigido as primeira capelas do sertão.

Continuando nossa história, vale lembrar que Pokrane possuía várias mulheres, arranchadas com seus filhos às margens do rio Manhuaçu. No início da década de 1840, talvez impaciente com a demora em receber as prendas que as presidências das duas províncias lhe prometiam em troca de sua “reconciliação com os inimigos do norte” e, certamente, alimentando desejos de continuar a guerra, havia conduzido seus índios para a Corte a fim de receber os presentes diretamente do Imperador. Conseguindo a audiência e recebendo armas e roupas diretamente das mãos de D. Pedro, Pokrane recebeu-os orgulhoso. Os presentes deveriam figurar como elementos de trégua; mas, agora, serviam à confirmação da idéia de que o Imperador prestava um apoio velado aos índios da margem sul do rio Doce.

Em meados de 1841, os Pokrane, que retornavam de seu encontro com D. Pedro II atentaram contra a vida de índios botocudo inimigos próximo ao quartel de Linhares. Seu líder ainda surpreendeu os presidentes de província ao, mais uma vez, não cumprir suas ordens e atacar aos botocudo conhecidos como Pancas, seus tradicionais inimigos, habitantes das proximidades do quartel de Porto do Souza.³⁸⁸

[388]. José Malaquias dos Santos Azevedo, Diretor dos aldeamentos do Rio Doce, deixou-nos algumas notícias sobre o “ciúme” que despertavam os presentes concedidos a Pokrane pelo Governo Ofício de José malaquias

O fim da saga de Pokrane seria selado por sua morte, segundo memórias orais, por envenenamento, no final dos anos de 1840. Em respeito à influência que mantivera junto ao antigo diretor Geral, Guido Thomaz Marlière, e ao número considerável de índios que comandava, o botocudo não havia sido incomodado pelo Estado. Até sua morte, empenhou-se na guerra contra seus inimigos. Isso nem seu padrinho francês – que certamente desejava para ele um futuro diferente – conseguira evitar.

5.2 O FIM DAS GUERRAS NAPOLEÔNICAS, A EMANCIPAÇÃO DAS COLÔNIAS IBÉRICAS DA AMÉRICA E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Enquanto estes episódios se desenrolavam no Brasil, a vida do outro lado do Atlântico corria célere e era acompanhada, com inquietação, por muitos europeus exilados. Nos anos entre 1810 e 1820, a Europa viveu momentos de cruentas guerras e basilares definições hegemônicas. Desde 1812, os russos haviam rompido o bloqueio continental contra os ingleses, solapando as bases da tensa aliança que lhes garantia a neutralidade na guerra. Napoleão, mesmo invadindo a Rússia e vencendo a batalha de Moscou, foi obrigado a bater em uma desastrosa e sangrenta retirada.³⁸⁹ A chamada Confederação do Reno formada por Prússia, Áustria e Rússia, após a famosa reunião de Lipsing, derrotou Napoleão em 1813, invadindo Paris e restituindo, por meio da coroação de Luiz XVIII, a monarquia deposta em 1792. Exilado na ilha de Elba, Na-

dos Santos, Diretor dos Aldeamentos do Rio Doce ao Presidente da Província do Espírito Santo. 10 de outubro de 1841. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Doc. 2, Coleção Instituto. Lata 346. Doc. 27.

[389]. Para um exemplo de como a vitória russa era então encarada pelas autoridades luso-brasileiras estacionadas na Corte do Rio de Janeiro, veja: Cartas do Conde de Galveas, informando sobre Guido Thomaz Marlière e sobre as demonstrações de contentamento pelos “Gloriosos feitos das armas russas” – Arquivo Nacional. Fundo: Documentos Coloniais – I. 1,2,35, 128. 13/04/1813.

poleão fugiria ainda para estabelecer o efêmero governo dos cem dias, após os quais, atacado pelos ingleses e submetido a pesada derrota em Waterloo, seria banido definitivamente para a ilha de Santa Helena, na costa da África.³⁹⁰

As potências européias reuniram-se em Viena, após a queda do Império Napoleônico, para restabelecer um pretense equilíbrio de forças. A Europa voltava a ter, em seu mapa político, os mesmos limites anteriores à Revolução Francesa de 1789. Por iniciativa do czar da Rússia, Alexandre I, surgiu, em 1815, a Santa Aliança, tratado que tinha por fim combater a difusão da revolução liberal burguesa, semeada pelas práticas e discursos que, a partir da França, haviam alcançado praticamente todo o mundo. Firmado primeiramente entre o czar russo, o imperador da Áustria e rei da Prússia em 26 de setembro de 1815, a aliança contaria cedo com a adesão das principais nações da Europa Ocidental, graças às diretrizes elaboradas pelo príncipe austríaco Meternich. Estas diretrizes firmaram sua condição de liga restauradora com a missão de manter a França sob vigilância, abafando todos os movimentos separatistas de caráter nacional ou revolucionário que surgissem no âmbito das nações coligadas, e, por extensão, também em suas colônias ultramarinas. Como Portugal e Espanha faziam parte do acordo, a Santa Aliança poderia, em tese, intervir em suas colônias na América, caso estas tentassem se emancipar.³⁹¹

As primeiras tentativas de emancipação na América oitocentista iniciaram-se ainda em 1811 no Vice Reino de Nova Espanha. O atual México tornou-se politicamente independente com Itúrbide, em 1820, mas os conflitos internos não tiveram um fim. A

[390]. Para uma visão Geral do Período Napoleônico na História européia confira: GODECHOT, Jacques. *Europa e América no Tempo de Napoleão*. (1800- 1815). São Paulo: Pioneira, 1984.

[391]. Para uma visão mais aprofundada da situação das relações internacionais na Europa depois de 1815, veja: DUROSELLE, Jean Baptiste. *Europa, 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976.

guerra se estenderia ainda com as lutas travadas pelos soldados de Simom Bolívar e San Martín, em nome da independência das colônias espanholas da América do Sul. Do Vice-Reino de Nova Granada surgiram Venezuela, Colômbia e Equador. As tropas de Bolívar emanciparam a Venezuela em 1813. Em 1819, os espanhóis eram vencidos na Colômbia. O Equador foi emancipado em 1822, o Peru em 1821 e a Bolívia (dele desmembrada), em 1825. Do Vice-Reinado do Prata, surgiram primeiramente Argentina e Paraguai, e, a partir da derrota Brasileira em 1828, o Uruguai, antiga província Cisplatina. As tentativas do rei espanhol Fernando VII de recorrer à Santa Aliança enfrentaram poderosa oposição da Inglaterra, país para o qual a rota de transporte de mercadorias pelo rio da Prata e os mercados consumidores representados pelas novas nações emancipadas eram economicamente interessantes. Outra oposição de peso era a ameaça militar representada pelos Estados Unidos da América, república que já se afirmava econômica e militarmente a ponto de, com certa arrogância, propagar internacionalmente a notícia de que combateria qualquer tropa européia que viesse sobre os processos de emancipação política iniciados no continente americano. Com a doutrina Monroe, a partir da década de 1820, os EUA logo deixariam claro seu desejo de que a América se tornasse território de influência preferencial dos “norte-americanos”.³⁹²

Sem a intervenção da Santa Aliança, os domínios da Espanha na América caminhavam progressivamente para o fim. Propagou-se, logo, que o mesmo destino caberia ao Brasil, mas a presença da monarquia portuguesa em nossas terras garantia certos ares de segurança. A Corte Portuguesa continuava a sediar-se no Brasil,

[392]. Sobre o processo de independência das colônias espanholas da América veja: Waddel, A. A Política internacional e a independência da América Latina. In: BETHEL, Leslie, (Org.). *História da América*. São Paulo: Edusp. V.3, 1998. p. 231-266. Veja Também: BETHEL, Leslie. A Independência do Brasil. In: BETHEL, Leslie. *História da América*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 187- 230.

embora isto causasse muito desconforto aos seus súditos europeus, que sentiam-se preteridos na administração, reclamando que sua situação de metrópole havia sido invertida. Por ocasião da morte de Dona Maria I, em 1816, o príncipe Regente Dom João foi aclamado Rei sob o nome de Dom João VI. No ano anterior, o Brasil havia sido elevado à condição de Reino Unido. Cabe observar que, em consequência, foram extintos os Estados do Brasil e do Grão Pará e Rio Negro, passando a existir somente o Reino do Brasil, unido a Portugal e Algarves. A partir de 1821, as capitânicas foram elevadas ao estatuto de províncias. Estas foram também logo acrescidas de mais quatro: Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina e Sergipe.³⁹³ Para o Rio de Janeiro estavam sendo atraídos diversos estrangeiros, dentre eles muitos viajantes interessados em pesquisas científicas que, graças ao fim da guerra na Europa, tinham franqueadas suas visitas ao interior da antiga colônia. Entretanto, a desconfiança em relação a alguns franceses que penetravam em direção ao sertão, como vimos, continuava a povoar o pensamento das autoridades. Idéias de inspiração iluminista eram discutidas em sociedades secretas como a maçonaria; livros de Rousseau, Voltaire e Raynal, não obstante atuasse a constante vigilância da Censura Régia, continuavam a constar entre os títulos de algumas bibliotecas particulares, inclusive as do clero.³⁹⁴

A Revolução Liberal e Constitucionalista da Cidade do Porto, que teve lugar no conturbado ano de 1820, exigiu o retorno de Dom João VI a Portugal. Pouco antes de sua deflagração, a inquietação das tropas portuguesas havia se tornado tão insuportável

[393]. . Ao escrever este resumo, inspirei-me nas reflexões de: MOTA, Carlos Guilherme . Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In.: MOTA, Carlos Guilherme, (Org). *Viagem Incompleta: a experiência Brasileira*. (formação: história). São Paulo: Senac 1999. P. 197- 227.

[394]. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Da revolução de 1820 a independência brasileira. In.: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira. (Org). *Nova história da expansão portuguesa; o império luso-brasileiro (1750- 1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 387

para Beresford, o governador designado inglês, que ele viajara ao Rio de Janeiro para solicitar maiores poderes ao Rei. Sua ausência então em Portugal deu lugar à reunião da guarnição do Porto no Campo de Santo Ovídio, em 24 de agosto de 1820, que declararia sua revolta contra a ocupação anglo-saxã. A sublevação atingiu rapidamente Lisboa, onde populares clamavam contra o absolutismo monárquico. A princípio, a Revolução entusiasmou a muitos portugueses do Brasil, embalados pelo sonho de construir o tão divulgado Império Ultramarino Português em cima de bases liberais. A insistência das Cortes Portuguesas em conduzir um processo de recolonização do Brasil, repudiado pelos deputados brasileiros, para os quais a situação de desenvolvimento econômico e cultural alcançada com a transferência da Corte não poderia ser revertida, acabou por tornar impossível a continuação do vínculo político que unia os dois reinos. Interpretação interessante nos é oferecida a este respeito por Maria Beatriz Nizza da Silva:

A separação final entre Portugal e Brasil é uma história complicada. Em muitos aspectos, o verdadeiro movimento pela independência da Colônia verificou-se na Europa, e foi ele a Revolução portuguesa de 1820 – que na sua base, foi uma tentativa de emancipação da antiga metrópole em relação a um governo imperial instalado na América. Os ressentimentos e as dificuldades financeiras e econômicas que levaram à convocação das cortes de Lisboa e à redação de uma Constituição liberal, nasceram da perda de privilégios e de monopólios no comércio colonial e da aparente insensibilidade do governo do Rio aos problemas de Portugal [...].³⁹⁵

No período entre o dia 17 de outubro de 1820, quando as primeiras notícias da Revolução do Porto chegaram ao Brasil, até o

[395]. op. cit., p. 387.

dia 2 de julho de 1823, quando o último reduto de adesão a Portugal e às Cortes de Lisboa foi vencido na Bahia, Minas Gerais vivia dias de indecisão. Em nove de abril de 1821, no Paço da Câmara de Vila Rica, Dom Manuel de Portugal e Castro e o Bispo de Mariana Frei José da Santíssima Trindade reuniram-se com o ouvidor para jurarem a futura constituição que as cortes portuguesas iriam votar. Forçado pelas circunstâncias, Dom João deixaria o Brasil, seguindo para Lisboa ainda naquele mês. Seu filho mais velho, o príncipe Dom Pedro, herdeiro do Trono Português, permanecia no Brasil como regente. Uma de suas primeiras ordens dirigida ao governador de Minas determinava que se procederiam, naquela Província, as eleições para se escolherem os deputados que compareceriam às votações em Lisboa. Em cada paróquia, por grupo de 200 fogos, elegia-se um só representante, para o qual a única exigência era que fosse “homem de bens”. Este representante escolhia os eleitores paroquiais que, na sede da comarca a que pertencessem, nomeavam os chamados *eleitores de comarca*. Finalmente estes homens de prestígio e posses dirigiam-se à capital para elegerem os deputados. As eleições finais realizavam-se dentro das maiores igrejas de Vila Rica e eram presididas por juízes de fora, auxiliados por secretários e escrutadores escolhidos pelo povo.

Em setembro de 1821, foram eleitos 13 deputados por Minas Gerais. Um decreto datado de 5 de junho orientava que eleições deveriam realizar-se, também, para escolher os Governos Provisórios das províncias. Dom Manoel de Portugal e Castro, depois de ver fracassada sua tentativa de compor uma junta formada exclusivamente por aliados políticos, foi obrigado a aceitar as eleições que se realizaram no dia 20 de setembro, apenas com os eleitores da comarca, como ordenara o Príncipe Regente. A nova Junta do Governo Provisório Mineiro compunha-se de dez membros, dirigidos por Dom Manuel, seu presidente.

Em janeiro de 1822, contrariando as deliberações das cortes de Lisboa, Dom Pedro decidiu publicamente permanecer no Brasil.³⁹⁶ Em Minas, a notícia de sua permanência levou a uma reação, insuflada por Dom Manuel, que tinha o apoio das forças do Brigadeiro José Maria Pinto Peixoto. A junta chegou a ignorar a autoridade do Príncipe Regente, alegando que só devia obediência ao Governo de Portugal. Em decorrência dessa situação, o príncipe deliberou viajar a Minas, o que fez realmente no dia 25 de março. Só em 7 de abril, sua comitiva se aproximou do Capão do Lana, às portas de Vila Rica. Lá, o Príncipe acampou à espera de um combate armado, caso este se tornasse necessário. Se não fosse obedecido, tomaria Vila Rica à força. Fez, então, conhecer a Dom Manuel, por meio do Coronel de Milícias João Luciano de Lima Guerra, a quem mandou chamar, que a junta do Governo Provisório de Minas Gerais estava, naquele momento, dissolvida por insubordinação.

A junta militar da Província deliberou finalmente, pressionada pelas circunstâncias, aderir ao Príncipe. Este, ao entrar na Cidade, decidiu que ninguém seria castigado. Teria afirmado, então, com claros interesses diplomáticos: “– Foi uma falta que se cometeu em família; esqueçamo-nos dela.”³⁹⁷ No dia 21 de abril de 1822, por medida de segurança, seguiriam com o príncipe para o Rio de Janeiro o Brigadeiro Pinto Peixoto e o ouvidor de Vila Rica, que por estes tempos já era o jurista Cassiano Experição. A revolta estava temporariamente abafada. Dom Manuel de Portugal e Castro foi

[396]. Um resumo do papel de Minas e dos mineiros na independência, marcadamente romântico, factual e exaltador, é verdade, pode ser encontrado em: VASCONCELOS, Salomão de. *O Fico: Minas e os mineiros na Independência*. Instituto Histórico e Geográfico, 1972. A história política deste período em Minas Gerais carece de um trabalho atualizado de análise teórica e documental, dotado de maior rigor acadêmico, até hoje não empreendido.

[397]. Ver: SANTOS, Lúcio José dos. *História de Minas Gerais: resumo didático*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1972. p. 116.

reeleito como presidente da segunda Junta do Governo Provisório Mineiro, eleita no dia 20 de maio. Em setembro, a autoridade do Príncipe se confirmaria com a Independência Política do Brasil. Minas a reconheceu oficialmente no dia 30 daquele mês. Retirar-se-ia Dom Manuel pouco depois para o Rio de Janeiro, de onde embarcou desgostoso para Portugal. O último Capitão General de Minas Gerais teria afirmado ao deixar Vila Rica: “Eu sou Dom Manuel de Portugal.”³⁹⁸

Logo, eleições se realizaram em Minas para escolher os deputados à Assembléia Constituinte de 1823. Só em fevereiro de 1824, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, o primeiro Presidente da província de Minas Gerais, seria nomeado e empossado. Nos sertões do Rio Doce, essa situação causava grande impasse. Trabalhando no meio da Mata, Marlière não tinha notícias, senão atrasadas, de tudo quanto ocorria em Vila Rica. Para superar esse isolamento, é provável que procurasse se inteirar das novas ao dirigir as reuniões mensais de sua loja maçônica em Vila Rica. Viajando periodicamente a Guido-Wald, para visitar Maria Vitória e Leopoldo, percorria constantemente os caminhos do Centro e o Leste da província. Durante suas inspeções anuais, chegou a permanecer mais de um ano longe da família, absorto em suas inspeções e projetos para os índios, os caminhos e os rios. Em 29 de janeiro de 1822, Dom Manuel o chamou a Vila Rica para que assumisse, agora efetivamente, o cargo de major do Regimento de Cavalaria de Linha. A ordem revestia-se de um teor de congratulação. A designação para servir em Vila Rica representaria para qualquer oficial das Divisões Militares do Rio Doce uma espécie de prêmio, graças a uma promessa de vida muito mais segura e confortável que ali então se descortinaria em seu horizonte. Para Marlière, no entanto, ao que tudo indica, a vida na cidade não correspondia

[398]. op. cit., p.117.

aos seus ideais. A leitura dos documentos nos mostra um homem inquieto, preocupado com o destino dos aldeamentos e com os ataques aos índios. Frente à indefinição que reinava no cenário político provincial, deveria temer por seu futuro, agora que Dom João e Dom Manuel haviam retornado a Portugal. Em uma carta datada de 24 de abril de 1822, Marlière, dirigindo-se ao governo provisório, resumia os resultados positivos que, acreditava, sua atuação havia facultado à província e pedia, com ares de súplica, a continuação de seus esforços junto aos índios e às divisões:

Senr.' – por Ordem expressa de S.A.R – Guido Thomaz Marlière, Sarg.to mor aggregado ao Regimento de Cavallaria da província de Minas Gerais, e Inspetos das Divisões Militares do Rio Doce e Sargento Mor effectivo do Mesmo Regim. to pela autoridade do Governo Provisorio por mãos do marechal de Campos Comandante das Armas da Mesma Província Antonio José Dias Coelho, expoem, cheio de respeito a V.A.R, e o mais succintamente possível, o seguinte. – Em 1813, 16 de Março, foi o suplicante mandado pelo ex-Governador, e Capitão General de Minas Conde de Palma, a acompanhar os Portuguezes, e Indios da Pomba, e Prezídio de São Baptista que vivião na anarquia. Finda a deligência -- 1813, 19 de Junho hé mandado o Supplicante para aquellas Aldêas, com o Título de Director Geral pelo mesmo Conde de Palma. – 1814, 17 de Junho; finda a Guerra dos Puriz contra os Portugueses, e Indios Coroatos, e Aldeamento de 500 Puriz Bravos, no Rio Pardo, e Paraiba, com hum Director particular, para o que o Supplicante pedio 400\$000 R.s emprestados à Junta Militar para esta despeza, e pagou no fim de dous annos como prometteo. – 1815, sete de Abril, Provisão da Junta Militar para a fundação de hua Capella para a Christianização dos Indios no Rio de Ubá, Freguesia do Prezídio de São João Baptista. – 1818 – 4 de Abril; Fundação de outra Capella para os Indios

ao pe da Serra da Onça, Freguezia do mesmo Prezídio. – 1818 – 7 de Setembro, Inspeção da 1ª e 4ª Divisão do Rio Doce, e estabelecimento de Postos Militares com Fortificações passageiras nas margens daquelle mencionado Rio para defender Colonos, e as Canoas do Comercio, contra os ataques dos Botecudos. 1819 Fevereiro 13 – Inspeção da 2ª e 3ª Divisão do Rio Doce e da Estrada aberta desta Capitania à Villa da Victória – Estabelecimentos de Postos Militares de trez em trez Légoas para a segurança dos Commerçiantes, e viadantes – 1819 – 25 de Maio Aldeamento, Capella, e Estabelecimento para hua Povoação futura nos confluentes dos Rios Gloria e Robinson Cruzoé, Cabiceiras do Muriahé denominado de Manoel Burgo, com hum Director para os Índios Puriz, que se estendem athe ao Mar da Costa Meridional. – 31 de julho, o Suplicante há chamado ao seu Regimento para Instrucção, e serve dez mezes de major por falecimento do Titular – 1820 – 15 de Novembro – O supplicante há nomeado Inspector effectivo de todas as Divisões, e confirmado esta nomeação por decreto de V. A.R. de 30 de maio de 1821 com o posto de Major Agregado do Regimento de Cavalaria de linha [...] 1821 – Julho, 6 – O supplicante há chamado ao quartel General pelo ex Governador e Capitão General para o real serviço. 1821 – 19 de Outubro – O Suplicante, por ordem do governo Provisorio, hé mandado recolher suas Divisões. – 1822 – 7 de Janeiro, o governo provisional nega ao supplicanteas gratificaçõens que lhe são concedidas pela Lei, Como SargentoMór com Commando e as consedia ao Brigadeiro pinto, e ao seu ajudante Penna quando este foi Commandante do Segundo batalhão. – 1822 – 29 de janeiro – he emfim chamado o Supplicante ao seu corpo para a efectividade de Major. Desde 15 de Novembro de 1820, até 29 de Janeiro de 1822, que o Supplicante commandou as Divizõens, e os mais Aldeamentos, não houve uma só faméilia Portuguesa insultada pelos Botecudos e

mais indios. Huma pacificação total reinava desde Belmonte até os Campos de Goitacazes, e em toda a Provincia de Minas Gerais que tirou hum dinheiro immenso na negociação da Poaia com elles. Logo que o Supplicante deixou o comando houverão mortes de indios Puriz, e portugueses, sendo estes os injustos agressores nas vezinhanças da Ponte Nova, Termo de Mariana; o que merece hua Inquirição Juridica, e punidos os agressores para não renovar hua Guerra Cruel. Os Indios tihão hum tribunal, a Junta Militar que os protegia; este Tribunal morreo; os indios Estão ao Desamparo, mortos, perseguidos, e expoliados alguns das suas terras: os agressores desculpão-se dizendo que eles não são Baptizados; e isto no século XIX!! Há muitos Portugueses Indios em Minas! – As circunstâncias actuaes são espinhosas porem as leis relativas aos indios não revogadas pelas Bazes; logo existem; e podem servir havendo hum Director Geral capaz de reger aquelles indios e o Governo Provisorio querendo fortemente apoia-lo. – O Supplicante que conhece a lingoa e os Custumes dos indios, que viveu 9 annos entre elles, que os ama como filhos, pede a V. A.R. se digesem alterar a Ordem de Promoção que lhe pertencer na Linha Ordemnar seja reenviado entre elles: pois sendo o Regimento de Linha Desperso como se acha, pouco ou nada seus serviços são uteis em Vila Rica e muito entre os indios – Cazo disso ser incompatível, V. A.R. pode passar o Supplicante com o adiantamento; que lhe hé competente, e competir pelo futuro na linha..³⁹⁹

Marlière desejava voltar às margens do Rio Doce. De Vila Rica deve ter acompanhado com atenção os acontecimentos políticos

[399]. Oficio pelo qual o Major do Regimento de Cavallaria de Linha de Minas Gerais, Guido Thomaz Marlière, que atualmente serve e reside em Vila Rica, supplica ao príncipe regente Dom Pedro que lhe permita voltar à direção das Divisões Militares do Rio Doce. Vila Rica, 24 de abril de 1822. GUIDO..., 1905, op. cit., p.-423-425.

de que, então, a cidade era palco. Sabemos que este foi o período em que mais investiu em sua atividade maçônica. Mantinha também amizade com os editores dos principais jornais da cidade. Tendo em vista os documentos que apresentou à Presidência da Província alguns anos depois, é possível que este tenha sido o período em que mais leu em toda a sua vida. Seu tema preferido eram os índios, fossem eles os do Canadá, os da América do Norte, ou os Tupi do litoral do Brasil no século XVI. Lia também sobre os povos da antiguidade, os egípcios, os gregos, os romanos. Interessavam-lhe também os escritos quinhentistas de Bartolomeu de Las Casas, José de Anchieta e Manoel da Nóbrega. Não há muitas referências claras à leitura dos autores da ilustração, mas, como veremos na seção seguinte, idéias de fundo ilustrado não só transparecem em seus escritos, quanto fizeram parte integrante de sua forma de intervir sobre as divisões.

5.4 O DISCURSO MARLIERIANO: PROJETOS E PROPOSTAS REFERENCIADOS EM PRÁTICAS E DISCURSOS SOBRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE

[...] quanto mais a civilização se estabelecer sobre a terra, mais ver-se-ão desaparecer a guerra e as conquistas, bem como a escravidão e a miséria” Condorcet, 1787.

Toda esta vasta correspondência é impregnada de manifestações de um espírito asperamente crítico e irônico. Oilian José, 1958.

A criação é a capacidade de fazer surgir o que não estava dado e que não pode ser derivado daquilo que já era dado. E imediatamente somos obrigados a pensar que é a esta capacidade que corresponde

o sentido profundo dos termos imaginação e imaginário. Quando nós abandonamos os usos superficiais deste termo, a imaginação não é apenas a capacidade de combinar elementos já dados para construir um outro. A imaginação é a capacidade de colocar uma nova forma. De certo modo, ela utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma, enquanto tal é nova.’ (CASTORIADIS, 1991, p.).

Em 1824, Marlière foi nomeado pelo imperador Dom Pedro I, Comandante de todas as Divisões Militares do Rio Doce e, em seguida, Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais.⁴⁰⁰ No mesmo ano, seria ainda elevado à patente de Coronel do Exército Imperial Brasileiro. Seus poderes eram consideravelmente amplos, uma vez que englobavam atribuições militares, policiais, judiciais e administrativas. Sua margem de autonomia, assim como a dos sargentos a ele subordinados no comando de cada uma das divisões era ampliada pelo isolamento em que viviam, fator, sem dúvida, de um relaxamento nos limites impostos pelo governo às suas atribuições. Marlière seria o primeiro a ocupar o cargo em Minas Gerais. Para o Imperador D. Pedro I e seus administradores, a navegação do rio Doce, as políticas de guerra e as negociações de paz com os índios deveriam ser organizadas por um comando geral e unificado.

O comandante Francês deveria sentir-se feliz ao se findarem os “ tão tediosos” meses em Vila Rica. Seus projetos foram sintetizados em algumas cartas, representações, memórias e ofícios, que, aqui, examinaremos com algum detalhe:

[400]. Ver: JOSÉ. Oilian. *Marlière: o civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. p. 38-39. Quatro anos antes, em 1820, Dom João VI ordenou que Marlière, como prêmio pelo seu sucesso na conciliação entre índios e colonos, assumisse a inspeção de todas as Divisões do Rio Doce, passando as obrigações de subordinação de seus respectivos comandantes a se deverem não mais à Junta de Civilização dos Índios e Colonização do Rio Doce, mas àquele francês. Ver: Carta Régia de 15 de novembro de 1820. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 415.

Por trás dos discursos de Marlière que chegaram até nós, é possível vislumbrar um substrato de representações compartilhadas de um modo geral por uma parcela considerável da elite intelectual de seu tempo, particularmente a que se associa comumente como herdeira do reformismo ilustrado, a qual esteve no poder por ocasião da nossa emancipação política. As idéias de Marlière—embora em vários aspectos conflitassem com a maioria dos interesses econômicos da sociedade mineira escravista, a qual, naquele momento, ainda fortalecia sua economia interna para construir alternativas viáveis à sobrevivência ao declínio das principais jazidas auríferas—partiam da premissa de que a sociedade européia, ápice do desenvolvimento humano, inspirada e iluminada pelas luzes da ciência, da civilização e da técnica, deveria conduzir ao seu mesmo patamar aqueles que ainda se demoravam no estado de barbárie. Se essas idéias não encontravam uma acolhida irrestrita entre a maioria dos representantes de nossa elite agrária, preocupada em abrir fronteiras de exploração econômica e em se livrar das populações autóctones, tinham guardada, como vimos, no pensamento de muitos dos europeus que, a partir da transferência da Corte Portuguesa, visitaram o Brasil.

Em Marlière, parece-nos que a influência de visões difamadoras do homem e da natureza americana, veiculadas por Bufon, Raynal e De Pauw, cede lugar às representações positivas e otimistas de Herder, Rousseau e Humboldt. O mito rousseauiano do bom selvagem, assim como a idéia de que nas sociedades primitivas encontrar-se-ia uma espécie de paraíso perdido onde, num ambiente igualitário, livre e fraterno, os homens exerceriam sua bondade original, convive no pensamento marlieriano lado a lado com a idéia de que a “ignorância” do “selvagem”, geradora de “erros”, deveria ser sanada. Os índios eram encarados como “ingênuas crianças”, uma humanidade em estado infantil que deveria, para a

sua segurança e a da sociedade, ser conduzida à civilização. “Civilizar” era preciso, não somente aos índios, mas também, e acima de tudo, aos senhores de escravos que, acostumados ao governo despótico português, se compraziam em tyrannizar os “pobres” africanos, degradados por trezentos anos de “trevas e barbárie”. A barbárie não se encontraria para Marlière somente na selvageria dos nativos, mas, acima de tudo, na falta de “fraternidade, espírito cívico e patriótico” entre os colonos luso-brasileiros.

A idéia da bondade natural dos selvagens, contraposta por sua vez à corrupção dos “civilizados”, antes que expressa em Rousseau, já estava presente nas reflexões de Jean de Léry e Michel de Montaigne. Como lembra Ronald Raminelli:

O novo conceito de homem selvagem, esboçado por Léry, demonstra a fadiga de indivíduos e gerações perante os costumes ditos civilizados. Em Montaigne, reflete a tensão entre natureza e cultura, entre autenticidade e artificialismo, entre moral natural e moral regulada. O mito e a contestação somente tomaram corpo no século XVIII, no pensamento de Jean-Jacques Rousseau.⁴⁰¹

Para Rousseau, os homens, bons por natureza, haviam sido pervertidos pela civilização; daí a necessidade de uma reforma da sociedade humana corrompida.⁴⁰² Em Marlière, o termo civilizar corresponde, em alguns de seus empregos, ao ato de efetuar essa reforma e a palavra civilização, a um ideal de sociedade baseado na justiça e na igualdade.

[401]. RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: representações do índio de Vieira a Caminha*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

[402]. Sobre as variações e possibilidades no pensamento ilustrado veja o trabalho de: COSTA, Emília Viotti da. O iluminismo como invenção. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FRANCESA, Rio de Janeiro, 1989. *Anais...* Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa e Estudos Históricos de UFRJ, 1989.

Autores franceses como Mirabeau e Rousseau⁴⁰³ sugeriam que “a falsa sociedade fosse substituída pela autêntica”.⁴⁰⁴ Afirmava Mirabeau que o que a maioria das pessoas considerava como sendo o padrão do homem civilizado “suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do conhecimento de tal modo que inclua o decoro no lugar de leis detalhadas”⁴⁰⁵ somente poderia ser associado a uma “máscara da virtude”. Contra este engodo de civilização, este autor propunha uma virtude cívica, cidadã. A “falsa civilização” deveria ser substituída pela “verdadeira”.

Com a sociedade civil, vieram a ganância, as disputas, os vícios, as usurpações dos ricos, o banditismo dos pobres, as paixões desenfreadas de todos. Para sanar o problema, a solução apresentada era a implementação de um programa pedagógico que conduzisse novamente os homens ao estado de natureza, através da reforma de sua sociedade.⁴⁰⁶ O maior desafio era, nessa perspectiva, conciliar o desenvolvimento da civilização e da técnica com a manutenção da virtude. Como observou Marilena Chauí:

O Homem para Rousseau, não se regenera com a destruição da sociedade e o retorno à vida no seio das florestas. Embora privado no estado social de muitas vantagens da natureza, ele adquire outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma.

[403]. Sobre o tema da *inocência original* em Rousseau veja o exelente tópico que leva este nome em: STAROBINSKI, Jean. Crítica da sociedade. In: _____. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1991. p. 34- 44.

[404]. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*; uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, v. 1, p.55.

[405]. op. cit., v. 1, p.54-55.

[406]. Sobre a reforma da sociedade “civilizada” no pensamento dos contratualistas do século XVIII, ver o verbete “contratualismo” em: BOBBIO, Norberto; MANTTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1994. p. 273.

[...] O Propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.⁴⁰⁷

A barbárie para o Diretor Geral dos Índios se encontrava menos nos selvagens do que nos “viciados civilizados”. Daí a sua severidade para com os segundos, também passíveis de uma ação pedagógica no sentido da condução aos rumos do “[...] respeito e da devoção pelo interesse público [...]” (civismo) e pelo gênero humano.⁴⁰⁸ No geral unia seus ímpetos normatizadores e sua pedagogia das luzes ao objetivo maior do Estado que o contratara: a “civilização”. A catequese, parte da política do Estado Imperial, era aceita sem maior entusiasmo, desde que a educação para o trabalho, a formação civil e a instrução para a política viessem em primeiro lugar.

Marlière procurou enviar alguns filhos de chefes índios para estudar na Corte. Acreditava que a academia militar poderia proporcionar-lhes uma formação melhor do que a oferecida por seus pais, desde que o Imperador se empenhasse para isso. Conseguiu apenas, meio a contragosto, matriculá-los em colégios religiosos do Rio de Janeiro. A iniciativa, entretanto, não foi bem sucedida, e os índios que não faleceram durante a viagem, retornaram decepcionados meses depois. Em Marlière, como em Rousseau, a educação tinha uma função essencialmente política: formar cidadãos para cultivarem a virtude e o amor a uma pátria de homens irmanados pela igualdade.⁴⁰⁹ Essa educação deveria ser promo-

[407]. CHAUÍ, Marilena de Souza. *Rousseau: os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.13.

[408]. CONTINUAÇÃO dos documentos e correspondência oficial de Guido Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público*, Belo Horizonte, ano 11, p.3-254, 1906, p.202.

[409]. Confira o trabalho de: SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no iluminismo francês*. São Paulo: FAPESP, 2001.

vida pelo Estado, que não deveria exitar em investir no desenvolvimento da potencialidade das crianças, afastando-as dos males sociais. Para a academia militar da Corte enviou, ainda na década de 1820, seu filho Leopoldo, que ao voltar a Guido-Wald, passou a ser conhecido como Cadete. Ser nomeado cadete correspondia a um privilégio. Os jovens militares eram incorporados ao exército com uma patente de oficiais subalternos. Leopoldo poderia ter construído para si uma brilhante carreira se não houvesse retornado a Guido-Wald no início da década de 1830 por força das crises financeiras e da doença do pai. Marlière deveria nutrir grandes sonhos para o futuro de seu filho.⁴¹⁰

No que toca aos índios, o Francês acreditava que o aprendizado da Língua Portuguesa – proporcionado em condições especiais por uma escola de primeira letras situada nas proximidades dos aldeamentos e consolidado na escola militar – lhes facilitaria o acesso à participação política e à inclusão socio-econômica no mundo luso-brasileiro.

As sociedades “*primitivas*” aparecem freqüentemente nos seus discursos como um modelo de virtude e honestidade a ser seguido por aquelas que apenas apresentavam um verniz de civilização. Isso, porém, se referia à sua natureza inocente, não ao seu tipo de sociedade ou a educação que ofereciam às suas crianças. O modelo societário indígena não chega a ser considerado como uma opção de civilização; muito antes, as regras de civilidade ocidentais são valorizadas ao máximo e não raro impostas pela força, embora se pregue o contrário. Nem mesmo os “bons selvagens”, tão caros aos autores do século XVIII que Marlière por vezes parecia cultuar, são considerados como civilizados. Assim, a idéia hobbesiana do estado de natureza enquanto guerra de todos contra todos (barbárie) e a rousseuniana que identifica este mesmo estado

como o ideal e mais puro grau de bondade humana conviviam no pensamento e nas práticas do Diretor Geral.⁴¹¹ Não obstante a segunda prevalescesse, estas duas representações a respeito da sociedade e da natureza humana faziam já parte da herança imaginária, intelectual e discursiva da qual Marlière compartilhava e pareciam chocar-se a todo momento, na medida em que as idéias se submetiam à dureza das práticas, encontros, estranhamentos e embates cotidianos. Os índios eram “bons por natureza”, mas precisavam da organização e do gerenciamento das instituições imperiais para se afastarem de seu estado de barbárie. Caberia ao Estado cumprir a sua parte no contrato social para impedir que o esforço de trazer os índios “bravos” à condição de cidadãos se perdesse, causando seu retorno ao seio das matas, à ignorância, à barbárie. Uma postura ao mesmo tempo autoritária e paternalista que se calcava em uma série de representações a respeito da natureza humana, do ideal de Estado, de civilização e de sua antítese bárbara. Estas representações, embora interpretadas de forma diferente por cada um dos atores históricos envolvidos, faziam parte do imaginário social característico da nobreza ilustrada e da burguesia que incorporou os ideais iluministas e liberais que alimentaram as lutas que desde o final do século XVIII varriam a Europa; por sua vez informavam as ações daqueles que nelas se pautavam, mobilizando sua energia para intervenções transformadoras sobre a sociedade que os insatisfazia.

Neste contexto, a civilização tinha os seus símbolos, fossem eles identificados nas regras de conduta exteriores (a chamada civilidade), nas características mais ou menos urbanas de uma dada sociedade (a palavra civilização era neste caso entendida de forma eurocêntrica enquanto estado de “progresso” técnico-urbano e

[410]. CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961. p. 19.

[411]. Para uma visão mais autêntica do Pensamento de Hobbes nada melhor que um passeio pela sua própria obra: Veja por exemplo: HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

cultura social em comparação com a Europa) ou na “*verdadeira*” virtude patriótica e cívica (devoção pelo interesse público), como preferiam Rousseau e Mirabeau.⁴¹² Estes símbolos sustentavam e legitimavam o poder, alimentavam as ações movidas pelo Estado e pelos seus subordinados no que tange à intervenção no âmbito das sociedades indígenas sob o pretexto de conduzi-las à civilização. O discurso civilizador é um discurso de poder que, por sua vez, justifica as iniciativas do poder. Essa justificação serve também para aqueles que se julgam na condição de condutores de um “processo civilizador” e pedagógico – “os civilizadores” – na medida em que os símbolos e valores que a norteiam contam com a sua crença e aprovação.

As relações de poder só podem ser apreendidas a partir das práticas cotidianas. Tanto Marlière, quanto as autoridades que o mantinham no direção das divisões, assim como os viajantes europeus que visitaram seus aldeamentos e quartéis tinham, em comum, a crença nos benefícios de uma ação “civilizadora” movida pelo Estado. Em nome da “civilização” e combatendo a “barbárie” empreendiam esforços no sentido da intervenção em outras sociedades, da pesquisa científica e etnológica e do desbravamento de territórios. O poder simbólico dessas duas representações pode ser avaliado no contingente de forças que elas mobilizaram em direção a seu conteúdo discursivo e prático.

O discurso civilizador deveria, no entanto, ser incorporado também ao conjunto de valores daqueles sobre os quais a ação civilizadora se exerceria. Para tanto, tornava-se necessário fazê-los desejar a “civilização”, atitude correspondente à negação de sua própria identidade, reconhecida como bárbara pelo discurso do poder dominante. Isso se aplicava tanto aos índios quanto aos

[412]. Não estou aqui tentando igualar as obras destes dois autores, dotadas, sem dúvida, de características peculiares e diferenças. Apenas chamo atenção para um de seus pontos de encontro: a idéia de civilização como reforma da sociedade humana corrompida.

colonos e degredados, estes últimos marcados pelo estigma da marginalidade.

Em 1827, Marlière respondeu da seguinte forma a algumas perguntas enviadas pelo Governo da Província sobre os índios de seus aldeamentos:

Qual o estado da Civilização? Em Asphixia. Espera para lhe dar vigoro regulamento da Assembleia Constituinte. Compro a Dous Annos, e leio com devoção o Diario Fluminense, mas nada achei ainda nelles, que trate desta parte essencial da Nação, que vive de promessas, que os fundos da nossa provincia não podem realizar [...] **Se (os índios) encarão a civilização como bem verdadeiro?** Sim, quando o Governo os protege, os assiste nas suas necessidades, e os deffende contra os seus oppresores, que não tem pejo de lhes uzurparem as suas pequenas propriedades, e de os fazer trabalhar, negando-lhes ao depois a paga; quando porem succede pelo contrario, olhão-nos como tyranos, e fogem (grifo do autor)⁴¹³

O respeito a Dom João VI, manifestado nos primeiros tempos de sua chegada ao Brasil, desaparecera de seus discursos dezoito anos depois, em meio às severas críticas que tecia ao Governo Português no Brasil, particularmente no que diz respeito à política indigenista. Num trecho mais avançado deste mesmo relatório do final da década de 20, o francês responde a mais algumas perguntas, comparando os meios empregados no trato com os índios antes e depois de sua chegada à direção:

Quaes são os meios empregados para a Civilização? A Carta Regia (antes Diabolica) de 1808

[413]. Relatório de Guido Thomaz Marlière ao Governo da Província (respostas às perguntas sobre o estado da civilização dos índios). GUIDO Thomaz Marlière *Revista do Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 12, p.409-603, 1907. p.516.

mandou fornecer sete Divizões Militares para fazer Guerra de Morte aos Botocudos, e Captivar os Poineiros. Em 13 annos de Guerra e Coragem delles se augmentou e foi preciso voltar depois de muito sangue derramado e despezas do Estado ao Systema actual. **Qual o Systema que sigo?** Falar-lhes sempre a verdade, fazer-lhes bem quanto posso, e mal nenhú, uzando a lingua delles para comunicar-lhes os meus pensamentos, conso-la-los nas suas aflições, e prometer-lhes justiça do Governo para com seus injustos oppressores, mandar fazer pelos Soldados das Divizões que hoje commando Plantações anuaes em todos os pontos da Matta que frequentão, ranchos para os abrigar, e dar-lhes de comer e vestir, quanto baste para a vida e remedios que lhes são ministrados pelos Cirurgiões das Divizões (grifo do autor).⁴¹⁴

Nomeando representantes internos entre os índigenas e condecorando-os com a patente de capitão, Marlière procurava obter o seu respeito e lealdade, utilizando-se de índios para “disciplinar aos seus iguais”, caso se insurgissem contra o seu projeto civilizador. Isso pode ser percebido em seus relatos de convivência e descrições dos Puris e Coroados: “Os capitães índios me mandão os criminosos, castigam as culpas leves nas suas aldeas [...] São punidos com Palmatoadas, como a meninos grandes q’ são.”⁴¹⁵.

Marlière procurou combinar diversas políticas protecionistas para os índios, prevendo a preservação de parte dos seus territórios e a tolerância temporária de sua cultura nômade. Buscou, para tanto, a conciliação com os colonos aos quais reunia a fim de explicar sobre a necessidade de conviver com os índios para que

[414]. GUIDO..., 1907, op. cit., p.512.

[415]. *ibid.*, p531.

estes aos poucos fossem se sedentarizando. Em uma carta particular a José Pereira Lindouro, um padre aliado que lhe coadjuvava no comando da 7ª Divisão, Marlière deixava clara a idéia que fazia do trabalho que ele e seus colaboradores realizava. Tratava-se de uma verdadeira cruzada das luzes contra as trevas, uma luta em defesa dos inocentes oprimidos. Os que nela se empenhavam assumiam, logo, a figura do mártir cristão que tudo sofre e finalmente doa a sua vida por uma causa considerada nobre. Marlière, que então escrevia de Guido- Wald, representa-se aqui como um benfeitor injustiçado, um quase santo:

A nobre Cauza que advogamos nos deve fazer dezejar a honra do Martyrio – he a da santa humanidade – Tudo Soffro para não deixar os Indios ao desamparo, imite o meu exemplo. O Virtuoso Bispo João de Las Cazas passou os mares para advogar a Cauza dos Indios perante o Tribunal de Carlos V Contra os Hespanhoes seus compatriotas e verdugos delles. Dezejo que a minha Epístola aos colonos produzisse algum effeito – Não devem duvidar do amor, que lhes tenho, e devem fugir aos perturbadores do Socego Publico que fervem em todas as partes nestes tempos calamitozos..⁴¹⁶

Novamente, algumas representações jesuíticas encontram-se aqui presentes. O discurso inaciano possuía um certo desejo de imolação honrosa, comum ao discurso exaltador dos mártires, tão comum nos textos católicos dos séculos XV, XVI e XVII.⁴¹⁷ Marlière parecia se apropriar dessas imagens para exaltar seus esforços de civilização, ressaltando-lhes o caráter abnegado e digno. A seu ver a intervenção no âmbito das sociedades indígenas teria a função de preservá-las do genocídio, através de estratégias de inclusão no seio da sociedade dos brancos. Queria dotá-las dos “*benefícios*”

[416]. Carta de Guido Thomaz Marlière ao Reverendo José Pereira Lindouro, em consolo pelas calúnias que o mesmo vinha sofrendo. GUIDO..., 1907, op. cit., p.514.

[417]. Sobre este discurso inaciano confira: RAMINELLI, R., op. cit., p. 80.

da técnica e dos conhecimentos relativos àquilo que considerava a “*boa conduta política*” nas sociedades modernas. Por boa conduta, entendia a docilidade frente aos desígnios do Estado__ particularmente no que toca ao respeito às leis__ acompanhada pela sua participação nas decisões políticas locais. Para tanto, reivindicava o seu reconhecimento como cidadãos “*livres*”.

Evitar o extermínio físico dos índios e sonhar com a sua inclusão sócio-econômica não incluía, no entanto, a preservação das culturas indígenas. Esta questão não se colocava neste momento; lembremo-nos, ambientamo-nos na primeira metade do século XIX. Educar a índios e negros para que se integrassem à população livre como sujeitos políticos amoldados à cultura dos brancos, tal parece-nos, era o seu objetivo prioritário.

Marlière elaborou, em julho de 1825, um projeto de emancipação lenta dos escravos e inclusão sócio econômica dos Índios⁴¹⁸. No texto, percebemos a presença da influência ilustrada, a força das recordações da vivência revolucionária, a preocupação normativa e o intento de extirpar os focos de barbárie no seio da civilização.

Escrevendo, esperançoso, ao Coronel João José Lopes Mendes Ribeiro, Deputado à Assembléia Legislativa que, em 1825, lhe pedia instruções e orientações sobre a exploração do Rio Doce e a “civilização dos Índios”, Marlière deixaria claros os principais pontos do projeto que propunha ao Estado Brasileiro:

Amigo e senr.' V.S. pela sua de 6 deste me cauza hum furioso embarço: cheio de luzes: de experiência dos negocios; pedir a hum velho cabo d' esquadra como eu, conselhos hé da minha parte o Sacristão dar regras ao Vigario: se, na minha mocidade, em lugar de ler Penjsegur, D'Alembert, Clairac e outros matadores de gente, tivesse estudado

Raynal, Pen e outros amigos do Genero Humano, teria hoje o gosto de satisfazer ao que de mim exige, gosto igual ao meu desejo de servir V.S à quem sou devedor de favores não esquecidos, cresce a isto haverem ficado em Guido-wald que não vejo há quinze mezes, os papeis originaes relativos aos Indios e a mesma Memoria do que V. S me fala, não se achando em meu poder mais que hua cópia informe do Mappa Geral dos Indios da minha Direcção, que dei ao ultimo Governo Provizorio em o 1º de outubro de 1823, que está franco a V.S. Vou arriscar algumas ideas, antes meditações sobre Indios pensadas, lidas ou adquiridas, por treze annos d' experiência que tanto há que vivo entre selvagens com a diferença de alguns intervallos. Desde o descobrimento do Brazil, até hoje houve hum combate entre os Povos que querião captivar os Indios; o Governo, os Jesuitas e outros Missionarios que os querião livres: os primeiros sempre vencerão. Há treze annos que grito aos sucessivos Governos, contra os matadores, oppressores e invasores das terras dos Indios nunca obtive senão respostas evasivas, Devassas de encomenda, que não se verificarão, Ordens que ficarão sem execução, e promessas do Regulamento e Direcções que nunca me vierão: não se enforcou hum só matador de índios; não se castigou a oppressão; não se restituio hum palmo de terras. Donde vem isto! Hé porque os Indios alem de serem pobres e fracos nunca tiverão na sociedade Patronos, Defensores, Officiosos, pagos pelo Governo, que gratuitamente, e de boa fé defendessem as suas vidas, pessoaes e bens das garras dos seus inimigos natos, os Portuguezes: por isso, as Leis a favor dos Indios apodrecem nos Cartorios e elles vivem huns selvagens de todo, outros languidos e miseraveis nas mattas, sem industria pouca ou nenhuma cultura e sem amigos. Quando em 1702 Frei Antônio da Piedade Missionario da Aldêa de Santo Antonio dos Guarulhos, hoje Goitacazes; entrou pela pri-

[418]. Este projeto pode ser encontrado em: GUIDO..., 1905, op. cit., p. 614-615.

meira vez em Minas, achou os Indios Coroados em numero infinito, mutos mais cultivadores do que são hoje: huns o seguirão e se Cathequizarão: outros ficarão em Minas. Sei que a instituição de hum Tribunal ou Juiz privativo dos Indios hé dependente da Legislatura, mas o Ex.mo Conselho pode dar dados a este respeito principalmente em Minas cheia de Indios.

O Brasil, adotando o modelo liberal da “civilizada” Europa, deveria, o mais rápido possível, absorver, em seu mercado de trabalho, as populações indígenas e, a médio prazo, com uma abolição gradativa da instituição escravista, as populações afro-brasileiras. Assim, criar-se-ia o hábito do trabalho livre entre seus cidadãos, a fim de prevenir o caos social. Era necessário evitar a manutenção de inimigos internos, assim como o acúmulo de uma população ociosa. A importação de imigrantes europeus traria para nossas terras homens mais “iluminados”, experientes no trato com a indústria e com a agricultura, “prontos a ensinar aos índios” os primórdios do civismo. Neste sentido, a “*cruzada contra a barbárie*” poderia ser interpretada como uma cruzada “*patriótica*.” Movido por esse espírito, Marlière apelava aos “pais da Pátria” para que comprassem e libertassem escravos, financiando sua educação para o incremento do incipiente mercado de trabalho livre. O argumento levantado era o da igualdade entre os homens, calcada no imaginário da natureza humana originariamente boa, no entanto sujeita ao perigo da degeneração. A continuação da carta oferecia propostas para a questão dos escravos negros:

Escravos

Não existem senão em os paizes em que a natureza humana degenerou, diz La-croix, e tem razão. Já que este mal se torna hum mal necessario, a adoção Oh Pais da Pátria a desgraçada sorte destes miseraveis, homens como vós! Porque não posso

eu tropejar, e voltar quantas armas de fogo tenho contra os peitos de alguns bárbaros Senhores de Escravos; que folgão de comer ao som das pancadas que mandão dar neles! Cãens – danados. Oprobrio da sociedade, ainda sois vivos! Deu lugar à este Artigo a experiência do Passado e o Crioulo Francisco, Escravo de Miguel Arcanjo de Souza Taveira, morador na Onça Grande perto de S. Miguel; o qual fugio delle por maus tratamentos, e feridas: voltou a Caza, e a senhora do mesmo Escravo, o mandou sahir com medo que o marido o matasse: este infelis vive errante e fugitivo: ninguem o prende porque todos sabem a sorte que o espera: entrou hoje no meu quartel a me pedir amparo: quer que eu o compre, não tenho dinheiro: se o remeto aos senhor tem morte certa; porque este diz que o quer matar e não vender. Mestas circunstâncias q.’ devo fazer? Senhores Conselheiros aconselhaim-me. Sonhei, que tomando certas medidas para a lenta emancipação dos pobres Africanos e de sua descendência na America, se poderia tirar algum proveito para o fim desejado. V. G. Todo senhor d’Escravo que falecer Abintestado, e não tiver outros herdeiros – que os ausentes – Forros. Todo senhor d’Escravas que tiver com elas Intercurso Sexual – Forras. Toda a Escrava q.’ parir dez filhos – serão estes mortos ou vivos (não havendo os paes contribuido para a morte de algum). Forros se cazados, forra a mãe se solteira. Todo Eclesiástico que falecer com Testamento, ou sem elle – forros os Escravos, porque a maior parte deixão a filhos suspeitos. Toda a Religião, Santo ou Santa, sem excepção, que tiver Escravos em Minas – Forros. Todo Senhor de Escravos que os não puder sustentar, e vestir decentemente – Obrigado a vendellos á quem os possa alimentar, vestir, e tratar. Todo Creoulo que nascer de mãe Escrava, forro na idade de 30 anos, por que já pagou a sua criação. Todo o Senhor, que sem licença para escripta previa, do respectivo Magistrado, tiver Escravo em tortura, ou castigo,

chamado novena, condenado no perdimento do Escravo, forro este de facto, e 300\$000 Reis para a Santa Caza da Misericordia pagos executivamente. Todo aquelle que matar ao seu Escravo em castigo cruel – Morra! Todo aquelle, que conservar em Caza instrumentos de Supplicio, e tortura para os seus Escravos, exepito hua palmatoria, 300\$000 Reis de multa, metade para a Mizericordia, outra para quem provar o facto. Seja o dia de Sabado, em cada semana consagrado pela Patria em beneficio dos pobres Escravos, não sendo dia Santo, para elles trabalharem ou negociarem para si, não dispensado o Senhor de os sustentar e Vestir sempre. Os dias Santos são dedicados ao culto. Deve-se rogar e suplicar a S.M.I a supressão quanto antes da entrada de novos Escravos no Brasil, e em lugar destes promover a entrada de Colonos Estrangeiros e Civilizar os Indios dirigindo-os a todos os trabalhos agriculas e mechanicos .

Meios

Criar hum cargo de Protector dos Escravos, em cada Commarca, escolhido entre os Cidadãos notados de Philantropia, e que tem representação pelas suas virtudes, postos ou riquezas. – Este deverá ter Delegados em cada Freguesia e Capella, para o avizar do mau tratamento dos Escravos e tão bem da má conducta destes para com os seus senhores. Não admittera denúncias duvidosas dos Escravos; mas deverá dar muito relevo às que por humanidade lhe vierão contra os seus Oppressores. Quem trata e veste mal os Escravos não poderá ser candidato para o nobre cargo de Protector dos outros. O Protector dos escravos deve dar parte ao Ex. mo Snr. Prezidente e Conselho “havendo o” de tudo quanto lhe constar ser em contravenção ao sobredicto. Será o Pai dos Escravos, e Juiz da Paz entre os Senhores e elles. Se cumprir com os seus deveres, invejo-lhe a sorte.

Polícia dos Escravos libertos

No mesmo dia em que couber a liberdade a hum Escravo, por Graça especial do Senhor o Senhora, ou por outro qualquer dos meios já mencionados, toma conta delle a Authoridade mais proxinma, para entrar na classe a que for apto na Sociedade, Soldado ou Agricultor. O Protector cuidará de ensinar officios aos crioulos forros de menor idade.” (sic) ⁴¹⁹

No último item, *Polícia dos Escravos Libertos*, podemos perceber que as estratégias de incorporação dos ex-escravos à sociedade passavam pela definição de seu lugar, de seu status econômico e social, numa sociedade escravista e hierarquizada dentro da qual os espaços de atuação de cada um já estavam previamente delimitados. Controlar e policiar a vida dos escravos forros seria uma forma de garantir que sua atuação na sociedade dos homens livres não ultrapassasse os limites da lei e da ordem. Ao mesmo tempo, ampliaria-se o espaço para o trabalho livre, através do qual, acreditava Marlière, o Brasil se alçaria aos cimos da prosperidade.

O ideal político de Marlière, ao que tudo indica, aproximava-se do modelo monárquico e parlamentar da Inglaterra, onde esteve antes de se dirigir a Portugal. Daí também deveria se originar a carga considerável de liberalismo em suas idéias. Uma vez em terras lusas, e mais tarde no Brasil, compelido a adaptar-se à relações autoritárias de governo __ presenciadas na aplicação prática dos projetos do reformismo ilustrado __ às quais criticava, procurou viver seu sonho de reforma societária no âmbito das divisões indígenas que dirigia, tornando-se, por sua vez, também autoritário em sua tarefa de normatizar sociedades díspares no intuito de fundi-las em uma só: “o povo brasileiro”.

[419]. GUIDO..., 1905, op. cit.,. 616- 617.

do globo, q' habita, porque nela provou que amava aos Indios [...].⁴²¹

Um breve exame da representação enviada por José Bonifácio de Andrada e Silva à Assembléia constituinte de 1823 nos remete ao mesmo tipo de idéia: a de que as diversas etnias existentes no Brasil deveriam se fundir em um só povo.⁴²⁰ Presença forte no imaginário político dos homens formados no reformismo ilustrado, a idéia da nação como um povo homogêneo e “civilizado” – entenda-se homogeneidade no contexto da busca da ausência de conflitos e da manutenção da integridade territorial – se afirmaria no Brasil para além da independência, confirmando-se como uma das tônicas do discurso conservador.

Produzir o amálgama de etnias tão diferentes significava, no entanto, negar a sua alteridade, moldá-las ao modelo das luzes, valorizadas como o ápice do conhecimento humano. Sonhar com a equidade entre os habitantes do Brasil correspondia a desejar homogeneizá-los jurídica e politicamente sob condição cidadãos do Império, ideal político que nos remete às representações revolucionárias de igualdade e ao modo como Marlière as interpretava: igualdade, liberdade e fraternidade sim, mas sob a tutela do Estado. Escrevendo dos sertões do Rio Doce, o francês expressou sua simpatia pela representação do ex-ministro José Bonifácio, homem formado na cartilha do reformismo ilustrado, em um artigo para o periódico *Abelha* publicado em Ouro Preto no dia 7 de janeiro de 1825:

Recomendo aqui aos que se quiserem ocupar da civilização dos índios, a exellente Memoria, dada sobre este importante objeto, pelo Exmo. Senr'. Ex deputado à nossa primeira legislatura, e Ministro da Guerra, José Bonifácio d'Andrada, a quem nunca vi, nem conheci, e ofereço para sua bem dirigida obra, em tudo conforme as minhas idéas, os meus votos de agradecimentos em qualquer parte

A preocupação com a definição de uma perspectiva de futuro para a escravidão e a política indigenista no Brasil ocupava a ordem do dia. Sobre ambos os temas, é possível encontrar mais encontros que desencontros entre os projetos de José Bonifácio e as aspirações de Marlière. Sabemos que os dois nunca se conheceram pessoalmente e que o francês lia com interesse os escritos do Andrada, fosse em jornais ou em textos avulsos e manuscritos que lhe eram enviados por amigos.

Nos anos que antecederam a emancipação política do Brasil, cinco projetos de lei para a “civilização dos índios”, elaborados por deputados brasileiros, foram incluídos nas pautas das Cortes Gerais Portuguesas. Dentre todos, o de José Bonifácio alcançou maior projeção, tendo sido enviado em vários exemplares para as províncias. Três anos depois, o Governo imperial, que excluía a questão indígena da constituição outorgada de 1824, solicitaria a cada presidente de província um parecer a respeito de como se deveria conduzir a “civilização” em seu território.⁴²²

As representações de José Bonifácio sobre os índios e a política indigenista haviam sido escritas ainda em 1821. Reconhecendo a importância da abolição da escravatura, o Andrada admitia, ao mesmo tempo, que sua concretização não poderia se fazer a curto prazo. Nenhum dos 32 artigos destinados ao trato da questão da escravidão dos negros apontava em direção a uma libertação imediata. Apontava, mais simplesmente, para possibilidades de abrandamento dos sofrimentos dos negros, apelando para os sen-

[421]. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 544.

[422]. Informações baseadas em: CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no Século XIX. In. CUNHA: Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 138-139.

[420]. Ver SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

timentos de caridade cristã. Os escravos deveriam ser instruídos na religião e incentivados ao casamento e à constituição de família. Seu projeto previa a extinção do tráfico negreiro dentro de quatro ou cinco anos, contados a partir da aprovação de sua representação na constituinte de 1823. Para inibir o comércio de escravos, este deveria, no tempo durante o qual ainda fosse permitido, ser onerado com o dobro dos impostos que se cobrava até então. No caso de se tratar de uma escrava, o preço caía pela metade, para que não faltassem mulheres e os casamentos fossem incentivados.

O projeto previa, ainda, a concessão de sesmarias aos “homens de cor forros” que não tivessem “ofício ou modo certo de vida”⁴²³, para que as cultivassem com os devidos subsídios governamentais, subsídios esses que seriam, a seu tempo, pagos com o fruto de seu trabalho livre.

O projeto bonifaciano era bem mais brando com os senhores de escravos que o roteiro elaborado pelo francês. Não previa, por exemplo, pena de morte em caso de assassinato de um escravo por seu senhor. Os cativos mutilados seriam alforriados, mas não poderiam testemunhar contra o seu senhor. Um escravo só poderia depor contra um senhor alheio.⁴²⁴

José Bonifácio temia que a continuidade da escravidão pudesse fermentar ainda mais o ódio contido dos escravos. Libertá-los de imediato seria também temerário. Seu projeto previa que os forros inativos fossem rigorosamente perseguidos pelas autoridades locais. Acima de tudo, a preocupação recaía sobre o excedente social sem ocupação. Constituir-se-ia, rapidamente, em um potencial exército de homens revoltados, atraídos pela possibilidade de revolução. Rondava o imaginário dos senhores

[423]. SILVA, op.cit., p. 35.

[424]. *ibid.* p.36.

de escravos o fantasma da sublevação negra. A crença medrosa neste espectro deitava suas origens na revolta do Haiti.

De um lado, o Andrada admitia que, sem liberdade individual, nunca poder-se-ia estabelecer no Brasil uma verdadeira civilização, já que o regime escravista impregnava, com seus efeitos deletérios, todo o corpo social. De outro, concedia que a abolição da escravatura – negação imediata da liberdade do indivíduo – se fizesse de forma paulatina:

Torno a dizer porém que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos [...].⁴²⁵

Buscava-se, em última instância, a erradicação do conflito político interno e a homogeneização daquilo que era heterogêneo, dissidente e, potencialmente, sedicioso. Este reformismo social não fazia concessões a um horizonte de democracia, já que, em consonância com uma visão organicista que situava no executivo a cabeça de um corpo social, a autoridade monárquica deveria ser mantida intacta para o bem da unidade e da soberania do país. Somente esta coesão traria forças suficientes para enfrentar as ameaças internas e afugentar as ainda perigosas possibilidades de intervenção externa. No pensamento bonifaciano, o Estado aparece como uma entidade civilizatória responsável pelo aperfeiçoamento dos homens e conduzido por uma elite ilustrada fiel à monarquia.

[425]. SILVA, J. B. de A. e, op. cit. p.32.

Marlière não deixava clara sua posição política a este respeito. Esperava que Dom Pedro I se comportasse como um príncipe ilustrado e se afirmava a todo momento fiel à monarquia. Demonstrando clara concordância com os projetos do Andrada, acreditava que, dadas as condições políticas e econômicas do Brasil, a permanência da escravidão por mais alguns anos, far-se-ia um mal necessário. Incorporara, já desde a Europa, ao seu ideário a crença de que a escravidão degenerava os homens e viciava as instituições.

Quando se trata de comparar a política indigenista nos projetos de Marlière e José Bonifácio, as diferenças se concentram na imagem que ambos construíram a respeito dos índios. Enquanto Marlière acreditava que os índios, eram simples, ignorantes e bons, legando seus possíveis “defeitos”, predominantemente, à influência externa ou à falta de educação e disciplina, o Andrada via neles defeitos inatos como a preguiça e a depressão. Ambos, entretanto, concordavam num ponto: os índios eram passíveis de perfectibilidade. Desde que submetidos à convivência com homens bons e industriais, poderiam revelar-se excelentes cidadãos. A promoção de casamentos mistos – que já fazia parte do conjunto de políticas do Diretório Pombalino – e a “mistura de interesses” promoveriam, ao cabo de algum tempo, o amálgama de diversas Etnias, para o bem da nação nascente, já que a afirmação das identidades poderia conduzir a possíveis conflitos. Para Marlière, bem como também para José Bonifácio, os índios atacavam os luso-brasileiros, porque haviam sido provocados, traídos e ludibriados anteriormente.

A idéia de que os anseios e as necessidades criados e suscitados pelo convívio com a sociedade “civilizada” e suas “comodidades” alcançariam gradativamente

os índios, que passariam a trabalhar para obter os mais variados bens de consumo, já de certa forma também esboçada no

Diretório Pombalino⁴²⁶, está presente nos dois autores. É possível que tal concepção tenha sido expressa pela primeira vez e de forma clara no texto do Padre Francisco da Silva Campos, enviado a Dom João VI em 1801. Silva Campos foi, com certeza, lido por Marlière, e, com grande probabilidade, também por José Bonifácio. Seu companheiro de escritos, Francisco de Borja Garção Stokler chegou a propor a formação de uma companhia para a construção de estradas, atração e aldeamento dos índios Puri e Botocudo. O teor religioso de Silva Campos não se coaduna entretanto com o projeto marliereiano, que exaltava, acima de tudo, a educação civil.⁴²⁷

Três anos depois de sua morte, o nome de Guido Thomaz Marlière já era citado pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa em sua memória para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – na verdade publicada um ano depois. Cunha Barbosa estava, então, se afastando progressivamente da militância política para se dedicar às ciências e à história. Um ano antes, em 1838, ao lado do Marechal Cunha Matos havia fundado o IHGB. Em seu texto, o francês é lembrado por seus numerosos escritos sobre a “brandura” com que se deveriam tratar os índios. Antes de seu nome, aparece o de Ricardo Franco de Almeida Senra, ambos exaltados como:

[426]. O item 95 do Diretório Pombalino dos Índios assim recomenda: “Ultimamente recomendo aos Directores, que esquecidos totalmente dos naturaes sentimentos da propria conveniencia, fó emmpreguem os seus cuidados nos intereffes dos Indios, de forte que as suas felicidades poffão fervir de eftimulo aos que vivem nos fertoens, para que abandonando os lafimosos erros, que herdarão de seus projenitores, bufquem voluntariamente neffas Povoaçãoens Civis, por meio das utilidades Temporaes, a verdadeira felicidade, que he a eterna.” Directorio que se deve observar nas povoações de Indios do Pará, e Maranhão; Enquanto Sua Majestade não mandar o contrario. Transcrito nos anexos de: ALMEIDA, Rita Eloísa de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

[427]. CAMPOS, Padre Francisco da Silva; STOCKLER, Francisco de Borja. Cathequese e civilização dos indígenas da Capitania de Minas Gerais. Correspondência a Dom João VI, agosto de 1801. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano 2, p.685-733, 1897.

[...] os benemeritos militares. que por mais de vinte anos possuiram a maior confiança de indomitos indígenas, aquele nas fronteiras do Matto Grosso, tratando com os Guaicurús; este nas margens do Rio Doce, lidando com os Botocudos [...].⁴²⁸

Cunha Barbosa, ao situar nos aldeamentos marlierianos uma confirmação de sua idéia de que a catequese seria o melhor dos métodos para a incorporação dos índios à sociedade civil, se absteve de observar que justamente o francês fora acusado de ateísmo por afirmar que a educação civil era a maior das prioridades. Seu texto guarda, entretanto, semelhança intrigante com muitas das falas veiculadas por Marlière nos jornais de Minas uma década antes.

Vale lembrar que o tema da “civilização dos índios” também ocupava a pauta dos Conselhos Gerais das províncias. Estes órgãos eram uma espécie de Legislativos provinciais, cuja função era propor soluções em forma de resoluções ou possíveis projetos de lei, posteriormente apreciados pela Assembléia Geral do Império.

A idéia da atração pela via da criação de necessidades também pode ser encontrada em Diogo Antonio Feijó, que, em 1829, escrevia em uma de suas Atas do Conselho Geral da Presidência da Província de São Paulo: “[...]o mais proficuo meio de civilizar é criar neles necessidades, que não poderão satisfazer, senão no seio da sociedade [...]”.⁴²⁹ Este e outros projetos procuravam responder ao problema da ausência de legislação específica que

[428]. BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os indios entranhados em nossos sertões: se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, os se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, p.13, 1840.

[429]. CALDEIRA, Jorge (Org). *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.237.

regulamentasse procedimentos uniformes para o trato da questão indígena.

Decepcionado com a ausência da discussão da questão indígena na Constituição Outorgada de 1824, Marlière, no mesmo projeto enviado ao Conselho Provincial, na figura do deputado João José Lopes Mendes Ribeiro, manifestou claramente sua insatisfação:

Índios

A constituição qualifica de Cidadão a hum Escravo Liberto. Aos Índios Senhores proprietários e natoz do Paíz immenso que habitamos, não deo ainda estes títulos! Tal hé a vossa equidade. Brasileiros que a pezo de Ouro hides comprar homens para a sua e vossa desgraça porque não vos voltastes para os vossos Irmãos Índios para o fim de vos ajudar em vossos trabalhos? Até agora, porque os matareis como às onças? Estes não vos pedem senão amor e liberdade. Os outros preferis porque quereis conservalos à perpetuidade em indignos grilhõens! Os Índios São menos imbecillos que os negros, e trabalhão como elles. Vede os Coroados, os Coropós, immensos Puris e já Muitos Botocudos. Amor e lealdade a Elles, meus amigos e temos homens! Já o Imperador ouviu a minha voz abençoado elle seja! Lá vão cinco jovens Botocudos a serem educados em hum collegio, para virem ensinar aos seus irmãos, e muitos Brasileiros ouvirão missa delles. Não ousou esperar para mim esta felicidade, sou muito velho, mas estes meninos terão na lembrança ao Capitão nherane, e virão pagar o tributo de alqua lagrima de sentimento onde descansarem os meus ossos, porque sou amigo desses homens da Natureza [...].⁴³⁰

[430]. GUIDO..., 1905, op. cit. p. 616.

Disciplinar o trabalho dos índios, para torná-los jornaleiros assalariados exigia, que se lhes controlasse o tempo, inserindo, em seus padrões culturais, as horas do relógio europeu. Mais que isto, Marlière desejava que os índios pudessem, um dia, se representar nas Câmaras Municipais, para que adquirissem, como seu valor, “a participação política nos moldes liberais e ilustrados”:

Animem aos Indios, honrem-nos em cada Villa, que se fiser, e que hua 3ª parteda população for composta de indios, seja sempre hum delles admittido a membro da municipalidade para advogar a causa dos seus: e verão diferença em bem; o estado de abatimento em que se achão, , provém de haverem sido sempre tratados pelos Portugueses abaixo dos animais ⁴³¹

Vemos aqui expressa a idéia de que os homens se degradavam pelo contato com o despotismo, a escravidão e a barbárie, e o aviso de que se fazia urgentemente necessário cuidar para que estes “flagelos da humanidade” não alcançassem aos índios. A “imbecilidade” dos negros não era causada por qualquer diferença natural em relação aos brancos, – Marlière acreditava na unidade e igualdade dos seres humanos – mas pelos séculos durante os quais estes homens haviam sido privados de liberdade e luzes. Os portugueses: “[...] porque nascidos e educados debaixo de hum Governo Despótico, obedeciam em Escravos, e querião ter a quem governarem suas Cazas do mesmo modo [...]”.⁴³²

Segundo esta forma de entender, a liberdade considerada o bem supremo, só poderia ser obstada em caso de intervenção pedagógica, ou condução na “menoridade”. Este era aqui o caso

[431]. op. cit., p. 612.

[432]. ibid., p. 612.

dos índios que, no entanto, como o próprio francês reconhecia, não desejavam que se lhes conduzisse a “emancipação política”. Marlière acreditava que os homens preferiam o flagelo e a peste à tutela, mas que esta mesmo indesejável, tornava-se indispensável em certas circunstâncias. A liberdade, que juntamente com a igualdade e a fraternidade constituíam as pedras basilares dos vários discursos revolucionários franceses, é a tônica deste trecho de um artigo para o jornal *Abelha do Itacolomi*, datado de 26 de dezembro de 1825:

O accazo dirige a minha penna; dou as couzas como, e quando ellas se me offerecem. Huma das mulheres do Indio Pó-atú chamada Merangang, cega e guiada por seu lindo filho de seis annos, (hé o Amor que precede a Loucura e não esta ao Amor) não se quiz sujeitar a quantas offertas lhe fiz de atratar e sustentar em minha caza o resto de sua vida; já são três vezes que ela vem ao meu quartel e volta aos matos, ora por terra, ora em canoas ou jangadas carregando às costas hum enorme tang (espécie de Ballayo, tecido de folhas de Brejauba, ou palmito, vulgo. Cacayo, em que as mulheres acarretão os utensilhos domesticos) e as vezes o filho por cima quando este cnça e outra India, por caridade (e para isto são exemplares) lhe serve de guia. Tal hé o teu poder, oh amor da Independência! ⁴³³

Se a independência é um valor comum a todos os homens, mantê-la, seria a preocupação dos homens probos, conquistá-la, daqueles que haviam infringido as leis. Uma vez degredado, um homem poderia se “regenerar” por meio do trabalho árduo, dedicado ao bem-estar da sociedade.

[433]. O poder do Amor à independência. Artigo enviado pelo diretor Geral dos Indios Desta Província, Sr. Guido Thomaz Marlière. *Abelha do Itacolomi: Periodico de Minas Periódico de Minas Geraes. Ouro Preto: n° 135. GUIDO...*, 1905, op. cit., p. 533.

No âmbito de suas divisões indígenas, o francês seguia um programa particular e rigoroso, no entanto, bastante coerente com suas idéias. A perda de uma inocência e honestidade original, presente nos índios, e ausente entre os colonos e degredados que a ele se submetiam, deveria ser sanada com programas disciplinares, por vezes, bastante rígidos.

Para os quartéis eram enviados, também, delinqüentes e vadios degredados, submetidos a trabalhos compulsórios, o que cumulava o número de desertores, os quais passavam a integrar a marginalia social, rigorosamente reprimida por Marlière e seus subordinados. Havia, também, pequenos déspotas regionais com suas fazendas onde se matava, torturava e estuprava, sem qualquer punição, e diretores corruptos, prontos a acobertar tudo isso:

A policia interior da província sendo do seu atributo: devia mandar-se prender, e recrutar para o Exército do Sul, (Guerra da Cisplatina) todo o malfeitor, desertor e vadio que frequentão as Aldêas, não trabalham, roubão aos maridos, abusão das mulheres, e dão pancadas em todos. Esta canalha que de todo refugiados em as Aldêas, com temor das Justiças e do trabalho, por meio da lingua dos Indios que forçosamente aprendem, indispõem a estes contra os seus Directores e mais Authoridades de quem se temem e que nada entendem do idioma dos Indios, sem isto não poderá haver civilização; mais pode hum negro fugido entre os Indios que quantos Missionarios há: isto se prova desde o descobrimento do Brazil ate os nossos dias. Quem deo mais que fazer a Anchieta não forão os Tamoyos, Maramoris, Tapuios e outros; forão os Francezes calvinistas mettidos com os primeiros; os Portugueses e Hespanhois fugitivos entre os ultimos Parece-me tão bem que se poderia estabelecer esta regra: Nenhum Índio Poderá ser recrutado, ou tirado da sua Aldea para o Serviço do Exercito, ou Publico se não pelos respectivos

Directores; os Commandantes de Destrictos, em terras de Indios se permittten recruta-los, fase-los trabalhar em Estradas; com muita pancada e nada de comer; prendelos em Troncos, dar-lher juridicamente palmatoadas, como o Capitão Ângelo Gomes Moreira do termo de Barbacena; expatria-los, usurpar-lhes as terras, e estes poderes fez extencivos à sua família: tudo à barba dos Directores sem força, sem poderes, sem energia, e muitos sem vergonha, ou com medo de se comprometerem com os pequenos Despotas das Ordenanças, os quaes veem matar os Indios, espancalos, sem que nunca tenham prendido a hum só; e muitos os tiverão em suas cazas proprias. O Índio não hé Baptizado, logo se pode matar: não hé nada: se hé batizado hé Bugre, não hé nada.⁴³⁴

Quanto aos índios, cabia-lhe, a seu ver, abrandar seu ímpeto guerreiro, afastando-os das guerras fratricidas, libertar-lhes da “ignorância”, mostrando-lhes os “benefícios” da civilização, e “resgatar-lhes” como “bons cidadãos” do nascente império do Brasil. Para Marlière, os índios “erravam” por ignorância e, neste sentido, não podiam ser responsabilizados por seus atos no mesmo grau em que um colono ou um soldado infrator das regras de convivência pacífica, estas mesmas instituídas dentro do limite muito tênue que separava a guerra e a paz no âmbito dos aldeamentos.

Em 1827, ao comunicar ao Conselho de Governo um incidente no qual índios botocudos estabelecidos nas proximidades do quartel de Arapuça haviam se rebelado, Marlière deixa transparecer suas idéias sobre as causas do incidente. Os desertores são mais bárbaros que os índios: “Os Indios per-se nunca se atreveriam a tanto se não fossem guiados, e animados pelos bandittis desertores, mais crueis e bárbaros do que os mesmos índios, que

[434]. GUIDO..., 1905, op. cit., 610.

não tem pejo em se servir de sua força e imbecilidade para asso-
larem à pátria que os viu nascer [...].”⁴³⁵

O combate à venda de aguardente e o controle da vida coti-
diana dos índios completavam a sinfonia de encargos a que os
diretores deveriam-se obrigar. Marlière defendia que a “obriga-
ção” de “civilizar os índios” fosse entregue, preferencialmente, não
aos religiosos brasileiros, mas aos militares reformados, dotados
de *Philantopia*:

Em cada Arrayal pode se escolher hum Tavernei-
ro de probidade (se o há) para vender descrição
aguardente aos índios, sempre depois de Missa em
dias festivos, e não antes, pena de condenação
pecuniar. [...] Deve-se proibir igualmente aos
Destilladores de aguardente de vendereem esta
droga em detalhe aos Índios. Em lugar dos Direc-
tores actuaes, ignorar os preguiçosos e venaes,
não se poderia cogitar o meio de os substituir por
outros? Que fazem tamtos Officiaes Reformados
nestas Minas? Como na Prussia ocupem os luga-
res sedentarios. O militar hé compadecido dos
Índios, serão mais protegidos pelo respeito que
os Directores infundirem. Seria motivo de hua
representação a S.M. I, creio que terá aceitação
porque em fim trabalhar até morrer: hé o dever
do homem social. Fallo contra os meus interesses,
sendo a vespera de pedir reforma, se antes a morte
não vier: mas no primeiro caso nunca me negarei a
prestar-me ao bem ser dos Índios [...].⁴³⁶

Como vimos na seção 4, a atividade de produzir conhecimen-
tos a partir do contato e fiscalização dos índios foi o que fez de
Marlière o alvo preferencial das visitas dos viajantes europeus,

[435]. Ibid., p. 133.

[436]. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 611.

preocupados em produzir técnicas de compreensão e catalogação
da natureza, dos animais e, finalmente, das sociedades huma-
nas que visitavam. Esses conhecimentos adquiridos a partir do
contato com os índios – constante laboratório para pesquisas e
descobertas – direcionaram as estratégias de “civilização” então
adotadas.

A política empregada em relação ao alvo preferencial das téc-
nicas de correção do coronel francês, os desertores e degredados
submetidos à rígida disciplina dos trabalhos forçados, deixa claro
o sentido de controle dos corpos, a punição com objetivo pedagógi-
co inerente às táticas militares então implementadas. Esse sentido
controlador e disciplinar presente, também, nas iniciativas do Es-
tado, fica patente no texto dos regulamentos que então orientavam
as tropas brasileiras, particularmente o Regimento de Cavalaria de
Linha de Minas Gerais, conforme observávamos na seção 2. Como
veremos adiante, o comandante das tropas tinha certa liberdade
de interpretá-lo, adaptando-lo à sua maneira de agir.

Os corpos dos índios também deveriam submeter-se a uma
remodelação: somente abandonando seus padrões estéticos em
benefício de uma concepção de beleza clássica herdada pela Eu-
ropa oitocentista e subvertendo suas concepções de tempo e tra-
balho para adaptar-se ao ritmo do lucro e da produção, apregoados
pelo colonizador, as sociedades indígenas poderiam sobreviver.
Os sentidos dos homens das selvas, milenarmente adaptados à
vida nômade e guerreira, na qual a percepção sensorial e o conhe-
cimento da mata eram os instrumentos de subsistência, deveriam
agora adaptar-se aos padrões de uma sociedade sedentarizada,
para a qual o desenvolvimento técnico assumia cada vez mais im-
portância à medida em que a acuidade e sensibilidade corporais
declinavam.

O embate entre os sonhos de grandiosidade intrínsecos ao
projeto marlieriano e a luta contra a imposição de padrões exter-

nos e subversivos por parte de todos os pacientes deste programa “civilizador” é tema recorrente quando se percorre a documentação sobre as colônias de degredados e as diretorias de índios. Os projetos de construção de aldeamentos, quartéis e cidades são também um ótimo exemplo de como a disciplina pode assumir a forma de organização do espaço material, sem necessariamente se restringir a ele.

Este sistema não era apenas o das leis escritas e jurídicas, o dos saberes compilados em livros, mas o das normas que vão aos poucos sendo introjetadas. Essas normas, inspiradas em saberes consubstanciadores de um discurso globalizante europeu que carregava a segurança de se dizer científico, englobavam os diferentes anseios de todos os que acreditavam e se vinculavam àquelas instituições civilizadoras, para as quais um pretensão “triunfo das luzes” apresentava-se como o maior horizonte. Os saberes têm sua gênese em relações de poder. Por sua vez, todos os saberes também instituem novas relações de poder.

Neste ambiente marcado por guerra e disputa intensa, a serviço do Estado Português e do nascente Império do Brasil Marlière, ocupou cargos de direção indígena e desbravamento durante quase todo o Primeiro Reinado. Desejava disciplinar e moldar uma sociedade desregrada, fluída e conflituosa, aos moldes da disciplina, da “cidadania” e da convivência necessárias ao seu futuro como civilização. Para o Brasil trouxe consigo representações de um imaginário social no qual se formara, com o qual até certo ponto comungava, embora o assimilasse de forma particular. A convivência com o ambiente de zona de contato que caracterizava as regiões sobre as quais atuou, gerou uma leitura peculiar dos pressupostos da ilustração, que marcava a diferença de suas interpretações e práticas cotidianas. Seu projeto, como vimos, não resultara de uma prévia e premeditada elaboração. Surgira dos

embates e enfrentamentos do dia a dia. Vale observar: seu criador parecia acreditar piamente naquilo que escrevia.

Ao assumir como sua a nova pátria, Marlière incorporou a ela os referenciais simbólicos do patriotismo revolucionário, da cidadania paternalista que por toda a sua vida buscou. O caráter “exótico” de suas idéias no âmbito da sociedade em que vivia, limitava os seus interlocutores a alguns membros da elite letrada luso-brasileira, e, acima de tudo, aos estrangeiros aos quais sem dúvida sempre preferiu. Foi um homem da sua geração, movido por ideais de ardor patriótico, calcados no imaginário revolucionário, embora sempre a procura de uma “*verdadeira pátria*”, em sua infeliz condição de estrangeiro onde quer que estivesse: “[...] mas o zelo de ser útil a minha pátria de adoção e aos meus concidadãos, me dictou algúas idéas, q’transmitto protestando que a minha intenção hé sincera e minhas vistas dirigidas ao bem de todos.”⁴³⁷

O cunho marcadamente eurocêntrico de seu pensamento, assim como os depreciativos juízos de valor sobre as sociedades não europeias que facilmente se percebe ao logo dos textos produzidos pelos viajantes estrangeiros de seu tempo, não deveriam ser encarados apenas como articulações de uma falsa consciência engenhosa – leitura freqüentemente anacrônica, calcada na idéia de que os homens do passado não acreditavam sinceramente nas bandeiras pelas quais lutavam, ou pior, de que deveriam pensar segundo nossas pretensamente “esclarecidas” categorias do presente – mas antes como um traço constitutivo do pensamento europeu do século XIX. Isso não significa que suas idéias não tivessem um conteúdo estratégico e que eles não procurassem, através de sua veiculação, obter resultados por vezes bastante precisos. O interessante aqui, e que particularmente nos desperta, é

[437]. GUIDO..., 1905, op.cit., p. 617.

a especificidade do pensamento de Marlière em relação a tantas outras possibilidades de leitura da ilustração que tiveram lugar em seu tempo.

Em Marlière, combatente em muitas das batalhas que se sucederam à Revolução Francesa de 1789, a experiência revolucionária, marcada pelo apelo às virtudes de soldado, pela propaganda dos ideais iluministas, pelo desejo de controlar pela razão as manifestações de barbárie, e pelo sonho de inaugurar um mundo novo, mais justo e fraterno, seria uma constante recordação, presente em cada uma de suas iniciativas. Procurava, como vimos, basear suas observações não apenas nos livros, dado seu caráter de auto-didata, mas, acima de tudo, naquilo que considerava como sendo as “legítimas conclusões baseadas na experiência prática”. Neste sentido, acompanhava o discurso pragmático e empirista que caracterizou o pensamento reformista ilustrado do Brasil em que aportou em 1808, segundo o qual um saber, fosse ele de qualquer natureza, valia pela sua capacidade de comprovação empírica e de aplicação prática ⁴³⁸: “A prática de doze anos de vida entre os selvagens me dictou o q’melhor sinto do que escrevo: a minha mocidade tormentosa, principiada no tumulto dos combates, e das Revoluções, não me deo tempo para frequentar lyceos. A vontade de saber, que sempre tive, me sirva de desculpa para quem me ler [...]”⁴³⁹

Civilizar era também desbravar, trazer misteriosos e exóticos seres do mundo vegetal, animal e humano da escuridão das matas virgens para o catálogo científico das descrições dos naturalistas, ordenar o espaço geográfico inóspito aos padrões do urbanismo

[438]. Sobre o empirismo e o pragmatismo do reformismo ilustrado no Brasil ver: DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105- 169, mar.1968.

[439]. GUIDO..., 1905, op. cit. p. 544.

e da civilidade. O ato de derrubar a mata, de construir estradas para a integração entre as regiões, era, então, carregado de significados. Através desse ato concreto e ao mesmo tempo simbólico, sistematicamente empreendido por Marlière, a lanterna das luzes deveria incidir sobre as trevas ao mesmo tempo em que a ordem se impunha sobre o caos. A metáfora das luzes triunfando sobre as trevas era perfeitamente adequada a um ecossistema como o da Mata Atlântica do leste mineiro, caracterizado por uma vegetação densa e de porte relativamente alto, que, conforme relatos exagerados da época, podia fazer com que um homem, ao atravessá-la, perdesse a noção do dia e da noite.⁴⁴⁰

Das matas, vinham as moléstias tropicais, os “índios bravos”, as onças e serpentes que também impregnavam as representações e o imaginário do período. Penetrá-las, conhecê-las, organizá-las em um projeto de futura civilização, era a forma mais segura de mantê-las sob controle, de humanizá-las através da ação transformadora do espírito humano, iluminado pelos saberes filosóficos e científicos.

A crença das luzes era também uma aposta na natureza humana, plena de potencialidades, embotada no “*povo bruto e bárbaro*” __ que Marlière, leitor de Voltaire, identificava nos colonos e degredados luso-brasileiros em sua busca desenfreada por terras e lucros em prejuízo dos índios contra os quais nutriam uma “cólera assassina” __ e potencializada nos homens de ciências e letras __ identificados nos naturalistas viajantes europeus, nos reformistas ilustrados, membros da elite no poder.

Na representação enviada ao Coronel Mendes Ribeiro, citada algumas páginas atrás, vimos que Marlière nos deixou algumas pistas para que possamos avaliar o conteúdo de suas leitu-

[440]. Sobre o ecossistema da Mata Atlântica e a história de sua devastação ver: DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ras. Lamenta o tempo de juventude, gasto na leitura freqüente de D'alembert e Clairac, classificando-os como de matadores de gente. Talvez viesse em parte de uma influência exercida pela leitura do próprio D'alembert, sua tendência à dúvida religiosa, tão incômoda para muitos de seus interlocutores, mas – certamente por prudência – nunca claramente expressa em documentos oficiais. É possível que, na juventude, Marlière tivesse sido atraído pelo ateísmo d'alembertiano. Anos mais tarde, teria caminhado em direção a um teísmo desconfiado, denunciado em suas conversas particulares, mas nunca publicamente assumido.

Se nos documentos oficiais demonstrava certa reverência religiosa e respeito ao Catolicismo, em alguns artigos o termo utilizado para se referir à divindade é maçônico: o “*Grande Arquiteto do Universo*.” Muito embora, no caso brasileiro não se possa dissociar de forma completa uma crença católica de uma filiação maçônica, ao que tudo indica, não obstante as opiniões públicas, no âmbito doméstico, Marlière não as conciliava.

Em suas reflexões para Mendes Ribeiro, diz-se um homem mais maduro, para o qual Raynal e Pen afiguravam-se como autores tributários de maior confiança. O Abade Raynal era leitura corrente entre diversos representantes do Reformismo Ilustrado. Não obstante republicano, o exemplo de emancipação das treze colônias da América do Norte ainda representava um exemplo glorioso para aqueles que viviam as repercussões de nossa Independência Política. Seu ataque a todas as formas de tirania atraía a atenção de uma elite política desejosa de liberdade política e econômica para o desenvolvimento de seus negócios. Esta mesma elite temia entretanto que esta liberdade pudesse se estender em demasia, incluindo em consequência, de forma democrática, os setores subalternos.

Quanto a Guilherme Penn, a associação era clara. Este inglês, um grande líder religioso dos quacres, havia recebido do Rei Car-

los II no século XVII uma grande extensão de terras na América. Estas terras, resultantes do pagamento de um empréstimo que fizera seu falecido pai à coroa, localizavam-se ao Sul de Maryland e foram transformadas em uma colônia modelo de peregrinos quacres. Penn fundou ali uma cidade, localizada não muito longe do território dos índios e deu-lhe o nome de Philadelphia. Mais tarde, com o desenvolvimento da região, fizeram-lhe uma homenagem, batizando a colônia de Pensilvania.

Os quacres respeitavam a liberdade de crença em seus territórios e eram orientados a tratar os índios com amabilidade, considerando-os homens como todos os outros e “filhos de Adão.” Penn, que foi encarregado de estabelecer as leis da Pensilvania, garantiu juridicamente que, em seu território, o comércio fosse franqueado e a liberdade dos homens respeitada. Voltaire, que conheceu a história de Penn durante seu exílio na Inglaterra, divulgou uma boa imagem deste processo de ocupação quacre, destacando, na quarta de suas *Cartas Inglesas*, um pretense ineditismo nas relações “pacíficas” que estes colonos haveriam mantido com os índios:

Os nativos, em vez de fugirem para as florestas, acostumaram-se insensivelmente com os pacíficos quacres. O ódio que votavam aos outros cristãos, conquistadores e destruidores da América era proporcional ao amor que tinham pelos recém vindos. Em pouco tempo, um grande número desses pretensos selvagens, encantados com a doçura de seus vizinhos, vieram em massa pedir a Guilherme Penn que os recebesse entre seus vassallos. [...] Guilherme penn poderia vangloriar-se de Ter trazido à terra a tão falada idade de ouro, que parece Ter existido somente na Pensilvânia [...].⁴⁴¹

[441]. VOLTAIRE, François Marie Aroet de. *Cartas inglesas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 8

Louiz André de la Mamie de Clairac, autor de *Histoire de Perse Depuis le Commencement de ce Siécle*, foi citado como veiculador de leituras que incitavam à sublevação.⁴⁴² Marlière, em sua idade madura, acreditava-se não um incendiário, mas um conciliador.

5.4 OS JESUÍTAS, OS ÍNDIOS GUERREIROS, O ESTADO E A HISTÓRIA: O CONTEÚDO DOS ARTIGOS MARLIERIANOS PUBLICADOS EM OURO PRETO NA DÉCADA DE 1820

Para Marlière, os missionários religiosos brasileiros, “viciados” por um excesso de amor próprio, não se interessariam na, verdade, pelos índios, mas pelas vantagens que a sua catequese lhes poderia trazer. Homens da Europa deveriam ser recrutados, dada a sua “*philantropia natural*”, manifesta no próprio ato de deixar seu continente e viajar milhares de quilômetros pelo mar para “socorrer aos índios”:

[...] se o governo chamar para esses empregos utilísimos a uns estrangeiros, ganhará cento por um: os nossos Padres brasileiros (não falo geralmente) não são filantropos, nem sábios; são cristãos, mas Baal tem todo o seu incenso interior. Demais a mais dizem que os índios não entendem português e são uns brutos, ___ e elles porque não entendem a lingua dos índios? Quem quer servir a Deus, aprende: aprendam dos jezuitas. Não aprenderam o latim para serem sacerdotes? Aprendam agora a lingua botocuda, puri, etc para serem missionários.⁴⁴³

[442]. CLAIRAC, Luiz André de La Mamie de Clairac. *Histoire de Perse depuis le commencement de le siècle*. Paris: C. Jombert, 1750. 3 v. In. 12. Doc. 02H – 89, Tolbiac – Rez de Jardin Magasin.

[443]. MARLIÈRE, Guido Thomaz, apud FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière? O apóstolo das selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914. p. 40.

Padre Jose d’Anchieta. Este grande homem levou consigo a Civilização dos Índios á Sepultura. Depois delle as suas numerosas Aldeas em São Paulo, e Espírito Santo forão em decadencia , e muito mais quando se suprimio o Corpo Jezuitico: sabia que a chave da civilização era o estudo da Lingoa dos Índios”, q` falava com desembaraço, dahi os seus progressos espantosos [...].⁴⁴⁴

No auge de sua diretoria, Marlière parecia acreditar que sua intervenção traria uma conciliação permanente entre os Botocudo e a sociedade mineira oitocentista.

Tenho a mais viva satisfação de ver a Província de Minas libertada das incursões dos índios, elles são pacíficos: estes Índios bem considerados, não são mais que uns meninos grandes (de grands enfants) que hé indispensável educar civil e religiosamente: esta tarefa, mais delicada dependerá da boa escolha dos Mestres, q.’ o governo lhes der; mas eu dezejaria que estes Mestres fossem neutros. Serião por ventura suspeitos ao Governo Liberal de S.M.I huns Missionários Francezes, probos, de boa conducta e desinteressados, que quizessem vir sacrificar-se a este Sacro-Santo emprego de annunciar o evangelho ...? “(...) A França não hé tão desmoralizada, que ainda não tenha bastantes entusiastas desta natureza, e q.’ se darão por felizes servindo a Deus de serem uteis a essa interessante porção dos filhos d’ Adão, ainda que pertencentes a outra nação: a grande família dos homens hé hua só, assim eu a contemplo, tenho muitos companheiros na minha pátria desta opinião.”⁴⁴⁵

Acusava o Estado pelos problemas que assolavam os índios e prometia soluções miraculosas caso o não governo se dispusesse a

[444]. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 82.

[445]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. apud FRANCO, A. de M., op. cit., p. 40.

financiar os seus projetos. Em seus textos fazia uma retrospectiva histórica na qual criticava os jesuítas. O alvo principal eram a sua maneira de aldear os índios e o fato de priorizarem a educação religiosa, em detrimento da civil:

Os jesuítas erravão inteiramente o seu modo de civilização, fexando as Aldeas na Beira Mar: deixando aos Índios o refugio das mattas: foi querer, como dizem, criar sapos ao pé da lagoa; melhor vai o Systema Mineiro, que hé occupar lentamente as suas montanhas e matas, e, como os Rios, descer ao Mar com a Civilização; tendo sempre o cuidado de fazer anualmente plantações para elles nas mesmas mattas, enquanto por si não forem adextrados ao trabalho, o que não há de tardar pois vejo-lhes boas desposições. Os mesmos Jesuítas davão o Pão Espiritual aos índios e fazião esganar as creanças em Cantar Ladainhas e outras orações pias: os Mineiros dão aos índios de comer e vestir e hão de civiliza-los: a educação religiosa deve vir depois da civil [...].⁴⁴⁶

Cabe observar, todavia, que a idéia, reiterada nos discursos marlierianos de que os colonos seriam sempre os maiores responsáveis pelo malogro da tarefa “civilizadora” deita suas raízes em textos jesuíticos. Podemos encontrá-la, amiúde, nos escritos de José de Anchieta, Manoel da Nóbrega e Antonio Vieira.⁴⁴⁷ A investigação em busca de seu lugar de produção remete-nos à disputa que, ao longo dos dois primeiros séculos de colonização, separou, em trincheiras opostas, os sertanistas e donos de engenho – que desejavam utilizar-se em larga escala da mão-de-obra indígena

[446]. op. cit., p. 612.

[447]. LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil. São Paulo: Missão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. p. 142.

– e os religiosos inacianos – predominantemente preocupados em garantir a fidelidade das almas ameríndias aos postulados da igreja tridentina. A educação Jesuítica se faria mediante ao combate, travado no interior das almas dos brasis contra os seus “bárbaros hábitos tradicionais” para que fossem substituídos pelos “brandos costumes cristãos.”⁴⁴⁸ A esperança dos prelados da Companhia de Jesus nos séculos XVI e XVII baseava-se na idéia de que os índios – malgrado suas “imperfeições” - traziam dentro de si uma predisposição inata para aceitar o cristianismo. O pendor nativo pelo cristianismo seria obstruído pelos maus costumes que os “bárbaros” haviam herdado de seus antepassados. Santo Agostinho havia afirmado que até os homens mais selvagens e brutos poderiam ser modificados pelo poder transformador da pregação evangélica.⁴⁴⁹ Além disso, desde a veiculação de uma bula papal expedida pelo papa Alexandre VI, em 1493, os católicos habitantes da Península Ibérica haviam obtido a permissão religiosa para intervir nos territórios ameríndios a fim de difundir o evangelho. A tão apregoada guerra justa movida contra os que no século XIX serão conhecidos como “índios bravos” pautava-se nos princípios aristotélicos de escravidão natural legitimada pela vitória militar.⁴⁵⁰

A percepção dos índios como bárbaros foi reproduzida na iconografia elaborada pelos viajantes e religiosos tanto protestantes como católicos que, por motivos variados, visitaram a América Portuguesa nos três primeiros séculos de colonização. A imagem dos índios como povos bárbaros e sem sujeição foi, ao longo da história dos debates intelectuais europeus sobre os americanos,

[448]. RAMINELLI, R. op. cit., p. 44.

[449]. RAMINELLI, R., op. cit., p. 45.

[450]. RAMINELLI, R. op. cit., p. 479-80.

amalgamada à visão de filósofos como Montaigne e Rousseau, que destacavam sua pretensa bondade natural.⁴⁵¹

Marlière, por sua vez, influenciado por suas leituras européias, participava de outra comunidade de crenças, que não aquela inaciana dos séculos anteriores. Era um homem que cria na igualdade entre os homens, na sua racionalidade, na sua perfectibilidade. Os índios, assim, eram passíveis de civilização por participarem da humanidade comum a todos os homens. Seu entusiasmo inicial em relação às potencialidades dos índios permanece inabalado. Somente sua crença na capacidade que a sociedade luso-brasileira teria para incorporá-los parece diminuir gradativamente.

Decepções com o Estado, perseguições internas à corporação e a oposição ferrenha dos colonos lhe trariam dúvidas quanto ao sucesso inequívoco de seu trabalho, dando vazão a um discurso menos otimista. As virtudes revolucionárias do bom cidadão, do herói destemido e filantrópico poderiam até se unir no pensamento marlieriano, ao ideal jesuíta de catequese. Porém, esta última assumia aí o formato de meio direcionado ao fim maior da formação do bom cidadão, aculturado e mesclado a uma sociedade brasileira pela qual Marlière ansiava. Tal sociedade deveria seguir um programa de normas pelo qual caminharía da barbárie à civilização nos moldes da Europa. Tínhamos a nosso favor no caminho para nos tornarmos uma “grande nação”, o contingente de sociedades indígenas que povoavam os “*desertos de nosso território*” em grande parte ainda não assoladas pelos “*males*” e “*vícios*” que desvirtuavam aos homens por toda a Terra. Far-se-ia mister penetrar no âmbito dessas sociedades, apreender-lhes a língua e os costumes para o enriquecimento dos conhecimentos científicos e

[451]. Veja, sobre o tema da polêmica a respeito da natureza e dos homens americanos: GERBY, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

para um maior acesso às mentes de seus membros; paralelamente dever-se-ia conscientizar os colonos, sacerdotes e autoridades de que lidavam com povos dignos em sua simplicidade ingênua, aos quais se deveria, por dever, conduzir pacificamente à “civilização”.

Marlière era também e acima de tudo um soldado, que procurava aparecer para todos como um militar padrão. Talvez deste fato procedesse a sua atração pelos guerreiros Botocudo, aos quais admirava por sua coragem e destemor. Isto também parecia ser o que criava certa identificação entre os índios e o comandante francês. Marlière parecia direcionar suas ações no sentido de produzir a imagem de que era um homem sem medo, que se submetia de peito aberto à flechas dos inimigos.

Diferente de Spix, Martius e até mesmo Saint-Hilaire, considerava os botocudo como um povo dotado de beleza física e grandes virtudes humanas e guerreiras. Sem dúvida, os preferia aos Puri e Coroados. Fora os botoques, que considerava visualmente desagradáveis, quase tudo naqueles índios parecia causar admiração ao militar francês. Vejamos como exemplo esta passagem do artigo enviado para o jornal *O Universal*, datado de 16 de fevereiro de 1825:

Li, não me lembra em que Author, nem a que respeito, que ‘o instante mais bello da vida, hé o mais vezinho da morte’. Tenho preconizado aos meus afilhados naknenuks, que suposto não são Antropophagos, como o forão os da margem meridional do Rio Doce, nem trazem Imató no beijo, como estes, não deixarão tentar, a 8 de janeiro pretérito de degolar a pequena guarda do Quartel de Dom Manoel, a única que se acha na margem Norte composta de 4 soldados da 6ª Divisão afim de se apoderarem das Armas delles para desmanchar em pedacinhos, que agução, e encastoão para o seu uso. Os soldados, não se encontrando de humor para se deixar desarmar, e ficarem expostos depois ao mais evidente perigo, forão obrigados a matar

o Capitão do lote agressor, que depois de haver empreendido inutilmente de os matar á mão subio em hum Tronco d'arvore, na proximidade do Quartel, suas flechas soltas aos pêz, e com dous serventes que lhe assistião, as despedia alegremente sobre os soldados concentrados no Quartel, mostrando-lhes o peito, e que lhe atirassem; esta fanfarronada, que denota coragem mais que juizo no valente selvagem, lhe sahio cara, pois que elle e seus ajudantes descerão ao solo. De sorte que posso dizer do Guerreiro Naknenuk, combatendo só, da sua pequena eminencia, contra quatro armas de fogo (abstração feita da causa porque combatia) que o mais belo instante da sua vida foi o mais vezinho da sua morte.⁴⁵²

Discursos como este nos levam a suspeitar de que as táticas utilizadas por Marlière para impressionar aos índios que contatava partiam, em certa medida, de elementos coletados a partir de observação, no seio da própria cultura indígena. Abrir o peito às flechas dos índios era uma forma de fazer com que eles, em respeito à coragem daquele que se expunha à morte, baixassem os arcos e fizessem a trégua. O mesmo não ocorrera, como vimos, ao inverter-se a situação. À semelhança de Marlière, um índio submetera-se às armas inimigas, mas seu destemor não fora suficiente para que os brancos poupassem a sua vida. Em circunstâncias assim, um homem “destemido” poderia ser poupado ou não, e o comandante francês também sabia disso ao se submeter àquela espécie de roleta russa. O risco e a indeterminação sempre fizeram parte da vida dos guerreiros. Talvez, por isso, para eles a capacidade de submeter-se a estas situações de coragem e impasse figure como uma virtude tão desejável e admirável.

[452]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. O mais belo Instante da vida hé o mais vezinho da Morte. Artigo para o Jornal O *Universal*. GUIDO..., 1906. p. 565.

Num novo artigo, datado de 18 de fevereiro de 1825, o Diretor Geral dos Índios, talvez procurando despertar a atenção da população da Capital não só para o seu trabalho mas também para a situação dos índios no vale do Rio Doce, insistia na coragem guerreira dos Botocudo.

Botocudos

O Capitão Paquejú Orotinom

Os historiadores pintão o seu Heróe no final da sua vida; principio o relato do meo antes de referir as suas ações; as que são conhecidas sendo poucas, serei conciso. 42 ou 43 annos de idade, saude robusta 5 pez e 5 polegadas de altura, corpulento, rosto nobre e animado, olhos pretos e bem rasgados, nariz grande, sizudo por natureza, e não por estudo, Sangue frio inalteravel, fallando pouco, e comedido em todas as suas acções; em hua palavra, infundindo respeito. Este Indio se não hé rei, cuida que o hé: não pode sofrer que na sua presença se trate a outro qualquer indio de Capitão; dizendo: ‘Capitão: eu e mais ninguem’; recebe com gravidade os profundos salás (cortejo turco) dos mais Indios e não se familiariza com nenhum delles. Tive a honra de o hospedar, e a sua familia a qual brindei e vesti com a possivel distincção, em outubro de 1824 e de o tratar na minha mesa a Pão, carne e vinho: esta para elle mudança de tratamento, em nada o alterou, e desempenhou o seu lugar como qualquer Gastronome Europeo, não agradecendo, nem pedindo nada para si, nem para as suas mulheres e filhas. O seo agradecimento hé dansar diante de mim no fim de cada comida. Quando lhe pareceo, despediu-se de mim manifestando que queria ir para o Rio de Santo Antônio, pelo que sem mais cerimonia se apoderou de Hua Canoa no Porto, servio de Piloto nella e, talvez de mil perigos, sem Brasileiro algum a bordo, chegou

ao Quartel de Naknenk da onde me mandou pedir mantimento, que como amigo mandei hua e mais vezes. Nesta ocasião é que levou para genro o infeliz Há-gemm, meu filho de adoção. Quando chegava ali outro qualquer lote de indios, ele se enfeitava de hum Bonnet meu que lhe dei, e, a hua vestia de pano azul, que aqui recebo, acrescentou grandes canhões, e gola de baeta vermelha, sacrificando para este effeito alguas carapuças desta cor. Nesta figura, apresentava-se, de se fazer esperar ao chefe da tropa entrante e lhe determina o tempo de sua sahida, que não hé dilatado, sendo o mantimento pouco. Estando a jantar na meza do Alferes Comandante da 1ª Divisão, com o Capitão Quitóte, (o mais atrevido que há no mato) este tinha, como costuma, o seu Arco entesado, e as flexas soltas: o que para os Indios hé a maior desatensão, e mesmo ameaça. – Orotinom ergueo-se da mesa com o maior Sangue frio, afrouxou o arco, attou as flexas do Indio Quitóte, e continua a jantar: e erguendo-se, determinou a este que que evacuassee o Aldêamento, o que executou [...].⁴⁵³

O conteúdo épico dos artigos parecia trazer em si o desejo de transmitir aos leitores uma visão romantizada da situação dos índios do leste mineiro. Vejamos por exemplo este outro relato que tem como tema as epidemias que grassavam às margens do Rio Doce, publicado em *O Universal* no dia 5 de janeiro de 1825. Nele, os índios aparecem como seres virtuosos, nos quais a fortaleza da alma se contrapõe à frágil e efêmera robustez do corpo:

Sei que muitos de meus leitores não se interessarão em ouvir relatar as virtudes natas destes filhos da Natureza, a quem desprezão como israelitas

aos incircuncizos, mas consolem-se, não escrevo para elles: virem a folha e procurem hum artigo da anarquia de Pernambuco, ou do vil assassino da Bahia: do bravo Coronel Caldeira Governador das Armas a 5 de outubro de 1824. Falo às almas nobres dos meos amigos, amigos dos innocentes Selvagens em particular, e da humanidade em geral: estes não serão insensíveis à piedade filial e fim lamentável de Kijame, filho de Jacú e Punang. No mez de dezembro de 1823 o Capitão Jacú guiado por Kijane, seu filho (que deste quartel tinha despachado ao Cuiethé), subio as praias insalutíferas do Rio Doce e chegou à Onça Pequena em prencípio de Janeiro, na violência das chuvas, trazendo, os seus, no seio, o fatal germe morbítico que cauzou a tanta mocidade hum fim prematuro! apenas chegados adoecem todos; as cazas se achão soalhadas dos pobres índios; o armazém foi esgotado de roupas para os cobrir, e as fazendas dos arredores de galinhas para os alimentar; mas nada valeo: Jacú e sua querida esposa Punang, forão as primeiras victimas da Parca: falecera ao mesmo tempo: poucas horas depois hua tenra filhinha delles. Kijame, mais robusto em apparencia, prometia escapar à doença; vendo os seus pais estendidos dobrão as suas forças; toma primeiro o cadaver do pai sobre os seus joelhos, assentado na cama, entõa a sua canção funebre, e por acenos pede o tang em que estavão a Farda e as roupas mais finas que costume dar aos chefes da Nação; amortalha o pai com todo o aceio, e por um esforço inesperado, levanta-se e vai amortalhar tão bém sua mãe Tunang; depois por outro aceno, mandou-se lhe desse a sepultura já preparada no Campo do Descanso pelos cuidados dos Soldados, tão tristes como o virtuoso Indio. Acabada a Cerimonia Lugubre, Kijame desperta aos outros do letargo em que jazião, e lhes grita: ‘– fujam!’ . Mil instâncias não forão bastantes para convidar a demorar-lhe: ‘– não’ disse elle, ‘– este lugar hé muito máu’ e sahirão todos

[453]. Botecudos. Artigo Para o Jornal *O Universal*. GUIDO..., 1905. p. 569-570.

caminhando para Petersdorf. O Commandante das Divisões (Marlière) os seguiu com animaes carregados para os socorrer, mas em vão: o primeiro morto que apareceu a poucos passos, foi o terrível Kijame, com a face voltada para o tumulo de seus pais. Os mais não caminharão duas légoas antes de morrer.⁴⁵⁴

Para Marlière os índios eram seres frágeis, necessitados de constante amparo e compaixão por parte do Estado. Seus relatos transmitem-nos o cenário de desolação vivenciado num ambiente em que grassavam a fome, as epidemias e a violência. Sua auto-imagem apontava para um dos pais fundadores, um dos soldados condutores de homens que ainda se demoravam na menoridade. Para estes homens da virtude, a firmeza de caráter e a filantropia far-se-iam as razões máximas da existência.

Aqueles leitores de seus artigos que compartilhassem de suas idéias, sonhos e indignações, deveriam se juntar ao seu esforço, escrevendo “libelos de libertação e defesa dos oprimidos”, modificando seu comportamento arrogante em relação aos escravos ou, de forma “modesta porém suficiente”, simplesmente mudando a visão negativa que até então vinham mantendo a respeito dos índios. Seu discurso caminhava ainda no sentido de destacar, por meio do relato de experiências vividas, que negros, mulatos, e “demais homens de cor” poderiam manifestar arroubos de virtude tão dignos de nota quanto os observáveis nos “mais dignos homens brancos”. Vejamos o texto de um relatório ao Presidente da Província, no qual Marlière relata o episódio em que, graças a um soldado mulato, os navegantes de uma canoa haviam sobrevivido a um naufrágio. Os soldados, isolados entre corredeiras, já per-

[454]. Marlière, Guido Thomaz. 5 de janeiro de 1825. Notícias sobre os Botocudos continuadas, e dadas ao Preno na Abelha. Artigo escrito para o periódico Abelha do Itacolomi. GUIDO..., 1905. p.541- 542.

maneciam por mais de 18 dias sobre uma árvore, alimentando-se somente da água que os cercava e das folhas que, desafortunadamente, estavam já escasseando:

Este jovem e generoso militar tomou os tristes naufragos na sua Canoa, repartiu com elles os viveres que levava, e os conduzio ao Cuieté, [...] Não sei que na história haja acção mais generosa praticada por huns pobres soldados, a maior parte homens de côr, para com huns desgraçados náufragos: eu os comparo, Ex.mo Snr. Prezidente à Castanha de Côr morena, mas cujo fructo hé branco e saboroso. (sintome) Orgulhoso de Commandar taes homens [...].⁴⁵⁵

5.5 TENTATIVAS DE CONVENCIMENTO E COOPTAÇÃO DE COLONOS LUSO-BRASILEIROS: ORIENTAÇÕES SOBRE A MANEIRA COMO DEVE-SE-IA TRATAR COM OS ÍNDIOS E COM OS SOLDADOS

O coronel francês reunia os colonos e convidava-os a tolerarem temporariamente o nomadismo dos índios até que, gradativamente, estes pudessem se acostumar ao sedentarismo. Acreditava que a sedução que os benefícios da técnica e dos objetos manufaturados europeus promoveria junto às tribos seria o fator determinante de uma escolha deliberada pela sociedade dos brancos:

Sendo certo que hum dos meios de Civilização hé a inoculação de nossas necessidades, e paixõens, e não podendo enxertar-se-lhes facilmente em lugares despovoados das nossas, se convirá fazer aldeamentos entre as grandes Povoaçõens mas distantes delas, procurando-se-lhes lugares e climas analogos aos que abandonarão? O que me pareceo e parece conveniente aos Indios hé deixa-los na

[455]. Carta ao prezidente da Província. Revista do Arquivo público Mineiro. Ano X, 1906. p. 239.

sua patria, tornando-lhe amavel pela abundancia de plantaçoens annuaes feitas pelos soldados das Divisõens; é por ellas que por fim tomão amor ao trabalho e à sociedade, e à propriedade: Elles por modo algum podem aclimatar-se fora do matto; o sol causando-lhes hua oppressão que de muitos annos não podem atturar, como a experiência mo tem provado. O uso do Sal e de alimentos cozidos à nossa maneira a que se vão acostumando, promete que nunca mais deixarão de nos freqüentar [...].⁴⁵⁶

Chegou mesmo a repor a alguns fazendeiros o dinheiro de rezes mortas pelos índios, ou a alimentar polêmicas com sitiantes a respeito da conveniência ou não de se matarem os índios. Tal, por exemplo, é o caso das cartas que escreveu a propósito das reclamações de Antônio José Coelho, fazendeiro residente em Minas Novas, no dia 14 de dezembro de 1824. Ao presidente da Província Marlière oficiava:

Hum credor de Gados de Minas Novas, p.r nome Antônio José Coelho, a quem se concedeu hua guarda de dez homens da 7ª, não está satisfeito com elles, quer dos da 5ª Divisão porque são mais promptos em matar os Indios: este estúpido não sabe para hum Indio que manda matar, attrae sobre si, e sua fasenda, hum seculo de represálias. Vou mandar na paragem, e sobre toda a extensão dos postos da 5ª Divisão hú bom Intérprete, com hum ou mais botecudos mansos p.a ver se os persuadem à paz: por que de que serve, virem mansos onde estou, se em Minas novas, lanção continuadas guerrilhas sobre elles? Dirão que eu os engano. Hé mais dificultoso desabusar a hum rustico do que Civilizar quantos índios há.⁴⁵⁷

[456]. Relatório de Guido Thomaz Marlière ao Governo da Província GUIDO..., 1907, op. cit., p. 529.

[457]. Officio de 14 de dezembro de 1824, ao Sr. Presidente da província de Minas Gerais. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 525.

Já ao “rústico” Antonio José Coelho, escrevia, no mesmo dia, esta carta de teor pedagógico e conciliador:

Se fosse inimigo de Vm.ce mandar-lhe-ia essas guardas aguerridas que me pede para matar os indios: porque para cada hum que morre, vem hum seculo de vingança sobre a sua caza. Os olhos que a providencia me deo, vêem as avessas dos de vm.ce; sigo outro rumo com os Indios dando-lhes, pão, algua instrucção e hum Osculo Paternal: e com isto, sem merecimentos, vejo os meus trabalhos abençoados pelo Deus dos Indios e seu. Em lugar de hum bezerro Sr. Coelho, delhes dez; faça-lhes bem, e mal algum e verá como elles se chegão. E quanto ao uso de Armas de Fogo contra elles, isto não farei eu, se não quando tiver esgotado os meios philanthrópicos. E isso mesmo deixarei para o meu successor no Commando. Faço porém mais do que Vm.ce me pede e quero socorrello por outro modo. Mando lá huns homens da minha confiança, que fallão bem o idioma dos Indios: e hum destes vale mais na Caza de Vm.ce do que quantos Divisionarios há. Acabo representando que Vm.ce Commanda mais ou tantos Negros, que eu de Soldados, e que careço dos braços destes para trabalhar as Plantações dos Indios, e abertura de Caminhos. Não tome Vm.ce a mal estas minhas opiniõens; reflecta; e o tempo lhe mostrará com o dedo, a justiça, a razão e a humanidade apontando para os nossos Irmãos Selvagens, que tão bem são homens.⁴⁵⁸

Marlière não perdia de vista que as nações indígenas com as quais entrava em contato figuravam na condição de povos conquistados. Em se tratando

[458]. Carta de Guido Thomaz Marlière ao Sr. Antonio José Coelho, Fazendeiro no Sitio da Conceição em Minas Novas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Ano X, 1906, p. 527-528.

de uma conquista, tornavam-se essenciais os conhecimentos que seu “governador” adquirisse a respeito dos povos “submetidos” e do ambiente natural em que viviam. As constantes febres que durante todo o período de sua direção o acometiam de forma intermitente, somadas aos constantes perigos enfrentados, faziam com que o comandante francês vislumbrasse a morte a cada momento. Ela será, a partir de 1825, um tema constante em seus escritos:

O Director Geral, se o houver, não aceite este leve em aparência, mas pežadíssimo cargo, sem ser munido de muitos conhecimentos: a falta destes, em materia d’Historia natural, sobre tudo, me tem cauzao crudelissimas noutes, e obrigado a aprender até a minha proxima despedida deste grande Theatro, chamado Mundo, que tranquillo espero, como Voltaire; sem dezejo, sem remorso e sem susto. Entre as boas Instituições Politicas do Imperio da Russia, que Governa muitas nações de Cozacos, Calmukos, Tartaros & ainda pouco civilizadas, he bem lembrado o titulo que o Imperador dá aos Chefes daquelas Nações de : Hettmann: o qual, entendo, significa Chefe , Cabeça ou General, a quem cada Tribu acompanha à Guerra, e se faz os serviços que se tem admirado nos ultimos tempos. (refere-se à vitória sobre Napoleão). O Imperador do Brasil tem muitos Cosacos, e pode tirar delles com o tempo, o mesmo partido, dando-lhe hum dos muitos Hetman, que tenham cabeça, intelligencia e coragem para o servir e hua organização bem simples, que hé a que vou propor: e que fructiferou na experiência, que fiz em 1815, de organizarem Companhias os Coroados e Coropós, tanto para o governo interior, como para repelir as incursões dos Puriz no Prezídio sde São João Baptista. Todos os chefes das famílias principaes dos Indios, seja de que nação for, habitão ordinariamente hum vale; as margens de hum Rio, huma Ribeira, Córregos. Cada chefe

destas famílias em que se contarem 50 ou 60 arcos, pode ser condecorado, pelo Director Geral, ou outra pessoa preposta para os governar, com o titulo pomposo de Capitão; ao seu immediato de Alferes; e deixa-se-lhe a escolha dos seus Sargentos, cabos e Soldados. Com estes Capitães hé unicamente que o Director se corresponde, tanto para os levar à Guerra, como para manter hua especie de ordem no interior das Aldeas, e prender nas Mattas algum Indio delinquente digno de castigo ou de hua forte admoestação. Este metodo me tem acertado sobremaneira [...].⁴⁵⁹

Cassiques. – Devem ser tratados pelos directores como Chefes indios (com) muita distincção e honras, de que elles se pagão muito, deixar-lhes aparentemente toda a authoridade sobre o Povo Indio de cada Aldeia, e se servir delles para castigar, e reprehender aos Delinquentes, este methodo vai longe. He o que se chama em Francez ‘Se servir de la patte du chat pour tirer les marrons du feu’ proverbio tirado da Fabula de La Fontaine. – Le Chat et Le Singe. Fabula ao meu ver que contem huma refinada política.⁴⁶⁰

Os meios “*philantropicos*” pareciam, entretanto, ter-se já esgotado, quando Guido, em officio de 31 de março de 1826, enfurecido com um bando de Botocudo já aldeados em Petersdorf, que “teimavam” em desafiar suas ordens invadindo os currais dos colonos para “roubar” gado, expediu o seguinte officio: “*Mando tocar a todos os Indios do lote do Capitão João a este Quartel; e se fizerem rezistencia, desamarren-se e piquem-se os arcos e frechas, e amarrem-se aos mais teimosos.*”⁴⁶¹

[459]. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 543.

[460]. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p.83.

[461]. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 152.

No dia 26 de abril, como os índios continuassem a “molestar” os animais dos sitiamentos, Marlière enviou nova ordem ainda mais dura:

Vm.ce mandarà ao Cabo de Escolta que deste quartel expedir para fazer recolher aos Índios do Capitão João, para que: em 1º lugar examine quaes forão ios que frecharão animaes e estes, na vista dos outros se lhes pique arcos e ferechas; e ao depois, todos juntos e desarmados sejam conduzidos immediatamente até a Ponte Queimada pelo Caminho de terra, e os soldados voltem depois delles estarem da outra banda do Rio Doce; advertindo-os o Lingua da minha parte, que se voltarem em povoado a fazer mal serão punidos de morte infalivelmente e os sargento comandante em Petersdorf, não permita a passagem de Índios alguns para cá, senão poucos, escoltados e desarmados.⁴⁶²

O sentido pedagógico destas medidas punitivas parece evidente. Note-se que os arcos deveriam ser picados na presença dos índios, e que todo o ritual de condução dos “insubordinados” à outra margem do rio Doce tinha por função demonstrar força e infundir temor.

Eschwege, relatando a situação dos Coroado do Presídio de São João Batista em 1814 deixa-nos um testemunho dos métodos utilizados pelo Diretor Geral para a “disciplina dos índios”:

[...] desde que Marlière se tornou seu diretor geral os coroados estão sob sua autoridade: os que fazem algum mal, ele os pune com palmadoadas (em Portugal e no Brasil usa-se uma pequena tábua redonda e plana com um cabo, chamada palmatório, para punir escravos e crianças na escola, sendo

a punição aplicada sobre as palmas das mãos) ou coloca-os no tronco (o tronco consiste de uma tábua rasa, cortada ao longo em duas metades, com orifícios estreitos, onde são colocados o pescoço e as pernas dos punidos, trancando-se as duas partes da tábua. A principal preocupação de Marlière, contudo, é no sentido de impedir que os índios sofram injustiças por parte dos portugueses, como acontece até agora. Dessa maneira ele se tornou respeitado e querido pelos índios.⁴⁶³

Outra fonte freqüente de atenção por parte do diretor francês era a disciplina dos militares subordinados às suas divisões. A fonte de regulação da disciplina destes corpos armados eram ainda os regulamentos setecentistas do Conde de Lippe, citados em parte na seção 2. A forma peculiar como a ordem militar se aplicava nos quartéis de Marlière guardava porém marcas claras de sua intervenção. Vejamos alguns trechos de seus discursos sobre a tropa:

A Guerra levanta Trofeos aos Militares (diz hum Politico) e a paz arma patíbulos para elles; e hé assim; porque os soldados sem occupação são Dangersos à pátria, por isto os Romanos, Luiz XIV, e proximamente Buonaparte os occupavão na paz em trabalhos Publicos dando-lhes além do Soldo hua Gratificação proporcionada aos seus serviços. O Rio Doce necessita bem desta qualidade de Auxilio.⁴⁶⁴

As representações de civilização e barbárie que Marlière adotou construiu e reinterpretou, marcaram fortemente o caráter de

[462]. Ofício de Guido Thomaz Marlière Ordenando que os índios do lote do Capitão João, envolvidos no roubo e abate de animais em Petersdorf, fossem conduzidos imediatamente ao quartel sob pena de punição severa. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 152.

[463]. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil*: relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 102.

[464]. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 617.

sua intervenção no âmbito das sociedades sobre as quais exerceu poder, influenciando a forma pela qual este poder era exercido e alimentando de energia ideais e crenças que marcaram um tempo. Se tais crenças e ideais foram compartilhados por muitos dos seus contemporâneos, vale ressaltar que Marlière, até certo ponto, interpretava-as de forma particular, realizando leituras peculiares e, sem dúvida, criando novas formas de representação e intervenção nas circunstâncias de seu imaginário social, de sua cultura, de seu tempo.

5.6 VIOLÊNCIA E CONDIÇÕES DE VIDA NAS DIVISÕES MILITARES DO RIO DOCE: A PERSEGUIÇÃO DOS DESERTORES, CONSIDERADOS COMO FATOR DE INCENTIVO AOS MOTINS DE COLONOS E INDÍGENAS

O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa, numa sociedade determinada.. (Michel Foucault, 1989)

A Divisões do Rio Doce extraíam seu contingente do recrutamento compulsório nas vilas e arraiais, das remessas de “vadios”⁴⁶⁵ e criminosos degredados de todo o território mineiro, mas também dos poucos que se ofereciam espontaneamente. Os compulsoriamente recrutados eram, muitas vezes, conduzidos sob escolta, acorrentados. O povo fugia para os matos à leve suspeita de que o recrutamento seria executado, subsistindo esporadica-

[465]. Sobre o conceito de vadiagem veja SOUZA, Laura de Melo e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. Um exemplo de como era conduzido o recrutamento dos vadios para as Divisões Militares do Rio Doce pode ser encontrado em um interessante Relatório de Inspeção, datado de 1832: Arquivo Público Mineiro, SP PP 1/15, Cx. 91, Doc. 6.

mente por lá por meses a fio. Desde o período colonial, o serviço militar obrigatório era impopular, mesmo em Portugal. Até as tropas pagas lusitanas, não raro, recebiam da Coroa somente a metade do seu soldo. Em Portugal, ao longo do vale do Douro, uma canção popular bastante lembrada dizia:

Rapariga, tola, tola,
Olha o que vais fazer!
Vais casar com um soldado
Melhor te fora morrer!⁴⁶⁶

Não muito diferente era a situação das tropas brasileiras depois da Independência, principalmente às submetidas ao recrutamento obrigatório e não remunerado. Marlière proibiu que os índios fossem recrutados contra a sua vontade, mas nem sempre sua autoridade se fazia sentir nos recantos do sertão.⁴⁶⁷ As visitas periódicas de inspeção realizadas pelo Diretor Geral dos Índios sempre eram marcadas pela descoberta de numerosas irregularidades: estupros, terras indígenas usurpadas, soldos de tropa que eram desviados, etc.

Submetidas a todo o tipo de privação, num ambiente hostil de mata virgem, isoladas em quartéis pouquíssimo abastecidos, expostas a furiosas epidemias de sífilis, malária e varíola, bem como a ataques indígenas constantes, ameaçadas ainda pela vizinhança de animais ferozes, as tropas das Divisões Militares do Rio Doce não representavam atrativo para a maioria dos homens livres de Minas Gerais.⁴⁶⁸ As atividades do comércio legal e ilegal, o trabalho de transporte por meio das tropas, o amanho da terra

[466]. BOXER, C.R. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, [195-]. p.302.

[467]. Ofício de Marlière, 18 de agosto de 1825. GUIDO..., op. cit., p. 650.

[468]. Houve, nas décadas de 1820 e 1830, políticas periódicas de controle epidemiológico por meio de vacinas aplicadas entre soldados e índios. Confira como exemplo: Ofício que comunica o envio de medicamentos

ou até o assalto a transeuntes nas trilhas inseguras, ofereciam freqüentemente melhor perspectiva de vida para muitos deles.

Naquele mundo marcado pela rusticidade, escassos eram os confortos que diferenciavam a vida de um comandante de um praça comum. No cotidiano das matas, vales fluviais e serras do Leste, Marlière procurava marcar o tempo com toda a precisão possível. Talvez isto denotasse um certo desejo de incutir lógica e ordem a uma região que com certeza, a seu ver, figurava, graças à sua constante imprevisibilidade, numa zona caótica do mundo. Quem sabe o francês se perguntasse sobre como confiar nos sentidos, fugir ao crescente isolacionismo, manter algo mais daquela lógica burocrática de um mundo urbanizado em meio a um ambiente para ele tão hostil. Na carta escrita a Saint-Hilaire no dia 6 de dezembro de 1824, Marlière falava de sua insatisfação com a distância da família e do esforço que as viagens de inspeção exigiam de um homem de saúde instável:

Estou a 8 mezes separado de minha família, q' existe sobre a minha habitação de Guido-Wald (...) no Centro dos Coroados, dos Coropós e dos Puris, a quarenta e cinco Leguas deste Quartel, que me serão preciso andar por meio das chuvas, e preciso será; para fazer cessar os clamores dos Índios contra os Brasileiros amalgamados com eles, q' não cessam os seus vexames senão quando eles mesmos forem civilizados'[...].⁴⁶⁹

Os conflitos por terra no Vale do Rio Pomba haviam recrudescido e sua demora às margens do Rio Doce poderia ser a causa.

para o combate à malária nas Divisões Militares do Rio Doce. Códice SG – 8, folha 8. Veja também: Ofício que comunica o envio de vacina para o combate da varíola. Arquivo Público Mineiro, SP PP 1/15, Cx. 92, Doc. 26.

[469]. Carta de Guido Thomaz Marlière Ten.te Cor.el e Director Geral ao Cavalleiro Auguste de Saint-Hilaire da Real Academia das Sciencias em Paris. Quartel da Onça pequena, 6 de dezembro de 1825. Revista do Arquivo público Mineiro. Vol. X, 1905, p. 518.

Mesmo assim, percebendo a incapacidade de fiscalizar tão grande extensão territorial, parecia permandecer nele a obsessão pelo devassamento das matas que ainda restavam, pelo contato com os botocudo ainda hostis. A situação era agravada pela insatisfação da tropa. Vivia-se um clima de iminente revolta.

Um soldado das divisões não contava com qualquer regalia, pois deveria arcar com as despesas referentes à sua farda, ao seu alojamento e à sua arma, com um ínfimo salário. Era submetido a um isolamento que poderia durar meses ou anos e a uma disciplina ferrenha que incluía chibatadas na frente da tropa e prisão em ferros simplesmente por ter abandonado o posto sem permissão, comerciado com um escravo ou se dirigido diretamente ao comandante geral, sem recurso a seus superiores imediatos. Além disso, era obrigado a trabalhar na abertura de estradas, na construção de quartéis e no cultivo de plantações anuais destinadas à atração e sustento dos índios.

Nas roças cultivava-se milho, banana, mandioca, mamão, cana de açúcar e abóbora. O restante era garantido com os produtos das pescarias e caçadas periódicas, que tinham lugar nos poucos instantes de folga. Estes últimos, faziam parte de uma política que visava permitir ao soldado, no limite de suas possibilidades, construir o seu rancho e sustentar sua família, sem ônus para o Estado. A ameaça da fome no entanto era uma constante⁴⁷⁰.

Não poucos possuíam roças particulares e uma vida familiar conflituosa, fruto de união com prostituta ou índia, à qual, muitas vezes, haviam sido obrigados por seu comandante. Marlière, por exemplo forçava, seus soldados a se casarem com as índias solteiras com as quais mantivessem relações sexuais.

Sexo com a mulher do colega de corporação, mesmo com o consentimento desta, poderia, além das vinganças costumeiras

[470]. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 483.

do marido traído, acarretar ao soldado punições muito severas por parte de seu comandante. Em 16 de março de 1826, o comandante francês escrevia: “Nenhuma mulher cazada com Soldados poderá vir em povoado sem licença minha pelos abuzos resultantes da relaxação, que isto introduz no serviço, vindo ao depois os maridos atraz, e ficam pelos cantos sem que eu saiba de nada, senão quando estão para morrer hum ou outros [...]”⁴⁷¹

Das doenças venéreas, a gonorréia e a sífilis eram as mais temidas, mas também as mais disseminadas. Marlière nos relata sobre duas mulheres de “*conduta duvidosa*” que obrigou a se submeterem ao cirurgião classificando-as como: “[...] matronas com provisão suficiente de síphilitico para infectar hum Exército: motivo porque, ainda que haja de ser reprehendido, eu as mando a manhã para Petersdorf, ahonde por Charidade serão curadas e tratadas, para ao menos, não mandando Vex.cia o contrário, serem colonas e mães de família querendo cazar-se [...]”⁴⁷²

Os laços familiares eram permitidos e os casamentos incentivados como forma de “*promover a civilização*”. Isso refletia, por um lado, o desejo de amalgamar as populações indígenas com as luso-brasileiras, através da prática de casamentos interétnicos; por outro, uma estratégia de reduzir as prostitutas que frequentavam as divisões a “*respeitáveis esposas*”. Assíduo leitor de “O Universal” e atento à legislação portuguesa do final do século XVIII, da qual alguns excertos eram esporadicamente publicados naquele jornal, o Capitão Francês evocava, em suas ordens do dia, disposições expressas no Diretório Pombalino dos índios, bem como trechos do alvará de 1775 que recomendavam matrimônios mistos. Seguindo esta mesma linha, na qualidade de Diretor Geral dos Índios da Província, enviou em 1826 uma circular aos párocos de

[471]. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 145.

[472]. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 79.

Pomba, Guarapiranga, Presídio, São Caetano, Barra Longa, São Miguel, Conceição do Serro, Morro do Pilar, Vila do Príncipe, Tejuco, Rio Preto, Rio Vermelho, Pessanha, Minas Novas, Chapada, Água Suja, São Domingos, São Miguel do Jequitinhonha: “De ordem superior transmito a V. S.^a dous exemplares do Universal nº 7 em que se publica o alvará de Lei de 4 de Abril de 1775 relativo aos cazamentos de Brasileiras com Índios e de Índios com Brasileiras, pedindo a V. S.^a R.m.^a queira lhes dar e mandar darpelos seus respectivos Capellães, a maior publicidade possível, afim de cimentar p.r estes Cazamentos mixtos a União entre os habitantes do mesmo solo.”⁴⁷³

Marlière acreditava que a promoção de casamentos deste tipo seria um fator de harmonização da convivência entre brancos e índios: “Convindo muito no estado actual das coisas tirar do Cofre do Esquecimento as leis favoráveis aos Índios, e promover cazamentos entre elles e Brasileiras para fazer cessar, a bem do império, e desta Província, o odio inveterado existentes entre huns e outros [...]”⁴⁷⁴

As vinganças entre os soldados eram comuns. Os assassinatos por tocaia, como observou Espíndola⁴⁷⁵, continham um grau de desprezo em relação à vítima. Considerado indigno de um combate frente a frente, na tocaia o inimigo era abatido como um animal de caça, sem que a vida do assassino fosse colocada em risco. No entanto, o homicídio não alcançava, no âmbito das divisões, o mesmo grau de gravidade de outras faltas como o roubo ou a indisciplina. O próprio fato de servir significava para muitos uma pena menos desejável que a capital. Muitas vezes, saudosos

[473]. CONTINUAÇÃO..., p. 123.

[474]. Guido..., 1905, op. cit., p. 661.

[475]. ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão Rio Doce*: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais (1800-1845). 2000. p.142.

de suas famílias, os soldados abandonavam seus postos antes do tempo previsto, mesmo sabendo que ao retornarem seriam punidos. Sua reincidência levava ao agravamento das penas a cumprir: “Desertou outra vez da Quarta Divisão o Creoulo Nicacio Antônio: muito provavelmente vai ter onde está a mulher; e faça diligência para o haver à mão.”⁴⁷⁶

Encontrar um criminoso na mata era tarefa difícil, se não impossível. Isto, porém, não impediu que fossem caçados com insistência, com notificações a todos os quartéis. Ao mesmo tempo em que o controle empreendido por Marlière e seus subordinados à disciplina de trabalho dos soldados da área ocupada procurava se intensificar, o número dos chamados “vadios” parecia crescer. Numa carta ao presidente da Província, o coronel francês propunha: “Seria efficientissimo que V ex.cia e o seu Conselho, espedissem hua Ordem a todos os Capitães-mores, e estes aos seus respectivos Districtos para que sejam mandados a Petersdorf quantos vadios há de ambos os sexos, para povoarem aquela Collônia separada dos indios, debaixo da Super-Intendência do Commando Militar. Poderá chamar-se a nova Ponerapolis.”⁴⁷⁷

Os pedidos de reforma por invalidez, raramente atendidos devido à sua relativa frequência, indicam-nos também a incidência de acidentes acompanhados não raro, por amputações de membros. A idade avançada também, muitas vezes, não representava fator de impedimento. Em 1827 Marlière registrou o pedido de reforma de um soldado que enxergava mal. Soube, então, que o praça contava 40 anos de serviço, e 84 de idade.⁴⁷⁸

[476]. Veja Ofício de Guido Thomaz Marlière sobre os soldados, seu nível de vida, reforma, ofícios, etc. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 12, 1907, p. 550. GUIDO..., 1905, p. 424, 426, 432, 434, 438, 485, 501, 502; GUIDO..., 1907, p. 550.

[477]. Veja Ofício de Marlière ao Vice-presidente da província de Minas Gerais, de 24 de setembro de 1829. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 598.

[478]. Veja: Ofício de Guido Thomaz Marlière sobre os soldados, seu nível de vida, reforma, ofícios, etc. Revista Arquivo Público Mineiro, v. 12, 1907, GUIDO..., 1907, op. cit. p. 428, 435, 448-449, 452, 4455-456, 472-475,

Os níveis de corrupção eram elevados e isso revoltava e irritava ao Diretor Geral, homem que parecia se acreditar “seguidor” da cartilha das luzes e preso a um senso rígido de moral e disciplina militar. Em 1827, afirmava a respeito de si mesmo: “[...] sempre andei na vereda da justiça e fui discípulo da razão [...]”⁴⁷⁹ Embora o mais leve sinal de corrupção, quando visível e detectado, fosse frequentemente comunicado ao governo da província, o diretor não via como substituir colaboradores desonestos, por, afirmava, lhe faltarem outros melhores.⁴⁸⁰ Sua insistência em reprimir subordinados corruptos conquistou-lhe numerosos inimigos e roubou-lhe outros tantos amigos. Ao final de sua carreira, havia se decepcionado com quase todos os seus colaboradores, muitos deles afetos pessoais. É surpreendente que tenha se mantido vivo até a reforma, em meio a tantas antipatias.

Marlière e seus subordinados castigavam com 25 varadas a um soldado que se escondesse para não cumprir uma diligência; tratava da mesma forma o que se embriagasse no caminho. Em caso mais grave, o indivíduo poderia ser excluído das divisões e enviado para trabalhos públicos forçados na corte ou __o que era mais temido__ ser obrigado a se incorporar às forças de defesa da Província Cisplatina.

Ser convocado e não comparecer diante do superior acarretava ao infeliz 60 cipoadas; mesmo castigo para a primeira deserção. Deixar o posto sem licença custava ao infrator 200 varadas diante da tropa. Soldados indígenas recém saídos das tribos eram mais poupados, porém não os já “civilizados”.⁴⁸¹

480, 487, 494, 502, 600, 609-613, 627.

[479]. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 519.

[480]. Ofício aos comandantes das 1a e 3a Divisões. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 517-518.

[481]. Sobre punições e castigos ver diversos documentos. GUIDO..., Op. cit., 1907. p.428, 435, 448-449, 452, 455-456, , 472-475, 480, 487, 494, 502, 600, 609-613, 627.

Conforme observávamos em ocasião anterior, o Coronel Francês gosava de relativa liberdade de ação, facilitada pelo isolamento em que suas atividades militares se desenvolviam. Seguia, entretanto, as determinações disciplinares do Exército Imperial. A falta de consideração de atenuante para os soldados desertores que se entregassem espontaneamente, arrependidos e “desprovidos de arrogância”, se bem que não observada incondicionalmente, acabava por eliminar um poderoso instrumento de negociação e reincorporação dos desviantes. Entre antigos castigados, pairava um grande rancor para com seus superiores, o que contribuía para aumentar a tensão nas relações de caserna. Marlière chegou a propor modificações na interpretação da legislação, como se pode perceber por ofícios como este, enviado ao Governador das Armas em 1827:

As ultimas Imperiaes ordens a respeito do Castigo dos Desertores de 1ª e 2ª deserção, os primeiros com 60 cipoadas de os segundos com 120, não declarando se este Castigo, era applicavel sem distincção aos que são prezos pelas Authoridades, e aos que, arrependidos, se recolhem às suas bandeiras; peço a V. Excia. Queira dar-me o verdadeiro Senso da Lei, para minha intelligencia: parecendo-me que deveria haver diminuição de castigo para os que se recolhem Voluntarios: mas o meu parecer nada regula, eu o sei.⁴⁸²

Ou ainda, neste ofício escrito no mesmo ano, e destinado aos sargentos diretores das 1ª e 3ª Divisões, que também demonstra a busca de alternativas negociáveis dentro das possibilidades de interpretação das leis militares referentes ao castigo dos desertores:

[482]. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 519.

Supposto que a Lei mande dar 60 Cipoadas á cada hum pel 1ª Deserção, e não declare se devo applicar aos que foram prezos, e aos que se recolherão voluntariamente sem distincção; Em quanto não peço interpretação à Estação Superior, V.m.” mandarà dár a metade do Castigo a cada hum, e pedirá soldo para elles desde o mesmo dia de sua apresentação na Guarda Fronteira [...].⁴⁸³

Outros casos de deserção revelam-nos, entretanto, a severidade com que soldados insubordinados poderiam ser punidos. Marlière recebia-os em seus quartéis, no Cuieté com mais frequência, quando haviam sido condenados na Corte. Os casos mais graves eram enviados ao Conselho Militar de Justiça, que se reunia no quartel de Ouro Preto. A documentação sobrevivente abriga fartos exemplos que envolvem situações variadas e punições que, além de prisão, restrições no recebimento do soldo e castigos físicos, incluíam trabalhos forçados na capina ou limpeza dos aposentos do quartel, como no caso do soldado Manoel Xavier de Moura:

Remeto a Vm.ce, o soldado Manoel Xavier de Moura, desertor dessa Divisão, o qual foi condenado pelo Conselho Militar de Justiça de 28 de setembro de 1827, em seis mezes de prisão no Calabouço, com perdimento do tempo, que anteriormente tiver servido e hir três dias, de manhã e de tarde em cada semana à esquadra do ensino, e nos outros dias a fazer limpeza conforme o Art.º 1º, do Tit. 4º das instruções [...].⁴⁸⁴

De modo semelhante, o soldado desertor Venâncio Maximo José, que havia assentado praça na Se-

[483]. Ofício aos comandantes das 1ª e 3ª Divisões. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 517- 518.

[484]. Ofício de Guido Thomaz Marlière comunicando a chegada e a punição prescrita aos desertores Manoel Xavier de Moura e Venâncio Maximo José no quartel da 7ª Divisão. GUIDO..., 1907, p. 520.

gunda Divisão foi: “[...] sentenciado pelo Supremo Conselho Militar de justiça de 10 de dezembro de 1827, em dez annos de Carrinho [...] vencendo [...] somente meio Soldo, Farinha e Fardamento por todo o tempo do seu castigo, como hé prática no regimento de Cavalaria de 1ª linha.[...]”⁴⁸⁵

Marlière comunicava, pouco depois, ao sargento ajudante encarregado de os transportar: “Vm.ce tomará entregue os dois presos sentenciados [...] que vão ao Cuieté para cumprirem as suas respectivas sentenças, havendo todo o cuidado de os não deixar escapar, pena da lei”⁴⁸⁶ Os presos “desciam” para o Cuieté por meio de canoas às quais eram acorrentados, sob a vigília de um ou dois soldados. Outra alternativa menos utilizada estava no presídio de Abre Campo. Ambos situavam-se em meio à mata densa, povoada de índios agressivos, o que visava inibir a possibilidade de fuga.

Acompanhando a documentação, descobrimos que Marlière interveio, pouco depois, a favor de Venâncio Máximo junto ao Imperador. Dizia ter-se compadecido do réu graças ao seu bom comportamento, levando-se em conta os dois anos em que estava preso.⁴⁸⁷ São frequentes as intervenções do francês em favor de soldados condenados. As divisões não podiam prescindir de seu

[485]. Ofício de Guido Thomaz Marlière comunicando a chegada e a punição prescrita aos desertores Manoel Xavier de Moura e Venancio Maximo José no quartel da 7ª Divisão. GUIDO..., 1907, p. 520.

[486]. Ofício de Guido Thomaz Marlière ordenando o transporte dos desertores Manoel Xavier de Moura e Venancio Maximo José no presídio para o quartel do Cuieté. GUIDO..., 1907, p. 520.
Ofício de Guido Thomaz Marlière ordenando o transporte dos desertores Manoel Xavier de Moura e Venancio Maximo José no presídio para o quartel do Cuieté. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 661.

[487]. O fício de Marlière ao Imperador Dom Pedro I – 6 de maio de 1824 – Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano X, 1905, p. 661. Caso típico de inversão de papéis, o soldado desertor passava, a partir de seu ato extremo de fuga, a ocupar ao lugar do fugitivo fora-da-lei. Após a sua punição, estes homens no entanto eram reincorporados sem grandes diferenças aos quadros, já que a necessidade de contingente assim o ditava. Laura de Melo e Souza o percebeu, ao afirmar praticamente o mesmo em relação aos desertores das Milícias. Estes homens, antes: “[...] paladinos da ordem e da força, passavam para o outro lado, tornando-se infratores. Todavia, são com frequência reincorados às Milícias, após terem cumprido pena por algum tempo.” SOUZA, Laura de Melo e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Grall, 1986. p. 174.

trabalho, já que lhes faltava contingente e recursos financeiros. Cumprida a pena, o soldado era imediatamente reincorporado à tropa. Mesmo submetido de forma compulsória e punitiva a tarefas humilhantes, deveria, na visão de Marlière, continuar recebendo o seu soldo. Era necessário que as punições fossem encaradas como algo necessário à disciplina que, ao fim, garantiria o bem estar de todos e o “bom serviço do Imperador.” Não raro, após severos castigos, o Coronel ia pessoalmente entrevistar-se com o militar punido, tentando convencê-lo de que as regras se aplicavam a todos os soldados e de que, pessoalmente, não lhe queria mal. Era necessário manter uma base de convivência e uma margem de negociação mesmo em meio a condições tão penosas de vida. O francês sabia que precisava da simpatia de seus comandados, e que o máximo que conseguiria despertar seria uma espécie de respeito temeroso.

Dentre as muitas ocorrências de infração, algumas, por sua relativa frequência, dizem-nos a respeito de soldados que se sentiam isolados e temerosos em postos de observação encravados no meio da mata. Condições adversas de segurança, alimentação ou saúde traziam-lhes gradativamente o medo da morte não assistida. Um soldado poderia permanecer mais de um ano em seu quartel, trocando ofícios com seu comandante sem, entretanto, receber permissão para se deslocar. O abandono de posto era em quase todas as ocasiões punido, mesmo em se tratando de caso de moléstia ou velhice. Vejamos, como exemplo, o seguinte ofício, datado do final de 1827:

Faço regressar à essa Divisão o Soldado da mesma Gregorio Figueira de Figueiredo; que se encaminhava ao meu Quartel para requerer-me a sua baixa em consequência das molestias que padece, e da sua avançada idade, ao qual Vm.ce.” Castigará (sendo admissível, e sem prejuizo de sua saude) com oito dias de prizão no quartel, fazendo a lim-

peza delle: e permito, que Vm.ce e Cirurgião me fação constar , as enfermidades que tem, para dali requerer competentemente a sua excuza sendo elle pezado e inutil ao Imperial Serviço.⁴⁸⁸

Casos de soldados que fugiam com a farda recebida do Governo das Armas eram também bastante comuns. Em 23 dezembro de 1825 Marlière acusou um de seus soldados, o degradado João da Silva, por alcunha Mingáu, de roubo e deserção ocorridos três dias antes: “O nosso Mingáu desapareceu deste Quarteu com as calças e Camizas q’ lhe dei. Bateu-se tudo, nada se descobre [...]”⁴⁸⁹. Um dia depois, Mingáu foi encontrado e submetido à pena prevista em tais casos: 50 varadas.

Dentre os desviantes, desertores e facinorosos figuravam também alguns soldados índios. Menos numerosos, os registros de sua perseguição, captura ou detração por parte do Coronel Marlière se revestem de um interesse especial. No início de 1826, na lista dos desertores do Regimento de Cavalaria de Linha do Exército, constava um índio designado como “Domiciano de tal”. Unido a quatro comparsas luso-brasileiros, Domiciano refugiou-se nos sertões que separavam as províncias de Minas Gerais e Espírito Santo, a partir da estrada de Itapemirim, recém construída pelos soldados das divisões. A ordem de captura foi enviada a todos os portos e quartéis sob o comando do Francês sem que, entretanto, os soldados lograssem estender suas mãos sobre o índio desertor e seus companheiros de fuga.

Caso emblemático pode ser encontrado na história de Firmiano, o jovem botocudo indicado por Marlière para acompanhar

[488]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Ofício que ordena o retorno e a punição de um soldado que abandonara seu posto para pedir dispensa sob a alegação de velhice e enfermidade. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 521.

[489]. Ofícios de Guido Thomaz Marlière sobre a deserção do soldado degradado João da Silva, conhecido como Mingáu (23 e 24 de dezembro de 1825). CONTINUAÇÃO, 1906, op. cit., p.119.

a Auguste de Saint-Hilaire em suas viagens.⁴⁹⁰ A visita do Naturalista Francês nos albores da década dos anos de 1820, em meio às terras que margeavam o Rio Doce, parece ter sido recebida com especial entusiasmo. Guido não escondia sua preferência pelos índios dessa região e o naturalista conterrâneo parecia disposto a ouvir com, a paciência necessária, cada uma de suas observações empíricas. Logo se tornaram amigos, como percebemos pela correspondência que segue após o primeiro encontro. Marlière se encarregaria, pouco depois, a pedido do próprio Saint-Hilaire, de retificar anotações e opinar sobre boa parte dos manuscritos que mais tarde integrariam a “Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.”⁴⁹¹

Saint-Hilaire fez cinco grandes incursões pelo Brasil, percorrendo os territórios de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pretendia, na qualidade de Botânico, estudar a flora brasileira através da catalogação de espécies reunidas em uma considerável coleção. Os relatos que deixou abrangem, entretanto, aspectos geográficos, zoológicos, mineralógicos e etnográficos. Neste último domínio, são de interesse suas informações sobre os índios Botocudo do Vale do Rio Doce, e a propósito dos Puri das matas limítrofes com o Rio de Janeiro, colhidas em grande parte das entrevistas com Marlière. A correspondência entre os dois manteve-se por alguns anos após a viagem a Minas. Marlière acreditava que o amigo poderia, através da publicação de seus relatos de viagem sensibilizar o público europeu para a “grande causa da civilização”. Ao saber em 1824 que Saint-Hilaire caíra enfermo em meio a uma de suas viagens, o Coronel Francês apressou-se em

[490]. O nome aparece na documentação também como Firmino. Sant-Hilaire o chamava de Firmiano e, em razão disso, optei por esta forma.

[491]. Confira: Carta de Guido Thomaz Marlière a Auguste de Saint-Hilaire. GUIDO..., op. cit., p.519-520.

comunicar-lhe sua admiração e suas esperanças no bom resultado do trabalho que desenvolvia:

Eu me aflijo pela vossa má saúde como se vós fosseis meu irmão; vós não sereis chorado apenas pelos que se dedicam a ciência; o sereis também pelos meus pobres índios; elles aprenderam que, noutro hemispherio, teem um amigo que pleiteia sua causa no tribunal da humanidade [...] ⁴⁹².

Voltando a Firmiano, sabemos que seus dias de acompanhante de naturalista se iniciaram na idade de 15 ou 16 anos e que, ao final de sua viagem, Saint-Hilaire, então no Rio de Janeiro, lhe interrogou sobre seu desejo de lhe acompanhar à França. Como preferisse ficar, Firmiano recebeu certa quantia em dinheiro para as despesas de sua viagem de volta a Minas Novas e um acompanhante, o criado de Saint-Hilaire chamado Antonio Lauruotte. Lauruotte, por ordens de seu patrão Francês, cortou caminho por uma picada alternativa nas brenhas do sertão e, em meio à trajetória, Firmiano foi acometido por um tipo de febre não especificado, provavelmente malária. Acolhido pelo então vigário de Contendas, M. Antônio Nogueira Duarte, a quem Saint-Hilaire recomendara, o botocudo recuperou-se da doença, mas separou-se do criado luso-brasileiro que até então o acompanhara. Lauruotte temia pelo começo da estação das chuvas e sucumbiu finalmente às palavras do vigário, que se comprometia a entregar Firmiano em segurança à Aldeia de São Miguel. Não restou vestígio do cumprimento da promessa do vigário e sabemos que, por aqueles meses, Firmiano não regressou a Minas Novas.

[492]. Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 202.



Figura 5.1: Assim, Saint-Hilaire retratou seu criado Firmiano, índio Botocudo indicado por Marlière para acompanhá-lo em suas viagens pelo Brasil. Impressiona no desenho a nanquim dilatação da abertura produzida pelo adereço tribal no lóbulo esquerdo da orelha, ampliado de forma não natural. Talvez – escolho aqui a hipótese de não se tratar de uma deformidade retratada, o que, de resto, não excluiria a subjetividade do autor – o botânico quisesse evidenciar o orifício produzido pela rodela de madeira, então já retirada. Fonte: LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *As Caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.119.

Novas informações sobre o botocudo só aparecem em um ofício de 16 de dezembro de 1825 no qual Marlière se refere à perse-

guição movida contra o sargento agregado à 5ª Divisão chamado Norberto Rodrigues de Medeiros, do qual nos ocuparemos mais à frente. Nesta época, segundo informações de Marlière, Firmiano – que neste intervalo de tempo, por cuidado do Coronel Francês havia sido incorporado como soldado na Sétima Divisão Militar do Rio Doce – havia passado por Itinga e se encaminhado a um de seus quartéis às margens do Rio Jequitinhonha: “Um índio soldado da 7ª Divisão, que acompanhou M. de Saint-Hilaire nas suas viagens e que vem da mesma itinga, me diz que aquele sargento desceu pelas Aldêas do norte do Jequitinhonha e que suspeita se encaminhou ao Rio de Janeiro [...]”.⁴⁹³

A sorte do criado de Saint-Hilaire mudaria radicalmente em Janeiro do ano seguinte. A opinião de Marlière, que, inicialmente lhe parecia favorável agora advogava pela sua prisão e deportação para a Guerra da Província Sisplatina. Firmiano haveria se tornado, nas palavras do Coronel Francês “Civilizado demais.” Estaria sublevando os índios contra seus diretores, incentivando a pilhagem de fazendas e o abate de rezes em currais de colonos luso-brasileiros. Negando todos os detalhes da acusação, o botocudo frequentava a diretoria de Marlière e lhe demonstrava largas manifestações de amizade, ao mesmo tempo em que, nos demais quartéis, detratava a figura do Francês. Decepcionado por este comportamento dúbio, Marlière se dirigiu até a Diretoria dos Índios do Rio Jequitinhonha, comandada naquela época por um de seus melhores amigos, o Padre José Pereira Lindoro. Talvez desejasse ouvir mais alguém sobre assunto que, para ele, parece-nos, revestia-se, então, de enorme gravidade. Como atender às recomendações do amigo Saint-Hilaire e, ao mesmo tempo, seguir em relação a Firmiano a mesma política disciplinar que se

[493]. GUIDO Thomaz Marlière apud FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das Selvas Mineiras*. Belo Horizonte, : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914. p. 100.

aplicava a qualquer índio que, tendo-se tornado soldado, subvertesse a ordem dos aldeamentos mentindo e traindo os diretores, aliando-se em segredo aos desertores foragidos.

A decisão pugnou pela deportação de Firmiano:

Na companhia do Ver. Do Vigário e Director do Indios do Giquetinhonha José Pereira Lindouro. Remetto a V. Excia hum soldado Indio da 7ª Divisão p.r nome Firmiano Durains com a Guia Includa, rogando a V. Excia a bem do Imperial Serviço, me desfaça delle, mandando-lhe fazer passagem p.a hum dos Corpos do Exército do Sul, se possivel for, por ser civilizado de mais. Este Indio acompanhou M.r de S.t Hilaire, meu Amigo, em todas as suas Viagens, e no seu embarque p.a Europa, mo recomendou afim de q'. não voltasse a Matto. Elle nos mostra a melhor vontade; ao mesmo tempo, em que convidou aos da suas nação a assassinar a Guarda do Rubím afim de roubar o q'. alli havia : convidou aos Indios da Aldêa da Itinga a Matarem Rezes dos Pastos, como com effeito matou duas, e os mais Indios as não quizerão comer com medo do castigo. Espalha com muito segredo entre os Indios q'. os Directores são huns Ladroens e q'. S.M dá immensas coisas p.a elles. q'. o Director come e não lhes dá nada: em hua palavra: hé hum Hypocrita dangerouso, q'. foi denunciado pelos mesmos Chefes Indios, q'. muito felizmente o conhecem e aborrecem: pelo q'. ao mesmo tempo q'. lamento ser eu próprio obrigado a expatriar hum Indio q'. amava como a hum filho, peço a V. Excia expeça as necessarias Ordens afim de q'. , com muita segurança, seja bem tratado ate o seu destino; recomendando q'. desviem delle as bebidas, e não venda o fardamento e mais roupas q'. leva [...].⁴⁹⁴

[494]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Ordem contra o Índio Firmiano, que acompanhou Saint-Hilaire até o seu embarque para a Europa. Officio de 2 de janeiro de 1826. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 121-122.

As notícias do acompanhante do celebrado botânico francês terminam aqui, sem mais adendos. Talvez tenha pelejado até a morte em uma batalha da malograda Guerra da Cisplatina, nas fronteiras meridionais do Império, a milhares de quilômetros da aldeia de onde, um dia, partira em missão “científica” sob as ordens do Coronel Marlière e as orientações do botânico Mr. de Saint-Hilaire.

Bandos armados de criminosos ocupavam, desde meados do século XVIII, as brenhas do sertão, formando verdadeiros espaços de autonomia de potentados fora-da-lei, capazes de mobilizar um número considerável de homens armados e hábeis em negociar com os fazendeiros locais acordos de contrabando e participação nos lucros de periódicos assaltos a tropeiros, viajantes e soldados. Tal foi o caso dos herdeiros da estirpe do legendário bandido Mão de Luva, bastante conhecido no século XVIII. Seus filhos e netos, ainda em 1826, compartilhavam de sua fama, invadindo fazendas e atacando aldeias indígenas para saquear.

Os foras da lei exerciam um misto de horror e fascínio entre os homens do sertão. Livres do controle direto das autoridades militares, porque atuando às avessas da lei, personificando um pretenso enriquecimento fácil por meio de contrabandos ou saques, estes homens não tinham dificuldade em encontrar seguidores entre os desertores e colonos pobres do sertão. O limite que separava um guarda das divisões e um salteador ficava assim, muitas vezes, situado na linha pouco nítida que separava um soldado insatisfeito de um desertor.

Conhecedor dos perigos representados por aqueles grupos de salteadores, o então diretor de Índios dos Rio Pardo e Paraíba, José Antônio de Mendonça, no dia 3 de janeiro de 1826, pedia reforços a Marlière para dismantelar o bando dos descendentes de Mão de Luva. As ordens do Coronel Francês foram claras: era necessário dar um fim ao “Estado dentro do Estado”: “Pedindo

sem frase a expulsão dos malfeitores, filhos e netos de hum célebre malfeitor e salteador desta Província Apellido o Mão de Luva: e elles se vanglorião deste Título, formando, com as armas na mão, como diz Bielfeld ‘hum Estado dentro do Estado [...]’.”⁴⁹⁵

A documentação que nos restou não dá notícias do rumo tomado pelo bando, nem do sucesso dos ataques movidos sob as ordens do Coronel Marlière. Não há registros no Arquivo do Exército Brasileiro, no Arquivo Público Mineiro ou no Arquivo Nacional. Também não constam mais notícias a respeito da continuidade das peripécias do bando na correspondência da Direção de Rio Pardo e Paraíba para o Coronel Marlière. Certo, porém, é que criminosos e desertores considerados mais perigosos exigiam maior esforço de defesa por parte dos soldados, já que qualquer erro que ocasionasse a fuga do prisioneiro poderia ser severamente punido. Vejamos o caso de Inocêncio Gonçalves de Abreu, soldado desertor perseguido pelas tropas de Marlière em agosto de 1825. Preso pela Polícia da Corte, o fugitivo retornara finalmente às prisões do Rio Doce. As instruções de Marlière eram claras, o desertor não deveria entrar em contato com os índios, já que poderia incitá-los à sublevação:

Este homem dangerouso deve ser vigiado activamente e dou-lhe aqui as direcções para o fazer. 1º deve ser observado por dous Soldados da sua confidência hum conhecido, e outro que ignore quem elle hé. Da sagacidade de Vm.ce depende o successo. 2º Prohibir-lhe toda e qualquer comunicação com os indios pena de 50, que a conversação seja publica ou occulta. 3º nomear hum inferior ou cabo, de noite lhe passe revista de duas em duas horas chamando-lhe pelo nome; e se não responder logo hé porque se auzentou, e então Escolta sobre Elle, e fogo se não quizer se entregar à pri-

[495]. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 122,.

zão.⁴⁹⁶ O quartel delle deve ser onde houver menos meios de escapar, e mais gente para o observar. 5º O Imperial serviço e a civilização dos índios exigem estes sacrificios: este homem hé recommendado pelas Authoridades. 6º Vm.ce responde pelo Sobredicto, e fica-lhe vedado conceder-lhe licença alguma, por mais pequena que seja, e faça-o trabalhar activamente [...].”⁴⁹⁶

o mandar immediatamente com escolta segura, e mesmo em ferros, à este quartel, responsabilizando Vm“ pela estrita execussão do que lhe fica ordenado: usando, se necessário for da força das Armas de S.M se ouzar resistir, e principalmente com Índios. Aquem se deve dar a entender, que elle hé seu pior inimigo, e tem cauzado muitos prejuizos contra elles na opinião dos Brasileiros [...].”⁴⁹⁸

Outro ofício de 25 de março de 1825 traz-nos ainda um exemplo de punição de desertores com açoites. Estas, freqüentemente, se faziam com varas de taquara, material por vezes cortante que, não raro, introduzia farpas na pele do flagelado: “Havendo desertado deste quartel em a noite de 19 para 20 do corrente [...] mandei-os castigar com 100 varadas cada hum [...].”⁴⁹⁷

Os comandantes enfrentavam constantes motins indígenas provocados por desertores, alguns dos quais passavam a viver como os índios, andando nus, incitando rebeliões contra Marlière, ou assaltando vilas e propriedades de colonos. Como exemplo, temos caso do Sargento Norberto Roiz de Medeiros que desertou da 5ª DMRD, no final de 1828, levando consigo uma centena de índios. Marlière, em 1829, ordenou reiteradamente a sua prisão a um de seus oficiais subordinados em razão de o Sargento:

[...] haver, segundo me afirmão, alvoraçado e amotinado aos índios daquele mesmo Aldeamento, sem dúvida com o sinistro fim de o protegerem nas suas extravagâncias: tenho de ordenar a Vm“ para que assim o execute de o prender e acautelar, bem aparecendo ele nos limites desta divizão, e de

Este ofício data do dia 4 de janeiro de 1829 e foi escrito no quartel de Antônio Dias Abaixo. No dia anterior, o sargento havia fugido do quartel em que estivera detido, e isso causava indignação ao diretor geral. A fuga indicava incompetência ou conivência dos subordinados. Para o Diretor Geral, o sargento Roiz de Medeiros, ao se despir como um índio, desvalorizava a civilização européia diante deles.⁴⁹⁹

Alguns dias depois, ao navegar pelo rio Doce, o Coronel Francês se encontrou, não muito longe do Cuieté, com um comerciante que, numa pequena canoa, talvez transportasse quinquilharias para os índios. Este último informou-lhe que o Sargento Rodrigues de Medeiros pretendia dirigir-se ao Rio de Janeiro, acompanhado de seus índios amotinados, para reclamar dos diretores de índios, particularmente de Marlière, ao Imperador Dom Pedro I. Ao que tudo indica e, baseando-nos nas informações constantes nos ofícios militares que nos restam, parece que o sargento desertor realizou o seu intento.⁵⁰⁰

Acompanhando a documentação, descobrimos que no dia sete do mesmo mês Marlière, que ainda se encontrava em Antô-

[496]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Ofício ao comandante da 6ª Divisão orientando sobre os procedimentos estratégicos que permitirão a prevenção da fuga do dangerouso soldado desertor Inocêncio Gonçalves de Abreu. GUIDO..., 1905, op. cit., p.636.

[497]. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 240.

[498]. GUIDO..., 1907, op. cit., p.564.

[499]. Sobre essa perseguição veja: Processo contra o Sargento Norberto Roiz de Medeiros. Arquivo Público Mineiro, SP PP – 1/15, Cx. 90, Doc. 03.

[500]. Informações baseadas em: Ofícios ao Presidente da Província de Minas Gerais. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 432. p. 518–519.

nio Dias, comunicou à Presidência da Província o ocorrido, acrescentando que os índios de um certo capitão botocudo chamado Quitinhak haviam seguido o Sargento Norberto. Quitinhak, não obstante, continuava a comportar-se normalmente em seus encontros com Marlière, como se nada soubesse sobre o ocorrido. Isto, ao nosso ver, demonstra uma certa estratégia dos índios para manterem-se em vantagem frente à disputa dos dois líderes brancos em questão.

Ao se hospedar no quartel em que Marlière estava, o capitão botocudo certamente recebia presentes e suprimentos. Obtinha, também, os frutos dos “saques” efetuados por seus irmãos de tribo, aliados do sargento Roiz de Medeiros. Marlière sempre era solícito em presentear os capitães índios com espingardas, facões, etc. Buscava, assim, angariar sua simpatia. Temia, no entanto, pela repercussão do incidente e da influência do militar “desertor dos civilizados” sobre os demais índios, uma vez que esta poderia comprometer a “obra civilizadora”. Beneficiando-se deste jogo duplo, o chefe botocudo transitava nos dois extremos: “[...] o fugitivo foi seguido de hum lote de índios do Capitão Quitinhak, proximamente hospedado no quartel do retiro, circunstância que não me declara o dito capitão, cuja conducta obliqua não lhe hé favorável na minha opinião[...].”

No mesmo documento, Marlière acrescentava que Norberto Roiz de Medeiros: “[...] se tem literalmente homogenado com os índios: andando nú e vivendo com elles, e até adextrou hua Mulata do Pessanha com quem cazou, a seguir a mesma Doutrina. Este homem dezertor dos civilizados nos pode fazer muito mal [...]”⁵⁰¹

Conhecedores dos idiomas indígenas, os soldados e sargentos desertores, na maioria das vezes, já haviam conquistado certa

popularidade entre os índios aos quais buscavam sublevar, por um ou outro motivo, em seu favor.

Cabe-nos, no entanto, observar que os índios não se afiguravam qual massa de manobra e que certamente viam vantagens pessoais em se rebelarem, ou em contemporizarem com as partes antagonicas. Seu movimento, ora ao lado de Marlière, ora ao lado de seus inimigos, permitia-lhes certa dose de autonomia. Se viam no primeiro caso livres da ambição dos colonos e soldados, e, no segundo, da imposição de regras civilizadoras por parte de Marlière.

Lembremo-nos de que a proteção de Marlière tinha um preço: a “civilização”, a renúncia ao “ser índio”, em favor de um modelo europeu e iluminista de cidadão. Não ocorreu aos biógrafos do “civilizador dos botocudos” que muitos de seus índios, civilizados da noite para o dia, poderiam estar se submetendo às suas regras por uma estratégia calculada de sobrevivência.

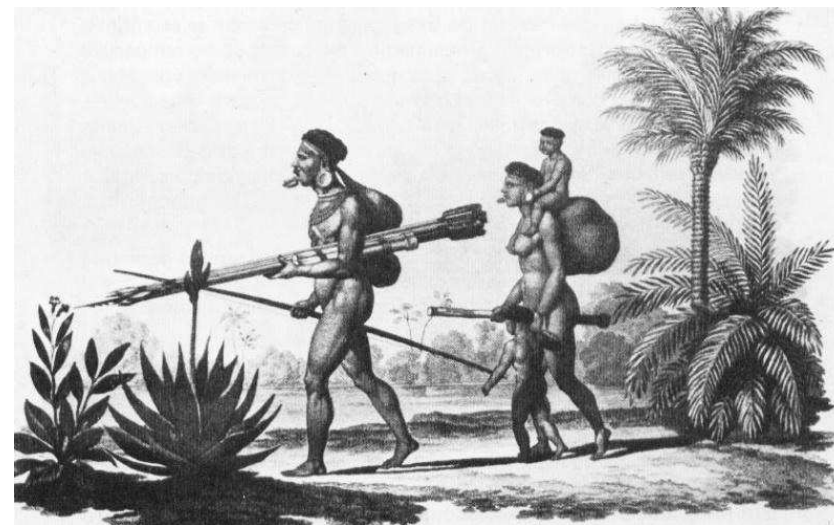


Figura 6.1: Família de Botocudos (Maximiliano, Príncipe de Wied-Newied).

Fonte: FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 121.

[501]. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 565.

6 As estratégias de conhecimento, abastecimento, controle e integração

O transporte de passageiros e mercadorias pelo rio Doce ocupava especial atenção nos projetos Marlierianos. A princípio, a idéia de transformar o rio em um corredor de Minas ao mar parecia entusiasmar sobremaneira o francês, que via no “adestramento” dos índios para a canoagem um dos necessários esforços que o Estado poderia desenvolver para criar condições indispensáveis à implantação de uma política eficiente de incentivo ao trabalho livre na região.

Marlière logo percebeu, entretanto, que não dispunha, nem disporia de verbas para a construção de diques, canais ou quaisquer outros projetos que promovessem a navegação daquele rio. Constatação mais desanimadora era a de que seu pacto de não agressão com algumas das principais etnias indígenas não fora suficiente para atrair um considerável volume de comércio. Além dos poalheiros, somente comerciantes de sal e fumo se aventuravam pelas águas que, a princípio, pareciam representar o grande corredor da esperança. Os grupos Botocudo eram numerosos e, sua população, reduzida. Como observávamos, a aliança com um deles não garantia o pacto com todas as demais. Havia, ainda, o perigo de que os índios quebrassem o combinado, atacando de surpresa tropas ou comerciantes que viajassem pelas águas do rio Doce.

Já por volta de 1823, aos olhos do francês, o Rio Doce, por suas “influências pestilentas e insalutíferas”, pelo fraco volume de comércio que movimentava, não daria ensejo ao desenvolvimento de uma sociedade urbana de grandes proporções sem que se movimentassem consideráveis recursos financeiros.⁵⁰² A insatisfação e o desânimo do militar francês são registrados por Saint-Hilaire em seu “Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce”: “O francês Marlière, inspetor das Divisões do Rio Doce e Diretor Geral da Civilização dos índios, me escrevia em Dezembro de 1824 que não existia realmente nenhuma companhia para a navegação do rio e que, provavelmente, nenhuma se criaria [...]”⁵⁰³

A nomeação de Marlière para o cargo de Diretor Geral dos Índios, em 1824, demonstrava que a Província de Minas Gerais passava a seguir uma nova orientação estratégica para a ocupação do Vale do Rio Doce. A escolha de Marlière se ligava ao projeto de modificar a relação conflituosa que, até então, se matinha com os Botocudo, já que, durante o período de sua diretoria no Vale do Rio Pomba e ao longo do tempo em que duraram as inspeções inaugurais realizadas nas divisões às margens do Rio Doce, o francês havia se mostrado favorável a uma política de não agressão direta. Na mesma época e seguindo a mesma política, a Província do Espírito Santo seria dotada de um regulamento para o trato com os índios da região do Rio Doce, cujo conteúdo marca um retorno ao sistema da Diretoria dos Índios, abolida desde a Carta Régia de 1798.⁵⁰⁴ Nomeou-se o coronel Julião Fernandes para ocupar o cargo de Diretor de Índios daquela Província, submetendo-se a

[502]. GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 10, n.2, 1905, p.382-668, jul./dez. 1905. p. 520-521.

[503]. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 85- 86.

[504]. Confira Decreto n. 31, de 28 de janeiro de 1824 – Império _____. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *Legislação indígenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 111-114.

ele uma guarda de 80 praças, sendo seis destes soldados iniciados, metade no ofício de ferreiro e metade no de carpinteiro, bem à semelhança do que se fazia em Minas.

Um decreto datado de 28 de janeiro de 1824 ordenava que se suprissem com recursos do tesouro as despesas com a “civilização” e o “aldeamento” dos índios do Vale do Rio Doce na Província do Espírito Santo, e outro, dado a conhecer no dia 13 de agosto do mesmo ano, nomeava cirurgiões e renovava a disposição de enviar verbas para os sertões que, na Província Minas Gerais, margeavam o Rio.⁵⁰⁵

Ainda no ano de 1824, os sócios luso-brasileiros de uma companhia denominada Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce se uniram aos ingleses para formar uma companhia anglo-brasileira, com sede em Londres, que logo recebeu o nome de Sociedade de Agricultura, Mineração e Navegação do Rio Doce. O acréscimo da palavra mineração ao nome da empresa não se situa aí em vão, já que refletia claramente o interesse de explorar as possíveis descobertas de riquezas minerais que, potencialmente, transformariam a região em um novo eldorado mineiro. De Londres, eram administrados e fiscalizados os recursos empregados. Vivia-se, de resto, uma euforia de entrada de capitais ingleses no Brasil, principalmente, nos setores ligados à mineração.

A Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce existia desde 1819, quando seus estatutos haviam sido aprovados por uma provisão da Real Junta do Comércio, Agricultura

[505]. Decreto de 28 de janeiro de 1824 – Império _____. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *Legislação indígenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 114. Brasil. Provisão de 13 de agosto de 1824 e portaria de 5 de maio de 1824. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *Legislação indígenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 115-116.

Fábricas e Navegação.⁵⁰⁶ Recebera, por ocasião de sua criação, ocorrida dentro de um clima de grande entusiasmo, diversos privilégios por um período de 20 anos. Seus entrepostos seriam situados junto à cachoeiras. Nestes locais, Marlière havia ordenado que, preferencialmente, se situassem as sedes dos quartéis militares, para facilitar o transporte de mercadorias pelo Rio. Os soldados transportariam a carga e as canoas nas costas para facilitar um deslocamento mais rápido e eficiente a cada vez que surgisse um obstáculo natural como corredeira ou cachoeira. A nova companhia recebeu, logo de início, a concessão de oito sesmarias de uma légua quadrada, sendo a primeira delas estabelecida no final do caminho que partia de Mariana em direção ao Rio Doce, mais precisamente no distrito de Barra Longa.

Na Corte do Rio de Janeiro, em Vitória no Espírito Santo e em Vila Rica em Minas, foram, até o final do ano de 1820, abertas subscrições para acionistas nacionais e estrangeiros interessados em comprar o número que quisessem de ações da companhia, cada uma delas avaliada em duzentos mil réis. Entre estes acionistas, escolhera-se os quatro maiores para dirigir o empreendimento.

O projeto da Companhia também acenava com a tão sonhada possibilidade de ligar Vila Rica ao Mar, partindo de Barra Longa e percorrendo 990 quilômetros ou 150 léguas até a desembocadura do rio Doce. Este era o sonho que, conforme anotávamos acima, era acalentado há tempos por Marlière.

Os acionistas apostavam com base no entusiasmo, considerando-se a incipiência do comércio local, causada, em grande parte, pela ausência quase completa de demanda. Este comércio, única fonte de um possível lucro, ainda era dificultado pela

impossibilidade de transportar mercadorias de grande porte para além de obstáculos naturais como as cachoeiras, somente contornados com considerável conhecimento técnico e vultosos investimentos, para os quais não havia garantia de reposição

Para travessia ou viagem pelo rio Doce, utilizavam-se canoas compridas e estreitas conhecidas como “pirogas”. O Rio desemboca no Espírito Santo, próximo ao que então era o quartel de Regência. O navegante que prosseguisse viagem do litoral em direção a Minas encontraria no percurso, logo acima da barra do rio Manhuaçu, a cachoeira do Inferno. Para transpô-la os barcos teriam de ser rebocados por terra. Daí a utilidade das pirogas, leves e versáteis para um ambiente tão imprevisível. Doze léguas acima só se contornavam alguma pedras grandes, mas, a partir deste ponto, topava-se com as temidas corredeiras do Eme, perigosas e difíceis de transpor. Seis léguas adiante o rio Cuieté deságua no Rio Doce, e mais três léguas adiante outra corredeira, a de Cachoeirinha dava trabalho aos soldados, mas, somente na estação seca. Mais à frente, tínhamos outros obstáculos como as cachoeiras das Escadinhas, dos Baguaris e Escura.

A Companhia anglo-brasileira prometia introduzir navios maiores e até barcos movidos a vapor, tão logo a navegação do Rio fosse facilitada, e ainda aumentar o número de canoas. Tinha como seu entusiasta maior um homem de idéias liberais, empreendedor e capitalista chamado Diogo Sturs, o representante dos acionistas londrinos. Sturs foi o maior responsável pela propaganda – malograda em verdade no que tange ao alcance dos fins a que se destinava – do grande empreendimento.

A nova companhia anglo-brasileira não foi vista por bons olhos por boa parte da elite que compunha o conselho do Governo Provincial. O argumento veiculado por Diogo Sturs, de que, sozinhos, os investidores brasileiros não conseguiriam levantar quantia em dinheiro suficiente para financiar as obras de pro-

[506]. Estatuto da Sociedade de Agricultura, Comércio e navegação do Rio Doce. Arquivo Nacional. Coleções de Leis do Brasil. Decisões. n. 55 – Reino – Provisão da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação de 15 de dezembro de 1819.

moção da navegabilidade do rio Doce em toda a sua extensão foi interpretado como ofensa ou menosprezo. Os ingleses estariam buscando única e exclusivamente os seus lucros, e os “brasileiros” apenas cedendo suas riquezas inexploradas ao engrandecimento da Grã-Bretanha. A companhia, logo denominada “a Inglesa”, sofreu um golpe de misericórdia quando, liderados por Francisco Pereira de Santa Apolônia, os mineiros mobilizaram-se contra um decreto, aprovado em 1825, que franqueava o Vale do Rio Doce ao capital inglês. O estatuto da Companhia, motivo da querela, foi, então, revogado por Dom Pedro I. ⁵⁰⁷

A partir de então, o Governo Imperial passou a ignorar a concessão de direitos à companhia anglo-brasileira e a ceder sucessivas autorizações para investimentos da província de Minas nos sertões do rio Doce. Marlière, que se aproveitara da lacuna aberta pela querela em torno das companhias para apresentar um novo projeto de navegação para o rio Doce ao conselho da província, vendo a inutilidade de seus esforços no sentido de vê-lo implementado, passou a se concentrar na promoção do uso de canoas entre os índios. Esforçou-se em construir, com grandes dificuldades, pequenas estradas laterais ao lado de todas as cachoeiras.

Queria proceder da mesma forma em relação às cachoeiras do Leopoldo (hoje conhecida como Escura), do Baguari, de Dom Manuel, do EME, do Inferno e das Escadinhas. Localizaria, em cada uma delas, estradas laterais por onde transitariam carroças de quatro rodas que se movimentariam sobre estradas renovadas por constantes visitas de manutenção. A adoção dos “carros de quatro rodas” – fabricados na cachoeira do Leopoldo, na desembocadura do rio Santo Antônio e em Petersdorf – fortes o sufi-

[507]. Um estudo mais detalhado das estimativas do comércio na região já foi realizado por ESPÍNDOLA, Haruf Salmem. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800- 1845*. 2000. p. 255 a 271.

ciente para transportarem cargas como máquinas, canoas e minério, deveria ser supervisionada por estrangeiros experientes que Marlière dizia residirem em Ouro Preto. Dos locais de fabricação, os carros seriam transportados para a região que deles necessitasse. O problema mais grave, o das cachoeiras do Leopoldo e das Escadinhas, já estaria assim resolvido. ⁵⁰⁸ A parada do Rio Santo Antônio, à qual Marlière deu o nome de Nakenenuk, corresponde, hoje, ao território ocupado pela cidade mineira de Naque. Sua importância estava no possível papel de confluência e encontro de canoeiros que poderia vir a exercer no futuro. A denominação Cachoeira do Leopoldo – que designava a mesma queda d’água hoje conhecida como Cachoeira Escura – foi uma homenagem do francês ao seu filho. Já o aldeamento de Petersdorf, grande projeto de cidade ao qual Marlière reservava seus mais entusiásticos sonhos, foi uma referência ao Imperador Dom Pedro I. Em carta a Auguste de Saint-Hilaire, datada de 1823, Marlière justificava a escolha do nome daquela aldeia habitada por índios e luso-brasileiros, orgulhando-se de suas benfeitorias no local:

A principal Colonia e a mais frequentada dos selvagens, hé a que acaba de receber o nome de Petersdorf: dir-me-eis que sou muito alemão, porem não acho tanta graça em Aldea de Pedro, ou Village de Pierre, hé situada na margem meridional do Rio Doce, afastada três léguas dentro do mato e dez acima do confluente do Piracicaba com o Rio, sobre o caminho antigo do Cuyaté, Degredo dos mal-feitores condenados pela Lei, onde existe a 6ª Divisão, alguns Brazileiros, e muitos Botecudos, ali reunidos após a pacificação. ⁵⁰⁹

[508]. A narração que aqui incluo baseia-se nos seguintes officios de Marlière. 23 de agosto de 1827, Guido Thomaz Marlière. *Revista do Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 12, p. 603, 1907, p. 463; 466.

[509]. Carta de Guido Thomaz Marlière a Auguste de Saint-Hilaire, 6 de dezembro de 1823. GUIDO..., 1905, op cit., 521-522. CONTINUAÇÃO dos documentos e correspondência Official de Guido Thomaz Marlière. *Revista*

Imaginando o afluxo de pessoas à região e pensando na alimentação dos muares que fariam a tração dos grandes carros de quatro rodas, Marlière recomendava que se derrubasse a mata e se plantasse pastos na altura de cada cachoeira ou ponto de embarque.⁵¹⁰

No Espírito Santo, durante a maior parte do ano de 1823 o governo havia enviado um coronel chamado Julião Fernandes Leão para gerenciar o processo de abertura da navegação fluvial, tal como Marlière fazia em Minas. Guido recebera, do lado mineiro, a incumbência de coadjuvar o trabalho do colega espírito-santense, que não tardaria a receber o cargo de comandante militar da Província. O aumento do poder concedido a Fernandes Leão deu espaço a uma rápida tentativa de implementação de suas idéias. Dentre estas últimas, destacava-se o projeto de construção de uma estrada que, margeando o Rio Doce, facilitaria o transporte de mercadorias e gado. Marlière se opôs, desde o princípio, a uma tal estrada por considerar que sua construção custaria muito dinheiro e a vida de vários homens, sacrificados à inutilidade de um projeto inviável. Inviável, proque as numerosas serras que deveriam ser transpostas, os inúmeros rochedos a serem removidos ou contornados não se justificavam pelo volume ínfimo do comércio demandado pelo quartel de Linhares.

Em carta ao presidente da província de Minas, datada do dia 5 de outubro de 1824, o Francês fazia sentir os seus motivos de oposição, destacando ao mesmo tempo que, mesmo discordado do projeto, estava cumprindo as ordens de colaboração. Destacava a existência de duas estradas carentes de manutenção partido de Minas à província do Espírito Santo, uma em direção a Vitória e

do *Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 11, n. ¼, p. 27-254, 1906. p. 238-239.

[510]. Veja Relatório de Guido Thomaz Marlière. 5 de dezembro de 1828. Marlière. *Revista do Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 12, p. 401-403, 1907. p. 554-557.

outra em direção a Itapemirim, que poderiam transportar, como inclusive já o haviam feito, muito gado, sem necessidade de que se construísse uma terceira. Salientava, ainda, que o gado existente nas proximidades do presídio de Cuieté não perfazia um rebanho suficiente para a simples alimentação dos índios, o que tornava injustificável qualquer pretensão de exportação. “Farei observar a V. Ex.cia o ridículo da pretensão de meter gados desta para aquela província por semelhante estrada, aberta que fosse sendo o Rio Doce deserto, como hé manifesto desde Antonio Dias Abaixo [...]”⁵¹¹

Marlière concentrava-se paralelamente no projeto de atração dos índios Naknenuk nas imediações da 1ª Divisão Militar do Rio Doce, que se situava na margem norte. O argumento central para que se promovessem tais estudos, investimentos e expedições seria o fim gradativo da ameaça representada pelos índios Botocudo, com os quais conseguia progressivo contato. O antigo quartel de Naknenuk, fundado por Marlière em meados da década de 20 para abrigar os esforços de atração e aldeamento da nação indígena que era conhecida por este nome situava-se no território da atual cidade de Naque, no leste mineiro.

Por sua vez, os índios da Capitania do Espírito Santo eram, em sua maioria, de origem Tupiniquim e Temiminó e haviam recebido concessão ou confirmação da posse de sesmarias após a expulsão pombalina dos Jesuítas nos anos de 1759-1760. Diferentemente dos índios da Missão dos Reis Magos que receberam doação de sesmaria (transformada em Vila de Nova Almeida) e dos da Missão de Reritiba (transformada em sesmaria indígena de Bevenete) que receberam a confirmação de sua posse, os Botocudo e os Puri foram reduzidos sobretudo, a partir de 1800, em aldeamentos que visavam sua incorporação à sociedade luso

[511]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Ofício de 5 de outubro de 1824. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 496.

-brasileira nascente nos sertões. Estes territórios foram, ilegalmente, invadidos com o passar das décadas a partir da primeira ocupação, desrespeitando todos os tratados anteriormente firmados com as lideranças indígenas e, freqüentemente, à revelia da lei. Afinal, entre 1822 e 1850, período durante o qual houve uma suspensão legal da concessão de sesmarias em quase todo o território nacional, as autoridades locais se utilizaram, não raro de argumentos diversos e interpretações legais as mais extravagantes para ocupar os territórios ainda disponíveis, fosse sob o controle indígena ou sob a ocupação de homens livres e pobres. É justamente o que acontecia, como vimos, na futura Zona da Mata Mineira, onde cartas régias do período do Governador Luiz Diogo Lobo da Silva eram simplesmente ignoradas quando se tratava de ocupar territórios juridicamente garantidos aos índios. Neste particular, havia tanto proprietários mais abastados que expulsavam pequenos lavradores, quanto pequenos proprietários, como no caso da mata, que se reuniam para reivindicar a expulsão dos índios ao Rei e, mais tarde, ao Imperador, argumentando em razão de sua pobreza mal assistida ou da violência daqueles povos “selvagens.” Um decreto imperial datado de cinco de maio de 1824, o de número 102, havia sido responsável pela já comentada liberação da concessão de sesmarias na região dos sertões do rio Doce.⁵¹² A preocupação estatal se concentrava nas possibilidades que tais concessões abririam para a ocupação daquelas regiões de mata. Marlière sempre discursava em favor do argumento de que os índios, como os primeiros ocupantes da terra, tinham um direito primário e originário de possuí-la. Procurava reunir os índios em seus territórios originais, mas seu nomadismo, a dizimação de algumas aldeias e a necessidade prática levavam à

[512]. BRASIL. Decreto n. 102, de 05 DE maio 1824. In. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992, p. 116.

coexistência de línguas e culturas as mais diferentes. A questão, na verdade, era mais complexa, já que, no princípio da década de 1820, freqüentemente, reuniam-se sob um mesmo aldeamento tribos inimigas, e a distância cultural entre índios incorporados, tribos livres contatadas e nações ainda independentes, senão hostis aos luso-brasileiros e seus aliados, era enorme.

Neste íterim, enquanto se completava o acordo de não agressão com os botocudo da margem do Rio Doce, acirrava-se o embate político entre os concessionários da Companhia Anglo-Brasileira e os mineiros. O francês trazia a público, através das publicações do jornal “O Universal”, seus projetos de navegação para o Rio, sobre os quais já tivemos oportunidade de comentar.⁵¹³ Quanto ao Coronel Julião Fernandes, que concentrara tanto poder no Espírito Santo em 1823, conheceria logo depois a deposição, por liderar um levante contra a junta do Governo provisório daquela Província e desentender-se com um ouvidor. As observações em contrário levantadas pelo Francês pareciam partilhar de considerável parcela da verdade. Afinal, quando a província do Espírito Santo recebeu, após o fim da Junta do Governo Provisório em 1824, seu primeiro presidente, o Sr. Inácio de Acioli, seu déficit de contas públicas quase ultrapassava a ordem dos 30%

6.1 AS MACHINAS DO SR. MONLEVADE

Marlière acreditava que um projeto de dinamização econômica da região do Vale do Rio Doce deveria ser implementado numa parceria entre a experiência já acumulada pelas Diviões Militares e o investimento do capital privado. Para tanto, escre-

[513]. Sobre estas informações confira: Correspondência do Editor de “O Universal”, 11 de outubro de 1825, GUIDO..., 1905, op. cit., p. 645-646.

via para o Conego Francisco de Santa Apolônia, comunicando o sucesso de suas empreitadas e solicitando mais e mais verbas. Dever-se-ia, enfatizava, propor ao imperador a realização de uma expedição científica de grande porte às margens do Rio, para que então se identificasse suas reais possibilidades de aproveitamento econômico. A esta possível expedição chamou “Viagem metalúrgica”. Os estudos não se esgotariam no Rio Doce e em seus afluentes, mas, se estenderiam pelos demais vales fluviais do leste. Mais ao final da década, escreveria ao Vice Presidente da Província nos seguintes termos:

Dezejo muito que V. Ex.cia á bem da Provincia queira sollicitar de S. M. O Imperador Se digne deitar hum olho providente sobre a nossa sempre intentada , e nunca effectuada (com proveito essencial) Navegação do Rio Doce, a qual depende da Cultura das suas margens, e de estabelecimentos em cada Catadupa ou Caxoeira, na do Norte dos Pastos Bois, e carretas de quatro rodas e caminhos largos lateraes para transporte das cargas que sobem e descem pelo Rio. Tão bem faço lembrar a V. Ex.ca para a Informação do Governo de sua Mag.e, que hua viagem metalurgica, feita por toda capacidade do Rio Doce e seus afluentes, ainda virgens, não deixaria de ser proveitosa á Nação, e á Historia por ainda não haver penetrado alli Naturalista algum, pelo perigo, que havia dos Indios Botocudos, o qual muito felizmente não existe mais. Excuzo offerecer-me para auxiliar estas interessantes Diligências sendo por estado, e por gosto, muito disposto a fazê-lo.⁵¹⁴

Dentre todas as mercadorias e matérias primas, o ferro era material literalmente indispensável nas Divisões, não apenas por-

[514]. GUIDO..., op. cit., p. 460-461.

que constituía matéria prima para a fabricação e a manutenção de utensílios agrícolas, mas, também, porque esses objetos eram, freqüentemente, utilizados para atrair o interesse e a amizade dos índios. Os presentes, não raro tinham, parte no ritual de dádiva, através do qual os botocudos iniciavam alianças com os luso-brasileiros. O soldado que detinha o conhecimento e as habilidades necessárias ao ofício de ferreiro era disputado pelos quartéis, que o matinhavam em um regime de intenso trabalho, sem quase nenhuma possibilidade de deslocamento. Faltavam distribuidores constantes, e o transporte pelo Rio Doce apresentava todas as dificuldades citadas acima, o que tornava o reaproveitamento dos restos de objetos já inutilizados uma necessidade.

Cabe, ainda, acrescentar que o ferro poderia também vir em remessas do governo, já transformado em variados bens de consumo como bigornas, pregos, enxadas, caldeirões, marmitas para os soldados, etc.⁵¹⁵ Encontrar tropeiro para transportá-lo por terra era atividade difícil e dispendiosa. Marlière, via de regra, preferia sugerir a importação, já que as ferramentas de ferro produzidas em Minas eram, em sua avaliação, quase sempre inferiores.⁵¹⁶

Para Marlière, a má qualidade do ferro produzido nas imediações do Rio Doce devia-se à inexperiência e à falta de técnica dos fundidores. Existiam várias pequenas fundições em São Miguel do Piracicaba por volta de meados da década de 20. Desde 1818, Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, engenheiro francês formado seis anos antes pela Escola Politécnica de Paris se instalara em São Miguel. Sua vinda a Minas foi possibilitada por um pedido do então ministro do Reino João Paulo Bezerra ao governador Dom Manuel do Portugal e Castro. Casando-se com a

[515]. Veja: Documentos que comprovam diversos pedidos de Marlière, acompanhados de respectivos ofícios comunicando remessas: Arquivo Público Mineiro. SP PP 1/15, Cx. 90, Doc. 32.

[516]. Confira: O fício de Marlière ao presidente da Província. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 581-582.

sobrinha do Barão de Catas Altas, Clara Sofia de Souza Coutinho, Monlevade fixou seus laços com a elite provincial. Pouco tempo depois, constuiu uma rica casa de fazenda entre São Miguel e São José da Lagoa, alimentando sonhos de instalar um grande empreendimento siderúrgico em Minas, em sociedade com Diogo Sturs, o grande acionista defensor da companhia anglo-brasileira, de quem comentávamos acima.



Figura 6.2: Estatutos do Rio Doce Company em 1836.

Fonte: TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. *O vale do Rio Doce*. Governador Valadares: Companhia Vale do Rio Doce; Pesstech, 2002. p.85.

Minas oferecia abundância de minério de ferro, e as matas do leste poderiam fornecer precioso combustível para as siderúrgicas. Já no ano de 1827, ocupando a Presidência da província o Visconde de Caeté, Marlière foi convocado para comandar o transporte das máquinas que, vindas da Inglaterra, de onde ha-

viam sido importadas pelo Sr. Monlevade, deveriam partir do Rio de Janeiro, contornando o litoral, subir pela barra do Rio Doce na Província do Espírito Santo até o Porto de Canoas, em Minas. Uma vez naquele Porto, as máquinas seriam ainda transportadas a uma distância de nove léguas por terra.

Marlière queria se antecipar a qualquer imprevisto, corresponder aos desejos governamentais de eficiência e provar, de uma vez por todas, a eficiência do esquema que montara. Do quartel de Guido-Wald talvez vislumbrasse a possibilidade de afastar de vez as suspeitas que ainda pairavam sobre o seu nome. Possivelmente aí estivesse a tão sonhada oportunidade de conquistar o título de “Barão do Rio Doce”. Na Corte e na Capital da Província, todos estariam de ouvidos atentos e olhos abertos para receber as notícias de como se desempenhara o Coronel Francês no comando de seus subordinados em cada disvisão. Preocupava-se, certamente, com o futuro de Leopoldo que se formara cadete. Sua idéia de criar uma fazenda auto-suficiente e sem escravos poderia servir a seus ideais, mas, certamente, não ao seu bolso.

De Guido-Wald, no final de 1827, o Francês, que demorava-se mais do que o comum em casa para passar as festas de fim de ano com a família, enviou uma circular aos comandantes da 1ª, 2ª, 4ª e 6ª Divisões militares do Rio Doce, ordenando que prestassem toda a ajuda necessária ao transporte de um maquinário tão pesado e precioso.⁵¹⁷ A 6ª Divisão contava com um número considerável de pirogas, além do que concentrara, ao longo de sua história, alguns dos melhores canoeiros daquelas matas. Dentre estes, havia índios Botocudo e soldados de diversas procedência que estavam encarregados do transporte desde o limite das províncias de Mi-

[517]. Veja sobre estas informações: Ofício de Guido Thomaz Marlière ao vice-presidente da Província de Minas Gerais, 16 de dezembro de 1827. GUIDO..., 1905, p. 489- 490. Circular do Coronel Guido Thomaz Marlière aos comandantes da 1ª, 2ª, 4ª e 6ª Divisões Militares do Rio Doce, datada do dia 7 de maio de 1827. CONTINUAÇÃO..., 1906, p. 248- 249.

nas e Espírito Santo até a cachoeira do Baguari. Um comerciante chamado Lourenço Aquiles Le Noir se encarregava da missão de entregar as máquinas aos soldados de Marlière.

Uma vez percorrido o trecho destinado à 6ª Divisão, Marlière pretendia continuar o trabalho com o auxílio dos soldados da 1ª, que abrangia o curso do Rio entre as cachoeiras do Baguari e do Leopoldo. Esta última queda d'água recebera tal nome em homenagem a seu filho, o cadete Leopoldo, nascido no Presídio de São João Batista, como vimos, ainda sob o impacto da chegada pomposa da arquiduquesa Leopoldina da Áustria. Atravessá-la exigiria especial atenção, e soldados experientes foram designados para tal missão. Daí em diante, as máquinas seguiriam para os comandos da 2ª e da 4ª divisões, encarregadas de conduzi-las até o porto de Canoas, onde a responsabilidade de Marlière sobre o seu transporte chegava ao fim. Este porto, que aparece frequentemente na documentação com o nome de Onça Pequena, marcaria, como vimos, o início da trajetória terrestre.⁵¹⁸

O Francês parecia acreditar haver pensado de antemão e estrategicamente em cada uma das possibilidades de fracasso. Acondicionara provisões em cada quartel-sede das divisões encarregadas. Estendera o ponto em que as máquinas entrariam sob a responsabilidade das Divisões do limite com a Província do Espírito Santo para a barra do Rio Doce, onde se localizava o quartel de Regência. Alertara a cada comandante e alferes responsável sobre a necessidade de manter as tropas de prontidão a partir de seu aviso e sobre a prudência de se interromper o transporte em caso de intempérie ou cheia prolongada, para evitar danificação de mercadoria tão preciosa⁵¹⁹. Agora, só dependeria dos entre-

[518]. O quartel da Onça Pequena localizava-se no atual território da cidade de Marliéria.

[519]. Confira, sobre estas informações: Ofício de Marlière ao Comandante da 6ª Divisão Militar do Rio Doce, 3 de setembro de 1827. Veja também: Ofício ao Comandante da Divisão Militar do Rio Doce, 27 de setembro

gadores transportar as máquinas antes do início do período das chuvas até o território supervisionado pela 6ª Divisão.

Marlière esperava uma carta comunicando que as máquinas haviam deixado o Rio de Janeiro. Zarpando, entretanto, no dia 19 de setembro, a embarcação que as conduzia, somente no início de outubro, a informação de sua partida chegaria às mãos do Coronel Francês. Movimentando um número considerável de índios do Cuieté para a cachoeira do Baguaria, Marlière ordenou imediatamente que uma canoa partisse ligeira avisando a cada uma das divisões sobre a carga que subia rio acima, pesando 6.982,5 quilos, ou, como se dizia na época, 475 arrobas.⁵²⁰

Marlière, que havia viajado ao quartel do Retiro para supervisionar pessoalmente as operações, constatando que as chuvas se aproximavam, e a carga não chegava, voltou a Guido-Wald, para administrar a fazenda e, finalmente agora, talvez, conseguir passar o fim de ano com a família.⁵²¹ Comunicou ao Presidente da Província sobre o motivo de sua volta à casa e a inutilidade de sua permanência às margens do Rio Doce, já que, com as chuvas, a empreitada estava temporariamente inviabilizada, e os conflitos entre os Puri, os Coroados e os habitantes luso-brasileiros do Vale do Rio Pomba recrudesciam. Demonstrava, entretanto, profunda insatisfação pelo não cumprimento dos prazos previstos e dizia temer o ataque de corsários.⁵²²

Dois meses correm nesta expectativa, sob a interrupção de vários alarmes falsos, o dispêndio de víveres e a impaciência de

de 1827. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 476.

[520]. Ofício de Guido Thomaz Marlière ao comandante da 1ª Divisão Militar do Rio Doce, datado do dia 5 de outubro de 1827. GUIDO..., 1907, op. cit. p. 477, 478.

[521]. O quartel do Retiro localizava-se próximo do atual povoado de Alfié, que então já existia (sua denominação antiga era Sant'Anna do Alfié). O povoado pertence hoje ao município de São Domingos do Prata e conserva parte do casarão e uma igreja matriz da época em que Marlière esteve na região.

[522]. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 485-486.

soldados e índios, obrigados a uma permanente prontidão. No início de fevereiro de 1828, chegou às mãos do comandante francês uma carta do Sr. Le Noir, escrita no dia 12 de novembro do ano anterior, na qual o comandante da expedição dizia-se ciente dos preparativos para o transporte. Todas as despesas foram anotadas para que Monlevade as reembolsasse aos cofres da província, já que, não obstante contasse com a ajuda e o entusiasmo do governo, se tratava de uma iniciativa particular.

Somente em Março – quando Marlière já as julgava perdidas – as máquinas de Monlevade foram localizadas em sua subida pelas águas do Rio Doce, entre o Quartel de Linhares e a cachoeira das Escadinhas.⁵²³ O transcurso do trecho seguinte correu a contento, mas sob dificuldades superlativas. Marlière louvou a seus soldados no periódico “O Universal”, principalmente em um artigo publicado no dia 18 de abril de 1828, no qual disserta sobre sua bravura e disciplina, exaltando o espírito de colaboração dos índios, chamando a atenção do corpo legislativo e do poder executivo para as potencialidades do “Grande corredor de Minas ao Mar.”⁵²⁴

A “usina” de Monlevade sobreviveu ainda nas décadas posteriores, fornecendo principalmente ferramentas para os trabalhos da mineração e da agricultura. O Diretor Francês dos Índios, sonhando com dias de prosperidade, desejava diminuir os custos de transporte de mercadorias e bens de produção, e, nisso, se identificava com seu rico compatriota, grandemente interessado no lucro que disso poderia advir.

Entusiasmando-se com as propostas do Governo Provincial, Marlière atendia também aos seus propósitos, já que não poupa-

va esforços para ver seus projetos realizados. Desde 1826, trabalhava ativamente em um plano de tornar navegável o rio Suaçuí. Construindo um quartel no espaço entre a barra do ribeirão do Ramallete e a do rio Urupuca, o francês calculava poder ligar a 5ª Divisão Militar do Rio Doce com o quartel central e a comarca do Serro Frio ao Rio Doce. Isso permitiria um novo e promissor corredor de comunicações militares e comerciais. Antecipando-se às decisões do Governo, já iniciava os índios na produção de canoas em maior escala possível, incentivando viagens de teste e promovendo observações a respeito do volume de água dos rios em cada estação do ano.

Por estes tempos, constatando a inutilidade de um quartel da 5ª Divisão situado no canto da Serra de São João, na Freguesia de Peçanha, o francês enviou a ele avaliadores para que, de posse de seu real valor, pudessem fixar um preço justo para venda. Buscava vender o edifício precário que abrigava um entreposto militar problemático, no qual eram freqüentes os conflitos entre índios e soldados. Queria, também, reformular todo o processo de condução político-administrativa da 5ª Divisão, afastando diretores que considerava corruptos e estabelecendo um regulamento escrito que tinha pretensões de longa continuidade. Marlière parecia acreditar que os modelos dos aldeamentos e das divisões lhe sobreviveriam em mais de um século:

A negligencia dos que commandarão esta Divizão tem cauzado aos Colonos della os maiores prejuizos, que não erão de esperar, e motivarão a minha vinda a este quartel, e para que não se renovem semelhantes desordens deixo determinado ao Sargento Comandante da D.m o Seguinte:1º–Fica destinado para sempre, e sendo propriedade dos Indios o Quartel das Brejaúbas, suas vertentes e dependencias p.r ser devoluto, em cujas Terras se farão plantaçoens annuaes, pelos braços dos Sol-

[523]. GUIDO..., 1907, op.cit., p.518.

[524]. Carta de 18 de abril de 1828 para o Editor do Jornal “O Universal” apud. GOMES, Francisco Magalhães. História da siderurgia no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983. p. 110-111.

dados das Divzões , e estas, abundantes de milho, feijão, arroz, abobras, bananas & para sustentação dos ditos Indios ora existentes, ou p.r vir; tudo debaixo da direção do Sargento Antonio Guedes, inspeção de comman.te da Divizão. 2º Abrir-se-há hum Caminho capaz na lin há mais recta possível desde o quartel da Arapuca, que promete ser muito breve atendendo a sua situação topographica, e evitar p.r este meio huma volta de cincoenta legoas que com vergonha se acha distante, sendo elle tão perto. 3º Repito a ordem antecedente, que tem essa Divizão de recobrir o Caminho que fez o falecido Alf.es Januario Vieira Braga Suassui a baixo ate oo Rio Doce. 4º O Commandante da Divizão pedira no pret. Respectivo na conformidade das ordens, os quarenta reis de gratificação diária a beneficio dos Soldados empregados no interessante serviço da abertura de Estradas, e plantaçoens para os Indios. 5º Formar-se-há huma sociedade de Comercio para a navegação do Rio Suaçuí Grande, tão recomendado pelas minhas ordens antecedentes afim de hir buscar a Beira- Mar os objectos de Primeira necessidade para o aprovisionamento desta Colonia, principalmente Sal, que se acha em hum preço excessivo, podendo ser muito barato, e para este fim co Cmm.te desta Divisão sem a menor duvida auxiliará, e dará todos os reforços, e socorros em seu poder, logo, que lhe forem requeridos pelo Director da mesma Sociedade, e julgo será o Cap.m Francisco de Paula Silva. 6º Sendo aberto como fica o dito Caminho de Arapucanão resta pretexto ou motivoalgum para os indios introduzirem-se em povoados, como dantes fizeram com grave prejuízo dos Colonos, e cazo de absolutas necessidade, sejam sempre acompanhados os mesmos Indios de huma escolta armada, e elles desarmados, ficando responsavel o commandante da Escolta, ou Lingoa, que os acompanhar de qualquer prejuizo, que fizerem aos moradores nas suas plantaçoens e creações. 7º Ainda que não haja

aparencia dos Indios Botocudos fazerem a menor tentativa de atacarem as pessoas dos Brasileiros, deixo determinado, que se castigue com a morte a pessoa do indio, que ouzar atirar hua flexada a hum Cidadão, assim como não permito, que se faça a menor offença a qualquer hum dos mesmos Indios. 9º Todas as pantaçoens feitas em commum pelos soldados da Divizão pertencem aos Individuos que a compoem, sem excepção. 10º Quando os Soldados tem feito o uso do monjolo para seu rancho, este monjolo será franqueado às famílias pobres, que vivem na mesma Divizão para prepararem o seu alimento.⁵²⁵

O Governo encomendara uma linha de defesa ao coronel francês. Esta, deveria seguir os cursos dos rios Suaçuí Grande e Urupuca, estendendo-se logo após por uma estrada que os ligava ao rio Jequitinhonha. Marlière deveria comandar a construção de postos militares de três em três léguas, mas, sentindo a falta de recursos, o número de obstáculos naturais e a quantidade limitada de canoeiros experientes, comunicou ao Conselho de Governo da Província a impossibilidade de se levar a cabo um tal projeto. Por esta ocasião, percebendo o estado de penúria em que se encontravam as finanças das Divisões militares do rio Doce, desistiu, também, do projeto de navegação do rio Suaçuí Grande.⁵²⁶

É lamentável que alguns desenhos e mapas elaborados pelo Francês neste período não tenham sobrevivido até os nossos dias. A despeito da relativa incompetência técnica do cartógrafo, beneficiado apenas pela curiosidade e pelo autodidatismo, estes mapas expressavam a visão entusiástica que então se tinha a respeito das potencialidades de exploração econômica da região.

[525]. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 549-550.

[526]. Officio de Marlière de 23 de agosto de 1827, GUIDO..., 1907, op. cit., p. 463. Officio de marlière de 25 de março de 1828. CONTINUAÇÃO..., op. cit. p. 238-239.

Promovendo desmatamentos periódicos para produzir pastos e capoeiras destinados a alimentar o gado reservado ao consumo dos índios aldeados, Marlière deve, sem dúvida, ter contribuído para um processo de destruição das matas ciliares e da vegetação de entorno dos rios, já que a maioria dos aldeamentos seguia, por uma necessidade lógica de deslocamento pelas águas, os principais cursos fluviais. Muitas doenças de transmissão direta ou via hospedeiro, como a malária, a varíola e a conjuntivite devem ter sido introduzidas na região por seus soldados, graças aos seus constantes deslocamentos entre as aldeias. Já tivemos ocasião de comentar o impacto de tais epidemias sobre os índios.

O corte de florestas que se seguia à construção de estradas e aos crescimentos dos assentamentos agrícolas deve ter repercutido grandemente nos microclimas da região. A modificação da paisagem foi registrada por viajantes europeus que visitavam a região. Saint-Hilaire, que percorrerá o território entre Vila Rica e a Vila do Príncipe, deixou-nos um relato de como, com a destruição da Mata Atlântica – cobertura vegetal original de boa parte daqueles vales fluviais – se sucedia uma mata secundária, de menor porte, propícia para os pastos de gado que passavam a dominar às margens das estradas: “A região que se estendia de Vila Rica à Vila do Príncipe oferecia a pouco tempo matas imensas, das quais uma porção considerável foi substituída por pastagens. Assim que, nessa região, se desmata uma floresta virgem e põe-se fogo, sucede-se aos vegetais gigantesco que a compunham uma mata formada de espécies inteiramente diferentes e bem menos vigorosas.”⁵²⁷

[527]. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Esquisse de mès voyages au Brésil et Paraguay, considérés principalement sous le rapport de la botanique*. In: LIMA, Maria Emília Amarante Torres lima. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 81.

Se o desmatamento seguia adiante, a proposta de construção de uma Estrada que acompanhasse a linha divisória entre as províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo, retomada dois anos após a reforma de Marlière, em 1831, já sob o comando do Capitão Lizardo da Fonseca – o mesmo ao qual Marlière antipatizava por suas ambições desmedidas – não renderia efeitos a longo prazo, por falta de verbas. O então comandante da 4ª DMRD, e um major chamado Filipe da Cunha e Castro, se revezaram em várias tentativas frustradas de construir a tal estrada, enfrentando, em grande medida, forte oposição dos chefes indígenas, que, de forma inflexível, rechaçavam a simples idéia de uma via luso-brasileira atravessando seus territórios. Em 1834, o projeto era abandonado, já que todas as tentativas movidas pelo Capitão Lisardo da Fonseca haviam fracassado.

7 As Agruras do Crepúsculo

*“C`est l`inquiétude qui jette l`homme dans l`histoire”
Raynal, 1777.*

“Creio que, se decidimos publicar esses documentos, todos esses documentos, é para fazer de algum modo o plano dessas lutas diversas, restituir esses confrontos e essas batalhas, reencontrar o jogo desses discursos, como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e de saber” Michel Foucault, prefácio a “Eu Pierre Rivière...”, 1977.

Como disse certa vez Raynal, observando o entusiasmo que se seguiu à Independência Norte-Americana: “é a inquietação que *arremessa os homens à história*.” Graças a ela, nos tornamos “piratas de nós mesmos, soldados ou corsários da fortuna, aventureiros das armas ou das finanças”.⁵²⁸ Guido Thomaz foi um homem inquieto, ávido de grandes realizações, embalado por horizontes de sonhos difíceis de realizar, pelos quais, entretanto, lutou por toda a vida.

Ao contrário do General Hogendorp, soldado de Frederico, o Grande, Governador em Java, ajudante-de-campo de Napoleão Bonaparte que, após a derrota de seu Imperador Francês, refugiou-se no Rio de Janeiro, tornando-se um eremita no morro do

[528]. DUMAS, Jean Louis. *Histoire de la pensée: philosophies e philosophes*. Paris: Tallandier, 1990. V. 2: Renaissance e des lumières p. 233.

Corcovado, Marlière não nos deixou um diário detalhado, nem tampouco um relatório a respeito de sua infância ou de sua juventude de batalhas na Europa⁵²⁹. Procurava resguardar-se o quanto possível da divulgação destas informações. A documentação de que dispomos é, em grande medida, marcada por um desejo de impressionar o governo para o sucesso de seus empreendimentos, uma espécie de atestado de competência, que, sem dúvida, comportava, também, o desejo de construir uma imagem de si para a posteridade. Marlière não foi o primeiro nem o último homem de seu tempo preocupado com a construção de uma memória positiva de sua trajetória político-militar. Procurou sensibilizar seus contemporâneos para as bandeiras políticas que empunhava, conquistando ao mesmo tempo um lugar ao sol para a família.

Cabe observar, entretanto, que a partir do final da década de 1820, estabeleceu-se cada vez mais uma distância entre o discurso Marlieriano e os objetivos governamentais. Se no começo da diretoria dos índios Marlière continha até certo ponto suas críticas aos colegas de corporação, poupando, não raro, também o governo, agora seu discurso passaria a tomar um tom amargurado e desesperançoso. Decepcionado com a Presidência da Província, assiste à derrocada da “obra civilizatória” de que tanto se orgulhava, procurando marcar claramente sua oposição aos rumos políticos seguidos pelas Divisões Militares do Rio Doce. Assolado por violentas crises de malária, será atacado de todos os lados, submetido a acusações de todos os tipos. O Governo Provincial, desejoso de ocupar os territórios dos índios, sentir-se-á cada vez mais insatisfeito com sua obstinação em mantê-los.

[529]. Sobre o General Hogendorp, veja: MÉLON, Pierre. *O general Hogendorp: soldado de Frederico II, o Grande, governador em Java, Ajudante de Campo de Napoleão Bonaparte, Eremita no Rio de Janeiro*. Niterói: Casa Jorge, 1996.

7.1 MARLIÈRE E MENDES RIBEIRO: HISTÓRIA DE UMA QUERELA

Idéias e práticas introduzidas pelo francês, longe de receberem uma aceitação unânime, enfrentaram também ferrenha oposição, não apenas nos meios militares, mas também entre as comunidades de colonos luso-brasileiros. Como já houve ocasião de observar, seu refúgio no sertão não lhe pouparia constantes ataques, e a velha acusação de “extravagância intelectual” em matéria de religião não tardaria a reencontrá-lo.

Em seções anteriores, vimos que, desde o início da década de 1820, Marlière havia elaborado dois projetos para que fossem apresentados à Assembléia Legislativa do Brasil. Um deles referia-se aos índios e à possibilidade de que seu projeto de incorporação à sociedade luso-brasileira comportasse a presença de seus líderes nos Conselhos Municipais. O outro procurava apontar alternativas para uma abolição da escravidão negra que permitisse, ao mesmo tempo, a incorporação dos libertos em um mercado liberal-capitalista de trabalho, com o qual o francês sonhava.

Esses projetos foram enviados às mãos de um amigo de Ouro Preto, o Coronel João José Lopes Mendes Ribeiro. Ao que tudo indica, os dois haviam se conhecido ainda quando o francês morava na Capital da Província, logo por ocasião de sua agregação ao Regimento de Cavalaria de Linha, em 1810. Marlière frequentemente mencionava dever grandes favores ao amigo político de Ouro Preto. Mendes Ribeiro fora secretário da primeira Junta do Governo Provisório de Minas, ainda sob o Governo de Dom Manuel de Portugal e Castro. Esta junta, eleita a 20 de setembro de 1821, contava com boa dose de apoio por parte do governador e do Vice Presidente, o Visconde de Caeté, o que projetou Mendes Ribeiro ao cenário político Provincial. Algum tempo depois, indicado deputado por Minas à Assembléia Constituinte do Im-

pério, Mendes Ribeiro encontrava-se, aos olhos de Marlière, em situação privilegiada para apresentar aos homens de poder um projeto realmente inovador, no que tange ao desenvolvimento da economia no Brasil. Não tardariam, entretanto, as decepções.

Mendes Ribeiro, enviava ao francês repetidos pedidos de designação de sesmarias para seus amigos e parentes, entendendo que sua concessão figuraria como uma espécie de prova de amizade, no universo de trocas de favores que caracterizava o mundo político de então. Sabia que a região às margens do Rio Doce constituía uma exceção ao fim da política de doação de sesmarias por parte do Imperador. Marlière se via em um impasse. Era favorável a tais doações por acreditar que podiam favorecer um maior contato entre os índios Botocudo e os luso-brasileiros. Temia, entretanto, que os pedidos superassem a expectativa, ameaçando os territórios que desejava garantir aos índios. Aspirava a que, uma vez assentados, os colonos aderissem ao seu projeto, “conquistando para a civilização” os grupos que entrassem em suas fazendas.

Reconhecidamente franco, por vezes, ríspido e irônico, Marlière respondia ao amigo ao sabor de seus humores, não escondendo sua má vontade em atender a tais solicitações de proteção nem sua opinião sobre a dignidade ou indignidade dos apaziguados do deputado. Talvez desejasse ter mais autonomia na designação das sesmarias para beneficiar os que, a seu ver, faziam jus a tais concessões. É o que percebemos na correspondência do dia 13 de setembro de 1825, na qual Marlière respondia a um sem número de solicitações de designação de cartas de sesmaria do amigo de Ouro Preto. Dentre elas, estava a do Capitão José Pereira de Souza, a quem o francês não tinha em boa conta: “Ilmo. Amigo e Sr. – Recebi e volta o seu baralho de cartas, que me fez falhar nesse Arrayal hum dia para as informar, e talvez me haja de produzir 24 horas de chuva na minha volta do Rio Doce em recompensa.

Volta tão bem o Requerimento do Capm. José Pereira de Souza com informação muito melhor do q’ merece [...]”⁵³⁰

No mesmo dia, enviou outro ofício a Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, de Ouro Preto, também lhe solicitava designações de sesmarias a margens do Rio Doce:

Amigo e Sr’. – Havendo recebido no caminho as cartas de sesmarias q’ V. S me pedio informar, e pela mesma ocasião outras muitas que me Remetteo o Ilmo. Sr. Corel. João José Lopes Mendes Ribeiro, fiquei confuso e as minsturei todas; isto mesmo remeto todas ao mesmo Sr. Corel. E Vs. Delle receberá as que lhe competem. Queira perdoar a hum pobre viajante como eu estas confusões, e creia que sou amigo deveras [...].

No ano seguinte, mais precisamente em julho de 1826, encontramos ainda o seguinte ofício:

Sr. Corel. João José Lopes Mendes Ribeiro – Há poucos dias recebi a de V. Excia. De 20 de Maio, com outra do Rmo. Sor. Vigario da Piranga, e mais quatro Sesmarias por informar para a Família Veiga, e estes não sei onde os acomodar, só se for dentro da lua, estando os meus quadros cheios desde o princípio do Rio Doce até as Escadinhas; até eu escrevi isto a V. Excia. : estes Senrs. Vem muito tarde. Em húa palavra, Beira Rio, não há de dar, e no interior do Sertão não lhes fará conta nem a mim informar coisa que não conheço: Vou entretanto assignalar-lhes terras na margem Norte, pouco distante das Escadinhas: se assim convier aquelles Snrs., muito bem, mas aviso: e não me mande V.

[530]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Apud. FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914. p.106-107.

Exca. Mais encomendas destas, por não ficarem os meus amigos mal servidos [...].⁵³¹

Universal que lhes há de resultar nas cinco partes do Globo, se fizerem Leis favoráveis aos índios: e com que gosto as não executarei!!!.⁵³²

Para Afrânio de Mello Franco, de quem aqui seguimos a ordem de citação dos documentos, dessa negação de conceder as sesmarias na quantidade desejada e, mais ainda, do tom arrogante de algumas respostas teria nascido uma ojeriza velada de Mendes Ribeiro para com a figura obstinada do Francês. Marlière. Talvez, Marlière não se apercebesse do que se passava com o Deputado ou não tomasse por conta as ofensas melindrosas de que, em sua franquesa, fora portador. Isso porque, no conteúdo de suas respostas continuava a confiar-lhe, de forma aparentemente ingênua, alguns de seus projetos mais elaborados. A partir de então, observamos uma sabotagem velada movida pelo antigo amigo a partir de Ouro Preto. Apercebendo-se disso ou não, é a Mendes Ribeiro que Marlière enviará seus projetos para a Constituinte, em verdade nunca divulgados ou apresentados em plenário:

Afim de V. Exca. Não tenha os olhos voltados para o Rio Doce à espera deste último Caderno, passei parte desta noite em o acabar: elle não está em termos, mas o meu ultimo Mappa das novas Aldeas, e as minhas Memorias suprirão ao que falta. O Ceo inspire a V. Exca. E lhe dê os talentos ortorios de Demóstenes e Cícero para advogar a mais bella causa, a mais interessante do mundo todo para as almas Sensíveis! A causa da humanidade inocente, padecente, oprimida! E por quem? Por nós que viemos usurpar as suas ricas e abençoadas Terras. Lembre-se V. Exca. (e eu faço esta comum a todos EE. Sse. Deputados seus Collegas) da Gloria

Em meados de 1826, percebendo que seus projetos não rendiam resultado efetivo nas mãos do deputado em que confiara, Marlière escreveu-lhe uma carta na qual rechaçava sua inércia, afirmando que, ao acompanhar sua atividade legislativa e constatar a nulidade de sua ação, havia decidido pedir-lhe que encaminhasse seus projetos a um outro parlamentar:

Vejo o tempo aproximar-se da separação de nossa Asembléia e ainda não vi nos Diários hua só palavra a pró dos Indios: nem eu vejo que V. Exca. seja membro da Comissão de Civilisação. O bom Vigário Rocha seu Colega se offerece para fallar a bem delles, queira V. Exca. Facultar-lhe as minhas Mimorias, não havendo inconveniente, o que agradecerei á ambos: e se eu vejo a causa delles negligida, será o signal da minha retirada. [...].⁵³³

Marlière se referia ao Pe. Antônio da Rocha Franco que, também, talvez por nunca ter recebido os tais projetos, não lhe deu retorno às expectativas. O francês pedira para si e para seu filho a condecoração da Ordem do Cruzeiro. Solicitara também ao Barão de Caeté o título de Barão do Rio Doce. Queria garantir a “honra e a dignidade” de sua família; em meio às moléstias de que sofria, à possibilidade constante da morte e à “pobreza” de seus bens só lhe restava contar com a honra para garantir a Leopoldo e a Maria Vitória um futuro melhor. Na seqüência, a carta a Mendes Ribeiro

[531]. CONTINUAÇÃO dos documentos e correspondência oficial de Guido Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 11, n.1/4, p.27-254, 1906.

[532]. FRANCO, A. M., op. cit., p. 109.

[533]. FRANCO, A. M. op. cit. p. 105.

ganha um tom mais irônico: “A respeito dos Requerimentos, que me são pessoas e a meu filho, creio, in bona fide, que forão desprezados; V. Exca. Melhor o saberá. Do das minhas Gratificações e dos meus Officiaes, digo o mesmo [...]”⁵³⁴

De certa forma, como observou Mello Franco, o francês comprava uma briga calcada em mútuos melindres, com um homem poderoso, de futuro político promissor. Um ano depois, João José Lopes Mendes Ribeiro ocupava a Vice Presidência da Província. Ocuparia, também, por três vezes, a Presidência, de 18/12/1827 a 18/4/1828, de 13/10/1828 a 19/4/1829 e de 3/10/1829 a 22/4/1830. Desde que Marlière chegara Minas, muitas modificações políticas haviam transformado o cenário político no âmbito interno e externo. De 1810 a 1814, quando ainda a Capitania se debatia sob os efeitos da Guerra aos Índios Botocudo, Marlière havia sido preso e enviado ao Rio, como vimos na seção 3, por suspeitas de que se tratasse de um espião de Napoleão Bonaparte. Sua designação para o cargo de Diretor dos Índios do Pomba ocorrera também neste Governo mas, somente sob Dom Manuel de Portugal e Castro, nobre português que governou Minas mesmo após a constituição da Junta Provisória, sua carreira militar caminhara a contento e sua liberdade de ação fora ampliada nos sertões, sob o entusiasmo gerado pelos sucessos que obtinha.

O Barão de Caeté, Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, homem bastante citado na documentação, assumira o governo no dia 29 de fevereiro de 1824, sob o impacto da Independência política do Brasil, e o exerceria até o dia 19 de março de 1827. Em suas ausências, assumia o Cônego Francisco Pereira de Santa Apolônia, um dos vice-presidentes mais influentes que a década conheceu. Em dezembro de 1827, assumia a Presidência João José Lopes Mendes Ribeiro que, embora mantivesse no cargo de

[534]. *ibid.*, p.105.

Vice-Presidente o velho Cônego Santa Apolônia, tinha, agora, o campo livre para empreender suas modificações no que tange às Divisões Militares do Rio Doce e à Diretoria Geral dos Índios.⁵³⁵

Uma perseguição política velada se abateria sobre o francês até sua reforma em 1829. Mendes Ribeiro era homem astuto e conhecia a simpatia que o Imperador nutria para com a figura de Marlière. Certamente não poderia mover-lhe um ataque aberto, que demonstraria sua antipatia, legando sua imagem a uma exposição desnecessária.

Foi necessário que outros duros golpes se abatessem sobre a Direção dos Índios. O primeiro deles, uma representação dos Moradores de Ponte Nova, na qual reclamavam a destituição do Diretor Geral dos Índios. Tratava-se, na época, de um lugarejo promissor, ponto de descanso para comerciantes que se dirigiam à região da Mata, habitado por pequenos comerciantes, alguns fazendeiros ricos e uma maioria de pequenos proprietários de terras e escravos. O documento foi encaminhado nos seguintes termos:

Quando os habitantes da Ponte- Nova vivião nas suas lavouras ao coberto de saudável determinação, que criou ali a 3ª Divisão pela qual, protegidos, já não receavam a bábara invasão Botocuda; quando suas fazendas e criações prometião consideravel augmento n'aquella grande, e nova parte desta rica província: foi então que, passando a Direcção d'aquella barbaresca Nação às mãos do Tenente Coronel Guido Thomaz Marlière, que por hum errado sistema de Civilisação tem reduzido aquelles povos quasi ao antigo tempo de calamidades, roubos e mortes. Sim, Augusto Senhor, este chefe,

[535]. A sequência de Governadores e Presidentes da Capitania, e depois Província de Minas Gerais, na qual se baseam os dados aqui veiculados, foi organizada por: GOVERNO de Minas Geraes. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ouro Preto, ano 1, n.1, p.3-21, 1896. p. 9-10.

tendo por vezes feito subir ao Trono a Mansidão, Cathequização e Civilização de seus Índios, formando e armando suas representações e palavras, julga que se deve sustentar perante nossa Magestade Imperial seja, ou não seja assim, e que a sofridão dos povos deve cohonestar suas pretensões. Os povos se veem desamparados de guardas, que os deffendião; o mesmo qualrtel dezamparado he atacado; diversos Fazendeiros forão já insultados, e soffrerão mortandades, não sóso desta aplicação, como de outras, sendo principal foco a 4ª Divisão, e o que mais he, que não há providencia: o bugre mata o gado que quer, destrôe canaviaes, e plantações, vivendo a lei da Natureza, nehua differença tem senão já viverem entre Brasileiros, o que mais facilita suas traições. Se aos Índios se deve toda consideração, bom tratamento, e Sociação, também a par deve andar algum castigo inseparavel do bom regimem, isto he o que não aparece; porque alguns fazendeiros já estão na necessidade triste de se conservarem em defesa e nem he possivel que se cohiba o excesso e dehumanidade de homens tão barbaros senão pelo respeito da força dos Quarteis, e medo ao castigo pelos quais se domão os mesmos irracionaes. Rogão portanto a Vossa magestade imperial se digne tomar em consideração causas tão urgentes, e das Providencias para que senão frustrem tantos serviços prestados em obséquio aos povos, e Império, é Saudável Providência por Vossa Majestade Mandada executar para que estes Subditos vivão seguros de suas vidas, e percebão os fructos de suas lavouras, que fazem o imporio do Grande império de que Vossa Magestade he Perpetuo Defensor.⁵³⁶

[536]. Representação dos Moradores do Arraial de Ponte Nova, 8 de abril de 1826. Pertencente ao Ofício do Presidente da Província de Minas Gerais, datado de 13 de abril de 1826. Biblioteca nacional. Setor de Manuscritos. Referência: II, 36, 5, 21.

O Coronel francês apressou-se em apresentar uma defesa convincente perante o Governo Provincial e diante do imperador Dom Pedro I, mas seus problemas não terminariam aí.

Recuando um pouco no tempo, percebemos que, desde 1815, Marlière já polemizava com colonos e militares a respeito do modo pelo qual se deveria conduzir a incorporação dos índios ao âmbito da sociedade civil. O Furriel José Lucas Pereira dos Santos, habitante da região do Ribeirão dos Bagres, não muito distante de Manoelburgo, enviou, em 1815, uma carta ao Diretor Francês pedindo providências enérgicas contra os índios que lhe estavam roubando certas espigas de milho. Dizia também temer um possível ataque ao rebanho bovino que mantinha na região. Recebeu em resposta um pequeno ofício datado do dia 19 de fevereiro, em que Marlière esclarecia que, em hipótese alguma, os índios seriam atacados sem que atirassem a primeira flecha e aconselhava que, ao invés de instar os caçadores da Segunda Divisão Militar do Rio Doce para atacá-los, deveria dar-lhes feijão para comer. Assim, não teria seu milho roubado.

A exortação parece não ter convencido o sitiante que, à revelia das ordens recebidas, principiou a atacar os Puri. A situação se revestia de especial gravidade, já que o Furriel habitava a região que o francês reconhecera como limítrofe entre o território dos índios Puri e os assentamentos dos colonos luso-brasileiros. Um novo ofício de 1823, demonstra que Marlière, informado do que ocorria, procurava uma conciliação que, naquele momento, talvez parecesse possível:

A política de Vm.ce a respeito dos Puriz, não hé a de S. A R, nem a minha, torno a repetir-lhe que não quero que se dê hú só tiro aos Gentios Puriz sem elles fazerem algua agreção primeiro. Vm.ce ficara responsavel como principal morador daquela fronteira por qualquer acontecimento contrario a este

preceito que lhe dou de ordem da junta militar. Mais importa o Estado e a humanidade, a Civilização de tantos homens de que se esta tractando do que o risco de Vm.ce perder alguma cabeça de gado (que ainda não perdeo) . Se pelo contrario elles atacarem primeiro uzarei bem, a pezar meu da força de S.A.R para os castigar[...].⁵³⁷

Deparamo-nos, a partir deste ponto, com um vazio na documentação. Não se encontram mais informações sobre a querela até o início da próxima década. Neste intervalo, como vimos anteriormente, Marlière fora designado para atividades na região do Vale do Rio Doce e a região dos Rios Pomba, Chopotó (ou Xopotó) e Muriaé ficara a cargo de alguns de seus subordinados. Em carta às autoridades provinciais datada de 23 de janeiro de 1823, o furriel José Lucas Pereira dos Santos sugeria que Marlière fosse sumariamente demitido do posto de diretor dos índios Puri, e se propunha a ocupar o cargo.⁵³⁸ Para este Furriel o francês abandonava demasiadamente o posto para comparecer à capital da Província, entregando a administração dos índios a subordinados mais preocupados em solucionar seus interesses pessoais. “O Director Geral Guido Thomaz Marlière indo recolhido a Capital exercer o seu lugar de S. Mr. da Tropa de 1ª Linha, deixou 4 soldados denominados Cassadores, e hum negociante de pualha dentro do quartel para tomarem cuidado, este se retirou a seu negocio e os 4 soldados em nada cuidarão, nem mesmo em rossada para as plantações”⁵³⁹

[537]. Ofício Sobre o Furriel José Lucas Pereira dos Santos—1815. GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Belo Horizonte, ano 10, 382-668, jul./dez. 1905. p.444.

[538]. Ofício Sobre o Furriel José Lucas Pereira dos Santos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, 1906. p.440-443.

[539]. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 440-443..

A política marlieriana de não afastar os índios de suas matas de origem e, na medida do possível, promover uma sedentarização “espontânea” seria, aos olhos do Furriel, a causadora de uma completa “arrogância” daqueles homens da natureza, que, uma vez protegidos pela “brandura do diretor”, se viam livres para fugir ao batismo e à escola de primeiras letras, para atacar às posses dos colonos, causando-lhes “imenso prejuízo”. Marlière teria vestido a mais de 500 Puri no vale do Rio Muriaé sem que estes houvessem aderido à vida sedentária, se entregado a uma rotina diária de trabalho assalariado ou se convertido ao catolicismo que o Império cultivava. José Lucas Pereira dos Santos queria receber um soldo mensal por seus trabalhos como diretor dos índios Puri, e desejava que sua mulher servisse de mestra aos índios. Acreditava que, sob o comando de Marlière, seria provável que os índios nunca chegassem a se: “[...] domar e menos serem uteis ao publico, antes contrarios, como a experiência tem mostrado a tempos a esta parte que com duplicadas despezas nada tem produzido de beneficio, antes de inquietação ao sucego dos habitantes que de novo tem pertendido povoar aquelle vasto certão, o mais riquissimo da Província [...]”⁵⁴⁰

Atacado em seu brio, Guido Thomaz enviou a Ouro Preto documentos que procuravam demonstrar que a causa do ódio que o Furriel nutria, já há algum tempo, contra a sua pessoa, estava no desejo que tinha de apropriar-se das terras dos índios e usufruir os benefícios que o cargo de diretor poderia proporcionar. Procurou provar que as assinaturas, supostamente colhidas pelo Furriel entre índios insatisfeitos, eram forjadas pelo seu mesmo punho, já que, em sua maioria, os Puri não tinham conhecimento do alfabeto utilizado pelos luso-brasileiros. A argumentação áspera e incisiva faz entrever o transtorno e a alteração de ânimo que tais acusações causavam ao Diretor Geral. A seu ver, o Furriel era:

[540]. Petição do Furriel José Lucas Pereira dos Santos. GUIDO..., 1905, op. cit., p.442.

Homem estúpido e iliterato, o pior inimigo que tiverão os pobres Índios, que com sua mulher, a pouco escrava, querem-se insurgir em legisladores de Índios, prometendo em hum requirimento cheio de affectado enthosiasmo fazer maravilhas, com tanto que venha a ser pensionista de S. Ma.e Imperial, e se lhe dê as chaves do dinheiro do Estado. Este affectado Christão, tem a Polygamia estabelecida em sua Caza, e entre as suas numerosas concubinas tem muitas Indias: seria hum feio Salomão: ainda que Deus lhe não negace a sabedoria, o que junto ao mal que causou aos Índios, provadíssimo pelo facto o deve excluir da graça que pede a S.M. Imperial. Este juntamente calumniador e impostor, diz que muitos Coroados velhos, e moços estão ainda sem Baptismo; o que he falso, não conheço hum só pagão. Diz que em Manoel Burgo não há nem Pruriz nem edificios, e já quiria levar as pedras de moinho. Em Manoel Burgo está o Director dos Índios Puriz, com sua familia, caza, Igreja, sino, e Moinho coberto de telha; as mais barracas os portuguezes palheiros aproveitarão delas a força, comerão o milho da rossa, que produziu bem e correrão com os Puriz que se disseminaram nos bosques enquanto o seu Director fez outra rossa, e voltou a elles com abundante socorro de mantimentos que vão do prezídio para o negocio da Pualha em cujo negocio todos sabem que não entro. Os Índios que tem lhe são uteis e proveitosos, trabalham, dão-lhe poalha, que não bota fora, e proximamente descobrirão ouro, que promete fazer a felicidade do suplicante, bem como ajudão nos seus trabalhos a muitas familias portuguezas, que não tem escravos. O meu Quartel neste momento está cheio de Puriz, e não me queixo, porque, se comem muito, ajudão a plantar pagando-lhes em vistidos e ferramentas, e mais não tenho escravos de que o suplicante abunda. Vesti a todos os Índios nus que o mesmo Suplicante me mandou à custa da Fazenda Pública. A lista de assignaturas que apresento hé

quase toda da mesma letra, tinta e punho. A dos puriz, conforme observavel, e fiz observar, não chega a 50 e estes a maior parte do tempo ausentes em cassadas; 500 juntos o impostor nunca vio. Finalmente os meus Superiores, e os homens de bem da Nação, são os que constituo juizes da minha honra que julgo ileza.⁵⁴¹

Sabemos que Marlière ordenou a prisão de seu opositor que, provavelmente, não deve ter permanecido muito tempo atrás das grades. Ao que tudo indica, o episódio não foi muito adiante e, de imediato, não abalaria consideravelmente a credibilidade da Diretoria Geral.

Voltando à representação dos moradores de Ponte Nova, vale observar que também não alcançou maiores constrangimentos que algumas outras manifestações de insatisfação, acumuladas ao longo de cinco ou seis anos. Mais intensa, entretanto, foi a repercussão de novas oposições surgidas a partir de outubro de 1827. De uma forma geral, o final da década dos anos de 1820 não trouxe grandes felicidades ao velho Coronel Francês. Febres intermitentes assolavam os oficiais de seu alto comando, e, sendo ele próprio o mais afetado, não havia como atender à demanda crescente de visitas e inspeções às divisões. Seu projeto atraía milhares de índios para o âmbito de divisões militares que deveriam atendê-los incessantemente em suas necessidades de gêneros alimentícios e bens manufaturados. Marlière se via impossibilitado de corresponder às solicitações de tantos índios. Foi o que confessou em uma carta a Saint-Hilaire:

Continuamente cercado de Botecudos pouco me hé possível escrever; se fecho a porta, entrão pela janela; n'humas palavras, elles me põem às vezes fora

[541]. Officio Sobre o Furriel José Lucas Pereira dos Santos—1823. GUIDO..., 1905. op. cit., p.443-444.

do assento; havendo agentes para lhes ministrar o necessário, elles aqui não querem receber senão das minhas mãos ate o próprio sustento! A sua impertinência hé excessiva; elles me pedem Cavalos para ir ao porto, e no Porto, Canôas para se transportarem pelos Rios de um logar a outro: já duas canoas me perderão, que me será preciso pagar aos donos: com o tempo, e paciência havemos de ter Canoeiros, e Cultivadores porque tomão gosto ao trabalho. São muito numerosos, e todos os dias se apresentam novos lotes ás Canoas das Divizões, que passeão no Rio Doce, com ferrages, vestidos e sustento para elles [...].⁵⁴²

Acuados pela ocupação de seus territórios, muitos índios, antes atendidos em suas necessidades imediatas pela prodigalidade das doações agora se achavam revoltados com a escassez de recursos. Marlière chegava a trocar o itinerário de suas visitas para não enfrentar as perguntas dos índios:

Os Indios por todos os lados estão nus, pedem para se cobrir sendo elles já acostumados a vestir roupa: infelizmente nada mais tenho; vivem desgostosos e tristes; e eu escondo-me delles: essa gente não se satisfaz com promessas, que não vê realizadas Quando o ano passado fui mandado pelo Ex.mo conselho de província a inspectar a 5ª Divizão e as Aldeas, pedi a V. Ex.cia hum conto de Reis em prata para acodir ao necessário em caso tão delicado: não se me respondeo; o que equivale a hua negativa;o meu coração se fechou, e não apareci ali senão para mostrar aos índios (contra o meu costume) a minha nulidade. Para servir bem, são indispensáveis os meios, e, se estes se me negam, não me impute pelo futuro o retrocesso da civilização e o perdimento do que o Estado utilmente

[542]. Carta de Guido Thomaz Marlière a Auguste de Saint-Hilaire, 6 de dezembro de 1823. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 521.

gastou nella: da minha parte teria que perder o meu crédito, a minha reputação, e tão bem o amor, e a confiança filial dos miseráveis indios, o que hé peor que a morte para o homem sensível [...].⁵⁴³

Conta-se, no vale do rio Doce, que Marlière, por estes tempos, viu seu quartel ser cercado por um grupo de índios revoltosos. Chamavam o Diretor Geral de mentiroso e cobravam os viveres que ele sempre oferecera. Desafortunadamente, agora, o francês não dispunha de verbas para atendê-los. Avisado de que um ataque eminente se aproximava por alguns Naknenuk amigos, ordenou aos poucos soldados que tinha consigo que reunissem todas as brochas (nome pelo qual se conhecia uma espécie de prego pequeno) que encontrassem no quartel.

Na madrugada seguinte, no momento previsto para ataque, as brochas estavam espalhadas pelo entorno do quartel, de forma que, ao abordá-lo, os índios ferissem seus pés descalços. A tática empregada foi coadjuvada pela escuridão da manhã. Capazes de identificar os espinhos e desvencilhar-se dos galhos afiados que feriam os soldados na mata, os índios não reconheceriam aqueles milhares de pequenos objetos cortantes – tão próprios da sociedade dos colonos – espalhados sorrateiramente pelo chão. Desorientados pelos ferimentos e sangrando os pés, os líderes deram de cara com o Coronel Francês que ordenou que seus soldados os cercassem com alguns remédios, alimentos e curativos para seus ferimentos, num ato de conciliação.⁵⁴⁴

Verdadeiro ou não, este episódio, conservado pela memória oral, traz-nos a vaga informação de que, ao final de sua diretoria, Marlière teria enfrentado revoltas indígenas localizadas, causadas

[543]. Officio escrito por Guido Thomaz Marlière no dia 13 de abril de 1829. GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 12, p. 409-603, 1907.

[544]. O episódio é narrado por: ABREU, Maria Celeste de. *Sertão bravo do Rio Doce*. Belo Horizonte: Central Park, 2002, p. 84.

por sua crescente incapacidade de atender aos anseios de doação de roupas e víveres.

A disposição estatal de financiar as táticas e projetos de Marlière reduzira-se na proporção em que a ocupação das áreas sobre as quais Marlière atuara já se efetivara e a manutenção dos territórios indígenas perdia sua utilidade. Surgiram questionamentos sobre a efetividade dos métodos “civilizatórios utilizados. Como comentávamos anteriormente, mais uma vez levantou-se a questão da “religiosidade incompleta” do Coronel Francês. Perito da atual cidade de Marliéria, antigo povoado de Babilônia há uma montanha conhecida como alto do “Jacroá”(foto 7.1). Contam as tradições locais que, certo dia, estando Marlière de passagem pela região, foi interrogado por um eclesiástico sobre sua crença ou não em Deus, ao que respondeu algum tempo depois, ao se ver diante da visão que se descortinava do alto da montanha, em alto e bom tom “je croix!”. Seja como for, o fato é que a afirmação permaneceu na memória popular como topônimo, não obstante algumas modificações na pronúncia.



Foto 7.1: Vista do Jacroá, território do município de Marliéria. Foto Gidalzo Alves Sirqueira 5/2/2003.

A mudança do nome do povoado de Babilônia para Marliéria, modificação mais recente, data de 1923, sob o governo do então presidente do Estado de Minas Gerais, Raul Soares, que, tendo nascido em Ubá, nutria grande simpatia pela figura do francês.

A tradição popular da região do Parque Estadual do Rio Doce conservou ainda a memória de um episódio de sabotagem que, ainda no final do século XVIII, causou grande repercussão entre os habitantes das imediações. Há um lugarejo, não muito distante de Marliéria, conhecido como Ponte Queimada (foto 7.2). Sabe-se que Marlière abriu uma estrada entre o quartel do Sacramento e o da Onça Pequena, em meados da década de 20, para facilitar o deslocamento de tropas e víveres. Conta a tradição que no caminho teria reunido índios e soldados e construído uma excelente ponte de madeira sobre o Rio Doce, que lhe custara grandes esforços e da qual muito se orgulhava. Neste local houvera, no passado, uma outra ponte. A ponte do Coronel Marlière havia sido construída exatamente no local onde os índios haveriam, numa noite escura de 1784, queimado sorratamente a ponte de madeira construída dois anos antes pelo Capitão General Dom Rodrigo José de Menezes, originando-se daí o nome do local. Dom Rodrigo desejava tanto incentivar novas explorações de ouro naquela região, quanto ligar o presídio do Cuieté a Vila Rica por meio de uma estrada segura. Os índios atravessavam o rio naquele mesmo ponto durante a estação das secas e se sentiam protegidos quando, com as cheias, a margem que ocupavam não podia ser alcançada pelos brancos. A ponte os colocaria em situação estrategicamente desfavorável. Marlière, que naturalmente não presenciara o fato, afirmava duvidar da versão corrente, e quando, em 1827, pediu verbas para a construção da nova ponte, acusou portugueses vadios pela queima da antiga.⁵⁴⁵ Esta acusação visava, com certeza, livrar

[545]. Veja transcrição deste ofício um relato nativo dos muitos episódios ligados à Ponte Queimada em: ABREU, M. C. de, op. cit., p. 152.

os índios de uma culpa passada que pudesse lhes indispor junto ao governo. Esta segunda ponte não existe mais. Moradores do local informam que uma grande enchente no princípio do século XX a haveria destruído.



Foto 7.2: Local conhecido como Ponte Queimada, no limite entre os municípios de Marlièria e Pingo D'Água. Foto: Gidalzo Alves Sirqueira 5/2/2003.

Os rios marcavam, muito freqüentemente, a divisa entre os territórios das nações de índios Botocudo. Ultrapassá-los correspondia a uma declaração de guerra. Pode-se tentar encontrar também aí parte da lógica da queima da ponte construída pelos luso-brasileiros.

O ofício em que Marlière ordenava a construção da ponte foi inscrito, não se sabe por ordem de quem, em uma das pedras do despenhadeiro que dista 300 metros da ponte atual. Há, também, no local duas antigas cruzes de ferro que marcam, segundo alguns relatos imprecisos e pouco prováveis, a morte de dois soldados de Marlière falecidos em acidentes de trabalho por ocasião da construção da Ponte.⁵⁴⁶

[546]. Em uma das cruzes há a inscrição C. A N. Fui ao local, perguntei aos moradores e não obtive maiores informações sobre essas cruzes.

Sabe-se ao certo, entretanto, que o de 1827 foi particularmente marcado por constantes ataques a Marlière e seus principais colaboradores. O primeiro alvo foi o diretor dos índios do Jequitinhonha, Pe. José Pereira Lindouro, grande entusiasta dos projetos marlierianos. Logo nos primeiros dias de julho uma carta anônima e sem data circulou por todas as divisões, acusando o vigário-diretor de corrupção e indolência num episódio de desvio de três mil cruzados destinados à manutenção dos índios. Segue-se uma correspondência de apoio expedida, na qual Marlière tenta encorajá-lo a manter-se no cargo:

Acabo de receber de V. S.^a ma três Officios datados de 27 d'Abril deste anno em que me representa pelo 1º as Calumnias atrozes espalhadas nessa colonia por um escrito incendiario, cujo Original volta, contra a pessoa de V. S.^a com grave prejuizo da Civilização dos Indios à seu cargo, e enculcando prevenções desfavoraveis entre os Colonos sobre o seu bem conhecido character de probidade e que tenho observado e faço ver. 1º Que essa Carta, não tem data, e pelo que mostra hé muito antiga e anterior á expedição dos três mil cruzados, que o Ex.mo Snr.' Prezidente, por meu ministerio, e a petitorio meu, mandou o anno passado para socorro desses Colonos e Indios; cuja calumnia he toda da invenção do monstro, que a propagou, pois que o Capitão Pinheiro Freire, hé incapaz de haver avançado tão gratuita blasfemia contra a pessoa de V. S.^a. 2º

He tanto assim, que a tal calumnia foi inventada no tempo do Governo de Vossa Majestade Fidelissima. Que Deus haja, que o Calumniador fala em Governo Provisorio, e no mesmo senhor, e nada do actual Governo de S. M. O Imperador. 3º Para maior certeza de que este libelo diffamatorio, não he relativo ao tempo presente, nada mais facil de que tirar huma declaração perante três testemunhos de João Roiz Caldeira, a quem foi dirigido

do tempo em que o Calumniador Joze Nunes da Silva lham mandou. 4º Houve descuido em não por data no reconhecimentoda letra e punho daquele Libello pessoas nelle assignadas, á falta de Tabelaõ na Colonia , formalidade esta, tão bem essencial para exigir satisfação judicial. Final mente he necessario que eu saiba onde habita o Calumniador, seja qual for o tempo em que escreveo, porque sempre-o-he afim de eu solicitar ao Governo, que aquele máu Brasileiro seja entregue a Lei, e punido como esta determina, o que tudo espero me mande, e mesmo original em termos para obrar em consequencia, e fazer cessar quanto antes, a fermentação existente entre os Indios persuadidos por estas e outras perfidias de que V. S^a tem recebido Thezouros para elles e que os oculta. De tudo isto hé preciso offerecer estes dissabores á Dominum Deum nostrum enquanto os velhacos não se confundirem.⁵⁴⁷

Como vemos, a carta havia sido expedida por um inimigo alguns anos antes e fora feita circular em prejuízo ao projeto que se empreendia para com os Índios Botocudo do Jequitinhonha. Os colonos da região escreveram a Marlière, reclamando providências, caso as denúncias contra o Padre fossem verdadeiras e alegando que a enorme seca ocorrida no ano anterior não permitia que suas colheitas se desenvolvessem. É comum ouvir notícias de “Veranicos” prolongados, tanto na Região da Zona da Mata, quanto nos vales dos rios Jequitinhonha e Doce. Esse fenômenos são comuns ainda hoje e sua ocorrência deve-se mais a fatores atmosféricos e geográficos de caráter geral que à intervenção da ação humana. Logo após os grandes desmatamentos acompanhados de queimadas o clima, dada a ausência das árvores, anteparo natural do sol

[547]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Carta a o Pe José Pereira Lindouro, diretor dos Indios do Jequitinhonha. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 453-454.

no interior da mata, deveria elevar-se consideravelmente. A diminuição do nível de água dos rios, causada, em grande parte, pelo fim da maioria das florestas de cabeceira, bem como das matas ciliares que margeavam as pequenas nascentes, agravava a situação.

A nascente do rio Jequitinhonha localiza-se no local conhecido como Pedra Redonda, próximo ao Serro. Não muito longe, nasce o Araçuaí, na serra do Gavião, na região do Tejuco. Ambos partem em seus cursos quase paralelos do centro da Serra do Espinhaço, não muito longe do Pico do Itambé. Depois de cinquenta léguas, os dois rios se encontram no local conhecido como Pontal. Até aí, região conhecida como Alto Jequitinhonha, a paisagem de entorno é dominada pelo serrado. O rio, cujo leito é empedrado, era explorado pelo Garimpo desde o século XVIII. A Coroa Portuguesa considerava-o ponto estratégico para a exploração de riquezas minerais e defesa do interior da Colônia. Em suas cinquenta léguas iniciais, Companhias de Dragões guardavam seu leito, propriedade exclusiva do Rei, contra a exploração dos colonos. Sua ilhas serviam de ponto de pernoite para os canoieiros. Suas águas, navegáveis em algumas extensões, – principalmente nos períodos chuvosos, e, sem empecilhos, no trecho que se estende a partir da cahoeira do Salto Grande – deságuam no Oceano Atlântico, na altura da Vila de Belmonte, então território da Província de Porto Seguro.⁵⁴⁸ O próprio termo de Minas Novas dividia-se entre os atuais território de Minas Gerais e Bahia.⁵⁴⁹

O médio Jequitinhonha, território entre o Pontal e a cahoeira do Salto Grande era recoberto, em certos pontos, pela Mata Atlântica e, em outros, pela caatinga. Situava-se aí a Colônia do

[548]. A cachoeira do Salto Grande, hoje território da cidade de Salto da Divisa, separa atualmente o curso do Jequitinhonha entre os estados de Minas Gerais e Bahia. O Rio é totalmente navegavel de Salto da Divisa até Belmonte.

[549]. Sobre estas. informações confira: MORENO, César. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: a “guerra justa contra os índios”*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, p. 46-53

Jequitinhonha que, desde 1826, vinha sendo assolada por secas anuais, que se prolongavam além da costumeira estação de estio. O problema vinha também, em parte, de fatores climáticos e geográficos ligados à localização dos vales fluviais da região. Os desmatamentos, entretanto, contribuíram para que, a partir de 1826, a situação se agravasse:

Quando exultava de ver tudo prosperar nos Índios da minha Direcção nesta parte da Provincia de Minas, recebo a notícia assustadora, q'ameaçava de destruição a bella e bem principiada Colonia do Giquitinhonha, procedida de hua seca terrivel que a esperança dos Colonos e Índios ameaçados de morte pelos effeitos da fome [...]. Não são horas de moralisar, sim de socorrer promptamente huns e outros. V. Ex.cia e seu Conselho, fieis ás Leis responderão que não podem tirar dinheiro do Erario sem ordem de S. M. Imp.al na forma da constituição: mas eu digo que a constituição não tem artigo 'fome'. Que são Irmãos nossos que se affogão, e que a Humanidade pede que vamos nadando adiante delles para os salvar de perigo evidente em que se achão. S. Mag.e deve saber de tudo, mas dezejo que saibam tão bem, que nos temos socorrido com o possivel esperando maior esforço: e eu seguro a V. Ex.^a e seu Conselho, que terão applausos do Magnanimo Principe Que nos Governa Cuja Alma Sensivel não deseja senão o bem ser dos seus Subditos!

Na minha pobreza, não posso senão contribuir com pouca coisa e isto gostoso unirei ao socorro preliminar que V. Ex.^a me quizer mandar e que farei seguir violentamente por soldados fieis, sendo elle em prata. No mesmo Officio [...] ⁵⁵⁰

A carta destinava-se ao conselho de Governo, pelas mãos do então Presidente da Província, Barão de Caeté. A insistência dos pedidos e as constantes propostas de reforma, críticas abertas ou pressionamentos indiretos, deveriam ser, por vezes, interpretadas pelas autoridades como manifestações de arrogância.

Voltando ao episódio do Padre Lindouro, cabe ressaltar que a resposta de Marlière aos colonos foi encaminhada em tom conciliador e cuidadoso. O francês, logo de início, afasta de sua imagem a associação revolucionária e a pecha de não católico:

Saudação e Saúde!

Recebi, amados Colonos, a vossa carta de 15 de Abril deste anno com sensibilidade e agrado; e me regozijo de haver sido o instrumento de vosso allívio na calamidade, que soffrestes por causa da esterilidade do anno passado na perca das vossas Lavouras e colheitas"; muito mais louvores que dais ao vosso digno Pastor da sabia repartição que fez da quantia de três mil Cruzados, que sahirão do Herario, entre os necessitados: digo três mil Cruzados porque huns rasteiros Calumniadores que não podem pertencer senão ao negro sequito dos Revolucionarios, procurão, por vis e baixas calumnias contra os vossos benfeitores, promover a anarquia entre Colonos e Índios, afim de poderem nadar em sangue, se podessem, e roubar a seu salvo; espalharão até escripta, que o Rve.do Vigario havia recebido enormes quantias; denigrando assim, e gratuitamente a tão pio e interessante Funcionario Publico, vosso pai espiritual e temporal, e meu amigo, de quem confiei o remedio aos vossos males e a educação civil e Christã dos numerosos Índios dessa interessante colonia. Acreditai-me Colonos! O Erario não da dinheiro sem pedir con-

[550]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. Carta ao Sr. Barão de Caeté, presidente da Província de Minas Gerais, comunicando e solicitando providências para a seca que assola aos colonos e índios do Jequitinhonha. CONTINUAÇÃO..., op. cit., p. 149.

tas, e quem recebeu e da essas contas, sou eu, vosso amigo enquanto procederdes bem e trabalhades em paz e união entre vós, e nunca os hei-de enganar; mas sim proteger e amar enquanto eu tiver e merecer a confiança de S. M O Imperador e do seu Sabio Governo.⁵⁵¹

Tal apaixonada defesa de seus aliados não seria suficiente, entretanto, para poupar o próprio francês de uma perniciosa exposição. Defendendo a si próprio e a seus colaboradores, Marlière colocava-se na linha de tiro de seus inimigos, já que, tal sucessão de intrigas e denúncias era muito propícia aos projetos de Mendes Ribeiro, que, às escondidas, maquinava sua deposição.

No mês de outubro, uma representação abaixo-assinada dos habitantes da Freguesia de São Miguel, do Termo de Caeté, chegou à Presidência da Província com denúncias e reclamações. Marlière e os índios eram novamente o alvo dos ataques:

Os desgraçados povos Habitantes da Ribeira de Santa Ana da Onça, onça Grande, Alfiel e São João, Freguesia de São Miguel do Termo de Caeté abaixo assignados da Província de Minas Geraes, estabelecidos com Cultura, Lavoura e Negociação, Segundo o estado do Paiz se veem aflictos, e perturbados com o grande vexame dos Indios Botocudos por que desde a sua pacificação em 1822 girão pelas Ribeiras da frente das povoações referidas com numerosas familias com grande prejuizo dos mesmos Habitantes, destruindo tudo quanto achão, entrando e saindo pelas proprias Cazas, devorando todas as creações como sejam galihas, Patos, Perus, Leitõens, Vitellas, e quanta Roupa podem apanhar carregão-na, destroem canaviaes, e por mais que os fazendeiros os tratem com o preciso

sustento faltando muitas vezes a suas familias se não dão por satisfeitos. Não podem se pehender pelos danos por que se adiantão com alaridos, e querem usar das Frechas que trazem, e tudo isso fazem porque não tem castigo ou sujeição alguma. Queixão-se os povos ao Director Geral Tenente Coronel Guido Thomaz Marlière, este diz que se hão de dar as providências para evitar os prejuizos e para a Civilização dos ditos Botocudos he preciso esta frequência delles, mas contudo esta frequência he mais danoza. Passão-se dias, mezes, e annos sem que o dito Director Geral atenda mais a taes queixas, por mais instâncias e representações sobre os vexames e prejuizos dos supplicantes. Há muitas pessoas a quem o Botocudo tem cauzado danno em cana que podia produzir mais de 100 arrobas de açúcar, além de agoas ardentes, quando o dito Director lhe parece o mais que da são 24//000 reis que não paga o prejuizo de 400 ou 50 mil reis. E como há de esse Director Geral usar de Caridade com os povos se elle he homem de tal maneira que não segue a Religião Catholica Romana, nem consta que se confesse, e diz claramente que se não fiem nelle que he Francês de Nação! Estas expressõens, Augusto Senhor quazi que induzem a crer, que este Director Geral he infiel ao Estado Brasileiro, e com razão assim se persuadem porque estando elle a receber da Junta de Administração da Fazenda Publica daquela Provincia contos e contos de reis alem de varias ferramentas que diz ser para pagar os prejuizos, que cauzam os ditos Botocudos e sustentação delles, a tudo dá a saída que lhe parece sem que conste por conta corrente o que cada individuo tem recebido. O certo é que, entrando o dito Director Geral para este emprego em 1810 ou 1811 ainda não consta que elle Catequizasse ou civilizasse hum só Cazal de Indios, e os puzesse com modos de por si so subsistir independente do suor alheiro, e arranchado em caza propria para servir de exemplo aos

[551]. GUIDO..., 1907, op.cit., p. 455-456

mais; e como há de elle cuidar desta grande obra de Regeneração politica Indigena se elle no que cuida he so em se estabelecer, e engroçar-se com grandes fazendas como a de Guido-Wald, que he o 1º Fazendão preparado com o desenvolvimento dos indios Coroados. – A 2º Fazenda he no Rio Doce no lugar denominado a Caxoeira Escura que intitidou = Leopoldo = onde existe hum quartel para os vian-dantes, e he constante ser a dita fazenda para o seu Filho Legitimado Leopoldo, situada a parte do Norte. A 3º Fazenda he no rio Velgarmente chama-do Santo Antonio, que por estar a parte do Norte, denominou = Naknenuk = onde esta formando hua grande fazenda no Ribeirão do Galo confrontando com o Quartel da 1ª Divizão trabalhando os solda-dos na factura de huma grande caza de sobrado, e mais vivendas, tendo sempre tido todos os generos de plantação de baixo da guarda de Sentinela em Guarida para evitar que os indios fação a colheta; com tanto que elles sobrecarreguem aso mais Fa-zendeiros, que isso não importa, vendendo aquelle proprio mantimento não só aos ditos indios, como aos Soldados, que com tanto cansaço derrubão, e plantão, com o especioso pretexto de Serviço de Vossa Majestade imperial, chegando ate os miseraveis a comprar bananas! O alferes comandante da-quella Divizão restringido a cumprir suas Ordens de baixo de ameaças e suatos, que recebe, a tudo se sujeita por conta do adiantamento que deseja. Os soldados são castigados por qualquer negligên-cia do trabalho da cultura, e não podem respirar com tanta injustiça. Esta fazenda, que he para onde tem vindo tantas ferramentas com que tem assistido a Fazenda Publica, he pertencente a sua filha legitimada Leopoldina = Quais que soldados, carpinteiros ou bons derrubadores são chamados de suas Divizões para aquella a trabalharem em interesse particular, e não tem outro vencimento mais, que o soldo, e a gratificação da Ley a custa da Nação.= Há dois annos foi entimado do ouro Preto

hum Desgraçado denominado = Mingáu = ao qual tem occupado a fazer Catres, Cadeiras, Tamborettes, e outras obras de Carpinteiro e por querer fugir, alem de castigado, o tem com um cepo no pé, e corrente. Igualmente outro Desgraçado que foi degadado por dois annos como he bom Official de Ferreiro, lhe assentou praça e o tem a trabalhar pelo officio em Guido-Wald, tendo as Divizões grande falta de ferreiro para o serviço proprio; julgão os Suplicantes que estes2 Degradados fo-rão para o Presidio do Sacramento e pelo interesse particular se acha iludido o julgado – Mandou o tal Director Geral assentar Praça a hum Crioulo das partes das Aldeias de São João Baptista, sendo captivo, e tendo disto certeza, assim como outro que esta na 4ª Divizão, sabendo que tem 12 annos de prestação de Escravidão, àquele nas aldeias so na 1ª Divizão. Os Indios carregão numerozamente sobre as Fazendas dos Suplicantes, derramão-se pela povoação, e não procuram por assistência o quartel da Directoria. Quando este Director Geral foi para as Divizões, apenas possuía duas negrinhas no-vas, huã vendeo logo, outra morreo, e hoje tem 6 escravos e as fazendas declaradas. Todos sabemos que os seus soldos lhe não chegão para tanto. He muito verossimel que em bem poucos annos todo o rendimento da Fazenda Publica não chegue para suprir as despesas que pede o dicto Director Geral, e sem fruto algum, elle esta bem no seu socego obrando quanto quer, porque não há quem lhe faça objeção, e tem grande patronato a sua parte. – Penção os desgraçados Suplicantes, que na Pro-vincia de Minas Geraes não haverá quem informe a Vossa Magestade imperial sobre os factos alle-gados que demandão promptas Providencias do Governo Sabio de Vossa Majestade imperial, que se não se compadecer das afflições desta porção dos seus fieis subditos, tudo ficara perdido, aba-lada a Civilização dos Indios, e não haverá hum so Collono, que intente ir cultivar e povoar aquelles

sertõens, como he tão recomendado pelo Governo Iluminado de Vossa Majestade Imperial de quem os Suplicantes outra vez submissos pedem as mais energicas providencias. Como Procurador, José Gomes Duarte [...].⁵⁵²

Ao receber a representação, imediatamente enviada ao Rio pelo Governo Mineiro, o Imperador manifestou-se no sentido de que o francês, uma vez acusado, deveria defender-se por escrito. Marlière enviou-lhe uma detalhada contabilidade de seus bens, bem como vários ofícios argumentativos em favor de seu método de “civilização dos índios”. Alegou, ainda, por falta de verbas estatais, estar gastando com os índios parte significativa de seus rendimentos. Um ofício do Governador de Armas da Província, datado de 4 de abril de 1826, reconheceu achar-se Marlière em “[...] estado de mendicidade por despender com os Índios da sua Diretoria todos os seus vencimentos, segundo me consta.”⁵⁵³ Os autores da Representação estavam bem informados sobre alguns aspectos. Conheciam, por exemplo, o caso do Soldado Mingáu, citavam, também, uma filha de Marlière chamada Leopoldina que, entretanto, não aparece em qualquer outro documento.⁵⁵⁴ Suas possíveis contradições, entretanto, não repercutiram tanto quanto à própria existência da Representação.

[552]. Biblioteca Nacional. Setor de Manuscritos. 36, 4, 44.

[553]. FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914. p. 110.

[554]. Se Leopoldina realmente existiu e recebeu inclusive uma fazenda em seu nome não nos é possível precisar. Não há documento de posse em seu nome nem qualquer registro de nascimento que dê conta de sua filiação. Parece-nos estranho para os padrões de hoje alguém dar o nome de Leopoldina a uma filha quando, alguns anos antes, havia batizado seu primogênito com o nome de Leopoldo. Leopoldina poderia ainda ter morrido cedo, nunca ter existido ou ter sido colocada em segundo plano em relação à mesma família Marlière que se formaria a partir de Leopoldo. Nada disso foge ao campo das suposições.

7.2 DESTINO E ESTATÍSTICA DOS ALDEAMENTOS DOS VALES DOS RIOS JEQUITINHONHA E DOCE

Como resposta às interrogações do Governo da Província, surgiu o grande relatório dos Aldeamentos, que hoje nos serve como uma das principais fontes de informação sobre o período. Endereçado ao Vice-presidente, Francisco Pereira de Santa Apolônia no dia 30 de outubro de 1827, esse relatório dá conta não só dos aldeamentos da mata, mas de todos que haviam sido fundados nos rios Doce e Jequitinhonha.⁵⁵⁵ Como na seção 3 trabalhamos com os aldeamentos do Vale do Rio Pomba, valeria à pena conferirmos o estado dos quartéis e aldeias do Rio Doce no mesmo período: os últimos anos da diretoria marlieriana:

Segundo o Relatório, a aldeia de São Pedro do Rio Preto, fundada por Marlière no dia 24 de maio de 1824, inicialmente situada às margens do Ribeirão de São Mateus e depois transferida para 4 léguas adiante, era povoada por 600 índios Puri e dirigida por Antônio Joaquim Coelho. Distava 45 léguas de Ouro Preto. Os índios ali se dedicavam a uma agricultura nascente, mas o grosso das atividades se concentrava na extração de poaia. Sua nova localização a colocava às margens do Rio Preto, na rota da estrada que ligava Minas à vila capixaba de Itapemirim.

Sant’Ana do Abre Campo, fundada por Marlière em 14 de maio de 1821 a 32 léguas de Ouro Preto, compreendia também uma vasta área de sertão até o córrego do Ouro e tinha um número maior de índios, 800. Seu diretor era o Alferes reformado José Caetano

[555]. Direção Geral dos Índios de Minas Geraes – Golpe de Vista Sobre O Estado Actual da Civilização dos mesmos, Para Servir À Estatística da Província. 30 de outubro de 1827. GUIDO..., 1907, p 496-512. Todos os dados citados abaixo, nas descrições de cada um dos aldeamentos são baseados neste relatório.

da Fonseca. Seus índios, também da etnia Puri, dedicavam-se menos ao trabalho agrícola que à extração de poaia.

Petersdorf, a Aldeia de Pedro, menina dos olhos do Diretor Geral, que a fundara no dia 12 de março de 1823, em meio a grandes esperanças, distava 36 léguas e meia de Ouro Preto e concentrava um número ainda incerto de índios Botocudo. A razão de tal incerteza estava na dificuldade de se aldear estes índios, ferrenhamente apegados ao nomadismo. Esses índios, ainda, não queriam se entregar ao comércio da poaia, preferindo se ocupar da agricultura, da caça e da pesca.

Marlière se apressava em garantir aos seus superiores que os índios estavam trabalhando. Caso não o estivessem, a manutenção de seus aldeamentos estaria seriamente comprometida, bem como se veria ameaçado o método de “civilização” por ele implementado.

No aldeamento do Bananal Grande, onde havia um enorme cemitério, reunia-se também, a 45 léguas de distância da Capital da Província, um número enorme de índios botocudo nômades. Mais do que lugar de permanência era um entreposto de abastecimento de víveres para índios de Petersdorf e do Cuieté em seus deslocamentos. Havia plantações mas, pela ausência de força militar que coadjuvasse a ação do Alferes comandante da 6ª Divisão, seu Diretor não permitia que durassem muito após a primeira colheita. Roubava-se tudo.

No aldeamento do Cuieté, famoso presídio de que já tratamos em seções anteriores reuniam –se, também, índios Botocudo, nômades, caçadores e pescadores. Eram dirigidos pelo Sargento Joaquim do Amaral, homem de total confiança do Diretor Geral. Distava, por terra, pela estrada de Antônio Dias Abaixo, 24 léguas da Capital. Por via fluvial a viagem, não obstante mais rápida, chegava a durar oito dias. Marlière também o fundara, como de resto o fizera também com o do Bananal Grande em Março de

1823, ao lado do presídio pré-existente. Dirigia-o, também, o Alferes comandante da 6ª Divisão.

Havia, ainda, um aldeamento na barra do rio Cuieté, freqüentado por índios Botocudo que se ocupavam apenas de caçar e pescar. Seu comandante era o Alferes José Joaquim do Amaral. Fundado no início de 1823, quando o Diretor Geral fez uma grande viagem pela região, distava 24 léguas de Ouro Preto e a viagem pelos rios durava 7 dias.

O aldeamento de Lorena tinha como comandante um homem identificado apenas como “*Cabo Geral do Mundifer*”. Distava por terra, 24 léguas da Capital, e, pelas águas, 9 dias. Índios Botocudo nômades o habitavam de forma inconstante. Como dizia Marlière “sendo ambulantes, não se podem contar”⁵⁵⁶

O quartel de Laranjeira, vizinho da barra do rio Suassuí Grande era povoado por Naknenuks e dirigido por um sargento da 6ª Divisão. Seus índios não se ocupavam de nenhum trabalho senão o que lhes convinha e eram estimados em um número “imenso” por seu fundador, o Diretor Geral. Existia desde maio de 1825 e distava de Ouro Preto 21 léguas por terra ou seis dias e meio pelos rios.

No chamado Quartel de Dom Manoel reuniam-se também Naknenuk, etnia muito numerosa na região. Nômades e arredios aos trabalhos que beneficiavam os luso-brasileiros, só se ocupavam de suas questões. Havia sido contatados em 1823, ano em que Marlière fundara o quartel. Tinham com ele uma aliança que já durava alguns anos. Saindo de Ouro Preto por terra, o viajante percorria 24 léguas até este quartel. Se optasse pelos rios, demoraria seis dias e meio.

O aldeamento do Rio de Santo Antonio, ou quartel de naknenuk, fundado na mesma época comportava um número in-

[556]. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 502.

determinado de Nakenuk, empenhados na ajuda aos soldados. Distava 38 léguas de Ouro Preto. No passado, Marlière recebera ali índios amistosos com os quais muito simpatizara. Estes, depois de algum tempo, foram visitados pelos Botocudo, que, a pretexto de fazerem com eles amizade, lhes haviam roubado as mulheres. Muitos então, desgostosos, haviam abandonado o aldeamento.

No Ribeirão do Félix, Freguesia de Peçanha, havia um aldeamento de índios Malali que, provavelmente, já existia ali por época da chegada dos luso-brasileiros. Conduzidos por missionários católicos e já iniciados na agricultura, este índios, distantes 74 léguas de Ouro Preto, já se haviam, em parte, sedentarizado. Eram fiscalizados pelo Comandante da 3ª Divisão, que não tinha para eles uma estatística certa.

Em Minas Novas, distantes 78 léguas da Capital, havia o quartel e aldeamento de Alto dos Bois, habitado por índios Marconi e dirigido por Antônio Mendes Leal. Marlière desconhecia a identidade de seus fundadores.

No quartel do Jequitinhonha, dirigido pelo maior aliado do Diretor-Geral, Padre José Pereira Lindouro, os índios Naknenuks dedicavam-se à agricultura e à navegação. Segundo Marlière, haviam sido domiciliados em 1631 e já habitavam ali de forma semi-sedentária quando da fundação da 7ª Divisão Militar do Rio Doce, em 1810. Mais tarde, Marlière trouxe para junto deles alguns grupos de Maxacalis, que se ocuparam da agricultura e da navegação para o transporte de pequenas mercadorias. Distava de 134 a 150 léguas de Ouro Preto.

Finalmente, o aldeamento do Ramalhete tinha um número variável entre 200 e 300 índios Naknenuk, encarregados de ofícios agrícolas. Distava 70 léguas da Capital e era dirigido pelo comandante da 5ª Divisão.

7.3 A REFORMA DE MARLIÈRE

Para uma prestação de contas sobre todos os gastos empregados neste vasto território e com estes milhares de índios, acrescidos de seus vizinhos colonos, Marlière foi chamado a Ouro Preto com urgência e ouvido pelas autoridades militares. O relatório das divisões, que já mencionamos em seções passadas para descrever os aldeamentos, foi escrito em uma noite passada em claro e enviado a Ouro Preto na manhã seguinte.

As cartas seguintes a este documento partem do próprio punho de Mendes Ribeiro que, agora resguardado pelos acontecimentos, não escondia sua antipatia pelos projetos marlierianos:

É certo estarem os Indios pouco adiantados em civilização; – que nenhuma idéa se lhes tem ensinado de nossa Santa Religião, sem a qual não há convencimento no mundo e só barbaridades. Assim, o Conselho do Governo em cumprimento da Lei e Constituição da monarchia, – devendo empregar todos os meios a seu alcance para propagar o conhecimento do Evangelho por aquelles selvagens – assenta que V. S deve satisfazer cabalmente aos mencionados quesitos. E' verdade que desse trato que os indios tem tido comnosco, lhes provem o conhecimento de nossas forças e diminuição do respeito que sempre nos tiveram; – que he tambem verdade que a apresentação dos indios nas povoações, ainda quando não façam outros males, causam sustos reaes, que pódem acabar em desacoroçoamento com grave prejuizo público.⁵⁵⁷

[557]. Officio de João José Mendes Ribeiro a Guido Thomaz Marlière. GUIDO..., 1907, op. cit., p.436-437.

Marlière deve Ter se revoltado ao receber tal officio. Ao mesmo tempo, criticava-se o seu método de convivência entre índios e luso-brasileiros e a sua filosofia de dar precedência à educação civil sobre a religiosa. Mendes Ribeiro parecia querer atacá-lo, em particular no campo religioso, afirmando que agora seu poder seria constantemente fiscalizado pelo Presidente da Província. Na prática, retirava-se do francês boa parte da autonomia de que gozava desde o governo de Dom Manuel de Portugal e Castro.

Sindicâncias que ordenara realizar haviam averiguado que, na representação dos moradores da Freguesia de São Miguel, havia sido acrescentada uma parte considerável de discurso detractor, já que os moradores, originalmente, não reclamavam tanto de Marlière, e sim dos índios. A situação tornava-se cada vez mais insustentável, e Marlière percebia que as intrigas deveriam contar com o apoio de seus inimigos de Ouro Preto.

A carta seguinte de Mendes Ribeiro orientava-se no mesmo sentido: as Divisões eram dispendiosas, e o método utilizado por Marlière lento, brando demais e, em síntese, obsoleto. Com palavras agrídoces, o Vice-Presidente da Província procurava evitar um ataque direto à figura do francês, mas, sutilmente, minava suas bases de apoio. Essa carta, enviada às autoridades do Rio de Janeiro é paradigmática para este estado de coisas:

Sendo as Divisões Militares do Rio Doce hum estabelecimento, que desde o tempo da sua criação, em 1808 tem feito despeza perto de quatro centos e sessenta contos de reis, até o presente não se obteve exato conhecimento da utilidade que tem feito, tanto em augmento da Fazenda Publica, como na Civilização do Indios. Em deferentes epocas fôrão inspeccionadas por Officiaes do 2º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército, mas pouco proveito se tirou de taes Inspecções: hoje acção-se commandados pelo Coronel do Estado Maior

do Exército Guido Thomaz Marlière, que, tão bem he Director Geral do Indios, e muito intelligente, muito zeloso, e muito habil para tal ministerio. A distancia em que se achão humas Divizões das outras, não permite, que o dito Coronel possa observar occularmente o que em cada huma dellas se passa, é de necessidade dever confiar-se de seus Subalternos, que, abuzando da sua boa fé, como já tem acontecido por muitas vezes, diofficultosamente se conseguira o fim de sua instituição [...].⁵⁵⁸

Em correspondência posterior, Mendes Ribeiro propõe a substituição de Marlière por um homem mais jovem e de menor patente, mais apto ao exercício do cargo, e cujo soldo custasse mais barato ao Estado.⁵⁵⁹

O coronel francês, que desde 1827 enfrentava também grandes epidemias de varíola em seus quartéis do sertão, encontrava-se, então, prostrado pela febre mais intensa que sentira desde seu ingresso nas Divisões. A malária o impossibilitava de deixar Guido-Wald. No quartel Central do Retiro, dois anos antes, a varíola dizimara alguns de seus melhores soldados. Quase não sobraram sobreviventes naquele isolado posto do Sertão. Temendo o contágio que, sabia não demoraria a ocorrer, Marlière ordenara que se queimasse o quartel e as roupas dos infectados. Mudando sua residência para Antonio Dias Abaixo, o comandante logo veria a propagação do mal por outras localidades, não obstante o isolamento dos doentes e seus convivas. Especialmente, no dia 2 de agosto de 1827, a situação parecia particularmente crítica:

Achei o meu Quartel do Ritiro infectado do Terrível mal das Bexigas, e tão perigosas, que a morte

[558]. FRANCO, A. de M., op. cit., p. 123-124.

[559]. *ibid.*, p.125-126.

já devorou nove dos melhores soldados da sua Guarnição: o que me obrigou a tornar incommunicavel aos mais Soldados das Divizões, e povos desta Colonia o mesmo Quartel, afim de evitar a propagação de semelhante flagelo, e mudar a minha residência para esse Arrayal [...].⁵⁶⁰

Ao custo de muito isolamento e da destruição das roupas dos doentes, a epidemia foi finalmente debelada. Ordenando a construção de novas casas para os soldados não infectados – as antigas haviam sido queimadas – e viajando para resolver os problemas causados pelas intrigas de seus colegas de farda, Marlière adoeceu novamente. Em 1829, quando a seqüência de ofícios de Mendes Ribeiro buscava alvejá-lo na estabilidade do cargo, o Coronel Francês prostrara-se aos cuidados de D. Maria Vitória, entre as montanhas da Serra da Onça.

Frente à insistência do governo de Mendes Ribeiro para que se tornasse mais severo na punição aos índios insubmissos, insistia na mesma postura:

Huma doença prolongada até hoje não me deixou pela apathia e debilidade em que eu estava, meios de continuar a minha correspondência com V. Ex.a. [...] Nunca vi, e nem vejo a necessidade de outra lembrança de mandar sobre os Indios bandeiras: pois não se deve atirar ao pássaro, que está em terra; não achei nos já entrados, e que entrarão na minha Inspeção gente mais humilde e mais mansa; o que senti foi não Ter com que os brindasse, como julgo ser da dignidade da Nação e, em Particular desta Provincia, falta de meios pecuniarios. [...] Sobre todos os pontos da minha Direcção os Indios prosperão na Civilização,

[560]. Ofício de Guido Thomaz Marlière sobre a infecção dos soldados do Quartel do Retiro pelo Mal das Bexigas. Antonio Dias Abaixo, 2 de agosto de 1827. GUIDO..., 1907, op. cit., p.461.

industrião-se aos trabalhos ruraes, e ao negocio da poalha, que extrhem em abundância para os Brasileiros, alguns tem suas creações de Gado, porco, e galinhas [...] os Missionarios...os Cathequizão, baptizão e até Cazão. Não sei o que mais se possa exigir em tão poucos annos de húa Nação de indios reputados incivilizaveis pela sua ferocidade primeira [...].⁵⁶¹

Acreditava que, para que os índios se afeiçoassem à civilização luso-brasileira, deveriam se acostumar à idéia da propriedade privada da terra e dos bens móveis. Assim, deixariam aos poucos o nomadismo: “Forte coiza hé o Direito de Propriedade Sr. Presidente!”⁵⁶²

As sugestões de Mendes Ribeiro, acatadas pelo Imperador, foram implementadas ainda no ano de 1829. Marlière foi reformado no dia 10 de junho.⁵⁶³ Para substituí-lo, foi indicado o Coronel Miguel Teotônio de Toledo Ribas, que pertencia ao 2º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha do Exército Imperial. Toledo Ribas passava então para o Estado Maior. Em novembro de 1829, Marlière recebia o seguinte ofício do Presidente Mendes Ribeiro:

Logo que V. S.a receber este meu offº passará o Commando das Divizões ao Corel. Miguel Theotonio de Tolledo Ribas, entregando-lhe todos os livros, clarezas, instruções, e mais objectos relativos ao mesmo Commando, e Civilização dos Indios, de que V.S.a se achava incumbido. Ds. Ge. A vsa [...].⁵⁶⁴

[561]. Correspondência do Cel. Guido Thomaz Marlière com a Presidência da Província. GUIDO..., 1907, op. cit., p.555, 557.

[562]. *ibid.*, p. 557.

[563]. *ibid.*, p. 598.

[564]. MARLIÈRE, Guido Thomaz. apud. FRANCO, A. de M., op. cit. p. 126.

Não obstante disposto a entregar o comando a Tolledo Ribas, o francês encontrava-se impossibilitado de montar a cavalo em consequência de suas moléstias. Muito lhe custava se levantar da cama. Seu sucessor exigia que comparecesse imediatamente ao quartel de São João da Madureira, ainda no dia 8 de novembro de 1829. Mesmo passando com sua guarnição numa estrada bem próxima a Guido-Wald, o Coronel

Toledo Ribas se negava a deslocar-se até a fazenda de Marlière. Escrevendo então a Mendes Ribeiro, Marlière procurava explicar a sua situação:

Recebi ontem de tarde o Officio de V. Ex.^a de 3 do corrente, pelo qual me Ordena entregue o Comm. do ao S.r Coronel Miguel Theotonio de Tollêdo Ribas; o que estou disposto a fazer a muito tempo, mas o dito S.r Coronel, passando bem perto desse meu Quartel, me escreve na data de 5 deste, que pretende receber o Commando em S. João de Madureira, no dia 8 deste onde não achará senão o material das Divizões, e indios; estando todos os papeis (como devem estar) comigo. Se as minhas enfermidades o permittissem de boa vontade eu me transportaria alli, mas hé-me impossivel, absolutamente impossivel; e deste meu impedimento avisei ao S.r Coronel a 4 do corrente, sabendo, que se dirigia a São João, depois d'elle me haver avizado, em Officio de 9 de julho, que vinha aqui por todo o mês de setembro; por tanto, julgo dever prevenir á V. Exca. Deste contratempo cujo motivo não sei interpretar, afim de que se persuada da minha inteira resignação a obedecerás ordens de S.M Imperial, como sempre o fiz e farei enquanto for vivo”⁵⁶⁵

[565]. Confira: GUIDO..., 1907, op. cit., p. 601.

Toledo Ribas, após um médio período de silêncio, talvez persuadido por Mendes Ribeiro, enviou a Marlière um officio no qual alegava incapacidade de comparecer a Guido-Wald, devido ao fato de haver sido, também, ele acometido por uma súbita doença. Enviou-lhe, porém, ao encontro um sargento chamado Antônio Xavier da Silva, bem como a informação de que estava desligando o Cadete Leopoldo Guido Marlière do Exército e submetendo-o, de hora em diante, às ordens do pai. Consigo, o sargento ajudante que fora ao encontro de Marlière levou, para entregar a Tolledo Ribas, um livro de officios que trazia a documentação das Divisões até o mês de agosto de 1821, outro que ia até dezembro de 1825 e ainda mais dois que inventariavam, respectivamente, as ações públicas até maio de 1827, e os expedientes do dia até esta mesma data. Por último, havia o livro de registro dos officios das autoridades, que terminava em março de 1829, mas tinha sido acrescido da documentação que se produzira até aquele dia 20 de novembro. Toda esta documentação, assim como mais alguns documentos e papéis de contabilidade, foram reunidos nas Revistas do Arquivo Público Mineiro nos primeiros anos do século XX e hoje nos servem como principal fonte de referência empírica sobre esse período.

Terminava assim a Direção Marlieriana dos índios. Uma comissão foi encarregada das contas e dos demais negócios das Divisões Militares. Queria-se avaliar tudo quanto havia até então recebido o coronel francês, para, mais uma vez, averiguar se as acusações de dois anos antes se confirmariam com uma análise mais atenta.⁵⁶⁶ Nada se averiguou sobre o Diretor-Geral dos Índios

[566]. Relatório da Comissão encarregada dos exames das contas e mais negócios das Divisões Militares do Rio Doce, com a conta corrente de tudo quanto recebeu o Coronel Guido Thomaz Marlière, ex- Comandante das Divisões e Diretor Geral dos Índios. Arquivo Público Mineiro. SP PP-1/15, Cx. 90, Doc 32.

dios, a não ser que empregara inclusive dinheiro próprio para a implementação de seus sonhos de “civilização.”

Contrastando com a onda de admiração que sua história produziria nos meios governamentais quatro ou cinco décadas mais tarde, o francês naquele momento não deixava saudades nos círculos sócio-políticos das elites mineiras. A má vontade de homens como Mendes Ribeiro e Tolledo Ribas, representava apenas uma pequena parte dos cortejos de antipatias que despertara. Entre certos soldados, militares de pequena patente, vizinhos pobres e índios, Marlière era muito popular. Seu carisma havia mobilizado aqueles homens simples em nome de um projeto que, por motivos diversos, os entusiasmará. Seu paternalismo e a fama de homem caridoso contrastavam com as memórias dos castigos infligidos aos soldados, das ásperas ações de reprimenda aos índios e colonos que contrariavam suas ordens. Porém, algo se afirmava quase como lugar comum. Marlière fora, em tese, um homem do diálogo, não um apologista do combate aberto, da tortura e da escuridão. Era um militar à moda das luzes, como tantos outros de seu tempo, porém, o ambiente em que vivera e as respostas que dera a cada uma das novas circunstâncias de vida que se lhe apresentavam faziam dele um homem singular, que criava novas possibilidades de ação, marcando as regiões por onde passava com a intervenção enérgica de sua personalidade. Afinal, embora freqüentemente mal sucedido, apelo à persuasão estivera presente mesmo quando isso poderia arriscar sua vida. Ultrapassado um certo limite, a violência, então, se manifestava em sua forma nua e crua, como recurso pedagógico e corretivo, visto por ele como indispensável.

É certo que desejava ser lembrado como um homem, coerente, constante, justo e imparcial e seus ofícios tentavam convencer neste sentido as autoridades. As incoerências entre os discursos e as práticas, as discontinuidades entre as políticas seguidas em

cada momento e as redes de intrigas e vinganças que permeavam suas ações no comando das Divisões marcavam, entretanto, uma freqüente falta de linearidade.

Ainda depois da reforma, quando o Francês já se recolhera quase que em definitivo a Guido-Wald, freqüentemente encontram-se ataques movidos por parte de seus inimigos de outrora, privados por anos da posse das terras da margem norte do rio Doce, porque Marlière desejava a todo custo que parte considerável delas permanecesse nas mãos dos índios. Sua postura inflexível no que tange a este assunto e a relutância constante em atacar os índios são agora freqüentemente associados ao atraso na ocupação da região. Um exemplo é o ofício escrito no dia 5 de fevereiro de 1830 pelo comerciante que fornecia mantimentos para a 3ª Divisão Militar do Rio Doce, que culpava Marlière pelos constantes ataques indígenas aos comerciantes de sal na Estrada que ligava Minas à Vila de Itapemirim.⁵⁶⁷

Os fazendeiros que ocupavam o sertão enfrentando a violência dos índios eram encarados como homens valorosos e dignos, cujos interesses eram desconsiderados pelo Coronel Francês. Estes homens, que freqüentemente haviam chegado à região com a roupa do corpo, concentravam, em seu conjunto, alguns contos de réis resguardados a duas penas de ladrões, em sua atividade individualista, na qual assassinatos, falsificação de documentos e traições faziam parte do cotidiano. O comércio da poaia e a cultura de subsistência eram as atividades econômicas que, quase de forma homogênea, imperava sem deixar alternativas. Enriqueciam-se, entretanto, muitos atravessadores de poaia, que, comprando-a de fazendeiros ambiciosos, que a obtinham por ínfimo

[567]. Ofício de Manoel Esteves Lima, fornecedor de mantimentos da 3ª DMRD, de 15 de abril de 1830, no qual Marlière é culpado pelo atraso na ocupação dos sertões da margem norte do rio Doce. Arquivo Público Mineiro. SP PP 1/15, CX. 90, Doc. 14.

custo de extratores indígenas, vendiam-nas por cinco ou seis vezes mais, às toneladas, no porto do Rio de Janeiro.

Com o seu afastamento da Direção dos Índios e do comando das Divisões militares do Rio Doce, a maioria dos aldeamentos fundados na década de 20 foram cada vez mais ocupados por colonos luso-brasileiros, negociantes de poaia e grileiros de terras indígenas. O desejo de eliminar os índios, considerados como obstáculo à ocupação estatal era compartilhado pela maioria dos colonos, que sempre se opuseram aos projetos marlierianos. Consideravam que o francês protegia e privilegiava os índios, argumentavam que lhe faltava energia para enfrentá-los, submetê-los a trabalhos forçados, etc.

Ironicamente, graças a Marlière, estes colonos tinham acesso a regiões antes ocupadas por índios tão aguerridos e difíceis de enfrentar quanto os botocudo. As estradas abertas pelos soldados e índios que mobilizara constituíam então algumas das principais vias de acesso e comunicação. Sua influência junto a várias nações indígenas conseguira o seu engajamento em obras públicas para as quais a mão de obra militar, representada pelos soldados das divisões era claramente insuficiente. Conseguiu então, poupando enfrentamentos sangrentos o quanto podia, adentrar o território inimigo e convencer muitas de suas lideranças de suas boas intenções. Marlière poderia ser aclamado antes como grande benfeitor dos colonos, não dos índios. Preocupara-se sem dúvida com o bem estar dos vencidos, desejava garantir-lhes representação política, sem, entretanto, perder de vista que se tratava de uma batalha, cujo butim era representado pelo controle estratégico de uma região e pela utilização pedagogicamente potencializada e planejada da mão-de-obra de seus primitivos habitantes.

Vale lembrar que os anos finais da Direção marlieriana corresponderam quase inteiramente aos últimos anos do Primeiro Reinado, quando as atenções de Dom Pedro se concentravam em

demandas então consideradas mais urgentes que as dos sertões das Minas. Dentre elas a principal: a manutenção do trono. O desejo de autonomia das elites provinciais, a disputa pela sucessão monárquica que se sucedeu após a morte de Dom João VI em Portugal, o centralismo autoritário do Império que se formara na Corte do Rio minavam as bases de apoio do executivo nas instâncias do legislativo. Com Dom Pedro, um Presidente e um Conselho Geral dirigiam cada província. O Presidente constituía uma forte base de apoio do executivo, já que era nomeado pelo Imperador. Já os membros do Conselho, por uma necessidade natural de conciliação e equilíbrio político, eram escolhidos pelo Presidente, entre os políticos mais influentes, porém nem sempre alinhados, provenientes das elites provinciais.

Para obter apoio popular o Imperador intentou realizar uma série de viagens, ainda no ano de 1830. Começaria por Minas, Província populosa, onde sua aprovação junto ao povo andava em baixa. Muito mal recebido em Ouro preto, Dom Pedro voltou ao Rio, onde seus opositores e partidários se enfrentavam nas ruas.

Em 1831, sob o grande impacto das nomeações e deposições de ministérios, seguido de grande manifestação popular, o Imperador abdicaria, retornando a Portugal e entregando o Estado ao comando das conflituosas elites locais.

O período que se sucedeu a 1831 foi caracterizado por intensa agitação social em todas as províncias brasileiras arriscando, frequentemente, a tão defendida unidade territorial. Esta agitação era agravada pela efervescência política que dominava o cenário no parlamento e nos conselhos das províncias.

Como o Parlamento estivesse de férias por ocasião da Abdicação do Imperador, assumiu o poder uma regência trina provisória que expulsou os estrangeiros do Exército, reintegrou aos seus cargos os ministros recém exonerados e anistiou vários acusados de crimes políticos. Quando os deputados voltaram à atividade,

apressaram-se em impedir que a regência trina permanente, a ser escolhida, exercesse algo próximo ao Poder Moderador. Entre eles, vários grupos se destacavam na disputa pela mudança legislativa. Os Restauradores, também chamados Caramurus, queriam a volta de Dom Pedro I. Os Moderados ou Chimangos eram radicalmente contrários à descentralização e às reformas. Desejavam que o voto continuasse a ser censitário e que o Brasil continuasse a manter boas relações comerciais com a Inglaterra, na medida em que também fomentasse seu potencial agrário-exportador. Os exaltados, conhecidos como Jurujubas queriam reformas mais radicais, como direito total de manifestação, independência completa em relação à Inglaterra, voto para todos, independente de suas condições financeiras, e uma política de fomento à industrialização e à autonomia federativa das províncias. Suas aspirações se frustrariam por não se verem concretizadas após a abdicação em 1831, o que os levaria à oposição. Alguns moderados progressistas apoiavam certas propostas dos Jurujuba, mas os regressistas lhes engrossavam as fileiras de opositores. Foram comuns os exílios, prisões políticas e ultrajes morais.

As mudanças na Constituição de 1824 reivindicadas por tantos só viriam dez anos depois de sua outorga, com o Ato Adicional de 1834. Criavam-se as Assembléias Legislativas Provinciais, que tinham relativa autonomia para legislar sobre assuntos de interesse provincial e municipal. Estabelecia-se uma Regência Una, eleita por quatro anos de mandato e eliminava-se o Conselho de Estado. O desejo de promover a volta de Dom Pedro se frustrou com a morte do ex-Imperador em Portugal, no mesmo ano de 1834. Os restauradores perdiam sua principal bandeira de luta

Voltando um pouco no tempo, vale lembrar que, no mesmo ano da abdicação de Dom Pedro I, assumia a Presidência da Província Manoel Inácio de Mello e Souza, português nascido em Val de Vez, Província do Minho. Iniciando sua carreira no Brasil como

juiz de fora na província de Goiás, havia logo em seguida ocupado em Minas o cargo de ouvidor da cidade de São João Del'Rey. Mais tarde entrou para a política, tendo feito parte da Primeira e da segunda Juntas Provisórias da Província de Minas, dentro do chamado Governo Provisório, que, na transição entre o Reino Unido e a Independência ocupou os cargos do executivo em Ouro Preto entre 1821 e 1823.⁵⁶⁸ Durante os anos nos quais Marlière ocupara o cargo de Diretor Geral e Comandante das Divisões Militares fora figura ativa no governo. Era um político influente, que cada vez mais se enriquecia com uma propriedade que seus escravos cultivavam próximo a Ponte Nova: a Fazenda do Pontal.

Em março de 1833, este hábil articulador político, que mais tarde integraria as fileiras escravistas do partido conservador, teve de enfrentar a Sedição Militar Caramuru de Ouro Preto, que, encabeçada por militares e políticos ligados à Sociedade Conservadora Militar do Rio de Janeiro e objetivando o retorno de Dom Pedro I, intentava a queda do Vice Presidente da Província, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vasconcelos pertencia a uma família tradicional de advogados formados em Coimbra e fora deputado liberal à Câmara.

Neste episódio encontramos o Coronel Manoel de Tolledo Ribas como um dos líderes. Aproveitando-se da ausência do Presidente Mello e Souza em Ouro Preto, Tolledo Ribas, então também comandante de Armas da Província, aliou-se ao comandante da Guarda Nacional, Coronel Manoel Soares do Couto. Ambos sublevaram a guarnição do Regimento de Cavalaria de Linha e as demais tropas da Capital e, no dia seguinte, invadiram o palácio com

[568]. Sobre Manoel Inácio de Mello e Souza, confira: SOUZA, Manoel Inácio de Mello e. A administração da justiça em Minas Gerais – memória do desembargador Manoel Inácio de Mello e Souza, posteriormente Barão do Pontal, apresentada em 1827. RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Lavoura, riqueza e poder: uma contribuição para o estudo da história política da Zona da Mata Mineira*. Ponte Nova: Sociedade Pró-Memória, 1996. Não obstante seu caráter empirista e factualista, o livro nos traz informações importantes sobre as elites políticas locais.

grande alarido. Conduziram então Bernardo Pereira de Vasconcelos escoltado para que permanecesse detido à casa do Coronel Toledo Ribas. Comunicava-se ao Vice-Governador que, segundo o desejo dos revoltosos, assumia agora o Governo da Província o Tenente Coronel Miguel Soares do Couto. Este rico militar, aliado de Toledo Ribas e proveniente de uma família de proprietários influentes, governaria até 23 de maio de 1833.

Voltando ao Levante do dia 23 de março, cabe observar que, no dia seguinte, militares enviaram Vasconcelos como prisioneiro a Queluz, e nomearam Manoel Soares do Couto Presidente da Província. Chegando a Queluz, Vasconcelos foi abandonado pela tropa que o seguia, sob as manifestações de apoio que recebia. Não tardou, entretanto, chegar uma carta de São João Del Rei, agora abandonada pelas tropas revoltosas que se concentravam em defender a Capital. Na carta, a Câmara Municipal daquela cidade convidava Vasconcelos a estabelecer ali, provisoriamente, um governo legalista. Aceitando o convite, o Vice-presidente, atacado pelos restauradores nos jornais e no parlamento, conseguiu manter-se firme até a chegada das tropas do Rio.

A Regência venceu os causadores do levante, quando, sob as ordens de um General do Rio de Janeiro, Pinto Peixoto, as tropas da Corte invadiram o Arraial de José Correia, onde se concentravam as últimas reservas da resistência. Uma série de derrotas militares poria fim à quartelada de Ouro Preto. Mello e Souza voltaria ao poder e, no dia 5 de abril de 1834, numa cerimônia de reempossamento que teve lugar em São João Del' Rey. Voltava também Pereira de Vasconcelos, para encabeçar novas batalhas políticas no futuro.⁵⁶⁹ Fora ele, desde 1825 o editor de “O Univer-

[569]. Sobre a Sedição de Ouro Preto, pode-se encontrar algumas referências empíricas em: SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1937. p.151 e principalmente p.259- 292. Sobre Vasconcelos, veja também: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

sal”, a quem Marlière se dirigia entusiasmado. Jornal de orientação liberal, este periódico, assim como o “Abelha do Itacolomi”, conservam, como já observamos, diversos artigos do Coronel Francês.

Dois anos antes, em 1831, mais de duas décadas depois da declaração de Guerra aos Índios Botocudos, que deu lugar a uma política de escravização dissimulada, uma Carta de Lei datada de 27 de outubro revogava tal estado de combate permanente.⁵⁷⁰ A abolição do trabalho escravo dos índios aprisionados em “guerra justa” fora votada no ano anterior. Na prática, nos recônditos dos sertões e nas grandes fazendas dos potentados, homens e mulheres Puri, Coroado e Botocudo continuavam a trabalhar frequentemente sob ameaça e quase sempre sem remuneração.⁵⁷¹

O fim da Guerra aos índios tinha sem dúvida a influência dos resultados obtidos pelas políticas marlierianas. A solução encontrada não contribuiu, entretanto, para uma significativa melhora da situação. Os índios anteriormente submetidos aos trabalhos forçados sob o sistema de guerra justa, agora seriam considerados órfãos, para que um juiz os conduzisse para locais onde poderiam ser empregados em ofícios fabris.⁵⁷² De certa forma, deste momento em diante, muitas vezes a interpretação judicial caminhou na direção de considerar todos os índios não integrados ao sistema de trabalho livre como órfãos, passíveis portanto

[570]. Veja: Resolução do Senado de 3 de novembro de 1830 – Abolição da Escravidão dos Índios Selvagens Prisioneiros de guerra. Confira também: Lei de 27 de outubro de 1831 – Revoga as Cartas Régias que mandam fazer Guerra, e por em servidão os índios botocudos. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indígena no século XIX*. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

[571]. Veja: Ofício de Guido Thomaz Marlière referente ao período de guerra ofensiva e às atrocidades cometidas pelo comandante da 5ª Divisão Militar do Rio Doce, Alferes Januário Vieira Braga, datado de 30 de junho de 1826. Arquivo Público Mineiro. SP/ PP –1/15, Cx. 90, Doc. 02.

[572]. Confira, sobre a discussão que teve como tema esta Carta de Lei: SOUZA FILHO, Carlos Frederico de. O direito envergonhado: o direito dos Índios no Brasil. In: GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. (Org). *Índios no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

de serem submetidos a uma intervenção em seu estilo de vida.⁵⁷³ Triunfava o princípio da tutela, mesmo que em moldes diferentes dos pretendidos pelo paternalismo marliero.

7.4 O ADEUS AO GRANDE TEATRO DO MUNDO

[...] minha próxima despedida deste grande Theatro chamado Mundo, que tranquilo espero, como Voltaire; sem desejo, sem remorso e sem susto.”
Guido Thomaz Marlière, 1825.

De sua fazenda, debilitado pela longa doença que o abateria alguns anos depois, Marlière parecia acompanhar os acontecimentos sem maior entusiasmo, frustrado por seu afastamento do cenário político-militar da província, mas, ainda gozando de considerável influência por toda a região da Zona da Mata Central.

Desde o final de 1829 o projeto do Cônego Santa Apolônia, para quem a navegação do rio Doce deveria estar nas mãos do Governo da Província ou de acionistas mineiros, fora abandonado em face das grandes despesas representadas pelo fracassado investimento estatal. Morto em 1831, Santa Apolônia fora o grande opositor do projeto de construção de uma companhia anglo-brasileira para a navegação do Rio Doce.⁵⁷⁴ Esta companhia foi por muito tempo o alvo preferido das especulações e o espaço preferido daqueles que

[573]. Veja por exemplo: Decisão nº 156, de 21 de março de 1833 – Justiça – Sobre os Índios, t6em os juízes de paz a mesma jurisdição que a respeito dos outros cidadãos; Decreto de 3 de junho de 1833 – Delega a administração patrimonial dos índios aos juízes de órfãos de cada município. A decisão nº 275, de 13 de agosto de 1833 – Justiça – diz que, “Pertence à jurisdição administrativa do Juiz de Órfão” a decisão sobre os rumos e títulos dos arrendamentos dos terrenos pertencentes aos índios. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.), op. cit., p.160-161.

[574]. Veja cópia manuscrita de um artigo publicado no periódico “Astro de Minas, nº 571, de 23 de julho de 1831” transcrito do jornal “O Universal”, publicado em Ouro Preto. Arquivo Nacional, AP- 5, CX. 1, Pacote 2. Veja também, sob a mesma referência de de 21 de julho de 1831. Ainda no Arquivo Nacional, há uma cópia manuscrita de “O Universal”, reproduzindo também um artigo original de O Astro de Minas, nº 699, de 19 de maio de 1832, NA, AP-5, CX. 1, Pacote 2.

desejavam enriquecer fácil e rápido. Como vimos, em 1819 havia sido fundada a Sociedade de Agricultura, Comércio e navegação do Rio Doce. Vimos também que, em 1825 esta mesma companhia, até então subordinada predominantemente ao controle de luso-brasileiros foi transferida para a direção de capitalistas ingleses, que a dirigiam a partir de Londres, negociando suas ações na bolsa. Os enormes progressos que seus estatutos prometiam efetuar na navegação não se efetivaram, o que acabou por gerar um grande movimento oposicionista e xenófobo em Minas, já que a Companhia conseguira angariar enormes privilégios e isenções, chegando inclusive – o que contraria todas as políticas anteriores – a conseguir permissão para a exploração de diamantes. Essas concessões do Governo Central foram revogadas no mesmo ano, graças à luta das elites mineiras, lideradas por Santa Apolônia.

Como nos anos subseqüentes a navegação não avançasse, já que, como observara Marlière, faltava suficiente investimento do Governo, pensou-se novamente em apelar ao capital estrangeiro. Assim, novamente, em 1832, criou-se uma sociedade anglo-brasileira, conhecida como Sociedade para a Navegação e Comércio do Rio Doce.

Aprovada pela Regência e pelo Conselho de Governo da Província, a companhia de capital inglês seria articulada em 1833 pelo mesmo João Diogo Sturs, que representava o interesse dos acionistas ingleses em meados da década de 1820. Mendes Ribeiro enviara uma mensagem ao Conselho Geral da Província ainda em 1829, alertando para a necessidade de cooptar empresários para o projeto de navegação dos rios Doce, Jequitinhonha e São Francisco, tendo-se em vista a urgência de se aumentar a agilidade do transporte de mercadorias.⁵⁷⁵ O São Francisco e o Jequitinhonha representavam também alternativas para escoamento e importa-

[575]. Confira: RELATÓRIOS Provincial de 1830. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XVII, 1912, p. 100-105.

ção de bens de produção e bens de consumo. O Relatório Provincial de 1831 previa, dentre outras coisas, que uma nova sociedade seria promovida para a navegação do rio Doce, estabelecendo-se para isso armazéns em diversos lugares, principalmente nas barras dos rios Cuieté, Suaçuí e Santo Antônio.⁵⁷⁶ Estabelecer-se-iam também depósitos nas margens capixabas do rio Doce.

Como acompanhamos, desde 1824 Marlière escrevia para o editor de “*O Universal*” expondo suas idéias para a navegação do rio Doce. Seu plano, já o dissemos, privilegiava sete pontos estratégicos de ocupação: a cachoeira do Leopoldo, a do Baguari, a de Dom Manoel, a do EME, a do Inferno e as famosas quedas das Escadinhas. Os carros que transportariam por terra as mercadorias nos caminhos paralelos às cachoeiras seriam produzidos nos quartéis de Petersdorf e Naknenuk.⁵⁷⁷ O insucesso posterior destes projetos foi atribuído ao Estado que, sem enviar recursos e capital humano para tal empreendimento, exigia do Diretor Geral dos Índios esforços sobre-humanos e tarefas impossíveis.

No ano de 1833, no dia 20 de fevereiro, aproximadamente dois meses antes da quartelada de Ouro Preto, Marlière rompeu o silêncio em que se encontrava em Guido-Wald e escreveu uma carta ao Sr. João Diogo Sturs. O Inglês, que acompanhara os projetos do Francês nos fascículos do jornal, solicitara, alguns meses antes, informações a respeito das possibilidades que o rio Doce poderia oferecer para que uma empresa de capital estrangeiro conseguisse prosperar:

Guido-Wald, 20 de Fevereiro de 1833. Muito meu Senr'. Na vossa carta de 20 de outubro proximo passado (e que recebi com grande retardamento) exigiste de mim que vos responda em francez, lin-

goa que não escrevo nem falo há quarenta annos; para satisfazer-vos porei farei todos os esforços, a fim de recorda-la. Eu li Senr', com muito interesse e prazer o vosso Plano para a formatura da Companhia do Rio Doce; e as idéas que nelle descubro, são quase as mesmas, que nas minhas viagens por esse Rio me ocorrerão (quae sonhos agradaveis de hum bom patriota); e ainda que algumas dellas eu communicasse em tempo ao Governo da Província (como vos poderei provar se nos encontrarmos algum dia, com tudo ficarão em esquecimento no gabinete dos Presidentes, que se sucederão rapidamente. Não entrarei no detalhe das operações mercantis conhecidas em vosso plano, que eu suponho boas; por que nessa parte confesso que sou ignorante. Inclusa nesta vai a Carta do Rio Doce, e um folhetinho que contém informações relativas aos obstáculos, ou dificuldades, que se encontram na sua navegação, principiando pelo Piracicaba: posto que simples, esta obra he interessante, para a inspecção dos engenheiros, que de inglaterra serão amdados a fazerem o exame mais completo na forma do vosso Plano. Como não tenho copistas, vós o fareis copiar em Londres, e me tornareis o original. Approvo os vossos troços de canôas; mas quizera que houvesse tambem outro na Barra do Cuiaté, como cabeça da navegação, não só pela franqueza e salubridade deste Porto, como pelos socorros, e vantagens, que se podem tirar da Parochia e Presídio estabelecidos nas cabeceiras deste Rio; d'onde eu propus ao Governo que fizesse descer os moradores, e soldados, deixando a antiga povoação dos Índios, e fundando outro arraial á margem do Rio. Notareis que todos os Estabelecimentos, que hão de fazer-se á prol da Companhia, devem ser na margem Septentrional (excepto a da barra do Cuiaté), e que as primeiras operações de que devem occupar-se, sãp grandes derrubadas no lugar de cada huma das Estações, plantações immediatas de milho, e de gramma para pastagens dos animaes

[576]. Relatório Provincial de 1831. RELATÓRIOS..., p. 105-113.

[577]. Veja: GUIDO..., 1905, op. cit., p. 494, 520-521, 645-646.

domesticos, e de serviço, assim como caminhos de comunicação entre as fazendas e moradas. Se na barra do Piracicaba houver intenção de subir o Rio Doce até Barra Longa, no sitio em que elle principia a ser navegavel, encontrar-se-há em caminho a caxoeira do Inferno defronte da' Aldea dos Botocudos denominada Peters-Dorf, a qual também esige outras canôas de sobreceleste. No lugar onde começa a navegação do Piracicaba, legoa e meia abaixo da Parochia e Arraial de Antônio Dias (aonde houve quartel de soldados, e dura a denominação de Porto das Canoas), hé indispensavel outro troço de canôas, para receberem as cargas que venhão do interior mais povoado. (...) O Rio Piracicaba deve ser limpo e desembaraçado de immensidade de bancos e ransos, que as agoas tem accumulado e que muito acanhão a passagem das canôas. Eu mesmo o teria limpado em meu tempo, se tivesse á minha disposição os meios precisos... A operação não hé custosa, mas he indispensavel. Para vos dizer verdade, nunca passei á sondar a pofundidade do Rio Doce, se não com as varas dos canôeiros: hé porem geralmente sabido, que logo acima de cada huma das suas caxoeiras há grande fundo: com tudo nos mezes da s6eca, e nos sitios, em que o Rio se alarga, há pouca agoa; e eu mesmo soffri por esse motivo muitos retardamentos, nas viagens: hé necessario buscar aquillo que os canôeiros chamão o Cannal: por isso os barcos de fundo de prato hão de fazer melhor effeito. Depois de descer a cachoeira do Baguari a corrente tem huma rapidez consideravel, e, havendo pouca agoa, descobre muitas pedras que estão disseminadas no leito do Rio. Ocioso he pretender a Cia. Terras para a povoação dos Indios, de que trata o vosso plano, pois que eu mesmo as assignalei em muitos lugares, que lhes pertencem, como na barra do Suassuhi Grande, na Barra do Presídio do Cuiaté, em o Rio de Santo Antonio, em Peters-Dorf he isso a prol dos Botocudos de ambas as margens. A respeito dos Botocudos, eu devo fal-

lar-vos hum pouco sobre essas trios, cujo nome só enchia Minas de horror, e d'espanto! Quanto ao fisico, e ao moral são elles a mais bela e louvável nação de Indios, que eu conheço; de talhe superior ao de outras nações, mais valorosos, e de cor que mais se aproxima à branca, do que à do cobre, são terríveis para com os inimigos, e leaes para com os amigos. Muitos d'elles se vão ageitando ao trabalho, e eu creio que a Companhia poderá tirar delles muita vantagem para os trabalhos agrícolas e para a navegação, á qual muito se afeiçoão. Ninguem mais do que eu deve desejar que se realize esta Companhia; pois talvez antes de findar a minha carreira, possa dizer como o Reverendo Doutor Beauthy d'America: 'Abençoados aquelles que os beneficião!'. Então terei o gosto de ouvir, que os Ingleses não são kings (nome que elles algumas vezes me derão, quando já não tinha mais o que dar-lhes). Este vocabulo na sua lingoa significa avaro, parco, vilão e todos os seus derivados; em uma palavra, todo o cantrario do que nós esperamos das qualidades dos Reis. Em Inglaterra, nunca se esperou que a palavra King fosse tão mal empregada entre os meus Botocudos! Quando vierdes, terei o gosto de vos dar huma cópia do vocabulário, que tenho feito da sua lingoa; cousa indispensave á Companhia, pois que os Indios muito se affeiçoão áqueles que a entendem; e já elles, principalmente os varões, vão entendendo o Portuguez. Em verdade Mr. Lenoir, socio de Mr. De Monlevade, meu compatriota, he o primeiro que subindo o Rio Doce transportou grandes machinas inglesas para a sua fábrica de ferro; de pezo tão enorme, que impossível fora trazer por terra, attento o máu estado de nossas estradas. O meu amigo Lenoir he o Sebastião Cabot do Rio Doce! Pelo que toca ao emprego que vos dignaes a offerrecer-me na Companhia, eu vos agradeço muito; mas na minha idade (de 66 anos) já não se pode ter a preciosa actividade, para bem servir, alem de q' eu sou tão necessário á minha familia, como ella

mesma me he no meu estado. Estou estabelecido adiante de Ouro Preto, quarenta legoas arredado do Rio Doce, e no meio dos Indios Coroados. Não duvidarei subscrever pra três accções em nome do meu filho, no caso de aceitar-se o seu valor em propriedades, quer no ribeirão do Presídio, abaixo da caxeira Escura, quer no Galho Acima da fós do Rio Santo Antonio; aonde além de serem terras excellentes, já tenho huma caza. Dinheiro, não possuo eu: quem governou vinte annos homens que não tem camisa, – não podia enriquecer-se: os meus afazeres com os selvagens obrigarão-me a esquecer-me dos meus interesses. Carroças compridas com roletes baixos são, a meu vêr, as melhores. Carros para o carregamento, e baldeação nas carroceiras. Quem vos poderá dar o preço das terras de Suassuhi Grande para baixo? Logo que constar a instalação da Companhia, todos os Proprietários as quererão vender bem como: presentemente, elas estão por nada, ou por pouco mais de nada. Incluzo achareis também um resumo das sesmarias em ambas as margens do Rio Doce, da barra do Suassuhi Grande para baixo, que pode servir de Guia para o reconhecimento dos respectivos proprietários. Dignai-vos perdoar esta garantuja, e crêde que fico às vossas ordens, sendo com os mais distinctos sentimentos. Guido Thomaz Marlière [...].⁵⁷⁸

Marlière deixava a John D. Sturs um resumo de seus projetos, os mapas que confeccionara, bem como algumas orientações para a condução da futura Companhia anglo-brasileira. Recusando-se a aceitar o emprego, demonstrava falta de confiança na saúde e desejo de permanecer junto à família. Sturs fora ao mesmo tem-

[578]. Cópia e reprodução de uma Carta do Coronel ex-Director dos Indios e Inspector das Divizões do Rio Doce Guido Thomaz Marlière, dirigida á Mr. João Sturt, solicitador da Companhia do Rio Doce. Fazenda Guido-Wald, 20 de fevereiro de 1833. Manuscrito do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Manuscrito (tradução de original escrita em francês). Lata 12, Pasta 15.

po em que atraído por sua fama, contatado por seus amigos, que desejavam vê-lo novamente na ativa. Talvez, durante os primeiros anos da reforma, desejasse retornar ao Rio Doce, já que seus projetos não haviam sido implementados e os índios tinham suas terras violadas. Agora, entretanto, parecia-lhe totalmente impossível. Enviaria, contudo, seu filho Leopoldo, formado de conformidade com suas idéias, para que levasse adiante a obra do pai.

O Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional conservou o “*Vocabulario Portuguez-Botocudo*”, escrito em Guido-Wald no dia 4 de fevereiro de 1833 e, talvez, retificado pelo autor em 1835, ano anterior ao de sua morte. Este é o mesmo dicionário oferecido a Sturt. Nele, Marlière demonstra sua admiração por aqueles índios, agora geograficamente distantes. Esforça-se por recordar-se dos contatos, rememora fatos ocorridos há uma década ou mais, lamentando os efeitos da aguardente sobre as aldeias. No verbete aguardente consta: “Aguardente – L’de vie – Munhán enkré – Deriva o nome de munhán – agua, e enkró, meter faca, esfaquear, matar; q vem a ser pouco mais ou menos agua que mata, que derriba a gente. Os selvagens do Canadá lhe chamão: agua que faz enlouquecer; eau Qui rem fou”.⁵⁷⁹

Nem tudo afinal era decepção e pessimismo. Mais abaixo, expressa sua esperança: o aprendizado a língua dos índios faria com que se apreendesse deles tudo o que sabiam da natureza, das plantas medicinais e dos animais cuja carne é comestível. Seu exemplo e seu pioneirismo abririam novas frentes de trabalho:

Não me envergonho de publicar o resultado do meu trabalho sobre esta matéria. O primeiro Carpinteiro usou de hum machado de pedra; sou este primeiro Carpinteiro em Minas: descubirão-se metaes em materia de linguas indiaticas para as

[579]. Vocabulário Portuguez-Botocudo -Biblioteca Nacional. Setor de Manuscritos . Original 31 LL. Inn –15 x 11. nº 11- 485 de Cat. Exp. De hist. Do Brasil. nº 1676 do extrato. Ficha provisória..

polir e tornar uteis à sociedade. A formiga descobre por vezes o ouro; o Homem o aproveita, e sem piedade para a caza da Descobridora, elle começa para demolir. Assim há de suceder a este meu ensayo sobre as linguas, e isto mesmo desejo [...].⁵⁸⁰

Voltando à carta a Sturs, escrita neste mesmo período de afastamento das funções estatais, vale observar que, contrariando a visão detratadora de todos os estrangeiros que passaram por Minas no seu tempo, Marlière constrói uma imagem positiva dos índios Botocudo. Eles seriam não só os mais belos homens que já contemplara na América, como também os mais valorosos. Inteligentes e aptos para o trabalho, estes índios seriam os melhores representantes das reservas de trabalho livre oferecidas pela província. Aqui, diferentemente do que pensavam Spix e Martius, os Botocudo não são homens degenerados. Ao contrário do que havia afirmado Auguste de Saint-Hilaire, os Botocudo não eram homens de aparência horrenda. Diferente do que dissera o Padre Francisco da Silva Campos, bem como boa parte dos diretores de índios, não tinham uma natureza de feras indomáveis, bárbaras e anti-sociais. Nem se afiguravam, como na visão de José Bonifácio de Andrada a respeito de uma categoria genérica de ameríndios, como povos de natureza preguiçosa.

Como fizera por toda sua diretoria – e isto é de resto comum a todos os autores citados acima – o Francês enfatizava o caráter humano daqueles índios. Oferecia como vantagem o fato de sua pele apresentar cor um pouco mais clara que a dos Puri e Coroado. Longe de serem feras indomáveis, aqueles homens da natureza apenas defendiam seus amigos e atacavam implacavelmente seus inimigos. Daí a necessidade de conquistar-lhes a amizade.

[580]. Vocabulário Portuguez-Botocudo -Biblioteca Nacional. Setor de Manuscritos. Original 31 LL. Inn –15 x 11 –nº 11- 485 de Cat. Exp. De hist. Do Brasil. nº 1676 do extrato – Ficha provisória. Este trecho foi transcrito também GUIDO..., 1905, p. 544-549.

Quanto ao novo estatuto da Cia. do Rio Doce cabe observar que mudara pouca coisa em relação ao do ano de 1825.⁵⁸¹ Uma inovação era a promessa de fomentar a imigração de colonos europeus para a região. Estes colonos deveriam trabalhar tanto na Companhia quanto na agricultura. Marlière não era contrário a esta iniciativa, desde que se absorvesse nos quadros da sociedade de acionistas boa parte da mão-de-obra indígena disponível. O Governo ofereceria terras como recompensa para os europeus que se habilitassem a colonizar a região. No primeiro ano, acrescido ao salário mensal, os trabalhadores receberiam 10 hectares de terra. No segundo 20. Esta promoção da ocupação acabaria por atrair tropeiros que cuidariam do abastecimento e o comércio se desenvolveria. A companhia se propunha enfim a explorar todos os arredores e margens do rio Doce, bem como de seus principais afluentes. Na prática, vale notar que seus empreendimentos não alcançariam o sucesso desejado, mas a simples presença dos investidores estrangeiros contribuiria para a diminuição do envio de recursos estatais destinados às Divisões Militares do Rio Doce, que passaram a partir de então a ser criticadas como lentas, obsoletas e dispendiosas.⁵⁸²

Leopoldo não foi convocado para os trabalhos da Companhia e não há notícias de continuação da correspondência entre Marlière e Sturs. Em dez anos, todo aquele entusiasmo se desvaneceria ante os poucos resultados obtidos. O Governo, principalmente depois das decepções sofridas ao longo da década de 30 e nos primeiros anos da década de 40, se voltaria cada vez mais para as vias terrestres. A companhia fracassaria, portanto em seus propósitos, malgrado toda uma década perdida em esforços,

[581]. Veja cópia manuscrita do Estatuto da Companhia anglo-Brasileira do Rio Doce, publicado no Jornal: O Universal, nº832, Ouro Preto, 26 de novembro de 1832. Arquivo Nacional, AP- 5, Cx. 1, Pacote 2.

[582]. Sobre este tema veja: Relatório sobre o perigo de que a Companhia do Rio Doce desistisse dos empreendimentos com os quais havia se comprometido. Arquivo Público Mineiro, SP PP 1/ 15, Cx. 90, Doc. 55.

levando o Governo Provincial, como observou Espíndola, a perder seu interesse por aqueles projetos de navegação.⁵⁸³

Enquanto na Capital da Província políticos e militares se agitavam em suas disputas, a rotina na Serra da Onça corria vagarosa, entre recordações e amarguras. Marlière passou os últimos três anos de sua vida em meio a crises cada vez mais agudas de malária. A agonia foi lenta e, não raro, via-se o doente caminhar pelas matas ao redor da casa-sede de Guido-Wald, no esforço de, com a força de vontade, produzir novas energias que sustentassem o corpo. Agora o francês enfrentava uma nova guerra, diferente daquelas em que combatera na Europa, diversa também das escaramuças e tocaias de que tantas vezes se safara nas matas dos vales fluviais do Leste.

Tradições locais dão-nos notícia de que, cerca de um mês antes de sua morte, o coronel francês prostrou-se em uma tristeza de que ninguém conseguia retirá-lo. Caminhando com dificuldade até o alpendre, pediu que os índios cavassem um buraco de cerca de dois metros de profundidade por um e meio de largura, no topo da colina que se avistava da janela de sua residência. Lá, conforme já observamos em seção anterior, havia um cemitério indígena. Enterravam-se naquele local os corpos dos índios da aldeia do Cipriano, situada não muito distante.⁵⁸⁴ Marlière fez também com que aquela espécie de cômodo subterrâneo fosse cavado no pé de uma grande árvore que plantara ao escolher o local onde situaria sua fazenda. Ao redor de todo o seu interior, ordenou que se dispusessem tábuas de braúna, para que servissem de revesti-

[583]. Para uma análise mais detalhada do período posterior à morte de Marlière, principalmente no que tange aos dados econômicos, consulte o trabalho de ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais (1800-1845)*. 2000.

[584]. Mais tarde, o cemitério receberia também os corpos dos escravos da família Pereira, para a qual os Marlière venderam parte da fazenda. Os Pereira deram nome a uma cachoeira e a uma ponte que distam do local cerca de 200 metros.

mento e garantia contra um possível desmoronamento. Desejava ser enterrado ali, de cócoras, como os índios.

Faleceria dia 5 de junho de 1836, atraindo para si a atenção de vizinhos distantes.⁵⁸⁵ Maria Vitória disse aos índios que o enterrassem assentado sua cadeira preferida, tendo à frente uma garrafa de vinho e um pão, conforme o costume indígena de oferecer oferendas aos mortos. Era então cumprido o desejo do Coronel Marlière.



Foto 7.3: Túmulo original de Guido Thomaz Marlière, descoberto por um morador da Serra da Onça na década de 1920. Seus ossos foram então transferidos para o monumento de mármore carrara, cuja foto apresentamos na introdução. A madeira que revestia a sepultura ainda se encontra conservada. A braúna não se corrompe facilmente à ação do solo, do tempo e da umidade. Foto: José Otávio Aguiar, 2000.

[585]. Em carta ao engenheiro Elias dos Reis, amigo do Senador Bernardo Monteiro, residente na cidade de Ubá no ano de 1914, o padre da paróquia de Sant'Anna do Sapé, Henrique Guilherme da Silva, informou que não havia nos arquivos de óbito daquela paróquia o nome de Guido Thomaz Marlière, já que aquele homem fora enterrado em sua fazenda, sem passar por extrema unção, nem dar entrada no cemitério da igreja: 'Sant'Anna do Sapé, 16 de julho de 1914. Ex.mo sr. Dr. Elias dos Reis. – Não me é possível dar a V. Exc. a certidão de óbito do Grande Guido Thomaz Marlière, a qual não se acha nos livros de registros da freguesia, porque Marlière, que foi proprietário da fazenda da Serra da onça, lá morreu e foi enterrado em um terreno que até hoje é conhecido com o nome de cemitério Guido. O enterramento deve ter-se dado entre 1835 e 1837, foi feito com as honras indígenas além das honras de estylo: foi enterrado assentado em uma cadeira. É o que conheço de Marlière e o que corre como certo [...] FRANCO, A. de M., op. cit., p.147.

Vestido com a farda de gala, o corpo trazia consigo a espada de prata que viera da França e a comenda que recebera de Luiz XVIII, por intermédio do Duque de Luxemburgo. Sobre a farda, também estava estendido o hábito da ordem de Cristo, recebido em 1820, por ordem de Dom João VI.⁵⁸⁶ Destruída alguns anos depois por um raio, a grande árvore que marcava o local da sepultura, sua referência perdeu-se após a morte de Maria Vitória e a venda da Fazenda Guido-Wald.

Ao que tudo indica, o hábito de enterrar os mortos aos pés de uma árvore vinha dos índios Coroado. Marlière fora enterrado assentado em uma cadeira e recusara-se a admitir a hipótese de que seu corpo fosse acondicionado em um caixão. Na época em que chegara ao presídio de São João Batista, os chefes índios eram enterrados de cócoras, acompanhados de suas armas e de seus animais de estimação. Mais tarde, ao que tudo indica, com a sedimentação, estes hábitos foram sendo gradativamente abandonados. Debret deixou-nos interessantes relatos e algumas representações pintadas desses costumes funerários dos índios Coroado:

Os coroados tinham, antigamente, o costume de enterrar os seus chefes de um modo peculiar: os despojos mortais do cacique venerado eram enfeixados dentro de um grande vasilhame de barro, chamado ‘camucim, que se enterrava assas profundamente, aos pés de uma árvore grande. Nas derrubadas encontram-se muitos hoje em dia. Essas múmias, revestidas de suas insígnias, encontram-se perfeitamente intactas e são sempre colocadas na sua urna funerária de modo a conservar a atitude de um homem de cócoras, posição natural do índio que descansa”⁵⁸⁷

[586]. Relação das Pessoas a quem El Rey nosso Senhor Houve por bem Fazer mercê do Habito da Ordem de Christo, e a que se refere o decreto da data desta. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de 1820 – Arquivo Nacional. Ordem de Cristo, Caixa 787 A, Pacote 4 – Documento 41 – Fundo: Ministério do Império – Código do Fundo 53 – Seção de Guarda 1D6 – Códice 15 – livro 7. IL 190. O nome de Marlière é o 7º na ordem de citação.

[587]. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo I; Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 46.

Como Hogendorp, enterrado nas matas que circundavam a montanha do Corcovado, no Rio de Janeiro, Marlière não tivera, por escolha própria, um túmulo pomposo. Recebera, entretanto, honras militares e fizera questão de ser acompanhado à sepultura por um ritual indígena.

Manuel Basílio Furtado, um médico mineiro interessado por zoologia e botânica, mudou-se para a Serra da Onça no final do século XIX. Autor de alguns tratados sobre os pássaros e os morcegos da região que, embora minuciosos, não tiveram grande divulgação, interessou-se sobremaneira pela história do sepultamento de Marlière, bem como pelo carisma despertado por sua figura. Visitou diversas vezes a fazenda Guido-Wald, como correspondente da Revista do Arquivo Público Mineiro, recolhendo alguns relatos, mais tarde publicados por Afrânio de Mello Franco.

Maria Flávia Marlière, neta do Coronel Francês que ainda permanecia na antiga propriedade dos avós, deixou em, 1903 o seguinte relato, recolhido pela comissão que, em nome de Manoel Basílio Furtado, Xavier da Veiga e de sua equipe no Arquivo Público Mineiro, promoveu entrevistas sobre a vida do Francês em Minas:

Algum tempo antes de sua morte sentiu-se triste e, sendo interrogado por sua mulher sobre a causa de sua tristeza, nada quis dizer-lhe; – Mandou derribar um mato existente em frente á sua casa de morada e preparou o terreno, removendo os tocos e limpando a superfície; – querendo sua mulher saber para que fazia aquele serviço, disse ser para fazer allí uma morada. – Perguntando ella porque escolhera um lugar tão alto e sem agua, respondeu que lá não precisaria elle d’água, nem de cousa alguma. Tempos depois morreu, sendo enterrado três dias após o seu falecimento, para haver tempo de fazer-se a cerca do cemitério, visto a mulher não ter consentido que elle o fizesse em vida. Depois de morto seu marido, ella reunio grande numero de indios, para fazerem achas e cercarem o lugar.

Tempos depois vieram parentes de Guido, querendo transportar os ossos para a França, no que não consentio a viúva, dizendo querer que os ossos ali ficassem para ser ella tambem sepultada junto a elles. Mais tarde, houve nova tentativa para transporta-los para Sapé, tendo o mesmo resultado que a primeira. A mulher de Guido chamava-se Maria da Conceição Rousseaurieux, era portuguesa, nunca teve filhos e quando faleceu foi sepultada no mesmo lugar da sepultura de seu marido, conforme sua própria exigência. Ahi também foi sepultado Leopoldo Guido Marlière, filho adoptivo do Coronel e sua Mulher.⁵⁸⁸

Outros relatos reunidos por Mello Franco dão conta de que a morte do francês foi noticiada a muitas léguas por tropeiros e viajantes. De todos os aldeamentos e vilarejos às margens do Pomba, do Chopotó e do Muriaé vinham soldados, índios e fazendeiros ao longo velório de três dias. Manoel João da Fonseca, homem que em 1902 contava oitenta anos, foi interrogado sobre suas lembranças da morte do conhecido Coronel Guido Marlière. Respondeu ao Doutor Basílio Furtado sobre aqueles dias como alguém que procura lembrar algo quase esquecido:

Guido morreu, quasi com certeza, no dia 5 ou 6 de junho de 1836, porque no dia 7 desse mês e anno, estando o respondente a seis léguas de distância, na fazenda da Boa Vista, no districto de Santo Antonio de Muriahé (vulgarmente Brejo), nesse dia assistio o enterro de um compadre seu, por nome José Antonio Alves, e, depois do enterro, chegou ao lugar Joaquim Rodrigues de Souza, tio do Respondente, e disse: ‘morreo o Coronel Guido.’⁵⁸⁹

[588]. FRANCO, A. de M. op. cit., p.145.

[589]. *ibid.*, p.135.

Dona Anna Joaquina de São José, filha da famosa Dona Euzébia de São José, que deu nome à Estação e depois à cidade de Dona Euzébia, não muito distante da Fazenda Guido-Wald, deixou-nos o seguinte relato, coletado por Afrânio de Mello Franco, em Grarany do Pomba (depois cidade de Guarani), no dia 11 de abril de 1903.

Nasci, creio, em 1826, sendo meu pai o Sr. Domingos José de Souza Lima e minha mãe D. Euzébia de São José, que deu nome à nova estação da estrada de ferro. Era eu bem nova e ainda menina, talvez 9 a 11 annos, quando morreu o Coronel Guido Marlière, do qual era amigo e vizinho meu pae, e por isso pouco posso adiantar sobre a vida desse Coronel. Só me lembro que meu Pae foi ao enterro do Coronel, e eu ouvi então dizer (talvez por aquele) que o Coronel foi enterrado com certa pompa, e que no seu caixão foram depositados pães e garrafas de vinho, ficando ele enterrado no pasto da própria fazenda, que habitava, e que há à margem esquerda do Rio Chopotó, não longe da cachoeira da ponte chamada dos Pereiras, e distante de D. Euzébia cerca de duas léguas. A mulher de Guido era Dona Maria, senhora portuguesa de Ilustração, a qual viveu muitos annos depois de seu marido. Guido e D. Maria não tinham filhos, e adotaram por filho o Cadete Leopoldo, que sempre morou com D. Maria, e a tratava por mãe.⁵⁹⁰

Leopoldo, algum tempo depois da morte do pai, casou-se com Flávia Domithildes, filha do furriel da região da Serra da Onça, Manoel de Souza Reis, na chamada “Fazenda da Onça, situada a cerca de três quilômetros de Guido-Wald. Mais tarde, com certeza depois da década de 1870, segundo uma tradição universalmente citada pelos moradores da região, esta mesma fazenda seria

[590]. FRANCO, A. de M., op. cit. p.132.

comprada por um homem chamado Hermenegildo Bido, que ficou conhecido por matar os forasteiros que se aproximassem, de forma traiçoeira e cruel, para apossar-se de seus bens. Conta-se que, no porão da fazenda, logo abaixo da sala de jantar, havia um alçapão com espadas bem afiadas apontadas para cima. O viajante desavisado se aproximava da residência de Hermenegildo, temeroso do que se contava sobre a região. Uma vez em contato com o fazendeiro em pessoa, o forasteiro era convidado a pernoitar e certificado de que todas as histórias que se contava sobre a fazenda não passavam de lendas sem importância. À noite, ao se dirigir à sala de jantar, para saborear uma sopa, em dado ponto da caminhada, o pobre homem despencava sob um falso piso, oculto no assoalho, sendo então trespassado pelas espadas em riste. Seu corpo era jogado na mata acima da casa grande e seus bens – a grande maioria eram boiadeiros ou caixeiros viajantes – apropriados sem constrangimento por Hermenegildo, cujo túmulo ainda podia ser visto até bem pouco tempo num cemitério rural, situado aos pés da Serra da Onça.

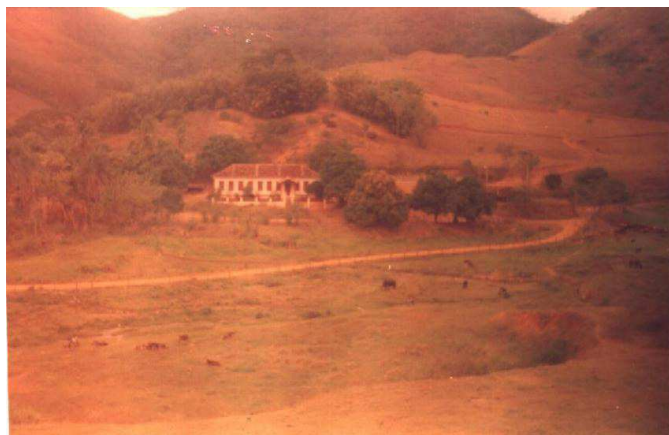


Foto 7.4: Fazenda do Onça, Serra da Onça, município de Guidoval.
Foto: José Otávio Aguiar, 1997.

No inventário de Leopoldo Guido Marlière, falecido no dia 10 de março de 1863, constam muitas dívidas com estabelecimentos comerciais, resultantes de compras a crédito.⁵⁹¹ Leopoldo não conseguira levar avante o modelo agrário sugerido pelo pai, que, aliás, como vimos, preocupava-se desde longa data com essa possibilidade, já que, via de regra, vivia já às voltas com consideráveis dificuldades financeiras. Os netos, premidos por necessidades financeiras ou desejosos de novas oportunidades, repartiriam e venderiam o território de Guido-Wald. Apenas Ana Flávia permaneceria ali por mais tempo, conservando os tufo de cabelo do avô que não conhecera e cultuando sua memória, transmitida pelas histórias contadas pela avó, Dona Maria Vitória. Esta última viveu com certeza até o final da década de sessenta, já que estava suficientemente lúcida para assinar o inventário do filho adotivo, em 1866, portanto três anos após sua morte.

As marcas do Coronel Francês permaneceriam no modo particular como se conduziu a colonização nas regiões que ocupou. Começando pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e passando por diversos políticos e legisladores do final do século XIX e início do XX, sua memória seria evocada em momentos diferentes, mas agora, de forma exaltadora, como que a evocar valores já há muito perdidos, que se desejava recuperar. Marlière, competindo com os senhores da riqueza do café, permaneceria como protagonista de um mito de origem, de ancianida-

[591]. Inventário de Leopoldo Guido Marlière.-1851-03-15/1871-03-15. Trata-se do inventário mais volumoso da Seção Provincial do Arquivo Público Mineiro. Guido Thomaz Marlière não deixou inventário. Seus documentos entretanto podem ser encontrados no inventário de seu filho, Leopoldo. Ali há uma carta do punho de Maria Vitória Rossier Marlière, ainda viva em 1871 – portanto trinta e cinco anos após a morte do marido, e cinco após a do filho adotivo Leopoldo – na qual estão discriminados os bens da família. Há também uma carta de Dom Pedro I reconhecendo Leopoldo Guido Marlière como filho legítimo de seu pai, Guido Thomaz. Muitos outros documentos anexos dão-nos conta do número de escravos adquiridos pela família após a morte de Guido Marlière, do mobiliário da casa, da extensão da área da fazenda Guido-Wald, das vendas e moradores que haviam em seus arredores e enfim, das muitas contas deixadas pelo falecido Leopoldo, que faziam a ruína da família por volta do ano de 1871. Arquivo Público Mineiro. SP-PP1/47

de, evocado quase sempre que se busca, principalmente na Zona da Mata, uma referência aos índios e ao que foi feito deles. Ao final de uma festa recentemente realizada na cidade de Guidoval, quando já se recolhia o lixo que o povo, despercebido, depositara em grande quantidade no chão, embriagado, um lavrador simples e anônimo, cujas feições denunciavam descendência indígena, olhando em direção à Serra da Onça, repetia o bordão recitado horas antes por um político “Este foi o homem que nos tirou da barbárie!”.



Foto 7.5: Disco em homenagem a Guido Thomaz Marlière, exposto no Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais. Foto: José Otávio Aguiar, 2000.

8 Conclusão

Dentre os angustiantes fantasmas que atormentam os historiadores, talvez o mais freqüente seja o que nos traz a dimensão da constante incompletude de nosso trabalho.

A História é um saber caracterizado pela reunião de vestígios que trazem aos nossos dias uma presença transfigurada do passado. Esta operação de transfiguração, entretanto, não se faz ao acaso. A evocação dos mortos e sua ressurreição tem como móvel questões que dizem de nossa contemporaneidade. Os efeitos de real construídos pelos historiadores alimentam certa fome de respostas, e nunca é supérfluo recordar que os passados recompostos pelas mãos que historiam não correspondem a nada mais que uma seleção de vestígios e fontes, baseada em dada quantidade de escolhas. Lidamos sempre, não com reflexos reais de um pretérito presente, mas, antes de mais nada, com nossa capacidade de construir uma versão a respeito dele.

Meu discurso, partindo de um lugar específico o qual procurei não ocultar, construiu certos efeitos de real a respeito de uma série de homens do passado. Dentre estes homens, ocupou papel de relevo um militar francês chamado Guido Thomaz Marlière, meu companheiro inseparável durante anos de vida acadêmica. Baseando-me numa variedade de fontes, historiei sobre a epopéia de ocupação de uma região. Apropriando-me de seus discursos e lançando sobre eles o meu olhar, procurei situá-los dentre tantas outras falas de seu tempo. Estas falas não eram mais que diferentes e variadas modalidades de olhar que se afastam de nós no tempo e no espaço.

Dois séculos me separam das trajetórias de vida que procurei recuperar, e as indagações que as fontes me suscitavam diziam, sem dúvida, mais das questões do meu tempo, que sobre as perguntas que os atores históricos do início do século XIX cotidianamente se faziam. Como dizia Marc Bloc em seu *Métier d'historien*, a história não “é filha do seu tempo?” Estrangeiro em relação a um passado de discursos produzidos por homens mortos, cabia-me interrogar a estes discursos sobre o que neles ainda permanecia de vivo. Afinal, a história jamais se ocupa apenas das coisas do passado. Ela parte de uma necessidade que os homens, viajantes do tempo, têm de interrogar-se sobre aquilo que ainda permanece sem repostas, portanto, vivo, pulsante, ativo, enfim incitador de nossa curiosidade, de nossa necessidade de nos interrogar sobre um pretérito presente.

A história é constantemente reescrita, porque as respostas apresentadas aos homens do passado já não atendem mais às interrogações dos que vivem o presente.

Ao final deste trabalho, vale lembrar as questões que de forma clara ou implícita foram levantadas na introdução. Perguntei-me de início sobre o Brasil encontrado por Marlière ao desembarcar no Rio de Janeiro em 1808. Pareceu-me mais adequado partir primeiro do ambiente cultural, intelectual e administrativo encontrado por meu biografado, para, mais à frente, interrogar-me sobre sua possível formação européia e sobre o impacto das inesperadas vivências do Brasil sobre suas idéias e práticas. Este procedimento, sobre o qual o leitor deve ter se interrogado logo das primeiras seções, deveu-se a dois objetivos: em primeiro lugar, fugir, na medida do possível, do perigo representado por uma idéia préconcebida a respeito dos sujeitos históricos, como se eles não fossem submetidos à constante indeterminação, como seres que se transformam e se fazem permanentemente no existir, pela sucessão de experiências inesperadas, vividas de forma sempre

inédita. Em segundo lugar, dada a ausência de uma quantidade suficiente de fontes que me informassem sobre o período europeu da vida de Marlière, deveria partir daquilo que me era disponível. Se me faltavam elementos para avaliar a influência da formação européia de meu biografado sobre suas idéias, deveria partir dos textos que citava, dos autores comentados nos artigos de jornal, das raras referências à juventude, das concepções que se denunciavam a cada frase, do que denotava e conotava em cada carta, mesmo nos ofícios mais impessoais. Procurei hipotizar a partir de fontes que não me informavam muito, levantando suspeitas aqui e ali a respeito do que poderia ter acontecido, dadas as informações obtidas, com grande probabilidade. Sempre que o fiz, calquei-me em sugestões empíricas, para as quais oportunamente atraía a atenção do leitor. É o caso da história da fuga da França, após deixar o quartel do Regimento da Córsega, no qual servia sob as ordens de Napoleão Bonaparte. Para reconstituir este episódio, tinha apenas algumas referências histórico-geográficas, coadjuvadas por uma carta e um ofício de próprio punho do General Bonaparte, trazidas ao Brasil por Marlière e conservadas no Arquivo Público Mineiro. Gostaria de ter descoberto mais sobre sua infância e juventude. Afinal, no trabalho do historiador há sempre grande dose de paixão e curiosidade pessoal.

Acompanhei a prisão de Marlière e levantei informações sobre a Capital Mineira e o Regimento de Cavalaria de Linha, para que não fosse perdida de vista a trajetória militar e o ambiente intelectual e político em que se desenrolava a história. Marlière deixou em seu rastro memórias dispersas e vestígios escassos. Foi no Brasil que este francês se notabilizou por estar presente em tantos momentos importantes e decisivos do processo de expansão sobre os territórios dos índios.

Talvez meu estudo venha a surpreender a muitos leitores com informações sobre a história da zona da Mata Central hoje des-

conhecidas de seus próprios moradores. A isolada Serra da Onça, hoje silenciosa e pouco habitada, foi lembrada em seus tempos de glória, quando ali se erguia a bela fazenda Guido-Wald, rodeada de uma floresta muito alta, antiga e encipoadada, movimentada pelo vai e vem de índios e soldados, pela visita de ilustres viajantes estrangeiros que a escolheram como laboratório para a pesquisa de campo.

O Presídio de São João Batista, a Aldeia e o Quartel de São Manuel do Pomba, o grande aldeamento de Manoelburgo, a Igreja de Santa Rita da Meia Pataca, o outrora dinâmico e promissor aldeamento de Petersdorf faziam parte de um mundo inseguro, rodeado de índios e florestas imprevisíveis, que cedeu lugar a plantações de café e lavouras de milho e fumo. Hoje, só a Bacia do Rio Doce comporta 224 municípios, sendo 196 em território mineiro e 38 em terras capixabas.⁵⁹²

Ao longo de todo o trabalho perguntei-me sobre a especificidade da influência de Marlière sobre as sociedades sobre as quais atuou. Para tanto, procurei recuperar vestígios e memórias que me remetessem ao cotidiano dos espaços de convivência que analisei.

Descrevi as zonas de Mata Atlântica ocupadas pelos luso-brasileiros entre os séculos XVIII e XIX, acompanhando propositadamente os vales fluviais. O estabelecimento dos colonos provenientes da região central mineradora sobre o território que mais tarde seria conhecido como Zona da Mata teve observadores atentos entre os viajantes europeus. Procurei cruzar seus relatos com a documentação sobrevivente, buscando recuperar, a partir de informações muitas vezes subjacentes às entrelinhas dos textos go-

[592]. TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. *O vale do Rio Doce*. Governador Valadares: Companhia Vale do Rio Doce; Pessstech, 2002. p. 91.

vernamentais, científicos ou eclesiásticos que consultei, algo das iniciativas dos povos indígenas frente ao processo de ocupação de seus territórios. Estas estratégias de enfrentamento questionam ou relativizam, logo de início, o ponto de vista segundo o qual um estudo deste processo de reconhecimento de uma região dever-se-ia desenvolver preferencialmente tendo como tema norteador a influência estatal. Procurei situar o Estado na discussão das relações de poder no cotidiano das sociedades enfocadas, sem, entretanto, restringir-me a ele. Acredito que, na medida em que afastamos temporariamente do diálogo o uso costumeiro e tradicional do conceito de soberania, capacita-mo-nos, em maior escala, para lidar com sociedades que não se organizavam de forma estatal e urbana. Mais que isso, desenvolvemos nossa sensibilidade para detectar, nos meandros de uma administração de Estado que se pretende soberana os espaços de manifestação dos poderes paralelos, das subversões internas e externas, dos questionamentos tácitos ou explícitos, dos conflitos que fogem ao controle.

Busquei perceber não apenas o modo pelo qual a cultura europeia, veiculada pelo Coronel Marlière era recebida no cotidiano das nações indígenas, mas, também, de que forma os contatos interétnicos, as manifestações de enfrentamento cultural por parte dos índios, presenciados por este francês, teriam influenciado sua maneira de pensar e agir.

Dentro da rede entrecruzada de discursos e relações sociais de poder que se desvendavam diante de meus olhos, procurei marcar a singularidade do discurso de meu biografado, bem como a variedade de visões sobre seus projetos e sua personalidade. Apresentava-se, diante de mim, diversos marlières, correspondentes a muitos paradigmas partidos de diferentes lugares. Procurei marcar a historicidade de cada um desses lugares, bem como seu cotidiano e as demandas compartilhadas pelos prota-

gonistas de diversas disputas. Daí o interesse em comparar os discursos indigenistas que marcaram as duas primeiras décadas do século XIX.

Paralelamente a estas discussões, interoguei-me sobre a devastação ambiental das regiões que serviram de palco à guerra contra os índios. Navegar os rios caudalosos e interligar Minas ao mar foi a grande utopia que uniu investidores estrangeiros, políticos e militares nas três primeiras décadas do século XIX. Como estes cursos de água doce tiveram de lá para cá seu volume de água consideravelmente reduzido, talvez o leitor tenha se surpreendido, por exemplo, ao se deparar com projetos de navegação e transporte de mercadorias pesadas por afluentes do rio Doce. Assusta ainda mais saber que o ribeirão Ubá e o rio Chopotó, na Mata central, hoje minguados e extremamente poluídos, eram navegados por canoas e serviram de hidrovia para pequenas viagens.

Com o intuito de demonstrar que cada um dos biomas abordados no texto apresentava características peculiares de solo, mata e clima, incluí algumas rápidas observações geográficas e biológicas, que procuraram evidenciar a multiplicidade de ambientes naturais possíveis dentro do que genericamente se classifica sob o termo *Mata Atlântica*.⁵⁹³ Minha preocupação central era a de que o desflorestamento e a agricultura predatória aparecessem no texto como processos constitutivos de um movimento maior de agressividade, que cedo alcançou também aos homens, habitantes dos biomas e usufruidores constantes de recursos naturais limitados. Como vimos, esses recursos, ou, mais especificamente, o acesso a eles, foram objeto de cruentas disputas, mesmo antes da chegada dos luso-brasileiros àqueles verdejantes vales fluviais. Com a

interferência dos colonos e das autoridades governamentais interessadas em incluir vastas áreas de floresta nas rotas comerciais do centro sul do Brasil, a extração de madeira e a coleta de drogas do sertão como a poaia alcançariam níveis nunca antes vistos.

Percebendo que este extrativismo predatório envolvia mão de obra de extração multiétnica, marcada, não obstante, pela presença maciça do trabalho silvícola, desejei proceder a uma arqueologia do processo de exclusão sócio econômica das populações indígenas que outrora povoaram os vales fluviais do antigo Leste Mineiro. Este trabalho não se propôs, desde o princípio, a responder a questões de caráter muito amplo, mas, acredito, contribuiu para a recuperação de uma série de processos de sobreposição populacional, desmatamento e ocupação agrícola, bem como exclusão social. Tudo isso se fez pelo acompanhamento de uma trajetória de vida. Os espaços do cotidiano do biografado foram abordados de forma a destacar a multiplicidade do mundo de trocas culturais que o cercava.

Na esperança de que meus escritos constituam leitura agradável para além dos círculos acadêmicos, lanço a público o resultado de minha versão de uma história há muito tempo esquecida.

[593]. A crítica foi introduzida por BRANSTROOM, Cristian. Palestra realizada no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, no dia 5 de junho de 2002. (Data aproximada – detalharei melhor as informações – título por exemplo – a partir de uma consulta aos arquivos da Ana).

9 Referências

ABREU, Maria Celeste de. *Sertão bravo do Rio Doce*. Belo Horizonte: Central Park, 2002.

ADDENDA às “ephemérides mineiras”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 9, n.1/2, p.89-174, jan./jun. 1904.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

AMED, Fernando José. *História dos tributos no Brasil*. São Paulo: SINAESP, 2000.

ANCONA, Clemente. Guerra. In: *Enciclopédia Einaudi – Estado/Guerra*. V. 14. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989, p. 348-371.

ANCONA, Clemente. Tática/ Estratégia. In: *Enciclopédia Einaudi – Estado/ Guerra*. V. 14. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989, p. 372- 396.

ANCONA, Clemente. Armas. In: *Enciclopédia Einaudi*. Estado/ Guerra. V.14 . Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989, p. 330-347.

ARRUDA, Rinaldo. *Existem realmente índios no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

AUGÉ, M. Canibalismo. In. *Enciclopédia Einaudi*. Religião e Rito. V. 30. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989, p. 93-104.

BAETA, Alenice Motta. *A memória indígena do médio vale do rio Doce: arte rupestre e identidade krenak*. Belo Horizonte: FAE, 1998. Tese (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões: se conviria o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p.13, 1840.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Barão de Eschwege*. Belo Horizonte: Casa de Eschwege, 1977.

BARBOSA, Waldemar de. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Sasterb, 1971.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. (Org.). *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Fundação Odebrecht, 2000.

BETHEL, Leslie. (Org.). *História da América*. São Paulo: Edusp, 1998. V.3.

BOAS, Crisoston Terto Vilas. A Questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia. *LPH: revista de História*, Belo Horizonte, n.5, p., 1995.

BOBBIO, Norberto; MANTTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Jean-franco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1999.

BOFFA, Alenice Mota. *A memória indígena no médio vale do Rio Doce: a arte rupestre e identidade Krenak*, 1998. Tese (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Rio de Janeiro, n. 62/ 63, p.69-72, juin 1986.

BOXER. C.R. *O império marítimo português (1415- 1825)*. Lisboa: Edições 70, sd.

BRANT FILHO, Antônio. Lavoura e riqueza, voto e poder; uma contribuição para o uso das fontes arqueológicas. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 24, p. 149-171, jan. 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRUNET, Pierre. *La vie e l'ouvre de Clairaut (1713-1765)*. Paris: Universitaires de France, 1952.

BURMEISTER, Hermann. Princípio e origem dos índios do Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 27, pt. 1, 1894.

BURMEISTER, Hermann. Sobre os índios do Pomba. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 2, 1898.

BURMEISTER, Hermann. Índios e sertões do Pomba. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, 1897.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

CALDEIRA, Jorge. (Org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos. MENDES, Fábio Faria. Políticas de Ocupação Territorial num Regime Escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*. no 6. Julho 1989.

CAMPOS, Francisco da Silva; padre; STOCKLER, Francisco de Borja. Catequese e Civilização dos indígenas da Capitania de Minas Gerais. Correspondência a Dom João VI, agosto de 1801. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano 2, p.685- 733, 1897.

CARNEIRO, Palmyos da Paixão. *Os índios de São Januário de Ubá*. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

CARTA régia ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais sobre a guerra dos índios botecudos. In: CUNHA,

Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p.57-58.

CARRARA, Ângelo Alves. *A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuismo (1839- 1909)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993. (dissertação de mestrado)

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1764- 1807)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

CARRARA, Ângelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808 – 1835. *Varia História*, Belo Horizonte, n.25, p.144- 164, jul. 2001.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A criação histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Curt Nimuendaju: a redescoberta do etnólogo teuto-brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: n.21, p. 64- 111, 1986.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002. p. 183-264.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Imagens da natureza e da sociedade. In: __. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.35, p.21-74, 1992.

CASTRO, Falabella de Figueiredo. *Os sertões do leste: achegas para a história da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987.

CASTRO, Manuel de Portugal e. Ofício de repreensão a Guido Thomaz Marlière, Diretor dos Índios dos Pombos, por ter-se imiscuído em assuntos jurídicos de competência do Capitão General, ainda que lhe absolva o fato de te-lo feito em defesa dos Índios sob sua Direção. *Revista Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 11, p. , 1907.

CASTRO, Zília Ozório de. *Cultura e política: Manoel Borges, Carneiro e o vintismo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. V.2, cap. 1, p.565-585.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Rousseau: os pensadores*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961. p. 19.

CLAIRAC, Luiz André de la Manie de. *Histoire de Perse depuis de commencement de le siècle*. Paris: Companhia Joubert, 1750.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

CONTINUAÇÃO dos documentos e correspondência oficial de Guido Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público*, Belo Horizonte, ano 11, n.1/4, p.3-254, 1906.

COSTA, Emília Viotti da. O Iluminismo como Invenção. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FRANCESA, Rio de JANEIRO, 1989. *Anais...* Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa e Estudos Históricos da UFRJ, 1989.

COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/ USP, .

COSTA, Joaquim Ribeiro da. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

COTTA, Francis Albert. Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: a organização militar nas Minas setecentistas. *Revista de Humanidades*, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 3, fev./mar. 2001.

COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via cargos militares; Minas Gerais – Século XVIII. *Revista de Humanidades*, Natal, v. 4, n. 5, p.25-47, out./nov. 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Política indigenista no século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. t.1.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In.: LE GOFF, Jacques (Comp.). *História novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105- 169, mar. 1968.

DIEHL, Astor Antônio. O exemplo Michel Foucault. In: _____. *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre, Evangraf, 1993.

DRUMOND, José Augusto. Legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários e um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente e Sociedade*, ano 2, n.3/4 2º semestre de 1998, 1º semestre de 1999.

DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 139, p.36- 53, 1998.

DUARTE, Regina horta. História e devir: os desafios da incompletude. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 15, p.155- 160, mar. 1996.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: os viajantes no vale do Mucuri. *Revista Brasileira de História*., São Paulo, v. 22, n. 44, p. 270-279, dez. 2002.

DUARTE, Regina horta. Os Vivos e os Mortos: uma alegoria sobre a história. *Resgate: Revista de Cultura*, Campinas, n.2, p., 1990.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro, Graal, 1987.

DUMAS, Jean Louis. *Histoire de la pensée: philosophies e philosophes*. Paris: Tallandier, 1990. V. 2: Renaissance e des lunières.

DURÇO, Jonathas Gerry de Oliveira. *Pokrane: da saga dos Boto-cudos ao nascimento de um arraial*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1989.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *Europa, 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador; uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, V. 1.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996-2000. 2v. (Fundação João Pinheiro. Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil (1817- 1811) ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Fundação João Pinheiro. Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais (1800-1845)*. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República – o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FASSO, Guido. Jusnaturalismo. In: BOBBIO, Norberto; MANTTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1999.

FAUSTO, Carlos. Da inimizade: forma e simbolismo na guerra indígena. In: NOVAIS, Adauto. *A Outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 269.

FAUSTO, Carlos. *A dialética da predação e da familiarização entre os Parakanã da Amazônia oriental: por uma teoria da guerra ameríndia*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FEBVRE, Lucien. *O problema da descrença no século XVI*. Paris: Albin Michel, 1974.

FERNANDES, Florestam. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UNB, 1989.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pokrane e sobre o francez. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*, Rio de Janeiro, p.410-417, 1855.

FERREIRA NETO, Edgar. História e etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. A vida do índio Pokrane e sobre o francez Guido Marlière. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p.410-417, 1855.

FERREIRA, Lúcio M. Arqueologia e geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n.24, p. 149-171, jan. 2001.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo Almeida; MUNTREAL FILHO, Osvaldo. Introdução. In: RAYNAL, Guilherme Thomas. *A revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Em Pierre Reviu—*história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.

FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

FURRET, François; OUZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

FURTADO, Júnia. *O mundo francês em Minas*. Belo Horizonte: BDMG Cultural; Museu Mineiro, 2000.

GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GODECHOT, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão: (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira, 1984.

GOMES, Abel. *Brás Pires; subsídios para a história da colonização em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1951.

GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1983.

GONÇALVES, Ari. *O segredo revelado de Guido Marlière*. Belo Horizonte: Lemi, 1978.

GOVERNO de Minas Geraes. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ouro Preto, ano 1, n.1, p.3-21, 1896.

GRUPIONI, Luiz Donizeti .Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1994.

GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 10, n.2, 1905,p.382-668, jul./dez. 1905.

GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 11, n.1/4, 3-12, 1906.

GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 12, p. 409-603, 1907.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARTMAN, Tekla; PORTO ALEGRE, Maria Sílvia. Imagem e representação do índio no século XIX. In: GRUPIONI, Luiz Donizeti Benzi (Org). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.59-72.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOBBSAWN, Eric. *Ecos de Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo, desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.36-50.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1994.

HUECK, K. *As florestas da América do Sul*. São Paulo: Polígono; Brasília: UNB, 1972.

JOSÉ, Oilian. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1965. p. 177.

JOSÉ, Oiliam. *Marlière: o civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. p. 195- 201.

LAVALLÉE, Theodore. *Histoir de La Maison de St. Cyr*. Paris, s.d, p. 274.

LE GOFF, Jaques. Comment écrire une biographie aujourd'hui? *Le Débat*, n. 54, p.49-50, mar./abr., 1989.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros e viajantes estrangeiros em Minas Gerais – Século XIX*. São Paulo: USP, 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*. São Paulo: Missão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as milícias*. 1979. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

LEONZO, Nanci. Instituições militares. In.: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira. (Org.) *Nova história da expansão portuguesa; o império luso-brasileiro (1750- 1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

LEONZO, Nanci. Notas sobre o sistema de recrutamento no Brasil Colonial: o caso paulista. *Boletim do Museu da Casa Brasileira*, São Paulo, v. 4, p.59- 69, 1981.

LEVILAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In.: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; / Fundação Getúlio Vargas, 19—. p.141- 184.

LEVI-Strauss, Claude. *Raça e história*. Brasília:UNB, 1989.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Augusto de. Memória histórica e documentada sobre a questão de limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito

Santo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 9, p.7-87, 1904.

LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LISBOA, karen Macknown. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817- 1820)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 1997.

LOPES, Maria Margaret. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n .41, p. 55-76, 2001.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In. REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (Orgs.). *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. V. 2: A época contemporânea.

LORIGA, Sabina. Manequins ou faiseurs d'histoire? *Critique*, Jan/fev. 2000, p.132- 145.

LORIGA, Sabina. Manequins ou faiseurs d'histoire? *Critique: revue générale des publications françaises et étrangères*, p.133-145, jan../fev. 2000.

LORIGA, Sabina. SOLDATS. *Un laboratoire disciplinaire: l'Armée Piémontaise au XVIII siècle*. Paris, Mentha, 1991.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.

LUFT, Wladimir José. *Da história à pré-história: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na Bacia do Alto rio Pomba (o caso da Serra da Piedade)*. 2000, Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império; Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798- 1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

MAGALHÃES, Washington. Um pouco de nossa história. In: __. *Figurinhas de Cataguases*. Cataguases: Aora, 1999.

MANGEROTTE, Eduardo. *Guido Thomaz Marlière*. Belo Horizonte: Loja Maçônica Guido Thomaz Marlière, 2000.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência*. (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCATO, Sônia de Almeida. A repressão contra os Botocudos em Minas Gerais. *Boletim do museu do Índio*, Rio de Janeiro, n.1, p., maio, 1979.

MARCONDES, Renato Leite. A pequena e média Propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. *Lócus; Revista de História*, v.4, n.2, p. 35- 54, 1998.

MARLERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. Correspondência avulsa ao governador da província de Minas Gerais, 30 de setembro de 1825 apud FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo da selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. Povoamento do Sertão de Muriaé. *Revista de Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.2, p., 1897.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. Relatório ao vice presidente da província de Minas Gerais – 1827.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. Uzos fúnebres dos Botocudos e outros índios desta província, ideias religiosas, superstições & comparadas com outros povos. Artigo para o Jornal Abelha do Itacolomi. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 10, p.

MASCARENHAS, Francisco de Assis. Ofício ordenando que o capitão Guido Thomaz Marlière, do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais receba uma porção de terras para cultivar. *Revista Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 10, p.384, 1906.

MASSON, Frédéric. *Napoleon Inconnu*. Paris: Ollendorf, 1895. Vol 2. p.407.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo Popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais. Séculos XVIIIe XIX*. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

MATTOS, Izabel Missagia de. Temas para o estudo da história indígena em Minas Gerais. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.5, n.6, p.5-16, jul. 2000.

MAXWELL, Keneth. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (Org.). *A Outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MAXWELL, Keneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAXWELL, Keneth. Colonização e despovoamento. São Paulo e Maranhão no século XVII. *Ciência Hoje*, São Paulo, n.86, p.13-8, 1992.

MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDIÇÃO, direção e observações da nova estrada que da Cachoeira do rio Santa Maria, termo da Vila Rica, da Capitania de Minas Gerais...- Secretaria do Governo. Em 2 de dezembro de 1818. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.6, p.463-466,

MELÓN, Pierre. *O general Hogendorp: soldado de Frederico II, o Grande, governador em Java, ajudante de campo de Napoleão Bonaparte, eremita no Rio de Janeiro*. Niterói: Casa Jorge, 1996.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste, estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1973.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1994.

MORAIS, Raul de. *Ubá imperial: subsídios para a história*. Ubá: Academia de Letras, 1988.

MOREIRA, Vânia Maria Louzada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.43, p.153-159.

MORENO, César. *A Colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX: a “Guerra Justa” contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (formação: histórias)*. São Paulo: SENAC, 1999.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1998.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo:, n.35, p. 79- 90, 1992.

PIMENTA, Demerval José. Aspectos do povoamento do leste mineiro. *Separata de: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n.14, p. –, 1974.

PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1971.

PIMENTA. Demerval José. *O vale do Rio Doce e suas histórias*. Belo Horizonte: Veja, 1981.

PIMENTEL, Thais Velloso. Viajar e narrar: toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras. *Varia História*, Belo Horizonte, n.25, p.81-120, jul. 2001

PORTER, Roy et al. *The Blackwell Companion to the Enlightenment*. Massachusetts: Blackweel Reference, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. Administração. In: _____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000. p.307-351.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru (SP): Edusc, 1999.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C.F. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PRISÃO de Guido Thomaz Marlière como suspeito de enviado de Bonaparte: officio do Ministro ao Governador de Minas. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, ano 11, n. 1/4, p.13-25, 1906.

QUINTÃO, José Maria. *Aquidabam, ponte e vau: no ontem e no hoje de Ferros*. Imprensa Oficial, 1985.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social: Revista de Sociologia*, São Paul, v.7, n.1/2, p.105-110, out. 1995.

RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v.8, p. 969-992, 2001. Suplemento.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Edusp, 1986.

RAYNAL, Guillaume Thomas. *A revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

REIS, Paulo Pereira dos. Os Puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz. *Revista de História*, São Paulo, v., n., p. –.

RELATÓRIOS ao Conselho Geral da Província: 1828-1833. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 17, p. 95-105, 1912.

RIBEIRO, Armando Vidal Leite. *Família Vidal Leite Ribeiro*. Rio de Janeiro, 1955.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 1996.

RIBEIRO, Gladis Sabina. Menócchio e Rivière: a palavra construída. *Resgate: Revista de Cultura*, n. 6, p. -, 1996.

RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Lavoura, riqueza e poder: uma contribuição para o estudo da história política da Zona da Mata Mineira*. Ponte Nova: Sociedade Pró-Memória, 1996.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

RODRIGUES, Airton Dall'lgma. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. São Paulo: Papiros, 1992.

RUBERT, Arlino. *A igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Santa Maria: Palloti, 1998.

RUBIM, F. A. *Memória da província do Espírito Santo*. Lisboa: Nevesiana, 1840.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1936.

SALGADO, Elizabeth de Souza. *Aldeamento indígena na região da Mata Mineira e Vale do Rio Doce: presídios de Abre Campo, Rio Pomba e Cuieté (1730-1850)*. 1986. Monografia (Bacharelado) – Departamento de História, Universidade de Ouro Preto, Mariana, 1986.

SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes, 1999.

SANTOS, Lúcio José dos. *História de Minas Gerais: resumo didático*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1972.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa, 1808. V.1.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias (historiadores e jornalistas aproximações e afastamentos). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p.13-21, 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e uma proposta de investigação. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-graduação em História*, n.6, p. dez. 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP, Campinas, 2002.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1993.

SCWARCZ, Lilia Moricz. *Antropologia e história: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SERÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (Org.). *Nova história da expansão portuguesa; o império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986.

SILVA, Arthur Vieira Resende. *Genealogia dos fundadores de Catingas*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1934.

SILVA, Danuizio Gil Bernardino de Silva (Org). *Os diários de Langsdorf*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Da revolução de 1820 a independência brasileira. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira. (Org). *Nova história da expansão portuguesa; o império luso-brasileiro (1750- 1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

SOARES, Geralda Chaves. *Os Borum do Watu. Os índios do Rio Doce*. Contagem: CEDEFES, 1992.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico de. O direito envergonhado: o direito dos Índios no Brasil. In: GRUPIONI, Luiz Donizete

Benzi (Org.). Índios no Brasil. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.52-70, jan./mar. 1951.

SOUZA, Laura de Melo e (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1997. V.1.

SOUZA, Laura de Melo e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no iluminismo francês*. São Paulo: Fapesp, 2001.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1937.

SPIX, Joham Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 1981. 3v.

STAROBINSKI, Jean. Crítica da sociedade. In: _____. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1991. p. 34- 44.

STRAUCH, Ney. *A bacia do Rio Doce.: estudo geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. *O vale do Rio Doce*. Governador Valadares: Companhia Vale do Rio Doce: Pesstech, 2002.

TERRITORIAL de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.43, p.153- 159. 2002.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro. 1961. V.2 e 3.

URBAN, Greg. história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87-102.

VAINFAS, Ronaldo. CARDOSO; Ciro .Flamariom. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VASCONCELOS, Salomão de. *O Fico: Minas e os mineiros na independência*. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico, 1972.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896.

VIEIRA, Áureo Antunes. *Hino à Guidoal*. [s.l.]: Mineira de Comunicações, 1985.

VILAS BOAS, Crisoston Terto. A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia. *Revista de História*, Ouro Preto, v.5, p.42- 55, 1995.

VOLTAIRE, François Marie Aroet de. *Cartas inglesas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

WADDEL, A. Política internacional e a independência da América Latina. In.: BETHEL, Leslie, (Org.). *História da América*. São Paulo: Edusp, 1998. V.3.

WIED-NEWIED, Maximilian. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

I ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: SEÇÃO COLONIAL E SEÇÃO PROVINCIAL

Sob este título foram reunidos os documentos que utilizei neste trabalho e não foram publicados nas Revistas do Arquivo Público Mineiro. Citadas ao longo de todas as seções, estas fontes manuscritas referem-se a assuntos variados que abaixo serão discriminados de forma sucinta e entre parênteses, à frente da referência:

A) SOBRE O PADRE MANOEL DE JESUS MARIA E OS ÍNDIOS DE SÃO MANUEL DO POMBA (CATEQUESE)

- Comentários sobre a catequese dos índios. SI Cx: 13- Doc. 26 SG.6/ 03/ 1811.
- Documentos do punho deste padre e referências à catequese dos índios. SG 02/03/ 1811.
- Notícias sobre Manuel de Jesus Maria. SG- Cx: 83- Doc 23.
- Ofícios informando ao governo da Capitania sobre a situação dos índios e sobre o Padre Manuel de Jesus Maria. SG-CX 83 -Doc. 27. s/d.

[594]. Referências dos documentos manuscritos utilizados neste trabalho (pesquisa e mapeamento de fontes realizados entre os anos de 1997 e 20001).

- ▶ Sobre o Padre Manuel de Jesus Maria nos Sertões do rio Pomba. SI- Cx 40- Doc. 59 SG – 08/ 03/ 1811.

B) SOBRE AS DIVISÕES MILITARES DO RIO DOCE E A JUNTA MILITAR DE CONQUISTA E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS, COLONIZAÇÃO E NAVEGAÇÃO DO RIO DOCE

- ▶ Sobre o Rio Doce e a Força Pública. PPI/15-Rio Doce–Força Pública–Cx. 90, 91, 92. (s/d) SG-Cx. 84- Doc. 07.
- ▶ A respeito da navegação fluvial no Rio Doce (Período Posterior a 1829).APM, SP PP 1/ 15 Caixa 91, Doc. 21.
- ▶ Abertura da estrada que corresponderia à Linha Divisória. APM, SS PP 1/ 15, Cx. 90, Doc. 52, 53 e 66; CX. 93, Doc. 7 e 28; Cx. 91, Doc. 6 e 8.
- ▶ Ainda sobre os negócios da Poaia. Ofício do Cel. Miguel Theotonio de Tolledo Ribas. APM, SP PP 1/15, Cx. 90, Doc. 43.
- ▶ Caixa 93. mapa da Força do Estado das Divisões Militares do Rio Doce. Datado de 5 de novembro de 1831. SP PPI/ 15.
- ▶ Carta de sesmaria de Francisco Leite de Brito – Este é o mais antigo registro de sesmaria que encontrei na região do rio Piranga. Data portanto, provavelmente, do princípio da década de 40 do século XVIII o início da colonização luso-brasileira do vale deste rio. Seção Colonial–Código 72, 177v, 1741.
- ▶ Controle contábil e financeiro resultante da fiscalização da Junta da Fazenda. APM, SP PP 1/15, Cx. 90, Doc. 2.
- ▶ Diversos relatos de expedições pelo rio Doce. APM, SP PP 1/ 15, Cx. 93, Doc. 28.
- ▶ Documentos sobre o envio de vacina para o combate à varíola nas Divisões Militares do Rio Doce: APM, SP PP 1/15, Cx. 92, Doc. 26.

- ▶ Manuscritos de Marlière sobre as Divisões Militares do Rio Doce. PPI/4 Catequese- Cx. 01 e 02.
- ▶ Manuscritos de Marlière sobre as Divisões, a Junta e os Botocudos. PPI/4 Catequese- Cx. 01 e 02.
- ▶ Ofício de Manoel Esteves Lima, fornecedor de mantimentos da 3ª DMRD, de 15 de abril de 1830, no qual Marlière é culpado pelo atraso na ocupação dos sertões da margem norte do rio Doce. APM. SP PP 1/ 15, Cx. 90, Doc. 14.
- ▶ Ofício de Marlière sobre a civilização dos índios, datado de 30 de junho de 1826. SP –PP 1/ 15, Cx. 90, Doc. 02.
- ▶ Ofício que comunica o envio de medicamentos para o combate à malária nas Divisões Militares do Rio Doce. Código SG – 8, folha 8.
- ▶ Populações de São Manuel do Pomba, Mercês e Feijão Cru (respectivamente atuais cidades de Rio Pomba, Mercês e Leopoldina) em 1831. PPI, 10, Caixa 35.
- ▶ Processo contra o Sargento Norberto Roiz de Medeiros. SP 1/ 15- Caixa 90, Doc 03.
- ▶ Relatório da Diretoria Geral dos índios (ferramentas distribuídas entre os índios). APM, SP PP 1/ 15, Cx. 90, Doc. 32.
- ▶ Relatório das Divisões Militares de 1832 – A Situação Climática e Seus Efeitos Sobre a Agricultura – APM, SP PP 1/15, Cx. 91, Doc. 6.
- ▶ Relatório de inspeção sobre o Recrutamento de Vadios nas Divisões Militares do Rio Doce. APM, SP PP 1/15, Cx. 91, Doc. 6.
- ▶ Relatório sobre o perigo de que a Companhia do Rio Doce desista dos empreendimentos com os quais havia se comprometido. SP PP 1/ 15, Cx. 90, Doc. 55.
- ▶ Remessa de medicamentos para o combate da malária. Código SG – 8, folha 8.
- ▶ Sobre a civilização e catequese dos índios. SG- Cx: 83- Doc 23.

- ▶ Sobre a civilização e catequese dos índios. SG- Cx: 83- Doc 25.
- ▶ Sobre a civilização e catequese dos índios. SG-Cx. 84- Doc. 07 Cx. 13. Doc. 51
- ▶ Sobre a civilização e catequese dos índios. SI- Cx.13 Doc 34.
- ▶ Sobre a Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios. Cx. 13. Doc. 51.
- ▶ Sobre a Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios. SG- Cx: 83- Doc 25.
- ▶ Sobre a Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios. SI- Cx.13 Doc 34.
- ▶ Sobre a tração dos índios via introdução de hábitos alimentares e ferramentas. APM, SP PP 1/ 15, Cx. 90, Doc. 32; SP PP 1/15 Cx. 91, Doc. 08; SP PP 1/ 15, Cx. 97, Doc. 46.
- ▶ Sobre as colônias penais e militares. PP1/5 Colônias Militares- Cx 06 e 07.
- ▶ Sobre as Estradas para Itapemirim e Vitória. APM, SP PP 1/15, Cx. 90, Doc. 14. Ver também: Cx. 90, Doc. 16 e 17.
- ▶ Sobre as tropas das divisões, sobre a civilização e catequese dos índios. SI Cx: 13- Doc. 26 SG.6/ 03/ 1811.
- ▶ Sobre as tropas das divisões, sobre a civilização e catequese dos índios. SG-CX 83 -Doc. 27.
- ▶ Sobre as tropas das divisões, sobre a civilização e catequese dos índios. SI- Cx 40- Doc. 59 SG –08/ 03/ 1811.
- ▶ Sobre as tropas pagas e as Divisões Militares do Rio Doce. PP1/15-Rio Doce- Força Pública- Cx. 90, 91, 92.
- ▶ Sobre o abastecimento das Divisões nas regiões de mata densa. APM, SC009, Folha 5.
- ▶ Sobre os custos de fabricação de canoas no rio Doce. APM, SP PP 1/ 15 Cx. 90, Doc. 53.
- ▶ Sobre os negócios da Poaia. Ofício do Cel. Miguel Theotonio de Tolledo Ribas. (sucessor de Marlière). APM, SP PP 1/15, Cx. 90, Doc. 33. Ver também: SP PP 1/ 15, Cx. 96, Doc. 52.

- ▶ Sobre os oito membros da família Monteiro de Barros que juntos possuíam vinte e quatro sesmarias – Lucas Antônio Monteiro de Barros foi o juiz responsável pela prisão de Marlière. Registro paroquial nº 114.

C) SOBRE AS TROPAS DE ORDENANÇAS EM MINAS GERAIS NO PERÍODO COLONIAL (REPRESSÃO A ÍNDIOS “BRAVOS”, COLONOS INSUBORDINADOS, VADIOS E FACINOROSOS)

- ▶ Bando do Governador Luiz Diogo Lobo da Silva. (s/d). Seção Colonial – Códice 50.
- ▶ Instruções sobre as quais se devem regular os capitães-mores e comandantes dos distritos desta Capitania de Minas Gerais nas Prisões e procedimentos contra vadios e facinorosos. (s/d). Seção Colonial – Códice 163. fl. 49.
- ▶ Ofício de Guido Thomaz Marlière referente ao período de guerra ofensiva e às atrocidades cometidas pelo comandante da 5ª Divisão Militar do Rio Doce, Alferes Januário Vieira Braga, datado de 30 de junho de 1826. SP/ PP –1/15, Cx. 90, Doc. 02.
- ▶ Processo contra o Sargento Norberto Roiz de Medeiros. SP PP – 1/15, Cx. 90, Doc. 03.
- ▶ Relatório de Inspeção das Divisões Militares do Rio Doce. A respeito da situação climática e seus reflexos sobre a agricultura na região do Vale do Rio Doce. SP PP 1/15, CX. 91, Doc. 06.
- ▶ Envio de provisão de vacina contra a varíola para as Divisões Militares do Rio Doce. SP PP 1/15, Cx. 92, Doc. 26.
- ▶ Abastecimento das Divisões Militares cujas sedes se encontravam distantes no interior da mata. SC/ 009, Folha 5.
- ▶ Relatório da Comissão encarregada dos exames das contas e mais negócios das Divisões Militares do Rio Doce, com a con-

ta corrente de tudo quanto recebeu o Coronel Guido Thomaz Marlière, ex- Comandante das Divisões e Diretor Geral dos Índios. SP PP-1/15, Cx. 90, Doc. 32.

- ▶ Registro de pareceres e indicações do Conselho de Governo (1830-1832). SP 76 –

D) SOBRE GUIDO THOMAZ MARLIÈRE

- ▶ Inventário de Leopoldo Guido Marlière. -1851-03-15/1871-03-15. Trata-se do inventário mais volumoso da Seção Provincial do Arquivo Público Mineiro. Guido Thomaz Marlière não deixou inventário. Seus documentos, entretanto, podem ser encontrados no inventário de seu filho, Leopoldo. Ali há uma carta do punho de Maria Vitória Rossier Marlière, ainda viva em 1871 – portanto trinta e cinco anos após a morte do marido, e cinco após a do filho adotivo Leopoldo – na qual estão discriminados os bens da família. Há também uma carta de Dom Pedro I reconhecendo Leopoldo Guido Marlière como filho legítimo de seu pai, Guido Thomaz. Muitos outros documentos anexos dão-nos conta do número de escravos adquiridos pela família após a morte de Guido Marlière, do mobiliário da casa, da extensão da área da fazenda Guido-Wald, das vendas e moradores que haviam em seus arredores e enfim, das muitas contas deixadas pelo falecido Leopoldo, que faziam a ruína da família por volta do ano de 1871. SP-PP1/47-

2 ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE MARIANA

- ▶ Lista dos Habitantes da Freguesia dos ‘Aldeamentos’ de São Januário do Ubá e São João Baptista do Presídio – 1819 – Lista

detalhada, indicando os moradores internos e externos, idade de sexo, estado civil, etc). Códice 398.

- ▶ Relação dos habitantes do Distrito dos Remédios no ano de 1819. Códice 657.
- ▶ Relação dos habitantes da Freguesia de Camargos – 1819. Códice 522.
- ▶ Estatística de todos os moradores de São Manuel do Pomba no início do século XIX: Lista Nominativa dos Moradores de São Manuel do Pomba. Cod. 701.

3 ARQUIVO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA

Sobre os primeiros moradores luso-brasileiros do vale do rio Pomba e dos microvales de seus afluentes.

- ▶ Escritura de venda da metade dos bens de raiz e móveis e o mais que nela se expressa que faz Bento Pacheco do Amaral a seu sobrinho Francisco Pacheco do Amaral – valor da operação: 16 mil cruzados, ou seis contos e quatrocentos mil réis Livro de notas do 1º Ofício, # 94 fl. 113. 12 de maio de 1775..
- ▶ Contestação que fazem Braz Pires da Luz e sua mulher Anna Felícia de Jesus, da demarcação da sesmaria do furriel José Lopes Rosado, declarando serem senhores e possuidores de uma porção de terras compradas a índios nas cabeceiras do ribeirão do Ubá, onde se acham arranchados com casas de vivenda cobertas de telha, monjolos, senzalas, árvores de espinho e bananeiras há mais de 25 anos. II, 10, 345.
- ▶ Notícia de que o casal Joana Pires Matos e Miguel Matos habitam um sítio à beira do rio Xopotó, nas vizinhanças do gentio. II, 55, 1.254, 1749.
- ▶ Notícia de que Joana Pires Matos foi morta pelo gentio, ficando também ferido pelas flechas o seu marido Miguel Matos,

que então decidiu mudar a localização de seu sítio e deixá-lo deserto, devido às várias mortes e insultos praticados pelos índios. I, 10, 375, 1750.

- ▶ Escritura de venda de duas propriedades agrícolas em território antes pertencente aos índios pelo Colono Teotônio Francisco Ribeiro, no ribeirão da terceira repartição, afluente do Xopotó). Primeiro Ofício, Livro 99, escritura de 5 de março de 1782.
- ▶ Escritura de venda, com descrição da propriedade. Miguel José Machado vende sua propriedade no ribeirão da Terceira Repartição, com matos virgens, árvores de espinho e capoeiras, 17 escravos, seis bois de carga, etc – valor Rs 2: 608\$000. Primeiro Ofício, livro 100, escritura de 4 de maio de 1783.
- ▶ Descrição do sítio comprado pelo alferes José Pereira Arouca. Primeiro Ofício, Livro 104, fl. 42, escritura de 28 de janeiro de 1788.

4 ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA

- ▶ Processo de Habilitação De Genere Vitae Et Moribus do Padre Manuel de Jesus Maria. Armário 9 – Pasta 1576. Armário 9 – Pasta 1576.
- ▶ Processo de Habilitação do padre índio croato Pedro da Mota. Armário 10, pasta 1736.

5 ARQUIVO NACIONAL (RIO DE JANEIRO)

- ▶ Ofício n. 108 de 22 de julho de 1808 da Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real, dirigida aos termos e vilas de Minas Gerais, Fundo AP- 5, Cx. 1, Pacote 2.

- ▶ Mapa do Termo do Presídio e de São João Nepomuceno, que originalmente acompanhava o relatório de José da Silva Teodoro. Seção de Documentação Cartográfica, PD 04.
- ▶ Sobre a Navegação do Rio Doce: Carta Régia de 16 de agosto de 1810. AP – 5 Cx. 1–Pacote 2.
- ▶ Relatório da Província de Minas Gerais, 1835-1837/ nº 004.0-79/ Microfilmes.
- ▶ Exploradores do Rio Doce. Artigo de Nelson de Senna, publicado no jornal Minas Gerais., nº 16, de 19 de janeiro de 1905. AP –5 – Cx. 1 – Pacote 2.

A) INFORMAÇÕES SOBRE O PERÍODO DURANTE O QUAL MARLIÈRE PERMANECEU NO RIO DE JANEIRO

- ▶ Papéis relativos à vinda da Família Real para o Brasil. (relação das pessoas que vieram e das naus que fizeram o transporte). Cod. 730.
- ▶ Conselho da Fazenda. Registros de Cartas, de padrões e tenças da Corte. Cod. 37.
- ▶ Registro dos Ofícios da Polícia ao comandante da Real e depois Imperial Guarda de Polícia. Cod. 327.
- ▶ Relação de presos feitos pela Polícia. Cod. 403.

B) CONDECORAÇÕES, PROMOÇÕES E TRANSFERÊNCIAS

- ▶ Registro Geral das Mercês–Código do fundo 82 – Códice 137, livro 14. Folha 60. seção de Guarda 186. Transferência do Alferes Agregado do Exército Guido Thomaz Marlière para o Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais.

- ▶ Guido Thomaz Marlière recebe o Hábito da Ordem de Christo no dia 13 de Maio de 1820 – Caixa 787 A – Pacote 4 – Documento 41- Fundo: Ministério do Império – Código do fundo: 53 – Seção de Guarda 1D6 – Códice 15 – livro 7. IL 190.
- ▶ Fundo: Polícia da Corte. Registro da Chegada de Guido Thomaz Marlière ao Rio de Janeiro e de seu ingresso na Tropa de Cavalaria do Exército naquela cidade. Registro da transferência de Marlière para Vila Rica. Cod. 371, fl. 29.
- ▶ Seção de Guarda 186–Carta Patente de Dom João VI, que eleva Guido Thomaz Marlière ao posto de Tenente Agregado do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais. 16 de agosto de 1810. Cod. 137 – Livro 14 – Folha 60.
- ▶ Carta do Conde de Galveas felicitando ao Príncipe Regente pelo “glorioso êxito das Armas Russas” sobre o exército de Napoleão. (comentários sobre a promoção de Patente do francês Guido Thomaz Marlière). Palácio do Rio de Janeiro, 13 de abril de 1813. Notação CG – MG – I, 1, 2, 35, 128.
- ▶ Carta do Conde de Linhares para o Conde de Palma ordenando que se dê uma porção de terras a Guido Thomaz Marlière, despachado em tenente agregado do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais. Notação CG – MG – I, 1, 2, 34, 230. 04/01/1811.

6 ARQUIVO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO (RIO DE JANEIRO)

- ▶ Regulamentos para o exercício e disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelíssima – Por sua Alteza Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General – MDCCCLXXXIX. (até a época da pesquisa, em julho de 2000, estes documentos, ainda não organizados, não contavam com uma referência precisa)

- ▶ Propostas do Governo de Armas da Corte. Sobre Guido Thomaz Marlière, militar de nação francesa que tem mais teórica do que prática, promovido a alferes efetivo da 6ª Companhia. Caixa 285 – R- 7.
- ▶ Carta do Marquês de Aguiar a Dom Manoel de Portugal e Castro, na qual é indeferida a promoção de patente de Guido Thomaz Marlière. I, 1, 2, 36, 83 v. 17/ 01/ 1816.
- ▶ Numerosas cartas patentes de oficiais e instruções para os comandantes das Divisões Militares do Rio Doce podem ser encontradas neste arquivo. Vários outros documentos militares sobre Marlière e a Junta de Civilização dos Índios.

7 BIBLIOTECA NACIONAL (RIO DE JANEIRO)–(SETOR DE MANUSCRITOS)

- ▶ Carta assinada por 154 colonos residentes no Arraial de Ponte Nova, em 8 de abril de 1826, dirigida ao Imperador Dom Pedro I, requerendo o afastamento de Guido Thomaz Marlière do cargo de Diretor Geral dos índios. (há diversas acusações contra este francês, a principal delas referindo-se ao fato de não castigar os índios que saqueavam as fazendas dos sitiantes).
- ▶ Carta assinada por 166 moradores da Ribeira de Santa Anna da Onça Pequena, em 17 de outubro de 1827, dirigida ao Presidente da Província de Minas Gerais, contra ao direção de Guido Thomaz Marlière (os requerentes acusam o diretor de não ser católico e levantam suspeitas quanto à sua probidade na administração)
- ▶ Documento original de Guido Thomaz Marlière intitulado: Catequese e Civilização dos Índios de Minas Gerais (destaca-se neste manuscrito a visão positiva que este francês tinha dos Botocudos – Todos os viajantes que visitaram a região

do Rio Doce durante sua diretoria deixaram relatos extremamente detratores acerca destes índios)

- ▶ Discurso pronunciado pelo Ministro Rodrigo de Souza Coutinho perante a Junta de Ministros e outras pessoas, sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e financeiro de Portugal e domínios ultramarinos. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Linhares.
- ▶ Memória n. 107 escrita por Dom Rodrigo de Souza Coutinho sobre a mudança da sede da Monarquia Portuguesa (1803). Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro—Coleção Linhares.

7 MAPEAMENTO DAS FONTES PUBLICADAS NA REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Os documentos aqui reunidos, constituíram a principal base de consulta para a elaboração desta biografia. Ao longo do trabalho, citei com detalhes as fontes das revistas do Arquivo Público Mineiro, de número, X, XI e XII.. Não vejo necessidade de repetir esta citação aqui, uma vez que as revistas já se encontram especificadas na bibliografia. Estão entretanto, abaixo organizados, alguns documentos que considere de extremo interesse, segundo o assunto de que tratam. Por motivo de espaço cito aqui apenas as fontes referentes a alguns temas recorrentes no texto de minha tese:

- ▶ Observações de Guido Thomaz Marlière sobre o método jesuítico de catequese, 7 de janeiro de 1825. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.10, 1905.
- ▶ Carta de Marlière a Saint-Hilaire. 6 de dezembro de 1824, 7 de janeiro de 1825. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.10,

1905. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.10, p.424, 483, 513, 520-521, 557, 558,565-566,593-595,; 650, 652., 663. 1905. Notícias de Marlière sobre os Botocudos e sua organização social. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.12, p.81, 1906. Revista Arquivo Público Mineiro, v.12, p. 525, 526-527, 228, 529, 530-532, 497-509, 554-557, 1907.

- ▶ Procura e Combate do Sargento “desertor dos Civilizados” Norberto Roiz de Medeiros. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.10, p. 540, 590, 620, 626, 1905. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.11, p.43, 75, 105,116-117, 218-219, 1906. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.12, p. 432, 433-434, 439-440, 442-443, 468-469, 472, 474, 492-493, , 497-509, 518-519, 522-524, 541-542, 554-557, 561, 564, 565-567, 584, 1907.
- ▶ Ordem de punição e prisão contra o índio Firmiano, que, sob as ordens de Marlière, acompanhou Auguste de Saint-Hilaire em suas viagens pelo Brasil até seu embarque para a Europa, mas depois se revoltou, tornando-se inimigo do Diretor Geral e incitador de rebeliões indígenas. Ofício de Marlière—2 de janeiro de 1826. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.11, p.121-122, 1906.
- ▶ Vantagens oferecidas aos praças que desposassem prostitutas. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.10, p. 627- 628, 1905.
- ▶ Informação de que a maior parte da tropa da 6ª Divisão Militar do Rio Doce era composta por degredados. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.12, p. 547- 548, 1907.
- ▶ Sobre a Disciplina Militar das Divisões sob o comando de Marlière. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.12, p.427, 429, 434, 480, 518-519, 587-589, 590, , 609-613, 1907.

8 ARQUIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTE NOVA

- ▶ Dados populacionais da zona da Mata. Códice 1, Doc. 335.
- ▶ Exportações da zona da Mata em meados do século XIX. Códice 1, Doc 335.

9 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (LISBOA)

Estas fontes referem-se predominantemente aos litígios por terras entre brancos e índios no início da colonização da atual zona da Mata Mineira. Todos os documentos aqui reunidos são datados da segunda metade do século XVIII.

- ▶ Representação que fazem os moradores de Guarapiranga ao rei D. João V comunicando a consternação devido aos ataques dos índios, que destruíam fazendas e matavam habitantes, 1750. Conselho ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 55, documento 25.
- ▶ Carta de Silvério Teixeira, juiz de fora de Mariana, informando Dom José I acerca da devassa que mandou proceder contra Antônio Pereira dos Santos, devido aos excessos cometidos contra os índios residentes nas vizinhanças de Guarapiranga. Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 67, documento 56.
- ▶ Carta n. 178 do Conde de Valadares ao Marquês de Pombal informando sobre um índio tratado como escravo na fazenda de um cônego da Sé de Mariana. Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 103, documento 87, 1772.
- ▶ Representação dos oficiais da Câmara de Mariana ao Conselho Ultramarino acerca de violências praticadas pelos índios.

Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 108, documento 75, 1775.

- ▶ Representação enviada pelos índios Cropós e Croatos de São Manuel dos rios Pomba e Peixe, ao Rei, para pedir paz e sossego frente às investidas dos colonos brancos. Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 132, documento 32, 1789.
- ▶ Carta do Padre Manuel de Jesus Maria ao governador da Capitania, comunicando sobre o prejuízo que a concessão de sesmarias trazia aos índios. Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 149, documento 62, 1799.

10 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

- ▶ Carta de Guido Thomaz Marlière, ex-diretor dos índios do rio Doce a MR. John Sturt, solicitador da Cia de Comércio do Vale do Rio Doce, sobre o estabelecimento desta Companhia. Lata 12, Documento 15.
- ▶ Documentos referentes a José Bonifácio de Andrada e Silva. Latas 191 e 192.
- ▶ Traços Biográficos de Guido Thomaz Marlière. Lata 560, pasta 21. s/a, s/l, s/d.
- ▶ Ofício de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz a Joaquim Manoel de Macedo, secretário do IHGB oferecendo os apontamentos sobre o índio Guido Pockrane e sobre o francês Guido Thomaz Marlière. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1855. Lata 222, Documento 40.
- ▶ Tropas que passaram a existir depois da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. Tropas que existiam na América Portuguesa antes da chegada da Corte. Lata 152, pasta 23, fl. 1 e 2.

- ▶ Entradas para o Sertão das Minas. Diversas informações sobre os sertões de Minas e propostas para o seu florescimento. Original, s/d. In. 4º 3ff.
- ▶ Informações sobre a poaia. Souza. João Mariano de Deus e . Descrição do Districto da Parepetinga da banda do norte do rio Paraíba, 31 de agosto de 1797, coleção de manuscritos, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- ▶ Ofício expedido pelo diretor dos Aldeamentos do rio Doce, José Malaquias dos Santos e Azevedo, para que comunicasse ao presidente da Província do Espírito Santo a situação de guerra em que viviam os índios botocudo. 2 de agosto de 1841. Arquivo do IHGB, Doc. 3, Coleção Instituto. Lata 346. Doc. 27.

11 ARQUIVO DA PARÓQUIA DE SÃO JOÃO BATISTA DO PRESÍDIO (ATUAL IGREJA PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BATISTA NA CIDADE DE VISCONDE DO RIO BRANCO)

Vários registros de batismo da primeira metade do século XIX. Livro de assentamento de batismo do Padre Marcelino Roiz Ferreira (os números das páginas são já ilegíveis). Utilizei especificamente nesta biografia:

- ▶ Registro de batismo de Domiciana, filha legítima do Capitão Gonçalo Gomes Barreto e de sua esposa, Tereza Maria de Jesus. 20 de agosto de 1816.
- ▶ Registro de Batismo de Thomaz, filho de José Lopes e de Florinda, índia. Treze de abril de 1813.
- ▶ Registro de batismo de Guido Thomaz, filho legítimo de Antônio Moreira e de Anna Maria, índios.
- ▶ Registro de batismo de Leopoldo Guido Marlière, filho de Ana Cândida da Fonseca, nascido de vinte dias e batizado em casa validamente por Severino José da Silva. Vinte de agosto de

1816. (Filho ilegítimo de Guido Thomaz Marlière, perfilhado em meados da década de 1820, por ordem do imperador Dom Pedro I)

13 FORO DA CIDADE DE UBÁ (ARQUIVO DO CARTÓRIO DE OFÍCIOS DAQUELA CIDADE)

- ▶ Inventários Custodiados pelo Foro da Cidade de Ubá;
- ▶ Eugênia Maria da Luz -1823 -Fazenda Boa Esperança, Serra do Ubá;
- ▶ Maria Bernardina da Silva- 1824 – Ribeirão Capivara – Santa Rita do Turvo;
- ▶ Maria Joaquina de Freitas –1826 – Serra do Presídio de São João Baptista;
- ▶ Anna Francisca de Jesus – 1826–Ribeirão Ubá
- ▶ Anna Joaquina de Jesus–1831- Sapé do Presídio;
- ▶ Domingos José da Silva Andrade – 1826- Cachoeirinha do Xopotó (Calambau).

14 HEMEROTECA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. SOBRE A CARTA DE NAPOLEÃO BONAPARTE A MARLIÈRE:

- ▶ Jornal. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1958. 1ª seção, p. 15.
- ▶ Jornal Hoje em dia, Belo Horizonte. Quinta feira, 12/ 05/ 1988.
- ▶ Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 29 de agosto, 1958. 2ª seção, p. 8.

**CÓPIA DO REQUERIMENTO DE AJUDA DE CUSTO FEITO PELO CAPITÃO
NAPOLEÃO BUONAPARTE À MUNICIPALIDADE DE VERSALHES PARA
A VIAGEM DE REGRESSO À Córsega de sua irmã, MARIANNE ELISE
BUONAPARTE, PARIS, 1º DE SETEMBRO DE 1792.**

COLEÇÃO COLONIAL – 2P. (1 ESCRITA) – 1792 – ATO OFICIAL EXPEDIDO
DO QUARTEL GENERAL DE MILÃO

ARMÉE

D'ITALIE

LIBERTÉ

ÉGALITÉ

Av. Quartier-Général de Milan

Le. 1

Bonaparte

Général en Chef de l'Armée d'Italie

A messieurs les administrateurs de Versailles

Messieurs,

Buonaparte frère et tuteur de la demoiselle Marianne. Buonaparte a l'honneur de vous exposer que du 7 août et plus particulièrement l'article additionel décrété le 16 du même mois supprimant la maison de St Louis, il vient réclamer l'exécution de la loi et ramener dans sa famille la dite demoiselle sa soeur, des affaires très instantes et de service public

l'obligent à partir de Paris sans delai, il vous prie de vouloir bien ordonner qu'elle jouisse du bénéfice de la loi du 16 et que le trésorier du district soit autorisé a lui esconter les 20 sols par lieue jusqu'à la municipalité d'Ajaccio Crise bien du domicile de la dite demoiselle et ou elle doit se rendre auprès de sa mère.

Avec respect,

Buonaparte

Le 1er Septembre 1792.

J'ay l'honneur de faire observer à Mrs les administrateurs que n'ayant jamais connu d'autres pères que nos frères, sy ses affaires l'obligeaient à partir sans qu'il ne m'amène avec lui je me trouverois dans une impossibilité absolue d'évacuer la maison de st Cyr.

Avec respect.

Marianne Buonaparte

ESTÁTUA DE GUIDO THOMAZ MARLIÈRE



Estátua de Guido Thomaz Marlière: Cataguases-MG. Foto: Maria Celeste de Abreu, 2002.

CARTA DE DONA MARIA AUXILIADORA MARLIÈRE

Carta de Dona Maria Auxiliadora Marlière, tetraneta de Guido Thomaz Marlière, ao *Jornal Estado de Minas* 25/03/ 1975. Dona Maria Auxiliadora, professora de história, hoje aposentada, vive no município de Ponte Nova:

“Atenciosas saudações,

Muito nos chocou o artigo de seu jornal de Domingo, 02/03/1975, fol. 10 do 1º Caderno intitulado ‘este foi o que nos espionou primeiro’, a respeito do grande civilizador Guido Thomaz Marlière, que tantos altos e relevantes serviços prestou ao nosso estado. O artigo vem desmoralizar as autoridades de 1811 que depois de rigoroso inquérito, examinando os 47 papéis apreendidos a Marlière nada provam contra o mesmo, sendo posto em liberdade e restituído ao exercício de seu posto. Vem colocar em dúvida as pesquisas históricas dos grandes escritores Afrânio de Mello Franco, Oilian José, e outros, bem como os arquivos históricos.

Leiam, por favor, as páginas de 23 a 31 da obra ‘Marlière, o civilizador’, e vejam a verdade.” Tenho em mãos o diário deste homem que nos legou o seu nome honrado, seu espírito de luta e trabalho de quem muito nos orgulhamos, e em cada trecho sentimos o grande amor que ele sente pela terra que o acolheu, pela preocupação com a civilização dos índios e pelo sentimento de justiça. O que fez para provar que era espião? Onde estão as provas? No seu amor pelo Brasil, na catequese dos índios? Trabalhando pelo engrandecimento de Minas Gerais?

Façam a justiça a esse que 'indômito e sereno, consagrou-se em hábil catequista, como sendo o Anchieta militar do rio Doce (José Pinto Coelho). E como o próprio artigo diz que ele 'desempenhou importante papel na formação histórica de Minas', não merece algum respeito, e sim todo nosso respeito e admiração.

Cordialmente,

Maria Auxiliadora Marlière”

POEMA DE AMOR DE SUA TATARANETABIOGRAFIA DO AMOR DE SUA TATARANETA

*Um dia a frança
Terra de sol
De amor
De beleza
De luz
O viu nascer
Despertar
Crescer*

*E Deus o abençoou
Seu destino traçou*

*Cresceu...Cresceu
Tornou-se alguém
Sisudo
Inteligente
Corajoso
Valente*

*Militar impoluto
Um grande coronel
Resoluto
Ardente no amor
Um forte, um lutador*

*Sua segundo pátria
Foi a bela Portugal
Aí serviu
Lutou
Amou
E foi amado*

*Encontrou seu grande amor
Da Maria Victoria Rosier
Formosa
Gentil
Mulher de fibra
Cheia de ardor
Bondosa
Carinhosa
Idealizadora de sonhos mil*

*Uniram-se em casamento
Fiel
Corajosa
Lado a lado
Dia a dia
No sofrer e na alegria
Para o Brasil veio com Dom João*

*E foi então sua pátria definitiva
Sua pátria de escolha
De coração*

*Lutou...
Trabalhou*

*Com força e valentia
Altaneiro
Sem temor
Sem covardia
Caminhou...
Por onde passou
Deixou a marca de seus passos firmes.*

*Aldeias criou, cidades fundou
Incansável na ânsia de ver o Brasil crescer
Para que o mundo sentisse
Um gigante aparecer*

*A seu único filho Leopoldo
Repassou esse patriotismo
O exemplo de militar Com espírito de justiça
Respeito às leis e ao irmão
Não esquecendo o principal:
Amar,
E viver por um ideal.*

*Dedicou-se à causa
do índio abandonado
Foi seu defensor
Seu catequista dedicado
Seu amigo,
Seu ídolo,
Amado e respeitado*

*Seguido
Como grande civilizador*

*Guido Thomaz Marlière
Nos orgulhamos de você
De seu amor
Seu nome
Sua vida
De seu grande valor.*

*E lhe dizemos:
Herdamos seu nome
Seu espírito de luta
Seu patriotismo
Sua emoção
Seu ideal de catequese
Sua missão.*

*Tudo passou, mas você ficou
Gravado para sempre em nossos corações.*

Maria Auxiliadora Marlière.

Formato *15x21 cm*
Tipologia *Alegreya*
Nº de Pág. *558*

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

